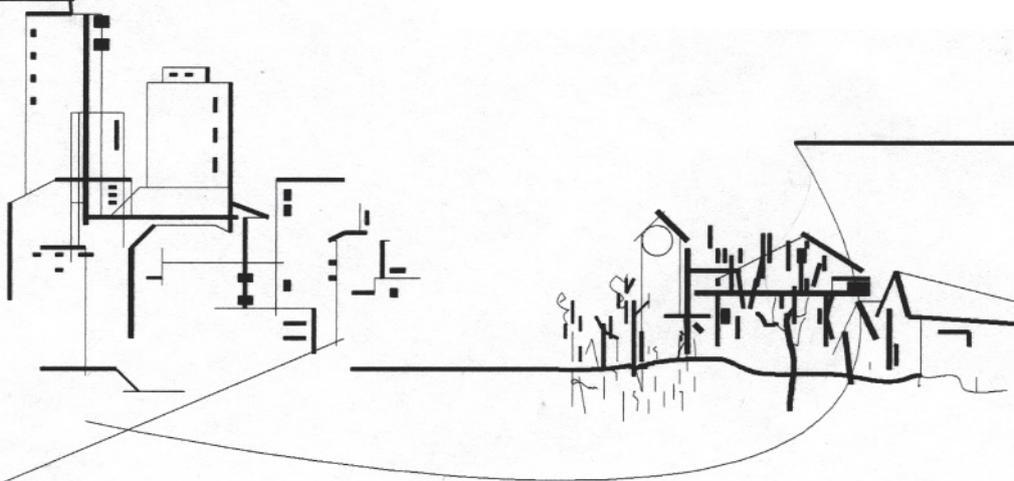


Maria de Lurdes Póvoa da Fonseca Roxo Mateus

CAMPOS DE COIMBRA

Do Rural ao Urbano



Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra

2009

Maria de Lurdes Póvoa da Fonseca Roxo Mateus

CAMPOS DE COIMBRA

Do Rural ao Urbano

Dissertação de Doutoramento na área de Geografia, especialidade de Geografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Carminda Cavaco e a co-orientação da Professora Doutora Fernanda Cravidão.

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra

2009

CAMPOS DE COIMBRA

DO RURAL AO URBANO

Os campos de Coimbra desmaiam os seus verdes, de um verde leviano e breve; os prédios sobem e descem pelas encostas... Continuamente morre a alma das coisas, e nós com elas. O que há de bom no passado é ter sido banal mas não hostil. Um coração agressivo faz-se depois de desejos multiplicados, pois quando muito se exige do vulgar de nós próprios, deliberamos a cólera. Chamam-nos mestres, mas há sempre um terreno onde paramos, seja o da justiça, o da benevolência e, além desta, o da virtude.

Agustina Bessa Luis

Prefácio e Agradecimento

Um espaço rural em mudança e a tentativa de o interpretar. Uma pesquisa que envolveu o espaço vivido. Um trabalho cujo percurso quase se identifica com a vida. E, finalmente, a objectivação de um compromisso que cruzou os anos.

Anos que foram de investigação continuada, com muitos espaços brancos pelo meio. Foram tempos de escrita fragmentada por tempos dados... a aulas, a livros, a pessoas. Tanta coisa, nestes anos marcados pelo sempre da reflexão, da procura de caminhos, do entrecruzar de percursos. A busca do que pensávamos ser, e pensamos ser, a nossa verdade – pessoal e familiar, profissional e científica – enfim, social e cívica.

Dos percursos e da pesquisa, diremos que não foram apenas meio “para”, mas quase fim em si mesmos. Objectivo demandado, tantas vezes quase encontrado e breve largado, à procura... da perfeição? Não. Talvez de um percurso teórico que nos afastasse do modelo empiricamente conhecido e vivido. Mas, o paradigma continuava demasiado próximo da realidade. E prosseguíamos. Foi, ou tem sido (porque isto implica continuidade...), um longo aplicar de instrumentos, meios e técnicas: nas salas de aula ou no campo, na interpretação dos espaços e na busca das respostas às questões impostas pelo querer saber fazer geográfico. E foram tantos os dados recolhidos, para mostrar o que tão bem conhecíamos, mas que queríamos e devíamos apresentar sob uma forma nomotética e não idiográfica. Ao longo do caminho, muitos encontros, outros tantos testemunhos de vida, partilhados no perto longe da investigação e do estudo.

Hoje, neste refazer da história, surgem vultos que, pouco a pouco, se redefinem e adquirem os contornos vivos de sempre. Lembram-nos a força que um dia tiveram, nas escolhas que fizemos; como aquele “rumo certo” perante tantas encruzilhadas, que foi apoio na cinza branca dos dias, com que às vezes nos confrontámos.

No meio de muitos há um nome que, de quando em vez, nos invade a memória e nos faz recuar no tempo até ao início da caminhada: Alfredo Fernandes Martins. Se tivesse de escolher a frase primeira que dele me marcou diria “a Geografia é a ciência da paisagem”, conceito que privilegiava (a par da eleição de autores como Vidal de La Blache e Emanuel de Martonne). Foi nesta procura do entendimento da paisagem, dos

seus factores de equilíbrio, dos sinais da diferença e do sentido da mudança que iniciei a minha primeira pesquisa individual, ainda e sempre comandada pela dúplice pertença de espaços vividos e claramente marcada pelos territórios de fronteira entre o rural e o urbano. “A Horta de Cernache – um espaço periurbano”. Trabalho inicial, pelo mestre proposto. E aceite.

Do princípio, vem também a escolha do âmbito científico preferido e a valorização de determinadas áreas temáticas: A geografia humana e o estudo das relações cidade/campo. Tem sido a nossa área temática de eleição.

Os trabalhos de campo da disciplina de Geografia Humana despertaram em nós o primeiro gosto pela pesquisa; foram dirigidos pelo Doutor Fernando Rebelo, mais tarde directo interventor na passagem de testemunho dos estudos de Geografia Rural e grande incentivador neste percurso.

Não foi esta temática, sob o título “Os campos de Coimbra – do rural ao urbano”, a minha primeira escolha para tese de doutoramento, aliás a opção inicial, apesar de incidir sobre um tema de geografia rural, era bastante mais concreto e definido, espacial e conceptualmente, seria, talvez, bem menos aliciante. Ao Professor Fernandes Martins devemos este nosso tema. Aquando da primeira entrevista para início de pesquisa, abriu-nos as portas da sua Coimbra, propondo-nos a ampliação espacial e o aprofundamento científico da pesquisa que empreendemos, aquando da nossa tese de licenciatura: as áreas de abastecimento hortícola da cidade de Coimbra. Aceitámos o desafio, embora tivéssemos alargado o âmbito temático e, ao longo do longo percurso, tenhamos, naturalmente, feito a reavaliação de áreas científicas e de domínios territoriais. Daí surgiram redefinições de temas e abordagem de novas problemáticas, algumas delas decorrentes da própria investigação. Mantivemos, contudo, a linha de rumo inicialmente traçada: Coimbra e os seus campos.

O território estudado faz parte do nosso espaço vivido. Aí, e muito cedo, sentimos as vivências e contingências de um rural quase urbano. Aí sentimos o peso da pertença a dois mundos, sem que sejamos efectivamente de nenhum deles. A divisão de funcionalidades e o necessário desempenho de vários papéis a isso conduziu.

Na segunda metade do século vinte e num país ainda periférico, o território era forte condicionador de modos de vida, de hábitos, de comportamentos e atitudes. Naquela altura as diferenças entre o urbano e o rural eram bem nítidas, e vincavam identidades. Que deixavam marcas. Nos campos o meio social engendrava mecanismos de controlo que impediam vivências e coarctavam expectativas.

E, continuando o percurso pelos meandros da memória, outros nomes se destacam: Doutor J.M. Pereira de Oliveira, não foi nosso professor, contudo dele ficou-nos a enorme disponibilidade, o apoio constante, o incentivo a prosseguir, (porque, dizia, “já havia muitas provas dadas”. Palavras que a minha auto-crítica sistematicamente ignorava, pela humildade, não sei se científica).

Entretanto, a temática de pesquisa ia adquirindo contornos mais definidos inserindo-se claramente no âmbito da Geografia Rural. Foi assim que nos cruzámos com alguém que, em Portugal, foi pioneira nos estudos da ruralidade: a Professora Carminda Cavaco. Serão sempre poucas as palavras para dizermos da gratidão pelo muito que com ela aprendemos. Por isso, fica a singeleza de um Obrigado, sentido. Pelo apoio e disponibilidade, pela atenção, de tantos anos.

Desejo destacar na minha escola a Doutora Fernanda Delgado Cravidão, expressando-lhe o meu apreço e reconhecimento pelo apoio, pelo incentivo, pela disponibilidade para acompanhar o término de uma investigação que enriqueceu com o seu sentido e saber científicos, com pragmatismo e objectividade.

E a minha gratidão vai igualmente para o Doutor António Campar de Almeida pelos seus conselhos e comentários, nomeadamente no que respeita a assuntos relativos à parte física da investigação. Ao Doutor Lúcio Cunha pelo apoio informático numa altura de completa incipiência minha nestes domínios.

E, ao longo dos anos, foram tantos os colegas que nos apoiaram, na investigação ou nas aulas, e permito-me aqui destacar o nome de Fátima Velez de Castro, pela partilha de tempo em momento crucial. Ao António Rochette quero agradecer o incentivo constante, como quero também agradecer ao Paulo Caridade a disponibilidade para proceder à actualização da cartografia da Parte2 do trabalho. Ao Rui Jacinto por em tempo passado, mas que não esqueço, nos ter ouvido e, na altura, indicado o sentido.

Desejo agradecer a todos os que fazem parte da Geografia de Coimbra, expressar-lhes o vivo reconhecimento por, de uma maneira ou de outra, me terem feito sentir inserida numa comunidade.

E se do percurso académico por esta Coimbra ficou, e continua, um gosto de estar e ser parte integrante do IEG – pelos professores, pelos colegas – o mesmo é extensivo à minha Faculdade. Pelo apoio institucional e humano que da FLUC nos veio num período decisivo da caminhada, o meu Muito Obrigada.

Ao amigo escultor Victor Marques, o reconhecimento por nos ter presenteado com a capa que envolve este trabalho.

Às instituições, públicas ou privadas, que facilitaram a recolha de dados, desde a Câmara Municipal de Coimbra – em especial ao Gabinete de Arquitectura e Planeamento – às Juntas de Freguesia da margem esquerda do Mondego, na pessoa dos seus presidentes, não só actuais mas de mandatos anteriores, que acompanharam o tempo da investigação, agradeço a colaboração.

A todos os anónimos que se disponibilizaram a responder aos inquéritos que lançámos, um sincero agradecimento.

Enfim, e os últimos são os primeiros, à minha família, aos meus pais, – a quem ainda posso dizer Obrigada! - Ao João, à Susana e ao Sérgio, para eles esgotaram-se as palavras, ficaram os sentimentos de profundo e sentido afecto e reconhecimento. E, nestes tempos de mudança, recordar que é mesmo verídica a afirmação, a “tese é uma história de família” ...!

Para todos, um Obrigada, sob a forma de um ponto final.

RESUMO

Os espaços rurais envolventes da cidade de Coimbra estão em mudança. Propusemo-nos analisar, na nossa dissertação, os processos mutacionais que os abrangem.

Actualmente distinguem-se à volta de Coimbra três dinâmicas territoriais: suburbanização, espaço próximo do centro urbano, dominado por um espaço construído com algum grau de degradação urbanística, por vezes socialmente segregado, onde a distância ao centro é mais sociológica do que física. Periurbanização, espaço morfologicamente heterogéneo, com claros processos de mutação social e económica. Rurbanização, campos urbanizados, com áreas construídas, segundo modelos de arquitectura urbana, intercalados com espaços agrícolas e naturais, estando o seu desenvolvimento estreitamente relacionado com o centro urbano próximo.

Na nossa dissertação, e no estudo de caso, tratámos em maior pormenor as dinâmicas da perurbanização, em freguesias do concelho de Coimbra, na Margem Esquerda do Mondego. Quanto à rurbanização, a área de referência foi o Concelho de Condeixa-a-Nova onde, na última década, se tem operado um crescimento residencial directamente relacionado com o êxodo citadino de Coimbra.

É inegável que, neste início de milénio, assistimos à afirmação da urbanidade em espaços não necessariamente urbanos. À cidade contínua e densa de ontem sucedem extensos territórios, urbanos pela funcionalidade mas mantendo, ainda, especificidades, morfológicas e paisagísticas, rurais. Entre os sinais que ficaram temos os espaços verdes mais ou menos extensos, a habitação unifamiliar, as parcelas cultivadas, etc. Até onde permanecem esses testemunhos, as amenidades rurais do periurbano, que permitem a usufruição de potencialidades, oferecidas pelas baixas densidades de pessoas, actividades e construções, é questão para a qual procuraremos resposta.

Encontramo-nos perante uma nova fase do crescimento urbano, em que a cidade ultrapassa o seu quadro espacial e se encontra enfraquecida, enquanto entidade contínua e espacialmente coerente, embora readquira importância ao nível da urbanidade dos territórios. Que sinais dessa urbanidade se destacam no periurbano, é outra das questões que privilegiaremos.

Na investigação, subscrevemos a linha de pesquisa que considera o *continuum* rural-urbano, atendendo à identidade de cada um dos espaços, sem ignorar ou esquecer interferências, trocas e cumplicidades, económicas, sociais e culturais.

ABSTRACT

The countryside around Coimbra is changing. This dissertation analyses the various transformation processes involved.

Three different territorial dynamics may be distinguished around Coimbra at present: i) *suburbanization*¹, when a built-up area near the urban centre begins to show signs of urban decay and social segregation, with the distance to the centre becoming more sociological than physical; ii) *periurbanization*, when a morphologically heterogeneous space undergoes social and economic change; iii) *rurbanization*, when the countryside is urbanized due to pressure from the nearby urban centre, resulting in the interspersed of built-up zones, characterised by urban-style architecture, with rural areas that may still be used for farming.

This dissertation, like the case study, focuses particularly upon the dynamics of periurbanization in parishes within the county of Coimbra, on the left hand bank of the River Mondego. As for rurbanization, the reference used is the county of Condeixa-a-Nova, where the residential population has increased considerably over the last decade as a result of exodus from the city centre.

The start of the new millennium is clearly witnessing the urbanization of spaces that are not necessarily urban. The dense continuous city of former years is being succeeded by an urban sprawl, in which areas that are functionally urban maintain some of the specific morphological and landscape characteristics usually associated with the rural. These include the persistence of green spaces of various dimensions, single-family housing, cultivated plots, etc. The extent to which such vestiges of the rural persist in the periurban space (which has great use potential, due to the low density of population, buildings and economic activity) is one of the questions explored in this dissertation.

Coimbra is currently undergoing a new phase of urban growth, in which the city is surpassing its spatial framework and thereby becoming weakened as a spatially coherent and continuous entity (though acquiring new importance on the territorial level). Thus, signs of urbanization in the periurban space are also identified.

This research subscribes to the orientation according to which rural and urban space are considered as a continuum, recognising the specific identity of each zone, without

¹ Translator's Note: as the definition indicates, the notion of "suburbanização" in the Portuguese context has quite different cultural connotations to its cognate in English.

ignoring or overlooking economic, social and cultural interferences, exchanges and interactions existing between them.

ÍNDICE GERAL

	Págs.
INTRODUÇÃO GERAL	
1. Tema, metodologia e espacialidades	2
2. Do tema à delimitação da área de estudo	6
2.1 Na área de estudo: a actual multifuncionalidade	9
I - O ESPAÇO RURAL: DINAMISMOS E MUDANÇAS	
Introdução	13
1. Um estudo <i>local</i> , na era do <i>global</i>	15
2. O <i>estado da arte</i> e os percursos da investigação	17
2.1. A influência conjuntural na pesquisa geográfica	18
2.2. Integração e identidade	21
2.3. No início era o agrícola	21
2.4. Espacialidade, distâncias e mercados	23
2.5. Problemática ambiental e interdisciplinaridade	25
3. Desenvolvimento rural, <i>produtivismo</i> e ambiente	28
3.1. Espaço rural: crescimento <i>versus</i> desenvolvimento?	30
3.1.1. Agrarismo e desenvolvimento: o modelo camponês	30
3.1.2. Crescimento, a perspectiva quantitativa	33
3.1.3. Desenvolvimento, ou o crescimento não hipotecado	35
3.1.4. Ruralidade e Crescimento	36
3.2. Ascensão e declínio do modelo produtivista	39
3.2.1. As variáveis da produtividade	39

3.2.2. O impacto da PAC no processo produtivista	41
3.2.3. Agricultura e artificialização do meio	42
3.2.4. Tempos de balanço – o declínio do modelo de produção	43
3.3. As alternativas ambientais	44
3.3.1. Os custos da (<i>des</i>)intensificação	46
3.3.2. A redução dos nitratos – resposta ambiental ou económica?	47
3.3.3. Agricultura biológica, uma agricultura respeitadora do ambiente?	50
3.3.3.1. Que representatividade actual?	53
3.3.3.2 Agricultura biológica e agricultura camponesa	54
4. Do rural ao urbano, ultrapassando o agrícola	55
4.1. A crescente influência urbana	57
4.1.1. Relações cidade/campo: simbiose, antagonismo ou justaposição?	58
4.1.2. A "região urbana" – limites e conteúdo	62
4.1.3. "Rurbanização", urbanização, ou periurbanização?	63
4.1.4. A influência da cidade sobre a actividade agrícola	66
4.1.5. Expansão urbana e espaço agrícola	68
4.1.6. Desintegração da economia camponesa	71
4.1.7. A sociedade camponesa em mudança	74
4.1.8. O sentido da mudança	76

4.2. Do êxodo rural às migrações pendulares	77
4.3. A situação de <i>operário-camponês</i>	79
4.4. O conceito de agricultura a tempo parcial	82
4.4.1. Definição de ATP - dupla actividade ou duplo rendimento?	82
4.4.2. A escolha da unidade de análise	86
4.4.3. Multifuncionalidade e pluriactividade e ATP	87
4.4.4. Pluriactividade - fenómeno conjuntural ou estrutural?	89
5. O espaço rural: de meio de produção agrícola a suporte residencial	92
6. A industrialização nas áreas periurbanas	96
6.1. Indústria e vocação residencial das cinturas urbanas	96
6.2. Os novos factores de localização industrial	97
6.3. Vantagens da localização rural	98
7. O sector terciário no espaço rural	99
7.1. A actividade comercial no espaço rural	100
7.2. Os serviços - Desenvolvimento nas áreas periurbanas	101

II. DINÂMICAS TERRITORIAIS E ASSIMETRIAS DE DESENVOLVIMENTO

1. População e território

Introdução	105
1.1. O distrito de Coimbra no contexto demográfico português	108
1.2.Coimbra e as assimetrias litoral/interior	111
1.2.1 Evolução demográfica a duas velocidades	111
1.2.2. Densidades populacionais: homens sem espaço e ... o espaço sem homens	120
1.2.3 O povoamento: do rural ao urbano	126
1.2.4. De um interior marcadamente rural ao litoral que se urbaniza: as pessoas e os lugares	127
1.2.5. Dinâmica migratória: a mobilidade no espaço, ao longo do tempos	142
1.2.5.1. Velhos espaços... novos residentes: a mobilidade da população	143
1.2.6. As estruturas etárias	154
1.2.6.1.Populações a caminho do envelhecimento...	154
1.2.6.2. Envelhecimento, (in)capacidade de reposição de gerações e feminização	156
1.2.6.3. Uma desigual capacidade de renovação demográfica	159
1.2.7. Na estrutura da população por sexos, a feminização	161
1.2.8. A dependência dos não activos: o “peso” dos idosos e a	163

“leveza” dos jovens

1.3.Estrutura da população activa	168
1.3.1.Taxas de actividade	169
1.3.2. A população por sectores de actividade: as etapas de um percurso	173
1.3.2.1. Por meados do século, dominava a agricultura... no país e no distrito	174
1.3.2.2. A população na indústria e no comércio e serviços: estagnação e avanço, diferidos e localizados.	179
1.3.2.2.1. Na indústria	179
1.3.2.2.2. No comércio e nos serviços	182
1.3.2.3. A estrutura sectorial visualizada no espaço	184
1.4. A feminização da população activa	187
1.4.1 A feminização dos activos por sectores económicos	190
1.4.1.1. A "feminização" da população activa agrícola	191
1.4.1.2. A mulher na indústria e no sector do comércio e serviços	194

III - O ESPAÇO PERIURBANO DE COIMBRA: RETRATOS DA MUDANÇA

1. O espaço periurbano de Coimbra: retratos da mudança	201
Introdução	201
2. Portugal entre o rural e o urbano	205

2.1. Os processos e as escalas da urbanização	205
2.2. A Europa e Portugal: os valores da urbanização	207
2.3. A urbanização e as metamorfoses da cidade	210
3. O crescimento de Coimbra: Da densificação urbana à extensão em <i>mancha de óleo</i>	212
3.1. O crescimento demográfico	212
3.1.1. Os contornos da suburbanização	214
3.1.2. Os campos periurbanos de Coimbra	216
3.1.2.1. Da densificação à extensão em mancha de óleo	217
3.1.3. A identidade do periurbano	220
3.2. Periurbanização e ecossistema territorial	225
3.2.1. O contexto biofísico	226
3.3. Construção e Habitação	231
3.3.1. “Radiograma” da habitação	232
3.3.1.1. Ritmo da construção ou a intensidade de crescimento do imobiliário	233
3.3.1.2. Os edifícios e os tipos de utilização	236
3.3.1.3. Formas de ocupação da habitação: primado da propriedade e problemas do arrendamento	237
3.3.1.4. Idade ou época de construção dos edifícios	242
3.3.1.5. Degradação do espaço construído e classificação dos solos	244
3.3.1.6. O imobiliário: da densidade urbanística do suburbano aos “pousios” do periurbano	247

3.3.1.7. Os espaços construídos, a ocupação agrícola e o vazio político legal do periurbano	250
3.4. O periurbano revisitado: entre o suporte residencial e a terciarização – estudo de caso	256
3.4.1 Dinâmicas residenciais	256
3.4.1.1. O periurbano – espaço de mobilidades acrescidas	257
3.4.1.2. As razões que estão subjacentes à mudança residencial	260
3.4.1.2.1. Os níveis de conforto doméstico como causa de mudança	262
3.4.1.2.2. Acessibilidades e infra-estruturas: causas de mudança e consequências	263
3.4.1.3. As razões do gosto, ou porque não gostam, de residir no campo	265
3.4.1.3.1 Alterações sugeridas para melhorar a área	267
3.4.1.4. A ocupação de tempo livre	272
3.4.2. Diversidade social e pluralidade nos modos de habitar	275
3.4.3. Ciclo de vida e percepção do espaço periurbano	278
4. A terciarização no espaço periurbano	280
4.1. O Comércio e os Serviços	280
4.1.2. "Invasão" residencial e expansão do comércio rural	285
4.2. A disponibilidade de espaço, enquanto factor de localização rural de um comércio urbano	287
4.3. O comércio periurbano - estudo de caso	289

4.3.1 Breve referência às fontes de informação	289
4.3.2. O modelo de análise	290
4.3.3. Tipificação dos estabelecimentos	292
4.3.3.1. O Comércio por grosso	294
4.3.3.2. O pequeno comércio rural e a importância do sector alimentar	296
4.3.3.3. Que comércio alimentar?	299
4.3.3.4. Comércio a retalho de produtos não alimentares	301
4.3.4. A recente implantação de novas actividades de serviços no espaço rural	304
4.3.5. Da terciarização incipiente de meados do século ao "boom" da década de oitenta	305
4.4. Firma, transmissão de propriedade e mudança de ramo	314
4.5. Causas de localização	319
4.6. Tipificação dos proprietários dos estabelecimentos	321
4.6.1. A idade	321
4.6.2. A Naturalidade	326
4.6.3. Local de residência	328
4.6.4. A feminização do comércio rural	331
4.6.5. A Agricultura a Tempo Parcial complemento da actividade comercial	335
4.7. Os serviços: sua importância no âmbito do desenvolvimento rural	337
4.8. Terciarização e inovação: o iParque	340
4.8.1. Objectivos do iParque	340

4.8.2. A exequibilidade e os estudos de sustentação	344
4.9. A terciarização no início do milénio	347
CONCLUSÃO	350
BIBLIOGRAFIA	362
ANEXOS	379

ÍNDICE FIGURAS

	Págs.
Figura 0.1 – Enquadramento geográfico de área de estudo	8
Figura 1.1 – Espaço rural e dinâmicas de desenvolvimento	31
Figura 1.2 - Progresso dos Planos de Acção Nacionais relativamente à Directiva Nitratos	49
Figura 2.1 – Evolução da População Residente no Distrito de Coimbra entre 1890 e 2001	112
Figura 2.2 - Variação Percentual da População Residente nos Concelhos do Distrito de Coimbra	115
Figura 2.3 - Distrito de Coimbra: densidade populacional (1890, 1920)	123
Figura 2.4. - Distrito de Coimbra: densidade populacional (1950, 1981)	124
Figura 2.5 - Distrito de Coimbra: densidade populacional (1991, 2001)	125
Figura 2.6 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 1960	129
Figura 2.7 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 1970	131
Figura 2.8 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 1981	133
Figura 2.9 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 1991	135
Figura 2.10 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 2001	138
Figura 2.11 - Naturalidade dos residentes do distrito de Coimbra em 1981	148
Figura 2.12 – Pirâmides etárias do distrito de Coimbra em 1981 e 2001	155
Figura 2.13 -Índice de envelhecimento, em 2001.	158
Figura 2.14 - Coeficiente de dependência total, em 2001	167
Figura 2.15 - Evolução da taxa de actividade entre 1950 e 2001	173
Figura 2.16 - Evolução da população activa por sectores (1950-2001).	185

Figura 2.17 - Perspectiva evolutiva da feminização da população activa	190
Figura 2.18 - Feminização do sector primário	193
Figura 2.19 - Feminização do sector secundário	195
Figura 2.20 - Feminização do sector terciário	196
Figura 3.1 - A densidade populacional por freguesias em 2001, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova.	218
Figura 3.2 - Evolução da densidade populacional nas freguesias do Concelho de Coimbra	219
Figura3.3 - O periurbano espaço de fortes mutações funcionais	221
Figura3.4 - Avanço da terciarização e regressão de actividades industriais e agrícolas	222
Figura 3.5 - Variação do número de edifícios, entre 1981 e 2001, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova, por freguesias.	234
Figura 3.6 – Evolução da densidade de edifícios entre 1981 e 2001, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova, por freguesias.	236
Figura 3.7 - Distribuição dos edifícios segundo o tipo de ocupação, em 2001, por freguesias, nos concelhos de Coimbra e Condeixa.	237
Figura 3.8 - Distribuição dos edifícios residenciais, segundo o regime de ocupação, em 1991 e 2001, por freguesias.	239
Figura 3.9 - Destino dos alojamentos familiares vagos, em 2001.	241
Figura 3.10 – Época de construção ou reconstrução dos edifícios, nos concelhos de Coimbra e Condeixa, por freguesias.	243
Figura 3.11 - Relação entre o espaço construído e o espaço com ocupação agrícola e florestal, no concelho de Coimbra.	251
Figura 3.12 - A população activa por sectores de actividade. Distribuição por freguesias, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova.	253
Figura 3.13 - Temporalidades de mudança no espaço envolvente da cidade de	260

Coimbra

Figura 3.14 - Causas da mudança de residência e da opção pelo periurbano	262
Figura 3.15 – Alterações sugeridas para melhorar a qualidade de vida	268
Figura 3.16 – Distribuição espacial dos estabelecimentos, por freguesia	293
Figura 3.17 - O comércio alimentar, por freguesias	299
Figura 3.18 - O comércio não alimentar, sua importância por freguesias	302
Figura 3.19 - Estabelecimentos de serviços de consumo, por freguesias	304
Figura 3.20 - Estabelecimentos abertos antes de 1950	307
Figura 3.21 - Estabelecimentos abertos depois de 1980	310
Figura 3.22 - Distribuição dos estabelecimentos cujo proprietário tem idade inferior a trinta anos	323
Figura 3.23 - Distribuição relativa dos estabelecimentos cujos proprietários têm mais de sessenta anos	325
Figura 3.24 - Percentagem de estabelecimentos cujos proprietários são naturais da freguesia	327
Figura 3.25 - Percentagem de proprietários que residem no mesmo local onde possuem o estabelecimento	330
Figura 3.26 - Percentagem de estabelecimentos geridos pela mulher	333
Figura 3.27 - Distribuição dos estabelecimentos cujo proprietário exerce a actividade agrícola	337

ÍNDICE QUADROS

	Págs.
Quadro 1.1 - PIB por habitante em PPC na UE 27 (2005)	38
Quadro 2.1 - Evolução da população residente no Continente e no distrito de Coimbra	109
Quadro 2.2 – Variação percentual da população residente	113
Quadro 2.3 - Índice de evolução (1864 base 100) da população residente	117
Quadro 2.4 - Densidades da população nos concelhos e no distrito de Coimbra	121
Quadro 2.5 - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 1960 (%)	128
Quadro 2.6. - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 1970 (%)	130
Quadro 2.7 - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 1981 (%)	132
Quadro 2.8 - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 1991 (%)	134
Quadro 2.9 - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 2001 (%)	137
Quadro 2.10 - População presente segundo a naturalidade (1950)	145
Quadro 2.11 - População presente segundo a naturalidade em 1960	146
Quadro 2.12 - Naturalidade da População Residente (1981)	147
Quadro 2.13 - Composição da população em 1981, quanto à proveniência geográfica, segundo as migrações relativamente a 1973 (valores percentuais)	150
Quadro 2.14 - Composição da população em 1981, quanto à proveniência geográfica, segundo as migrações relativamente a 1979 (valores percentuais)	152
Quadro 2.15 - O envelhecimento da população, em 1981,1991 e 2001	157
Quadro 2.16 - Relação de substituição de gerações e sua evolução entre 1981 e 2001	160
Quadro 2.17 - Relação de masculinidade, entre 1981 e 2001	162
Quadro 2.18 - Coeficiente de dependência - 1981/2001	164
Quadro 2.19 - Coeficiente de dependência dos jovens e dos idosos e sua evolução	166
Quadro 2.20 - Taxa de actividade	170

Quadro 2.21 - Efectivos populacionais afectos ao sector primário (%)	175
Quadro 2.22 - Efectivos populacionais afectos ao sector secundário (%)	180
Quadro 2.23 - Efectivos populacionais afectos ao sector terciário (%)	182
Quadro 2.24 - Feminização da população activa	189
Quadro 2.25 - Feminização por sectores de actividade (%)	191
Quadro 3.1. Tipo de Ocupação da habitação	238
Quadro 3.2 – Naturalidade dos inquiridos, em valores percentuais	258
Quadro 3.3 – Inserção na área dos novos residentes e alterações sugeridas para melhorar a qualidade de vida	266
Quadro 3.4 - A ocupação de tempos livres no espaço rural envolvente de Coimbra	273
Quadro 3.5 - Repartição da população residente (1991) por estabelecimento	294
Quadro 3.6 - Importância relativa dos estabelecimentos de Comércio e Serviços	297
Quadro 3.7 - Repartição dos estabelecimentos, segundo a data de abertura	306
Quadro 3.8 - Repartição das empresas segundo a natureza jurídica	315
Quadro 3.9 - Distribuição relativa das empresas segundo a mudança de proprietário	316
Quadro 3.10 - Distribuição dos estabelecimentos segundo a mudança de ramo	318
Quadro 3.11 - Causas de localização dos estabelecimentos	320
Quadro 3.12 - Média etária dos proprietários dos estabelecimentos	322
Quadro 3.13 - Naturalidade do proprietário do estabelecimento	326
Quadro 3.14 - Local de residência do proprietário do estabelecimento	329
Quadro 3.15 - Membro da família que trabalha no estabelecimento	331
Quadro 3.16 - Prática da agricultura a tempo parcial pelo proprietário do estabelecimento	336

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

	Págs.
Foto 3.1a - Buracas do Casmilo (Sicó)	229
Foto 3.1b - Pormenor da Buraca da Caveira (Sicó)	229
Foto 3.2 - Ao longe a urbanização, envolvida pela floresta e por restos de olival.	232
Foto 3.3 - Casa em ruínas, constituindo risco para a circulação de pessoas e veículos	245
Foto 3.4 - Grandes moradias erguem-se hoje no espaço periurbano	246
Foto 3.5a - Construção contínua e dispersa: urbanização em banda	250
Foto 3.5b - Construção contínua e dispersa: moradia unifamiliar	250
Foto 3.6 - Parcelas de terreno em pousio, à espera da oportunidade de construção. Ao longe uma tabuleta anuncia a perspectiva de negócio	255
Foto 3.7 - Nova urbanização vizinha de média superfície comercial no espaço rurbano de Condeixa-a-Nova	264
Foto 3.8 - ECOVIA – sistema integrado de estacionamento e circulação urbana	269
Foto 3.9 - Antigo moinho reconstruído, hoje espaço museológico e biblioteca	270
Foto 3.10 - Os sinais da desistência e do abandono, com o regresso à cidade	273
Foto 3.11 - A posição do Parque Tecnológico, vista aérea.	341
Foto 3.12 - Do empreendimento iParque há já quem tente tirar mais-valias imobiliárias	316

- INTRODUÇÃO GERAL -

1. Tema, metodologia e espacialidades

Coimbra, do rural ao urbano foi o tema que nos propusemos tratar na nossa tese de doutoramento. O *porquê* desta escolha já foi suficientemente explanado no prefácio deste trabalho. Compete-nos, aqui e agora, dizer do *como*, referenciando os principais objectivos da investigação e a forma escolhida para os atingir, isto é, tentaremos aqui reunir e analisar os passos essenciais do *procedimento* (QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, LV., 2005).

Começamos por referir a *pergunta de partida* que deu o “pontapé de saída” à investigação. A primeira questão que nos colocámos foi, de uma forma imediata, pelas preferências temáticas e, sobretudo, pelo apelo do espaço vivido, a seguinte: - como têm evoluído os espaços rurais e quais os processos de mudança que se têm desenrolado nas áreas periurbanas, em particular no espaço envolvente de Coimbra? Esta questão, tão linearmente apresentada, remete para contextos teóricos bem complexos que, por sua vez, nos conduzem a problemáticas bastante actuais. Assim, no que concerne aos contextos temáticos: o que mais nos interessa na questão proposta é a componente territorial— como tem mudado a organização do espaço? Como tem evoluído a paisagem? Que carácter geográfico eminentemente rural se perde e que elementos urbanos se adquirem, que agentes envolvidos e que dinâmicas se desenvolvem. Mas, como não é possível compreender a realidade espacial sem mergulhar na socio-economia, spropusému-nos analisar os meandros da sociabilidade aldeã bem como as estruturas culturais e económicas que a sustentam. Foi assim que optámos por analisar a territorialidade periurbana nas suas vertentes morfológica, económica, funcional e sócio-cultural. Estudámos os processos de mudança e as respectivas dinâmicas detendo-nos sobre os sinais visíveis na paisagem.

Queremos deixar bem claro que o nosso propósito inicial que, aliás se constituiu em objectivo final, não foi de modo nenhum de base locativa e muito menos de carácter monográfico. Tal está manifesto no facto de antes de escolhermos a área de estudo egermos o âmbito temático para, só depois, definirmos em função do espaço, a problemática a tratar. Desde já deixamos expresso que o nosso estudo não envolve os designados *campos* de Coimbra; aliás parece-nos que um trabalho sob esse tema, hoje, se poderia enquadrar muito mais num contexto científico com cariz histórico, antropológico,

ou económico do que geográfico já que nos remeteria para problemáticas e métodos típicos da geografia clássica. Cabe aqui referir um dos estudos geográficos que mais atentamente se debruçou sobre os *campos* de Coimbra, embora sem nunca ter dado especial relevância a essa designação; valorizando o Mondego e os Homens, data da primeira metade do século vinte (1940), inscreve-se na geografia clássica, segue os princípios da escola regional francesa e foi obra do Professor Alfredo Fernandes Martins: *O esforço do Homem na Bacia do Mondego*, estudo monográfico de grande fôlego, sobretudo para um jovem estudante de Geografia, e que - à luz do conhecimento dominante na época - seguiu o método indutivo, privilegiou a descrição embora sem abrir mão do apurado sentido crítico, forte capacidade reflexiva e interpretativa do autor, o que acabou por contribuir para atenuar o carácter corográfico do trabalho, ampliando grandemente o seu âmbito regional e até geográfico.

No nosso trabalho de investigação partimos do modelo ou arquétipo teórico para entrarmos, depois, no domínio do estudo de caso. A sustentação teórica da nossa pesquisa está contida na 1ª Parte do trabalho; nela demos primazia à contextualização temática, aos autores que seguimos de mais perto e às obras de referência. Queremos desde já destacar que foi sobretudo a partir da década de sessenta do século vinte que na Escola Francesa¹, começou a ser dado maior destaque à problemática das relações cidade-campo vista na perspectiva das mutações rurais, com geógrafos como E. Juillard, Marie-Anne Boudeweel-Lefebvre, B. Kayser, M. Rochefort, R. Brunet, C. Cavaco, R. Cailliot, para além de economistas e sociólogos entre os quais destacamos H. Mendras, R. Badouin, Manuel Castells, Rémy, P. Rambaud. Sublinhamos que, apesar da rápida evolução dos espaços e das sociedades, mantiveram-se sensivelmente idênticas as tendências mutacionais, aliás talvez até se tenham acentuado mais, face à maior capacidade interventiva dos agentes envolvidos perante mobilidades acrescidas. Antes, nos idos de sessenta, tínhamos sobretudo, nas ligações campo-cidade, os movimentos pendulares diários enquanto motor das mudanças operadas nos espaços periurbanos, sob directa influência de um poderoso agente mutacional, o operário-camponês, daí resultando espaços funcionalmente híbridos, ainda agrícolas mas já dominados pela função residencial, transformando-se, deste modo, as cinturas hortícolas em arrabaldes

¹ Foi a Escola Francesa que sem dúvida mais influenciou a Geografia de Coimbra até aos primeiros decénios da segunda metade do século vinte e, conseqüentemente, a nossa formação enquanto estudantes, docentes e investigadores, pese muitas das nossas referências actuais integrarem a escola anglo-saxónica.

dormitório. Hoje temos, para além desses movimentos centrípetos, mobilidades de sentido inverso, embora ainda urbano-centradas. Actualmente o poder atractivo dos campos interfere directamente nas dinâmicas espaciais e os processos mutacionais alastram nos espaços envolventes da cidade; o carácter rurbano das paisagens, afirma-se desde finais do século vinte e passa, em Coimbra como na generalidade do Portugal litoral, de excepção a regra que tende a generalizar-se nas regiões urbanas.

Ao considerarmos como tema de investigação o estudo das mudanças no espaço rural envolvente de uma cidade tivemos presente a problemática das relações cidade/campo. Procurámos pôr em destaque arquétipos que contemplassem a perspectiva evolutiva e, sobretudo, relevassem as dinâmicas que nas diversas épocas se desencadearam na área de influência de uma cidade dando, obviamente, destaque e maior profundidade à análise aos processos actuais.

Ainda na segunda parte do trabalho demos especial destaque teórico a temáticas como ruralidade e desenvolvimento, agricultura camponesa e agricultura biológica (como actualização revigorada da primeira), bem como ao tema agricultura a tempo parcial. Apesar de não termos dado, à contextualização teórica destes temas, sequência prática optámos por manter o texto, já que continua pleno de actualidade e com fortes perspectivas de os temas virem a ser retomados pela pesquisa, se considerarmos a actual conjuntura económica mundial e a estreita relação, que desde sempre tem vigorado, entre quadro teórico e contexto sócio-económico.

Quanto às novas funcionalidades do espaço rural demos maior relevância teórica à função residencial e à terciarização dos espaços rurais periurbanos se bem que também tenhamos referido, embora de forma pouco desenvolvida, a função industrial rural. Mantivemos o texto teórico introdutório; contudo, na 3ª Parte do trabalho, o mesmo foi considerado de forma desigual, com efeito, enquanto demos destaque à residência e à terciarização, o mesmo não sucedeu à indústria. Apesar de termos lançado inquéritos e procedido ao seu tratamento optámos, por razões que se prendem com a importância actual e relatividade das funcionalidades periurbanas, por não apresentar essa parte da investigação. Ao invés, tendo investido mais nos espaços residenciais e na terciarização, cujas dinâmicas permitem caracterizar hoje a periurbanização e a rurbanização.

Quanto às escalas de análise, na segunda parte do trabalho optámos por fazer a inserção regional da área de investigação. Fizemo-lo sobretudo numa perspectiva demográfica e escolhemos o distrito como unidade administrativa de enquadramento enquanto tratámos indicadores estatísticos, obtidos a partir dos recenseamentos gerais da

população, à escala concelhia. Quando são as NUTs as actuais unidades de referência ao nível do planeamento do país talvez pareça, no mínimo, estranha a opção pelo distrito. Ora tal não é destituído de razão ou tecnicamente ultrapassado podendo antes ser entendido como um meio de conciliar a perspectiva pragmática com a científica – de facto o distrito é ainda comumente utilizado como referência de espaço vivido. Num tempo em que escasseiam os dados publicados a esta escala e dada a dificuldade de o cidadão comum poder aferir do comportamento demográfico/económico do seu conselho no contexto distrital pareceu-nos até oportuno manter esta referência. A essa escala atentámos na caracterização geral da população residente e respectivas mobilidades.

Na terceira parte equacionámos a questão do periurbano relacionando com conceitos como o de Região urbana (Badouin, 1982), de terceira coroa (Dézert, B. e al., 1991) ou *Disappearing City* de (Hall, P., 1990), a *Edge City* de (Garreau, J., (1991), ou a *Metapolis* (Ascher, F., 1995); estes últimos autores interpretam a nova cidade-região, produzida a partir da expansão territorial e do apagamento dos limites das áreas de influência da cidade; como enquadramento teórico da 3ª Parte Considerámos também o conceito de rurbanização (Bauer e Roux, 1976), comparando-o com a perspectiva de cidade dispersa, difusa, ou de cidade emergente.

À pergunta de partida: como se transforma o espaço rural envolvente de Coimbra, que dinâmicas o animam e que novas territorialidades se geram? Procurámos responder através da análise das funções que melhor identificam o periurbano: a residencial e da terciarização. Estudámos, através dos dados dos recenseamentos e dos recolhidos mediante lançamento de inquérito próprio, a renovação demográfica relacionando-a depois com a tipificação do comércio e dos serviços, desde final do século vinte até à actualidade. Verificámos que a um tecido económico tradicional constituído por empresas vocacionadas para servir o consumidor directo se prevê a sobreposição, ou justaposição no espaço, de um outro mais inovador, tecnologicamente evoluído condicionado por fenómenos como a globalização e a emergência de redes, que contribue para produzir uma “nova espacialidade dos territórios” (SASSEN, 2001). Estas dinâmicas inovadoras preconizam uma alteração da economia concretizada na perda de importância das proximidades e da modificação da própria noção de espaço surgindo, deste modo, novas formas de acção sócio-económica que caracterizam a emergência da nova economia, onde a tecnologia e o conhecimento devem ser encaradas como responsáveis pela alteração física, económica e social dos espaços urbanos e periurbanos, isto é, a possível criação de espaços inteligentes (FERNANDES, R. e GAMA, R., 2006).

Na actualidade, e por esta via, o território urbano tende a assumir proporções mais amplas, deixando a implantação pontual da cidade para assumir a zonalidade regional, e volta a constituir-se centro de uma panóplia de transformações, centradas na sociedade e catalizadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (GAMA, R. e FERNANDES, R., 2006).

A abordagem que fizemos a estas questões foi breve, associada ao estudo de caso do iParque; os dados que recolhemos foram, contudo, elucidativos das potencialidades de mudança dos territórios sob influência urbana e das possíveis mutações sociais e económicas que neles se perspectivam.

2. Do tema à delimitação da área de estudo

Ao iniciarmos a nossa investigação sobre o espaço rural periurbano, tivemos bem presente a crescente influência urbana e a importância da cidade no desencadear de processos e aceleração das dinâmicas mutacionais que se operam nos campos de Coimbra. De facto, em termos de paradigma, a cidade tem vindo a ampliar a sua penetração no espaço rural. O centro cultural, administrativo e comercial tem vindo a assumir, progressivamente, um papel bastante activo no desenvolvimento económico, no crescimento demográfico e, sobretudo, na mutação social e cultural duma sociedade que, no início do século vinte se industrializou, urbanizando-se, nos anos 1970 se urbanizou industrializando-se (J. BONNAMOUR, 1973) e que no início do século vinte e um se terciariza, ruralizando-se, no sentido de que retorna ao campo conferindo-lhe urbanidade. Alguns autores conceituados (F. Choay, Castells, Ascher, etc.) dizem que *este é o salto da cidade para o urbano ou, no dizer do segundo, para “um mundo urbano sem cidades”* (DOMINGUES, 2003). Com efeito, neste início de milénio caminhamos para a paridade social e cultural entre os espaços, isto é deixamos o sentido do urbano e do rural, para avançarmos para a urbanidade dos territórios.

O nosso estudo desenvolve-se, na área rural envolvente da cidade de Coimbra. Trata-se de um espaço periurbano onde as dinâmicas mutacionais se fazem sentir nas actividades económicas, nas relações sociais e nos valores culturais, de forma bem evidente. É, no entanto, difícil delimitar com precisão e *a priori* esse espaço. Com efeito, "a delimitação inicial de uma área para um estudo simultaneamente regional e temático é

sempre um compromisso pouco firme: o traçado de limites científicos, quando possível, terá de ser resultado e não ponto de partida da investigação " (C. CAVACO, 1986, p.30).

E atendendo à identificação dos espaços periurbanos apresentamos de seguida os parâmetros que viabilizam a sua individualização. Do ponto de vista **demográfico**, o aumento dos quantitativos da população e, conseqüente acréscimo da densidade demográfica; importância crescente da população residente alógena; aumento do número de migrantes pendulares; diminuição da população activa agrícola. Na perspectiva ambiental e morfológica temos a mudança de uso do solo, a regressão das parcelas agrícolas e aumento do espaço construído; modificação das condições do ambiente, poluição, quebra do equilíbrio ecológico, crescimento do "pousio social", alteração da morfologia da casa rural. Do ponto de vista económico, temos o aumento da procura de terrenos para fins imobiliários e conseqüentes efeitos sobre o valor do capital fundiário; redução da actividade agrícola e mudança nas condições de comercialização dos produtos na região urbana, incluindo até, no caso de Coimbra, instalação de mercado abastecedor; transformação do sistema de economia agrícola, com eventual expansão da agricultura multifuncional e biológica; difusão de novas actividades, sobretudo de comércio e serviços com previsão de implantação de sistemas territoriais inovadores. Da vertente social consta a crescente heterogeneidade, progressivo afrouxamento das relações de vizinhança e de solidariedade aldeãs; mutação da sociedade rural, passando de comunidade de inter-conhecimento ao individualismo, protegido pelo anonimato social. Do ponto de vista cultural, a elevação progressiva do nível cultural das populações periurbanas; alteração dos hábitos e dos padrões de consumo; desencadeamento de novas dinâmicas territoriais, com movimentos geradores de novas relações socioculturais; criação de novos equipamentos e organismos de apoio, por vezes privados, postos ao serviço da colectividade, clubes, casas de convívio, lares de terceira idade, bibliotecas, salas de exposições e espaços museológicos, etc.

A breve exposição dos fenómenos que demarcam o quadro mutacional da periurbanização, e que poderemos utilizar para alicerçar a nossa investigação, sugere-nos a adopção de critérios, quantitativos e qualitativos, tendentes à delimitação última da área envolvida. De facto isso poderá ser meta, e não ponto de partida. Terá de ser síntese conclusiva, e não rígido pressuposto em que assente a investigação.

Circunscrevemo-nos, de início, a um território cuja delimitação se submeteu, de certo modo, ao "espartilho" das circunscrições administrativas até que, depois de caminhadas e encruzilhadas, chegámos à área onde decorre o nosso estudo. É, *grosso modo*, constituída

pelas freguesias do concelho de Coimbra localizadas na margem esquerda do Mondego, e pelas freguesias do concelho de Condeixa-a-Nova, numa área que se estende por um raio de cerca de vinte quilómetros a partir do centro de Coimbra (Fig. 0.1)

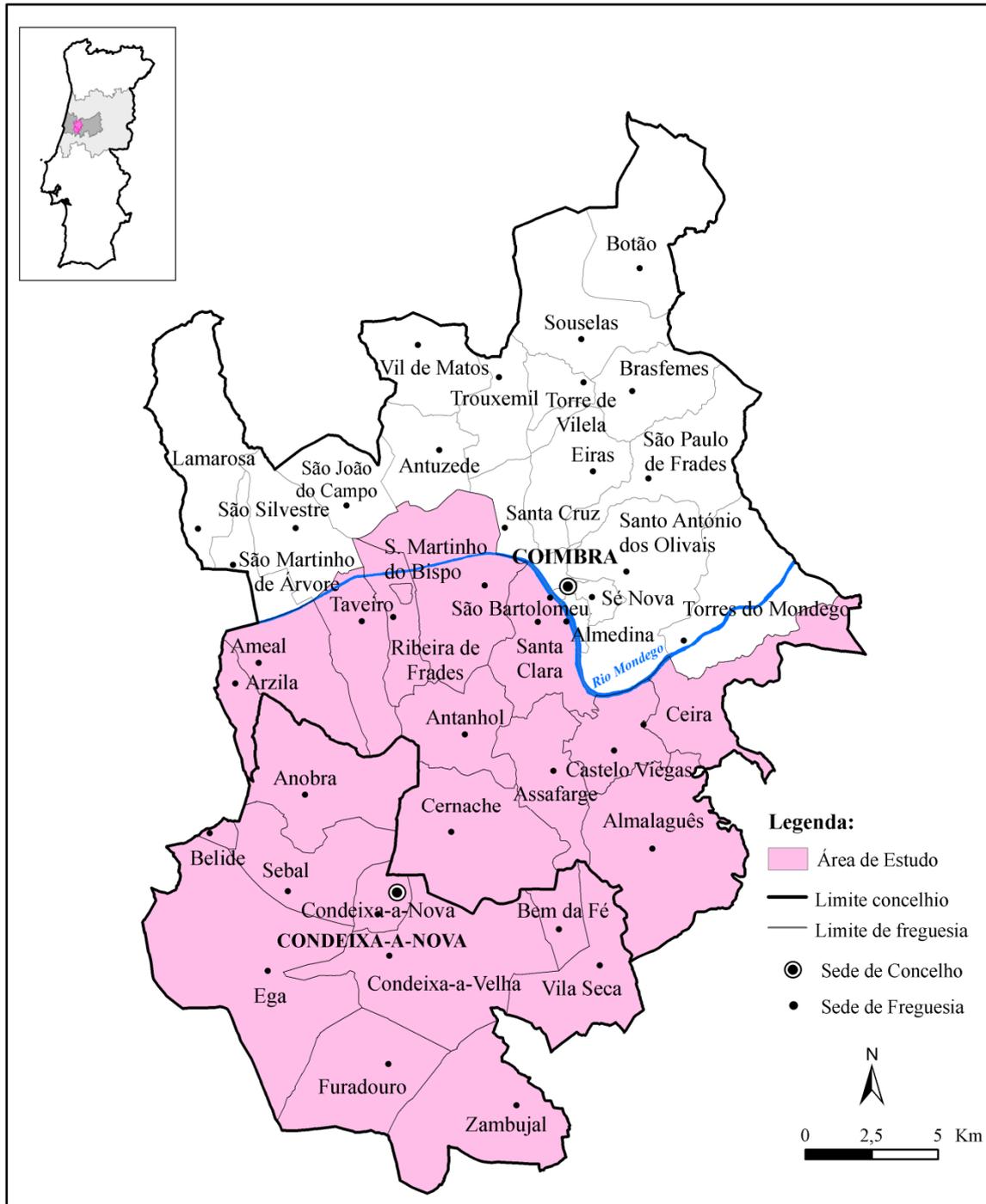


Figura 0.1 – Enquadramento geográfico da área de estudo

2.1. Na Área de Estudo: a actual multifuncionalidade

Se é certo que a definição de um espaço de análise pressupõe a opção por um determinado período temporal – situações actuais e dinâmicas de mudança nos espaços do quotidiano, com especial incidência, no nosso caso, nas questões da periurbanização – também não exclui a necessidade de transgredir as fronteiras desse espaço, ou então de recuar no tempo, sempre que o próprio curso da pesquisa o imponha. Com efeito, a compreensão das conjunturas exige não só a referência a certas condições, por vezes remotas, da sua própria génese, como a comparação, o exame de diferenças e de semelhanças, face a processos localizados em espaços envolventes e descontínuos (J. Ferreira de ALMEIDA, 1986, p. 107).

Faremos a nossa análise a várias escalas para podermos estabelecer analogias e retirar ilações que nos permitam melhor enquadramento do fenómeno que pretendemos estudar - a periurbanização. Começaremos por fazer uma abordagem ao nível do distrito de Coimbra e, dentro deste, descenderemos à escala concelhia procurando pôr em evidência possíveis assimetrias entre o interior e o litoral. Para compreendermos as dinâmicas evolutivas que possibilitem avaliar o nível de influência de Coimbra na região onde se inscreve, utilizaremos como referência indicadores demográficos e económicos.

Estabelecido o quadro geral onde se faz sentir a acção urbana, trataremos de investigar os efeitos concretos dessa mesma acção no espaço imediatamente envolvente da cidade.

De início pensámos fazê-lo em todas as freguesias do concelho de Coimbra, tentando posteriormente estabelecer tipologias baseadas na funcionalidade do espaço, ou seja estudando a localização das actividades de produção (essencialmente agricultura e indústria) e das novas formas assumidas pela função de consumo. Chegámos a demarcar alguns tipos de freguesias, embora com base em informação reduzida (M. L. ROXO, 1985). A desigual distribuição do espaço agrícola na coroa envolvente da cidade veio, contudo, induzir processos evolutivos diferenciados. De facto, as partes norte e leste, pelas suas características morfológicas e edafológicas, nunca funcionaram como áreas abastecedoras de produtos hortícolas ao centro urbano. Pelo contrário, as áreas da margem esquerda do Mondego, essencialmente as da parte sul e oeste, cedo se afirmaram

como cintura periurbana, eminentemente fornecedora de produtos frescos (hortícolas e lacticínios) à cidade.

Este facto conferiu ao processo evolutivo deste espaço uma dinâmica própria, de início, comandada pela actividade agrícola, que aqui assumiu características morfológicas, técnicas e económicas, muito específicas - as "hortas". Estas floresceram pela conjugação de factores físicos e mesológicos bastante favoráveis e, sobretudo, pela proximidade do mercado consumidor. Ao longo de séculos, à volta de Coimbra individualizaram-se espaços abastecedores de produtos frescos à cidade: as *hortas* de que se destacam as de Castelo Viegas, de Cernache (M.L. Roxo MATEUS, 19), da Eira-Pedrinha, de Alcabideque, para além dos espaços hortícolas do *campo* que bordeja o Mondego e onde se testacam áreas das freguesias de S. Martinho do Bispo, Ribeira de Frades e Taveiro.

Se a proximidade da cidade favoreceu a horticultura foi também factor dinamizador da transformação sócio-profissional das populações, no sentido de uma crescente terciarização e proletarização; no primeiro caso, decorrente da concentração urbana das actividades de comércio e de serviços, nomeadamente de educação e administrativos e, no segundo, da implantação industrial entretanto verificada, apesar de esta ter aqui uma expressão relativamente débil.

As recentes dinâmicas mutacionais vieram reforçar o comportamento diferenciado dos territórios da margem esquerda no contexto geral do concelho de Coimbra. Aqui adquiriu papel relevante o operário-camponês, importante agente de mudança dos espaços periurbanos, elemento essencial na multifuncionalidade agrícola.

Por outro lado, condições de constructibilidade e habitação favoráveis tais como disponibilidade de espaço, preço dos terrenos, agradável contexto ambiental e paisagístico, conjugadas com outros factores, nomeadamente económicos, reflectidos na melhoria da rede viária e nas acessibilidades, propiciaram a expansão da função residencial e contribuíram para a crescente terciarização (SANTOS, 2001) destes espaços.

Como os limites administrativos não constituem barreiras geográficas, aquela dinâmica viu-se prolongada para o concelho de Condeixa, também este atravessado por uma importante via de comunicação que, de certa forma, acelerou todo o processo.

Assim optámos por – através do fenómeno residencial e do avanço da terciarização, conforme modelos conceptuais apresentados por A. BERGER (1975), por KAYSER (1990) e, com as necessárias adaptações ao tempo e às novas territorialidades, também defendido por ASCHER (2005) e outros – estudar os processos de mudança nos campos envolventes

da cidade, destacando a progressão da urbanidade e a rápida aceleração da urbanização e da terciarização nas franjas rurais periféricas. Procuramos, sobretudo, perceber os motores desta transformação, relacionar os padrões territoriais com as mudanças no âmbito da economia, da sociedade, das infraestruturas e sistemas de mobilidade, e das vivências urbanas, para depois avaliar a complexidade de efeitos positivos e negativos que se foram construindo (DOMINGUES, 2003) e, se possível, encontrar respostas e apontar caminhos.

– PARTE I –

O ESPAÇO RURAL: DINAMISMOS E MUDANÇAS

Introdução

O espaço rural caracteriza-se pela diversidade de paisagens, de culturas e de civilizações, assumindo, na actualidade, especial relevância pelas múltiplas potencialidades que oferece.

Até aos anos oitenta do século vinte, apesar da já evidente diferenciação espacial e humana, estudar a ruralidade quase coincidiu com o reconhecimento, a observação e análise da sociedade camponesa; nas suas mutações e nas suas permanências (Kayser, 1990). Hoje a situação é bem diversa: a pesquisa geográfica no âmbito das temáticas rurais incide sobre um tecido económico e social cada vez mais heterogéneo, complexo e dinâmico, relativamente ao qual se procuram delinear tendências e interpretar os sentidos da mudança. É sobejamente reconhecido, e temos isso bem presente, que não se pode restringir o espaço rural ao domínio agrícola já que, cada vez mais, se afirma a sua multifuncionalidade. As singularidades e diferenças que lhe conferem identidade obrigam a repensar modelos de crescimento/desenvolvimento, adequando-os às exigências de um processo mutacional acelerado, onde intervêm múltiplos agentes, com perspectivas de valorização e objectivos pragmáticos bem diferenciados.

O equacionar da questão rural e do desenvolvimento tem de ser, necessária e efectivamente, alargado a âmbitos que vão da vertente produtiva - de que as actividades primárias são apenas uma pequena fracção - a um tecido económico que envolve, actualmente e cada vez mais, todos os sectores da actividade económica, com particular relevância das novas - ou renovadas - funções rurais de suporte residencial, de lazer e de consumo. Torna-se sobretudo necessário estar preparado para compreender um espaço que é crescentemente diversificado. A procura de dados, o levantamento de informação diversa num amplo território, que se pretende cresça com qualidade, pressupõe mobilização de meios, coordenação de esforços, planificação e operacionalidade. A tudo isto está subjacente um objectivo bem pragmático que é o de contribuir, através do nosso trabalho, para a criação de condições que permitam equidade territorial, igualdade de oportunidades e bem-estar social, sem deixar de ter presente a necessária preservação das identidades.

Quando tanto se fala da criação de condições de desenvolvimento em todo o planeta e a todas as escalas, desde a global - através da consideração das assimetrias, entre países urbano-industriais e países pobres, essencialmente agrícolas ou agro-rurais - à local, sem desvalorização da regional, torna-se urgente considerar as questões rurais segundo perspectivas intersectoriais e, sobretudo, multiescalares.

Durante muito tempo campos e cidades foram considerados espaços com forte sentido de integração económica e social; embora na essência esta perspectiva se mantenha, também a este nível foi sensível a mudança: os campos já não são exclusivas áreas de abastecimento das *suas* cidades, como estas já não pedem às *suas* periferias necessariamente produtos agrícolas, mas sim espaços de mobilidade e de expansão urbanística.

Estamos, actualmente e em Portugal, perante relações cidade-campo quase esvaziadas de conteúdo produtivo e, ao invés, animadas por dinâmicas assentes em padrões consumistas. Hoje as mobilidades envolvem espaços e agentes: são os residentes rurais que procuram na cidade os bens e serviços que não encontram na aldeia, e a necessidade exige ou a publicidade lhes incute, ou que frequentam espaços de cultura e lazer que só a cidade possui. São os cidadãos que ao campo vão procurar a tranquilidade dos espaços verdes ou a disponibilidade de terrenos para construção, que na cidade escasseiam ou são inacessíveis à generalidade das bolsas.

As breves referências supra, permitem afirmar que o espaço rural deixou de ser *bem de produção* e passou a *bem de consumo*, crescentemente valorizado pela procura. Actualmente as dinâmicas espaciais, e também económicas e sociais, (TORRÉ, A., e FILIPPI, M., 2005) reflectem as novas premissas que envolvem as relações entre a cidade e as suas periferias rurais. Ontem (e aqui recuamos até aos anos 1980) as cinturas da cidade começaram a deixar de ser hortas, vinhas e olivais para advirem, frequentemente, anárquica floresta de betão, ponteada de pousios onde crescem silvas e canaviais, que retomam terrenos aráveis, tantas vezes solos férteis anteriormente cultivados com cuidadosa minúcia; os quase jardins de ontem volveram matagais, tantas vezes à espera do especulador imobiliário.

Nem todos os espaços envolventes das cidades registam tais desequilíbrios, já que alguns cresceram em qualidade. Quais e porquê? Que características intrínsecas ou que saberes aprendidos lhes conferiram essa capacidade? Será que à volta de Coimbra encontramos esse quase *milagre*, ou deparamos silvas ponteadas de betão, numa

amálgama confusa que cedo transformará o que resta do campo em espaço meramente suburbano? Perguntas que nos nortearam ao longo deste trabalho.

1. Um estudo *local*, na era do *global*

Quando as mudanças ocorrem um pouco por toda a parte, comandadas por mecanismos económicos gerais, que quase determinam o social e uniformizam o cultural, favorecendo a perda de identidade dos territórios; quando se assiste, à difusão de modelos económicos e comportamentais, assentes num consumismo exacerbado, onde a máquina produtiva marca os ritmos e os *media* ditam as regras; quando se implantam redes de informação e produção que se estendem à totalidade do planeta; enfim, quando o mundo se reduz a uma *aldeia global*, como disse Marshall McLuhan¹, terá razão de ser o estudo do local, aqui entendido como espaço de vida de populações ainda rurais? Justifica-se a análise das dinâmicas económicas e sociais que estão subjacentes à organização de um espaço camponês que, progressivamente, adquire características urbanas?

Poderá parecer despicienda, neste início do século vinte e um, a procura de entendimento do *espaço rural* enquanto *espaço vivido*, uma vez que os mecanismos que o regem são parte de um processo global e globalizante, diluidor das diferenças e acelerador da erosão das identidades. De facto, hoje, tudo parece tender para uma uniformização seguidista de modelos exteriores, pela emulação ou pela tentativa de implementação de paradigmas provados e aprovados noutras latitudes, em contextos mais avançados de crescimento. A cada vez mais rápida divulgação da informação proporciona o contacto com realidades de outros quotidianos, sustentadas por diferentes valores culturais e inseridas em estruturas económico-sociais bem diversas. Por vezes, a incapacidade para avaliar o carácter e a extensão das diferenças levou a adopção de arquétipos estruturais, ou comportamentais, não adequados à realidade local ou mesmo nacional. Importam-se

¹ Herbert Marshall McLuhan (1911-1980), sociólogo canadiano, consagrou, em 1962, a expressão *aldeia global*. Refere que a *galáxia eléctrica* destruiu a *galáxia de Gutenberg* e aos tempos da comunicação escrita sucedem os da comunicação oral, através das telecomunicações, onde o *continente* (veículo de comunicação) tende a ser mais importante do que a própria matéria comunicada, isto é, a forma substitui-se ao conteúdo (*The Gutenberg Galaxy. The Making of Typographic Man*, 1962. Cfr. trad. fr. *La Galaxie de Gutenberg*, Paris, Éditions Mame, 1965; trad. port. *A Galáxia de Gutenberg*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977).

modelos de produção e modas culturais como se adoptam estranhos hábitos e renovados modos de vida. Na paisagem os sinais da globalização estão presentes na morfologia da casa, também ela bastante influenciada por modas emanadas de distintas regiões, muitas delas do centro da Europa, veiculadas por agentes diversos em momentos temporais sucessivos. Se alguns destes fenómenos com maior capacidade simbiótica, acabam por se integrar na realidade local, sendo praticamente absorvidos pelo sistema e pela paisagem, outros há que continuam “corpos estranhos”, testemunhos de uma inadequada sobreposição de modelos e/ou de uma má gestão da mudança.

Só uma atenta pesquisa local permite avaliar dos processos de mudança implementados e dos meios mobilizados para atingir a melhoria das condições de vida das populações. A adopção de modelos de desenvolvimento externos, pensados para outros contextos - dos quais, frequentemente, se perde a ideia de conjunto, escolhendo apenas alguns sinais mais atractivos ou alguma vertente mais considerada - exige uma cuidada reflexão de ajustamento da análise local à perspectiva global e sobre a adequação ou inadequação de processos. Por sua vez, a forma como os fluxos de informação, de bens ou mesmo de pessoas, são recebidos, assimilados, avaliados e recontextualizados no seio da comunidade aldeã, reflecte a sua capacidade ou incapacidade para se renovar sem perder as especificidades que a individualizam, isto é, a sua *identidade*. Há aqui que referir o papel desempenhado pelos canais que veiculam os fluxos, nomeadamente de informação, e respectivos agentes difusores. É da sua seriedade intrínseca, da credibilidade que têm junto das comunidades e, sobretudo, da consonância entre estes dois parâmetros, que depende a validade da comunicação e a qualidade da recepção. Entre o receptor local e as fontes globais que emitem as mensagens inovadoras, qualquer que seja o espaço e o âmbito em que se inserem ou as actividades a que se reportem, interpõem-se *elementos mediadores* ou *instâncias intermediárias*, às quais cabe seleccionar, avaliar e recontextualizar os produtos das designadas “culturas-indústria”. Dentre os referidos “mediadores” cabe salientar os líderes locais, religiosos, políticos ou culturais: a igreja, à escala local representada pelo pároco, a escola, pelo professor, os organismos associativos, com a massa de sócios representada pela direcção, entre outros. Do seu desempenho, isto é, da sua capacidade de interpretar as mensagens e de as aplicar ao seu meio, depende o êxito das dinâmicas empreendidas.

Precisamente porque estamos numa era de mundialização económica e cultural, pensamos ser necessária, mesmo premente, a reflexão sobre as dinâmicas e os mecanismos de desenvolvimento à escala local. Com efeito, só através de um profundo

conhecimento da realidade actual (espacial, económica, social e cultural), mediante informação recolhida, testemunhos obtidos e vivências sentidas, se poderão entender os percursos, detectar as carências, aferir da qualidade das mudanças, delinear o sentido das tendências e apontar linhas orientadoras.

Esse conhecimento profundo dos territórios implica a análise a grande escala, a escala da observação local. Só um estudo do ponto de vista local, que restabeleça o consumo cultural no contexto das actividades múltiplas e quotidianas de uma comunidade, é capaz de avaliar o seu impacto (WARNIER, J., 2000) sendo evidentes as conotações espaciais.

É indispensável reflectir sobre os actores, os contextos e as escalas para promover, em cada caso, eficácia, equidade e durabilidade (BAILLY, A., 2006). Esperamos que o conhecimento, e a vivência, que temos da nossa área de investigação nos permita apreender as especificidades locais e avaliar da adequação, ou não, dos modelos de referência que orientam as tendências mutacionais da área de pesquisa do estudo que empreendemos. Vamos percorrer os caminhos rurais que levam à velha urbe, observando os sinais da mudança, recolhendo informação, trabalhando indicadores (quantificáveis ou não) e reflectindo sobre o localmente globalizado processo mutacional dos campos.

2. O estado da arte e os percursos da investigação

No sentido de sustentar conceptualmente a temática em estudo, importa fazer uma abordagem ao “estado da arte” ou seja traçar, em linhas gerais, o percurso da Geografia no âmbito das temáticas rurais. A partir de bibliografia publicada em épocas e contextos académicos diversificados, destacaremos as temáticas e perspectivas de investigação mais representativas. A inexistência de universalidade na formalização conceptual permite-nos retirar deste périplo, pelos diversos autores e num intervalo de tempo relativamente amplo, um referencial teórico essencial para compreender, clarificar e sustentar um quadro conceptual não raras vezes diverso, em conteúdo e até em terminologia, consoante o tempo em que é estabelecido, o país onde é aplicado e os interesses científicos do autor que o define.

2.1. A influência conjuntural na pesquisa geográfica

A evolução do pensamento geográfico permite-nos constatar a grande influência do contexto conjuntural (político, económico, social, cultural) nas temáticas de investigação das suas diferentes correntes. Sem nos determos sobre o longo percurso das reflexões geográficas², parece-nos relevante salientar que a investigação geográfica sempre procurou responder às interrogações colocadas pela sociedade, relativamente ao espaço onde se insere e aos condicionalismos que o envolvem, considerando as causas circunstanciais que os provocaram. Assim, a procura de caminhos, de meios, viabilizadores do equilíbrio homem/natureza, esteve sempre presente nas preocupações deste ramo do pensamento científico.

A pesquisa sobre a dinâmica relacional dos fenómenos e a consequente previsão de situações, fizeram da geografia uma “ciência de acção”, preocupada com a análise de múltiplos factores com interferências recíprocas (P. GEORGE; 1970, p.13). É assim que se tem vindo a assistir a mudanças significativas no que toca às temáticas em cada época privilegiadas. Estas decorrem dos problemas, dos desequilíbrios, ou da necessidade manifestada pela sociedade de reflectir sobre o seu próprio percurso civilizacional. Acresce ainda que, para além das relações entre os homens, - movidos por objectivos de sobrevivência, poder ou solidariedade -, há que considerar, como factor primordial, o espaço; não numa perspectiva de mero suporte das actividades humanas, mas, sobretudo como seu potenciador e receptor de efeitos positivos ou, ao invés, de consequências menos desejáveis. Ora é no âmbito do domínio espacial que a geografia detém a primazia científica. Como referia Fernandes Martins, “ o objecto de estudo dos geógrafos é a Terra, apenas esta, e não o homem, salvo quando considerado como um agente de transformação do meio” (MARTINS, A. F., in LA BLACHE, V. DE, 1954). De facto, torna-se cada vez mais difícil, hoje talvez impossível, delimitar, investigar, uma realidade espacial sem nos

² Iniciado numa perspectiva bem pragmática, na medida em que procurava responder às solicitações de mercadores e governantes, fornecendo alguns elementos espaciais, necessários para clarificar componentes socio-económicas, num determinado contexto político ou negocial. Aliada à Estatística, fornecia elementos sobre as potencialidades dos territórios, europeus ou ultramarinos, permitindo, à administração, avaliar das riquezas do império, e aos mercadores, das oportunidades de especulação produtiva; por seu turno, a Cartografia, topográfica ou corográfica, sustentava a arte militar. (P.GEORGE, *Les Méthodes de la Géographie*, P.U.F., Paris, 1970, p.15) e P. CLAVAL, *Géographie Humaine et Économique contemporaine*,

envolvermos, profundamente, no domínio das relações humanas; num mundo onde o meio está quase totalmente artificializado pelo homem, que nele, e através dele, vive, trabalhando-o, modificando-o, adaptando-o às suas necessidades... até ao limite da exaustão – exercendo por vezes, na actualidade, uma acção eminentemente predadora – enfim, quando o homem conquista, constrói e delimita *territórios*, definindo *espaços vividos* - é imprescindível a consideração e análise das relações entre os homens para compreender os espaços. A sua organização, estreitamente relacionada com os contextos civilizacionais, depende hoje, cada vez mais, dos objectivos económicos visados, das hierarquias políticas entre nações, e, a uma escala maior, das lutas, ambições e relações de poder entre os homens. Assim, a realidade geográfica, num determinado lugar, é feita da convergência ocasional de processos evolutivos, dos quais cada um é específico e se diferencia dos outros pela sua dimensão, o seu ritmo, bem como pela sua natureza. Esta convergência é acompanhada de acções recíprocas, que inflectem, aceleram ou afrouxam, (CHALAS, Y., 2004), consoante a marcha dos processos em conflito ou em competição.

Assim, os centros de gravidade da pesquisa geográfica têm vindo a mudar, consoante as situações conjunturais que, por sua vez, influenciam as tendências das correntes deste ramo do pensamento científico; acresce ainda a diversificação temática decorrente dos objectivos e até da própria personalidade dos investigadores; mas as tendências e as orientações pessoais são elas próprias fruto da conjuntura (P. GEORGE; 1970, p.16).

Se no início do século vinte, a problemática central da investigação se relacionava com a necessária adaptação do homem ao meio - nem sempre fácil numa época de incipiente tecnologia³, já na década de setenta os problemas do desequilíbrio produtivista conduziram a reflexões centradas sobre a temática do desenvolvimento, ao nível da “introspecção de cada Estado” (idem, p.16). Neste contexto fez-se sentir a premência das políticas de ordenamento do território, não só à escala nacional ou regional, mas à planetária, onde se evidenciavam as assimetrias de desenvolvimento (posteriormente continuadas e acrescidas), fazendo apelo à necessária cooperação técnica e científica entre nações, visando o auxílio aos países mais carenciados. Foi também por esta altura que a

³ Vidal de La Blache sintetizou as relações de acção/reacção entre o homem e o meio através do conceito de *modos de vida*, afirmando “o que prevalece com o progresso das civilizações, o que evolui, são as formas dos agrupamentos sociais saídos originariamente da colaboração da natureza e dos homens, mas cada vez mais emancipados da influência directa dos meios. O homem criou para si modos de vida.” (LA BLACHE, 1921 - trad. port. 1954, p.172).

problemática ecológica⁴ se consolidou e impôs à comunidade científica; numa conjuntura de crise económica desencadeada pela dependência energética e correlativa tomada de consciência do possível esgotamento dos recursos, os impactos do crescimento tornaram-se evidentes, obrigando a reflectir sobre os modelos adoptados e implementados, e a possibilidade da sua necessária inflexão. Este apenas um exemplo, dos muitos possíveis, da influência do contexto conjuntural na perspectiva da abordagem geográfica.

A geografia ciência de relações - verticais entre os factos, horizontais entre os lugares ou as pessoas - é necessariamente heterogénea: pelas temáticas que contempla, pelos objectivos que prossegue, pelas cumplicidades científicas que estabelece. De facto, são muitos e diversificados os seus contactos científicos; numa época em que falar de interdisciplinaridade é tema comum e quase redundante, não podemos, contudo, ignorar esta vertente, desde sempre tão importante numa ciência charneira entre as temáticas da natureza e do homem.

Sem esquecer as ciências da Terra e da natureza, adquirem para nós maior relevância as ciências do Homem (sociologia, economia, história, entre outras), às quais recorreremos, procurando os instrumentos (arquétipos teóricos, conceitos, métodos de investigação) necessários à compreensão do homem enquanto agente mutacional do meio (e, por vezes, também ele mutante...).

A Geografia é, pois, uma ciência que se encontra na encruzilhada de vários caminhos científicos. O seu objectivo máximo é o estudo da realidade espacial, organizada em função das suas potencialidades e das necessidades sentidas pela sociedade. À medida que esta vai diversificando os seus objectivos, aperfeiçoando instrumentos e técnicas, evoluindo cientificamente e optimizando a sua capacidade de mobilização de meios, as relações que estabelece com a natureza também se alteram e, conseqüentemente, as temáticas de pesquisa e perspectivas de análise geográfica diversificam-se.

⁴ O termo “ecologia” foi criado em 1869 por Haeckel, definindo-o como a ciência que estuda “as relações mútuas de todos os organismos que vivem num único e mesmo lugar, e a sua adaptação ao meio que os rodeia” (Haeckel, 1884, citado por V. de La Blache, 1954, p. 34). Durante muito tempo apenas ciência da natureza, que excluía o homem do seu âmbito de estudo, evoluiu a partir dos anos 70, reconhecendo-o “como um elemento estruturante dos ecossistemas e das paisagens, como fonte de perturbações e novo motor da evolução, através das mudanças que impõe à paisagem” (J.-C. Lefevre, 1981, cit. por Y. Veyret e P. Pech, 1993).

2.2. Integração e identidade

A Geografia Rural tem acompanhado a evolução do pensamento geográfico. Na verdade, talvez tenha sido, a par com os ramos da Geografia Física, o mais constante na investigação ao longo do percurso histórico da Geografia. Com efeito, desde os primórdios da cientificação dos estudos geográficos os campos têm sido objecto de observação, pesquisa e reflexão, nas suas vertentes morfológica, económica, social ou cultural, destacando-se cada uma delas consoante as tendências e o método em cada época privilegiados. A Geografia Rural, enquanto parte integrante da Geografia Humana, não pode “reivindicar nem independência nem institucionalização” (BONNAMOUR, 1993, p.113) contudo, pela especificidade do seu conteúdo programático e pela preocupação analítica relativamente a um determinado domínio espacial, formula problemáticas próprias e traça os seus eixos de pesquisa a partir da observação e do conhecimento íntimo do território, diferente do das grandes aglomerações urbanas. À semelhança da ciência geográfica global, tem sido influenciada pela conjuntura civilizacional, nomeadamente no que concerne à evolução económica (CHARVET, J-P. e SIVIGNON, M., 2002), determinante para a definição dos contornos temáticos em cada época dominantes. Assistimos, assim, a um percurso paralelo do crescimento económico mundial e das reflexões sobre o espaço rural, com as necessárias pontes e convergências.

2.3. No início era o agrícola

Durante muito tempo foi nítida a separação entre espaço rural e espaço urbano. As diferenças “saltavam aos olhos de todos” (FARCY, H., 1980); no campo, espaço verde onde dominava a agricultura e o povoamento tendia para uma relativa dispersão, o homem permanecia arreigado a velhas tradições e a sua vida decorria monótona e simples, num meio ao qual a influência do passado e os condicionalismos naturais conferiam uma dinâmica peculiar.

Nesta fase, da nítida dicotomia rural/urbano, a agricultura era o grande elemento diferenciador dos espaços, imprimindo as suas marcas nos vários domínios de vida das sociedades rurais. A sua importância era evidente não só na estruturação da actividade económica, mas também na organização das famílias, nas relações sociais, nos modos de

vida, enfim, nas paisagens e nas civilizações. Assim, e considerando as vertentes organizativa e valorativa - isto é *o quê, como* e *para quê* - as respostas passavam sempre pelo *agrícola*, exaltando-o enquanto suporte económico e, sobretudo, como elemento de estruturação social e civilizacional.

Neste período, que se estendeu até meados do século vinte, os estudos rurais em Portugal foram marcados pela escola Vidaliana, na qual a relevância dada à análise à escala da região, quase permitiu a identificação de *geografia regional* com *geografia rural* (BUTTIMER, A.1971; 2001). Por sua vez, a *geografia rural* quase se identificava com *geografia agrícola*, já que procurava descrever e explicar as práticas agrícolas - nelas englobando as culturas e a sua sucessão no tempo; as técnicas (instrumentos e processos de trabalho); os quantitativos de mão-de-obra mobilizados (variável estreitamente associada à noção da intensividade ou extensividade) - valorizando os seus resultados produtivos e repercussões morfológicas. Era dada grande relevância à noção de *sistema de cultura*, visível na paisagem e directamente dependente de factores naturais (solos, clima, disponibilidade hídrica, relevo).

Ainda dentro da escola francesa, alguns geógrafos valorizaram fenómenos, elementos ou relações que, embora não patentes na paisagem, permitiam a sua compreensão, elegendo, assim, como temática fundamental das suas obras, as *estruturas agrícolas* (BONNAMOUR, J. S/d LEBEAU, R. 1969; 2004), isto é *o conjunto das condições fundiárias e sociais das regiões rurais*. Estas contribuem, numa óptica possibilista, para explicar o conceito de *civilização agrícola*, já que a prática agrícola, dependente de condições físicas, rege-se por heranças históricas (organização económica e social, regime jurídico) e revê-se na estrutura fundiária. Nesta concepção da geografia rural a paisagem é a resultante da adaptação das sociedades ao meio, constituindo também um testemunho do passado, das evoluções técnicas, sociais e até políticas e culturais. Estas últimas, contudo, não foram muito consideradas na pesquisa possibilista, que privilegiava os elementos do meio natural eram em detrimento dos “invisíveis” na paisagem.

Na escola regional a “paisagem região” constituía um saber parcial, “pouco interessado nos efeitos da revolução industrial e da sociedade a que ela estava associada, levando à despolitização dos discursos e privilegiando o estudo dos meios rurais tradicionais” (BAILLY, A. et BÉGUIN, H., 1982, p.93). Segundo os investigadores radicais, a pesquisa Vidaliana adoptou um discurso mistificador, subterfúgio eficaz para ignorar, ou esconder, as realidades políticas, sociais e económicas (idem, p.93). Tal conclusão parece-nos, contudo, um pouco excessiva, por ignorar as condições globais da evolução

do pensamento geográfico, neste período muito “preso” ao meio físico, então objectivo principal do estudo da geografia, e a conjuntura mundial, quanto às formas de organização política e económica e quanto à evolução tecnológica em geral, pouco propiciadora de uma rápida transferência de informação, pessoas e bens. Daqui resultava a predominância de sociedades voltadas para si próprias, essencialmente preocupadas com a resolução de problemas de índole local ou regional, relacionados com estratégias de adaptação/exploração de um meio ainda não dominado pelo homem.

No período delimitado pelas duas grandes guerras mundiais, a investigação rural englobou duas grandes áreas temáticas: influência dos condicionalismos naturais na actividade agrícola e nos modos de vida das comunidades rurais (evolução dos sistemas de cultura)⁵ e estruturas e paisagens agrárias. Trabalhando sobre espaços pouco extensos, o ruralista tinha o privilégio de fazer incidir os seus esforços sobre interacções que podemos classificar de "verticais" (J.BONNAMOUR, 1973, p.20), onde se destacavam temas como: a influência do clima e dos solos sobre a distribuição das culturas, importância dos declives na repartição do povoamento ou dos ciclos vegetativos nas rotações culturais.

Foram muitos os geógrafos que continuaram a privilegiar a vertente agrícola do complexo rural nos seus trabalhos de investigação. Na escola francesa pontuaram nomes como E. Julliard, R. Brunet, B. Kayser, os quais foram, progressivamente, ao longo do seu percurso, alargando os campos de análise e objectivos de pesquisa a áreas bem para além das anteriormente referidas, à medida que novos desafios se colocavam à sociedade e, nos campos, se prefiguravam novos modelos de desenvolvimento.

2.4. Espacialidade, distâncias e mercados

Também na escola anglo-saxónica a problemática agrícola teve, e mantém ainda, grande importância. Desde WAIBEL (1933), passando por SCHAEFER (1953), GREGOR

⁵ Merece destaque a obra de Daniel Faucher - *Geographie Agraire: Types de cultures* - na qual o autor analisa a evolução dos sistemas agrícolas, classificando-os e caracterizando-os em função dos meios técnicos mobilizados e dando grande relevância aos factores climáticos. Seguidor de Vidal de La Blache, dá especial ênfase à noção de *civilização rural*, referindo: “as combinações culturais se bem que dependentes da adaptação ao meio geográfico, dependem também de uma multiplicidade de fenómenos cujo conjunto constitui, num determinado lugar e num dado momento, uma civilização rural” (FAUCHER, 1946).

(1970), GRIG (1982), BOWLLER (1984) e WHATMORE (1991), a geografia rural tem vindo a ser entendida como “agriculture geography”.

Embora a análise das interrelações homem/meio tivessem, inicialmente, sido consideradas numa perspectiva muito próxima da prosseguida pela escola francesa, como o comprova a obra de Leo Waibel,⁶ na qual o autor preconiza uma abordagem “regional e morfológica”, elegendo como tema de pesquisa a “formação agrícola”(Landwirtschaftsformation), definida como “complexo vegetal com distinta caracterização paisagística ou regional” - e continuassem a ser merecedoras de atenta observação e análise, assistimos, nos primeiros decénios da segunda metade do século vinte, a uma clara secundarização das mesmas. De facto, a corrente da “nova geografia”, preconizada por T. Hagerstrand, num estudo sobre a *difusão das inovações no espaço rural* sueco⁷, imprimiu as suas marcas na investigação rural e nas temáticas privilegiadas: os factores técnicos e a distância impuseram-se, relegando o meio para plano secundário. Por sua vez, os paradigmas económico-espaciais clássicos adquiriram modernidade, assumindo-se como suporte teórico de investigação.

Nos anos 1970, a obra de Von Thunen foi modelo preferencial (CHISHOLM, 1971) na orientação da perspectiva económico-espacial desta “nova geografia rural”, à medida que a problemática do meio físico volvia questão arcaica e ultrapassada, conotada com uma geografia descritiva e passadista. Paralelamente, a adopção de métodos quantitativos, estatísticos e matemáticos, reflectia a crescente procura de um maior rigor científico, esquecendo-se, por vezes, que nem todos os parâmetros socio-espaciais podem ser reduzidos à frieza dos números.

Na sequência, e a propósito desta invasão das ciências exactas, escreveu criticamente, em 1976, A. Frémont: “O estudo qualitativo já não faz receita por falta de rigor, e por já não corresponder à linguagem do tempo (...). Em vinte anos a matemática invadiu o universo da geografia. Ela quantifica, ordena, classifica: aplica-se a tudo (...). As mais complexas combinações são agora a sua medida. Os geógrafos anglo-saxónicos fizeram dela um instrumento de investigação privilegiado. Em França, a ambiguidade dos conhecimentos de cada um é tal neste domínio que nunca se sabe bem se a especialização

⁶ WAIBEL, Leo, *Probleme der Landwirtschaftsgeographie*, Hirt, Breslau, 1933. cit por GREGOR, H. (1970) *Geografia de la Agricultura*, ed. Vicens-Vives, Barcelona.

⁷ HAGERSTRAND, Torsten, *Innovation diffusion as a spatial process*, Chicago University Press, Chicago, 1968; ed. orig. sueca, Lund, C. W. K. Gleerup, 1953.

requerida para uma leitura *quantitativa* se situa ao nível das matemáticas *bayesianas* ou ao da regra de três composta” (FRÉMONT, A., 1976). Não obstante estes olhares críticos, a geografia aproximou-se das ciências exactas procurando nelas o esteio necessário à investigação da realidade espacial, em âmbitos temáticos diversificados, de modo a estabelecer analogias e definir padrões gerais da distribuição dos fenómenos em análise. Mas a vertente da observação continuou e continuará a ser imprescindível na pesquisa geográfica.

Para além da consideração das distâncias na espacialidade agrícola, e consequente organização das áreas culturais, também a questão social se veio a tornar relevante na temática rural: o espaço não poderia ser analisado isoladamente dos processos sociais, por incapacidade explicativa da análise neopositivista na nova geografia rural. As relações sociais deveriam ser estudadas e entendidas enquanto suporte, ou condicionante, da organização espacial. A pesquisa rural deveria, pois, partir do social para o espacial, numa lógica de investigação *radical* da organização espacial.

Esta ordem, ou hierarquização dos processos, nem sempre pode, ou deve, ser mantida. Atendendo às temáticas preferencialmente desenvolvidas revela-se, todavia, essencial a valorização dos processos sociais, se bem que não necessariamente considerados numa abordagem de dialéctica marxista (nos anos de 1970 a luta de classes foi sustentáculo teórico de algumas obras sobre temas rurais) num quase determinismo, tendo sempre presente que o social condiciona o espacial e o inverso também se verifica.

2.5. Problemática ambiental e interdisciplinaridade

No âmbito rural os mecanismos económicos e espaciais e os agentes que os passaram a reger tornaram-se muito mais diversificados e complexos; os equilíbrios agro-ambientais antes estabelecidos tenderam a romper-se. Da intervenção de múltiplos factores, nomeadamente económicos - dentre os quais salientamos os decorrentes de uma acelerada globalização e do consequente alargamento dos mercados, agora considerados à escala mundial, e os associados ao processo de intensificação agrícola da fase *produtivista* - resultou uma extrema complexidade da problemática agrária.

Actualmente os fluxos que atingem o espaço rural, ou dele emanam, originam uma interdependência cada vez maior entre áreas geograficamente distintas, sendo as ligações

económicas que se estabelecem entre regiões que irão caracterizar, reger e tipificar os mecanismos rurais e dinamizar os processos de mudança. Não podemos, contudo, esquecer que existem múltiplas estruturas basilares onde se inserem as relações económicas (estruturas demográficas, sociais, culturais, políticas, etc.), as quais assumem relevância tal que "a investigação se torna, por vezes, sua prisioneira, tendendo a esquematizar e analisar a realidade geográfica à luz de modelos dos macrossistemas dominantes" (J.BONNAMOUR, 1973, p.21), simplificando, voluntariamente, uma realidade bastante complexa.

A investigação rural, confrontada com a necessidade de equacionar as exigências do crescimento e as onerações ambientais do mesmo, insere-se, cada vez mais, numa perspectiva multidisciplinar - no âmbito das ciências económicas, sociais e da natureza - tornada imprescindível. A premência da reflexão científica sobre os graves e complexos problemas da humanidade, aproxima os vários domínios do saber. Obras de economistas agrários (como H. de BARROS, R. BADOUIN, A. BERGER) são, a par das de sociólogos (como CASTELLS, RAMBAUD, MORIN, RÉMY), e obviamente de geógrafos (como KAYSER, CAVACO, DIRY) são, dizia, fundamentais para a análise e compreensão da problemática rural.

A forte urbanização, desencadeada sobretudo a partir da segunda metade do século vinte, teve efeitos multiplicadores na complexidade rural: há campos que são invadidos por novas pessoas e actividades, enquanto outros quase se esvaziam; uns enfrentam os problemas do congestionamento e da saturação de infraestruturas - desequilíbrios entre capacidades e solicitações, querelas ambientais e sociais, poluições e conflitos de interesse - fica para outros o fantasma de desertificação. Está económica e socialmente delineada a tendência para a heterogeneidade rural, configurada numa plurifuncionalidade dos espaços e diversidade paisagística. Tal se vai necessariamente espelhar nas temáticas actuais de pesquisa, caracterizadas pela grande multiplicidade temática e, sobretudo, pela importância conferida às reflexões sobre as dinâmicas de mudança (KAYSER, 1990). Nos últimos anos assistiu-se a uma reactivação da produção científica relacionada com a análise da sociedade e do espaço rural, numa perspectiva de revitalização do rural, através da reafirmação das suas componentes de integração e multifuncionalidade.

A grande e crescente mobilidade das sociedades pós-industriais proporcionou o recrudescimento da atenção sobre as relações cidade-campo, agora visualizadas como migrações para o espaço rural. A nova realidade global, marcada pela revalorização das questões ambientais e ecológicas, veio pôr em evidência o carácter intrínseco, a essência

e a especificidade do que é rural, valorizando-o. Mostrando como este espaço já não é “subordinado, residual, carente” (SEBASTIÁN, 2000: 94) mas é hoje, nos países mais desenvolvidos, um espaço apreciado pela sua plurifuncionalidade e capacidade de resposta às múltiplas procuras. Acresce que a recente descoberta do mundo rural pelos habitantes da cidade veio dar lugar a novas dinâmicas e criar novos espaços “eccléticos e complexos” – os denominados espaços rurbanos, de certa forma relacionados com a crescente integração do campo no sistema capitalista global. Esta integração, ao engendrar novos processos de mudança dá lugar a roturas históricas no modelo de relações cidade-campo que antes vigorava – deixamos de ter uma situação de dependência e subordinação do campo relativamente à cidade, para termos dois mundos contíguos, o rural e o urbano, cada um com as suas carências e oportunidades, assumindo-se como parte integrante da chamada sociedade global. Nesta o espaço rural adquire outro protagonismo (CAMARERO, Alfonso L. 1993) o que veio dar um novo fôlego ao estudo dos processos de mudança.

É assim que investigação rural deixa, definitivamente, de se confinar ao domínio do agrícola, assumindo o ónus de estudar as múltiplas vertentes da organização espacial rural. O apelo à interdisciplinaridade é agora interno. De facto, a geografia rural tem de contemplar, para além da componente *agricultura e organização do espaço*, áreas tão diversas como a terciarização dos campos, as mobilidades e a dinâmica residencial, as novas áreas industriais, os espaços de lazer e a crescente procura rural para fins turísticos ou recreativos... E tudo isto numa perspectiva multiescalar, já que o local, como dissemos, se insere cada vez mais no global; a componente intermédia – a regional – tão fortemente enraizada na nossa disciplina, deve também ser considerada.

Convém salientar que, para os geógrafos, mais do que as relações económico-sociais e suas condicionantes, importa a sua repercussão na paisagem. Para compreendermos a possível interferência entre organização social e funcionalidade de um agregado populacional, temos de estudar as inter-relações, sob a forma de fluxos, que se estabelecem entre espaços diferenciados; podem ser elementos geradores da mudança, seja um determinado sistema de organização da economia agrícola ou os mecanismos gerais de funcionamento do espaço rural, mas têm, seguramente, reflexos na organização do espaço, isto é, na paisagem.

Em síntese, existe toda uma multiplicidade de estruturas, mais ou menos complexas, que sustentam a organização espacial do mundo rural, as quais devem ser objecto de estudo atento, pormenorizado e parcelar. Pelas dinâmicas que o espaço rural tem evidenciado,

pelas novas identidades reveladas, pelo papel importante que deve desempenhar na promoção de uma melhor qualidade de vida, torna-se cada vez mais premente considerar a sua multifuncionalidade, num contexto mais alargado de mais valias económicas, sociais e ecológicas – conjugando todas as vertentes – e discutindo o modo como produtivismo, ambiente e desenvolvimento se cruzam e inter-relacionam.

3. Desenvolvimento rural, *produtivismo* e ambiente

Ao reflectirmos sobre o binómio desenvolvimento rural e ambiente no plano teórico/científico, começamos por destacar que *rural* e *desenvolvimento* são dois conceitos durante muito tempo distantes e, mesmo actualmente, raramente são considerados como espacialmente coincidentes.

A análise dicotómica que opunha o rural ao urbano, dominante até à segunda metade do século vinte, assentava em correntes filosóficas, ou ideológicas e políticas, que privilegiavam a dialéctica cidade/campo, numa perspectiva de oposição e antagonismo. Ora, se nos reportarmos ao pensamento científico social clássico, Marxista e Weberiano⁸, com forte influência na economia espacial até à década de setenta do século passado, vemos que a análise assentava numa dupla dicotomia: agricultura/indústria e rural/urbano. À primeira estava subjacente o processo produtivo, sobretudo os bens produzidos e o modo como eram produzidos; à segunda perspectiva estava associado o modo de vida e o modelo civilizacional enquadrante. Era um paradigma eminentemente espacial, onde se acentuavam as assimetrias centro/periferia, sendo o rural, conotado com o agrícola, considerado um espaço socialmente segregado e economicamente dependente; submetido ao urbano, este culturalmente dominante, e à indústria, que cedo começou a chamar os

⁸ Weber define a *cidade* em oposição a *aldeia*, o campo vs a urbe. À componente quantitativa (demográfica) sucedem a social, económica e política; a cidade será “um agrupamento de casas contíguas, as quais representam um conjunto tão extenso que impede o conhecimento mútuo dos habitantes (específico da associação de vizinhos), os quais, na sua maioria, não vivem do produto da agricultura, mas sim da indústria ou do comércio”; a cidade é “sede de uma *oikos* territorial” com uma função reguladora, económica e político-administrativa (WEBER, Max, *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*, trad. bras. *Economia e Sociedade*, UNB, Brasília, 1999, Vol.2).

camponeses. O rural era, na altura, um espaço de repulsão social que tendia para a depressão demográfica e a especialização sectorial.

Da realidade económico-espacial é indissociável o factor tempo e as dinâmicas de mudança. Assim, “a agricultura e o rural pertenciam ao passado, e a indústria e o urbano eram o futuro” (WEBER, M., 1999, p.427). Ao *rural*, considerado espaço anquilosado, parado no tempo, opunha-se o *urbano*, centro do desenvolvimento e das mudanças, “lugar de ascensão da servidão à liberdade” (*idem*). Nesta dialéctica confrontavam-se duas realidades, uma em ascensão e outra em declínio.

Apesar desta aparente linearidade de contextos e de tendências evolutivas, o mundo rural foi sempre dotado de grande complexidade, mesmo quando, ou sobretudo se, o homem procurava adoptar estratégias de adaptação ao meio que lhe assegurassem a subsistência e, ao mesmo tempo, preservassem a riqueza potencial do território que ocupava. A preocupação da alimentação, a premência de obter bens para as suas necessidades essenciais, ou as da comunidade de inserção, levaram-no a confrontar-se com problemas de escassez de recursos e aumento da procura decorrente do progressivo aumento demográfico⁹. Desta forma as questões do necessário *crecimento* cedo se impuseram, obrigando a repensar meios, e a descobrir estratégias, de mobilização e reorganização de um espaço, ainda não densificado. Por sua vez, a valorização da componente fundiária, numa óptica produtiva, associada a um saber ancestral, decorrente do conhecimento intrínseco da terra, do que podia dar e do que exigia em troca, aproximaram-no, de uma forma empírica, do que hoje cientificamente chamamos *desenvolvimento*. Embora a consideração teórica da problemática do desenvolvimento no contexto geral da economia seja relativamente recente, a valorização e a aplicação dos elementos que a definem cedo se impuseram nas sociedades camponesas que, no seu necessário *saber fazer* aliavam o investimento produtivo à preservação ambiental.

⁹ Segundo E. Boserup, a inovação técnica nos campos foi, durante séculos, a resultante da pressão demográfica. Quando confrontadas com múltiplas dificuldades, as populações adaptam-se procurando soluções novas, ou inventando técnicas mais eficazes, tendentes à obtenção de colheitas mais abundantes (Ester BOSERUP, *Évolution agraire et pression démographique*, Flammarion, Paris, 1970).

3.1. Espaço rural: crescimento *versus* desenvolvimento?

A reflexão sobre a questão rural numa perspectiva económica e ambiental, implica que relacionemos as condições de produção com os factores de sustentabilidade. Constatamos então que, ao longo do percurso civilizacional das comunidades rurais, num determinado contexto económico e social, podem distinguir-se três etapas, bem patentes no percurso evolutivo dos sistemas de economia agrícola e claramente reflectidas na territorialidade rural. Aí, sucessivamente, se afirmam uma ou outra vertente do binómio “crescimento *versus* desenvolvimento”.

Através de esquema da Fig.1.1 procurámos representar as sucessivas etapas destacando, em cada uma delas, as repercussões ambientais, económicas e sociais do sistema produtivo dominante.

3. 1.1. Agrarismo e desenvolvimento: o modelo camponês

A primeira etapa, dominada por preocupações agrícolas e agrárias, materializadas na organização dos espaços de cultivo e na preservação da sua capacidade produtiva - através da boa gestão dos recursos disponíveis, sobretudo solo e água - corresponde a um período bastante alargado, cuja origem se perde na história dos percursos civilizacionais. Alguns autores remeteram-na mesmo para o neolítico, prolongando-a até meados do século vinte (LEFEVRE, 1978); parece-nos contudo ser excessiva tal perspectiva, sobretudo pelo recuo temporal, propício à identificação da parte com o todo, ou seja do *agrarismo* com a própria agricultura.

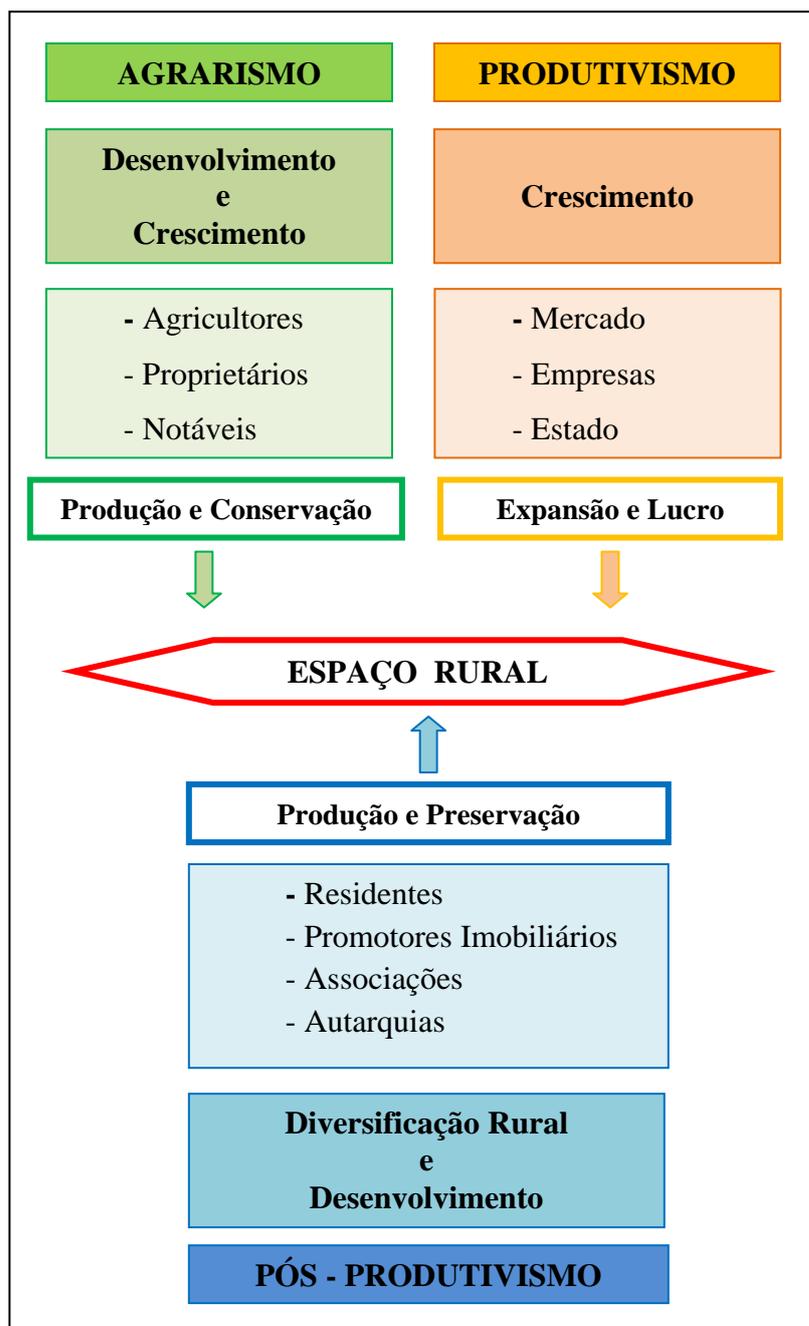


Figura 1.1 – Espaço rural e dinâmicas de desenvolvimento
 Fonte: Elaboração própria.

Este período assumiu temporalidades e contornos diferenciados consoante as conjunturas económicas, os países e respectivas políticas, em função das quais se operaram mudanças efectivas ao nível dos objectivos, da organização das forças produtivas e dos modelos de produção. Nalguns casos as mudanças operadas puseram em destaque algumas estruturas com maior carácter de permanência, as quais acabaram por conferir perenidade, capacidade de crescimento e expansão aos sistemas; noutros casos,

as sucessivas reorganizações acabaram por conduzi-lo à sua descaracterização e posterior desintegração.

É durante esta etapa que a comunidade aldeã tem maior protagonismo, assumindo especial centralidade o seu modo de vida e o sistema de economia agrícola que a sustenta. Neste período da vida agrária o estudo de uma aglomeração rural, em qualquer país, põe em evidência subtis e inimagináveis equilíbrios ecológicos: entre a extensão das matas, das terras aráveis, das pastagens e dos animais - enfim, entre o grupo dos seres vivos que naquele território encontram a subsistência - e os factos objectivos e especificamente humanos inerentes à organização dos espaços. Essa reflexão permite também descobrir que os equilíbrios materiais, embora não expressa e materialmente desejados, ou procurados, pelos homens, também não são simples fruto do acaso, e muito menos mera resultante, automática, da combinação dos meios mobilizados. Contudo, aqueles revelam uma consciência ecológica, difícil de analisar e muito mais ainda de definir, consubstanciada na agricultura e sociedade camponesas. Sendo a sabedoria camponesa um misto de prudência, iniciativa, desconfiança, credulidade e rotina, gerada num contexto específico, marcado por forte simbiose entre a vertente económica e a ambiental, configura-se na tradicional empirismo do *saber fazer* camponês.

Apesar da preocupação com o meio e da procura de equilíbrios destacam-se alguns ressaltos nesta ordem ancestral: incertezas relativamente àquele “saber” geracional, devidas a causas diversas frequentemente relacionadas com as necessidades de melhorar os processos produtivos e de introduzir inovações técnicas. Tal exige adaptações e mudanças mais ou menos profundas. Revelam-se, então, problemas e conflitos, no seio das relações entre os homens e/ou destes com o meio. Contudo, aquelas mudanças são quase sempre norteadas ou comandadas por uma ordem natural que, no imprevisível devir, ou poder ser, procura vislumbrar alguma harmonia de interesses e equilíbrio de modos. Como, há mais de cinquenta anos, referiu Henri Lefebvre: “se a comunidade camponesa pudesse hoje renascer, em função de bases modernas, nada de mais interessante do que esse renascimento, donde sairia, talvez, um sentido novo para a Terra” (LEFEVRE, 1970, p.40). Sentindo quão utópica é esta afirmação atrevemo-nos a subscrevê-la, neste princípio do século vinte e um, num momento especialmente complexo do nosso percurso civilizacional, onde a busca de novos paradigmas energéticos se conjuga com a necessária reformulação de princípios económicos com vista à sustentabilidade social e ambiental. Seria o retomar de um modelo de equilíbrio

ecológico sobejamente experimentado e com provas dadas, no que respeita à capacidade de recuperação económica e de sustentação do crescimento. O avanço da economia de mercado no pós segunda Guerra Mundial, a excessiva exploração dos recursos e os consequentes impactos ambientais, a generalização aos países ocidentais de sistemas de economia agrícola capitalistas e de modelos de crescimento assentes na maximização dos lucros e na multiplicação dos fluxos económicos, conduziram à inevitável deterioração do meio natural, pondo a descoberto a precariedade dos processos e a instabilidade dos equilíbrios - mesológicos e paisagísticos - atingidos na “era” camponesa. No período áureo produtivista, e à medida que as metas de produção iam sendo progressivamente atingidas e até ultrapassadas, o *crescimento* sobrepôs-se ao anterior sentido de *desenvolvimento*, presente no sistema agrícola pré-capitalista. Os cuidados com o meio volveram coisa do passado, enquanto as leis de mercado, e as normas produtivas e financeiras por ele impostas, exigiam eficácia de processos e, sobretudo, exigiam elevada quantidade de produtos. Tais fins pareceram justificar quase todos os meios, pese os custos ambientais e os riscos para a saúde.

3.1.2. Crescimento, a perspectiva quantitativa

A noção de *crescimento*, com um conteúdo eminentemente economicista e quantitativo, foi explanada como sendo “o aumento continuado do produto, durante um ou vários períodos longos” (DROUIN, 1999, p.157). Relaciona-se com os níveis de produtividade e é calculado através da evolução do P.I.B.¹⁰. O crescimento pressupõe, assim, maior quantidade de produção, cujo aumento decorrerá da mobilização de novos ou renovados, factores produtivos, aliados a processos e técnicas mais eficazes.

Indicador já por si dotado de alguma opacidade, o crescimento nunca se apresentou como “fácil e validamente mensurável (...) no entanto, a quantificação era deveras importante, até pelas possibilidades que oferecia de, pela comparação aparentemente

¹⁰ O Produto Interno Bruto é um indicador agregado que permite avaliar o valor da produção, anual, de bens e serviços, sobre o território nacional. O P.I.B. é calculado a partir da soma dos valores acrescentados das empresas, mais o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e ainda os direitos alfandegários sobre os produtos importados (DROUIN, 1999, p.158).

objectiva de números, criar condições de emulação que incentivassem o próprio crescimento” (LOPES, 1995, p.145).

As preocupações com o crescimento surgiram com o fim da Segunda Guerra Mundial, por razões várias e das quais salientamos: o urgente relançamento das economias nacionais, nomeadamente dos países com directa interferência no conflito, visando repor, ou se possível aumentar, os níveis de produção; a forte influência dos Estados Unidos da América na Europa, levando à difusão de modelos não só produtivos mas até comportamentais e de consumo. Se, no início, o objectivo máximo era o sector produtivo, a centralização das atenções sobre o rendimento nacional obrigou a repensar as relações oferta/procura. Com efeito, para que aquela pudesse elevar-se era imprescindível que a segunda a suportasse; da produção passa-se à hiper-valorização do consumo e daí à criação de necessidades e de permanentes estados de “carência” vai apenas um passo; as empresas, através de inovadoras técnicas de publicidade e marketing, induzem a procura de bens perfeitamente dispensáveis ou mesmo supérfluos; os países europeus mais avançados, nomeadamente o Reino Unido, Alemanha e França, entram decisivamente na “era do consumo em massa” (ROSTOW, 1978, p.109) e, no que se refere especificamente ao espaço rural, entra-se numa fase *produtivista* (DIRY, 1999), dominada pelo capitalismo agrário e incorporadora dos meios de produção desenvolvidos durante a designada *segunda Revolução Industrial* (SCHNEIDER e NAVARRO, 2000).

Esta dinâmica, focada sobre a maximização da produção, se inicialmente teve inegável êxito, inaugurando uma “época de ouro” no panorama económico europeu, veio a evidenciar-se mais tarde, quando ocorreram as crises da década de setenta, manifestamente limitada. De facto, a aposta na mobilização máxima dos recursos - naturais e humanos - não considerou os custos da excessiva pressão sobre o meio e concomitante artificialização do mesmo. Foi o acordar de um sonho de exploração, com potencialidades quase ilimitadas, para a realidade da precaridade da mesma, atendendo às perdas e depreciações inerentes à degradação ambiental. O procedimento económico implementado considerava os recursos naturais (solos, florestas, água...) na mera perspectiva do rendimento, não atendendo às consequências de uma utilização desregrada, não “consentânea com os níveis de tolerância impostos pela natureza” (LOPES, 1980, p.148).

Se a constatação das perdas e depreciações ambientais não teve força suficiente para reverter o processo económico - assente sobre um modelo demasiado pesado na sua tentacularidade global e, por outro lado, já provadamente eficiente no que toca à criação

de riqueza financeira e afectação de relações de poder - teve, pelo menos, o grande mérito de obrigar a reflectir sobre a articulação das relações homem/meio. A velha questão do *possível*, face a uma capacidade de regeneração dos recursos, improvável à escala humana, teve de ser retomada; alguns organismos supranacionais preocuparam-se seriamente com o nível atingido pela degradação e destruição das condições ambientais à escala planetária, implementando ou propondo, por vezes, medidas de desaceleração dos processos produtivistas.

3.1.3. Desenvolvimento, ou o crescimento não hipotecado

No vocabulário de cientistas e políticos entra em força, a partir de finais dos anos setenta do século vinte, um termo não novo mas renovado e reforçado pelas experiências vividas e resultados recentemente obtidos: *desenvolvimento*.

O conceito de desenvolvimento económico envolve indicadores essencialmente qualitativos, que remetem para a optimização das mudanças - económicas e, sobretudo, sociais - que permitam e acompanhem o crescimento. Desenvolvimento¹¹ será pois, um crescimento “não hipotecado” ou que não onera as gerações vindouras, pela não delapidação das potencialidades do meio e cuidado na preservação ambiental. Pressupõe melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, considera o homem não apenas enquanto agente económico, produtor ou consumidor de bens e dinamizador de fluxos com retorno monetário, mas considera-o como cidadão inserido numa comunidade que o acolhe e à qual presta serviços, sem que a primazia seja, necessariamente conferida ao objectivo financeiro.

¹¹ À noção de desenvolvimento justapôs-se a de *desenvolvimento sustentável*. Conceito lançado em 1987 pelo Relatório Brundtland - “O Nosso Futuro Comum” - elaborado, sob a égide das Nações Unidas, na Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento. Definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”, é uma repetição conceptual já que a própria noção de desenvolvimento contempla aquelas premissas. A noção de *desenvolvimento sustentável* adquiriu actualidade política mundial através da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, também designada por Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. (MOTA, I. e all, Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável: 2005/2015, Pandora, Lisboa, 2005).

E o círculo fecha-se. Estas referências - à não delapidação das potencialidades naturais, à inserção do indivíduo na colectividade -, fazem-nos lembrar alguns dos sinais identificadores da sociedade camponesa. Estão próximos de *valores*, no sentido sociológico e cultural (ou mesmo económico-financeiro) do termo, inerentes ao sistema de organização da economia camponesa: desde “a preocupação com o capital terra, tanto como com a produção em si mesma...”, à “entrajuda”, passando por “uma criteriosa selecção de meios para atingir os fins”, tudo referências que nos remetem para um contexto económico e social ante-productivista.

Cabe aqui fazer referência à actual plurifuncionalidade rural, na medida em que proporciona oportunidade de práticas activas, agrícolas ou não, cujo valor não é mensurável em termos de fluxos monetários que geram, mas das externalidades que desencadeiam, quer consideremos o domínio da organização do espaço, o social ou o cultural (ROXO, M. L., 1986, 1997).

3.1.4. Ruralidade e Crescimento

Na fase que se seguiu à Segunda Guerra Mundial a produção registou um crescimento sem precedentes nos países industrializados. De facto, o aumento do produto nacional, no período 1950-1970, situou-se na ordem dos 5% por ano, enquanto nos finais do século dezanove rondava apenas os 1,5% (DROUIN, 1999).

Na Europa Ocidental, e em particular nos países que primeiro integraram a Comunidade Europeia, a agricultura foi objecto de profundas transformações, visando a sua inserção num contexto económico moderno e tecnologicamente evoluído. As mudanças foram de tal modo significativas que levaram à consideração de uma “segunda revolução agrícola” (WHATMORE, S., 1993)). A aposta incidiu sobre as estruturas agrárias, no sentido de uma progressiva concentração, isto é, redução do número e aumento da dimensão das explorações; e, concomitantemente, sobre os sistemas agrícolas, tendo em vista uma crescente intensificação.

É assim que a unidade de produção camponesa se transforma numa verdadeira empresa, inserida numa cadeia produtiva que se estende para montante (fábricas de rações, de adubos, de equipamento mecânico), ou para jusante (empresas de transformação de produtos de origem animal ou vegetal, de distribuição), integrando por vezes autênticas fileiras agroalimentares (DIRY, 1999). A intensificação traduziu-se numa

nítida artificialização do meio através da componente biológica (selecção de sementes e raças animais), química (fertilizantes, fungicidas e pesticidas, herbicidas sistémicos) e mecânica (maquinaria diversa, com aplicações específicas às tarefas sequenciais do calendário agrícola), esta tornada imprescindível face à redução do tempo útil agrícola e à regressão do número de trabalhadores.

Como referimos, e retomando raciocínio interrompido com os exemplos supra sobre produtividade, o PIB, é o indicador do nível de crescimento dos países ou das regiões. Se considerarmos o PIB por habitante nos Estados membros da UE, verificamos que são grandes as disparidades entre eles (Quadro 1.1).

Portugal é o país que apresenta um atraso mais significativo face à média europeia (-56.6%), enquanto a Dinamarca evidencia uma distanciação pela positiva (+ 42.1%). É de destacar o facto de este país, à semelhança da Suécia e da Áustria, ter uma elevada taxa de população rural, o que invalida o estabelecimento de uma relação directa entre elevado nível de urbanização e elevado crescimento. Tem sido aceite como regra geral a relação directa entre grau de desenvolvimento e grau de urbanização, isto é, o crescimento das cidades, em grande medida a expensas do espaço rural, reflecte o nível de desenvolvimento de um país. Tal consideração deve-se ao facto de a cidade ser considerada como suporte, criadora e transmissora de inovação e sede das mudanças que acompanham o processo de mundialização económica. Assim, aos núcleos de maior peso demográfico corresponderia um maior nível de desenvolvimento, o que começa a ser posto em causa face ao excessivo número de excepções (D'ENTREMONT, 1997).

Por sua vez, são ainda nítidas as assimetrias, considerando o PIB por habitante, entre o tecido rural e o urbano, a diferença menos relevante ocorre na Dinamarca (-7.5%), o que vem corroborar o que antes afirmámos: ruralidade pode ser consentânea com desenvolvimento e redução de assimetrias; de salientar que o desnível mais vincado é o da Itália (-31.1%). Acresce ainda que as assimetrias são de tal modo vincadas que mesmo nas zonas urbanas alguns estados membros não atingiram a média europeia, tendo por consequência um PIB por habitante mais baixo do que o das zonas rurais de vários países membros; por outro lado, “em termos de crescimento do PIB, em cada estado membro é possível encontrar zonas rurais figurando entre as mais dinâmicas do país em causa ” (CE, 1997, p.12).

Quadro 1.1 - PIB por habitante em PPC na UE 27 (2005)

País	PIB em PPC
Bélgica (BE)	27700
Bulgária (BG)	7900
República Checa (CZ)	17300
Dinamarca (DK)	28600
Alemanha (DE)	25800
Estónia (EE)	14000
Irlanda (IE)	32600
Grécia (EL)	19700
Espanha (ES)	23000
França (FR)	25400
Itália (IT)	23600
Chipre (CY)	20900
Letónia (LV)	11400
Lituânia (LT)	12200
Luxemburgo (LU)	58900
Hungria (HU)	14700
Malta (MT)	16800
Países Baixos (NL)	29500
Áustria (AT)	28900
Polónia (PL)	11700
Portugal (PT)	16800
Roménia (RO)	8000
Eslovénia (SI)	19200
Eslováquia (SK)	13400
Finlândia (FI)	25900
Suécia (SE)	26900
Reino Unido (UK)	27600

Fonte: Eurostat

Hoje são diversificados os sectores, múltiplas as actividades, numerosas as empresas e os agentes que operam nos espaços rurais¹². Apesar dessa complexidade

¹² Tendo presente a relatividade da sua distribuição face à tipologia dos espaços em causa. De facto, a complexidade do tecido sócio-económico rural será diversa quando consideramos um espaço marginal ou um espaço rural periurbano.

económica e crescente heterogeneidade funcional, o espaço rural continua no entanto a ser sede da actividade agrícola, a qual o modelou e lhe imprimiu o carácter específico face ao espaço urbano.

3.2. Ascensão e declínio do modelo produtivista

A modernização agrícola recebeu, após a década de 1960, um impulso significativo não só das inovações tecnológicas em geral, mas sobretudo do desenvolvimento da investigação científica, no âmbito da bioquímica e áreas afins. As mutações operadas nos sistemas de produção subverteram o posicionamento das variáveis quantitativas, ou indicadores de crescimento, qualquer que seja a área de especialização considerada, agrícola ou pecuária.

3.2.1. As variáveis da produtividade

As consequências mais visíveis da era “produtivista” foram o forte aumento da produtividade agrícola e os notáveis crescimentos do volume de produção. Nos rendimentos, o crescimento foi também ele bem sensível, especialmente nos países de economia mais avançada. Consideremos, a título de exemplo, o caso do trigo: na França o rendimento do trigo aumentou 1 quintal por hectare e por ano, no decénio de 1960, situando-se na ordem dos 30 quintais/ha em 1970 enquanto, em 1990, ultrapassava os 60 quintais/ha; em 1995 o rendimento do trigo na Grã-Bretanha e na Bélgica rondava já os 71 quintais/ha/ano (DIRY, 1999, p.51)¹³.

A produtividade registou, por sua vez, uma evolução ainda mais espectacular, considerando-se que, entre 1960 e 1985, os ganhos de produtividade na agricultura foram superiores aos da indústria. A substituição do trabalho pelo capital generalizou-se, e cada vez mais hectares são trabalhados por um único operador agrícola. Como exemplo, e voltando ao caso do trigo, temos que nalgumas regiões de França (Soissonnais) e Reino Unido (East Anglia), onde o rendimento é superior a 80 quintais por hectare, basta um

¹³ Os indicadores produtivos referidos no item “3.1.1. As variáveis do crescimento” foram retirados da obra referenciada de Jean-Paul Diry, *Les espaces ruraux*, Sedes, Paris, 1999.

homem para trabalhar 150 hectares, obtendo uma produção total de 12 000 quintais por ano e por activo agrícola. Claro que só foi possível atingir estes resultados mediante uma forte e sofisticada mecanização, elevado consumo energético e considerável investimento em fertilizantes e produtos fitossanitários.

O uso de adubos químicos cresceu de forma exponencial, registando-se “recordes mundiais” no início dos anos 1990, como o verificado na Holanda com um consumo de cerca de 800 quilos de fertilizantes por hectare de terras cultivadas e por ano; no mesmo período, o consumo médio na Europa foi consideravelmente mais baixo, na ordem dos 250Kg por hectare e por ano.

A evolução também foi notável no que concerne ao emprego de produtos fitossanitários, na agricultura e produção animal: o consumo mundial de produtos químicos tais como pesticidas, herbicidas, fungicidas, “entre 1960 e 1990 foi multiplicado por 25” (idem, p.49) e toda a farmacopeia humana foi transferida para a criação de gado (vacinação, recurso maciço aos antibióticos...), tornando-se tanto mais necessária porquanto a selecção de espécies conduziu à eliminação da rusticidade das raças e, consequentemente, à maior fragilidade dos animais, agravada porquanto o gado é sujeito a riscos de contágio consideráveis.

Foi assim que, em pouco mais de trinta anos, a exploração agrícola se transformou numa unidade de produção com estrutura empresarial, perfeitamente inserida nas regras de jogo da economia capitalista, organizada de acordo com os objectivos da produção em grande escala e as solicitações do mercado mundial.

Atendendo à especificidade da prática agrícola, altamente dependente da aleatoriedade climática, e considerando também o desequilíbrio na valorização dos bens agrícolas face aos industriais, no mercado de produtos, e a sua importância intrínseca enquanto sustentáculo do desenvolvimento humano e progressão civilizacional, a agricultura tem sido objecto de atenção por parte de instituições políticas e/ou económicas, com responsabilidades reguladoras, as quais têm actuado no sentido de minimizar os desníveis económicos intersectoriais e proporcionar uma paridade de renda entre os agentes que neles operam. E assim, a agricultura, nos países economicamente mais avançados, nomeadamente nos que integram a UE, foi (e de certo modo ainda é) um sector manifestamente privilegiado pelas políticas governamentais.

3.2.2. O impacto da PAC no processo produtivista

Durante os anos 60 e 70 a PAC (Política Agrícola Comum) procurou resolver o problema dos baixos rendimentos do sector, instituindo medidas estruturais e de apoio à produção. Estas consubstanciaram-se em preços subsidiados (“preços garantidos”), os quais favoreceram uma situação de quase ausência de riscos de investimento e propiciaram um crescimento da produção muito para além dos níveis da procura.

Por outro lado, os apoios, maioritariamente concedidos a produtos das “regiões setentrionais”, como o leite e os cereais, e beneficiando as grandes explorações, dominantes na Europa Central, contribuíram para acentuar as assimetrias entre os países centrais e os da periferia. De facto, o impacto da PAC variou muito do ponto de vista espacial, tendo as regiões do centro (norte da Bélgica, nordeste de França, Holanda) tirado mais proventos do que as regiões periféricas do sul, do ocidente e do norte da Europa (ILBERY, 1994).

O crescimento dos níveis de produção deu lugar à acumulação de grandes quantidades de produtos (subsidiados...), com custos acrescidos de armazenamento, os quais tiveram de ser por vezes destruídos para cumprir a regra máxima do mercado. Assim, “o custo exorbitante da armazenagem e eliminação de excedentes acabou por ameaçar a viabilidade financeira da PAC” (idem, p.277), tornando-se premente a sua revisão. Várias seriam as possibilidades de intervenção face ao problema dos excedentes, sendo a mais lógica a que agisse ao nível dos preços garantidos, já que a sua redução desincentivaria os agricultores de continuarem na senda produtivista; no entanto, a consideração dos custos sociais e políticos fez com que se enveredasse pela adopção de medidas tendentes à implementação de uma política de redução da superfície cultivada e consequente abandono das terras, “questão extremamente complexa, já que implica a compensação dos agricultores pelo abandono voluntário ou forçado das terras aráveis” (ibidem). Estas medidas foram acompanhadas de outras que incidiram sobre a diversificação do uso do solo e desenvolvimento rural.

3.2.3. Agricultura e artificialização do meio

Embora a agricultura seja em si mesma, e por definição, uma artificialização do meio¹⁴, já que pressupõe, e exige, acção humana na natureza, a possibilidade da dupla perspectiva de valorização dessa mesma intervenção leva-nos a colocar a questão da artificialização do meio um pouco dicotomicamente.

É assim que a agricultura permitiu, nomeadamente na Europa Ocidental, o desenvolvimento de agro-ecossistemas específicos que contribuíram para aumentar a biodiversidade até aí existente. A “arte de agricultar” se, por um lado, obrigou a uma adaptação às condições mesológicas, extremamente variadas de local para local, e à consequente selecção de plantas, propiciou também a adopção de novas espécies, mais adaptadas aos objectivos económicos prosseguidos. Estes dependiam grandemente de factores de índole demográfica que se traduziam na “pressão do homem sobre a terra”: se forte, exigindo uma crescente intensificação, através da eliminação de pousios e mobilização de técnicas mais elaboradas (de fertilização ou correcção dos solos, de regadio) e instrumentos de trabalho mais eficazes e produtivos; se mais reduzida, libertando os grupos humanos da contingência da limitação do espaço, e permitindo uma utilização extensiva do mesmo. Mas, sempre, qualquer que fosse a situação conjuntural no que se refere às actividades humanas, exigindo mudanças, transformações, que se reflectiram em paisagens diferenciadas.

A importância da agricultura para a conservação do equilíbrio e da harmonia do espaço rural e, neste caso, mais concretamente, da paisagem reside no facto de os desequilíbrios ecológicos, quando por alguma razão desencadeados, tenderem a ser reparados de imediato. Tal pode ser constatado aquando do abandono de terrenos agrícolas: eram mosaicos de culturas, ordenados e policoloridos, durante o muito tempo em que foram cultivados; quando dão lugar ao avanço dos pousios, o desequilíbrio instala-se e o habitat dificilmente se reconstituirá, já que para uma grande proporção da vegetação semi-natural as condições mesológicas, ou o óptimo ambiental, coincide com as terras aráveis de fraca intensividade – as que sucedem ao mosaico intensivo. Por outro

¹⁴ A agricultura foi definida por René Dumont (1954) como “a artificialização pelo homem do meio natural, com o fim de o tornar mais apto à produção de espécies, animais e vegetais, elas próprias melhoradas” (DUMONT, R., *Économie agricole dans le monde*, Dalloz, Paris, 1954, p.5).

lado, e como os sistemas agrícolas empreendidos muito devem à organização da sociedade e aos modos de vida que a sustentam, a paisagem acaba por ser também o reflexo das civilizações, das relações entre os homens, qualquer que seja a escala a que ocorram ou as razões que as desencadeiem. Somos assim confrontados com a noção de *paisagem cultural*, já bastante considerada por organismos supranacionais, com preocupações de crescimento e desenvolvimento.

A paisagem rural, que pela difusão do modelo produtivista se tornou mais monótona, readquire identidade, assumindo-se como um espaço vivencial a preservar (CARVALHO e FERNANDES, 2001) e revelando-se como factor de qualidade de vida, cada vez mais valorizado e procurado.

3.2.4. Tempos de balanço – o declínio do modelo de produção

Foi a partir de inícios da década de 1980 que o modelo “produtivista” começou a ser posto em causa. Altamente dependente de fontes de energia fósseis não renováveis, foi atingido pelas chamadas crises petrolíferas de 1973 e 1979 (TEULON, 2008). É certo que o impacto inicialmente provocado foi rapidamente absorvido, originando, em certos casos, um aperfeiçoamento dos meios e processos de produção, nomeadamente nos países onde os níveis de produtividade e rendimento atingiram limiares mais elevados.

Apesar de inicialmente pouco valorizados, os impactos ambientais tiveram de ser considerados e avaliados. Os custos sociais, financeiros e ambientais de manutenção da combinação técnica de produção, deram origem a contestações de diversa ordem, algumas quase antagónicas, nomeadamente as de cariz financeiro, inerentes ao esgotamento das possibilidades de manter o apoio a uma produção largamente excedentária, e o inevitável reflexo na inviabilização da maximização dos lucros; e outras marcadamente ecológicas, as quais punham em evidência o elevado preço, pago ou a pagar pelas sociedades, actuais ou vindouras, em troca não de uma subsistência essencial mas de uma produção exacerbada e excedentária. Percebeu-se depois que neste preço deveriam também ser contabilizados, para além dos custos financeiros e ambientais, os custos culturais e sociais, ou seja o desaparecimento de práticas simbólico-culturais e o crescente desemprego, decorrente da progressiva substituição do trabalho humano por tecnologias cada vez mais evoluídas e eficazes, que quase permitiam aplicar ao sector agrícola as regras empresariais do fordismo.

Alguns dos problemas que se levantaram prendem-se com a excessiva intensificação dos sistemas agrícolas, nomeadamente no que respeita ao uso de fertilizantes e produtos fitossanitários. Esta artificialização máxima do meio, com graves repercussões nos índices de poluição e na biodiversidade e com riscos acrescidos para a saúde humana, obrigou a reflectir sobre o modelo de produção, conduzindo à reorientação das políticas agrícolas conjugando-as com a valorização da vertente ambiental: “é preciso reduzir os efeitos nocivos e reforçar os efeitos benéficos do exercício da agricultura” (OCDE, 1998).

3.3. As alternativas ambientais

Confrontados com a realidade do agravamento da questão dos recursos planetários, naturais (energéticos, alimentares, hídricos...) e humanos, estes evidenciando assimetrias que se traduzem em agravamento de situações de carência generalizada (desemprego, pobreza, fome), organismos institucionais com responsabilidades ao nível da governação e, sobretudo, alguns, menos controlados pelo poder político e económico, têm vindo a procurar soluções tendentes a minimizar os efeitos de um modelo de crescimento que já se manifestou incapaz de responder às solicitações de um mundo que se move a duas velocidades e, conseqüentemente, enfrenta problemas bem diversos.

No que concerne ao espaço rural a aposta na vertente da produção agrícola, vista na mera perspectiva do crescimento, foi uma aposta perdida. Verificou-se, pois, ser necessário alargar o campo de acção/intervenção do homem, desde a esfera produtiva à ambiental. Vejamos o que diz, sobre este assunto, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos:

“Os agricultores, os consumidores e os poderes públicos, tomaram consciência de que práticas agrícolas inapropriadas e a utilização excessiva de produtos agroquímicos, podiam causar danos ao ambiente; mas, reconheceram também, que a agricultura pode contribuir para preservar os recursos naturais, gerando mais valias ambientais para a sociedade. Os poderes públicos comprometeram-se a criar um contexto político que favoreça formas de produção agrícola, ecológica e economicamente viáveis, de modo a encorajar o desenvolvimento de um sector agrícola dinâmico e competitivo, mas também respeitador dos valores ambientais” (OCDE; 1998).

Na década de 1980 foram introduzidas reformas nas políticas agrícolas, tornando-as mais integradas, considerando as componentes produção e recursos. No “Livro Verde” de 1985 - *Perspectivas para uma Política Agrícola Comum* - a Comissão Europeia exprimiu claramente que “o quadro no qual se inscrevia a produção agrícola deveria ser delimitado por políticas ambientais”.

É assim que nos últimos decénios o modelo europeu de desenvolvimento rural tem vindo a colocar a tónica nas componentes ambiental e social, para além da económica; nesta destaca o carácter multifuncional da agricultura e dos sistemas florestais. Nesta linha se configurou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural, 2007-2013, que considera que as medidas agro-ambientais são elemento fundamental para o cumprimento dos objectivos económico, ambiental e social “ao promoverem a remuneração dos serviços e amenidades ambientais produzidos pelas actividades agrícolas e florestais”.

Já no Regulamento (CE) nº1698/2005 relativo ao apoio ao desenvolvimento rural, se diz que “os pagamentos agro-ambientais devem continuar a desempenhar um papel preponderante no apoio ao desenvolvimento sustentável das zonas rurais e na resposta à procura crescente de serviços ambientais por parte da sociedade”, estes pagamentos têm como objectivo incentivar os agricultores e outros gestores do espaço rural a introduzirem ou manterem métodos de produção compatíveis com a manutenção das características essenciais da paisagem e dos recursos naturais e com a protecção e melhoria do ambiente em geral. Os valores ambientais sobem assim para limiares de valorização nunca atingidos, constituindo-se como factores de qualidade de vida e de gestão equilibrada e duradoura dos recursos; são ainda valor económico a rentabilizar, através de bens e serviços transaccionáveis, capazes de gerar mais valias que podem servir de suporte a outras actividades conexas.

Nesta política de desenvolvimento agrícola e rural o destaque vai para a nova perspectiva de retribuição dos benefícios ambientais, prevendo-se um retorno financeiro para a reestruturação das cadeias de produção ou dos serviços, que se pretendem sustentáveis e de qualidade. As medidas agro-ambientais surgem, assim, como factor de competitividade e não como alternativa a esta, como sucedia anteriormente, quando se apoiava e incentivava o simples abandono das actividades económicas.

3.3.1. Os custos da (*des*)intensificação

Para prevenir, ou punir, as transgressões sobre o ambiente, foi posto em destaque, como meio regulamentar de base, o “Princípio do Poluidor Pagador”. Este prevê que os agricultores, ou outros agentes económicos (na medida em que o princípio se aplica também a outros sectores), sejam responsabilizados pelos danos que provoquem, os quais devem ser por eles custeados. Acresce que o Livro Verde de 1985, considerava também a importância do desempenho do agricultor enquanto “guardião da paisagem”, pelo que deveria ser devidamente remunerado.

Ora estas duas vertentes da questão: o agricultor sujeito ao Princípio do Poluidor Pagador, isto é a ter de pagar se degradar o ambiente e, enquanto Guardião da Paisagem, a ser remunerado se o não fizer, geraram alguma polémica. Os mais contestatários consideravam que não era legítimo ser pago por cumprir um dever, enquanto que, ao invés, os agricultores afirmavam ser penalizados no exercício da sua actividade pelas limitações que lhes eram impostas, pelo que deveriam, de facto, ser compensados.

A questão não é simples: se por um lado há que considerar a vertente social, e ter a percepção da justa partilha dos custos da preservação de um meio que a todos sustenta, por outro, não podemos esquecer que a agricultura é uma actividade económica, que se pretende a par de qualquer outra, que tem de se submeter aos princípios gerais legalmente instituídos. A solução passa pela definição de um conjunto de regras sociais e jurídicas, de que salientamos: os direitos dos agricultores e dos actores rurais, de causar danos ecológicos são limitados. As implicações de um tal quadro jurídico traduzem-se no dever de obedecer às normas ambientais sem receber, por isso, compensação monetária. Aplica-se o Princípio do Poluidor Pagador, tornando os agricultores financeiramente responsáveis. Quando os objectivos ambientais interferirem com os direitos da propriedade privada os agricultores serão convidados a participar na realização do bem comum e, por isso, serão monetariamente recompensados.

Institui-se pois a paridade jurídica dos agricultores com outros quaisquer agentes económicos ou actores sociais, responsabilizando-os pela sua actuação sobre os recursos e o ambiente.

Com a Directiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004¹⁵, é estabelecido o regime comunitário de responsabilidade ambiental. Este permite aplicar as disposições constantes do artigo 174º do Tratado da Comunidade Europeia e, acima de tudo, o princípio do poluidor-pagador (Jornal Oficial da União Europeia, 2004).

Esta directiva funciona como um meio legal de responsabilizar os agentes económicos face aos impactos nocivos sobre os recursos naturais, resultantes da prática da sua actividade, obrigando-os a adoptar medidas mais eficazes de prevenção e reparação dos danos.

Apesar da definição clara de objectivos e regras, nem sempre é fácil a aplicação deste princípio. De facto, a identificação dos poluidores por vezes não é pacífica, sobretudo pela dificuldade de estabelecer relações causais inequívocas; acresce que a quantificação e/ou avaliação dos danos é frequentemente aleatória, o que invalida qualquer medida judicial, que vise repôr a legalidade na questão ambiental.

3.3.2. A redução dos nitratos – resposta ambiental ou económica?

Mais especificamente direccionada ao sector agrícola é a Directiva sobre os nitratos (91/676), que visa “controlar os efeitos nocivos sobre o ambiente do uso excessivo de fertilizantes”. Considera que não devem ser adicionados ao solo fertilizantes em quantidades superiores às necessidades das plantas cultivadas; estabelece como limiar máximo anual cento e setenta quilos por hectare; foi meta para 2003.

A Directiva indica como objectivo a redução da poluição causada ou induzida pelos nitratos de origem agrícola, sendo o controlo extensivo à pecuária, actividade altamente poluidora, quer quando efectuada em regime de semi-estabulação, pela contaminação directa dos aquíferos, ou de estabulação, pela excessiva quantidade de estrumes, nomeadamente quando está em causa a criação de gado a grande escala.

Nalgumas regiões agrícolas europeias (Países Baixos, Flandres, Bretanha e Lombardia) a quantidade de nitratos de origem animal actualmente produzidos, ultrapassa largamente os limiares estabelecidos e a capacidade de absorção da zona agrícola, pelo

¹⁵ Impõe que a transposição para o ordenamento jurídico dos Estados-Membros deverá ser efectuada até ao último dia do mês de Abril de 2007.

que não é excluída a hipótese de os canalizar para o exterior. Em certos casos a solução, para respeitar a Directiva, passará pela redução do número de animais. Difícil de implementar, é certo, quando a reformulação da PAC, na Conferência de Berlim (Março de 1999), reafirma a tendência para a substituição das medidas de suporte dos preços por ajudas à produção (CAVACO, C., 1999).

Este quadro de regulação institucional parece indiciar preocupações reais com as repercussões no meio, fruto de uma exagerada intensificação agrícola. Problemas ambientais como elevado teor de nitratos na água, eutrofização, recuo da biodiversidade, obrigaram a reflectir sobre esta questão. No entanto, a perspectiva económica, nomeadamente no que concerne à necessidade de reduzir a produção até níveis compatíveis com a procura, introduzindo assim “moralização” nas leis de mercado, terá pesado bastante, como factor desencadeador do processo de implementação das medidas de contenção do consumo de fertilizantes.

A necessidade de minimizar a disparidade entre os preços no mercado interno e os preços internacionais, obstáculo às relações de mercado à escala mundial, poderá ter estado na origem de medidas de redução dos apoios aos factores produtivos, uma vez que teriam o efeito, tão desejado num contexto excedentário, de desincentivar a produção.

De salientar que, “antes de a UE ter implementado medidas de redução do uso de produtos fertilizantes de síntese, já outros países o tinham feito: a Austrália deixou de subvencionar os adubos em 1986; a Islândia, a Hungria e a República Checa, também o fizeram em 1991; a Finlândia aplicou, em 1990, uma taxa sobre os adubos fosfatados e azotados, que se traduziu num aumento do seu preço no mercado da ordem dos 30%. Segundo o Relatório – COM (97) 473 sobre a aplicação da Directiva Nitratos, só quatro estados-membros (Dinamarca, Espanha, França e Luxemburgo) haviam cumprido as suas obrigações de transposição quatro anos após o termo do prazo previsto na Directiva (20 de Dezembro de 1993). A maioria dos estados-membros introduziu códigos de boas práticas agrícolas, mas, enquanto que uns não haviam identificado as zonas vulneráveis, em conformidade com o disposto na Directiva (Bélgica, Grécia, Espanha, Portugal, Finlândia e Reino Unido), outros recorreram à derrogação, presente na acção a nível nacional” (CONFAGRI, 2002).

Apesar de o uso de fertilizantes ter diminuído no último decénio do século vinte, segundo o relatório anual “Sinais Ambientais 2002”, realizado pela Agência Europeia do Ambiente, o excesso de nutrientes em terrenos agrícolas continua a constituir um problema, sensível ao nível da poluição das águas e da contaminação dos ecossistemas

aquáticos. As redes de controlo mostram que mais de 20% das águas subterrâneas da UE e entre 30 a 40% dos lagos e rios têm concentrações de nitratos excessivas. O azoto de origem agrícola é responsável por 50 a 80% das descargas de nitratos nas águas europeias. Tal mostra que os efeitos da aplicação da Directiva só se farão sentir dentro de mais alguns anos mas, em certas regiões, começam a observar-se já resultados bastante positivos.

O gráfico da fig. 1.2 põe em evidência o grau de avanço da aplicação da Directiva dos Nitratos, nos Planos de Acção Nacionais dos estados-membro, no período 1996-2000. A classificação compreende três níveis de eficácia: 0- não satisfatório; 1- parcialmente satisfatório; 2 – completamente satisfatório. A determinação dos níveis de satisfação envolveu doze parâmetros; destacamos cinco pela sua relevância: período de aplicação da proibição de aplicação de fertilizantes; restrição de aplicação em áreas próximas de cursos de água; infraestruturação de armazenagem/tratamento de efluentes; sistema de rotação de culturas; planos alternativos de fertilização. Esta listagem, ainda que parcial, das medidas implementadas para atingir níveis satisfatórios de preservação ambiental permite-nos avaliar do peso atribuído às mudanças nos sistemas de cultura de cada estado-membro.

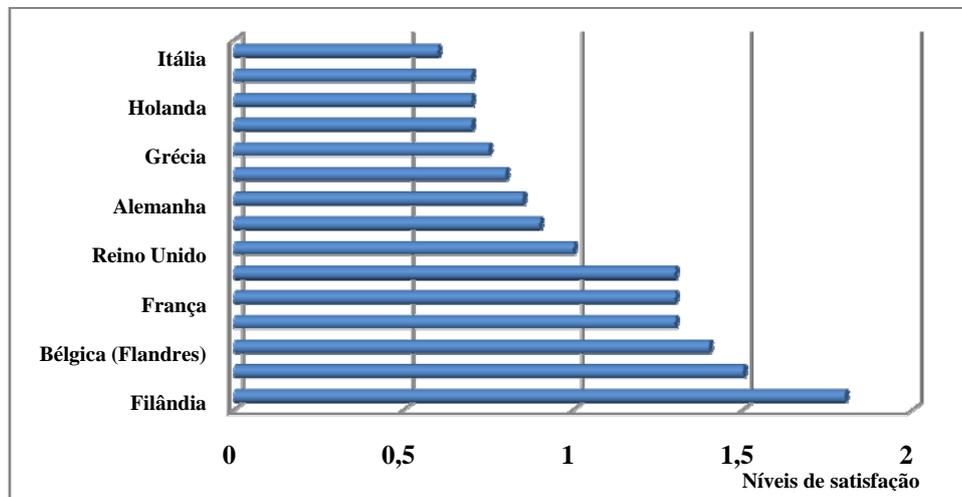


Figura 1.2. Progresso dos Planos de Acção Nacionais relativamente à Directiva Nitratos¹⁶

Fonte: Comissão Europeia, 2001

¹⁶ Nota: As classificações de progresso médio estão baseadas numa análise semi-quantitativa de 12 aspectos dos planos de acção (0 = insatisfatório; 1= parcialmente satisfatório; 2= completamente satisfatório). Aspectos cobertos: período de proibição de aplicação de fertilizantes; aplicações restritas em zonas próximas de cursos de água; trabalho de armazenamento de efluentes; capacidade no armazenamento de estrume; fertilização racional; rotação de culturas; cobertura vegetal em períodos de precipitação; planos de fertilização; outras medidas; data para limites de aplicação.

Da análise do gráfico apraz-nos destacar que Portugal se inclui entre os seis países que ultrapassaram o limiar do satisfatório, ocupando o segundo lugar, logo a seguir à Finlândia. Permitimo-nos não exagerar na valorização de tal classificação e, muito realisticamente considerar que tal se deverá mais à desintensificação geral da agricultura portuguesa, decorrente da falta de capacidade competitiva no mercado agrícola europeu, do que a nossa consciência ambiental e capacidade de liderança política.

Enfim, a redução do consumo de nitratos será uma resposta à questão ambiental ou medida de contenção económica? Não podendo ignorar a dupla perspectiva da questão, a ausência de dados seguros neste domínio, não nos permite encontrar uma resposta.

Acreditaos, contudo, na primazia dada à qualidade e ao ambiente, resultado da tomada de consciência da gravidade dos riscos e, sobretudo, desejamos que não haja inflexão política nesta matéria, no sentido da (re)intensificação, pese a progressão dos consumos, com as recentes procuras energéticas adicionadas às alimentares.

3.3.3. Agricultura biológica, uma agricultura respeitadora do ambiente?

As mudanças agrícolas que consideramos mais relevantes, neste início de milénio, estão relacionadas com a crescente valorização da agricultura biológica. O interesse dos consumidores pelos problemas de segurança alimentar e pelas questões ambientais tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura biológica nos últimos anos. A orientação da procura no sentido dos produtos biológicos levou os agricultores a assumirem relativamente ao mercado uma posição prospectiva que lhes permitiu delinear a reconversão dos sistemas de produção tradicionais no sentido da agricultura biológica, e a considerá-la como uma alternativa viável à agricultura convencional.

A reforma das políticas agrícolas, conjugada com medidas agro-ambientais específicas, de acordo com a evolução das preferências dos consumidores e a criação de mercado para os produtos da *agricultura biológica* através de estratégias de regulamentação, também encorajou os produtores a reconverter os seus sistemas de cultura. Incentivados a converterem-se à agricultura biológica e a adoptar sistemas integrados de gestão dos fertilizantes, aprendem a usar meios de luta contra os inimigos das culturas mais consentâneos com o modelo biológico ou natural.

A *agricultura* biológica foi definida como um método de produção que privilegia a protecção ambiental (CE, regulamento nº 2092/91), evitando, ou reduzindo consideravelmente, o emprego de produtos químicos de síntese (adubos pesticidas). Integra também a componente animal, prevendo processos de criação de gado que devem ser compatíveis com o bem-estar dos animais, o que passa por espaços amplos e /ou ao ar livre, onde as condições se aproximem das que teriam no habitat natural da sua espécie, e é interdito o uso de produtos medicamentosos (antibióticos, hormonas, aditivos vitamínicos ou outros).

No âmbito da produção vegetal, privilegiam-se certas práticas culturais (utilizadas igualmente de maneira crescente pela agricultura convencional), como a fertilização através da incorporação de compostos orgânicos, a produção de leguminosas capazes de fixarem o azoto, medidas preventivas de luta contra os infestantes e as doenças, nomeadamente através da escolha de espécies ou raças rústicas resistentes, sistemas de rotação de culturas específicos, luta contra as ervas daninhas por processos mecânicos e protecção dos insectos úteis.

No domínio da protecção animal foram estabelecidas normas no que se refere ao tamanho das “zonas de percurso” interno ou externo, de modo a não alterar o comportamento natural dos animais. Estes devem ser alimentados com produtos provenientes da agricultura biológica, salvo em situações temporárias que devem ser objecto de acordo. Os tratamentos devem ser feitos com base em produtos naturais. Poderão ser usados antibióticos em situações excepcionais, estritamente controladas. São exigidas boas condições de higiene e de gestão dos dejectos, de modo a evitar contaminações e doenças.

O crescimento do interesse de consumidores e produtores por este sector agrícola, desde o início do decénio de noventa, levou a CE a rever e actualizar o regulamento comunitário que a rege. Daí que o Conselho Europeu tenha, já em 2004, convidado a Comissão a reexaminar a legislação aplicável à agricultura biológica, com vista à definição de princípios básicos, regras e objectivos de modo a “aumentar a transparência e a confiança dos consumidores e contribuir para uma percepção harmonizada do conceito de produção biológica”.

O continuado aumento da procura e a constatação de que boa parte do mercado agrícola dos Estados Membros está afecto ao sector biológico, cujo crescimento é particularmente notável nos últimos anos, levou as recentes reformas da política agrícola comum, a recolocarem a questão biológica, “com a ênfase posta na orientação para o

mercado e no fornecimento de produtos de qualidade que satisfaçam as expectativas dos consumidores”. Neste contexto, e reconhecendo que “a legislação relativa à produção biológica desempenha um papel cada vez mais importante no quadro da política agrícola e está estreitamente ligada à evolução dos mercados agrícolas” é publicado o Regulamento (CE) nº834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revogará o regulamento de 1991. O novo diploma entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2009 altura em que será revogado o anterior.

O quadro jurídico comunitário que rege o sector da produção biológica tem como objectivo fundamental garantir uma concorrência leal e o funcionamento adequado do mercado interno dos produtos biológicos, bem como o de manter e justificar a confiança dos consumidores nos produtos rotulados como tal. Além disso, deverá procurar criar condições para que esse sector se possa desenvolver em sintonia com a evolução da produção e do mercado (Jornal Oficial da União Europeia, 2007). De destacar a referência a novas áreas do domínio biológico, embora não directamente relacionadas com agricultura, tais como: consumo e recolha de algas, regras da aquacultura; também nas técnicas merecem especial relevância as referências aos OGM (organismos geneticamente modificados), para além do reforço de regras gerais subjacentes ao uso de: fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos, aditivos para alimentação animal, etc. (artigo 16 do Regulamento).

No que concerne ao uso de herbicidas e pesticidas é claro que a agricultura biológica não os pode utilizar. É contudo permitida a utilização de alguns fungicidas tradicionais, como o sulfato de cobre e insecticidas de origem vegetal. Estes produtos devem ser usados de acordo com o estipulado na Directiva CEE/414/91, aplicável também à agricultura convencional.

Para fazer face à invasão de ervas daninhas, o único método permitido é a tradicional monda, já não necessariamente manual mas por processos mecânicos, o que poderá contribuir para a aceleração do processo erosivo dos solos, já que a sua frequência terá de ser elevada. Sublinhe-se, no entanto, que a produção biológica poderá contribuir para aumentar os índices de fertilidade do solo, pela introdução no sistema agrícola de culturas forrageiras com capacidade de captar o azoto atmosférico, e evitar o depauperamento dos solos através da rotação de culturas.

Na agricultura biológica o acento tónico é colocado no uso de fertilizantes orgânicos, enquanto elemento diferenciador relativamente à agricultura tradicional. Mas se existe diferença no que se refere à origem do adubo, já o mesmo não se passa relativamente à

quantidade a utilizar. Com efeito, os limiares estabelecidos na anteriormente referida Directiva dos Nitratos, isto é, 170kg de nitratos, por hectare e por ano, são extensíveis às agriculturas convencional e biológica. Assim sendo, os produtos obtidos através de um ou outro sistema, deverão ter o mesmo teor de nitratos, só que de origem diversa.

Os defensores da agricultura biológica consideram que os vegetais criados a partir de sais minerais provenientes da matéria orgânica serão de melhor qualidade que os da agricultura convencional fertilizados quimicamente. No que se refere aos pesticidas a pertinência da questão é também evidente.

Pela pertinência global da temática ambiental, dimensão da procura e orientação para mercado da produção biológica o quadro jurídico comunitário que rege o sector da produção biológica adquiriu crescente importância no âmbito da legislação comunitária.

3.3.3.1. Que representatividade actual?

A agricultura biológica tem vindo a crescer, em termos de superfície ocupada e em número de explorações, e é actualmente praticada em quase todo o mundo.

Em 1999, a superfície agrícola mundial afecta à produção biológica estimava-se em cerca de 15.8 milhões de hectares (Fig.2). A Oceânia, quase exclusivamente a Austrália, ocupa o primeiro lugar no ranking mundial, com 7.6 milhões de hectares, praticamente metade da superfície global, no entanto, há que considerar que a afectação dos terrenos consagrados à agricultura biológica se faz essencialmente a culturas forrageiras; segue-se a União Europeia com 3.8 milhões de hectares de superfície agrícola; a América Latina, com 3.2 milhões de hectares; a América do Norte, 1.1 milhões de hectares; a Ásia, 0.05 milhões de hectares e, finalmente a África, com apenas 0,02 milhão de hectares.

Tais dados permitem-nos concluir que, de facto, a agricultura biológica é definida não em função das suas características intrínsecas (ausência de produtos químicos... etc.) mas de certificados, normas, regras institucionais a que se submete, e que lhe conferem a credibilidade económica necessária para enfrentar o mercado e inserir-se nos circuitos globais. Se não, como explicar que a África tenha apenas 200 000 hectares de superfície agrícola dedicada às culturas “sem adição de produtos químicos.”?

Considerando a representatividade da agricultura biológica na UE, a progressão foi notável no último decénio do século vinte. A superfície agrícola biológica certificada passou 0,7 milhões de hectares, em 1993, para 3.3 milhões de hectares, em 1999. Mas a

superfície agrícola útil cultivada segundo métodos biológicos correspondia apenas a 2.6% da SAU.

A Itália dispunha, em 1999, da maior extensão agrícola explorada biologicamente na Europa, cerca de 1 milhão de hectares. Seguiu-se a Alemanha (0.45 milhão de ha), o Reino Unido (0.4 milhão de ha), a Espanha (0.35 milhão de ha) e a Áustria (0.3 milhão de ha).

No que refere à relatividade da extensão das explorações agrícolas biológicas e convencionais, enquanto as primeiras têm em média 27 hectares. Se compararmos a dimensão média das explorações portuguesas com a média das explorações biológicas europeias, verificaremos que estas são cinco vezes maiores do que a nossa média nacional.

“Embora representando apenas cerca de 3 % da superfície agrícola útil (SAU) em 2000, a agricultura biológica constitui, na realidade, um dos mais dinâmicos sectores agrícolas na União Europeia. Entre 1993 e 1998, o sector da agricultura biológica desenvolveu-se a uma taxa anual de cerca de 25 %, calculando-se que desde então essa taxa tenha aumentado para cerca de 30 %. Nalguns Estados-Membros, no entanto, o sector parece ter estabilizado.

A agricultura biológica deve ser entendida como componente de um sistema de exploração sustentável e como alternativa viável em relação a formas mais tradicionais de agricultura. Desde a entrada em vigor da regulamentação comunitária relativa à agricultura biológica, em 1992, dezenas de milhares de explorações adoptaram este modo de produção, devido ao interesse e procura crescentes dos consumidores pelos produtos dele resultantes” (Jornal da comissão europeia – 2004).

3.3.3.2 Agricultura biológica e agricultura camponesa

São muitas as semelhanças da agricultura biológica com a agricultura camponesa: diversidade cultural; utilização de fertilizantes de origem animal; não recorrência a produtos de síntese como pesticidas e herbicidas; preocupação com a preservação do meio.

São, no entanto, também bastante significativas as diferenças, nomeadamente no que se refere ao grau de mecanização e, sobretudo, nas relações com o mercado. Claro que a conjuntura sócio-económica em que cada uma se insere justifica plenamente essas

diferenças. A questão que levantamos é de outra ordem: a agricultura biológica surgiu por razões ambientais e ecológicas. É um facto. Mas... até que ponto a sua plena inserção no mercado não contribuirá para a sua descaracterização e, se tal não acontecer, até quando poderá resistir à agressiva competitividade da agricultura convencional? É certo que ocupa um nicho de mercado, no entanto questionamo-nos quanto à possibilidade de um crescimento do volume de vendas, que justifique e compense o investimento inicial, apesar do mais elevado preço unitário dos produtos. Estará condenada a uma vida curta? Os valores culturais sobrepor-se-ão aos económicos e a procura de qualidade crescerá, pelo menos tanto quanto a procura da quantidade no século passado?¹⁷.

Não valorizamos o crescimento da agricultura biológica apenas sob a perspectiva pragmática de que “os seus produtos são melhores, não poluídos...”, mas, sobretudo, pelo que ela representa enquanto reaproximação do Homem à Natureza, se bem que reconheçamos a quase ingenuidade desta posição. De facto, poderá a agricultura biológica ser vista como uma forma de reequilíbrio do meio, restituindo ao homem a sua qualidade de gestor (e não apenas guardião...) da paisagem? Que adopte processos de exploração consentâneos com as leis da natureza, onde a harmonia, a coerência, a inteligência, pragmaticamente se conjuguem; que actue de acordo com as regras do que *deve* ou *pode ser*, conjugando as potencialidades com as necessidades, e não com as do que *tem de ser*, impostas por um sistema de valores economicista, onde o lucro é premissa inadiável... será uma utopia?

4. Do rural ao urbano, ultrapassando o agrícola

Já em 1988 a Comissão Europeia¹⁸ referia: “a delimitação geográfica do mundo rural compreende um complexo tecido económico e social, constituído por um conjunto de actividades cada vez mais diversificado”; quase dez anos volvidos, reafirmava a crescente complexidade especificando, “a Europa rural envolve explorações agrícolas, comércio e

¹⁷ Quando aqui referimos qualidade queremos deixar claro que a acepção que damos à palavra, e ao conceito que ela encerra, vai muito para além do seu sentido material, da valorização das *coisas*, assumindo a transcendência das opções de vida, dos valores e das práticas culturais

¹⁸ Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento, Documento 7957/88: *L'avenir du monde rural*, COM (88)501 final de 28.07.1988, Comissão Europeia, Bruxelas, 1988.

serviços, pequenas e médias indústrias; nela tomam lugar cada vez mais preponderante actividades de lazer e recreio” (C.E., 1997). De facto, à medida que o crescimento das cidades se foi acelerando (aumento dos empregos, do nível de vida e dos consumos), e um novo paradigma se afirmou - o do “continuum” rural/urbano¹⁹ - assistimos, para além do forte êxodo rural dos campos profundos, a um movimento urbano centrífugo, envolvendo pessoas e actividades, que se tem vindo a traduzir numa crescente heterogeneidade económica, funcional e social do mundo rural. Contudo, o rural continua a ser o âmbito do agrícola, apesar de as mutações ocorridas já não permitirem a aceitação da premissa inversa.

Nos critérios de definição do rural figuram múltiplos indicadores, dos quais destacamos os demográficos e os económicos, os mais susceptíveis de ser quantificados, embora outros, de carácter qualitativo mas não menos importantes (sociais, culturais, morfológicos), também mereçam especial atenção e tratamento, nomeadamente na investigação a grande escala. O facto de não existir uniformidade no que toca aos indicadores da diferenciação rural/urbano, privilegiados pelos investigadores ou organismos oficiais cujo âmbito de acção (científico ou regulador) é o espaço rural, leva à elaboração de tipologias diversas²⁰, decorrentes do objectivo prosseguido ou das características inerentes ao espaço em análise.

A OCDE apresentou em 1994 um critério de definição das áreas rurais que, apesar de muito linear e hipervalorizador da componente demográfica, tem a vantagem de permitir a comparação dos espaços e/ou das tendências evolutivas, entre nações ou grupos transnacionais. Partindo de um indicador demográfico, considerou como *zonas rurais*, atendendo ao agrupamento populacional, as áreas *com uma densidade populacional inferior a 150 habitantes por quilómetro quadrado*. Os dados regionais baseiam-se na classificação das NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas), definindo três NUTS principais em função do seu grau de ruralidade: regiões essencialmente rurais:

¹⁹ Este modelo nega a existência de uma descontinuidade espacial entre a cidade e o campo e privilegia a relação de assimilação (integração), através, ou em função, da difusão de actividades, de bens de consumo, de valores culturais e de práticas urbanas (KAYSER, 1990).

²⁰ Apenas como referência temos a tipologia de B. Kayser (1990, p.28) que considera os espaços rurais *periurbano, produtivo, marginalizado e sob pressão urbana* (de implantação de actividades de serviço urbanas); por sua vez, J.-P. Diry (1999, p.79) estabelece uma tipologia que compreende os *campos agrícolas, campos frágeis, campos periurbanos e campos diversificados em desenvolvimento*, combinando a ocupação do espaço com critérios demográficos e sociais.

aquelas em que mais de 50% da população vive em comunidades rurais (de menos de 150 hab./km²); regiões relativamente rurais: com 15 a 50% da população residente em comunidades rurais; regiões essencialmente urbanas: menos de 15% da população vive em comunidades rurais.

A Comissão Europeia adaptou esta metodologia da OCDE, cruzando-a com o critério da EUROSTAT, baseado sobre o grau de urbanização, calculado a partir de um algoritmo tendente a classificar cada região europeia segundo três categorias: zonas de população densa (grupos de aglomerados populacionais contíguos, com uma população total de pelo menos 50 000 habitantes, e tendo cada um dos aglomerados uma densidade superior a 500 hab. /km²); zonas intermédias (grupos de aglomerados populacionais, cada um deles com uma densidade superior a 100 hab. /km² e menor que 500 hab. /km², e com uma população total de pelo menos 50 000 habitantes); zonas de fraca população (as que não se encontram inseridas em nenhuma das anteriores) (CE, 1997). Assim, e apesar das limitações de um critério assente apenas em indicadores demográficos, é possível o estabelecimento de analogias gerais entre os estados membros da UE, embora se tenha presente que é grande a especificidade de cada um deles e, conseqüentemente, diferenciados os problemas que se colocam a uma escala local.

4.1. A crescente influência urbana

Não é, hoje, possível interpretar e compreender a dinâmica das mutações operadas no espaço rural, se ignorarmos o centro urbano e a sua rede de influências. Na realidade, os fenómenos do crescimento citadino repercutem-se nos campos circundantes, engendrando transformações a nível espacial e funcional (mudanças no uso do solo), social (aparecimento de novos grupos sociais) ou cultural (alterações comportamentais, introdução de inovações). Por outro lado, os reflexos do crescimento urbano são tanto mais sensíveis quanto menor é a distância que medeia entre a célula camponesa e o pólo dinamizador, sendo as áreas periurbanas que evidenciam, em geral, as mudanças mais fortes e rápidas, assumindo, frequentemente, a forma de verdadeiras mutações. Ao invés, nos "campos profundos" os efeitos directos da influência urbana são muito mais atenuados, revelando-se, sobretudo, ao nível do processo demográfico das populações, de

forma bastante negativa (destaque-se a tendência para o envelhecimento demográfico e a consequente redução das classes activas).

A cidade pode, assim, exercer uma acção mais ou menos nefasta na evolução demográfica dos campos que dela estão afastados, enquanto acelera o processo de transformação no sentido do desenvolvimento nas áreas mais próximas, dinamizando as mudanças no tecido produtivo, através da redução da superfície com ocupação agrícola e da localização de novas empresas industriais, comerciais e de serviços; no espaço residencial, através do crescimento de novas áreas habitacionais; nas comunidades locais, com alteração dos comportamentos económico, social e cultural das suas populações (CHARVET e SIVIGNON, 2002). Gera-se, deste modo, um espaço de transição entre o campo e a cidade que, de certa forma, anula a clássica dicotomia rural/urbano, para dar lugar a outras lógicas.

4.1.1. Relações cidade/campo: simbiose, antagonismo ou justaposição?

O problema das relações cidade/campo tem sido analisado por muitos e destacados geógrafos e economistas, sobretudo no que respeita ao mundo ocidental, de que destacamos: J. LABASSE, E. JUILLARD, H. de FARCY, B. KAYSER, A. BERGER, R. BADOUIN e, entre nós, C. CAVACO – cujos trabalhos, referenciados na bibliografia, seguimos de perto.

R. Badouin elaborou um modelo teórico que, apesar de publicado em finais do decénio de 1970, nos parece dotado de bastante eficácia, daí o passamos a expor: Durante o longo período que antecedeu a Revolução Industrial, as relações cidade/campo reflectiram um certo equilíbrio funcional entre espaço rural e espaço urbano: do campo, sede da principal actividade produtiva – a agricultura – com a qual aquele era frequentemente identificado, vinham não só os produtos frescos (hortícolas ou lacticínios) como outros produtos alimentares que abasteciam a cidade, naturalmente incapaz de prover às suas necessidades em víveres; e ainda matérias-primas (madeiras, fibras têxteis e couro); também os combustíveis (lenha e carvão vegetal) eram fornecidos pelas áreas rurais envolventes²¹.

²¹ Sendo, no caso de Coimbra as aldeias situadas no eixo Coimbra-Penacova as principais abastecedoras da cidade.

A ausência de meios de transporte suficientemente rápidos para assegurar a manutenção de fluxos comerciais a grandes distâncias e, por outro lado, a fraca capacidade produtiva das explorações agrícolas, essencialmente voltadas para o autoconsumo das famílias cultivadoras, contribuiu para que a cidade se constituísse como principal pólo de transacções, para onde convergiam os excedentes agrícolas dos campos envolventes, destinados ao mercado ou ao pagamento de rendas. Era, de facto, na cidade que residiam os proprietários fundiários mais abastados, onde se dedicavam a outras actividades, normalmente terciárias (profissões liberais, comércio, etc.) ou, simplesmente, viviam dos rendimentos dos bens que possuíam nos campos.

Durante séculos as cidades funcionaram, pois, como sede do poder e local onde se efectuavam quase todas as trocas comerciais. Cedo se impuseram como locais privilegiados de mercado, onde se vendiam produtos agrícolas e se adquiriam produtos manufacturados. Eram, contudo, reduzidas as aquisições do camponês, já que ele se esforçava por bastar a si próprio, tanto em víveres como em utensilagem, uma vez que a actividade artesanal estava, normalmente, associada à agricultura. Tal como hoje, o camponês semeava o trigo mas também "cozia" o pão; cultivava a vinha e, posteriormente, "fazia" o vinho; produzia o linho e a lã mas também fiava e tecia o seu próprio vestuário. Os utensílios que utilizava eram fabricados por ele ou por outros moradores da aldeia, a quem recorria, estabelecendo-se entre eles, frequentemente, contratos de entreajuda ou trocas directas. Porém, à medida que a economia de troca se intensificava, desenvolviam-se as transacções monetárias e a cidade afirmava-se como centro dinamizador das relações de mercado. Houve, durante um longo período, como que uma interpenetração das economias rural e urbana, que se traduziu numa simbiose funcional ou complementaridade, alicerçada numa certa dependência política e social das comunidades rurais relativamente à cidade.

Com o processo da Revolução Industrial a situação modificou-se significativamente. A cidade, até aqui largamente à mercê da capacidade abastecedora dos seus arrabaldes, passou a dominar as relações entre os dois meios e a indústria concentrada venceu a agricultura dispersa. E a localização preferencial das indústrias no espaço urbano desencadeou "efeitos de atracção" que, por sua vez, estimularam o êxodo rural.

O abandono dos campos – não apenas pelos agricultores sem terra, ou que não dispunham de explorações suficientemente dimensionadas, mas também pelos artesãos

que sofreram os efeitos concorrenciais da produção em série das novas unidades industriais urbanas, com as quais não podiam competir - conduziu a uma progressiva "agricolização" do mundo rural. Acelerou-se o processo de inferiorização dos campos (ao nível dos rendimentos do trabalho, dos modos de vida, das condições de saúde e de educação, etc.), o que se repercutiu nas relações cidade/campo. Estas assumiram uma nítida dualidade, um quase antagonismo. Espaço rural e espaço urbano, antes complementares, definem-se por oposição - enquanto no primeiro domina a agricultura, o segundo tende a identificar-se com o fenómeno industrial. E o desequilíbrio instalou-se (LEFÈVRE, L., 2005). A agricultura manifestou-se como uma actividade pouco rendível e quase marginal ao processo de desenvolvimento económico, comparativamente à indústria ou às actividades terciárias. "Filha da aldeia" (J. B. CHARRIER, 1970, p.64), a cidade, estimulada pela revolução industrial, distancia-se cada vez mais do seu meio de origem adoptando, relativamente a ele, atitudes dominadoras, enquanto a economia capitalista se afasta progressivamente da agricultura, considerada como sector de menor rendibilidade.

As relações cidade/campo, marcadas durante tanto tempo por uma interdependência e complementaridade, foram assumindo foros de crescente antagonismo e dicotomia, o que, inevitavelmente, ecoou nos domínios económico, social e demográfico. Durante todo o período em que "triumfa a civilização urbana e declinam as comunidades rurais" (J. LABASSE, 1979, p.441), o êxodo rural e as migrações interregionais aceleram-se, tendendo-se para um sobrepovoamento urbano e para a desertificação dos campos, principalmente dos agricolamente marginais e dos mais afastados da cidade.

Este desequilíbrio funcional, demográfico e económico que favorecia a cidade, manteve-se até ao grande "boom" industrial da segunda metade do século vinte. Foi após a segunda Guerra Mundial, pelo menos nos países mais industrializados da Europa, que se começou a delinear um novo modelo relacional entre o campo e a cidade - o *continuum* rural/urbano. A disseminação das indústrias pelos campos, preferencialmente na proximidade dos centros urbanos ou ao longo das principais vias de comunicação (sobretudo as indústrias "ligeiras"- de bens de consumo, pequena mecânica, etc.) contribuiu decisivamente para a implantação de novo paradigma. As empresas encontraram no meio rural o espaço que já escasseava na cidade, aliado a uma mão-de-obra abundante e, em geral, pouco reivindicativa (DACHARY-BERNARD, J. 2004), nomeadamente feminina. A localização das novas unidades produtivas repercutiu-se significativamente na estrutura social, profissional e demográfica das comunidades

periurbanas e ao anterior êxodo rural, e conseqüente queda demográfica motivada pelos "efeitos de atracção", sucede o êxodo agrícola parcial, associado ao empolamento da situação de "operário-camponês".

Entretanto o tecido urbano prolifera, estendendo-se, corroendo, aqui e além, os últimos resíduos da vida agrária. A cidade, em crescimento acelerado, invade o espaço rural, ocupa os campos que imediatamente a envolvem e influencia uma área dotada de relativa extensão - a "região urbana", na designação de R. BADOUIN (1979, p. 99). As relações de complementaridade ou antagonismo que, em fases anteriores, se estabeleceram entre a cidade e o campo, cederam o lugar à mera "justaposição" de dois espaços que tendem a uniformizar-se, nos países industrializados.

Em resumo: As relações cidade/campo têm vindo a apresentar conteúdos novos e diversificados ao longo do tempo, evoluindo com as transformações sociais e económicas das comunidades rurais e dos núcleos urbanos.

Do ponto de vista demográfico as relações cidade/campo começaram por assumir a forma de êxodo rural, o qual originou a designada "agricolização" dos campos e concomitante densificação do povoamento urbano. Por sua vez, o desenvolvimento dos transportes e das vias de comunicação proporcionou uma maior mobilidade das pessoas e bens, com o conseqüente aumento dos fluxos de produtos e dos movimentos pendulares de trabalhadores.

À medida que a sociedade se foi desenvolvendo os efeitos da atracção exercida pela cidade tendem a perder, face aos de difusão urbana, nomeadamente através da fixação de novos residentes de origem citadina ou não, o que pode ser visto como uma quase inversão dos fluxos migratórios que caracterizaram as tradicionais relações cidade/campo.

Também já destacámos as relações comerciais que, progressivamente, se estabeleceram entre o campo e a cidade. Assim, do ponto de vista das transacções de bens e serviços o centro urbano cedo se afirmou como local preferencial de troca e sede de serviços diversos, o que o tornou num pólo aglutinador de poupanças. A cidade assumiu, deste modo, a tutela comercial e financeira dos campos que a envolvem.

Já na segunda metade do século vinte generalizaram-se, nos países industrializados, as relações comerciais a grande distância, esbatendo-se, gradualmente, a função de "mercado regional" agrícola, desempenhada pela cidade (BAPTISTA, F.O., 2006). A localização urbana dos principais estabelecimentos de ensino e hospitalares, bem como da administração pública e da hierarquia religiosa ocasionaram, por sua vez, a tutela cultural, política e religiosa da cidade.

Entretanto, a expansão dos "mass media" - nomeadamente a rádio e a televisão - facultam uma rápida informação aos rurais, que a recebem em "primeira mão" e em simultâneo com os cidadãos. Quebra-se a tradicional autarcia do mundo rural, que apenas se abria para a vila ou a cidade mais próxima, onde eram vendidos os produtos agrícolas e trocadas as novidades da região. Hoje tudo se sabe rapidamente - da propaganda política à publicidade comercial, das descobertas científicas e técnicas aos sucessos ou fracassos artísticos e desportivos; a informação atinge directamente o espectador ou o ouvinte, funcionando como poderosa "alavanca" que despoja a cidade duma parte das suas funções tradicionais de ligação entre o mundo exterior e o campo (J. BEAUJEU-GARNIER, 1980). Nos países mais desenvolvidos a cidade já não é o polo à volta do qual gravitam os campos que a envolvem; ela torna-se uma peça na complexa engrenagem da vida económica e social (PORTAS, N., DOMINGUES, A. e CABRAL, J., 2007).

4.1.2. A "região urbana" – limites e conteúdo

A "região urbana" caracteriza-se, por uma acentuada heterogeneidade funcional, acumulando com a actividade agrícola outras actividades (tais como indústria, comércio e serviços) e podendo ainda desempenhar funções turísticas e recreativas. Por outro lado, verifica-se nestas áreas "fenómenos de indução de coeficiente relativamente elevado", isto é, a um volume relativamente baixo de "actividades fundamentais" corresponde um volume elevado de "actividades induzidas" destinadas a satisfazer as necessidades dos seus habitantes (BADOUIN, R., 1979; LEDO, A. P., 1996). A cidade exerce uma acção dinâmica no desenvolvimento desta fracção do espaço rural, que se não limita à periferia das cidades, sendo antes dotada de uma relativa extensão. De facto, à medida que os "efeitos de difusão" se reforçam, a área por eles afectada tem tendência a crescer, o que dificulta a sua delimitação, havendo no entanto factores que a circunscrevem, pelo menos num determinado período temporal.

O efeito de difusão mais sensível respeita à função residencial, uma vez que as áreas em processo de urbanização registam acentuado aumento demográfico e consequente densificação da malha de povoamento devido à fixação de uma população alógena, não agrícola, social e profissionalmente diversificada. Atraída pela casa individual, pelo sossego do campo ou apenas buscando rendas mais modestas do que as praticadas no centro urbano, dissocia cada vez mais, o local de trabalho e de residência, para tal

contribuindo também o desenvolvimento dos transportes colectivos, nomeadamente rodoviários, ou a crescente motorização individual. Mas, por mais que progridam os meios de transporte e melhorem as vias de comunicação, existe sempre uma distância a partir da qual não são possíveis os movimentos pendulares diários - o que constitui um limite à extensão das regiões urbanas. Estas têm, pois, limites bastante fluidos e mutáveis, estreitamente dependentes das infraestruturas de transporte e comunicações, bem como do nível económico dos territórios.

4.1.3. "Rurbanização", urbanização, ou periurbanização?

O termo rurbano palavra derivada de rural e urbano, corresponde ao neologismo *rurban*, criado em língua inglesa, em 1921, por Galpin, sociólogo da escola de Chicago, para *definir situações intermédias entre a puramente urbana e a exclusivamente rural*; o autor defendeu políticas sociais que não se extremassem na urbanização nem tão pouco na ruralização; preconizava um equilíbrio entre os vários espaços geográficos e valorizava a complementaridade cultural, recusando os antagonismos defendeu critérios assentes no equilíbrio de padrões e valores socio-culturais. *A rurbanização será uma situação mista, dinâmica e conjugal, desenvolvida pela combinação de valores das duas situações originais, às vezes contrárias ou desarmónicas, quando puras* (FREIRE, Gilberto, 1987). Para o sociólogo brasileiro rurbanização é uma forma de transferência de valores urbanos - ou da sua transregionalização - para espaços rurais, visando limitar a *inchação* dos centros urbanos do litoral e o definhamento do interior rural.

Numa perspectiva eminentemente geográfica, BAUER e ROUX (1976) designaram de "rurbanização" o *processo de expansão da cidade no campo*. Para os referidos autores é rurbana uma "área rural próxima dos centros urbanos, para onde aflui uma população alógena de origem principalmente citadina" e que se caracteriza por: apresentar um saldo migratório positivo; patentear uma redução progressiva da percentagem de agricultores e de artesãos rurais nos cálculos gerais da população; forte mutação do mercado fundiário, sendo os loteamentos de terrenos cada vez mais frequentes; significativo aumento da construção de residências nos espaços situados a menos de meia hora da aglomeração urbana que os polariza; predominância de um espaço não urbanizado, ainda agrícola - o que, segundo aqueles autores, a distingue de qualquer outro arrabalde tradicional.

Com efeito, enquanto os subúrbios surgem como o prolongamento espacial da cidade sendo os seus residentes como que cidadãos de "segunda", as áreas rurbanas, estendendo-se num raio de quinze a vinte quilómetros do centro, em função da construção de habitações, normalmente individuais – ao contrário dos subúrbios, onde se erguem grandes imóveis de propriedade horizontal ou extensos bairros de habitação económica – oferecem uma vivência residencial de qualidade superior.

O neologismo *rurbanização* pretende sublinhar que o crescimento da cidade não se traduz apenas na absorção dos campos contíguos à aglomeração, mas repercute-se numa área bastante mais extensa, onde fenómenos urbanos e rurais se imbricam e interpenetram. Dá origem a uma ocupação particular do território, ao qual a descontinuidade das áreas construídas confere uma morfologia muito específica, bem distinta da tradicional "banlieue", em "mancha de óleo" (BAUER e ROUX, 1976, p.14).

Outros autores mantiveram-se fiéis à designação mais clássica do fenómeno de expansão urbana e optaram pelo termo "urbanização difusa" (GAMA, A., 1992) para significar a transformação operada nas áreas rurais sob influência urbana e que se traduzem no estreitamento das relações cidade/campo, nas mudanças nos hábitos de trabalho e modos de vida dos residentes em áreas rurais urbanizadas, os quais adquirem uma mentalidade urbana e um estilo de vida cidadão, sublinhando que as condições urbanas não são necessariamente as que se encontram *na* cidade, mas as *da* cidade (CLOUT, H., 1976, p.64).

O termo *urbanização*, inicialmente atribuído apenas à densificação urbana, foi posteriormente aplicado à mutação dos campos. Significa, em primeiro lugar, concentração do povoamento num determinado espaço, o que implica "concentração das técnicas, dos meios de produção, dos poderes, das necessidades" (RAMBAUD, P., 1974, p.15) mas, a urbanização é também "a difusão de um sistema de atitudes e de condutas nascidas num grupo específico – a sociedade urbana" (idem, p.16).

À medida que aumenta a densidade de povoamento cresce também a heterogeneidade social, desenvolve-se a divisão do trabalho e atenua-se a comunicação directa entre os residentes, já que há uma ausência de memórias comuns, transmitidas pela via das "estórias" inter-geracionais, quebram-se as raízes e esbatem-se os afectos. As relações sociais começam a caracterizar-se pela superficialidade e pelo anonimato, sendo cada vez mais concorrenciais e dominadas pela economia monetária. Afirma-se a liberdade individual, antes sufocada pelo grupo comunitário – a aldeia – tão controladora, enquanto consciência colectiva, dos actos dos seus membros.

A noção de *urbanização* engloba, assim, os processos pelos quais o meio rural se aproxima da paridade social, económica e cultural com a cidade vizinha, que envolve o rendimento por trabalhador, a mobilidade profissional, as oportunidades de cultura, bem como os comportamentos sociais. Tem uma conotação essencialmente social, se bem que esta seja dificilmente dissociável da espacial.

Ao invés, a noção de *periurbanização* tem um significado essencialmente locativo. Ela surge-nos com um nítido sentido de invasão demográfica e funcional dos espaços rurais envolventes da cidade, e conseqüente alteração da sua organização espacial, bem como dos comportamentos económico, social e cultural das populações autóctones e alógenas. O processo de periurbanização começa, pois, por evidenciar mudanças nas estruturas demográficas: um maior crescimento populacional, motivado pela vinda de novos residentes, citadinos ou forasteiros rurais de outras regiões. Sequentemente a paisagem modifica-se. Começam a proliferar as áreas residenciais, alterando-se a morfologia da casa rural. Surgem, pelo menos nas áreas imediatamente envolventes do centro urbano, os primeiros blocos residenciais com propriedade horizontal (suburbanização). A plurifuncionalidade do espaço acentua-se com a difusão de novas empresas industriais, a manutenção das explorações agrícolas (embora modificadas dimensional e economicamente) e a expansão das actividades terciárias.

Aliada à plurifuncionalidade do espaço encontramos a pluriactividade da população activa concretizada, de início e tradicionalmente, na expansão do "operário-camponês" o que, de certa forma, contribui para a modernização das mentalidades e do apetrechamento técnico dos autóctones. Aumenta significativamente a receptividade a inovações tecnológicas ou culturais, conseqüência de uma maior diversidade social e paralela heterogeneidade económica (com o crescimento médio do poder aquisitivo). Também a mobilidade espacial se acentua, fomentada pela progressiva facilidade de ligação entre área de residência e local de trabalho. O desenvolvimento das comunicações - vasto domínio onde se inserem os transportes e a informação - constitui importante factor de modificação das relações cidade/campo (LARCHER, Gérard, 1999) e é o principal condicionante da expansão urbana para a periferia.

Com o avanço da periurbanização os espaços interpenetram-se, redefinem-se fronteiras, esbatem-se limites. À clássica dicotomia cidade/campo sucede o *continuum* rural/urbano. A cidade prolonga-se pela área periurbana que, no entanto, mantém ainda traços de ruralidade. É frequente encontrarmos lado a lado explorações agrícolas e empresas industriais; casas rurais rodeadas de árvores de fruto e renques de videiras e

vivendas com morfologia citadina contornadas por espaços ajardinados; e, nas ruas, cruzam-se pequenos tractores com luxuosos automóveis.

É esta coexistência de sistemas agrícolas tradicionais e modernos, de interpenetração entre o rural e o urbano, que caracteriza as cinturas periurbanas, onde a plurifuncionalidade se reflecte na organização do espaço - paisagens verdes onde pontuavam as parcelas cultivadas advêm imensas cinturas cinzentas “semeadas” de construções de cimento.

Enfim a cidade invade o campo, espacial e sociologicamente. À volta do núcleo urbano central, que regorgita de actividades, desenha-se uma franja periférica mais ou menos estruturada e equipada. Do ponto de vista social estes arrabaldes caracterizam-se por uma certa "hibridização": os seus habitantes são "metade rurais metade urbanos", acumulando as vantagens e os inconvenientes das duas situações. Esta "coroa" mais ou menos regular corrói, paulatinamente, o espaço cultivável, o que gera por vezes conflitos entre os agentes em confronto.

4.1.4. A influência da cidade sobre a actividade agrícola

Já há quase dois séculos que J. VON THUNEN publicou a sua obra intitulada "O estado isolado"²², onde apresenta um modelo teórico da distribuição das culturas nas áreas envolventes do centro urbano.

Nesse modelo, a intensidade dos sistemas agrícolas estava dependente da distância aos centros urbanos, sendo máxima nas áreas envolventes da cidade e decrescendo progressivamente à medida que aumentava a distância e os respectivos custos de transporte. Assim, o factor proximidade da cidade condicionava a localização das culturas, permitindo umas e proibindo outras.

Na época em que o modelo surgiu (1826), os transportes eram pouco diversificados e lentos, onerando bastante o preço final do produto. Daí que o autor considerasse o custo do transporte como principal factor de variação do rendimento da terra (*renda locativa*), em condições ideais de homogeneidade, em termos físicos (planície uniforme, contígua ou homogénea) e económicos (existência de um único mercado consumidor, tentativa de maximização do lucro por parte dos agricultores).

²² J. VON THUNEN, *DER ISOLAERT STAAT*, 1826.

A cidade comandava a organização espacial e económica da periferia rural. Assim, à sua volta dispunham-se coroa concêntricas nas quais se localizavam sucessivamente diferentes ramos de cultivo, primeiro os que exigiam maiores investimentos, os mais perecíveis ou cujos transportes eram mais onerosos, seguindo-se, sucessivamente, os que implicavam menores custos de transporte. Deste modo, teríamos a envolver a cidade uma cintura hortícola e leiteira que abastecia diariamente o mercado urbano. Surgia-nos depois uma coroa silvícola fornecedora de combustíveis (lenha, carqueja, carvão, etc.). Seguiu-se a cultura de cereais em regime de crescente extensividade, para finalmente encontrarmos a criação de gado para carne em regime de pastoreio.

Este modelo evidencia, pela primeira vez, a influência urbana sobre o espaço rural envolvente. A cidade, enquanto mercado consumidor, vai condicionar a distribuição de áreas com desigual ocupação cultural e diferente intensidade de uso do solo.

Numa estruturação concêntrica do espaço que une o campo a um único centro urbano, é minimizando os custos de transporte que o agricultor escolheria o seu programa de produção e modelava a fisionomia da paisagem agrícola (R. BADOIN, 1979, p.89). Mas, nos nossos dias, o custo de transporte tornou-se um elemento muito menos significativo, não podendo mais exercer uma influência tão decisiva sobre a disposição das culturas no seio do espaço agrícola. A intensificação cultural poderá estar hoje muito mais relacionada com a concorrência entre o espaço urbano e o espaço rural no mercado dos recursos produtivos. É verdade que a cidade continua a ser o principal mercado consumidor de produtos agrícolas provenientes das áreas rurais envolventes, mas a facilidade dos transportes, a sua rapidez, as suas capacidades e condições de acondicionamento, bem como o seu custo vão permitir uma maior diversificação das áreas abastecedoras (TROCHERIE, Francis, 2003), e a valorização das mais dotadas em condições naturais, proporcionando resultados produtivos mais favoráveis, maior produtividade com menores custos unitários, abrindo-se à competitividade.

Ao desaparecer, esta modalidade de influência pode ser substituída por uma outra que deriva das mudanças que ocorrem nas áreas rurais envolventes do centro urbano. De facto, na imediata proximidade dos centros urbanos, existe uma nítida concorrência entre a actividade agrícola e actividades e funções eminentemente urbanas, ao nível dos meios de produção, nomeadamente a terra (DONADIEU, P. e FLEURY, A., 2003). À medida que a cidade vai crescendo, ela vai invadindo o espaço rural que a envolve: como as actividades urbanas são normalmente mais remuneradoras do que a actividade agrícola, o espaço cultivado vai diminuindo enquanto se expandem as áreas construídas, residenciais ou

outras (indústrias, armazéns, etc.), ou proliferam os pousios especulativos e, numa fase de transição, as formas agrícolas extensivas (cereais, forragens, pastoreio, etc.) e os pequenos cultivos mais ou menos clandestinos e móveis (C. CAVACO, 1984).

4.1.5. Expansão urbana e espaço agrícola

O processo de desenvolvimento urbano repercute-se pois, significativamente, nos campos envolventes, introduzindo modificações sensíveis ao nível do ordenamento do espaço rural e da sua economia. Com efeito, as mudanças que ocorrem nas áreas periurbanas reflectem-se na paisagem rural, quebrando harmonias e equilíbrios ancestrais estabelecidos entre o homem e o meio e afectando directa ou indirectamente a actividade agrícola.

Um dos sinais mais evidentes da penetração urbana nas periferias rurais é, para além do alastramento dos espaços construídos, o crescimento do "pousio social". Esta expressão, aplicada pela primeira vez em 1952 (U. KROECKER, 1952. p.37, cit. J. LABASSE, 1966, p. 457), reporta-se às terras aráveis ainda recentemente trabalhadas e deixadas ao abandono por motivos económicos e sociais. Como refere Jean LABASSE (1966, p.457), o fenómeno em causa não é de origem demográfica, mas resulta de uma "diferenciação social" devida à "desigualdade material e psicológica" entre actividade industrial e actividade agrícola.

O "pousio social" está, assim, relacionado com a difusão da indústria e com o êxodo agrícola sem êxodo rural: reserva de terrenos para habitação e de parcelas para posterior cultivo em regime de ocupação de tempos livres, quando atingido um nível de vida satisfatório ou a idade da reforma.

Quando a superfície agrícola útil é drasticamente reduzida em consequência da venda de parcelas e da sua afectação a outros fins, a reacção dos agricultores, que aceitaram desfazer-se de uma parte das suas terras pode ser diversa: podem utilizar o produto da venda na aquisição de outras parcelas em áreas mais afastadas, onde os preços sejam mais vantajosos (BADOUIN, 1979, p.91); ou esforçar-se por compensar o abaixamento da colheita, devido à diminuição da superfície, intensificando o sistema de produção, o que lhes permitirá a manutenção dos volumes produzidos ou até mesmo o seu aumento.

Se se verificar esta última alternativa, quase podemos concluir que a pressão urbana teve reflexos positivos na economia rural, na medida em que originou o aparecimento de explorações modernas e eficazes, limitando-se tendencialmente a agricultura periurbana a fórmulas que se aparentam senão com uma agricultura sem solo, pelo menos a sistemas mais compatíveis com uma superfície limitada. Assim se explica a manutenção de culturas hortícolas e florais (por vezes em sistema de "forçagem") nos arrabaldes da cidade, numa época em que a distância já não é factor determinante da sua localização, sendo disso exemplo a localização de culturas hortoflorícolas na proximidade do centro de Coimbra (campos do Bolão).

Mas a rapidez da expansão urbana pode gerar um certo clima de insegurança, uma vez que os agricultores não estão certos de poderem prosseguir a sua actividade, abstendo-se por isso de proceder a novos investimentos, a médio ou longo prazo. Difunde-se, então, um tipo de agricultura "de transição", que se limita a explorar durante um certo período de tempo, normalmente reduzido, as terras que posteriormente virão a ser transferidas para uso urbano (LEFORT, I., 1997). Este sistema transitório de prática agrícola é obviamente dotado de um certo imobilismo – são raras as inovações tecnológicas e a difusão de novas culturas - o que contribui para a manutenção de uma agricultura pouco desenvolvida e geralmente voltada para si própria - se não em termos de mercado de produtos, pelo menos quanto a abastecimento de factores.

Por outro lado, a interpenetração espontânea e anárquica do espaço agrícola e do espaço urbanizado origina frequente destruição de recursos primários, tanto mais sensível por quanto a urbanização não é racionalmente selectiva quanto às capacidades produtivas dos terrenos, valorizando-os de forma inoportável pela agricultura e, quando difusa, multiplicando o desmembramento das explorações (aquisição ou expropriação de parcelas), ou acentuando a descontinuidade da superfície cultivada (traçado de redes de estradas ou auto-estradas, de zonamentos industriais, etc.), facto bem visível com o traçado de vias paralelas no eixo Coimbra-Sul do IC2.

Esta coabitação rural de actividades e populações bastante díspares acelerou o processo de "retirada autárcica" do agricultor e, por sua vez, levou à desintegração do sistema de economia agrícola antes praticado (MATEUS, M.L. Roxo, 1998). A influência urbana manifestou-se, assim, através da expansão da agricultura a tempo parcial, a criação de novas oportunidades de emprego conduzindo a uma rápida diminuição dos agricultores a tempo integral. Parte significativa da população de raízes agrícolas opta,

contudo, pela manutenção da sua exploração, apesar de apenas lhes dedicarem uma parte do seu tempo activo - o que lhes resta depois do exercício da sua profissão.

Os processos de industrialização e urbanização das áreas periurbanas repercutem-se, sem dúvida, de forma notória na actividade agrícola, nomeadamente ao nível do sistema de organização da sua economia, com relevo para a desintegração da agricultura camponesa e a concomitante expansão da agricultura a tempo parcial.

A crescente oferta de emprego não agrícola pode, todavia, ter repercussões diversas ao nível da empresa agrícola, designadamente camponesa, proporcionando percursos evolutivos e engendrando estruturas finais completamente distintas. Assim, se por um lado a atracção de sectores não agrícolas se traduz numa sangria de mão-de-obra agrícola, não podemos esquecer que, por outro, ela origina também um empolamento do consumo e, por consequência, um aumento da procura de bens agrícolas, em função do crescimento numérico dos não agricultores e da progressiva elevação do poder de compra de uns e outros.

O desenvolvimento económico, na sua modalidade urbano-centrada, tende a desintegrar a tradicional sociedade camponesa. Esta, até então essencialmente voltada sobre si própria e gravitando à volta da unidade de produção, a qual quase se identificava com o grupo familiar, privilegiava o autoconsumo. O agregado doméstico, principal receptor da produção agrícola, era também fornecedor de produtos e bens. Nele se centralizavam actividades produtivas, de transformação e consumistas. À medida que as relações com o exterior, nomeadamente com a cidade, se vão alargando desintegra-se a heterogénea funcionalidade doméstica.

O incremento dos transportes colectivos e individuais, a progressiva difusão da informação - o primeiro fomentando a mobilidade demográfica, profissional e de mercadorias e a segunda renovando as mentalidades - reflectem-se, de forma bastante sensível, na mutação económica, social e cultural das sociedades rurais (GROOT, R. de, 2006). Por seu lado, o aperfeiçoamento tecnológico possibilita e incentiva a introdução de novos e cada vez mais sofisticados factores de produção, do que resultará um significativo aumento da produtividade agrícola.

O aumento da população não agrícola que, por sua vez, origina mudanças na distribuição espacial da população e requer melhores vias de comunicação e serviços de transporte, exige também crescimento dos níveis de produtividade agrícola que assegurem a manutenção dos padrões de consumo atingidos. Deste modo se acelera a passagem de uma agricultura de autoconsumo para uma agricultura de mercado, sendo a

urbanização o principal motor destas mutações. Apesar destas dinâmicas ocorrerem nos países e regiões mais tardiamente desenvolvidos, tal não foi muito evidente no espaço periurbano de Coimbra, onde o autoconsumo assumiu formas de multifuncionalidade agrícola, ao invés das vias da competitividade.

4.1.6. Desintegração da economia camponesa

Ao contrário do que sucedeu na sociedade industrial, cuja actividade económica, se organiza no exterior do grupo familiar, na sociedade camponesa a vida social e económica desenvolveu-se à volta de um núcleo fundamental, coincidente com o grupo doméstico, com a família. Esta identifica-se com a própria unidade de produção que dela depende, não só em termos de mão-de-obra mas dos meios de produção em geral. Na verdade, existe entre eles uma complementaridade tão intensa, uma tão elevada interdependência, que qualquer alteração numa das partes se repercute necessariamente na outra, como comprovam os ciclos de desenvolvimento da exploração camponesa que se sucedem ao ritmo das oscilações das potencialidades de trabalho familiares.

Contrariamente ao proprietário fundiário absentista ou ao empresário capitalista, o camponês não vive apenas *das* suas terras, mas *sobre e para* as suas terras, pressupondo a economia agrícola camponesa a exploração de conta própria ou, quando muito, mista (H. de BARROS, 1982). O sistema de produção é intensivo e policultural – o único que se coaduna com o autoconsumo camponês, a organização anual do trabalho da família e ainda com a repartição dos riscos. A dimensão das explorações é relativamente reduzida – pequena ou média – já que a escassez de terra, agravada pelo frequente sobrepovoamento, assim o determina, ao mesmo tempo que a utilização intensiva e perdulária de mão-de-obra, exclusivamente familiar, não permite uma exploração de grandes dimensões.

Apesar de não ser característica exclusiva ou condição suficiente para definir agricultura camponesa, é fundamental sublinhar a importância que assume o recurso ao trabalho dos membros do agregado familiar neste tipo de economia. Trabalho não remunerado com salário certo – embora constituindo o principal meio de produção e, conseqüentemente, o mais mobilizado recurso, do qual depende, em larga medida, a eficácia da campanha agrícola – é frequentemente rodeado de uma auréola de "gratuidade", o que se repercute na sua utilização incontrolada, já que não submetida a um racional cálculo económico. Um certo desperdício do trabalho prestado pela família

camponesa à sua exploração, radica no "equivoco económico" que é a ilusão da sua gratuidade (H. de BARROS, 1975, p.110).

Como referimos, a identificação entre a família e a exploração é tal que quase podemos dizer, como R. BADOVIN, que vivem em "simbiose". Empresa e grupo doméstico coincidem, registando-se uma tendência para a fusão das funções produtiva, de consumo, de habitação e até de transformação numa mesma unidade liderada pelo chefe de família.

Na sociedade camponesa as actividades de cada membro estão claramente definidas em função do sexo e da idade. À mulher cabe um desempenho bem difícil: ela deve assegurar a manutenção da casa, do vestuário e da alimentação de toda a família e trabalhar, também, nos campos. Apesar de todo o seu esforço, é frequente ficar à margem da população activa agrícola, nos recenseamentos populacionais, o que falseia gravemente os cálculos estatísticos, dada a sua assumida condição de "doméstica". Há, no entanto, que salientar a importância da mulher, na sociedade camponesa: ela não só trabalha na terra ao lado do homem como o aconselha, ajudando-o a tomar as decisões mais importantes no que respeita à gestão da empresa. Papel apagado, desempenhado na sombra, mas que assume relevância tal que levou M. CEPÈDE a considerar que "a dedicação ao trabalho manifestada pelo agricultor camponês provém essencialmente de ser ele filho e neto de camponesas, que o criaram e ensinaram, e marido de camponesa, que o incita permanentemente, embora sem deixar de lhe aceitar a autoridade" (M. CEPÈDE, 1961, p. 26, cit. por H. de BARROS, 1975, p.111).

A interdependência estabelecida entre unidade de produção e família, nomeadamente no que concerne à força de trabalho, leva ao aparecimento de ciclos de desenvolvimento na empresa agrícola, os quais oscilam com as disponibilidades de mão-de-obra familiar. Também a irregularidade, em termos de exigência laboral, das fainas agrícolas ao longo de um período cultural, cria dificuldades às explorações camponesas, que se vêem na eminência de recorrer à prática da "entre-ajuda" nas épocas de ponta do calendário agrícola.

As relações entre produção e consumo merecem referência especial, já que sintetizam o essencial da mentalidade camponesa. Produz-se, em primeiro lugar, para satisfazer as necessidades alimentares do agricultor e da sua família, embora se procure obter excedentes para venda nos mercados próximos. O montante das quantidades comercializáveis é variável: no geral mais elevado nos anos com condições meteorológicas a isso propícias, sofre oscilações relacionadas com os preços,

consequência da lei da oferta e da procura. A longo prazo, há tendência para o seu crescimento, sob efeito do progresso técnico, bem como da maior necessidade de dispor de liquidez monetária para se poder abastecer de bens de produção e de consumo tornados necessários. Durante muito tempo o "amor-próprio", decorrente do orgulho da autosuficiência e da quase aversão ao endividamento, limitou estas compras, mas a evolução social e económica fez nascer, também nos campos, novas necessidades. De facto estão em causa utensílios um pouco mais elaborados, tecidos, e mesmo certos alimentos básicos, como o açúcar ou o café... O agricultor camponês integrou-se assim, paulatinamente, numa cadeia cada vez mais ampla de relações mercantis (P. BARRAL, 1978, p.19).

Mas o camponês tenta quase sempre vender o máximo e comprar o mínimo, daí que reuna na unidade de produção actividades diversificadas que garantam a satisfação das necessidades básicas do agregado doméstico. Esta forte interrelação produção/consumo imposta pela dependência relativamente ao espaço e à distância ao mercado (centro urbano), decorre da necessidade de preservar a sua autonomia: conta essencialmente consigo próprio para obter os factores de produção que lhe são essenciais, bem como os bens de consumo de que a sua família carece. Assim, não surpreende a importância que assume na exploração camponesa a criação de gado, fornecedor de matéria fertilizante indispensável num sistema agrícola intensivo em que a reconstituição do solo e a consequente preservação do capital fundiário tem quase tanta importância como a produção em si mesma.

A integração da actividade artesanal na empresa agrícola decorre das preocupações consumistas do camponês. Ele autoabastece-se em pão, vinho, enchidos, carnes fumadas ou lacticínios, confeccionando, por vezes, o seu próprio vestuário e utensilagem vária. Daí encontrarem-se integrados na exploração camponesa as adegas e os fornos, destinados ao "fabrico" do vinho e do pão; são também frequentes actividades artesanais mais diversificadas como a tecelagem (com grande representatividade na área de Almalaguês), a olaria, a moagem (Ribeira de Cernache), a cestaria (Taveiro), etc.

O desejo de preservar a autonomia da exploração e a vontade de operar sobre os mercados, mais como vendedor do que como consumidor, modelam certos traços característicos do camponês (R. BADOUIN, 1971, p.95). Assim a sua proclamada autosuficiência e consequente fraca recorrência ao mercado de factores conjugam-se para justificar o arreigado espírito de poupança que é inerente à sua própria natureza e que, de

certa forma, se relaciona com a sua capacidade de "sobretabalhar" e "subconsumir", no dizer de H. de BARROS (1975).

A insegurança vivida pelo agricultor face às contingências do mercado - as menos importantes, apesar de tudo, dada a possibilidade que tem de proceder à retirada autárquica - bem como perante as irregularidades climáticas, levam-no a preservar avaramente o seu pecúlio. Amealha, não tanto com o intuito de investir ou modernizar a sua exploração, mas para constituir reservas que lhe garantam estabilidade e segurança na velhice ou na doença, e lhe permitam alcançar maior prestígio social, caso surja a oportunidade de as investir na aquisição de mais terra e, conseqüentemente, enriquecer o seu património fundiário.

A economia agrícola camponesa dominou nos campos de Coimbra até à segunda metade do século vinte. As características económicas e socioculturais que temos vindo a analisar permitem fazer a recontextualização de uma sociedade rural num espaço onde a figura do camponês se impôs de tal modo que adquiriu carácter etnográfico, personificando o agricultor dos campos de Coimbra.

4.1.7. A sociedade camponesa em mudança

Se a economia camponesa evoluiu e se transformou, perdendo as características que a individualizavam, o mesmo sucedeu à sociedade que a envolvia e sustentava. De facto, “se a exploração agrícola, unidade de produção e de consumo, possui a sua autonomia económica, ela não deve, contudo, ser considerada isoladamente. O agricultor vive e trabalha numa comunidade territorial que lhe impõe solidariedades estreitas” (P. BARRAL, 1978, p. 25).

A sociedade camponesa é dotada de nítido contraste no que se refere ao comportamento económico e social dos seus elementos. Já vimos que, do ponto de vista económico aquela se caracteriza por forte individualismo familiar - o camponês é cioso dos seus negócios, não permitindo intromissões, procurando mesmo subtrair-se à influência da conjuntura económica global (pelo menos quando esta lhe é adversa). Em termos sociais podemos, contudo, afirmar a sua grande dependência relativamente ao meio onde vive. Integrado numa sociedade de "interconhecimento" onde a vida de cada um é conhecida por todos, a sua liberdade de actuação é fortemente condicionada pela colectividade. A intimidade da célula familiar é, no entanto, preservada ao nível dos

negócios: "Porque uma pessoa sabe tudo sobre o seu vizinho e nada pode esconder, é conveniente não se intrometer nos seus negócios" (H. MENDRAS, 1978, p.91).

Na aldeia as regras que presidem às relações sociais uniformizam os comportamentos, sendo aplicadas sanções aos que se atreverem a transgredir. Esse código único de atitudes e comportamentos conduz a uma homogeneidade cultural, acentuada por uma linguagem comum e por costumes ancestrais que reforçam a unidade interna da comunidade. Os laços que se geram entre os seus membros levam a que surjam frequentes rivalidades e confrontos entre localidades, às vezes próximas e mesmo vizinhas, os quais realçam o carácter fechado e nada permeável da sociedade camponesa. Cada aldeia tem os seus traços distintos e a sua organização própria, sendo dotada de nítida autarcia. Esta está presente em domínios bastante diversificados, que vão desde o demográfico ao cultural, social ou económico. Assim, no que se refere à demografia, observa-se um comportamento nitidamente endogâmico – os casamentos celebram-se normalmente entre os elementos de uma comunidade ou, quando muito, entre residentes de aldeias vizinhas. Com efeito, o casamento é um acto essencial, pois introduz um elemento estranho numa célula organizada sobre ela própria. O mais frequente é ser a mulher a deixar os seus pais e a mudar de família. Mas a sabedoria popular lembra que não são de mais todas as precauções na escolha de um novo elemento, sendo aconselhável estar de sobreaviso quanto ao contexto social em que aquele está inserido: "*Quem fora vai casar ou vai enganado ou vai enganar*". Foi assim frequente, até determinada época, encontrarmos aldeias onde grande parte dos seus habitantes estava ligada por laços de parentesco, formando uma grande família onde todos se conheciam, se entreadjavam, se criticavam e mutuamente controlavam.

Os laços com as sociedades envolventes eram muito ténues, quer do ponto de vista social quer mesmo do económico - as trocas com o exterior limitavam-se à venda de produtos agrícolas e aos raros laços matrimoniais - o que reforça a homogeneidade cultural da sociedade camponesa. O isolamento acentuava o sentimento de identidade pessoal e o espírito de coesão do grupo: "o aldeão identifica-se mais com a comunidade onde vive, ao sentir-se semelhante aos seus conterrâneos e diferente dos indivíduos de outras aldeias" (H. Mendras, 1978, p. 98).

A referida *homogeneidade cultural* poder-nos-ia levar a imaginar uma sociedade sem oposições de vizinhança, sem conflitos e rivalidades internas. Esta imagem paradisíaca está, contudo, muito afastada da realidade que é a comunidade camponesa. De facto, a diversidade social que aí vamos encontrar, baseada na idade, no sexo e, sobretudo, na

posse da terra desencadeou frequentes tensões entre grupos que buscam a hegemonia ou conflitos entre gerações, cujos interesses e "modos de pensar" divergem significativamente. A comunidade aldeã é, frequentemente, palco de lutas fratricidas que opõem grupos que lutam pela herança ou pelo poder (por exemplo, moleiros e agricultores cuja disputa pela utilização da água na Ribeira de Cernache, na primeira metade do século vinte, originou confrontos que obrigaram à intervenção de forças militarizadas).

4.1.8. O sentido da mudança

O desenvolvimento económico acelerou o processo de urbanização dos campos, o que, por sua vez, se repercutiu no sistema de economia agrícola até aí praticado. Com efeito, a penetração da tecnologia na agricultura, bem como a difusão da indústria no espaço rural, impôs aos camponeses um tipo de vida quase urbano e dotou o trabalho agrícola de uma nova dinâmica. Os "mass media" - nomeadamente a imprensa, a rádio e a televisão - difundem indiscriminadamente pela cidade e pelo campo as mesmas imagens, a mesma linguagem, os mesmos valores, o que aproxima cada vez mais os padrões de vida e as escalas de valores urbano e camponês.

A urbanização, na medida em que mobiliza quantidades crescentes de terra, mão-de-obra (e também produtos agrícolas...), pode introduzir mutações significativas nos sistemas de economia agrícola. Nas áreas periurbanas, a atracção exercida sobre a mão-de-obra agrícola e a progressiva procura de terrenos para construção, repercutem-se nas relações do camponês com o mercado de factores, bem como na estrutura fundiária da exploração agrícola. Assim, o decréscimo de trabalhadores precede e fomenta a mecanização - fenómeno que poderemos considerar vantajoso, principalmente se atendermos à necessidade de aumentar a produtividade do trabalho, face ao crescimento do consumo e, fundamentalmente, à diminuição do tempo útil agrícola - enquanto a procura fundiária se repercute nos preços dos terrenos e, num maior (às vezes excessivo) fraccionamento da exploração, consequências francamente adversas à progressão do desenvolvimento agrícola.

Constatamos pois que, quer actuando como factor de desenvolvimento quer de retrocesso, a urbanização dos campos funciona sempre como catalizador no processo de mutação da economia agrícola camponesa. De facto, o impacto da urbanização,

independentemente dos seus agentes ou dos factores que a desencadeiam, manifesta-se sempre, do ponto de vista económico, por uma expansão das relações com o mercado de produtos (fomenta-se a produção, já que a procura também aumenta) e de factores (o desenvolvimento tecnológico proporciona um melhor equipamento das explorações agrícolas em maquinaria, bem como de adubos químicos e produtos fitossanitários). Com o recurso, cada vez mais frequente, ao mercado de factores, o camponês torna-se dependente desse mesmo mercado, ou seja dos vendedores, das oficinas de reparação e, mais tarde, também das instituições de crédito, muito embora, por tradição, não fosse muito receptivo ao crédito, o qual é por ele identificado com endividamento e logo dependência pessoal. Esta dinâmica, por nós claramente detectada e vivenciada nos campos de Coimbra, tende a afectar estratos demográficos mais avançados enquanto nos mais jovens se evidencia uma progressiva familiarização com o crédito enquanto mecanismo de consumo.

Do ponto de vista social as alterações são também bastante sensíveis, acentuando-se a heterogeneidade social e diversificando-se as suas causas: enquanto anteriormente esta se baseava na posse fundiária, agora passa a ser fomentada pelas mudanças de actividade ou pela fixação de população alógena (MATEUS, M. L. Roxo, 1990).

Com a crescente heterogeneidade social regride progressivamente o interconhecimento aldeão, instalando-se um modo de vida quase urbano, em que os vizinhos se desconhecem ou se ignoram. Acelera-se o estabelecimento de relações com o exterior (a sociedade envolvente), enquanto o camponês se torna mais permeável a inovações (culturais ou outras). Dilui-se a autarcia demográfica da comunidade camponesa através do estabelecimento de ligações com localidades distantes, as quais são cada vez mais facilitadas pela melhoria dos meios e das vias de comunicação. Enfim, todos os factores se conjugam para que o camponês... deixe de o ser.

4.2. Do êxodo rural às migrações pendulares

Na primeira metade do século vinte o desenvolvimento da grande indústria, localizada preferencialmente nas cidades, modificou gradualmente as condições de vida e de trabalho. Diversificaram-se as actividades – não apenas produtivas mas também de consumo e, simultaneamente, cresceram as exigências de mão-de-obra. O camponês,

atraído pela perspectiva de melhores condições de vida, abandonou os campos e rumou à cidade. Para lá se dirigiram, inicialmente, os excedentes de uma população camponesa, de fracos ou nulos recursos fundiários. A sua saída não afectou significativamente a economia agrícola – eram assalariados, domésticas ou pequenos artesãos, com pouca intervenção no processo produtivo. Na cidade foram engrossar as fileiras dos trabalhadores indiferenciados das novas fábricas, do terciário inferior ou mesmo dos *biscateiros* desempregados.

O acentuar da industrialização e o desenvolvimento registados na segunda metade do século vinte vieram introduzir sensíveis alterações nos movimentos demográficos entre espaço rural e espaço urbano. Às saídas definitivas dos campos sucedem as migrações pendulares diárias, ou seja o êxodo rural é substituído pelo êxodo agrícola, total ou parcial (o mais frequente nos campos das periferias urbanas). Por outro lado, o desenvolvimento técnico que se reflecte na expansão dos meios de comunicação, fomenta esse tipo de ligações, permitindo aos residentes no campo a transposição diária dos quilómetros que os separam dos locais de trabalho, das fábricas ou dos serviços em geral.

Em Portugal, a difusão das novas indústrias pelos campos periféricos das cidades e sobretudo ao longo das principais vias de comunicação, proporcionou às famílias camponesas maiores oportunidades de emprego e facultou-lhes a possibilidade de combinar a actividade agrícola com trabalho regular na indústria (REIS, J. 1992). Por esta via se desenvolveu a dupla actividade, generalizando-se, local ou regionalmente, a situação de operário-camponês.

As cidades exercem a sua influência em áreas cada vez mais vastas e as novas relações firmadas entre a indústria e os campos repercutem-se notoriamente sobre a agricultura camponesa. Esta sofre fortes mutações, tanto no sentido da agricultura capitalista como no da agricultura a tempo parcial. Os que permanecem no sector agrícola a tempo pleno tendem, desde que possuam espírito de iniciativa, capacidade de investimento e de risco, a modernizar a sua empresa, recorrendo a inovações tecnológicas, químicas e biológicas, nomeadamente maquinaria, produtos químicos; introduzem novas variedades e mesmo novos ramos vegetais e animais, procurando, assim, aumentar a produtividade e o rendimento, sempre em função das solicitações de mercado. A anterior agricultura camponesa tende, deste modo, a alargar a sua esfera de acção quebrando, como anteriormente foi sublinhado, a ancestral autarcia.

4.3. A situação de operário-camponês

No caso de o agricultor optar pela dupla actividade e recorrer ao emprego industrial, na cidade ou mesmo no campo, vê reduzir-se o tempo que pode dedicar à exploração; depois apenas aí labora nos fins de tarde, fins de semana ou nas férias. Tal facto, reforçado pela maior capacidade de investimento de que agora dispõe, considerando o duplo rendimento, faz com que cedo adquira novos factores de produção, entre os quais *brilha* o pequeno tractor, precedido ou não pela aquisição de outros auxiliares mecânicos, nomeadamente pulverizador, motosserra, etc., de modo a poder executar as fainas agrícolas no pouco tempo que lhe resta depois do novo emprego.

Apesar de manifestamente vantajoso para o operário-camponês, uma vez que poupa esforço e tempo, este sobreequipamento da exploração pode constituir uma solução pouco recomendável, do ponto de vista do equilíbrio financeiro da empresa. Com efeito, o salário auferido no sector industrial permite um equipamento sem preocupações de rendibilidade, daí que as explorações agrícolas dirigidas por operário-camponeses estejam, em regra, excessivamente mecanizadas. Esta solução, embora satisfatória do ponto de vista da família, não é vantajosa para a agricultura em geral. Na verdade, as explorações dos operários-camponeses são, normalmente, de tamanho reduzido, bastante fraccionadas, tendendo para limiares dimensionais cada vez mais baixos em termos de ocupação cultural, dado o frequente abandono de algumas parcelas que poderão, na melhor das hipóteses, ser florestadas ou ocupadas com pastagens, isto para além do normal e sucessivo fraccionamento decorrente das heranças patrimoniais. Assim sendo, não se justificaria, em termos económicos, a compra de maquinaria, cujo investimento dificilmente será amortizável. Mas... os "agricultores das cinco da tarde" (CLOUT, 1976, p.92) com a sua dupla fonte de rendimentos, estão em melhores condições para adquirir equipamento do que os agricultores a tempo pleno. Por outro lado, a aquisição de tractores e outra maquinaria é visto como um símbolo de ascensão social, justificando-se assim a sua compra; a sua subutilização ao longo do ano é o custo "pago" pelo agricultor por dispor da grande vantagem de fazer nos tempos livres certas tarefas, cuja morosidade, em sistema de execução tradicional, exigiria a recorrência a trabalho assalariado ou condenaria ao abandono algumas parcelas ou até mesmo a exploração.

A situação de operário-camponês tem outros graves inconvenientes para a agricultura em geral, uma vez que, em regra, não estimula o progresso do sistema agrícola praticado. Raramente são introduzidas novas culturas e, regra geral, não se tende para uma especialização cultural servindo, ao invés, para manter a estrutura da poliprodução autárquica, centrada nas culturas que requerem menos trabalho (H. MENDRAS, 1978, p.175).

As terras exploradas por operários-camponeses possuem, pois, em geral, baixa produtividade, uma vez que o agricultor lhes dedica apenas uma parte do seu tempo activo, distinguindo-se ainda pela menor intensividade dos sistemas agrícolas praticados.

Por outro lado, os operários-camponeses, não sendo nem exclusivamente operários nem tão pouco agricultores, não podem usufruir das regalias sociais de qualquer dos grupos: relativamente ao operariado, não gozam das férias ou da redução de horários, dado que todas as horas livres são dedicadas à laboração agrícola. Esta vida dupla é, pois, muito penosa para o indivíduo, uma vez que às habituais oito horas de trabalho na indústria se junta o tempo de deslocação para o emprego e ainda o das fainas agrícolas: "depois do trabalho na cidade vem ainda, nos longos dias de verão, labutar no campo, até a noite cair. Também as férias, em vez de serem utilizadas como período de merecido descanso, são aproveitadas para tratar, agora a tempo pleno, da sua horta. Como normalmente coincidem com a época de maior actividade (...) é vê-lo a trabalhar desde o nascer ao pôr-do-sol, não sendo raro chegar ao fim das férias mais cansado do que quando as iniciou..." (MATEUS, M. L. Roxo, 1984, p. 82).

Para a mulher esta situação é também muito dura, pois grande parte do trabalho tem de ser, agora, executado por ela, que se vê ainda mais sobrecarregada (mais trabalho agrícola e complementar deste, além do doméstico).

Para a empresa empregadora a situação não é, de igual modo, muito aliciente, uma vez que o trabalho do operário-camponês é de menor rendibilidade do que o do operário em exclusividade, dado o seu permanente cansaço, resultante da labuta prolongada. O próprio nível de assiduidade reflecte o grau de exigência das fainas agrícolas e, nos períodos de ponta do calendário agrícola, o duplo activo não se coíbe de faltar, indiferente às necessidades laborais da unidade fabril, aliás esta é uma queixa frequente dos gestores que inquirimos nos campos de Coimbra.

Apesar das desvantagens apontadas, a procura de operários-camponeses, por parte das empresas industriais, reveste-se de um certo significado, mercê da sua fraca exigência salarial e reduzido carácter reivindicativo. Para o camponês esta situação confere-lhe

maiores rendimentos e mais segurança, no caso de crise económica e desemprego industrial. Permite-lhe também manter um património fundiário que não está disposto a ceder, por venda ou por arrendamento; além disso, o cultivo dos campos garante-lhe parte significativa da alimentação da família e a obtenção de alguns excedentes que poderá canalizar para o mercado.

As exigências das indústrias em termos de especialização de mão-de-obra, de assiduidade e de produtividade não pactuam com a manutenção da situação de operário-camponês. Assim, à medida que se vão desenvolvendo financeiramente e apetrechando tecnologicamente, dispensam ou reconvertem essa força laboral, estratégia cada vez mais adoptada num mundo altamente competitivo, não apenas ao nível do produto final mas sobretudo em termos de factores de produção.

O afastamento progressivo da primeira geração de operários-camponeses, devido ao grau de sofisticação tecnológica das empresas ou ao limite etário (atingida a idade da reforma), coloca a segunda geração perante o dilema da opção por uma das actividades. Prefere, normalmente, o sector não agrícola, o que não surpreende dado o seu gradual afastamento da terra, e a quebra dos laços ancestrais que, ao longo de séculos, ligaram os seus antepassados ao torrão natal. Libertos dessa *dependência fundiária* optam pelo mais seguro e mais compensador, em termos económicos e sociais (C. CAVACO, 1981).

Enquanto a agricultura do operário-camponês é considerada como um fenómeno típico da fase de transição da sociedade agrícola à sociedade industrial (ver S. KRASOVEC, 1966), e resulta do processo de desintegração da economia agrícola camponesa, a agricultura a tempo parcial é vista como uma resposta à pressão económica e social que se exerce sobre o campo, a qual vai *minando* as estruturas da organização produtiva. À medida que o desenvolvimento industrial se vai processando e, posteriormente, se assiste ao crescimento do sector terciário, dá-se a transferência da força de trabalho do sector agrícola para os outros sectores de actividade. Mas as explorações sobrevivem. Reorganizam-se em termos de recorrência ao mercado de factores e de produtos; modificam-se as relações existentes entre o grupo humano e a unidade de produção; a mulher assegura papel determinante na gestão e laboração da empresa, assumindo-se como empresária.

O percurso evolutivo deste tipo de agricultura a tempo parcial depende não só da conjuntura económica mas também, e sobretudo, das alternativas com que o camponês-operário é confrontado no exercício da sua nova profissão. As opções que tomar, voluntárias ou impostas, influenciarão não apenas o seu futuro mas o da agricultura

camponesa, para a qual a agricultura a tempo parcial poderá significar uma etapa transitória para uma verdadeira agricultura de mercado ou apenas a sua morte adiada.

A agricultura do operário-camponês apresenta-se como uma semi-fuga à agricultura, como uma saída da dependência relativamente à dedicação exclusiva ao sector agrícola. Identifica-se com uma primeira fase de desenvolvimento global da economia, tendo maior representatividade nos países que iniciam um processo de desenvolvimento, ou nos espaços rurais envolventes das médias cidades, como Coimbra, em crescendo de terciarização e de feminização das actividades.

A perspectiva evolutiva anteriormente delineada que culminaria com o desaparecimento, nos países economicamente desenvolvidos, do operário-camponês, não deve ser entendida como preconizadora do fim da agricultura a tempo parcial. Com efeito, o operário-camponês é apenas um dos muitos tipos de agricultor pluriactivo, apesar de alguns autores, por vezes, tomando a parte pelo todo, identificarem os dois conceitos (Y. LAMY, 1984, p.129). Para evitar esta ou outras imprecisões, analisaremos em seguida a definição de agricultura a tempo parcial explicitando a terminologia a ela associada. Tal impõe-se perante a diversidade de agricultores a tempo parcial que encontramos nos campos de Coimbra.

4.4. O conceito de agricultura a tempo parcial

Apesar dos múltiplos trabalhos que, desde há mais de meio século, têm incidido sobre a agricultura a tempo parcial, ainda não se conseguiu atingir o consenso relativamente à sua definição. Os autores são unânimes na escolha dos parâmetros em que baseiam os seus critérios - a duração da actividade desenvolvida no seio da exploração, a qual pode ser condicionada ou não por um emprego fora da empresa agrícola, e a unidade de análise - mas diferem na sua interpretação.

4.4.1. Definição de ATP - dupla actividade ou duplo rendimento?

O termo *agricultura a tempo parcial* foi introduzido no princípio do segundo quartel deste século, por Rozman, nos E.U.A., onde a "agricultura do crepúsculo" tinha já grande

representatividade. Para este autor, A.T.P. representa uma combinação do trabalho na exploração agrícola com emprego noutra actividade. Rozman, destaca ainda a componente espacial da A.T. P., referindo que esta "se traduz numa combinação entre espaço com ocupação agrícola e espaço com outras ocupações, nomeadamente residencial e recreativa" (ROZMAN, 1930, p.104, cit. por A. R. PIRES, 1986). Sublinha igualmente a necessidade conceptual de distinguir agricultor a tempo parcial de exploração a tempo parcial, uma vez que nem sempre há coincidência entre eles. O exemplo de que se serve para justificar a sua afirmação parece-nos, contudo, pouco claro - um agricultor a tempo parcial pode trabalhar numa exploração regular (a tempo pleno) no caso de os seus filhos, outros elementos da família ou assalariados aí laborarem a tempo inteiro. A empresa apenas poderá ser considerada a tempo parcial se o chefe e todos os restantes membros da família agrícola lhe dedicarem apenas uma parte do seu tempo activo.

A noção parece basear-se exclusivamente no tempo de trabalho que é dedicado à exploração, ignorando uma componente, hoje extremamente importante - o duplo rendimento. Assim, segundo este autor, o agricultor que dedicasse à exploração a totalidade do seu tempo activo não deveria ser considerado agricultor a tempo parcial, mesmo que usufruísse de rendimentos provenientes de outras fontes, como se verifica na situação de reformado. Na sua investigação ROZMAN ressalva, contudo, este caso, classificando como agricultores a tempo parcial os reformados que retiram da exploração apenas uma parte da sua subsistência, a qual é complementada com a pensão de reforma. Regista-se, pois, nesta obra, uma nítida contradição entre os princípios definidos e a sua aplicação prática, o que reflecte a falta de rigor metodológico que vigorava neste domínio temático.

Pouco tempo decorrido SALTER (1936), também citado por A. R. PIRES (1986), toma como referência para a definição da A.T.P. a quantidade de trabalho dispendido na exploração mas considera de igual modo o rendimento obtido, o qual poderá ou não ser completado por outro de proveniência diversa, relacionada ou não com outra actividade produtiva. Este critério de definição contempla a A.T.P. dos idosos, bem como a A.T.P. por deficiências estruturais da exploração agrícola, sem recorrência a trabalho extra ou rendimento complementar. O autor teve a preocupação de estabelecer uma base classificativa suficientemente ampla para conter a grande diversidade de tipos de agricultura a tempo parcial. Com efeito, e parafraseando A. R. PIRES (1986), "o maior contributo de SALTER é o reconhecimento explícito da heterogeneidade da agricultura a tempo parcial e a necessidade de subdividir as explorações em grupos mais homogéneos".

Para isso propõe uma tipologia da agricultura a tempo parcial baseada na quantidade de trabalho na exploração, que pode englobar desde a A.T.P. "suburbana" até à A.T.P. "comercial". Não especifica, contudo, quais os tipos de A.T.P., deixando o problema em aberto.

Apesar da importância pioneira das obras supra-citadas, os mais significativos trabalhos cuja temática versa a A.T.P. surgem na segunda metade do século vinte. O grande "boom" industrial do pós-guerra nos países mais desenvolvidos da Europa Central, deu origem à crescente expansão da situação de operário-camponês, daí que alguns autores o elejam como tema principal dos seus estudos.

Um dos trabalhos mais representativos é, sem dúvida, o de KRASOVEC, o qual analisa o papel da A.T.P. no processo de desenvolvimento global da economia. Privilegia um grupo específico de agricultores a tempo parcial - os que resultam do "processo histórico de desintegração da agricultura camponesa" (KRASOVEC, 1965, p.246). Para este autor a agricultura a tempo parcial consiste "numa regular dupla ocupação do chefe de família", baseando o seu critério de definição na existência de outra actividade remunerada, o que pressupõe, também, um duplo rendimento. A agricultura a tempo parcial é apresentada como uma etapa transitória que tende a ser ultrapassada à medida que a sociedade se vai desenvolvendo, do ponto de vista económico; é aceite, como unidade de análise, o chefe de família, não considerando, no entanto, a A.T.P. como fenómeno personalizado mas sim estrutural.

Posteriormente, quase todos os autores "põem a tónica" sobre a dupla actividade. Assim procede P. LACOMBE, o qual publica, em finais dos anos sessenta (1968), um trabalho intitulado "Reflexions sur l'Agriculture à Temps Partiel". Nele aborda o problema da definição de agricultura a tempo parcial considerando que, apesar das numerosas definições até então apresentadas, ainda não houvera uma conveniente fundamentação das opções tomadas, as quais dependem, em última análise, do projecto individual de pesquisa.

P. LACOMBE adopta como unidade de análise o chefe de exploração e como parâmetros para o estudo dos diferentes tipos de agricultor a tempo parcial o tempo de trabalho na exploração e a existência de outra actividade remunerada fora da exploração. Considera quatro tipos de factores condicionantes da génese, desenvolvimento e expansão da A.T.P.: macroeconómicos – relacionados com as estruturas de desenvolvimento da região ou do país; microeconómicos – que são inerentes à própria exploração, tais como insuficiência dimensional e de rendimento, incapacidade de autofinanciar a aquisição de

novos instrumentos de trabalho, etc.: institucionais – os quais dinamizam o desenvolvimento de outros sectores de actividade e, conseqüentemente, a criação de novas oportunidades de trabalho; e, finalmente, factores psicológicos – inerentes à procura do bem-estar do indivíduo como, por exemplo, os que favorecem e estimulam a prática da agricultura como ocupação de tempos de lazer, a qual tende a ser uma das vertentes de maior expansão no actual contexto da agricultura multifuncional.

P. LACOMBE propõe uma tipologia dos agricultores a tempo parcial determinada pelos níveis de desenvolvimento económico. Assim, opõe os agricultores A.T.P. dos países em desenvolvimento (operário-camponês, no sentido lato do termo) aos dos países economicamente desenvolvidos e abastados (agricultor por *hobby*) – os primeiros impulsionados por factores económicos e os segundos impelidos por condicionantes mais de índole psicológica.

Esta classificação corre o risco de se assumir como quase determinista e claramente dicotómica, opondo a A.T.P. dos "ricos" à dos "pobres". Apesar de, em termos gerais, se verificar essa oposição, não podemos ignorar a coexistência no espaço e no tempo de vários tipos de agricultor – ao lado da exploração agrícola de um operário-camponês encontramos, por vezes, a de um agricultor por "recreio" – facto que era bastante frequente nas áreas periurbanas, e que tende a ser recuperado pelas gerações actuais.

A A.T.P. pressupõe divisão da ocupação laboral, entre os sectores de actividade ou, pelo menos, entre duas posições no interior de uma dada profissão, por exemplo, chefe de exploração e assalariado agrícola. Para BARBERIS não será, pois, a tempo parcial uma exploração que, pelas suas reduzidas dimensões, não garanta ocupação plena da força de trabalho familiar e onde, apesar da dedicação exclusiva, exista subocupação.

A. CAVAZZANI, no início da década de oitenta, publicou um trabalho em que começa por analisar "problemas de interpretação teórica e de análise, dando particular relevância à função da agricultura a tempo parcial nas sociedades industriais avançadas" (A. CAVAZZANI, 1980, p.7). Adopta uma definição de A.T.P. semelhante à de BARBERIS - "combinação de actividade produtiva agrícola com actividade económica fora da exploração" - pressupondo como bases conceptuais a dupla actividade e a dupla origem de rendimentos. Opta pela família agrícola como unidade de análise.

Muitos outros autores se debruçaram sobre o problema da agricultura a tempo parcial e sua respectiva definição, tais como H.de FARCY (1979) ou Arnalte ALEGRE (1980) e (C. CAVACO, 1985). Não é, nosso propósito analisarmos exaustivamente esta temática. Na abordagem que traçámos apenas pretendemos demonstrar, através das obras de autores

que consideramos mais representativos, a heterogeneidade dos critérios de definição da agricultura a tempo parcial. Facto que, como começámos por afirmar, dificulta bastante as comparações dos resultados de pesquisa, não só a nível internacional mas também regional. Com efeito, cada país tem a sua própria concepção estatística de agricultura a tempo parcial e cada autor adopta os critérios de definição que mais se adaptam à sua pesquisa individual.

4.4.2. A escolha da unidade de análise

As maiores divergências situam-se ao nível da escolha da unidade de análise. Assim, autores pioneiros, como ROZMAN, centralizaram os seus estudos sobre a exploração a tempo parcial, a qual é definida em função da actividade exterior à exploração de pelo menos um elemento da família agrícola.

A lógica classificativa que privilegia a exploração revela-se como manifestação tradicional de uma concepção em que a família vive em função da agricultura, situação actualmente ultrapassada, sobretudo se tivermos em conta a crescente expansão da agricultura a tempo parcial (CAVAZZANI, 1980, p.20).

Alguns critérios de análise incidem sobre a família agrícola, unidade que, pela sua instabilidade, inviabiliza as recolhas estatísticas, para além de que a prestação de trabalho e a entrada de rendimentos na exploração através de cada membro da família (principalmente se considerarmos os elementos mais jovens do agregado familiar) são dificilmente contabilizáveis.

Os autores que, por sua vez, elegem, como elemento central das suas pesquisas, apenas o chefe da família agrícola "pecam por defeito" ao ignorar, deliberadamente ou não, a importante função da mulher na agricultura a tempo parcial.

Quanto a nós, perfilhamos a opinião de LAURENT (1982) que considera que a investigação sobre a agricultura a tempo parcial deverá privilegiar a análise das funções desempenhadas pelo chefe da exploração e pela mulher, dentro e fora da exploração. Esta vertente é a única que nos merece fiabilidade, dada a relativa estabilidade da informação, para além de facilitar a sua recolha.

4.4.3. Multifuncionalidade e pluriactividade e atp

Por vezes fala-se indiferentemente de agricultura a tempo parcial, de dupla ou de pluriactividade. Haverá identificação entre esta terminologia ou corresponderá a realidades diversas? Tentemos responder colocando uma outra questão: poderemos admitir a existência de agricultura a tempo parcial sem actividade exterior à exploração?

Se considerarmos a agricultura a tempo parcial como fenómeno de sub-emprego, associado a estruturas produtivas insuficientemente desenvolvidas ou decorrente do nível etário da mão-de-obra (forças de trabalho declinantes com a velhice), veremos que, no primeiro caso o sub-emprego conduzirá, a breve prazo, ao êxodo agrícola (ou mesmo ao êxodo rural, nos chamados "campos profundos"); No segundo, que normalmente coincide com a idade da reforma do agricultor, poderá verificar-se o desaparecimento da exploração agrícola, caso não haja sucessores que assegurem a sua laboração. No entanto, enquanto prevalecerem as situações referidas, a resposta à questão que formulámos terá de ser afirmativa: Sim, podemos admitir a existência de A. T. P. sem dupla actividade. Estaremos perante uma agricultura a tempo parcial por ocupação incompleta do tempo laboral.

Por seu lado, a pluriactividade pressupõe a participação do chefe da exploração, da mulher, dos filhos ou até dos parentes (no caso de viverem sob o mesmo tecto) em actividades extra-exploração, subentendendo-se daí a existência de rendimentos suplementares (ou complementares) do que provém da exploração agrícola (H. LAMARCHE, 1984, p.195). Esta constatação convida-nos então a não falarmos indiferentemente de A.T.P. ou de pluriactividade, já que poderão corresponder a realidades diversas (P. LACOMBE, 1984, p.137).

Esclarecida a primeira questão, outras se levantam: deverá a noção de pluriactividade aplicar-se apenas quando estamos perante actividades diferentes, ou poderá englobar actividades idênticas? Isto é, um agricultor que para além de trabalhar na sua própria exploração ainda trabalha, como assalariado ou como prestador de serviços na de outros agricultores deverá, ou poderá, ser considerado pluriactivo? A questão coloca-se na medida em que apesar de desenvolver o seu trabalho dentro do mesmo sector de actividade, obtém um duplo rendimento em função da sua participação noutra exploração.

Mas... a pluriactividade agrícola implicará sempre trabalho fora da exploração? Ora, esta condição é suficiente mas não necessária. Com efeito, poderemos encontrar

pluriactividade no seio da própria exploração, sempre que exista desempenho acumulado da profissão agrícola e de qualquer outra actividade. Estão nesta situação os artesãos que trabalham, nos períodos mortos das fainas agrícolas, em diversas actividades sediadas no seu domicílio que é, simultaneamente, o centro nevrálgico da exploração. Enquadram-se nesta situação as tecedeiras que na sua própria casa recebem o fio e tecem os artigos que vendem ao/no domicílio (Almalaguês), bem como os cesteiros que colhem o vime, fazem e vendem os cestos, comuns nas aldeias do Baixo Mondego.

Do exposto se poderá inferir que a pluriactividade implica sempre duplo rendimento, quer ele provenha do exercício de actividades idênticas (dentro e fora da exploração agrícola), ou de actividades diferentes, mesmo quando praticadas na mesma sede. Os conceitos de pluriactividade e agricultura a tempo parcial não se identificam, pois, plenamente. Com efeito, a primeira pressupõe a segunda, mas nem sempre o inverso se verifica, nomeadamente quando há subemprego por deficiência estrutural da exploração ou do agricultor. A agricultura a tempo parcial poderá, contudo, conduzir à pluriactividade, face às necessidades de superação das dificuldades económicas da família. De facto, a pluriactividade poderá ser uma resposta conjuntural à crise da agricultura (Y. LAMY, 1984).

Uma situação que, normalmente, levanta uma certa perplexidade é a do reformado. Deverá um reformado ser considerado um agricultor a tempo parcial ou um pluriactivo? Em primeiro lugar há que analisar a proveniência da reforma. Se ela resultar do exercício de uma actividade remunerada não agrícola teremos um duplo rendimento que advém de anterior dupla actividade. Neste caso, apesar de o reformado apenas trabalhar na sua exploração poderá ser considerado como pluriactivo, atendendo à sua anterior situação. Contudo, se a reforma auferida provier de actividade agrícola exercida como assalariado em exploração de outrém ele deverá ser classificado como agricultor a tempo parcial mas não como pluriactivo. Poderemos detectar ainda uma terceira situação: - a pensão de reforma advém da prática agrícola, em regime de exclusividade. Será, neste caso, correcto atribuir a classificação de agricultor a tempo parcial? Se a considerarmos apenas função do duplo rendimento parece-nos que não; admitimo-la, contudo, dado que à situação de reformado está, normalmente, associada uma redução do tempo activo.

Em resumo, existem duas grandes categorias de agricultores a tempo parcial: a primeira, dita "sem actividade exterior", engloba os agricultores que, apesar da fraca (por vezes nula...) capacidade de modernização das estruturas produtivas da sua exploração, não quiseram ou não puderam (devido à sua idade, ao seu nível de instrução, à falta de

oportunidades, etc.) recorrer a um emprego complementar. Estão nesta situação os elementos da "pequena exploração asilo" (J. C. de LAUWE, cit. por H. de FARCY, 1979, p.25). Poderemos também aqui incluir os casais mais jovens que, embora se dediquem exclusivamente à exploração, auferem um rendimento suplementar dos abonos de família (famílias normalmente numerosas...) e/ou de subsídios de invalidez atribuídos a um dos cônjuges; na segunda categoria incluem-se todos os agricultores que exercem uma dupla actividade, isto é, que dispõem de um emprego complementar fora da exploração e/ou noutro sector de actividade. Relativamente aos que trabalham fora da exploração, há que distinguir os que se integram noutros sectores de actividade e os que continuam ligados ao sector agrícola (assalariados agrícolas, resineiros, tractoristas, etc.), uns e outros parte integrante do grupo dos pluriactivos.

4.4.4. Pluriactividade - fenómeno conjuntural ou estrutural?

A pluriactividade não é um fenómeno recente, constituindo um traço histórico permanente das sociedades rurais, como refere H. MENDRAS (1984, p.55), para quem "nunca houve uma sociedade rural puramente agrícola". Na verdade, sempre se fez um pouco de tudo no campo, se bem que na fase da "agricolização" se assistiu à saída dos activos não agrícolas do espaço rural e à especialização crescente dos que ficaram; a intermitência laboral, típica das fainas agrícolas, desde cedo fomentou e manteve a pluriactividade.

A pluriactividade agrícola reveste-se hoje de um interesse renovado e é objecto de acesas controvérsias. Alguns autores vêem-na integrada num processo global de mutação económica, que afecta sobretudo as áreas rurais dos países em desenvolvimento. Consideram-na como a clássica resposta do agricultor às deficiências estruturais da sua exploração; a impossibilidade de alargar o seu aparelho produtivo, para assegurar o pleno emprego da família e obter um rendimento minimamente satisfatório, levá-lo-á a procurar uma actividade complementar. Para este agente a pluriactividade surgirá como uma resposta a condições adversas, sendo, neste contexto, a pluriactividade considerada "como um meio de regular a relação homem/terra sem sofrer os custos do êxodo" (B. DELORD, P. LACOMBE, 1984, p.158).

Este clássico modelo apresenta a vantagem de explicar, à luz de parâmetros económicos pré-determinados, a existência da pluriactividade agrícola; enferma, no

entanto, do facto de remeter para o mesmo esquema de referência, o qual se encontra imbuído de elevado grau de transitoriedade. Com efeito, a pluriactividade agrícola, vista segundo este ângulo, constituirá sempre uma etapa, um compasso de espera, para o abandono definitivo da agricultura, sendo apenas um fenómeno conjuntural, que tenderá a desaparecer logo que sejam alcançados determinados níveis de desenvolvimento económico.

Considerada como fenómeno típico da fase de transição da sociedade agrícola para a sociedade industrial, a pluriactividade funciona como uma forma de transferência de uma população activa excedentária do sector agrícola em crise para outros sectores de actividade, sem que estes paguem os custos da mudança. Apesar de localizada no interior daquele sector, ela vai depender essencialmente de factores externos, nomeadamente a existência de um mercado de trabalho (onde a mão-de-obra pouco qualificada do camponês tenha boa aceitação), de melhores infraestruturas de comunicação e de transportes.

Esta perspectiva da agricultura a tempo parcial, como fenómeno transitório e conjuntural, pode ser considerada como um "corredor de saída" do sector agrícola. Para alguns autores, uma forma de agricultura "menor", concorrencialmente desleal, de baixa produtividade e plena de irracionalidade, dada a ineficiente utilização dos factores produtivos, sendo, sobretudo, um recurso utilizado pelo camponês para superar as deficientes condições económico-sociais do seu agregado familiar, de modo a poder subsistir com um mínimo de desafogo e dignidade.

Mas este arquétipo não esgota a complexa realidade que está subjacente à agricultura a tempo parcial, a qual se traduz no elevado grau de heterogeneidade que a caracteriza. Assim, àquele modelo valorativo contrapõe-se outro, talvez mais estável e duradouro, que se insere no "processo de reestruturação capitalista" (CAVAZZANI, 1980, p.26), embora ao nível da iniciativa individual.

Trata-se de formas "reflectidas", voluntárias, de pluriactividade que já não são induzidas por dificuldades de existência ou situações de pobreza. Englobam camadas bastante diferenciadas da sociedade rural que têm em comum o facto de usufruírem de rendimentos de nível satisfatório, frequentemente superiores à média (R. SCHWAB, 1984, p.228). Os seus agentes estão inseridos em ramos de actividade muito diversificados (indústria, comércio e serviços, profissões liberais, etc.). Para estes protagonistas a agricultura a tempo parcial apresenta-se como uma "entrada" ou "reentrada" no sector agrícola.

Os factores que estão subjacentes a este tipo de agricultura são, em geral, mais de ordem sociológica do que económica. Assim, há que destacar: a necessidade de ocupar o tempo deixado livre pela actividade principal, o qual será proporcional ao nível de desenvolvimento tecnológico da unidade empregadora; o desejo de canalizar os excedentes de energia acumulados no desempenho das suas profissões, em regra pouco exigentes, no que se refere a actividade física (frequentemente sedentárias...), para a prática de uma salutar actividade ao ar livre.

É também importante factor de difusão deste tipo de agricultura a existência de infraestruturas de acolhimento (produtivas e de alojamento): terra de cultivo, alfaias agrícolas, residência.

Estas são as condições de que usufruem alguns filhos ou netos de agricultores, que o foram a tempo pleno ou não, que vêm a ocupar a casa que herdaram da família e a cultivar parcelas anexas. O conhecimento das técnicas de cultivo e o gosto pela actividade agrícola, adquirido quando a exploração dos seus pais ou avós ainda funcionava, constituem forte incentivo à prática da pluriactividade, à semelhança da correlação com a profissão desempenhada (quadros técnicos agrícolas, por exemplo).

A agricultura a tempo parcial pode, assim, surgir como resposta individual a pressões económicas e sociais diversas, assumindo-se como um modelo cultural que se opõe à sociedade industrial, tentando minimizar a sua agressividade, do ponto de vista social e humano. Baseia-se numa combinação de motivações culturais e económicas, particularmente relevantes para a classe média, já que economicamente este grupo procura maximizar a sua autosuficiência e afirmar a sua independência relativamente à sociedade onde se insere; além disso, as vantagens da vida no campo vêm contrapor-se à tensão da vida urbana.

Há que referir também o facto de aquela representar, hoje, uma forma de investimento económico, dado o carácter anti-inflacionário do capital fundiário. Por outro lado, são significativas as vantagens de ordem social relacionadas com a qualidade de vida, principalmente nos países onde as políticas de crescimento económico acelerado ergueram desumanizados cenários tecnológicos. De um modo geral, este tipo de agricultura a tempo parcial não mobiliza grandes investimentos e é, normalmente, feita em escala reduzida, pelo menos no que se refere à dimensão fundiária; mais especializada do que a A.T.P. "dos pobres", quer no que respeita às culturas - frequentemente afecta à fruticultura (pomares de macieiras ou de citrinos) e à vinicultura - quer no que concerne à criação de gado (ovino ou suíno), criado em regime estabular em unidades de pequena

dimensão. Os produtos são vendidos em casa, sendo também frequente a oferta ou troca com familiares ou amigos. De sublinhar que estes circuitos de produção e de comercialização são considerados, pelas empresas agrícolas a tempo pleno, como uma forma de concorrência desleal, sendo o seu carácter suplectivo frequentemente desvalorizado.

No que se refere à representatividade actual dos dois tipos de pluriactividade referidos, consideramos que o primeiro, testemunho de um sistema sócio-económico em mutação e frequente prelúdio da cessação da actividade agrícola, desenvolvendo-se em espaços "em crise" (porque em processo de transformação), tenderá a desaparecer, à medida que forem atingidos determinados patamares de desenvolvimento. Tem, contudo, ainda grande significado no nosso país, nomeadamente na região de Coimbra.

O segundo tipo referenciado, no qual a preocupação de assegurar a subsistência da família dá lugar a outras motivações, nomeadamente psicológicas - embora o rendimento suplementar possa ter também algum significado - relacionadas com a ocupação de tempos livres e o necessário reequilíbrio físico, compensador do trabalho repetitivo da fábrica ou do escritório, está mais difundido nos países tecnologicamente mais desenvolvidos. São formas de pluriactividade agrícola que mantêm uma clara autonomia em relação ao sistema onde estão inseridas, sendo consideradas como "elemento positivo numa estratégia de manutenção dos laços telúricos que unem o homem à terra", assumindo-se como forma de contestação do modelo agro-industrial produtivista (F. GERBAUX, P. MULLER, 1984, p.209).

Assim, quase podemos afirmar que a pluriactividade agrícola, dada a sua heterogeneidade e grande diversidade, poderá constituir um excelente revelador dos problemas e do modo de funcionamento das sociedades rurais contemporâneas.

5. O espaço rural: de meio de produção agrícola a suporte residencial

Hoje há uma acentuada heterogeneidade funcional e morfológica dos espaços rurais. Estes há muito deixaram de ser exclusivamente agrícolas sendo escolhidos por múltiplas actividades (transformadoras, turísticas, de lazer, etc.) e, sobretudo, são invadidos pela expansão residencial. De facto, a dissociação entre local de residência e local de trabalho

tem registado uma rápida evolução, naturalmente enquadrada no processo global de transformação funcional das áreas periurbanas.

Numa primeira etapa, coincidente com o predomínio da actividade agrícola no espaço rural, verificava-se sobreposição espacial da implantação residencial e da localização da actividade produtiva: a sede da exploração coincidia com a casa de habitação, o mesmo acontecendo com as pequenas oficinas artesanais ou as lojas polivalentes que, normalmente, se situavam no andar térreo da habitação. Nesta primeira fase que, como vimos, se caracterizava por uma nítida dicotomia rural/urbano, havia coincidência entre local de residência e de trabalho daí a sobreposição locativa entre actividades de produção e de consumo.

À medida que o centro urbano foi emitindo, sobre os campos, efeitos de atracção, uma parte significativa da população rural respondeu a essa chamada abandonando a actividade agrícola e procurando emprego noutros sectores, nomeadamente o terciário. Verificou-se, assim, êxodo agrícola acompanhado de êxodo rural, uma vez que subsistia a necessidade de localização da residência na imediata proximidade da sede da actividade produtiva, agora urbana. Deste modo, o indivíduo que abandonava a actividade agrícola para exercer uma profissão localizada na cidade deixava também de residir no campo e tornando-se “cidadino” por adopção.

O desenvolvimento das vias de circulação e dos meios de transporte, nomeadamente os individuais, proporcionou a dissociação entre local de residência e local de trabalho. E, desta forma, embora a actividade profissional possa localizar-se na cidade, o local de residência poderá manter-se rural. À medida que se acentua a influência urbana sobre as áreas rurais envolventes afirma-se a vocação residencial dos campos periféricos, aumentando o número de indivíduos que, apesar da localização urbana da sua actividade profissional, mantêm a sua residência no campo próximo. Esta tendência para a dissociação entre local de residência e local de trabalho tem-se revelado de grande importância para a economia do espaço rural. Na verdade, enquanto se impôs a necessidade de co-implantação das actividades de produção e de consumo, o êxodo rural ascendeu a níveis consideráveis, o que afectou negativamente a população rural.

A vocação residencial das áreas periurbanas é um fenómeno recente e tem, fundamentalmente, duas causas. A primeira relaciona-se com o custo da habitação urbana. De facto, as pessoas que fixam ou mantêm residência no campo, apesar da sua profissão urbana, são jovens casais de poucos recursos económicos, ou famílias oriundas de outras regiões e de modestos rendimentos. Fazem-no porque, em regra, não têm

alternativa dado o nível das rendas, que atingem montantes inoportáveis para bolsas mais modestas. Nas periferias urbanas ainda vão aparecendo algumas habitações devolutas, porventura deixadas vagas por famílias que, em épocas não muito recuadas, abandonaram o campo. Desta forma começa a afirmar-se a vocação residencial das áreas rurais periféricas da cidade, que localmente sustenta o crescimento de *arrabaldes dormitório*.

Àquele primeiro tipo de novos residentes condicionados a residir na aldeia ou a dispersar-se pelo campo, junta-se um outro que, de facto, escolheu viver no campo. A segunda causa da residência rural é, pois, a opção voluntária por um modo ou um estilo de vida. Assim, nos campos ficam os que, embora exercendo uma profissão urbana, aí preferem continuar a viver - podem ser os filhos ou os netos de agricultores ou de operários-camponeses que deliberadamente elegem o espaço rural como local de residência, apesar de dispõem de recursos financeiros que lhes permitiriam ter acesso às residências urbanas. A mesma escolha pode também ser feita por famílias de outras regiões mas que, por razões profissionais, se aproximaram da cidade, no nosso estudo Coimbra, escolhendo residir no campo. Na base desta escolha estão, sobretudo, razões de ordem social (maior facilidade de integração no meio) e ecológicas (fuga à poluição, possibilidade de contacto com a natureza, etc.), para além das de ordem económica, neste caso talvez as menos significativas.

Entre nós já vai aparecendo, com uma certa frequência, um terceiro tipo de novos residentes rurais - são ex-citadinos que repudiam o domicílio urbano. Normalmente famílias com situação financeira desafogada que, embora não menosprezem as vantagens da vida urbana, recusam o bulício da cidade. Em geral não vêm ocupar casas rurais antigas, nem tão pouco procuram alojamento em imóveis recentemente construídos. Rejeitam as primeiras porque lhes não facultam as comodidades a que estavam habituados; e os últimos na medida em que não lhes permitem usufruir da liberdade de actuação e do espaço de lazer por que anseiam e que procuram ao optar por uma localização rural da sua residência. Estes neo-rurais constroem, regra geral, a sua própria vivenda - facto que tem implicações directas no mercado fundiário (subida dos preços dos terrenos, principalmente dos que estão melhor situados, relativamente às principais vias de comunicação) - adicionam às vantagens que advêm de uma casa rural, rodeada de espaços verdes e sem os inconvenientes da vizinhança indesejada, as de uma construção recente, equipada com todos os requisitos necessários à fruição de condições de vida modernas e confortáveis. Estes novos residentes podem, pois, usufruir das vantagens da

vida urbana (para além do mais, o automóvel permite-lhes um fácil e rápido acesso à cidade...) sem estarem submetidos à incomodidade e desconforto de um meio saturado do ponto de vista funcional, demográfico e ecológico.

A *vocação* residencial do espaço rural surge e desenvolve-se, pois, em função de determinados factores, dos quais o mais importante é, sem dúvida, o desenvolvimento dos meios de transporte, os quais *encurtam* a distância entre domicílio e local de trabalho. Por outro lado, a tendência actual para a localização periférica de algumas actividades, nomeadamente industriais e comerciais, faz com que seja por vezes mais fácil atingi-las a partir de uma residência implantada no espaço rural do que de uma situada no centro da cidade. Outro factor a considerar é o preço dos terrenos para construção - mais baixo nas áreas rurais, vai funcionar como factor acelerador da expansão das cinturas residenciais.

A difusão dos espaços residenciais não se faz, contudo, de modo uniforme pelos campos envolventes do centro urbano. Com efeito, ela é mais intensa ao longo dos eixos rodoviários e nas áreas mais próximas da cidade. Assim, à medida que nos vamos afastando do centro urbano o peso da função residencial vai diminuindo, se bem que, relativamente a Coimbra, ela se estenda actualmente num raio de mais de vinte quilómetros.

A expansão da função residencial tem consequências importantes que merecem ser referenciadas, tais como: inversão das tendências demográficas delineadas em função do êxodo rural; aumento do parque imobiliário e recuperação do já existente; heterogeneidade morfológica, funcional e social das regiões urbanas.

Tem, contudo, algumas contrapartidas que não podemos escamotear. Com efeito, ela gera frequentes conflitos sociais entre população nativa e alógena, para além de introduzir alguma instabilidade na economia local, até aí baseada na actividade agrícola. A ocupação imobiliária de solos férteis e conseqüente desaparecimento de dezenas de hectares de terra rica, com óptimas potencialidades agrícolas, agora *semeados* de construções, que muitas vezes não são casas funcionais pensadas para o núcleo familiar reduzido do futuro mas fachadas de ostentação, a ver qual mais alto, mais custoso e mais berrante. De facto, para uma parte significativa da população, a terra é vista apenas como uns metros quadrados de terreno a enterrar sob uma construção que já não se chama casa mas *vivenda*, ou mesmo "chalet" ou "maison".

A construção anárquica mascara as aldeias, despessoaliza-as, retirando-lhes aquele carácter familiar que as caracterizava. Mas, se por um lado se torna premente que os novos residentes respeitem a arquitectura regional, não podemos sobrevalorizar

preocupações arquitectónicas ou ambientalistas, que não devem sobrepôr-se às necessidades de conforto e à nova funcionalidade da casa rural. "Não se lhes pode pedir que mantenham e conservem paisagens e edifícios adaptados a modos de produção ultrapassados" (C. CHRISTIANS, 1978, p.7, cit. por C. CAVACO, 1985, p.14). Como lembram estes autores, não podemos esquecer que as antigas casas rurais eram sedes de explorações agrícolas, com as suas dependências e anexos dispostos em função de um modo de vida agro-pecuário. Hoje, com o progressivo desaparecimento da prática agrícola a tempo integral e a sua substituição por uma agricultura complementar de rendimentos não agrícolas, modificou-se a funcionalidade da casa rural, que deixa de ser sede de múltiplas tarefas inseridas na cadeia produtiva - não só a montante (guarda de alfaias agrícolas, de sementes, etc.) mas também a jusante (armazenamento de produtos, "fabrico" do vinho, etc.) - para se assumir apenas como espaço residencial de famílias cujos modo de vida e padrões de consumo se afastam, cada vez mais, dos da sociedade agrícola tradicional.

A questão do alojamento interrelaciona-se, pois, com as formas de trabalho no âmbito da economia familiar, as quais podem corresponder a situações bastante diversificadas: trabalho no sector industrial ou terciário e ocupação agrícola complementar, trabalho em sector não agrícola em exclusividade ou, mais raramente, trabalho agrícola a tempo inteiro. Daí que seja também diversa a funcionalidade da casa rural.

6. A industrialização nas áreas periurbanas

6.1. Indústria e vocação residencial das cinturas urbanas

O crescimento do espaço residencial articula-se com a expansão da actividade industrial nas áreas periurbanas, pois, como já tivemos oportunidade de referir, torna-se mais fácil o acesso ao local de trabalho a partir de uma residência rural do que de uma situada no centro urbano; ao invés, a maior densidade populacional e consequente facilidade de recrutamento de mão-de-obra, constitui um factor determinante da opção locativa da nova empresa industrial.

A instalação de unidades industriais num espaço, até aí predominantemente agrícola, origina significativa expansão da pluriactividade dos locais atraindo, por sua vez, uma população exógena que contribui, decisivamente para a afirmação da vocação residencial das áreas rurais envolventes do centro urbano.

6.2. Os novos factores de localização industrial

O espaço rural periurbano oferece condições particularmente atractivas à localização de actividades que, pela saturação do meio urbano, procuram novas localizações. A disponibilidade de espaço, o custo do mesmo, a possibilidade de recrutamento de mão-de-obra na imediata proximidade da empresa, libertando o factor trabalho dos elevados custos da mobilidade geográfica, sobrepõem-se às vantagens de uma localização urbanocentrada. Vantagens que quase se anulam face "às novas componentes técnicas da localização industrial", nomeadamente no que se refere à mobilidade da energia, das mercadorias e da informação (A. GAMA, 1987, p.39). De facto, as novas formas de energia, particularmente a energia eléctrica, permitem uma grande flexibilidade locacional das unidades de produção industriais. Paralelamente, o desenvolvimento dos meios de transporte e a concomitante redução dos tempos e custos de deslocação fomentam a descentralização e dispersão das indústrias. Efeito semelhante tem o desenvolvimento das telecomunicações, que proporcionam uma fácil e rápida informação, independentemente do local de implantação da unidade produtiva.

À minimização dos condicionalismos impostos pela distância sucede uma maior relevância dos factores locacionais de índole marcadamente endógena. Dentre estes destacam-se: proximidade de fontes de matéria-prima (indústrias cimenteiras, serrações, unidades transformadoras de produtos agrícolas ou pecuários, etc.); filiação em actividades artesanais (indústrias têxteis, moagens, cerâmicas, etc.); facilidade de contratação de mão-de-obra; custo e disponibilidade de terrenos para construção; obrigação, por parte de algumas indústrias qualificadas de insalubres, de perigosas ou incómodas, de se implantarem a uma certa distância das aglomerações.

De todos os elementos referidos, é de sublinhar a importância do factor força de trabalho, já que as empresas tendem, cada vez mais, a procurar uma localização que lhes permita o recrutamento da mão-de-obra adequada à sua estratégia produtiva em função

das áreas de mercado, do tipo de produção e das formas de regulamentação contratual. A disponibilidade de mão-de-obra, maior nas zonas rurais do que nas urbanas, já que estas há muito que são objecto de uma procura intensa e diversificada, constitui um dos principais factores de localização industrial da actualidade.

Um aspecto que merece referência, já que testemunha a actual tendência para a difusão industrial em áreas rurais, é a modificação na escolha da implantação de novos estabelecimentos, por parte de algumas empresas. Com efeito, não são raras as que optam por uma implantação rural na sequência de uma primeira localização de tipo urbano. À medida que a dimensão da empresa vai aumentando e, concomitantemente, as exigências de espaço se vão tornando mais prementes, a localização urbana manifesta-se inadequada, buscando-se uma implantação rural para as novas instalações. Como exemplo apontam-se as instalações das oficinas de diversas marcas de automóveis em Coimbra, inicialmente urbanocentradas e, decorridos alguns anos, com implantação rural, nomeadamente ao longo da EN1.

6. 3. Vantagens da localização rural

São as áreas periurbanas aquelas que oferecem condições mais vantajosas à laboração de grande número de indústrias, nomeadamente aquelas cujo dimensionamento exige espaços amplos e vastos ou cujo índice de poluição não é consentâneo com uma localização urbanocentrada.

As elevadas densidades demográficas das cinturas periurbanas garantem uma mão-de-obra abundante e pouco reivindicativa, já que a frequente pluriactividade lhes absorve os tempos livres que poderiam ser hipoteticamente canalizados para a participação em movimentos associativos e sindicais; por seu lado, o plurirrendimento assegura-lhes o almejado equilíbrio do seu orçamento familiar, quebrando-lhes os ímpetus revolucionários, os quais poderiam ocasionar graves conflitos laborais.

A recorrência a uma mão-de-obra local de origem camponesa manifesta-se, pois, bastante vantajosa para a empresa, libertando-a dos onerosos encargos do alojamento operário ou da sua deslocação, oferecendo-lhe uma força de trabalho dócil e, em geral, submissa.

A tendência actual para a sobrevalorização dos recursos endógenos parece contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento da industrialização rural. Com efeito, a valorização dos recursos naturais, que condicionam a fundação ou manutenção de indústrias de transformação de produtos agrícolas, madeiras, etc., bem como a filiação em actividades artesanais em sectores tais como: o têxtil, o vestuário, a construção, etc. têm desde há vários decénios sido assegurados por empresas de pequena dimensão, de carácter muitas vezes familiar, que têm mantido, nas áreas rurais, uma vitalidade económica relativa (M. QUÉVIT, 1986, p.44).

Algumas destas empresas, após graves períodos de crise económica, voltaram a investir e mantiveram, por vezes aumentaram (raramente...), o seu volume de emprego. Modernizando-se, adaptaram-se à evolução tecnológica do seu sector, como aconteceu com pequenas e médias empresas de serração de madeiras, de pronto a vestir, de mobiliário, etc.. As adaptações tecnológicas nos ramos tradicionais são relativamente acessíveis, já que a tecnologia e os processos de trabalho são em geral simples, facto que confere maior flexibilidade à laboração das pequenas empresas, algumas de tipo artesanal, conferindo certa originalidade ao seu produto e maior capacidade de resposta à procura específica da sua clientela (ex. indústrias de mobiliário, têxteis, confecções, etc.).

Estes exemplos de reestruturação são claro indício de que os problemas económicos das regiões rurais não têm necessariamente de encontrar solução miraculosa numa espécie de explosão em investimentos em alta tecnologia, sendo prioritário um apoio financeiro integrado numa política de desenvolvimento rural porque, na maior parte dos casos, se trata de empresas que, ainda actualmente, contribuem para "manter o emprego no sector manufactureiro destas regiões e para assegurar a melhoria do seu tecido produtivo" (M. QUÉVIT, 1986, p.48).

7. O sector terciário no espaço rural

Ao contrário do que sucedeu até meados deste século - em que as actividades terciárias situadas no espaço rural eram bastante reduzidas, já que a procura era também escassa, dado o carácter de autosuficiência do sistema camponês e atendendo a que o número de indivíduos localizados nas aglomerações rurais não era suficiente para justificar o estabelecimento de actividades comerciais de alguma importância, mesmo

depois da regressão da economia agrícola camponesa e da consequente modificação do modo de aprovisionamento do rural - tem-se assistido, nos últimos anos, ao desenvolvimento do comércio e dos serviços no espaço rural, em especial nas aldeias situadas na proximidade imediata da cidade (M. L. Roxo MATEUS, 19...) (C. CAVACO, 1999).

7.1. A actividade comercial no espaço rural

No que concerne à implantação de actividades comerciais nas áreas rurais registamos dois fenómenos que correspondem a momentos distintos e a escalas também diversas.

O primeiro diz respeito ao aumento de actividades comerciais que se desenvolveram na sequência do crescimento das necessidades de consumo das famílias ou das explorações. O seu aparecimento justifica-se pelo aumento do poder de compra das populações rurais e, simultaneamente, pelo crescimento dos quantitativos populacionais e do volume da clientela.

Os novos estabelecimentos comerciais que encontramos nos campos podem ter origens distintas: podem resultar da reestruturação e modernização de outros pré-existentes, não sendo raro encontrarmos um pequeno supermercado no mesmo local onde antes estava uma velha "loja" polivalente; por vezes os modernos estabelecimentos comerciais têm a sua génese em actividades artesanais anteriormente desenvolvidas pelas famílias. Assim, uma pequena olaria de louça de barro vermelho, a qual era vendida nas feiras e mercados da região, poderá ter estado na origem de uma moderna loja de louças onde se vendem produtos de proveniências diversificadas e, geralmente, de origem industrial (Loja das Louças, em Cernache, na área periurbana de Coimbra).

A este primeiro tipo de implantação comercial, que resulta do desenvolvimento das potencialidades locais, junta-se um outro que emerge da difusão da influência urbana nas áreas rurais periurbanas. Destina-se a uma clientela bastante mais vasta, na sua maioria urbana, sendo três os principais factores que presidem à sua instalação no espaço rural: a necessidade de dispôr de uma superfície relativamente vasta (a qual não se encontra disponível no espaço urbano ou então atinge aí custos de tal modo elevados que oneram excessivamente o projecto inicial), não só para as suas instalações mas também para acolhimento de um parque automóvel em expansão; maior facilidade de acesso do

comerciante aos postos de reabastecimento e da clientela ao novo estabelecimento comercial, já que uma fração cada vez mais importante da população faz as suas compras utilizando como meio de transporte o automóvel, o qual torna cada vez menos necessária e até menos conveniente a implantação no centro da cidade das actividades comerciais; riscos de poluição que advêm do armazenamento de produtos facilmente perecíveis ou normalmente "malcheirosos".

Assistimos, pois, no espaço rural e no sector comercial a um duplo movimento: ao desenvolvimento de um comércio de tipo urbano, resultante ou não de actividades pré-existentes (mini-mercados, papelarias, pronto-a-vestir, floristas, etc.); à mudança de localização de um comércio exigente em superfície e em "liberdade de manobra", o qual corresponde a estabelecimentos comerciais de maior escala (hiper-mercados) ou ao comércio por grosso, para os quais a disponibilidade de espaço é condição de êxito.

A implantação comercial faz-se, frequentemente, ao longo dos principais eixos de circulação. São estabelecimentos comerciais cujos produtos se destinam ao consumidor final mas que, dado o seu formato bastante volumoso, exigem amplos espaços para armazenamento e exposição. Tal é o caso dos estabelecimentos de móveis, de equipamento doméstico ou de jardim, standes de automóveis, etc. que encontramos ao longo da EN, entre Coimbra e Condeixa.

7.2. Os serviços - Desenvolvimento nas áreas periurbanas

Também no que respeita ao equipamento em serviços se tem verificado um nítido avanço no sentido da aproximação dos níveis rural/urbano. Ao pequeno leque de actividades que encontrávamos implantadas no espaço rural - escolas, estabelecimentos religiosos, correios, serviços administrativos nas sedes de freguesia e pouco mais - juntam-se muitas outras, de domínios diversificados, tais como: saúde (postos médicos da caixa de previdência, casas de repouso e convalescença para idosos, etc.); ensino (escolas do ensino básico e secundário, jardins de infância, creches, etc.); comunicações (agências de táxis, serviços de correios e tele-comunicações); desporto e cultura (salões gimnodesportivos, centros de convívio).

O sector dos serviços registou, pois, nos últimos anos e nas áreas rurais, um desenvolvimento considerável mantendo, no entanto, uma estrutura diversa da que

assume no espaço urbano (T. Alves PEREIRA, 1994). A diferença entre a estrutura terciária das áreas rurais e dos centros urbanos torna-se mais evidente se considerarmos o peso relativo dos "serviços de produção" e dos "serviços de consumo" (M. QUÉVIT, 1986, p. 51).

Por "serviços de produção", entendem-se as actividades que tratam mais directamente com as empresas industriais: a banca, os seguros, os serviços às empresas, os transportes e as comunicações, a informática. Os "serviços de consumo" englobam, geralmente, as actividades que respondem à procura final dos consumidores: educação, saúde, administração pública, etc. Assim, quanto mais urbanizada for uma região mais ela se orienta para os "serviços de produção" e quanto mais vincado for o carácter rural de uma área maior peso terão os "serviços de consumo".

– PARTE II –

**DINÂMICAS TERRITORIAIS E ASSIMETRIAS DE
DESENVOLVIMENTO**

*...Terra, eternidade das paisagens,
Indiferentes ante o rumor leve,
Que nós sempre lhes somos. Vento breve,
Heróis e deuses, trágicas passagens,
Cuja tragédia mesma nada inscreve
Na perfeição completa das imagens.*

*Todo o nosso tumulto é menos forte
Do que o eterno perfil de uma montanha...*

Sophia de Mello Breyner Andresen

1. População e território

Introdução

Apesar de privilegiarmos a análise a grande escala e a territorialidade local, por corresponder a um espaço geográfico relativamente restrito, susceptível de delimitação através dos efeitos de difusão urbana emitidos pela cidade de Coimbra, considerámos fundamental um enquadramento regional da área, para uma melhor compreensão dos mecanismos gerais que presidiram à evolução das paisagens e condicionaram as relações entre os homens.

Neste capítulo optámos pelo tratamento e análise dos fenómenos à escala do *distrito*, área territorial de competência administrativa que aqui se sobrepõe ao espaço geográfico de enquadramento temático. Assim, as dinâmicas demográficas e as linhas gerais estruturantes dos processos económicos serão equacionadas à escala distrital, não obstante procedermos à correspondente desagregação por concelhos; mantivemos sempre o necessário diálogo entre escalas.

Optámos pela territorialidade distrital, pese a actual *nomenclatura das unidades territoriais*, por considerarmos ser a mais adequada à problemática em estudo dado envolver espaços geograficamente heterogéneos e ter como base de delimitação critérios de proximidade relacionados, entre outros, com a recorrência a serviços centralizados. No que respeita à heterogeneidade, o distrito de Coimbra, engloba concelhos do Baixo-Mondego e do Pinhal Interior, (NUTs III), com nítida diferenciação no que toca às características físicas (morfológicas, pedológicas e edafoclimáticas) e evidentes assimetrias na evolução demográfica, actividades económicas e mobilidade populacional, como adiante constataremos.

O *distrito* como área de enquadramento geral, é uma matriz espacial mais compatível com o objectivo concreto que visamos ou seja, a análise da integração geográfica rural/urbano, através da problemática da mudança das identidades territoriais num contexto de periurbanização, inserida na temática mais geral dos processos de urbanização ou contraurbanização.

À escolha desta espacialidade também não será estranha a perspectiva pragmática da investigação, conciliadora de meios e objectivos finais, já que aquela permite uma análise mais sustentada pelas estatísticas oficiais, atendendo que muitos dos dados utilizados

foram publicados à escala do distrito. Podemos, assim, pôr em destaque as diversas dinâmicas mutacionais associadas a mecanismos urbanocentrados, propiciadores de uma urbanização difusa, porque comandada por *efeitos de difusão*, desde as últimas décadas do século passado a assumir significativa relevância no espaço influenciado pela cidade de Coimbra, e processos de mudança em espaços rurais profundos, em avançado processo de desertificação demográfica e nítida regressão económica.

Estamos perante um espaço territorial susceptível de evidenciar contrastes, dicotomias, complementaridades ou antagonismos, entre áreas com morfologias e funcionalidades diversas, interligadas pela influência, uniformizadora ou contrastante, do maior centro urbano da região centro do país: Coimbra, sede de distrito e pólo aglutinador de actividades e pessoas, geradora de processos contrastantes, entre áreas envolventes, em processo de densificação urbana, e campos profundos, territórios de cada vez mais baixa densidade de pessoas e actividades. Foi, pois, à escala do distrito que esboçámos o quadro geral onde decorrem os fenómenos, se desencadeiam os processos e afirmam as dinâmicas, na primeira parte objecto de apresentação teórica e, na terceira, serão tratados a outras escalas, nomeadamente a da freguesia.

A consideração geográfica do distrito, enquanto unidade administrativa e célula da divisão política do país, deve-se, como dissemos, a razões de ordem operativa uma vez que a espacialidade distrital se conjuga com fenómenos de natureza político-administrativa o que pressupõe a necessidade de cruzar indicadores estatísticos de circunscrições de diferente nível hierárquico (distritos, concelhos, freguesias) podendo, assim, melhor verificar os possíveis desvios às tendências ou dinâmicas dominantes que se combinam para definir identidades territoriais. No âmbito estatístico é também bastante conveniente esta relação interescalar, sobretudo quando se pretende estabelecer o encadeamento, assente em informação numérica ou quantitativa, entre fenómenos de base territorial.

Acresce ainda que relativamente às unidades territoriais assentes em limites administrativos, frequentemente coincidentes com áreas de influência de serviços (administrativos, de saúde, etc.), poderemos estabelecer algum paralelismo com a temática ou as perspectivas de análise que privilegiamos, dado tratar-se de limites essencialmente construídos a partir da realidade rural (FERRÃO, 2002) e das relações funcionais elementares que lhe estão associadas. Tal paralelismo pode ainda ser detectado naquela identidade territorial fluida, aquele espaço geográfico de fronteiras mal definidas

mas que corresponde a uma realidade bem substantiva com uma forte carga simbólica: a *minha terra*, expressão tantas vezes coincidente com freguesia, concelho e distrito de naturalidade. Como refere J. Ferrão (idem, p.), é dual esta palavra « terra »: fonte da riqueza das populações rurais, por via do trabalho ou do rendimento (o camponês agricultor vive da terra), e local onde se nasceu, se vive(u), possui família ou património, sentido que não deixa de estar presente no telúrico e frequentemente ansiado «regresso à terra».

A estreita associação entre as territorialidades que se vão construindo, os respectivos estereótipos que lhe são atribuídos, e as que se aprenderam na escola ou que se foram descobrindo sempre que é preciso « tratar de papéis », concretiza-se através das novas mobilidades relacionais que acabam por contribuir para o reforço das identidades de base territorial (idem). Tradicionalmente assentes em relações de proximidade, volveram identidades territoriais inscritas em novas matrizes cognitivas, construídas à medida que se foram alargando conhecimentos e espaços mas, se deixaram de ser matrizes típicas de uma sociedade rural, não perderam o carácter simbólico de telurismo e sentido de pertença.

E é naquelas « terras » que sãs aldeias, inseridas em freguesias, de um concelho, parte integrante de um distrito - Coimbra - que iremos procurar compreender como os mecanismos espaciais, comandados por organização social e económica diversa, engendram novas territorialidades, ou mantêm as ancestrais, apesar da velocidade das alterações deste início de século. Faremos a avaliação geral das transformações demográficas e económicas, operadas nas unidades concelhias que, de alguma forma, estiveram, ou estão, inseridas num espaço administrativo, religioso e judicial encabeçado, ou liderado, por Coimbra, sede de distrito, de diocese¹ e de distrito judicial².

¹ Actualmente a Diocese de Coimbra compreende todo o distrito de Coimbra, à excepção da freguesia de S. Gião, de Oliveira do Hospital, e ainda: o concelho da Mealhada, do distrito de Aveiro; Mortágua, do distrito de Viseu; Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e parte de Pombal, do distrito de Leiria; Ferreira do Zêzere, do distrito de Santarém.

² A organização judiciária portuguesa compreende 4 distritos judiciais nacionais – Porto, Coimbra, Lisboa e Évora - onde funcionam os tribunais de Relação; estes têm competência judicial em todos os círculos do respectivo distrito. A correspondência territorial entre unidades judiciais e administrativas opera-se, de forma mais estreita, à escala da comarca cuja competência cível corresponde, grosso modo, à jurisdição concelhia (cf. Hugo Martinez de SEABRA e Nuno XAVIER, Organização judiciária Portuguesa, Lisboa, 2004).

Centrar-nos-emos na evolução demográfica sabendo como esta resulta da interferência de múltiplos factores, conjunturais ou estruturais, de ordem política, cultural ou económica, por muitos autores já referidos e considerados. Tal análise exigiria, por si só, um tratamento bastante mais profundo e pormenorizado, no entanto não é, aqui e agora, o nosso objectivo. Sem esquecer a complexidade que esta temática envolve, optámos por tratar apenas aqueles indicadores (nomeadamente, os que se referem à evolução da população residente, da sua estrutura activa, composição etária e movimentos migratórios interregionais) que nos pareceram mais adequados a esta parte do trabalho

1.1. O distrito de Coimbra no contexto demográfico português

A comparação das tendências evolutivas e dos comportamentos demográficos dos residentes no distrito de Coimbra e a média da população continental portuguesa levamos, logo numa primeira análise, a estabelecer um paralelismo global entre as dinâmicas neles desenvolvidas.

Da leitura da figura 2.1 destacamos, de imediato, a semelhança do traçado evolutivo da população residente, referente às duas escalas geográficas consideradas (Continente e Distrito). A observação atenta do seu percurso permite-nos demarcar diversas fases de crescimento demográfico, desde o primeiro Recenseamento Geral da População (1864) até ao mais recente (2001).

Entre 1864 e 1960 registou-se em Portugal Continental um crescimento populacional contínuo, embora desigualmente acelerado nos vários períodos intercensitários. Ocorreram, de facto, algumas quebras de aceleração na curva de crescimento, nomeadamente no período compreendido entre 1911 e 1920, tendo-se operado um aumento populacional correspondente a uma taxa anual de apenas 0,2 por 100 (Quadro 2.1). Precisamente neste período, dominado pelo primeiro grande conflito mundial e marcado pelo desencadear de crises sociais, acompanhadas de maiores mobilidades de pessoas em precárias condições de salubridade propiciadoras de doenças epidémicas - como a gripe pneumónica que ceifou milhares de vidas - foi neste período, dizíamos, que o distrito de Coimbra sofreu um declínio significativo dos seus efectivos demográficos (-2,1%). No decénio seguinte a recuperação foi bastante mais rápida no Continente (11,9%) do que no distrito de Coimbra (4,7%); essa menor capacidade de recuperação

poderá estar relacionada com a existência de correntes migratórias interregionais, nomeadamente para a capital, e saídas para o estrangeiro, que emanavam sobretudo do interior do distrito (C. CAVACO, 1990). De 1930 a 1940 assiste-se a um crescimento bastante acentuado; aliás, foi neste período intercensitário que, no distrito de Coimbra, se evidenciou, até agora, a mais elevada taxa de crescimento (10.2%), enquanto Portugal Continental registava 13.8 por 100, valor que aqui não foi majoritário, tendo sido posteriormente (1970-1981) ultrapassado. Entre 1940 e 1950 operou-se uma quebra progressiva do ritmo do crescimento, 5.5 e 9.7 por 100, respectivamente. No decénio seguinte (1950-60) manteve-se a tendência decrescente, computando-se, a nível distrital, uma perda de efectivos demográficos (-1.1%) (Quadro 2.1).

Quadro 2.1 - Evolução da população residente no Continente e no distrito de Coimbra

Períodos intercensitários	Taxa de Crescimento	
	Continente	Dist. de Coimbra
1864-1878	9.6	7.8
1878-1890	9.5	6.8
1890-1900	6.9	3.9
1900-1911	10.8	8.5
1911-1920	1.5	-2.1
1920-1930	11.9	4.7
1930-1940	13.8	10.2
1940-1950	9.7	5.5
1950-1960	4.7	-1.1
1960-1970	-2.6	-7.9
1970-1981	15.6	9.3
1981-1991	0.4	-1.9
1991-2001	5.3	3.12

Fonte: Recenseamento Geral da População, INE

No entanto, foi entre 1960 e 1970, período de forte surto emigratório e de desencadeamento da guerra colonial, que a população do Continente sofreu a primeira quebra demográfica (-2.6%) e o distrito de Coimbra registou a sua maior baixa de efectivos (-7.9%).

Entre 1970 e 1981 inicia-se uma nova fase de aceleração do crescimento demográfico, operando-se uma retoma significativa das taxas que o representam. Apesar de neste período intercensitário a progressão demográfica não ter sido uniforme (M. J. CARRILHO, 1991, p. 22), a sùmula do comportamento evolutivo da população portuguesa é bastante positiva. Registou-se, a nível do Continente, a taxa de crescimento mais elevada do período em análise (15.6%), por razões que geracionalmente presenciámos e por muitos autores já referidas: inflexão dos fluxos emigratórios (abrandamento das saídas e aceleração do movimento de regresso) e retorno em massa de residentes nas ex-colónias. De salientar que a recuperação, neste período, no distrito de Coimbra, não foi tão acentuada (9.3%) como no Continente o que está, sem dúvida, relacionado com as assimetrias que caracterizam o distrito e a decorrente persistência, no seu interior, de áreas bastante repulsivas que têm vindo a alimentar fluxos migratórios internos.

O período de 1981 a 1991 caracterizou-se, demograficamente, por um crescimento quase nulo em Portugal Continental, traduzido por uma taxa intercensitária de apenas 0,4 por 100, e por uma ligeira descida, ao nível do distrito de Coimbra (-1,9%). Tal deve-se não só à redução do saldo natural, que a nível do país baixou de cerca de 56 300 (1981) para 12 400 (1991) mas, sobretudo, a um saldo migratório fortemente negativo (M. J. CARRILHO e J. PEIXOTO, 1993, p. 7). Com efeito, a dinâmica demográfica portuguesa, no que se refere aos volumes de população, tem sido, ao longo de todo este século, comandada pelos movimentos migratórios, nomeadamente para o estrangeiro (O. Soares Barata, 1985). Apesar do ritmo de descida da natalidade não ter sido acompanhado pelo da mortalidade, poderemos considerar que no penúltimo decénio assistimos à consolidação da última etapa da “transição demográfica”³, com algumas décadas de atraso relativamente a outros países da Europa, nomeadamente os mais desenvolvidos (J. M. NAZARETH, 1993). No período de 1991 a 2001 computou-se para Portugal Continental uma variação intercensitária de mais 319 296 residentes, tomando como referência os efectivos censitários ajustados com as taxas de cobertura (cf CARRILHO, 2002). Tal corresponde a uma taxa de crescimento de 5,3% a nível do Continente, enquanto o

³ A “fase de transição demográfica,”decompõe-se em duas etapas: a primeira corresponde a um período durante o qual a mortalidade declina e a natalidade permanece num ritmo elevado, existindo, conseqüentemente, um importante crescimento da população; a segunda etapa caracteriza-se pela continuação do declíneo da mortalidade e por uma ligeira diminuição da natalidade, o que se traduz num abrandamento do crescimento populacional (J. M. NAZARETH, 1988, p.18).

distrito de Coimbra se ficou pelos 3,12%, mantendo-se o desvio que já em períodos anteriores evidenciámos.

Não referimos todo o complexo processo de crescimento da população de Portugal Continental, nem tão pouco aprofundámos causas ou equacionámos mecanismos de mudança, assunto sobejamente tratado noutros contextos e por muitos autores especializados na matéria; interessou-nos aqui estabelecer a relação e sublinhar algum paralelismo entre o comportamento demográfico e respectivo percurso evolutivo da população no distrito de Coimbra e no restante território continental, salientando que o seu perfil demográfico também não é caracterizado pela progressão contínua e gradual; percorre o mesmo traçado evolutivo apresentando, contudo, ressaltos mais intensos, quebras mais bruscas (por exemplo, entre 1911 e 1920) e recuperações mais lentas (como entre 1920-30 e 1970-81). Tal comportamento vem, aliás, pôr mais uma vez em evidência o peso e o significado dos movimentos migratórios internos na dinâmica demográfica do distrito de Coimbra.

1.2.Coimbra e as assimetrias litoral/interior

1.2.1. Evolução demográfica a duas velocidades

Mudemos de escala. Através da análise segmentada do percurso evolutivo da população concelhia, por períodos intercensitários, pretendemos pôr em evidência o comportamento diferenciado dos subconjuntos que constituem o distrito de Coimbra (Fig. 2.1).

Assim, no período compreendido entre 1864 e 1878, verifica-se uma relativa uniformidade da dinâmica demográfica. De facto, em todos os concelhos se operou um acréscimo moderado dos quantitativos populacionais. É de salientar o facto de serem concelhos do interior os que apresentam os valores mais elevados de crescimento neste período intercensitário: Poiães com 14.1%, Pampilhosa da Serra e Penacova com 13.2 e 12.5%, respectivamente; sendo Condeixa-a-Nova, Coimbra e Montemor-o-Velho, os concelhos que registaram os menores aumentos (Quadro 2.1). Este comportamento diferenciado dos campos profundos relativamente aos espaços urbanos e periurbanos, parece-nos assentar numa estrutura socio-económica tradicional, com predomínio da actividade agrícola e ainda baseada no factor mão-de-obra, onde elevadas taxas de

fecundidade e de natalidade induzem uma dinâmica demográfica de franco crescimento, mais evidente num período em que os movimentos migratórios interregionais ou internacionais eram pouco relevantes.

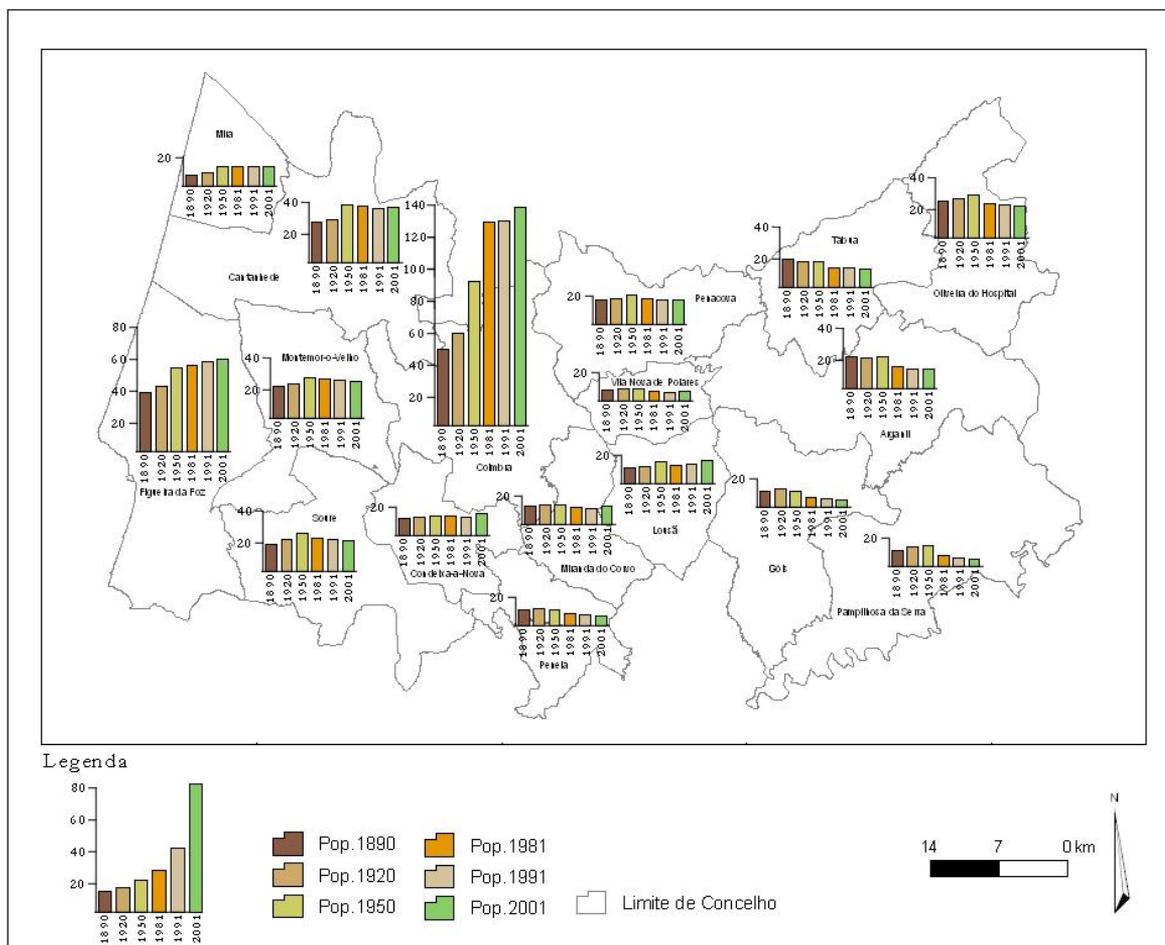


Figura 2.1 – Evolução da População Residente no Distrito de Coimbra entre 1890 e 2001

Fonte: INE

A evolução registada entre 1878 e 1890 apresenta sensíveis diferenças, relativamente ao período antecedente. Com efeito, Coimbra, concelho onde no decénio anterior se tinha operado um crescimento bastante brando, viu acelerar-se a sua curva ascendente, evidenciando um acréscimo de 7221 indivíduos, ou seja mais 16.1% do que no período transacto. Do mesmo modo, a população da Figueira da Foz aumentou de 4787 indivíduos (13.6%). Em contraste, os concelhos de Góis e Póvoa de Poiares conheceram decréscimos populacionais que oscilaram entre -3.1% (menos 350 residentes) e -0.4% (menos 33 indivíduos).

A dinâmica demográfica cedo sugere o que nos decénios seguintes se confirma, ou seja, a maior capacidade atractiva do litoral (em especial dos centros urbanos nele localizados) relativamente ao interior, onde adversos condicionalismos físicos e económicos motivaram (e continuam a motivar) o progressivo abandono do "torrão natal".

Quadro 2.2 – Variação percentual da população residente

Área Geográfica	1864-78	1878-90	1890-900	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01
Contínente	9.6	9.5	6.9	10.8	1.5	11.9	13.8	9.7	4.7	-2.6	15.6	0.4	5.3
Distrito de Coimbra	7.8	6.8	3.9	8.5	-2.1	4.7	10.2	5.5	-1.1	-7.9	9.3	-1.9	3.12
Arganil	9.3	3.7	-4.1	3.6	-2.7	-14.4	20.0	-1.2	-11.5	-17.2	-2.7	-10.2	-2.18
Cantanhede	7.5	6.7	-1.5	8.0	-0.1	12.3	7.1	10.7	3.3	-5.5	-0.9	-4.1	2.07
Coimbra	5.7	16.1	4.1	16.2	0.0	21.7	12.0	14.4	8.5	3.5	26.1	0.1	6.75
Condeixa-a-Nova	3.7	4.1	-0.2	9.8	-3.5	-3.4	11.9	3.2	-3.3	-5.1	3.0	-1.7	17.76
Fig. da Foz	5.9	13.6	8.0	7.0	-2.8	10.8	6.5	7.7	1.4	-7.1	9.4	5.1	1.70
Góis	9.0	-3.1	9.1	9.1	-2.8	-3.1	2.1	-11.1	-12.2	-31.2	-4.0	-16.5	-9.51
Lousã	8.8	4.3	7.5	8.0	-5.4	8.0	12.6	6.3	-10.0	-8.3	2.1	3.3	17.15
Mira	9.0	12.9	9.1	8.1	5.0	5.6	19.6	13.2	2.2	-1.6	0.9	-0.3	-2.90
Miranda do Corvo	9.3	10.2	0.9	11.4	-5.3	-6.3	7.5	1.9	-7.3	-10.1	6.3	-4.6	11.95
Montemor- o-Velho	7.9	3.0	1.4	9.2	-2.3	5.5	10.9	0.2	-0.2	-5.4	3.3	-3.3	-3.40
Oliv. do Hospital	5.1	5.1	8.6	2.0	-3.1	-3.6	9.2	2.2	-9.5	-11.2	1.0	-4.1	-2.09
Pampilhosa da Serra	13.2	5.7	10.2	12.2	0.7	-4.1	15.4	-4.7	-9.6	-30.8	-19.0	-22.6	-9.95
Penacova	12.5	6.9	9.4	-0.9	-2.5	-3.9	14.0	3.0	-6.1	-11.5	4.9	-3.5	-0.14
Penela	9.4	1.8	-2.2	23.6	-9.0	-5.6	10.5	-10.0	-10.3	-16.6	1.9	-13.8	-4.70
Soure	9.8	-1.4	8.7	-10.2	21.7	3.8	9.4	4.3	1.5	-17.1	2.5	-3.8	-3.52
Tábua	6.8	1.2	-4.2	22.9	-23.1	-4.7	6.9	0.7	-10.8	-22.7	9.8	-2.6	-3.81
Vila N.ª de Poiares	14.1	-0.4	5.3	4.1	1.4	-7.0	8.2	-2.1	-8.5	-19.9	10.4	-7.3	14.61

Fonte: INE

No alvorecer do século vinte (1890-1900), em quase todos os concelhos da faixa litoral se registou um ritmo de crescimento ligeiramente inferior ao verificado no anterior período intercensitário, enquanto nas unidades administrativas do interior se contam pequenos aumentos populacionais, bem mais sensíveis nos concelhos que antes registaram maiores quebras percentuais, como Góis e Poiares, os quais, em 1900, sofreram um acréscimo de 9.1 e 5.3 %, respectivamente. Também Penacova e Oliveira do Hospital viram acelerar-se o seu crescimento (mais 6.9 e 5.1%). Apenas constituíram excepção a esta dinâmica os concelhos de Arganil, Penela e Tábua, os quais registaram ligeiras perdas populacionais.

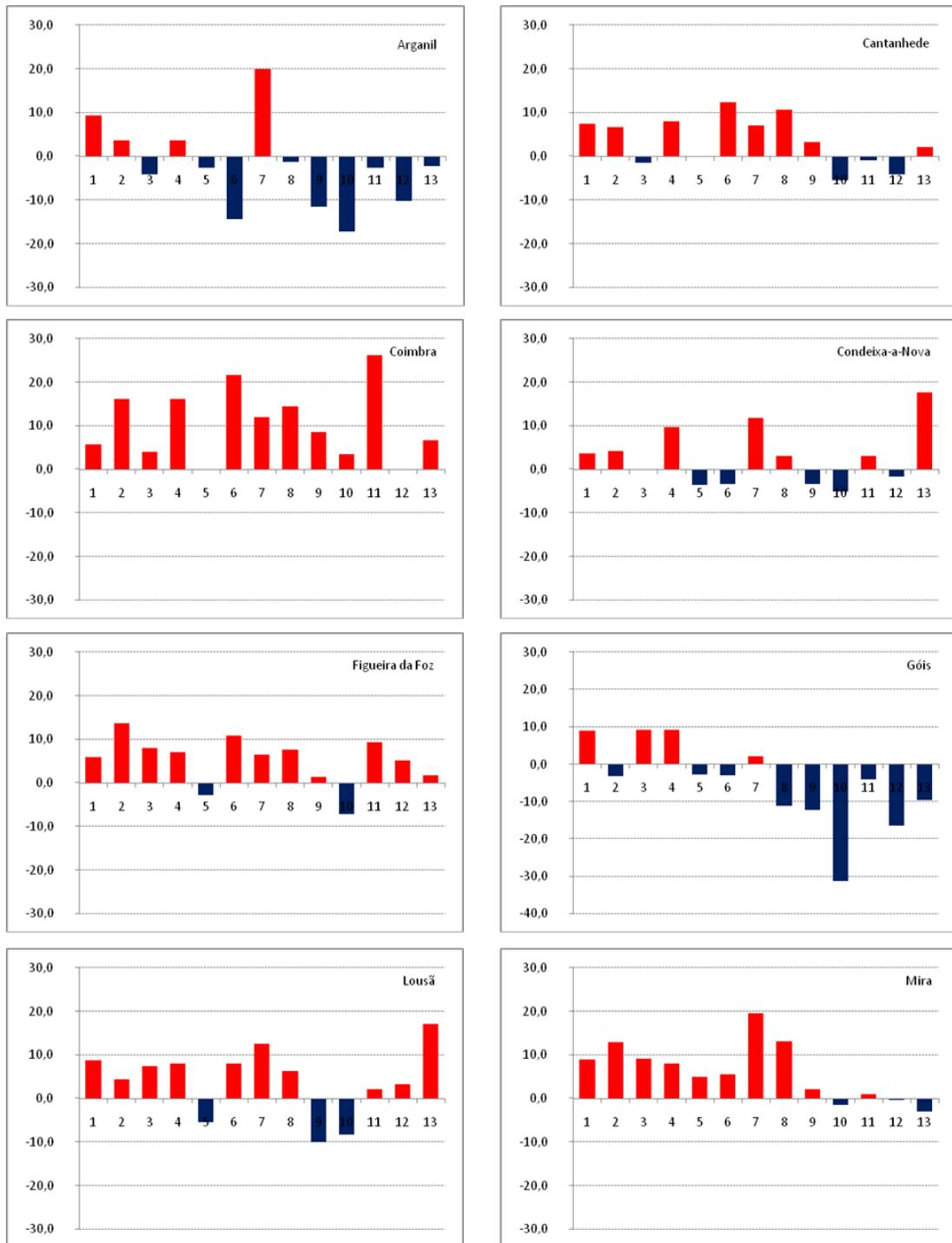
A evolução operada no período de 1900 a 1911 mostra, todavia, um acréscimo demográfico em quase todas as unidades concelhias do distrito. Apenas Soure e Penacova registaram decréscimos: o primeiro perdeu 2064 indivíduos (-10.2%) e o segundo 159 (-0.9%) (Fig. 2.2)

O aumento populacional que se vinha processando na generalidade dos concelhos sofre, no período intercensitário 1911-20, uma quebra significativa, por razões a que não são alheias a primeira Guerra Mundial e a epidemia de gripe pneumónica, como referimos atrás. A estes factos há ainda que juntar a emigração, fenómeno que, desde meados do séc. XIX, se fazia sentir por todo o país. É o concelho serrano de Tábua que patenteia, em 1920, maior decréscimo, baixando os seus efectivos demográficos para níveis inferiores aos registados em 1864. Em contraste, situam-se no litoral os concelhos que mantiveram ou pouco baixaram a sua população: Cantanhede, com menos 21 indivíduos (-0.7%); Coimbra, que apenas perdeu 2 residentes; Montemor-o-Velho, com menos 564 habitantes (-2.2%).

No decénio seguinte (1920-1930) acentua-se, no distrito de Coimbra, o ritmo demográfico anteriormente delineado, acelerando-se o processo de decréscimo populacional nos concelhos do interior: Arganil perdeu 3691 indivíduos (-14.4%), Miranda do Corvo registou menos 847 habitantes (-6.3%); Poiares, menos 580 residentes (-7.0%); Tábua, menos 824 (-4.8%); Oliveira do Hospital menos 962 indivíduos (-3.5%). Pelo contrário, no litoral acelera-se a evolução ascendente, nomeadamente nos concelhos de Coimbra (mais 21.7%), Figueira da Foz (mais 10.8%) e Montemor-o-Velho (mais 5.4%). Do contexto atrás descrito destacam-se o concelho da Lousã, que apesar da localização no interior serrano registou um acréscimo de +8,0%, e o de Condeixa-a-Nova, que manteve a anterior dinâmica decrescente, perdendo 434 habitantes.

O decénio de 1930 a 1940 constituiu um período de intenso ritmo de crescimento demográfico, tanto a nível distrital como concelhio. Em 1940, os concelhos de Arganil, Condeixa-a-Nova, Lousã, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova e Poiares, registaram os seus máximos relativos de população, ao longo de todo o processo evolutivo iniciado em 1864 (Quadro 2.3).

Variação Percentual da população



Variações intercensitárias: 1 - 1864 a 1878; 2 - 1878 a 1890; 3 - 1890 a 1900; 4 - 1900 a 1911; 5 - 1911 a 1920; 6 - 1920 a 1930; 7 - 1930 a 1940; 8 - 1940 a 1950; 9 - 1950 a 1960; 10 - 1960 a 1970; 11 - 1970 a 1981; 12 - 1981 a 1991; 13 - 1991 a 2001.

Figura 2.2 - Variação percentual da população residente nos concelhos do distrito de Coimbra
 Fonte: INE

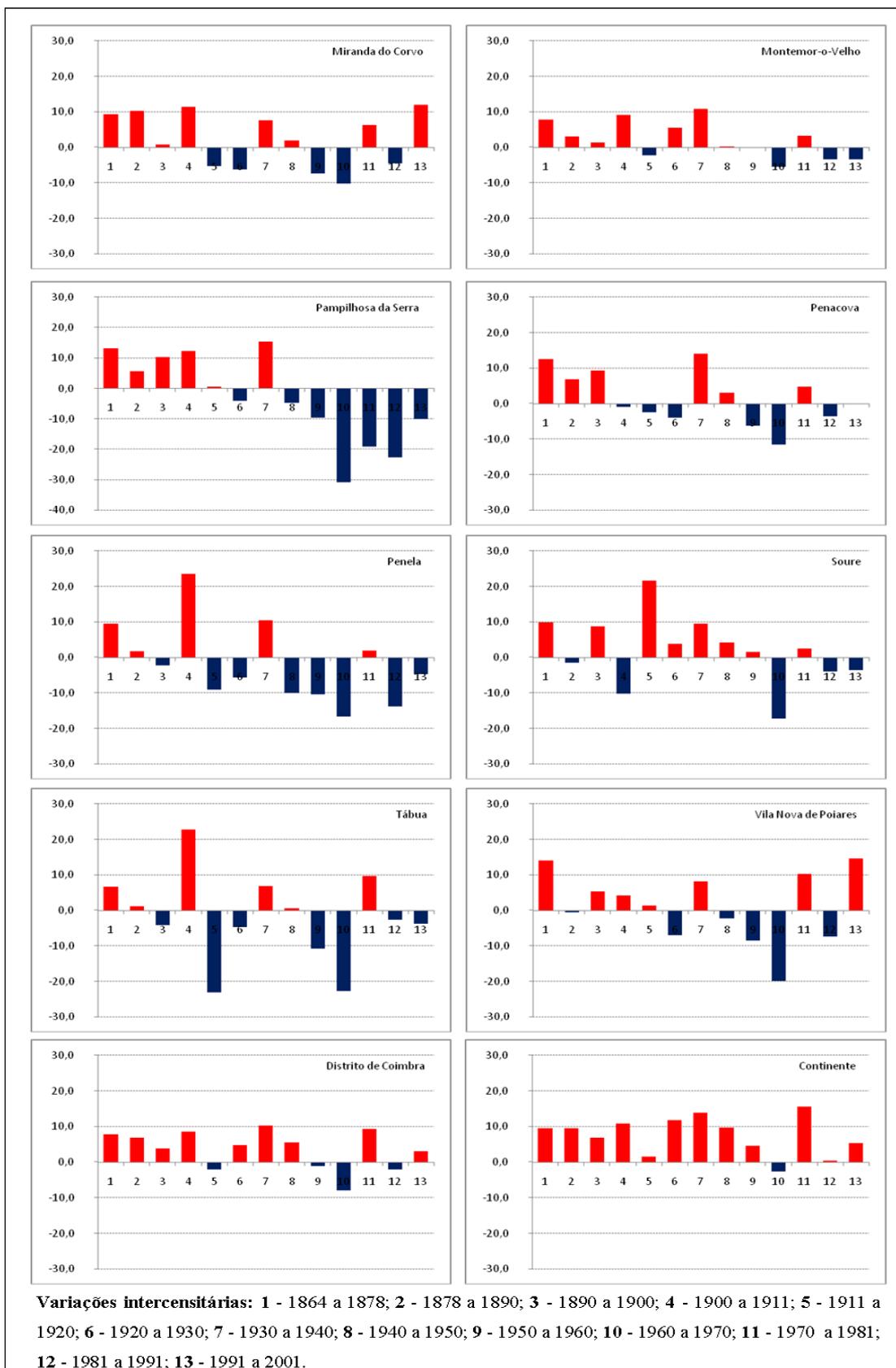


Figura 2.2 - Variação percentual da população residente nos concelhos do distrito de Coimbra
 Fonte: INE

Quadro 2.3 - Índice de evolução (1864 base 100) da população residente

Área Geográfica	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	100	110	120	128	142	144	161	184	202	211	206	238	239	251
Distrito de Coimbra	100	108	115	119	129	127	133	146	154	153	141	154	151	156
Arganil	100	109	113	109	113	110	94	113	111	99	82	79	71	70
Cantanhede	100	107	115	113	122	122	137	147	162	168	159	157	151	154
Coimbra	100	106	123	128	148	148	181	202	231	251	260	328	328	350
Condeixa-a-Nova	100	104	108	108	118	114	110	123	127	123	117	120	116	153
Figueira da Foz	100	106	120	130	139	135	150	159	172	174	162	177	186	189
Góis	100	109	106	115	126	122	119	121	108	94	65	62	52	47
Lousã	100	109	113	122	132	125	135	152	161	145	133	136	140	164
Mira	100	109	123	134	145	152	161	192	218	223	219	221	220	214
Miranda do Corvo	100	109	121	122	135	128	120	129	132	122	110	117	111	125
Montemor-o-Velho	100	108	111	113	123	120	127	141	141	141	133	137	133	128
Oliveira do Hospital	100	105	110	120	122	119	114	125	128	115	102	103	99	97
Pampilhosa da Serra	100	113	120	132	148	149	143	165	157	142	98	79	62	55
Penacova	100	113	120	132	130	127	122	139	144	135	119	125	121	121
Penela	100	109	111	109	135	123	116	128	115	103	86	88	76	72
Soure	100	110	108	118	106	129	133	146	152	155	128	131	126	122
Tábua	100	107	108	104	127	98	93	100	100	89	69	76	74	71
Vila N.ª de Poiares	100	114	114	120	125	126	118	127	124	114	91	101	93	107

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE

A partir de 1940, opera-se alguma desaceleração nos aumentos demográficos percentuais. Apenas Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede mantêm o ritmo de crescimento, enquanto os concelhos do interior continuam a apresentar maiores decréscimos populacionais, afirmando-se, progressivamente, como áreas repulsivas. Com efeito, o segundo conflito mundial, que dominou o período intercensitário 1940-50 teve, dada a instabilidade que provocou, consequências negativas na taxa de natalidade. Mas foram, sobretudo, as migrações internas que continuaram a “cavar o fosso” entre a capital e a província, entre o litoral e o interior.

Foi no decénio de 1950 a 1960 que a quebra demográfica do interior serrano, já esboçada em 1940, se consolidou (J. EVANGELISTA, 1971). Com efeito, houve perdas de população em todas as unidades concelhias do interior do distrito e o traçado do percurso evolutivo mostra-nos que, posteriormente, a situação não voltou a alterar-se (cf. Fig. 2.2). Também os concelhos de Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho sofreram neste decénio

perdas populacionais; quanto a Coimbra, Cantanhede, Soure e Figueira da Foz, embora perdendo aceleração, apresentaram taxas de crescimento positivas de 8.5, 3.3, 1.5 e 1.4 por cento, respectivamente.

O período intercensitário 1960-70 caracterizou-se pela extensão do declínio demográfico à quase generalidade das unidades concelhias do distrito; no concelho de Coimbra, no entanto, operou-se um aumento, ainda que ligeiro (3.5%), da população residente cujos efectivos foram aumentados em mais 3756 indivíduos.

O comportamento demográfico do concelho de Coimbra, neste período, dissonante da dinâmica evolutiva do resto do distrito, que tem uma quebra de -7.9 por cento, evidencia, mais uma vez, o forte poder atractivo da cidade sede, e afirma a sua posição enquanto importante núcleo urbano do centro-litoral português. Convém, contudo, sublinhar que o acréscimo populacional verificado não significa ausência de emigração, pondo apenas em evidência a maior capacidade atractiva do concelho, a qual minimizou, ou anulou mesmo, os efeitos das perdas demográficas daquela decorrentes.

No interior, os concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra e Tábua foram particularmente afectados, apresentando decréscimos populacionais que oscilam entre -31.2%, -30.8% e -22.7%. Tais resultados só podem ser explicados pela conjugação dos efeitos das migrações internas e da fortíssima mobilização de pessoas arrastadas pelas perspectivas oferecidas pelo trabalho no estrangeiro, nomeadamente na França e Alemanha (O. SOARES BARATA, 1985). Convém também realçar que, nestes concelhos, se registaram, em 1970, efectivos populacionais cujos valores se situaram abaixo dos verificados em 1864: Arganil (98%), Góis (94%) e Tábua (89%).

Os entraves levantados no decénio de setenta, à entrada e legalização de emigrantes, pelos principais países de acolhimento, bem como a chegada ao território português de muitos residentes das ex-colónias, motivaram o abrandamento da descida populacional (C.A. MEDEIROS, 1978). Nalguns concelhos interiores, como Arganil (2,7%) e Góis (-4%) a desaceleração foi evidente; Pampilhosa da Serra manteve, contudo, uma taxa de decréscimo considerável (-19%); Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penacova, Poiães e Penela patenteiam acréscimos moderados, os quais poderão não significar inversão da dinâmica demográfica, mas constituir apenas um pequeno desvio na curva descendente, cujo perfil se delineara nos já distantes anos quarenta. Tal parece ser o caso de Penela.

Nos concelhos do litoral opera-se, no período de 1970 a 1981, um crescimento populacional quase generalizado. Constitui excepção Cantanhede, concelho agrícola de forte tradição emigratória, o qual perdeu 333 residentes (-0,9%). O aumento dos efectivos da população, apesar de pouco significativo na generalidade dos concelhos litorais, atingiu em Coimbra e Figueira da Foz níveis percentuais mais elevados, respectivamente 26,1 e 9,4 %. Sublinhe-se que o concelho de Coimbra teve, neste período, um crescimento demográfico particularmente rápido e brusco. De facto, o aumento do volume dos seus residentes foi computado em 28 770 indivíduos, tendo-se registado o mais elevado coeficiente de variação intercensitária desde 1864 (328).

O decénio de 1981 a 1991 foi um período de decréscimo a nível de distrito de Coimbra (-1,9%), em consonância com a quase estagnação do Continente, onde se operou um crescimento de apenas 0,4%, “resultado de uma significativa redução do saldo natural e de fortes saldos migratórios negativos” (M. J. CARRILHO e J. PEIXOTO, 1993, p.7). No interior do distrito confirma-se a tendência para a “desertificação” em concelhos como Pampilhosa da Serra e Góis, os quais registaram, em 1991, respectivamente, menos 22.6 e 16.5 % dos efectivos demográficos de 1981.

De salientar que o concelho de Coimbra teve, neste período, um crescimento de apenas 0,1%, enquanto Figueira da Foz e Lousã aumentaram, respectivamente, 5.1 e 3.3 %. A cremos na fiabilidade dos resultados censitários, teremos de admitir que Coimbra se deixou ultrapassar, em termos de capacidade atractiva, por dois dos seus “satélites”, embora dimensionalmente bastante diferenciados. Quais as razões que poderão estar subjacentes?

Quanto ao concelho da Figueira da Foz a resposta à questão poderá residir na crescente oferta de serviços (nomeadamente de educação, que culminou, neste período temporal, com a criação de um estabelecimento de ensino superior) e na melhoria das infraestruturas e equipamentos turísticos, nomeadamente ao nível da indústria hoteleira e restauração. Estes factos, entre outros, constituem, naturalmente, pólos de atracção e de crescimento demográfico.

No que se refere à Lousã, a proximidade de Coimbra e o fácil acesso, rodoviário e por caminho de ferro, cedo transformaram num concelho de forte pendor residencial, muito procurado por gente de áreas mais interiores que se instalavam procurando, a partir daí, melhores condições de trabalho e mais e melhores equipamentos escolares para os seus filhos. A expansão da actividade imobiliária, que se operou sobretudo a partir de

meados do decénio de oitenta, e o conseqüente aumento da oferta de alojamentos a preços convidativos têm, por sua vez, vindo a atrair uma população citadina que se viu confrontada com custos de habitação por si incomportáveis.

Em resumo, a partir dos anos quarenta começou a delinear-se no território Continental Português uma nítida assimetria demográfica litoral/interior que se traduziu, no distrito de Coimbra, pela delimitação de duas áreas geográficas com dinâmicas diferenciadas: o interior serrano, onde a população das unidades concelhias estagnou ou mesmo regrediu. Tais são os casos de Arganil, que em 1991 possuía apenas 71 por cento dos quantitativos populacionais registados em 1864; Góis, com cerca de metade do volume de população (52%); Pampilhosa da Serra, cuja população no início da década de noventa representava apenas 62% da recenseada em 1864; Tábua, que detinha 74% e, finalmente, Poiães e Oliveira do Hospital que possuem na actualidade sensivelmente o mesmo volume de população do início da segunda metade do século passado, respectivamente 93 e 99%. Neste contexto, apenas o concelho da Lousã constitui excepção, apresentando um índice de crescimento de 136 por cento em 1981 e 140 em 1991; a faixa litoral, onde se localizam unidades administrativas com percursos evolutivos nitidamente ascendentes, mas com comportamentos entre si bastante diferenciados. De facto, são aqui evidentes as disparidades evolutivas que opõem o concelho sede de distrito aos restantes - enquanto naquele a população triplicou (mais 96718 residentes) entre 1864 e 1991, noutros, como Condeixa-a-Nova, operou-se um crescimento de apenas 106%, correspondente a um escasso aumento de 1807 habitantes.

1.2.2. Densidades populacionais: homens sem espaço e o espaço sem homens

Com uma superfície de 3947 quilómetros quadrados, que corresponde a 5% do território continental português, o distrito de Coimbra albergava, em 1991, 4.5% da sua população residente, sendo a densidade populacional (108 habitantes por km²) bastante próxima da média Continental.

Em 1991, o número de habitantes por km² revelava notórias disparidades entre os concelhos do distrito. O de Coimbra, com os seus 439.5 hab/km², distanciava-se consideravelmente da média do distrito, bem como dos valores registados nos restantes concelhos, dentre os quais apenas se destaca o da Figueira da Foz com uma densidade de

173.4 habitantes por km². Por sua vez Lousã, Montemor-o-Velho e Mira evidenciam valores muito próximos da média distrital, ou seja, pela mesma ordem, 105.0, 112.2 e 108.7 habitantes por km² (Quadro 2.4).

Quadro 2.4 - Densidades da população nos concelhos e no distrito de Coimbra

Área Geográfica	Superfície (Km ²)	1890		1920		1950		1981		1991		2001	
		Pop.	Dens.	Pop.	Dens.	Pop.	Dens.	Pop.	Dens.	Pop.	Dens.	Pop.	Dens.
Coimbra (Distrito)	3955.6	326549	82.6	360361	91.1	438688	110.9	436324	110.3	427839	108.2	441204	111.5
Arganil	325.6	22143	68.0	21417	65.8	21736	66.8	15507	47.6	13926	42.8	13623	41.8
Cantanhede	396	28216	71.3	30005	75.8	39965	100.9	38717	97.8	37140	93.8	37910	95.7
Coimbra	316.4	51996	164.3	62870	198.7	98027	309.8	138930	439.1	139052	439.5	148443	469.2
Condeixa-a-Nova	134.2	11903	88.7	12583	93.8	14020	104.5	13257	98.8	13027	97.1	15340	114.3
Figueira da Foz	355	39857	112.3	44775	126.1	56862	160.2	58559	165.0	61555	173.4	62601	176.3
Góis	264.8	10895	41.1	12616	47.6	11103	41.9	6434	24.3	5372	20.3	4861	18.4
Lousã	128.1	10868	84.8	11944	93.2	15442	120.5	13020	101.6	13447	105.0	15753	123.0
Mira	122	7400	60.7	9158	75.1	13099	107.4	13299	109.0	13257	108.7	12872	105.5
Miranda do Corvo	127.3	12643	99.3	13455	105.7	13822	108.6	12231	96.1	11674	91.7	13069	102.7
Montemor-o-Velho	235	22042	93.8	23854	101.5	27978	119.1	27274	116.1	26375	112.2	25478	108.4
Oliveira do Hospital	232.9	25151	108.0	26992	115.9	29038	124.7	23554	101.1	22584	97.0	22112	94.1
Pamp. da Serra	395.1	11274	28.5	14040	35.5	14800	37.5	7493	19.0	5797	14.7	5220	13.2
Penacova	219.8	16690	75.9	17645	80.3	19926	90.7	17351	78.9	16748	76.2	16725	76.1
Penela	132	10180	77.1	11197	84.8	10525	79.7	8023	60.8	6919	52.4	6594	50.0
Soure	261.8	18616	71.1	22103	84.4	26176	100.0	22570	86.2	21704	82.9	20940	80.0
Tábua	209.2	19174	91.7	17354	83.0	17798	85.1	13456	64.3	13101	62.6	12602	60.2
Vila N.ª de Poiares	100.4	7501	74.7	8343	83.1	8218	81.9	6649	66.2	6161	61.4	7061	70.3

Fonte: INE

De entre os concelhos do interior, Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra revelam-se como os de menores densidades, com 42.8, 20.3 e 14.7 habitantes por km². Estes valores, para além de traduzirem uma baixíssima capacidade de retenção da população, já anteriormente referida, devem ser também correlacionados com as extensas manchas de pinhal que os cobrem, onde a ocupação humana é bastante reduzida. É certo que hoje muitas dessas florestas volveram cinzas e, depois, eucaliptal, mas essa triste realidade

apenas contribuiu para acentuar o despovoamento numa área onde a floresta era o principal recurso económico. Outros concelhos serranos como Penela, Tábua e Poiães exibem também baixas densidades populacionais, que oscilam entre 52.4 e 62.6 habitantes por km².

Por seu lado, os concelhos de Condeixa-a-Nova, Cantanhede e Miranda do Corvo apresentavam densidades de valor bastante próximo, embora os condicionamentos que as fundamentam sejam bem distintos: relativamente ao concelho de Condeixa, que se estende desde as faldas da serra calcária até ao Baixo Mondego, engloba, no seu seio, áreas de riquíssimo índice de ocupação humana, o que contribuiu para que apresente uma baixa densidade populacional, nada consentânea com a expansão residencial nele recentemente operada; Cantanhede, que se dispõe perpendicularmente à linha da costa, integra áreas dúbicas pouco propícias à fixação do homem, o que se repercute na sua relativamente baixa densidade populacional; quanto a Miranda do Corvo, a sua baixa densidade parece residir na extensa mancha de pinhal que cobre grande parte da área concelhia.

Às hipóteses explicativas aventadas, centradas no enquadramento físico, há, no entanto, que aduzir uma outra de cariz humano e comum aos três concelhos, possivelmente a grande responsável pelos fracos índices de ocupação humana neles registados: o êxodo rural, em direcção a centros urbanos nacionais ou ao estrangeiro.

Considerando as densidades populacionais numa perspectiva evolutiva (Figs. 2.3, 2.4 e 2.5) salienta-se, mais uma vez, o concelho de Coimbra. De facto, em 1890 este detinha apenas 165 habitantes por quilómetro quadrado, em 1920 não atingia ainda os 200, mas, em meados do século, já ultrapassava os 309 hab/km²; segundo o censo de 1981, o valor da densidade da população cifrava-se em 439 residentes por unidade de superfície, índice que, em 1991, se manteve.

Confirmando o já anteriormente referido, constatamos que os concelhos do litoral registaram, entre 1890 e 1950, progressivo aumento das densidades demográficas, mas sofreram, posteriormente (1950-1981), uma ligeira quebra, sem dúvida relacionada com a "sangria" emigratória dos anos sessenta e princípios de setenta. Assim, Cantanhede, que em 1890 acolhe 71.3 hab/km², vê a sua densidade aumentar para cerca de cem indivíduos por Km² em 1950, em 1981 regista 97.8 hab/km², enquanto em 1991 comporta apenas 93.8 hab/km². Montemor-o-Velho, por sua vez, evidencia, na primeira metade deste

século, um acréscimo de apenas 25 hab/km², perdendo ainda três indivíduos por unidade de superfície entre 1950 e 1981, e quatro entre 1981 e 1991.

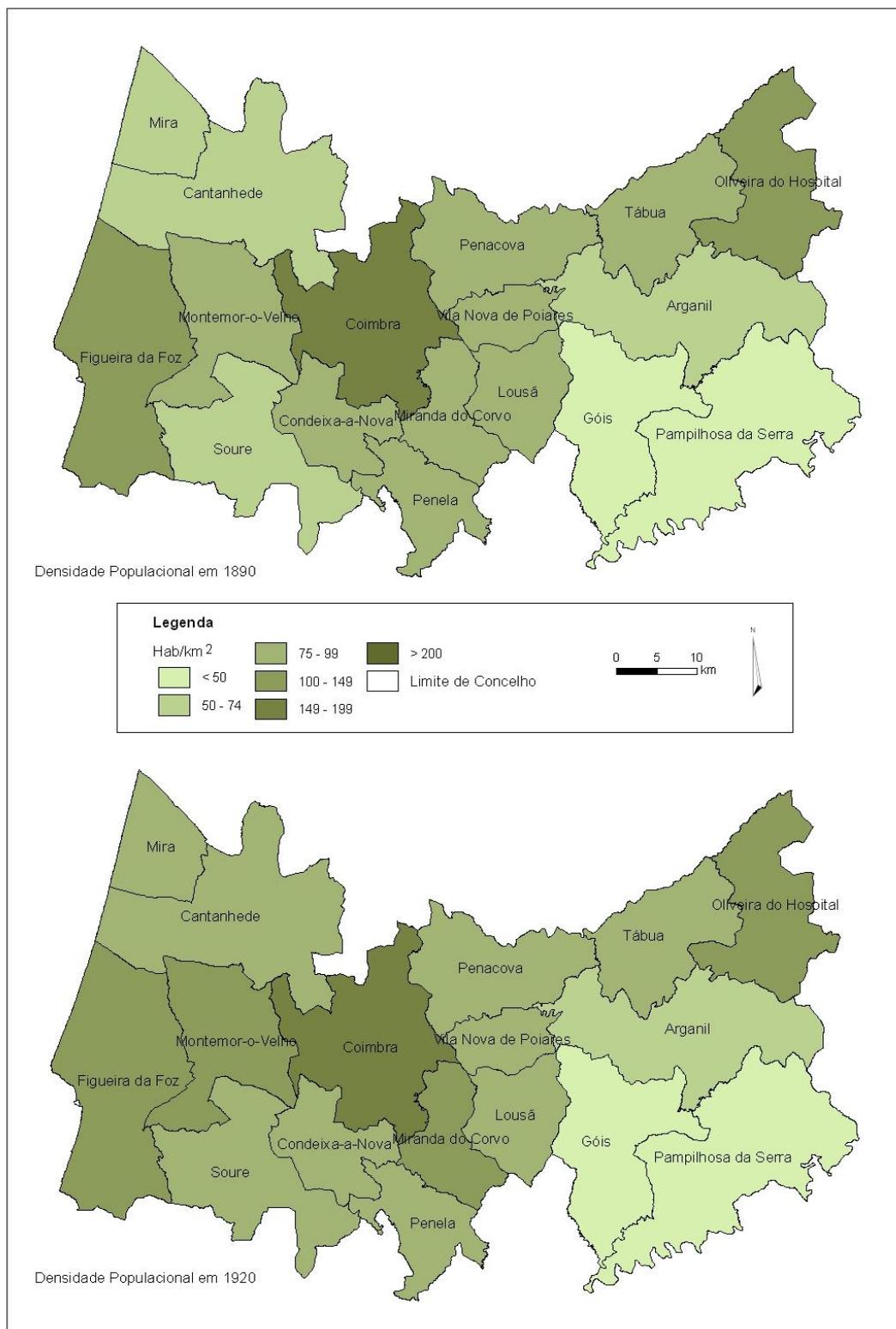


Figura 2.3. - Distrito de Coimbra: densidade populacional (1890, 1920)

Fonte: INE

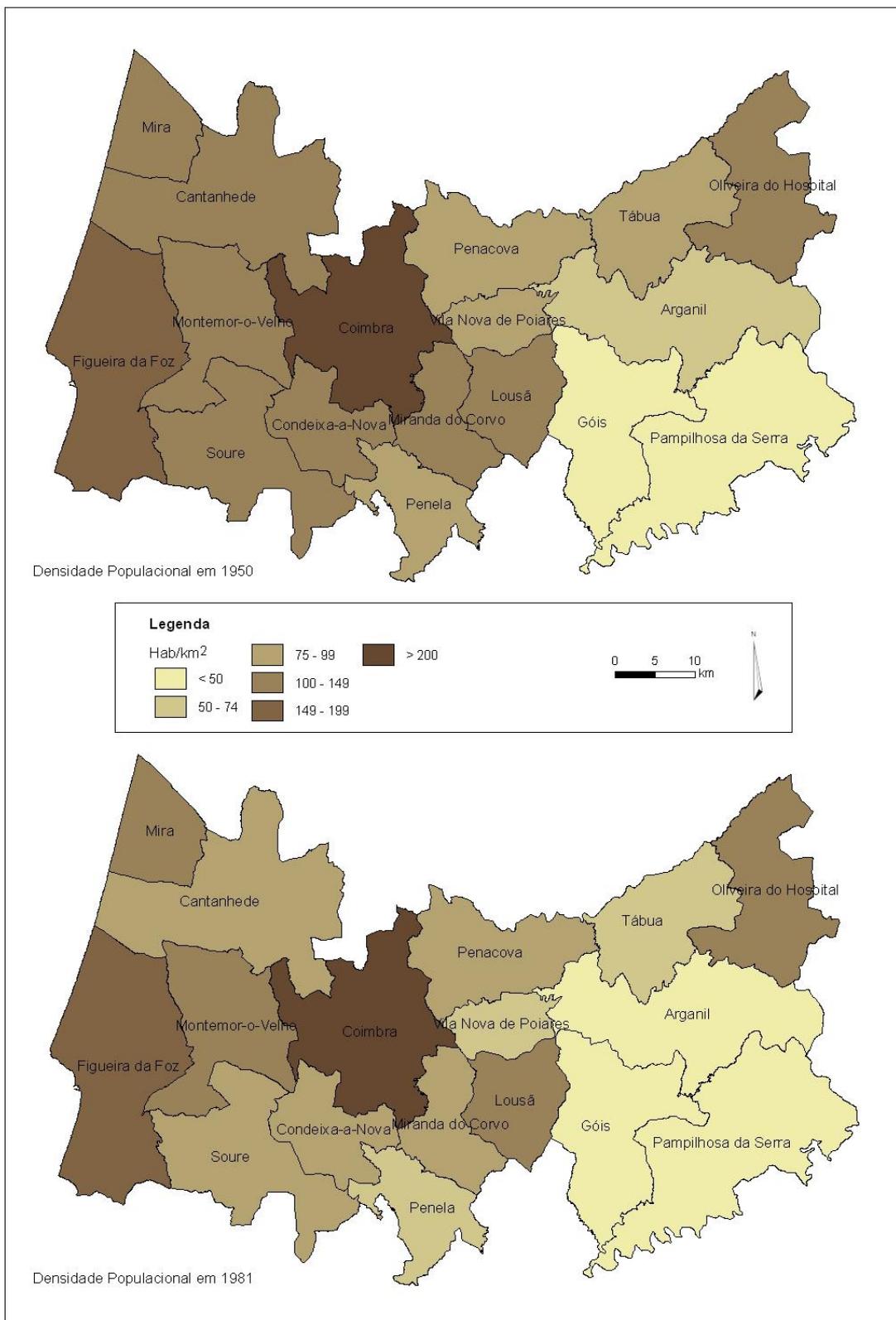


Figura 2.4. - Distrito de Coimbra: densidade populacional (1950, 1981)

Fonte: INE

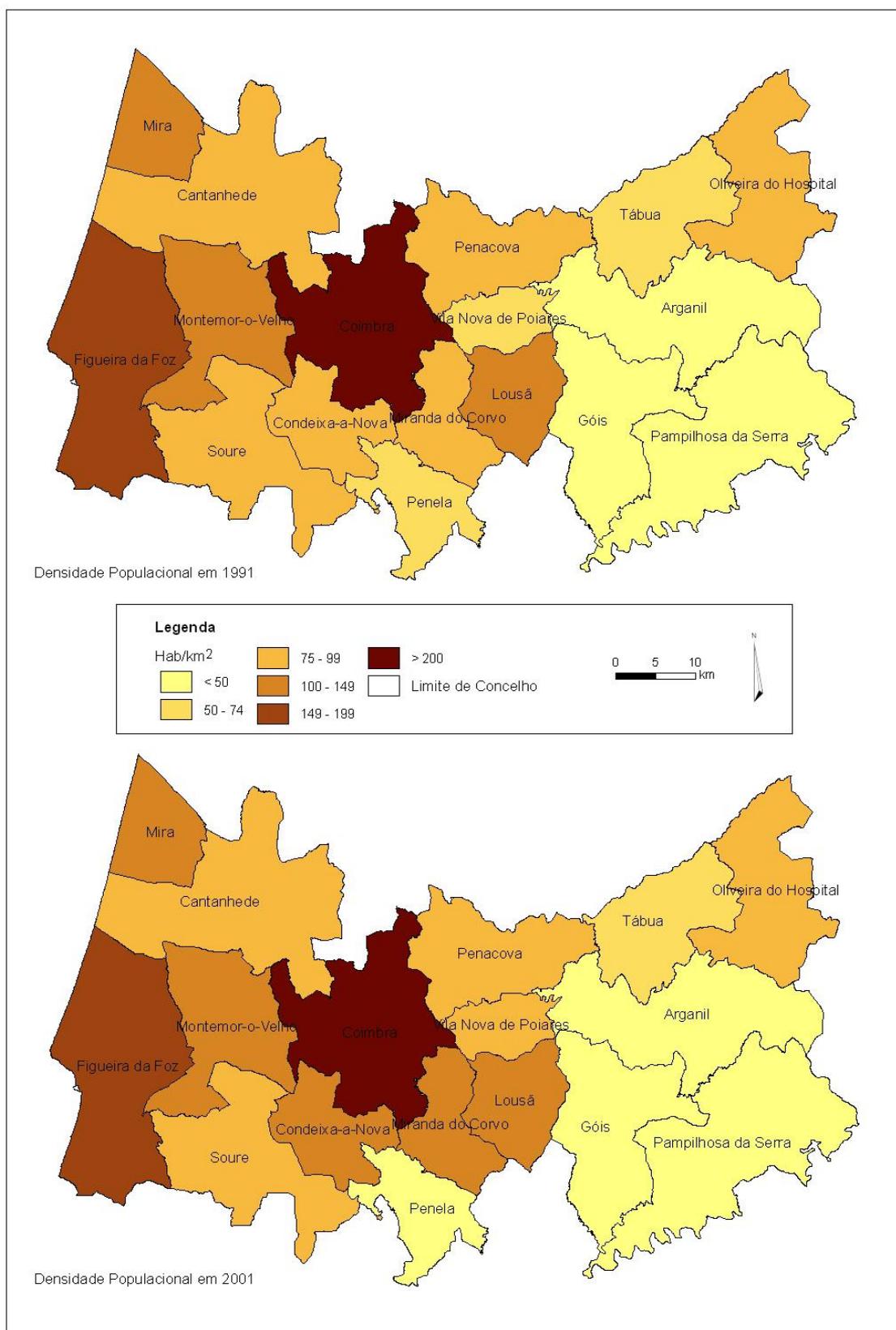


Figura 2.5 - Distrito de Coimbra: densidade populacional (1991, 2001)

Fonte: INE

A leitura dos valores registados nos concelhos de Mira, Condeixa-a-Nova, Soure, Lousã e Miranda do Corvo sugere-nos o mesmo padrão evolutivo, enquanto Penela e Poiães apenas registam acréscimos no período compreendido entre 1890 e 1920.

Situam-se no interior do distrito os concelhos que, na segunda metade deste século, sofrem maiores quebras de densidade populacional: Góis que, em 1950, registava 41.9 hab/km², desce para 24.3 em 1981, tendo em 1991 uma densidade de apenas 20.3 habitantes por km² e Pampilhosa da Serra que de 37.5 passa para 14.7 hab/km², no período compreendido entre 1950 e 1991.

O cartograma referente a 1950, analisado comparativamente a 1920, evidencia bem o aumento que, num período de trinta anos, se operou em praticamente todo o distrito. Aliás, muitos dos concelhos registam por meados do século o seu máximo demográfico (Condeixa-a-Nova, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penacova). As manchas de densidade em 1981 deixam transparecer o peso da emigração a qual, nos anos sessenta, tanto afectou alguns concelhos (Cantanhede, Soure, Condeixa-a-Nova, Penela, Miranda do Corvo, Poiães) que lhes inviabilizou a recuperação do volume demográfico de meados do século (apesar do regresso de parte dos que emigraram e da fixação de “retornados” de África). Em 1991 não se observam diferenças significativas: na faixa litoral as densidades mantiveram-se e apenas no interior o vazio se acentuou.

1.2.3 O povoamento: do rural ao urbano

O critério quantitativo, que recorre aos dados estatísticos para separar povoamento urbano e rural parece, à partida, necessário e, sobretudo, cómodo. Na realidade, é simples considerar aglomeração urbana a que reúna mais de 2 000, 5 000 ou 10 000 habitantes, consoante os países, os organismos ou as épocas (H. de FARCY, 1975, p. 16). Contudo, não podemos satisfazer-nos com análises meramente quantitativas, para além de que a adopção de diferentes limiares de população, pelas diversas entidades ou autores implicados no processo de delimitação do rural/urbano, dificulta as comparações e o estabelecimento de desejadas e necessárias analogias entre regiões ou países. Sabemos que os elementos demográficos e os seus limiares quantitativos são manifestamente insuficientes para, por si só, suportarem a delimitação entre o rural e o urbano.

Como já tivémos oportunidade de referir noutro capítulo, uma caracterização do espaço rural e da sua população é algo de difícil e complexo, havendo que recorrer a múltiplos indicadores de ordem quantitativa (limiares populacionais, afectação sectorial da população activa, indicadores de consumo, etc.) e qualitativa (morfologia das habitações, relações sociais, hábitos e costumes, ocupação de tempos livres, estruturas culturais, etc.). No entanto não é, em geral, fácil obter os elementos de ordem qualitativa. Foi nesta linha que J. GASPAR (1987), apesar de reconhecer as dificuldades de delimitar com representação territorial os fenómenos urbano e rural, adoptou um critério assente em diversos indicadores estatísticos. Assim, segundo o referido autor, serão urbanos todos os concelhos que reunam pelo menos uma das seguintes condições: 1) ter um centro urbano com mais de dez mil habitantes; 2) ter uma densidade populacional superior a 100 habitantes por Km² e menos de 20% da população activa na agricultura (idem, p. 6).

Embora reconhecendo a vantagem de critérios estatísticos baseados em múltiplos indicadores (o que de certa forma minimizará as suas já referidas limitações) pareceu-nos aceitável, considerando os objectivos pretendidos numa abordagem a esta escala, adoptar os limiares populacionais como indicadores das tendências no sentido da urbanização.

Ora, foi já no recuado ano de 1946 que em França se decidiu adoptar como definição de população rural "a que é constituída por um conjunto de indivíduos que residam num núcleo compacto de habitações, perfazendo um número inferior a 2 000 residentes. Acima deste limiar, todo o agrupamento será considerado urbano" (H. de FARCY, 1975, p. 17). Apesar das muitas alterações convencionais posteriormente introduzidas, é ainda este limiar que, actualmente, serve de base à elaboração da maior parte das estatísticas do INSEE, principalmente as retiradas dos recenseamentos da população (B. KAYSER, 1990, p. 18). Entre nós é também este o critério adoptado a nível estatístico, o qual aqui vamos seguir, embora tendo presente as suas limitações.

1.2.4. De um interior marcadamente rural ao litoral que se urbaniza: as pessoas e os lugares...

Desde cedo se começou a afirmar a situação de Coimbra como pólo regional, não só nos domínios administrativo, religioso e cultural mas também no demográfico.

De facto, a concentração da população no centro urbano, bem como nas freguesias do concelho, nomeadamente nas que se localizam na imediata proximidade da sede, é simultaneamente causa e consequência da situação privilegiada de uma cidade que detém o papel de centro polarizador e dinamizador de uma vasta região.

A análise da distribuição espacial da população, na segunda metade deste século, evidencia uma maior concentração do povoamento nas áreas envolventes da cidade de Coimbra, nomeadamente no seu concelho. Mas... vejamos, de seguida, o que se passa a nível distrital.

Em 1960, os concelhos mais interiores ou os mais carenciados no que se refere às condições de acessibilidade e desenvolvimento, distinguem-se pelo seu mais elevado grau de dispersão. Na verdade, são os concelhos de Penela, Góis, Vila Nova de Poiares, Lousã, Arganil, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Tábua aqueles onde se regista maior percentagem de população agrupada em lugares de menos de 100 habitantes, respectivamente, 50.5%, 44.5%, 39.8%, 33.1%, 27.1%, 24.6% e 22.6% (Quadro 2.5).

Quadro 2.5 - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 1960 (%)

Área Geográfica	Dimensão de lugares em n.º de habitantes							
	< 100	100 a 499	500 a 999	1000 a 1999	> 2000	Pop. isolada	5000 a 10000	> 10000
Arganil	27.1	52.4	3.2	13.5	0.0	3.8	0.0	0.0
Cantanhede	6.6	48.7	30.8	0.0	13.5	0.4	13.5	0.0
Coimbra	5.3	29.4	12.9	8.1	43.5	0.8	0.0	43.5
Condeixa-a-Nova	19.8	60.6	6.1	11.4	0.0	2.0	0.0	0.0
Figueira da Foz	7.4	37.8	14.2	13.0	26.9	0.7	0.0	26.9
Góis	44.5	37.9	13.0	0.0	0.0	4.5	0.0	0.0
Lousã	33.1	44.5	0.0	0.0	17.0	5.4	0.0	0.0
Mira	0.9	24.1	47.7	10.3	16.4	0.7	0.0	0.0
Miranda do Corvo	24.6	64.8	0.0	8.6	0.0	2.1	0.0	0.0
Montemor-o-Velho	13.4	47.0	33.6	4.4	0.0	1.5	0.0	0.0
Oliv. do Hospital	11.7	35.2	34.8	5.6	0.0	12.7	0.0	0.0
Pamp.da Serra	22.9	63.9	10.1	0.0	0.0	3.1	0.0	0.0
Penacova	19.9	63.7	14.4	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0
Penela	50.5	44.4	0.0	0.0	0.0	5.1	0.0	0.0
Soure	19.0	53.7	11.3	14.7	0.0	1.3	0.0	0.0
Tábua	22.6	61.0	8.3	0.0	0.0	8.1	0.0	0.0
Vila N.ª de Poiares	39.8	56.3	0.0	0.0	0.0	3.9	0.0	0.0

Fonte: INE

Também os lugares cuja dimensão se situa entre 100 e 499 habitantes abrigam nos concelhos de Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Penacova, Tábua e Condeixa-a-Nova, mais de 60% de população neles residente, o mesmo sucedendo nos de Vila Nova de Poiares, Soure e Arganil onde mais de metade da população se agrupa neste escalão. É de salientar o facto de nenhum dos concelhos referidos, com excepção da Lousã, possuir, nesta data, população agrupada em lugares com mais de 2 000 habitantes (Fig. 2.6).

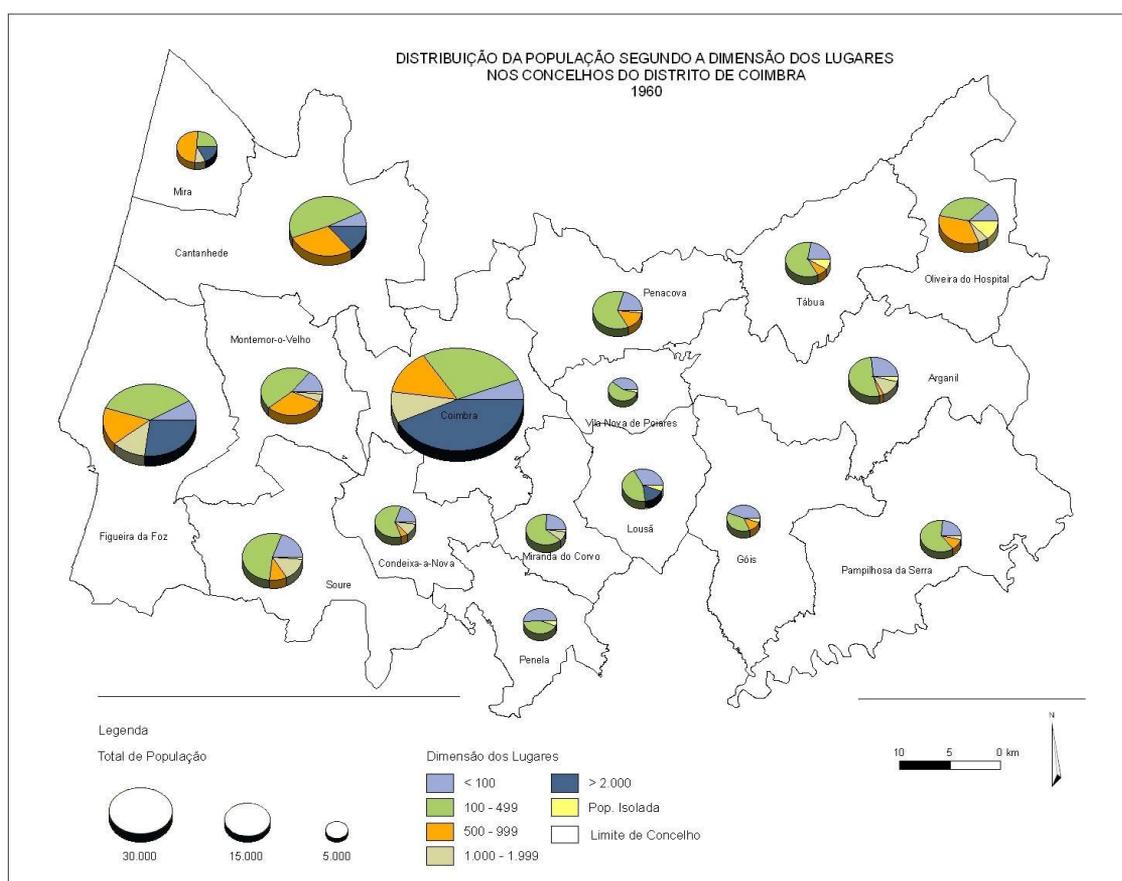


Figura 2.6 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 1960 (%)

Fonte: INE

Situam-se no litoral os concelhos onde a concentração da população é mais significativa: Coimbra, que possui 43.5% da sua população concentrada na sede; Figueira da Foz, com 26.9%; Mira, com 16.4% e Cantanhede, que tem 13.5% da sua população a residir em lugares de mais de 2000 habitantes⁴. Tal distribuição reflecte o maior grau de

⁴ Há, contudo, que considerar, relativamente a Mira e Cantanhede, que uma das causas da maior

urbanização e de desenvolvimento (fenómenos frequentemente associados mas nem sempre consentâneos...) da faixa litoral do distrito.

Em 1970, acentuavam-se as tendências para a dispersão nos concelhos de Góis, Vila Nova de Poiares, Lousã e Arganil, com respectivamente 82.4%, 96.1%, 77.6%, 79.5% da sua população a residir em lugares com menos de 500 habitantes (Quadro 2.6).

Quadro 2.6. - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 1970 (%)

Área Geográfica	Dimensão de lugares em n.º de habitantes					
	< 100	100 a 499	500 a 999	1000 a 1999	> 2000	Pop. isolada
Arganil	37,4	41,9	3,5	16,2	0,0	0,9
Cantanhede	6,8	54,0	24,0	0,0	15,0	0,2
Coimbra	4,8	22,8	11,5	7,5	53,0	0,4
Condeixa-a-Nova	24,5	61,3	0,0	10,5	0,0	3,7
Figueira da Foz	8,0	42,5	14,7	9,9	24,8	0,2
Góis	57,1	38,2	0,0	0,0	0,0	4,6
Lousã	35,3	43,7	0,0	0,0	16,9	4,1
Mira	0,7	33,9	36,7	12,7	15,8	0,1
Miranda do Corvo	27,8	63,3	7,5	0,0	0,0	1,3
Montemor-o-Velho	13,2	51,0	29,2	4,4	0,0	2,2
Oliv. do Hospital	10,0	43,7	22,0	11,5	0,0	12,8
Pamp.da Serra	34,6	55,6	6,7	0,0	0,0	3,1
Penacova	24,0	67,8	0,0	5,9	0,0	2,3
Penela	39,3	58,8	0,0	0,0	0,0	2,0
Soure	22,7	54,3	6,8	15,7	0,0	0,5
Tábua	25,5	64,5	0,0	0,0	0,0	10,0
Vila N.ª de Poiares	47,6	50,7	0,0	0,0	0,0	1,7

Fonte: INE

concentração, poderá encontrar-se ao nível das condições físicas, nomeadamente o relevo. De facto, uma morfologia aplanada proporciona um povoamento mais agrupado, ao contrário do que sucede em áreas mais acidentadas, as quais condicionam uma maior dispersão; cremos, no entanto, que a justificação para o grau de concentração populacional dos dois concelhos se deve muito mais a factores de ordem humana do que a um qualquer determinismo físico.

Coimbra afirmara-se como concelho eminentemente urbano e a sua sede patenteia um forte poder atractivo. Com efeito, 53% da população (58 639 habitantes) reside na sede concelhia, o que se traduz num aumento de 9.5% da população urbana (mais 12 326 residentes), facto que é ainda mais significativo por se verificar num decénio em que a população do concelho apenas aumentou 3.9 por cento.

O concelho da Figueira da Foz, embora com cerca de um quarto dos seus residentes fixados no centro urbano, parece ter sofrido sensível redução em termos absolutos (em 1970, a cidade regista menos 2 346 habitantes). A mesma redução da população urbana terá ocorrido nos concelhos da Lousã e Mira, enquanto em Cantanhede se manteve sensivelmente constante (Fig.2.7)

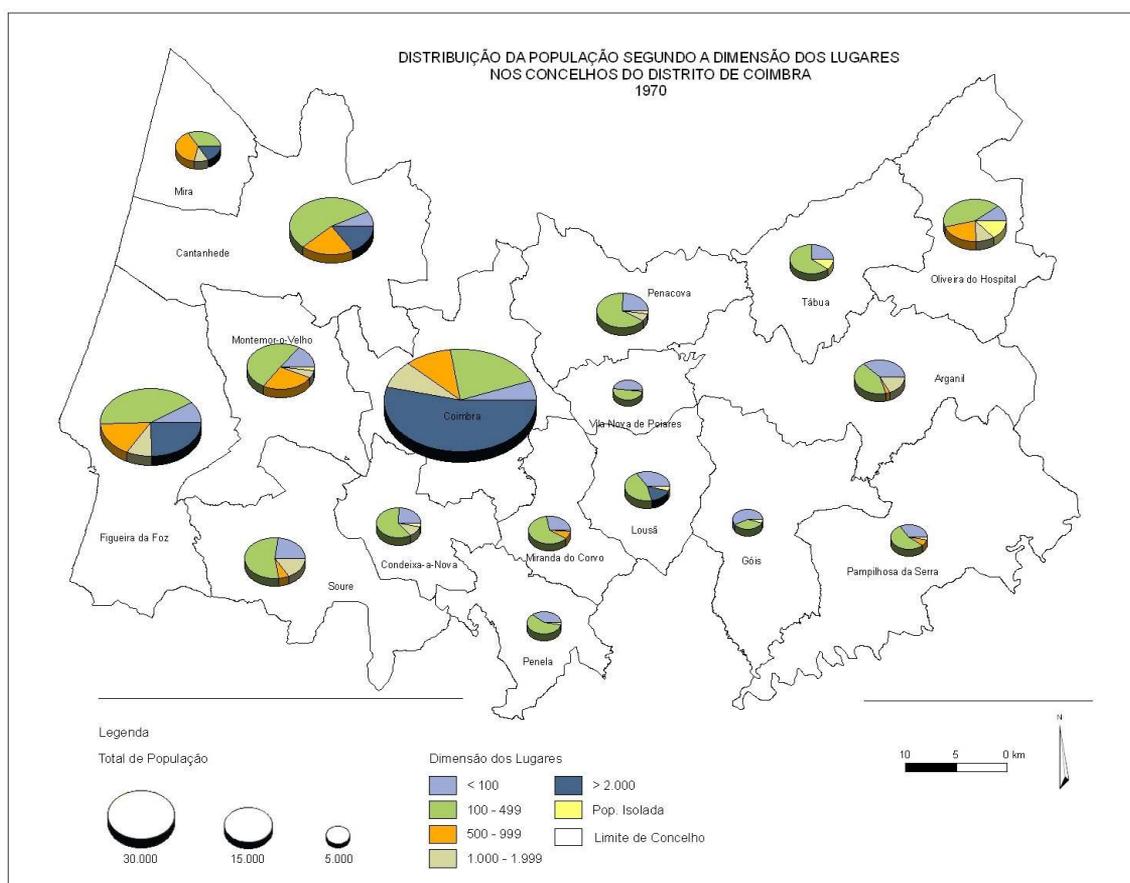


Figura 2.7 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 1970 (%)

Fonte: INE

No início do decénio de oitenta, continuava a registar-se forte contraste entre a área envolvente de Coimbra e os concelhos mais afastados, designadamente os do interior do distrito. Assim, Góis detinha, em 1981, elevada percentagem de população residente em lugares de menos de 100 habitantes (52.5%) (Quadro 2.7). Também Vila Nova de Poiares, Pampilhosa da Serra, Lousã, Penela e Tábua apresentam valores que indiciam significativa dispersão do povoamento: respectivamente, 86.0, 85.6, 77.9, 76.8 e 76.3 % da sua população reside em aglomerações com menos de 500 habitantes. São de igual modo relevantes as taxas da população isolada no interior serrano: 12.8% em Tábua, 12.4% em Oliveira do Hospital, 10,0% em Góis e 9.3% em Vila Nova de Poiares.

Situação bem diferente se observa no litoral, nomeadamente no concelho de Coimbra, onde apenas 18.7% da população residia em lugares com menos de 500 habitantes, e somente 736 habitantes, segundo o recenseamento de 1981, residiam fora de aglomerados populacionais (0.5% de população isolada).

Quadro 2.7 - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 1981 (%).

Área Geográfica	Dimensão de lugares em n.º de habitantes						
	< 100	100 a 499	500 a 999	1000 a 1999	> 2000	Pop. isolada	> 10000
Arganil	34,4	38,1	3,7	19,9	0,0	3,9	0,0
Cantanhede	7,7	47,7	27,4	0,0	16,4	0,7	0,0
Coimbra	2,1	16,6	11,5	12,1	57,2	0,5	54,0
Condeixa-a-Nova	20,4	52,2	7,9	0,0	16,2	3,4	0,0
Figueira da Foz	6,6	38,9	18,3	9,5	26,0	0,7	21,5
Góis	52,5	27,4	10,1	0,0	0,0	10,0	0,0
Lousã	32,6	45,3	4,4	14,2	0,0	3,5	0,0
Mira	0,6	39,1	25,9	0,0	34,3	0,2	0,0
Miranda do Corvo	21,2	65,1	0,0	9,3	0,0	4,4	0,0
Montemor-o-Velho	12,2	57,9	28,9	0,0	0,0	1,0	0,0
Oliv. do Hospital	7,5	46,4	21,1	12,6	0,0	12,4	0,0
Pamp.da Serra	37,6	48,0	9,8	0,0	0,0	4,7	0,0
Penacova	19,4	57,0	20,4	0,0	0,0	3,2	0,0
Penela	42,6	34,2	13,8	0,0	0,0	9,4	0,0
Soure	22,3	47,8	3,1	24,6	0,0	2,3	0,0
Tábua	23,0	53,3	10,9	0,0	0,0	12,8	0,0
Vila N.ª de Poiares	36,9	49,1	4,7	0,0	0,0	9,3	0,0

Fonte: INE

Continuava a aumentar o poder atractivo de Coimbra enquanto capital regional: o centro urbano anexava então 74 616 habitantes, 57.2% da população concelhia, mais 4.3 por cento do que em 1970 (Fig. 2.8).

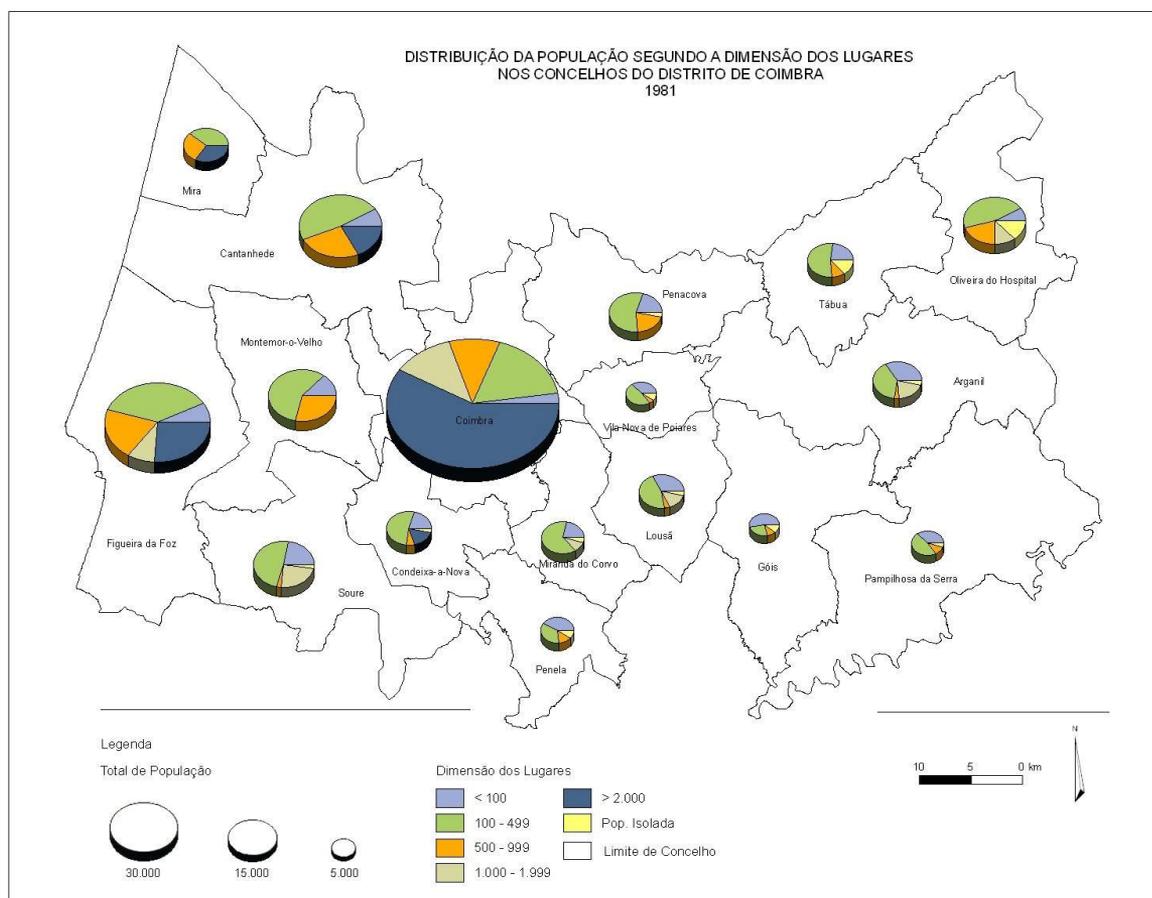


Figura 2.8 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 1981 (%)

Fonte: INE

Nos concelhos de Mira, Cantanhede, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure e Condeixa-a-Nova registam-se percentagens bastante reduzidas de população isolada: 0.2, 0.7, 0.7, 1.0, 2.3 e 3.4 %, respectivamente, valores que por si só indiciam uma nítida tendência para a concentração do povoamento. Esta é confirmada pelas reduzidas percentagens da população residente em lugares com menos de 100 habitantes: 0.6, 7.7, 6.6, 12.2, 22.3 e 20.4 %, respectivamente. Por outro lado, os escalões dimensionais acima de 500 habitantes concentram parte significativa da população residente: Mira 60.3%, Figueira da Foz 54.5%, Cantanhede 44.6%, Montemor-o-Velho 29.9%, Soure 27.7% e, finalmente, Condeixa com 24.1%, valores que reflectem a tendência para a aglomeração na parte litoral do distrito, se bem que mais acentuada nos concelhos localizados a oeste e norte do que a sul.

Os resultados do Recenseamento de 1991 não introduzem mudanças significativas na dinâmica antes delineada, vindo apenas confirmar as tendências já definidas: um interior que se esvazia, cujos aglomerados populacionais perdem dimensão ou mesmo desaparecem (C. Cavaco e A. S. Ramos, 1994, p. 54), e um litoral que concentra cada vez mais população, apesar do fraco crescimento intercensitário.

Assim, localizam-se na área serrana do distrito os concelhos que apresentam valores mais elevados de “isolados”: Pampilhosa da Serra e Tábua, com respectivamente, 12.2 e 8.9% (Quadro 2.8). O mesmo sucede no que se refere à importância dos pequenos aglomerados (de menos de 100 habitantes) que, em Góis, Penela, Poiares, Pampilhosa, Arganil, Lousã e Miranda do Corvo, acolhem, respectivamente, 51.4, 43.9, 42.1, 32.9, 32.4, 20.6 e 14.3% da população residente. A simples comparação destes valores, bastante mais baixos nos dois últimos concelhos referidos (Lousã e Miranda do Corvo), deixa ver um comportamento algo diferenciado do contexto geral onde se integram.

Quadro 2.8 - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 1991 (%).

Área Geográfica	Dimensão de lugares em n.º de habitantes						
	< 100	100 a 499	500 a 999	1000 a 1999	> 2000	Pop. isolada	> 10000
Arganil	32,4	38,2	4,4	23,0	0,0	2,1	0,0
Cantanhede	7,7	51,2	23,4	5,5	11,5	0,8	0,0
Coimbra	1,4	14,1	9,5	6,9	67,4	0,9	66,0
Condeixa-a-Nova	15,0	52,3	9,6	0,0	17,5	5,7	0,0
Figueira da Foz	3,6	27,8	15,5	9,5	42,5	1,2	42,5
Góis	51,4	30,7	14,2	0,0	0,0	3,7	0,0
Lousã	20,6	28,1	0,0	11,2	36,2	4,0	0,0
Mira	0,7	37,6	26,4	0,0	34,3	1,0	0,0
Miranda do Corvo	14,3	57,8	0,0	0,0	25,6	2,2	0,0
Montemor-o-Velho	7,3	59,9	28,0	4,0	0,0	0,8	0,0
Oliv. do Hospital	7,9	46,9	18,5	6,4	10,4	9,9	0,0
Pamp.da Serra	32,9	45,6	9,2	0,0	0,0	12,2	0,0
Penacova	15,8	61,8	20,7	0,0	0,0	1,7	0,0
Penela	43,9	40,9	9,0	0,0	0,0	6,3	0,0
Soure	16,7	48,1	8,1	25,5	0,0	1,6	0,0
Tábua	20,0	54,8	8,2	8,1	0,0	8,9	0,0
Vila N.ª de Poiares	42,1	56,8	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0

Fonte: INE

De facto, detecta-se já uma tendência para a concentração, comprovada, aliás, pelo significativo aumento populacional das suas sedes, as quais ultrapassaram o limiar dos dois mil habitantes, anexando, em 1991 - a Lousã, 36.2% da população concelhia, e Miranda do Corvo 25.6%. Esta crescente urbanização decorre de factores já anteriormente enunciados, os quais têm vindo a assumir cada vez maior significado e a “encurtar” a distância relativamente a Coimbra.

No Centro litoral o concelho de Coimbra afirmou-se em 1991, como eminentemente urbano. A sua sede atingia os quase cem mil habitantes (96 142) e englobava 66% da população concelhia, mais 21 526 residentes (8.8%) relativamente a 1981 (Fig. 2.9).

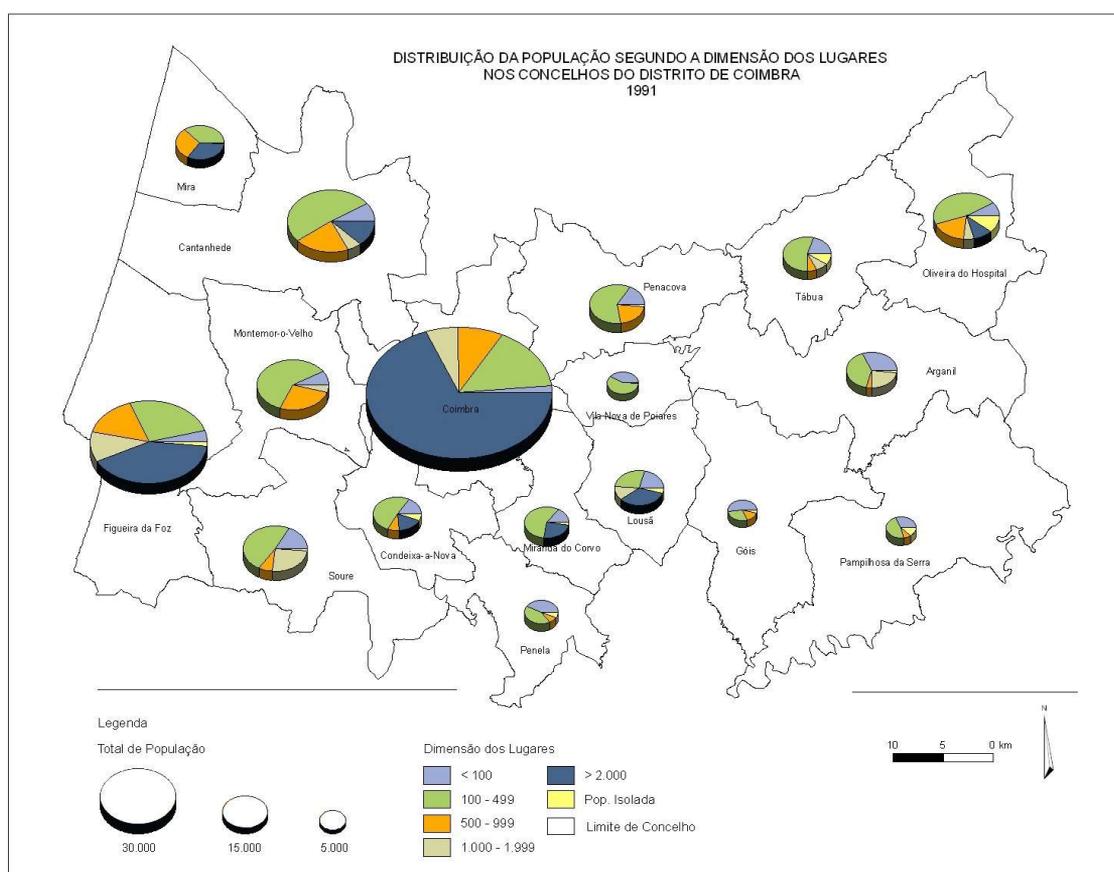


Figura 2.9 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 1991 (%)

Fonte: INE

Na generalidade dos concelhos do litoral a tendência para a concentração espacial da população concretizou-se, de forma bem evidente, na Figueira da Foz, onde se computou

42.5% de população urbana (25 685 habitantes) - valor cerca de duas vezes superior ao de 1981; por seu lado, Mira detinha 34.3%, Condeixa-a-Nova 17.5% e Cantanhede 11.5% de população residente em aglomerados de mais de 2000 habitantes.

De salientar que, apesar da nítida tendência para a concentração, se verificou nalguns concelhos algum crescimento da população isolada, nomeadamente em Coimbra e Condeixa, enquanto se assistiu a uma redução da população residente em lugares com menos de 100 habitantes, em 2001 (Quadro 2.9 e Fig.2.10). Tal facto deixa pressupor duas hipóteses: o abandono dos pequenos lugares e construção de novas habitações isoladas, frequentemente ao longo das estradas; a saída de residentes das pequenas aldeias para núcleos mais povoados e bem servidos de infraestruturas (concentração), com a paralela fixação de novos habitantes em áreas com baixo índice de construção ou que tinham outra ocupação, que não a imobiliária (dispersão). Qualquer que seja a hipótese que vigore, poderemos dizer que estamos perante um processo de mudança em que a tendência para a concentração não é incompatível com algum nível de dispersão, antes se complementam. Estaremos apenas confrontados com duas formas de implantação e desenvolvimento de um mesmo processo, a urbanização.

O estudo comparativo dos dados dos recenseamentos de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001 no conjunto do distrito e nos concelhos permite-nos sintetizar a evolução verificada: em termos globais, predominam as áreas de povoamento marcadamente rural. No distrito existem, contudo, diferenciações no que respeita à evolução do povoamento.

Assim, no interior serrano, regista-se em 1960 (Fig. 2.6), uma dispersão bastante acentuada, que subsiste em 1991 e 2001; o caso mais flagrante é o de Góis que registava em 1960, 49.0% da população a residir em lugares de menos de 100 habitantes ou isolada (em 1970 61.6%, em 1981 62.5%, em 1991 55,1%) e em 2001 48.67%. Também Pampilhosa da Serra evidenciou uma dinâmica que, em vários aspectos, se assemelha à do concelho de Góis. Com efeito, o decréscimo global da população entre 1960 e 1991 (-56.5%, enquanto em Góis foi de -44.8%) repercutiu-se essencialmente nos lugares com um número de habitantes compreendido entre 100 e 499 e nos de mais de 500 residentes. Este decréscimo poderá corresponder a saídas de gente da terra que, abandonando as aldeias lhes fazem baixar o seu limiar de população, remetendo-as para o escalão imediatamente inferior (menos de 100 habitantes e “isolados”).

Quadro 2.9 - Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, em 2001 (%)

Área Geográfica	Dimensão de lugares em n.º de habitantes						
	< 100	100 a 499	500 a 999	1000 a 1999	> 2000	Pop. isolada	> 10000
Coimbra (Distrito)	9,86	33,01	13,93	6,46	34,03	2,71	17,17
Arganil	31,66	32,12	4,16	8,91	19,65	3,49	0,00
Cantanhede	8,36	48,62	22,04	0,00	19,03	1,95	0,00
Coimbra	1,74	15,00	9,55	6,28	66,01	1,42	43,71
Condeixa-a-Nova	11,09	46,86	15,80	0,00	21,30	4,95	0,00
Figueira da Foz	4,76	27,77	19,59	14,48	31,70	1,71	17,33
Góis	48,67	29,83	18,19	0,00	0,00	3,31	0,00
Lousã	17,37	26,31	3,75	9,34	40,32	2,92	0,00
Mira	1,23	35,95	26,62	0,00	34,66	1,55	0,00
Miranda do Corvo	17,49	54,27	5,03	0,00	21,51	1,69	0,00
Montemor-o-Velho	8,85	61,17	20,34	8,16	0,00	1,48	0,00
Oliv. do Hospital	8,21	42,14	17,76	5,90	15,67	10,33	0,00
Pamp.da Serra	43,87	34,75	16,42	0,00	0,00	4,96	0,00
Penacova	16,42	58,00	23,23	0,00	0,00	2,34	0,00
Penela	51,47	27,60	16,21	0,00	0,00	4,72	0,00
Soure	17,14	49,27	9,38	12,04	9,84	2,33	0,00
Tábua	22,41	53,09	0,00	12,13	0,00	12,37	0,00
Vila N.ª de Poiares	32,62	48,96	17,36	0,00	0,00	1,06	0,00

Fonte: INE

No que se refere a Oliveira do Hospital, verifica-se uma redução da população residente em lugares com menos de 100 habitantes que, sublinhe-se, nunca foi aqui muito significativo, e algum crescimento do escalão de 100 a 499; assiste-se também a um aumento percentual da população residente em lugares de 1000 a 1999 habitantes, entre 1960-81, e, no último período intercensitário, Oliveira do Hospital ultrapassou o limiar dos 2 000 habitantes, indo engrossar o grupo dos concelhos com população urbana. O traço marcante na evolução do povoamento deste concelho é, pois, uma tendência para a concentração, ou pelo menos para a redução do nível de dispersão. A tal fenómeno não é alheia a expansão do processo de urbanização, aliado a um certo desenvolvimento económico. Este está patente em diversos sectores: da indústria transformadora (7 empresas com mais de setenta trabalhadores), do comércio e dos serviços (principalmente pessoais) e das obras públicas, enquanto a agricultura foi sendo progressivamente abandonada (C. CAVACO e A. RAMOS, 1994, p. 78).

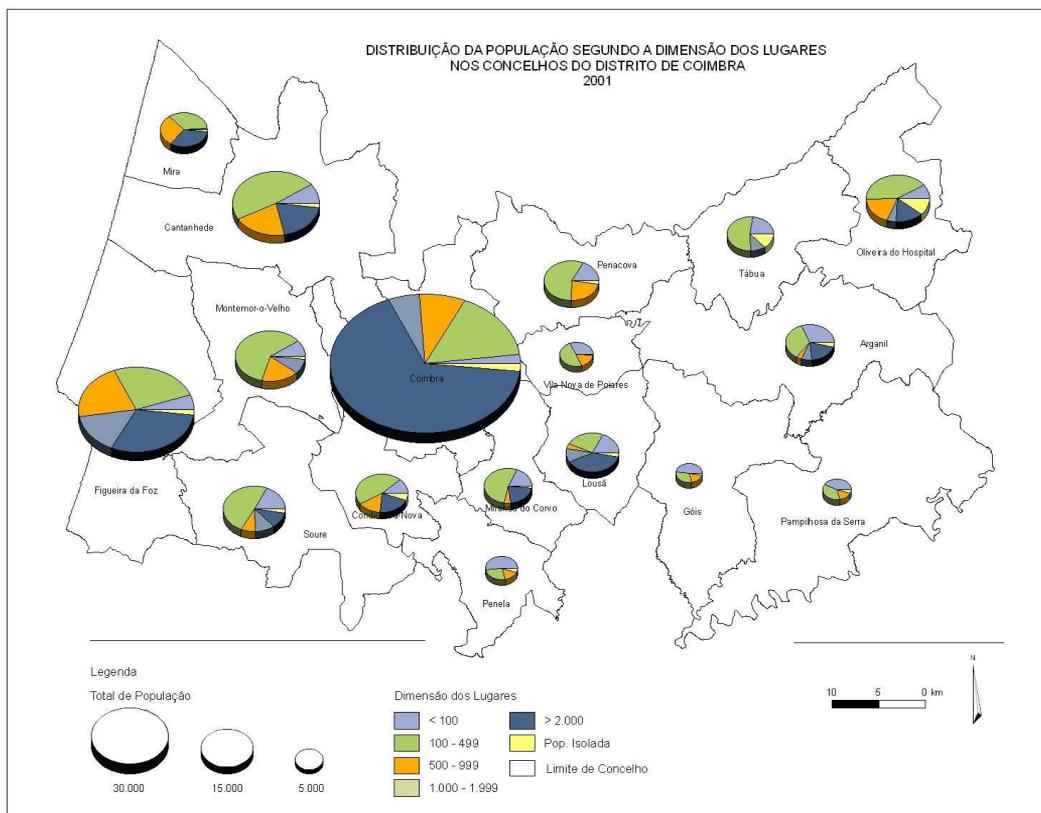


Figura 2.10 – Distribuição da população segundo a dimensão dos lugares, 2001 (%)

Fonte: INE

Também Arganil teve um comportamento que, embora apresente aspectos característicos de uma área repulsiva, contém também elementos que nos levam a pressupôr a existência de algum dinamismo económico. De facto, entre 1960 e 1981 (Fig. 2.7) assiste-se a um crescimento relativo da população residente em lugares com menos de 100 habitantes (+7.3%) e a um paralelo decréscimo dos residentes em lugares entre 100 e 499 habitantes (-14.3%), donde se poderá concluir que o abandono destas terras fez baixar o número dos seus habitantes, daí que passassem a engrossar o escalão de limiar imediatamente inferior; assiste-se, contudo, no mesmo período temporal a um aumento relativo dos residentes em lugares com 1000 a 1999 indivíduos (+6.4%), o que poderá corresponder a um crescimento do poder atractivo destes mesmos núcleos de povoamento, em função de um certo dinamismo económico, nomeadamente relacionado com a instalação de algumas indústrias.

Enfim, em Arganil, no período de 60-81, para além de se verificar a saída de habitantes de pequenas aldeias, os quais partem para outras regiões (Lisboa ou outros centros populacionais do Litoral), assiste-se também a uma tendência para a aglomeração

do povoamento, patente no aumento do número de habitantes residentes em lugares já de alguma dimensão (1000 a 1999 habitantes), nomeadamente entre 1981 e 2001.

Os concelhos serranos que se encontram mais próximos de Coimbra, como Miranda do Corvo e Lousã, mantiveram sensivelmente os mesmos valores relativos da população residente em lugares com menos de 500 habitantes, o que indicia uma relativa estabilidade no que respeita a saídas para o exterior do concelho. Para além disso sofreram, no último período intercensitário significativo aumento da população da sua sede, o que deixa pressupôr mudanças na dinâmica de povoamento.

É no Centro litoral que vamos encontrar maior concentração de povoamento, onde quase todos os concelhos (Coimbra, Figueira da Foz, Mira, Cantanhede e Condeixa-a-Nova) possuem centros populacionais com mais de 2000 habitantes.

Apesar de uma certa uniformidade geral em termos de tendências evolutivas, registam-se algumas diferenças. Assim, o concelho de Coimbra evidencia, no período de 1960 a 1981, um crescimento que reflecte a importância da cidade enquanto pólo de atracção e núcleo mobilizador da população não só do distrito mas de toda a região centro. Num período de decréscimo generalizado, não apenas à escala distrital mas também nacional, o concelho apresenta um aumento de 32 526 habitantes, ou seja, mais 30.6%. O acréscimo foi particularmente significativo nos aglomerados populacionais com mais de 1000 habitantes (mais 75.2%), enquanto nos lugares com menos de 1000 habitantes, a população diminuiu 17.1% e os isolados decresceram 15.4%. Entre 1981 e 1991 (Fig. 2.8). Em 2001 foi particularmente notório o crescimento da população urbana no concelho sede de distrito e no da Figueira da Foz. Comportamento evolutivo que evidencia a tendência para a concentração do povoamento e avanço do processo de urbanização.

Na Figueira da Foz, concelho ao qual a actividade piscatória e o turismo conferem uma dinâmica própria (ARROTEIA, J. 1985), a população aumentou 4.9% (mais 2847 habitantes), valor que poderia ser considerado pouco relevante, caso não estivéssemos num período de decréscimo generalizado. Segundo concelho do distrito em termos de urbanização, a população residente em lugares com mais de 2000 habitantes representava em 1981, 26.0%, enquanto em 1991 atingiu os 42.5%, valores que, por si só, atestam o que antes referimos e que prosseguiu em 2001.

Noutro concelho do litoral - Mira - a população manteve-se, entre 1960 e 1981, sensivelmente constante (perdeu apenas 0.6% dos seus efectivos), contudo, as

aglomerações de mais de 2000 habitantes evidenciaram nítida subida - enquanto em 1960 detinham 16.4% da população, em 1981 anexavam 34.3%). Também nos lugares de menos de 500 habitantes se observou acréscimo populacional (39.7% em 1981 contra 25% em 1960). Ao invés, o escalão dimensional compreendido entre 500 e 999 habitantes sofreu descida considerável. Em resumo, no concelho verificou-se um nítido crescimento do principal centro administrativo, o que certamente estará relacionado com o facto de Mira ser "um dos mais antigos núcleos de povoamento da Gândara, trazendo já de alguns séculos antes significativa dimensão e que tem evidenciado nos últimos anos um crescimento demográfico importante à custa do comércio e dos serviços ligados ao turismo" (F. DELGADO CRAVIDÃO, 1988, p. 300). Quanto à redução da população residente nos lugares do escalão 500-999 hab., poderá estar relacionada com a saída de população para a sede concelhia, ou mesmo para o estrangeiro. Coimbra parece não ter tido grande influência na evolução demográfica deste concelho, uma vez que a sua atracção se faz sentir de forma bastante atenuada.

O concelho de Cantanhede revela, entre 1960 e 1991, uma relativa estabilidade no que se refere à estrutura do povoamento, registando-se apenas uma pequena redução da população urbana (11.5% em 91, 19.3% em 2001 contra 13.5% em 1960).

Montemor-o-Velho parece ter evoluído no sentido da dispersão do povoamento, entre 1960 e 1981. De facto, assiste-se a uma subida do valor relativo dos residentes em lugares com 100 a 499 habitantes e a uma concomitante descida no escalão de 500 a 999. Em 1981 não foi computada população residente em lugares com mais de 1000 habitantes, o que evidencia a descida de limiar do principal núcleo populacional do concelho. A sua dinâmica manifestou-se insuficiente para captar novos residentes ou recuperar os que partiram: entre 1960 e 1981 verificou-se um decréscimo de 4.4%. Em 1991, apesar do ligeiro decréscimo populacional, o concelho registou alguma subida de residentes na sua sede.

Situado na imediata proximidade de Coimbra e servido pela EN1, o concelho de Condeixa-a-Nova manifestou, nas últimas décadas, uma clara tendência para a concentração do povoamento. A população residente em lugares de menos de 500 habitantes, que em 1960 representava 80.4% do universo demográfico, decresceu para 72.6% em 1981 e 67.3% em 1991 e 59.95 em 2001. Por seu lado, a vila sede de concelho registou um acréscimo de 594 indivíduos (mais 38.3%), entre inícios do decénio de sessenta e 1981, e de 128 residentes entre 1981 e 1991 e subiu 4.6% entre 1991 e 2001.

Tal facto é tanto mais significativo porquanto diminuiu, a população total (-2.2 e -1.9, respectivamente) e deverá estar relacionado com o desenvolvimento de funções centrais, nomeadamente a comercial, aliado ao incremento da industrialização, nomeadamente no sector das cerâmicas, bem como à expansão da função residencial, de certa forma comandada por Coimbra, principal centro empregador da gente desta área. Quanto ao crescimento da população urbana entre 1991 e 2001, deverá estar relacionado com o aumento demográfico concelhio decorrente da capacidade atractiva relativamente a Coimbra e da concretização do processo de rurbanização.

Em resumo, a distribuição da população tem vindo a evoluir no sentido de uma maior concentração, bem evidente nos concelhos litorais de Coimbra e Figueira da Foz; salientam-se, também, pela progressiva urbanização, Mira, Cantanhede e Condeixa-a-Nova; e ainda Lousã, Miranda do Corvo e Oliveira do Hospital, estes já do interior serrano. Foram diversos os factores que presidiram às respectivas dinâmicas evolutivas, destacando-se, em primeiro lugar, o grau de acessibilidade à sede de distrito.

Considerando os municípios que evidenciam uma mais estreita ligação a Coimbra (Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo e Lousã) o que manifesta maior autonomia é, sem dúvida, a Figueira da Foz. De facto, apesar de estância turística, maioritariamente frequentada por gente de Coimbra, cedo desenvolveu outras potencialidades, nomeadamente as decorrentes da sua situação de cidade portuária. Assim, “a diversificação de actividades, centradas em dois polos de desenvolvimento local - o porto e o veraneio - aos quais podemos ainda juntar a indústria, com largas tradições nesta área” (J. ARROTEIA, 1985, p.25), justificam o crescimento concelhio e a expansão da sua sede. Relativamente a Condeixa e Miranda do Corvo a situação é já completamente diversa: a proximidade de Coimbra se, por um lado, atrofiou as suas capacidades de mobilização de potencialidades endógenas, por outro constituiu-se como um factor de desenvolvimento induzido, a partir de fluxos que emanam do centro urbano e que são, no essencial, constituídos por remuneração da força de trabalho. Acresce ainda que estes concelhos, até aqui “dormitórios” de Coimbra (o que, por si só, já justificaria a expansão residencial e a paralela concentração demográfica) têm, nos últimos anos, implementado algumas iniciativas de desenvolvimento locais (parques industriais, infraestruturas de serviços, associações cívicas e dinamizadoras de índole diversa, etc.). Quanto à Lousã, a sua posição de “charneira” entre o litoral e o interior, propiciou uma

maior capacidade atractiva, o alargamento da área construída e o aumento da população residente na vila sede de concelho.

Quanto a Mira e Cantanhede, a mobilização de recursos endógenos e o desenvolvimento local, associados a remessas de emigrantes, estarão na base da crescente urbanização, não se fazendo aqui sentir, de forma relevante, a ligação a Coimbra. Por último temos um concelho eminentemente interior - Oliveira do Hospital - cuja expansão urbana também nada tem a ver, directamente, com a sede distrital, mas estará assente no seu dinâmico processo de desenvolvimento industrial, contrastando fortemente com a inércia, e correlativa repulsão, de outros concelhos vizinhos.

1.2.5. Dinâmica migratória: a mobilidade no espaço, ao longo do tempo

Existe estreita dependência entre mobilidade geográfica e desenvolvimento económico. Na verdade, a mobilidade das populações anda intimamente associada ao processo de desenvolvimento, particularmente no que toca à urbanização, industrialização e modernização das sociedades, sendo consideráveis as diferenças que apresenta no espaço e no tempo (H. M. STALL, 1979). Consequência da maior celeridade na comunicação entre pessoas e territórios, a mobilidade varia essencialmente ao nível das frequências e distâncias percorridas as quais, em concomitância com outros factores, permitem a definição da sua tipologia.

Considerando a duração das deslocações podemos distinguir as de longa duração ou definitivas, as sazonais ou temporárias e os movimentos diários ou pendulares. Segundo a distância percorrida as migrações poderão ainda ser classificadas em externas ou internas (D. NOIN, 1979, p. 239).

Os movimentos da população são, pois, bastante diversificados e assumem características diferentes consoante a escala a que se processam. Em termos sintéticos podemos agrupá-los em dois grandes tipos: os que são motivados pelo modo de vida das populações, "movimentos habituais, repetitivos, frequentemente ritmados, quase sempre de curta duração" (idem, p. 240). Estão normalmente associados à actividade dos indivíduos e não implicam mudança drástica ou ruptura sócio-profissional, sendo antes consequência do progressivo desenvolvimento da sociedade; na origem do segundo tipo considerado está, em regra, uma situação de desequilíbrio económico e a ânsia de

encontrar condições de vida mais compensadoras. São deslocações de longa duração que implicam maiores distâncias percorridas e, em geral, mudança de actividade. Conduzem a uma transformação quase radical dos hábitos, dos costumes e até do comportamento dos indivíduos que as praticam. Poderão processar-se para o estrangeiro (migrações externas) ou dentro do próprio país - no caso português, essencialmente dirigidas aos centros urbanos de Lisboa e Porto e, de uma forma geral, a toda a faixa litoral compreendida entre Braga e Setúbal, aquela onde se tem vindo a concentrar o crescimento industrial e do sector terciário desde o fim da segunda guerra mundial, especialmente a partir de 1960 (M. L. MARINHO ANTUNES, 1981, p. 19).

Atendendo ao âmbito do nosso trabalho, analisaremos com mais profundidade os movimentos que reflectam a importância de Coimbra num contexto regional e local, daí que privilegiemos o estudo dos movimentos pendulares (analisados no cap. seguinte) e demos especial atenção à análise das migrações internas.

No que se refere às deslocações para o estrangeiro, é indubitável que têm grandes implicações económicas e sociais, tendo adquirido especial relevância, no país, a partir do início dos anos sessenta. Entre 1962 e 1975 a Europa foi o principal destino da emigração portuguesa, para aí se tendo dirigido, durante esse período, cerca de 1 100 000 pessoas (idem, p. 19). Tema privilegiado por diversos autores e entidades, sobre ele existe vasta bibliografia publicada por especialistas na matéria. A ela recorreremos sempre que a compreensão dos temas a tratar o exija, dispensando-nos de analisar directamente o fenómeno em causa.

1.2.5.1. Velhos espaços... novos residentes: a mobilidade da população

No distrito de Coimbra a dinâmica migratória foi, até meados deste século, de certo modo comandada pela “cidade do Mondego”. Na verdade, o concelho de Coimbra manteve na primeira metade deste século "um notável poder de atracção de populações estranhas que a ele acorreram em número vizinho a 21 500 (período de 1920-1950)" (A. Alarcão, 1964, p. 527).

Nos restantes concelhos do distrito o poder atractivo foi nulo ou pouco significativo. Apenas quatro registaram a entrada de escassas centenas de pessoas: Mira, mais 259 indivíduos entre 1931 e 1940; Cantanhede, mais 187 indivíduos entre 1921 e 1930; Lousã

e Pampilhosa da Serra, mais 116 e 109, respectivamente e no mesmo período. As causas destas "entradas" são, muitas vezes, fortuitas e ocasionais, não se repercutindo no tempo¹.

Nos anos cinquenta permanece significativa a capacidade atractiva do concelho de Coimbra, podendo inferir-se que à sua sede se deva parcela bastante considerável desta atracção. Esta tem polarizado parte das gentes migrantes, embora com nítida perda de importância, relativamente à repulsão total do distrito.

A análise dos resultados apurados no *Recenseamento Geral da População* de 1950, que incidem sobre a naturalidade da população presente nos concelhos, mostram que Coimbra continua a exercer forte poder atractivo sobre indivíduos naturais de áreas que se situam para além da sua fronteira administrativa. Assim, em 1950 cerca de 30% da população presente no concelho de Coimbra não era de lá natural (Quadro 2.10). É, no entanto, revelador o facto de apenas 9.9% dos migrantes serem naturais de outro concelho do distrito. Daí se poderá inferir que o concelho atrai essencialmente população oriunda de outros distritos, sendo fraca a polarização exercida sobre a gente do interior serrano, para quem Coimbra funciona como simples local de passagem dos que, em êxodo, demandam a Capital.

À excepção da Figueira da Foz, cuja capacidade de atracção está patente nos 14.8% de recenseados no concelho com naturalidade a ele exterior, todos os outros concelhos apresentam valores que se situam abaixo da média distrital.

De salientar o facto de as unidades concelhias limítrofes de Coimbra registarem elevadas percentagens de naturais do concelho de residência: Condeixa-a-Nova, 94.4; Montemor-o-Velho, 94.6; Penacova, 96.1; Miranda do Corvo, 93.6%. Reflexo do reduzido fluxo migratório que, nesta época, se dirige às áreas envolventes do centro urbano, estes valores camuflam, de certo modo, a efervescente mobilidade das populações periurbanas, a qual se processa à escala de freguesia, dentro do concelho de residência ou para concelhos vizinhos.

¹ Cf. A. Alarcão, no concelho da Pampilhosa da Serra as obras de construção da barragem de Santa Luzia devem ter estado na origem da atracção. Posteriormente à conclusão dos trabalhos de engenharia diluem-se os efeitos atractivos (op. cit. p.527).

Quadro 2.10 - População presente segundo a naturalidade (1950)

Área Geográfica	Naturais do Concelho de residência		Naturais de outro Concelho do mesmo Distrito		De outra naturalidade		Estrangeiros		População presente
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
Coimbra (Distrito)	374934	86.8	21339	4.9	34308	7.9	513	0.1	432044
Arganil	19054	91.4	1048	5.0	698	3.3	11	0.1	20837
Cantanhede	36313	92.0	1212	3.1	2525	6.4	59	0.1	39472
Coimbra	68583	69.6	9724	9.9	19635	19.9	199	0.2	98546
Condeixa-a-Nova	12795	94.4	452	3.3	273	2.0	9	0.1	13548
Figueira da Foz	47851	85.2	2733	4.9	5387	9.6	84	0.1	56175
Góis	10230	92.8	449	4.1	331	3.0	6	0.1	11023
Lousã	13665	90.8	684	4.5	640	4.3	11	0.1	15050
Mira	12326	95.2	262	2.0	328	2.5	15	0.1	12952
Miranda do Corvo	12892	93.6	543	3.9	282	2.0	18	0.1	13780
Montemor-o-Velho	26159	94.6	936	3.4	500	1.8	20	0.1	27650
Oliv. do Hospital	25979	93.6	463	1.7	1239	4.5	19	0.1	27763
Pamp.da Serra	13873	96.5	161	1.1	335	2.3	4	0.0	14375
Penacova	18535	96.1	346	1.8	364	1.9	18	0.1	19284
Penela	9812	94.8	290	2.8	225	2.2	11	0.1	10347
Soure	23817	92.2	886	3.4	1100	4.3	9	0.0	25837
Tábua	15356	89.8	771	4.5	934	5.5	12	0.1	17100
Vila N.ª de Poiares	7666	94.1	252	3.1	210	2.6	8	0.1	8150

Fonte: INE

As informações referentes a 1960 (Quadro 2.11) corroboram as conclusões que tirámos da análise do censo anterior: Coimbra mantém a sua supremacia em termos de polarização de uma população alógena, embora se tenha reduzido ligeiramente o desnível entre os valores concelhios e a média distrital relativos aos naturais do concelho de residência (de 17.2% em 1950 para 16% em 1960). Segue-se-lhe, não muito de perto, o concelho da Figueira da Foz, com uma percentagem de residentes naturais do concelho muito próxima da do distrito (86.8 e 87.3%, respectivamente).

Os restantes concelhos registam, em geral, ainda menor capacidade atractiva do que no decénio anterior, o que deverá encontrar justificação na crescente importância que as

saídas para o estrangeiro vêm a assumir, em detrimento (pelo menos em termos relativos...) da mobilidade interna da população.

Quadro 2.11 - População presente segundo a naturalidade em 1960

Área Geográfica	Naturais do Concelho de residência		Naturais de outro Concelho do mesmo Distrito		De outra naturalidade		Estrangeiros		População presente
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
Coimbra (Distrito)	378628	87.3	19487	4.5	34685	8.0	856	0.2	433656
Arganil	17595	91.5	896	4.7	727	3.8	19	0.1	19237
Cantanhede	38040	92.1	1117	2.7	2069	5.0	77	0.2	41303
Coimbra	75823	71.3	9334	8.8	20871	19.6	375	0.4	106404
Condeixa-a-Nova	12668	93.5	508	3.7	366	2.7	13	0.1	13555
Figueira da Foz	50002	86.8	2412	4.2	5098	8.8	119	0.2	57631
Góis	9000	92.4	343	3.5	396	4.1	5	0.1	9744
Lousã	12680	91.2	644	4.6	532	3.8	44	0.3	13900
Mira	12871	96.2	238	1.8	249	1.9	26	0.2	13384
Miranda do Corvo	12045	94.0	482	3.8	266	2.1	17	0.1	12810
Montemor-o-Velho	26745	95.8	708	2.5	454	1.6	18	0.1	27925
Oliv. do Hospital	24768	94.2	462	1.8	1006	3.8	51	0.2	26287
Pamp.da Serra	12900	96.5	228	1.7	241	1.8	3	0.0	13372
Penacova	18044	96.5	288	1.5	345	1.8	27	0.1	18704
Penela	9149	96.9	161	1.7	115	1.2	13	0.1	9438
Soure	24936	93.8	765	2.9	863	3.2	11	0.0	26575
Tábua	14415	90.8	588	3.7	840	5.3	26	0.2	15869
Vila N.ª de Poiares	6947	92.4	313	4.2	247	3.3	11	0.1	7518

Fonte: INE

Os valores do *Recenseamento Geral da População* de 1981 evidenciam uma maior mobilidade geográfica da população residente no distrito em geral, e no concelho de Coimbra em particular. A confirmar esta ideia temos que 34 592 indivíduos, ou seja, cerca de 25% dos residentes no concelho, não são daí naturais² (Quadro 2.12). Vieram de

2 Estes valores, se mantidos os critérios que regeram a elaboração dos censos que contemplaram esta temática (os de 1950 e 1960), deveriam ser ainda mais elevados. De facto, os dados que em 1981 são agrupados na coluna correspondente aos "naturais do distrito de Coimbra" seriam subdivididos em "naturais do concelho de residência" e "naturais de outro concelho do distrito". Dado que a maioria das pessoas tende a deslocar-se para residências próximas das anteriores e a atracção do concelho de Coimbra

outros distritos do Continente, nomeadamente dos do Centro interior (Fig. 2.11): 4 656 são naturais do distrito de Viseu e 4360 do da Guarda. Também os distritos do litoral adjacentes a Coimbra alimentaram significativa corrente migratória: do distrito de Aveiro migraram 3 267 indivíduos e do de Leiria 2 174. As áreas do Continente que menos migrantes forneceram ao concelho de Coimbra foram as do Sul do país (litoral e interior): Faro 385 pessoas; Évora 305; Beja apenas 204 indivíduos.

Quadro 2.12 - Naturalidade da População Residente (1981)

Residência	NATURALIDADE					
	Distrito de Coimbra	Outros Distritos do Continente	Regiões Autónomas dos Açores e Madeira	Ex-Colónias	Estrangeiro	Total
Coimbra (Distrito)	369948	50423	754	10688	4472	436285
Arganil	13864	1163	8	387	85	15507
Cantanhede	35256	2404	25	498	534	38717
Coimbra	104338	27970	546	4526	1519	138899
Condeixa-a-Nova	12079	845	12	168	153	13257
Figueira da Foz	47997	7306	89	2567	594	58553
Góis	5916	383	3	96	36	6434
Lousã	11609	898	4	360	147	13018
Mira	12026	820	11	247	195	13299
Miranda do Corvo	11414	561	4	103	149	12231
Montemor-o-Velho	25984	951	5	207	127	27274
Oliv. do Hospital	21080	1739	25	480	230	23554
Pamp.da Serra	6866	475	1	90	61	7493
Penacova	16111	905	5	157	173	17351
Penela	7195	568	0	203	57	8023
Soure	20449	1631	6	255	229	22570
Tábua	11809	1282	8	245	112	13456
Vila N.ª de Poiares	5955	522	2	99	71	6649

Fonte: INE

se faz sentir sobre os naturais de outros concelhos, é altamente provável que se processe uma mobilidade geográfica intensa entre estes e a sede distrital, bem como entre concelhos vizinhos.

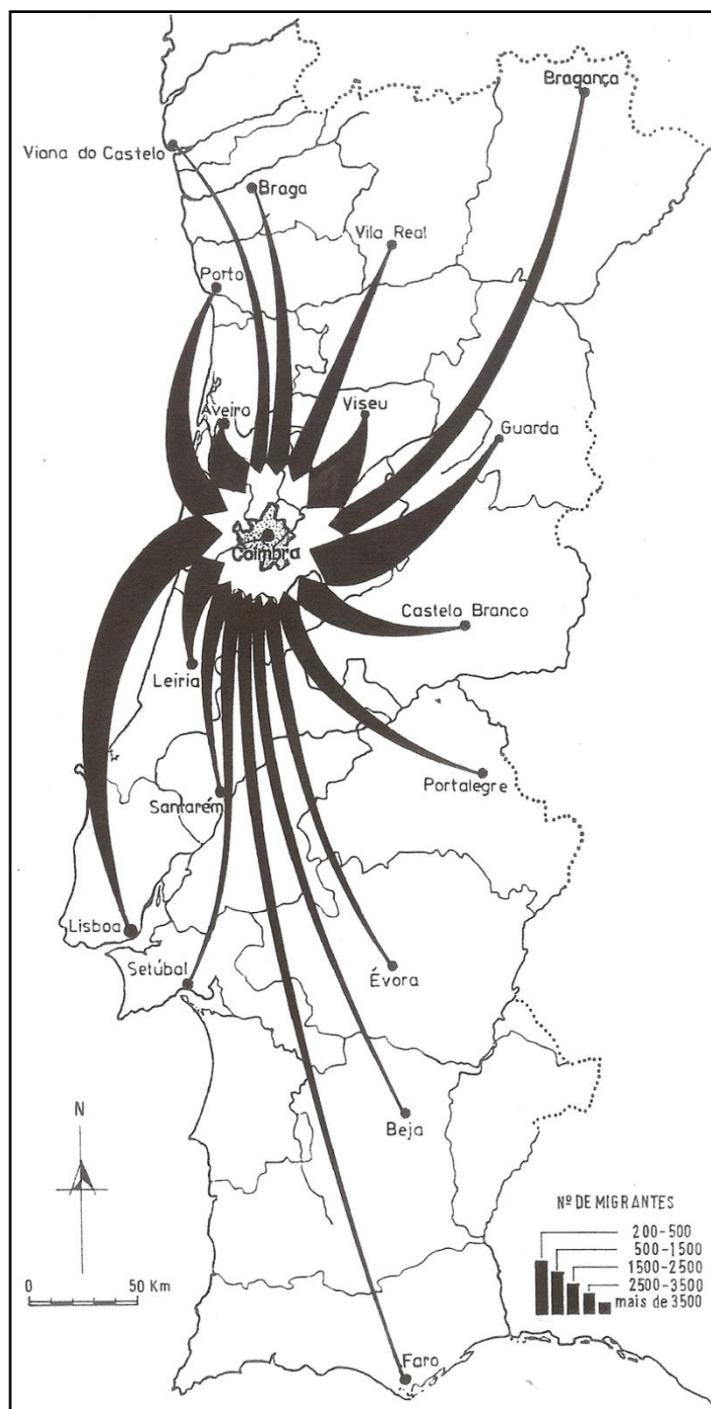


Figura 2.11 - Naturalidade dos residentes do distrito de Coimbra em 1981

Fonte: Recenseamento da População de 1981, INE.

Convém salientar que boa parte dos migrantes que demandaram Coimbra é natural das ex-colónias (4 526 indivíduos, ou seja, 3.3% da população residente). Do estrangeiro são oriundos 1519 residentes (1.1%).

Apesar de Coimbra ser o concelho do distrito que recebe maior quantitativo de pessoas provenientes das Regiões Autónomas, o valor deste fluxo migratório é pouco expressivo (apenas 546 indivíduos, o que corresponde a 0.4%).

Considerando os dados do *Recenseamento Geral da População* de 1981, a análise comparativa entre os concelhos do distrito permite-nos concluir que o de Coimbra detém a mais baixa percentagem de residentes naturais do distrito (75.1%); Figueira da Foz ocupa o segundo lugar, com 82.0%. Este facto reflecte a importância de uma população alógena, quer natural de outros distritos do Continente (12.5%), quer das ex-colónias (4.4%). Relativamente a estas o concelho da Figueira sobrepõe-se mesmo ao de Coimbra (aqui, em 1981, 3.3% dos residentes provinham das ex-colónias). A inversão de posições poderá estar relacionada com a maior disponibilidade de alojamentos naquele concelho, facto que lhe advém da sua qualidade de centro turístico, e a sua ocupação temporária por “retornados”, custeada por serviços de apoio correspondentes.

No que respeita aos elementos da população que nasceram no estrangeiro, os valores percentuais mais elevados encontram-se nos concelhos de Mira e Cantanhede, aliás aqueles onde a emigração teve maior representatividade.³

Parece-nos importante sublinhar que são concelhos limítrofes de Coimbra os que registam maiores valores percentuais de população natural do distrito: Montemor-o-Velho 95.3%; Miranda do Corvo 93.3%; Penacova 92.9%; Condeixa-a-Nova 91.1%. Tal facto poderá reflectir a sua fraca capacidade de atrair uma população alógena mas, para além disso, evidencia também uma certa capacidade de retenção das pessoas da terra. A entrada de naturais das ex-colónias ou até do estrangeiro que, embora baixa, também se verifica, estará, por certo, com ela relacionada: muitos têm nessas comunidades as suas raízes, inserindo-se o regresso num processo de retorno à sociedade de origem.

A análise das migrações da população residente em 1981, tendo como referência o ano de 1973 (Quadro 2.13), permite-nos corroborar o que anteriormente afirmámos - a mobilidade geográfica externa (de e para o exterior do distrito) é pouco significativa nalguns concelhos limítrofes de Coimbra. Continuam a ser os de Montemor-o-Velho e Miranda do Corvo que registam as mais elevadas percentagens de população residente

3 Os concelhos que apresentam frequências emigratórias mais elevadas, tendo como referência o período compreendido entre 1955 e 1984 relativamente à população de 1970, são precisamente o de Mira (23.7%) e o de Cantanhede (22.9%), seguidos pelo de Penacova (20.2%). (M. B. Rocha-Trindade, R. Jacinto e outros, 1988, p.45).

que não mudou de concelho (respectivamente: 83.4, 81.1 %). Em contrapartida, são baixos os índices de imigrantes provenientes do estrangeiro.

Quadro 2.13 - Composição da população em 1981, quanto à proveniência geográfica, segundo as migrações relativamente a 1973 (valores percentuais)

Residência	Não mudaram de concelho	Imigrantes internos	Imigrantes externos	Emigrantes
Coimbra (Distrito)	77.2	4.9	7.1	5.0
Arganil	76.8	5.9	8.0	6.4
Cantanhede	78.5	3.0	7.2	3.3
Coimbra	74.8	6.4	7.5	6.3
Condeixa-a-Nova	79.4	4.9	6.0	2.8
Figueira da Foz	75.0	3.8	10.1	3.8
Góis	80.9	5.2	4.7	7.9
Lousã	75.3	5.8	8.0	4.1
Mira	76.3	3.6	8.0	2.8
Miranda do Corvo	81.1	5.4	3.3	4.1
Montemor-o-Velho	83.4	3.5	2.8	3.4
Oliv. do Hospital	78.3	4.0	6.8	5.2
Pamp.da Serra	80.8	4.2	6.0	12.3
Penacova	79.1	3.9	4.9	3.5
Penela	79.3	3.2	8.4	5.3
Soure	77.4	6.0	6.0	5.7
Tábua	74.6	8.2	5.8	7.9
Vila N.ª de Poiares	80.8	3.8	5.6	3.9

Fonte: INE

Comportamento bem diferente é o detectado nos concelhos de Coimbra e Figueira da Foz, os quais evidenciam quantitativos imigratórios mais expressivos, em simultâneo com relativamente baixos valores percentuais de população que não mudou de concelho. Mais uma vez estamos perante valores que provam a existência de maior mobilidade geográfica, obviamente relacionada com o poder atractivo dos centros urbanos. Com efeito, se considerarmos o saldo migratório verificamos que o concelho de Coimbra sobreleva, de longe, todos os outros (mais 10 543 indivíduos). Segue-se-lhe o da Figueira da Foz, cujo saldo é sensivelmente mais reduzido, mas de qualquer forma ainda elevado (mais 5 910 residentes).

Os saldos mais baixos cabem ao concelho de Pampilhosa da Serra, o qual apresenta mesmo um valor negativo (-161 hab.), e ao de Góis, com um saldo de apenas 129 indivíduos. Estes quantitativos devem-se à reduzida capacidade de retenção dos efectivos populacionais e ao facto de as intensas migrações internas, que se processam essencialmente para Lisboa, não terem sido acompanhadas de emigração para além fronteiras. Se tal se verificasse o saldo migratório poderia sofrer acréscimo significativo, o qual se ficaria a dever em grande parte ao regresso de emigrantes, como sucedeu noutros concelhos do distrito, nomeadamente os da região da Gândara (F. D. CRAVIDÃO, 1988, p. 201).

No Quadro 2.14 estão inscritos os movimentos populacionais efectuados no seio da população residente, tendo como referência o ano de 1979. A sua análise permite-nos confirmar que os concelhos serranos de Pampilhosa da Serra, Tábua e Góis continuam a ser os mais repulsivos. Registam, entre todos os concelhos do distrito, as mais elevadas percentagens de saídas (respectivamente: 3.9, 3.2, e 2.8 %). No período considerado, o saldo migratório é negativo em Pampilhosa da Serra (menos 95 habitantes) e em Góis (menos 19 residentes) e bastante baixo, embora positivo, noutros concelhos do interior do distrito, tais como Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua.

Se considerarmos o poder atractivo dos diversos concelhos, traduzido pela percentagem de "imigrantes", surpreendem-nos, de certo modo, os valores registados em Tábua. Com efeito, eles estão bastante acima da média distrital: 4.0%, contra 2.8% de valor médio, índice que poderá parecer demasiado se estabelecermos analogia com o registado no quadro anterior, para o mesmo concelho. Não podemos, contudo, esquecer que o período temporal naquele contemplado é muito mais extenso (1973-81), contendo movimentos de regresso de residentes das ex-colónias e de emigrantes portugueses na Europa. O período mais recente, para além de mais reduzido, é também dotado de uma dinâmica demográfica mais atenuada. De qualquer forma, os valores registados em Tábua deixam antever um maior dinamismo e alguma capacidade de recuperação do concelho.

Nos anos oitenta (Fig. 2.11) manteve-se a situação de repulsão nos concelhos do interior, com particular destaque para Pampilhosa da Serra. Na verdade, este concelho, juntamente com Torre de Moncorvo, Oleiros e Monchique, apresentou, a nível nacional, uma das mais baixas taxas de saldo migratório interno (C. CAVACO e A. RAMOS, 1994, p. 44). Por seu lado, Góis seguiu-o de muito perto, registando a segunda mais baixa taxa do distrito de Coimbra. Também em Arganil, Oliveira do Hospital, Penela e Soure foi

computado um maior volume de saídas do que de entradas, se bem que, nestes concelhos, a taxa do saldo migratório, apesar de negativa, seja consideravelmente superior à dos anteriormente referidos.

Quadro 2.14 - Composição da população em 1981, quanto à proveniência geográfica, segundo as migrações relativamente a 1979 (valores percentuais)

Residência	Não mudaram de concelho	Imigrantes internos	Imigrantes externos	Emigrantes
Coimbra (Distrito)	95.5	2.1	0.7	2.0
Arganil	95.3	2.3	0.5	2.5
Cantanhede	95.5	1.5	1.1	1.3
Coimbra	95.2	2.6	0.5	2.7
Condeixa-a-Nova	95.8	2.0	0.7	1.2
Figueira da Foz	95.6	1.9	0.9	1.6
Góis	96.0	2.2	0.4	2.8
Lousã	95.3	2.2	0.7	1.7
Mira	95.2	1.5	1.2	1.3
Miranda do Corvo	95.8	2.1	0.5	1.5
Montemor-o-Velho	96.1	1.8	0.4	1.3
Oliv. do Hospital	95.9	1.7	0.6	2.0
Pamp.da Serra	95.7	1.8	0.8	3.9
Penacova	95.7	1.3	1.0	2.1
Penela	96.6	1.4	0.8	2.2
Soure	95.6	2.2	0.6	2.2
Tábua	94.2	2.9	1.1	3.2
Vila N.ª de Poiares	96.2	1.5	0.8	1.3

Fonte: INE

Salienta-se ainda, no distrito, uma faixa, definida pelos concelhos de Cantanhede, Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo, Poiares, Penacova, e Tábua, onde se equilibram os saldos de saídas e de entradas de residentes. Por estranho que, à primeira vista, possa parecer nela se insere também o concelho de Coimbra. Como explicar então este “equilíbrio” num concelho que sabemos ser bastante atractivo? Ora, se é certo que são em número considerável os que demandam Coimbra (por razões profissionais, de estudo, etc.) também não é menos significativo o volume dos que saem. Situação que, aliás, é

típica de áreas de elevado dinamismo sócio-cultural, mas em que não há paralelo desenvolvimento ao nível dos sectores produtivos. No caso de Coimbra, aquele é proporcionado pela oferta de serviços diversificados, nomeadamente de educação, num centro com fortes tradições nesse domínio. O facto de não ter havido correspondente dinamismo no âmbito técnico-económico, justifica a saída de muitos residentes que aqui não encontraram oportunidade de rendibilizar o investimento pessoal feito na sua preparação académica, científica e/ou técnica. A dificuldade em encontrar oportunidades de emprego qualificado que satisfaçam as suas normais aspirações, leva-os a procurar noutras paragens, dotadas de uma maior dinâmica económica, as potencialidades profissionais que aqui não encontraram. Seria interessante analisarmos o perfil dos que saem (idade, formação profissional, motivações e objectivos) no entanto, e já que agora isso não é possível, resta-nos complementar a hipótese antes elaborada referindo que, para além de uma população com credenciais académicas, sai também a que se situa no extremo oposto, isto é, aqueles que possuindo apenas a escolaridade básica (quantas vezes incompleta...) têm a ambição de melhorar o seu modo e nível de vida, procurando atingir, fora, os objectivos que, aqui, dificilmente alcançariam. E partem, frequentemente rumo à Capital.

Destacam-se ainda, no distrito, pelo seu carácter de espaços com algum poder de atracção os concelhos de Mira, Condeixa-a-Nova, Lousã e Figueira da Foz. Em todos eles se registou um saldo migratório positivo, isto é, entraram mais residentes do que partiram. Porquê? Relativamente a Mira, o crescimento poderá dever-se essencialmente ao regresso de emigrantes, o qual terá suplantado as partidas. O mesmo se terá passado com Condeixa, acrescido ainda, neste caso, da fixação de novos residentes, decorrente dos efeitos de difusão urbana, comandados por Coimbra. Quanto à Lousã, para além de ter sido um dos concelhos do distrito que mais cresceu com o retorno de ex-colonos africanos, a fixação de gente proveniente de outros concelhos do distrito, nomeadamente do interior serrano, terá contribuído para acentuar o seu dinamismo demográfico e carácter atractivo, ao qual não é alheio o progressivo desenvolvimento do sector da construção civil e a crescente oferta de habitação, a preços bastante mais moderados do que na urbe coimbrã.

1.2.6. As estruturas etárias

O estudo da composição etária da população tem particular significado não só pelas implicações demográficas que lhe estão associadas, mas também pelas conexões sociais e económicas que permite estabelecer. De facto, "para as populações, como para os indivíduos, a idade é um factor importante a considerar" (D. NOIN, 1979, p. 185), pois são bastante díspares as expectativas geradas no seio de uma população jovem ou, pelo contrário, num contexto demográfico envelhecido. As consequências da estrutura etária repercutem-se a vários níveis, desde o das perspectivas de crescimento demográfico até às características da população activa, condicionando também, indirectamente, as possibilidades de renovação das estruturas de equipamento económico.

Cientes da importância do estudo da estrutura etária, no caso vertente pela necessidade de estabelecimento de analogias em termos de perspectivas de desenvolvimento económico das comunidades, vamos, de seguida, analisar a composição etária e por sexos da população residente nos concelhos do distrito de Coimbra.

1.2.6.1. Populações a caminho do envelhecimento...

A população do distrito de Coimbra, à semelhança do que aconteceu no País, registou, na última década, um considerável envelhecimento, com a classe jovem (0 a 14 anos) a diminuir drasticamente, ao invés do que sucedeu com a população idosa (65 e mais anos), cujo volume aumentou de forma bastante sensível.

Logo numa primeira observação dos dados referentes às idades, se constata que na globalidade dos concelhos estamos, de facto, perante uma população que tende para o envelhecimento, ou está já envelhecida. As classes etárias mais baixas não se destacam nitidamente na base das pirâmides, enquanto as correspondentes aos idosos se mantêm relativamente salientes no topo (Fig. 2.12).

Dentre os concelhos considerados salientam-se, pelo grau de envelhecimento manifestado, os de Góis, Pampilhosa da Serra e Penela, onde os grupos etários de mais de sessenta e quatro anos anexavam em 1981, respectivamente, 23.8, 22.1 e 20.6% da população total, valores que subiram para 29.0, 29.1 e 24.8%, em 1991. Também em

Arganil e Tábua a classe dos idosos está sobre-representada: 24.1 e 22.1%, em 1991, valores que atestam o envelhecimento generalizado do interior do distrito (Anexo I).

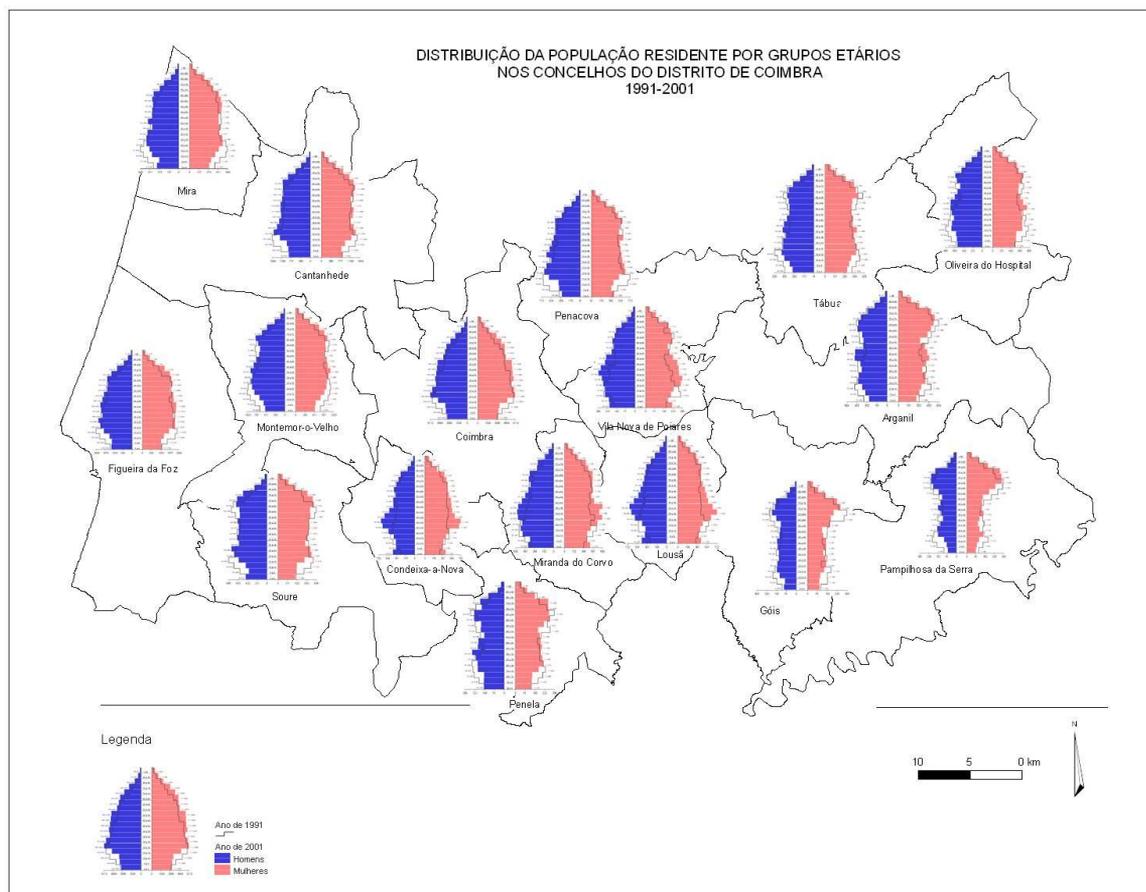


Figura 2.12 – Pirâmides etárias do distrito de Coimbra em 1981 e 2001

Fonte: Recenseamento da População de 1981, INE.

No litoral o envelhecimento populacional é muito menos relevante. Os concelhos de Soure e Condeixa-a-Nova evidenciam, no entanto, características de envelhecimento: detinham, em 1981, 17.6% e 17.0% de residentes com mais de sessenta e quatro anos, e em 1991, 20% e 19,7%, respectivamente.

Na generalidade dos concelhos que referimos, isto é, naqueles que registam maior envelhecimento, detecta-se, nas respectivas pirâmides etárias, uma "classe oca"- a dos trinta e cinco aos trinta e nove anos, em 1981, que corresponde à dos quarenta e cinco a quarenta e nove, em 1991. Esta quebra de adultos, aliada a uma acentuada redução dos efectivos masculinos, reflecte as significativas perdas emigratórias (dirigidas ao

estrangeiro ou aos centros urbanos do litoral) destes municípios. Nos concelhos de Oliveira do Hospital, Poiares, Penela, Montemor-o-Velho e Cantanhede observa-se, também, um sensível recuo na classe etária já referida o que, de igual modo, pressupõe um certo êxodo da população em idade activa.

O concelho de Coimbra apresenta diferenças notórias relativamente ao comportamento demográfico geral. Evidencia um maior equilíbrio na estrutura etária, não registando quebras demográficas significativas, nomeadamente nos grupos etários com maior capacidade de trabalho. Tal facto poder-nos-ia levar a pressupôr que a emigração teve neste concelho pouca relevância. No entanto, os números contrariam esta expectativa provando que, no contexto distrital, o concelho de Coimbra é um dos maiores fornecedores de mão-de-obra ao estrangeiro. Assim, entre 1955 e 1984 daqui saíram 4669 indivíduos, o que lhe confere o terceiro lugar (em valor absoluto...) entre os concelhos do distrito, logo a seguir a Cantanhede e Figueira da Foz. As consequências do êxodo são, contudo, no caso de Coimbra, minimizadas pela fixação de novos residentes oriundos de outros concelhos do distrito ou de outros distritos do Continente. Salienta-se que a pirâmide etária de Coimbra é ainda bastante equilibrada, no entanto, a grande redução dos efectivos demográficos das classes que a suportam, bem evidente em 1991, não augura boas perspectivas futuras.

1.2.6.2. Envelhecimento, (in)capacidade de reposição de gerações e feminização

A análise dos dados contidos no Quadro 2.15, que se referem ao índice de envelhecimento (também designado por índice de vitalidade) ou "ratio" velhos/jovens⁵, em 1981 e 1991, evidencia, de uma forma ainda mais acentuada, o contraste entre o interior serrano e a faixa litoral do distrito de Coimbra.

Na verdade, foi nos concelhos do Pinhal Interior que o envelhecimento demográfico assumiu maior gravidade; na Pampilhosa da Serra, foram computados no recenseamento de 1991 quase duas vezes mais idosos do que jovens (191.9 idosos para 100 jovens), tendo o índice de envelhecimento sofrido um agravamento de 83.5%, entre 1981 e 1991.

5 Obtido através da fórmula: $\frac{\text{população residente com mais de 64 anos}}{\text{população residente com menos de 15 anos}} \times 100$

Situação idêntica ocorreu em Góis, Penela e Arganil que registaram uma “racio” velhos/jovens de 185.7, 161.3 e 136.6 %, o que corresponde a um acréscimo de 62.2, 55.9 e 39% de idosos, respectivamente (Fig. 2.13). Também nalguns concelhos do litoral a situação é preocupante: como já referimos, Condeixa e Soure são disso exemplo, com índices de envelhecimento da ordem dos 122.1 e 124.8%. O concelho de Coimbra é, no distrito, o menos envelhecido. Regista, em 1981, um índice de envelhecimento de 46.6%, passando a 72.4% em 1991.

Quadro 2.15 - O envelhecimento da população, em 1981,1991 e 2001.

Área Geográfica	Índice de envelhecimento		
	1981	1991	2001
Coimbra (Distrito)	61.3	92.3	139.54
Arganil	97.6	136.6	188.2
Cantanhede	53.4	86.6	142.2
Coimbra	46.6	72.4	119.6
Condeixa-a-Nova	86.7	122.1	128.0
Figueira da Foz	55.2	86.4	143.8
Góis	123.5	185.7	268.1
Lousã	67.8	96.0	108.3
Mira	50.5	78.1	126.1
Miranda do Corvo	70.1	93.0	113.0
Montemor-o-Velho	68.9	94.1	150.6
Oliv. do Hospital	67.2	99.3	132.6
Pamp.da Serra	108.4	191.9	373.6
Penacova	55.3	92.4	147.1
Penela	105.4	161.3	218.2
Soure	82.2	124.8	207.5
Tábua	81.5	114.6	153.8
Vila N. ^a de Poiares	72.0	96.6	108.2

Fonte: INE

Seguem-no de perto os concelhos de Mira e Figueira da Foz com respectivamente, 50.5 e 55.2% em 1981, e 78.1 e 86.4% em 1991. Assim, enquanto os concelhos do interior se apresentam francamente envelhecidos, com índices superiores a cem por cento, facto que está sem dúvida relacionado com a carência de infraestruturas de desenvolvimento o que, por sua vez, fomenta o surto emigratório (e vice-versa...), a faixa litoral do distrito apesar de, na sua mais recente trajectória demográfica, manifestar fortes indícios de crescente envelhecimento, está muito longe de atingir aqueles limiares.

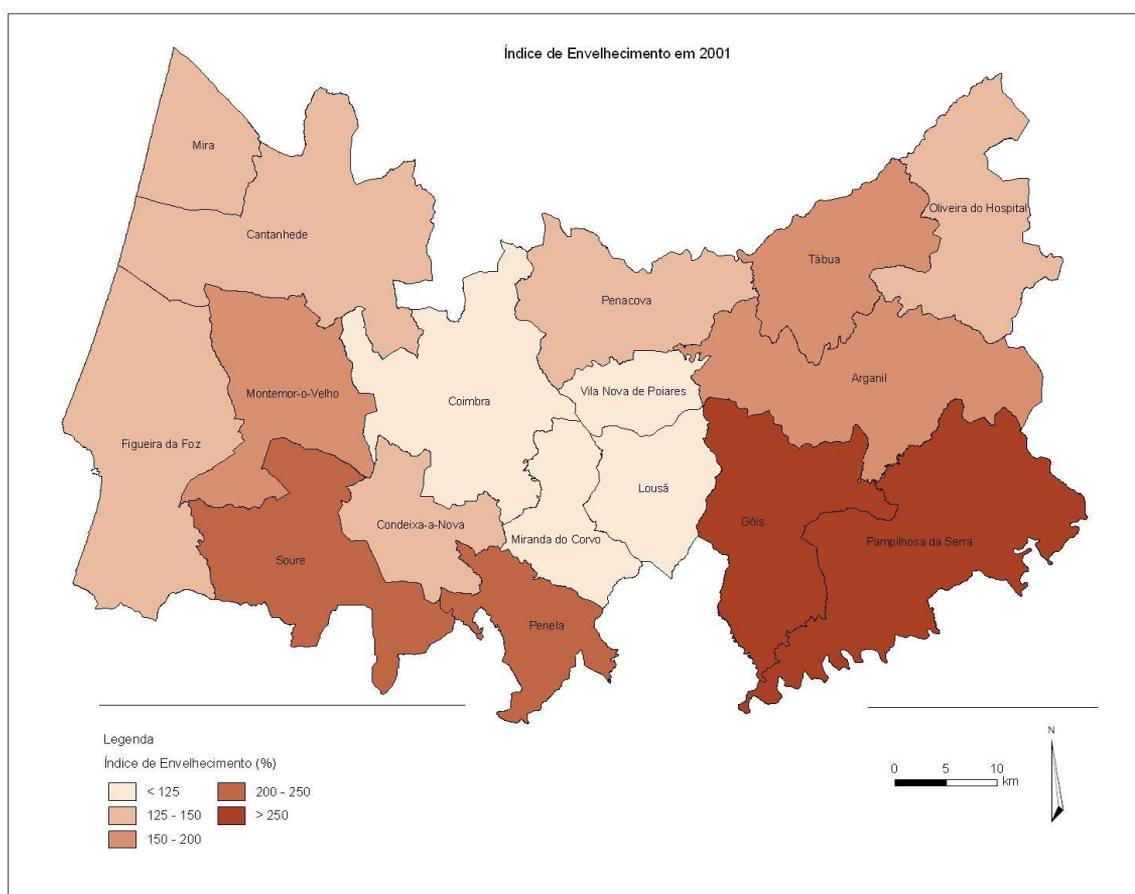


Figura 2.13 – Índice de Envelhecimento no distrito de Coimbra, por concelhos em 2001

Fonte: INE

Situação idêntica ocorreu em Góis, Penela e Arganil que registaram uma “racio” velhos/jovens de 185.7, 161.3 e 136.6 %, o que corresponde a um acréscimo de 62.2, 55.9 e 39% de idosos, respectivamente (Fig. 2.12). Também nalguns concelhos do litoral a situação é preocupante: como já referimos, Condeixa e Soure são disso exemplo, com

índices de envelhecimento da ordem dos 122.1 e 124.8%. O concelho de Coimbra é, no distrito, o menos envelhecido. Regista, em 1981, um índice de envelhecimento de 46.6%, passando a 72.4% em 1991. Seguem-no de perto os concelhos de Mira e Figueira da Foz com respectivamente, 50.5 e 55.2% em 1981, e 78.1 e 86.4% em 1991. Assim, enquanto os concelhos do interior se apresentam francamente envelhecidos, com índices superiores a cem por cento, facto que está sem dúvida relacionado com a carência de infraestruturas de desenvolvimento o que, por sua vez, fomenta o surto emigratório (e vice-versa...), a faixa litoral do distrito apesar de, na sua mais recente trajectória demográfica, manifestar fortes indícios de crescente envelhecimento, está muito longe de atingir aqueles limiares.

1.2.6.3. Uma desigual capacidade de renovação demográfica

Envelhecimento e reposição de gerações progridem em razão inversa. De facto, quando as gerações em idade de procriar são ultrapassadas (em termos quantitativos) pelas mais idosas, as taxas de fecundidade/natalidade tendem a baixar e a capacidade de renovação demográfica pode ser seriamente afectada.

Observando, no distrito e por concelhos, o índice de substituição de gerações⁶ (Quadro 2.16) verifica-se que entre 1981 e 1991 não houve alterações sensíveis na média distrital (de 1.16 passou para 1.17%). Já por concelhos a situação evoluiu de forma diversa, consoante as áreas de localização.

Assim, no interior, os níveis atingidos em 1991 são, em geral, mais baixos do que na faixa litoral. A Pampilhosa da Serra foi o concelho onde a capacidade de reposição de gerações se manifestou mais incipiente (0.81% em 1981 e 0.80 em 1991), logo seguida de Góis (0.79 e 0.88%) e Penela (0.84 e 0.95%, respectivamente em 1981 e 1991). Ainda no interior, destacam-se, pela positiva, os concelhos de Vila Nova de Poiares (de 1.07% em 1981, passou a 1.28% em 1991), Oliveira do Hospital (de 1.12% subiu para 1.23%),

⁶ A relação de substituição de gerações é igual ao quociente entre a população dos quinze aos trinta e nove anos e a população dos quarenta aos sessenta e quatro, vezes cem (Pop. 15 a 39 anos / Pop. 40 a 64 x 100). É certo que os limites etários aqui utilizados podem ser postos em causa. Apenas um exemplo: porquê adoptar como limite máximo de procriação os 39 anos? - Não consideramos oportuno, dado o âmbito do nosso trabalho, discutir critérios estatísticos, pelo que nos limitaremos a utilizar a referida fórmula. Apesar das reservas que esta nos merece, põe em destaque uma das mais importantes consequências sociais do envelhecimento demográfico: a efectiva redução da capacidade de substituição de gerações.

Tábua (que de apenas 0.96% em 1981, passou a registar 1.14% em 1991) e Arganil (de 0.92 passou a 1.07%); os concelhos da Lousã e Miranda do Corvo (que registaram, em 1991, valores da ordem dos 1.18 e 1.16%, respectivamente) evidenciaram, também, um percurso ascendente, embora a um ritmo menos acelerado do que os antes referidos.

Quadro 2.16 - Relação de substituição de gerações e sua evolução entre 1981 e 2001.

Área Geográfica	Relação de substituição de gerações			
	1981	1991	2001	1981/1991
Coimbra (Distrito)	1.2	1.2	1.1	1.0
Arganil	0.9	1.0	1.0	10.5
Cantanhede	1.2	1.1	1.0	-7.7
Coimbra	1.4	1.3	1.1	-4.5
Condeixa-a-Nova	1.0	1.1	1.2	7.4
Figueira da Foz	1.2	1.2	1.0	1.1
Góis	0.8	0.9	1.0	12.2
Lousã	1.2	1.2	1.3	2.3
Mira	1.3	1.2	1.1	-9.2
Miranda do Corvo	1.1	1.2	1.2	5.2
Montemor-o-Velho	1.1	1.1	1.1	4.7
Oliv. do Hospital	1.1	1.2	1.1	10.5
Pamp.da Serra	0.8	0.8	0.8	-1.0
Penacova	1.2	1.2	1.1	0.5
Penela	0.8	1.0	1.1	12.6
Soure	1.0	1.0	1.0	3.1
Tábua	1.0	1.1	1.1	18.6
Vila N. ^a de Poiares	1.1	1.3	1.3	20.6

Fonte: M.P.A.T.

No litoral, Coimbra, apesar de ter sofrido uma ligeira quebra do índice de substituição de gerações no último período intercensitário (-4.5%), foi o concelho do distrito que, em 1991, registou o valor mais elevado (1.30%), logo seguido de Mira (1.19%), Penacova (1.18%) e Figueira da Foz (1.17%). Ainda na faixa litoral a “lanterna vermelha” cabe ao concelho de Soure (0.96% em 1981, contra 0.99% em 1991); os restantes concelhos (Cantanhede, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho), embora

apresentem valores relativamente baixos, posicionam-se acima do limiar de reposição de gerações.

Em resumo, relativamente a este indicador, a assimetria litoral/interior continua a manifestar-se. Apesar da recuperação de alguns concelhos serranos (Tábua, Oliveira do Hospital e Vila Nova de Poiares), ocorrida no último período intercensitário, outros (Pampilhosa da Serra, Góis e Penela) apresentam valores que indiciam alguma incapacidade de renovação demográfica. No litoral, apenas Soure se mantém neste nível; seguem-se Cantanhede, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho, cujos índices, em 1991, estão ainda abaixo da média distrital; nos restantes concelhos os valores calculados, segundo os dados do último recenseamento, são superiores ao do distrito.

1.2.7. Na estrutura da população por sexos, a feminização

Associada à estrutura etária anda sempre uma outra relação importante, quando se trata de caracterizar uma população: a repartição por sexos. Assim, no distrito de Coimbra e à semelhança do que acontece no Continente, para além do acentuado *envelhecimento*, a população residente é também caracterizada por uma nítida *feminização*.

Com efeito, no que diz respeito à repartição por sexos, manteve-se, em 1991, mais elevado o número de mulheres (100 mulheres para 90.5 homens), em termos de média distrital. Entre 1981 e 1991, parece, contudo, delinear-se já uma tendência para o equilíbrio, se bem que de forma ainda insipiente (em 1981 a relação era de 89.5 homens para 100 mulheres) (Quadro 2.17). Tal poderá estar relacionado com a redução da emigração (predominantemente masculina) e, por outro lado, com a maior possibilidade de reconstituição das famílias no local de destino (J. M. NAZARETH, 1988, p. 131). Por outro lado, as mudanças inerentes ao estatuto social das mulheres, com reflexos a nível profissional, de relações familiares e de protagonismo social, leva-as a adoptar comportamentos e hábitos de consumo até agora iminentemente masculinos, cuja repercussão no agravamento da taxa de mortalidade (entre outras...) é evidente. De alguma forma, irão contribuir para o progressivo estabelecimento do equilíbrio entre os efectivos dos dois sexos.

A confirmar a primeira hipótese explicativa temos que, em concelhos de forte incidência emigratória, como Cantanhede, Penela e Soure (Quadro 2.17), se operou nítida

subida da taxa de masculinidade, enquanto noutros municípios, menos afectados pelo êxodo, como Mira e Condeixa-a-Nova, a recuperação do sexo masculino não foi tão acentuada.

Quadro 2.17 - Relação de masculinidade, entre 1981 e 2001

Área Geográfica	Relação de masculinidade			
	1981	1991	2001	1981/91
Coimbra (Distrito)	89.5	90.5	90.8	1.1
Arganil	89.0	90.5	91.8	1.8
Cantanhede	89.9	91.8	92.6	2.1
Coimbra	88.6	88.2	88.3	-0.5
Condeixa-a-Nova	87.1	88.5	89.0	1.6
Figueira da Foz	90.8	91.4	91.3	0.7
Góis	86.0	85.9	89.0	-0.1
Lousã	90.4	92.0	93.4	1.7
Mira	86.6	89.0	90.0	2.7
Miranda do Corvo	96.3	97.9	95.4	1.7
Montemor-o-Velho	92.9	93.5	93.8	0.6
Oliv. do Hospital	90.6	92.7	92.9	2.3
Pamp.da Serra	83.8	85.7	87.0	2.2
Penacova	89.5	90.2	91.6	0.7
Penela	86.3	91.9	94.1	6.4
Soure	90.5	92.9	93.2	2.6
Tábua	89.1	92.5	92.7	3.8
Vila N. ^a de Poiares	87.2	89.7	93.0	2.9

Fonte: M.P.A.T. - D.C.P.

De relevar que o concelho de Coimbra evidenciou um percurso inverso ao da generalidade, isto é, nele baixou ligeiramente a relação de masculinidade⁷. A justificação estará, por certo, relacionada com o seu carácter eminentemente atractivo, o qual incide sobre uma população jovem, nomeadamente estudantil, onde a mulher tem vindo a assumir um cada vez maior protagonismo.

⁷ A relação de masculinidade corresponde ao quociente entre o número total de homens sobre o número total de mulheres, vezes cem (H/M x 100).

Dos restantes concelhos os que registaram maior taxa de feminização, em 1991, foram Pampilhosa da Serra e Góis (respectivamente, 100 mulheres para 85.7 e 85.9 homens). Tal deverá decorrer do seu carácter eminentemente repulsivo, embora de uma forma directa, ou seja: o índice não se agravou apenas porque daqui saíram mais homens do que mulheres, mas essencialmente porque o êxodo geral incidiu sobre uma população jovem (homens e, também, mulheres). Os que ficaram são, na sua maior parte, idosos, sendo, assim, o desequilíbrio entre os sexos mais flagrante. De facto, numa população envelhecida, a “feminização no topo”, decorrente da menor mortalidade e maior esperança de vida das mulheres, traduz-se numa menor taxa de masculinidade, bem visível nas áreas mais interiores do distrito.

1.2.8. A dependência dos não activos: o “peso” dos idosos e a “leveza” dos jovens

A evolução do coeficiente de dependência total⁸ (Quadro 2.18), entre 1981 e 1991, processou-se no distrito, como no país, no sentido inverso ao do índice de envelhecimento. De facto, enquanto este se agravou aquele diminuiu, passando de 59.4% para 52.7%, em termos de média distrital. É certo que esta dinâmica evolutiva não foi extensiva a todos os concelhos do distrito, havendo alguns, no interior do distrito, que sofreram, de forma bem evidente, um agravamento da dependência demográfica. Foram os mais afectados pela regressão, e que conheceram uma alteração mais profunda do seu perfil etário no sentido do envelhecimento, que manifestaram um maior grau de dependência. Temos assim: Góis, que passou de 75.7%, em 1981, para 80.8% em 1991 (o valor mais elevado a nível distrital); Pampilhosa da Serra, de 73.4% subiu para 79.3%; Arganil, que de 68.4%, em 1981, passou a 71.5% em 1991 e, finalmente, Penela, cujos valores pouco oscilaram entre os dois últimos recenseamentos (67 contra 67.3%).

8 O índice de dependência total permite-nos relacionar a população em idade não activa (mas consumidora), com a população em idade activa e, por isso, potencialmente produtora.

É determinado através da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{População dos 0 aos 14 anos} + \text{População com 65 anos e mais}}{\text{População dos 15 aos 64 anos}} \times 100$$

Nos restantes concelhos distritais do Pinhal Interior, apesar do generalizado envelhecimento, o coeficiente de dependência baixou de forma mais ou menos acentuada. Assim, na Lousã operou-se uma quebra intercensos, bastante significativa (-15.9%), registando-se em 1991 um coeficiente de dependência total de 55.3% - o concelho posicionou-se em quinto lugar (considerando este indicador...) na hierarquia distrital; em situação idêntica está Vila Nova de Poiares, que registou uma quebra de 13.6%, no entanto, em 1991 apresentou um coeficiente de dependência ainda de 61.1%; Miranda do Corvo e Oliveira do Hospital tiveram decréscimos da ordem dos 11.8 e 9.8%, contando, no último recenseamento, com 56 e 61 não activos para 100 activos, respectivamente; quanto ao concelho de Tábua, apesar de ter evidenciado uma descida (-4.1%), manteve uma taxa de dependência muito acima da média (70.7%).

Quadro 2.18 - Coeficiente de dependência - 1981/2001

Área Geográfica	Coeficiente de dependência total		
	1981	1991	2001
Coimbra (Distrito)	59.4	52.7	50.6
Arganil	68.4	71.5	66.4
Cantanhede	60.3	53.4	51.4
Coimbra	53.0	44.5	43.6
Condeixa-a-Nova	61.0	55.7	50.3
Figueira da Foz	55.8	50.1	49.4
Góis	75.7	80.8	78.3
Lousã	65.8	55.3	48.8
Mira	61.2	54.3	51.0
Miranda do Corvo	63.5	56.0	52.1
Montemor-o-Velho	60.4	54.2	53.3
Oliv. do Hospital	67.7	61.0	59.0
Pamp.da Serra	73.4	79.3	86.4
Penacova	64.2	57.5	51.6
Penela	67.0	67.3	65.9
Soure	60.5	56.3	58.7
Tábua	73.6	70.7	65.4
Vila N. ^a de Poiares	70.7	61.1	54.8

Fonte: INE

Dos concelhos da faixa litoral, Coimbra foi o que revelou menor taxa de dependência contando, em 1991, com 44.5 residentes em idade não activa para 100 em idade activa, o que corresponde a um decréscimo intercensitário de 16.1%; seguiu-se o concelho da Figueira da Foz com um coeficiente de dependência de 50.1%, equivalente a 10.2% de decréscimo. Convém salientar que todos os concelhos limítrofes de Coimbra revelaram índices de dependência consideravelmente inferiores aos de 1981. Assim, Cantanhede registou uma taxa de 53.4%, em 1991, o que corresponde a uma quebra de 11.4%; Montemor-o-Velho, 54.2% e 10.2% de decréscimo; Condeixa-a-Nova, registou, em 1991, um coeficiente de dependência de 55.7% e um saldo intercensitário de menos 7.8 por cento.

Enfim, o agravamento da dependência demográfica nos concelhos mais interiores (nomeadamente Góis, Pampilhosa da Serra e Arganil) e a generalizada melhoria nos do litoral, contribuiu para acentuar a, já de si bem vincada, assimetria no espaço geográfico distrital (Fig. 2.12).

Da leitura que temos estado a fazer parece ressaltar alguma incongruência. Como entender uma redução do coeficiente de dependência, no mesmo período em que houve um nítido avanço da população idosa? Ora, sabemos que a população em idade activa não aumentou de forma a justificar a redução da taxa de dependência, assim sendo, a justificação terá de residir no decréscimo do volume da população jovem⁹. Este facto é comprovado pela nítida regressão do coeficiente de dependência dos jovens¹⁰ (-25.6%, entre 1981 e 1991, na média distrital) (Quadro 2.19) e pelo agravamento do dos idosos, em todos os concelhos da área considerada, embora, claro, a um ritmo desigual.

No que se refere ao coeficiente de dependência/jovens, os concelhos onde se operaram descidas mais notáveis foram os de: Coimbra (-28.7%), Lousã (-28%), Penacova (-27.8%), Cantanhede (-27.2%) e Figueira da Foz (-25.2%). Tal quebra deve-se

9 Na base desta regressão estão factores microdemográficos, tais como a fecundidade/natalidade, cujo percurso evolutivo não consideramos oportuno aqui analisar, mas que contribuíram, de forma significativa, para modificar o perfil da sociedade portuguesa (J. Ferrão, 1995 e M.J.Valente Rosa, 1995) e, naturalmente, também da Região Centro, onde se insere a área em estudo.

10 O coeficiente de dependência jovens é obtido através da fórmula: $\frac{\text{pop. 0-14 anos}}{\text{pop. 15-64 anos}} \times 100$.

O coeficiente de dependência velhos determina-se pela fórmula: $\frac{\text{pop. 65 anos e mais}}{\text{pop 15- 64 anos}} \times 100$.

à forte redução das classes etárias de base (0-4 e 5-9 anos), o que, naturalmente, corresponderá a uma descida da natalidade. De notar que se localizam maioritariamente no litoral os concelhos que registaram valores de coeficiente de dependência / jovens abaixo da média distrital (Condeixa, Soure, Coimbra), ao invés dos que revelaram possuir coeficiente mais elevado, os quais se localizam, em maior número, no interior (Tábua, Arganil, Oliveira do Hospital, Poiares). Porquê? A hipótese mais plausível parece-nos residir na ainda maior taxa de fecundidade/natalidade dos municípios do interior, decorrente de um contexto socio-económico mais tradicional.

Quadro 2.19 - Coeficiente de dependência dos jovens e dos idosos e sua evolução

Área Geográfica	Coeficiente de dependência Jovens					Coeficiente de dependência Idosos				
	1981	1991	2001	1991/81	1991/2001	1981	1991	2001	1991/81	1991/2001
Coimbra (Distrito)	36.8	27.4	21.1	-25.6	-23.0	22.6	25.3	29.5	12.0	16.6
Arganil	34.6	30.2	23.0	-12.8	-23.7	33.8	41.3	43.3	22.3	4.9
Cantanhede	39.3	28.6	21.2	-27.2	-25.8	21.0	24.8	30.2	18.1	21.6
Coimbra	36.2	25.8	19.8	-28.7	-23.1	16.8	18.7	23.7	10.9	26.9
Condeixa-a-Nova	32.7	25.1	22.1	-21.8	-12.1	28.3	30.6	28.2	8.4	-7.7
Figueira da Foz	35.9	26.9	20.3	-25.2	-24.6	19.8	23.2	29.2	17.0	25.7
Góis	33.9	28.3	21.3	-16.5	-24.8	41.8	52.5	57.0	25.5	8.7
Lousã	39.2	28.2	23.4	-28.0	-16.9	26.6	27.1	25.4	1.9	-6.3
Mira	40.6	30.5	22.5	-25.0	-26.1	20.5	23.8	28.4	15.9	19.5
Miranda do Corvo	37.3	29.0	24.4	-22.3	-15.7	26.2	27.0	27.6	3.2	2.3
Montemor-o-Velho	35.8	27.9	21.3	-21.9	-23.7	24.6	26.3	32.1	6.7	21.9
Oliv. do Hospital	40.5	30.6	25.4	-24.3	-17.1	27.2	30.4	33.6	11.8	10.7
Pamp.da Serra	35.2	27.1	18.3	-22.9	-32.7	38.2	52.1	68.2	36.4	30.9
Penacova	41.4	29.9	20.9	-27.8	-30.1	22.9	27.6	30.7	20.6	11.3
Penela	32.6	25.7	20.7	-21.1	-19.4	34.4	41.5	45.2	20.8	8.9
Soure	33.2	25.1	19.1	-24.6	-23.9	27.3	31.3	39.6	14.5	26.6
Tábua	40.6	32.9	25.8	-18.8	-21.7	33.1	37.7	39.6	14.1	5.1
Vila N.ª de Poiares	41.1	31.1	26.3	-24.4	-15.3	29.6	30.0	28.5	1.4	-5.1

Fonte: INE

Nas áreas litorais, a adopção de comportamentos urbanos, mesmo em concelhos rurais, repercutiu-se na dinâmica decrescente das variáveis demográficas em causa.

Salienta-se, contudo, que estamos perante fenómenos que não se submetem a meras relações de causa/efeito; há múltiplos factores, por vezes aleatórios, que se conjugam, definindo contextos diversos no mesmo âmbito geográfico. É assim que a Pampilhosa da Serra, apesar de concelho tipicamente rural profundo, patenteia um coeficiente de dependência/jovens de apenas 27.1 por cento, valor que se situa abaixo da média distrital. Tal dever-se-à ao seu avançado processo de envelhecimento, com forte redução das classes etárias em idade de procriação e conseqüente recuo das mais jovens. De facto, este foi o concelho que, em 1991, registou o segundo mais elevado coeficiente de dependência/velhos (52.1%), logo seguido de Penela (41.5%), Arganil (41.3%) e Tábua (37.7%). Por sua vez, Coimbra, Figueira da Foz, Mira e Cantanhede posicionaram-se em situação oposta, patenteando as mais baixas taxas de dependência de idosos (respectivamente, 18.7, 23.2, 23.8 e 24.8%,) do distrito.

Do exposto se poderá inferir da forte amplitude desta variável, o que põe bem em evidência a forte dicotomia entre os concelhos do interior e os que se localizam na faixa litoral do distrito (Fig.2.14).

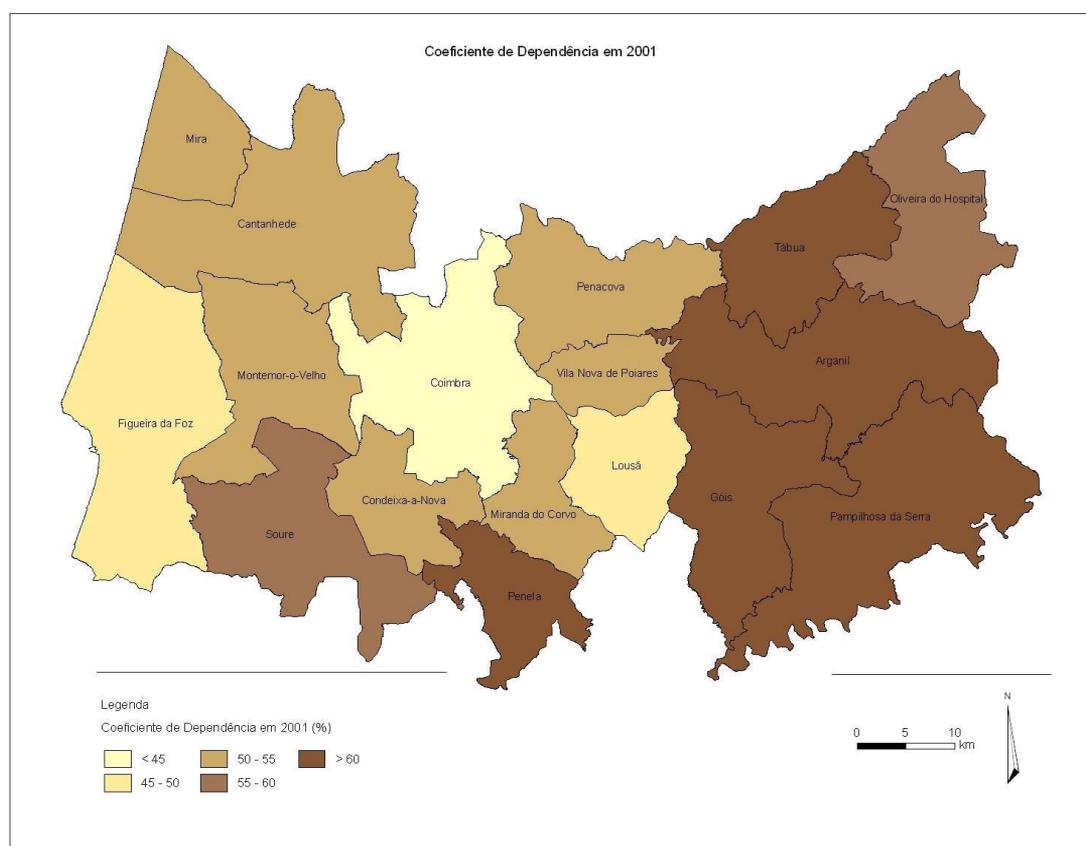


Figura 2.14 - Coeficiente de dependência total, em 2001

Fonte: INE

Da análise que acabámos de efectuar ressalta a tendência para o generalizado envelhecimento da população do distrito, embora algo desigual se considerarmos as duas unidades que o compõem. No interior manifesta-se, de forma bem evidente, a necessidade de tomar medidas tendentes a controlar o processo de envelhecimento geral da população. Este, apesar de menos avançado, é também já bem sensível nalguns concelhos do litoral.

Qualquer uma das áreas distritais pode ainda estar a tempo de inverter o sentido desta progressão, não tanto através das variáveis da dinâmica natural (mortalidade, fecundidade/natalidade), bastante difíceis de controlar, mas essencialmente através da gestão das dinâmicas migratórias, fomentando os movimentos de entrada em detrimento das saídas (M. J. VALENTE ROSA, 1995, p. 48). É certo que apesar da possível adopção das mesmas estratégias globais de atracção populacional, os protagonistas e os mecanismos a accionar para providenciar à sua instalação e fixação, serão necessariamente diversos: - no interior há que criar condições que viabilizem a residência permanente dos naturais que um dia partiram... mas que desejam o retorno, embora não abduquem de condições de vida que incluam conforto, assistência médica, rápida acessibilidade aos serviços de saúde, oportunidades de ocupar, de forma agradável, os tempos livres, entre outros; já no litoral o objectivo deverá centralizar-se na criação de focos de atracção de novos residentes, nomeadamente de jovens activos, proporcionando-lhes oportunidades de trabalho, espaços de convívio e lazer, actividades culturais, etc.

Enfim é preciso transformar a área interior do distrito num espaço onde é agradável viver, cabendo ao litoral manter, ou mesmo ampliar, a sua capacidade atractiva e de fixação de autóctones. Em ambos os casos não podem ser descurados, para além do esforço no sentido do desenvolvimento económico (endógeno ou dependente), aspectos tão importantes como a preservação paisagística e a manutenção do equilíbrio ecológico, ainda mais relevantes numa área que se pretende com vocação residencial.

1.3. Estrutura da população activa

A análise evolutiva da estrutura da população activa permite-nos fundamentar e compreender algumas das transformações operadas ao nível da dinâmica de

desenvolvimento de uma região e as suas interferências na organização espacial da mesma.

A transferência de população entre os diversos sectores de actividade se, por um lado, reflecte a evolução do desenvolvimento urbano-industrial, proporciona também sensíveis transformações (por vezes mesmo mutações...) na ocupação e uso do solo, no fluxo de pessoas e bens e até na distribuição do povoamento. Além disso, "a evolução da estrutura da população activa é também um indicador do tipo e do ritmo de desenvolvimento de um país e das regiões que o compõem" (J. GASPAR, 1987, p. 51).

A primeira metade deste século caracterizou-se, do ponto de vista da actividade dominante, pelo predomínio da agricultura, não só a nível do distrito de Coimbra mas de todo o país. Foi a partir da década de cinquenta que se começaram a delinear os primeiros sinais de mudança no sentido do crescimento do sector secundário. De início bastante tímido e incipiente, o processo de desenvolvimento industrial foi adquirindo alguma firmeza, coesão e capacidade indutiva, gerando-se posterior impacto desenvolvimentista no sector dos serviços.

Apresentamos em seguida a evolução operada em cada um dos sectores de actividade. À escala distrital, pareceu-nos conveniente analisar o período compreendido entre 1950 e 1991, por quanto foi nele que decorreram as transformações mais sensíveis na estrutura da população activa. Utilizámos os Recenseamentos de 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991 para proceder a esta análise.

Apesar de privilegiarmos o tratamento e interpretação dos dados computados através dos Recenseamentos de 1981 e 1991, tentaremos delinear um processo evolutivo baseado no estabelecimento de analogias entre os elementos fornecidos pelas várias fontes consultadas, tendo sempre presente a diferença dos critérios que presidiram à elaboração das mesmas.

1.3.1. Taxas de actividade

A progressão da taxa de actividade¹¹ reflecte, de algum modo, o processo evolutivo do desenvolvimento económico de uma região. O seu valor será tanto mais elevado quanto maior for o número de activos no cômputo geral da população residente. Está

¹¹ Taxa de actividade: relação entre a população activa e a população residente, e expressa em termos percentuais.

estritamente relacionada com outros factores, nomeadamente os que se prendem com a idade de entrada no mundo do trabalho (limiar mínimo), a qual, por seu lado, depende do nível etário da escolaridade obrigatória, e da idade legal de saída do sector laboral (limiar máximo), que coincide com a idade da reforma.

No período considerado, a evolução da taxa de actividade média distrital não sofreu grandes oscilações (Quadro 2.20). De facto, de 35.3% em 1950 passou a 40.0% em 1991, tendo-se apenas registado uma quebra sensível em 1970 (baixou para 34.5%), sem dúvida relacionada com o surto emigratório que nos anos sessenta afectou o país, para além da inclusão de grande parte das mulheres em “domésticas”, nas sociedades tradicionais e rurais.

Quadro 2.20 - Taxa de actividade

Área Geográfica	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Coimbra (Distrito)	35.3	35.2	34.5	37.8	40.0	43.1
Arganil	38.8	30.7	31.8	28.1	33.0	41.0
Cantanhede	34.9	36.0	36.6	46.3	44.6	42.5
Coimbra	38.8	37.9	36.0	39.9	44.1	46.9
Condeixa-a-Nova	31.3	37.2	35.7	34.9	38.3	43.2
Figueira da Foz	38.0	36.4	34.1	38.6	39.0	42.3
Góis	35.1	32.1	38.5	34.1	25.9	36.5
Lousã	33.6	34.4	32.3	32.2	37.1	44.8
Mira	33.9	33.0	32.6	47.2	44.9	40.3
Miranda do Corvo	33.1	36.6	31.3	33.8	38.3	43.6
Montemor-o-Velho	33.9	35.3	33.8	38.5	38.1	40.4
Oliveira do Hospital	32.5	32.0	32.3	35.7	38.2	41.0
Pampilhosa da Serra	27.6	30.3	39.7	31.9	25.4	33.5
Penacova	32.5	31.1	33.2	32.0	37.1	41.5
Penela	28.5	35.7	35.0	29.9	31.2	36.8
Soure	38.1	34.6	34.5	33.5	34.5	37.9
Tábua	31.3	34,5	29,4	31,3	36,0	37,3
Vila Nova de Poiares	29.1	32,8	27,3	30,6	36,5	41,4

Fonte: INE

Em 1950 é já notório o contraste espacial das taxas de actividade, no distrito de Coimbra. Com efeito, o valor mais baixo regista-se no interior serrano, mais concretamente no concelho de Pampilhosa da Serra (27.6%), enquanto o de Coimbra detém a taxa mais elevada (38.8%). Há no entanto que sublinhar o facto de algumas circunscrições administrativas do interior, como Arganil e Góis, apresentarem uma taxa de actividade relativamente alta (38.8% e 35.1%, respectivamente), o que parece indicar que o contraste litoral/interior ainda não se evidenciava com nitidez.

Através dos dados referentes a 1960 verifica-se que a dicotomia começava a acentuar-se. De facto, operou-se uma quebra da taxa de actividade em alguns concelhos interiores (Arganil, Góis e Oliveira do Hospital), enquanto noutros do litoral (Cantanhede, Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova) se registaram significativas subidas.

A tendência anteriormente delineada parece-nos sofrer nítida inversão, quando nos confrontamos com os dados relativos a 1970. Com efeito, segundo o Recenseamento de 1970 são os concelhos serranos de Pampilhosa da Serra e Góis que registam valores percentuais mais elevados (39.7% e 38.5%, respectivamente). Poderá tal facto dever-se a diferentes critérios dos agentes recenseadores ou pelo contrário, corresponde a uma situação concreta que decorre da saída de muitas famílias que demandam a capital ou outras cidades do litoral?

A primeira hipótese parece-nos plausível, se tivermos em conta as vicissitudes que rodearam este recenseamento, desde a recolha dos dados até à sua publicação, embora o surto migratório possa não ser completamente estranho ao processo. Com efeito, e ao contrário do que sucede na emigração para o estrangeiro, nas migrações internas, em regra, não é apenas o homem que abala da terra, também a mulher o acompanha, pelo que a "sangria" demográfica não dá origem a desequilíbrio entre os quantitativos relativos aos dois sexos. Tal facto poderá constituir uma justificação para a sobrevalorização da taxa de actividade nestes concelhos, comparativamente àqueles onde a emigração para o estrangeiro dominou. Na verdade, quanto maior for a percentagem de mulheres na população residente menor será a taxa de actividade, já que muitas delas, apesar da sua real participação na vida económica, nomeadamente no sector agrícola, foram consideradas inactivas.

Em 1981, a taxa de actividade distrital ascende a 37.8%, sendo apenas cinco os concelhos que registam valores acima da média. Deve salientar-se o facto de todos eles se

localizarem no litoral (Cantanhede, Mira, Coimbra, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho), o que vem contribuir para acentuar a já bem evidente assimetria entre o litoral e o interior do distrito. Aqui, os valores da taxa de actividade situam-se francamente abaixo da média (Vila Nova de Poiares 30.6%, Tábua 31.3% e Pampilhosa da Serra 31.9%).

Segundo os dados do Recenseamento de 1991, os concelhos distritais do Pinhal Interior revelam-se como áreas cada vez mais depauperadas. Assim, em Pampilhosa da Serra e Góis apenas um quarto da população residente é potencialmente activa (25.4 e 25.9%, respectivamente), enquanto nos concelhos do Baixo-Mondego se operou nítido aumento da população em idade activa, com destaque para: Coimbra (44.5%), Figueira da Foz (39.0%) e Condeixa-a-Nova (38.3%). Nos concelhos Gandarezes de Mira e Cantanhede, a taxa de actividade atinge também valores significativos (44.6 e 44.9%, respectivamente).

Através da Figura 2.15, podemos sintetizar o comportamento, em termos evolutivos e espaciais, da taxa de actividade. Assim, enquanto alguns concelhos evidenciaram uma dinâmica claramente descendente, como Pampilhosa da Serra, Góis, Arganil (este, no entanto, revelou, na última década, algum poder de recuperação) e Soure (cujos máximos ocorreram em 1950, estando praticamente estabilizado desde 1960), outros há que patentearam bom ritmo de crescimento: tais são os casos de Mira e Cantanhede (apesar de terem registado, no último decénio, uma ligeira quebra); Coimbra, que revelou o percurso mais equilibrado, sendo também um daqueles onde se operou, entre 1981 e 1991, um significativo aumento da taxa de actividade. De sublinhar que alguns concelhos do interior do distrito, como: Vila Nova de Poiares, Lousã, Miranda do Corvo e Oliveira do Hospital têm vindo a manifestar capacidade de inverter a dinâmica negativa em que têm estado inseridos.

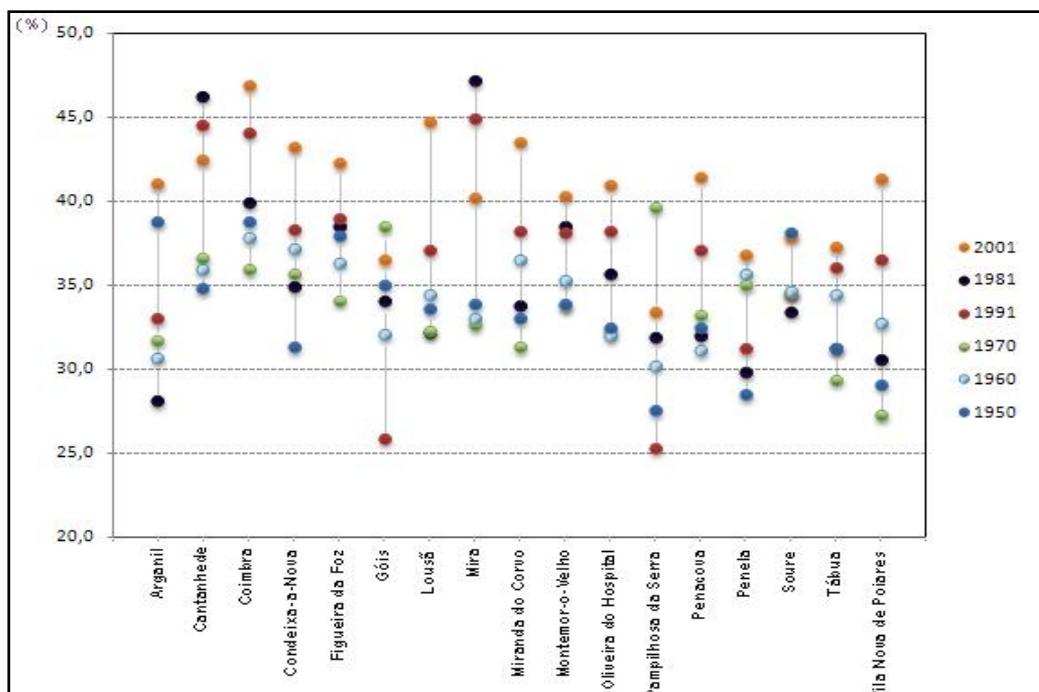


Figura 2.15 - Evolução da taxa de actividade entre 1950 e 2001

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.

1.3.2. A população por sectores de actividade: as etapas de um percurso

O declínio da importância da população activa agrícola e a concomitante modificação estrutural do sector primário estiveram, historicamente, inerentes ao processo de desenvolvimento global da economia. Com efeito, a integração da agricultura nos mecanismos económicos postulou a mobilidade intersectorial e geográfica. O crescimento económico, através da criação de oportunidades de emprego noutros sectores de actividade, fomentou a transferência geográfica e profissional: indivíduos nascidos no campo e até aí integrados no sector agrícola, procuraram trabalho fora dele. Seduzidos pela perspectiva de melhores condições de vida, proporcionadas por estabilidade de emprego e melhor remuneração, abandonaram total ou parcialmente a agricultura. Esta saída de mão-de-obra foi, e é ainda, normalmente, acompanhada de intensa movimentação no seio do espaço rural ou deste para o espaço urbano.

Se ao êxodo agrícola se associar o êxodo rural ou se se estabelecerem correntes migratórias para o estrangeiro, as alterações estruturais serão ainda mais acentuadas. Para

além da redução do número de activos agrícolas e da alteração da sua estrutura etária, verificar-se-ão, também, sensíveis mudanças na composição por sexos, desempenhando a mulher importante papel neste processo mutacional (M. L. ROXO MATEUS, 1986, p. 335).

Analisaremos, em seguida, as transformações ocorridas, nesta segunda metade do século, no seio da população activa, nos vários concelhos do distrito de Coimbra. Tentaremos interpretar a mobilidade intersectorial associada às mudanças estruturais operadas. Daremos especial relevância a um importante fenómeno daí decorrente - a feminização da população activa.

1.3.2.1. Por meados do século, dominava a agricultura... no país e no distrito

Cabe aqui fazer um breve parêntesis para esboçar o percurso da actividade agrícola no país para, depois, estabelecer analogia com a região: desde princípios deste século que se tem vindo a operar uma progressiva diminuição da população activa agrícola. Segundo o Censo de 1900, 65% da população activa masculina trabalhava na agricultura; em 1911, 59%, em 1930, 55%; em 1940, 52% e em 1950 51% dos activos portugueses estavam adstritos ao sector agrícola (E. C. CALDAS, 1978, p. 214).

A partir de 1950 a redução da população activa agrícola acelerou-se, o que nos leva a admitir a existência de mobilidade profissional orientada da agricultura para outras actividades, nomeadamente a construção civil, pouco exigente no que se refere a especialização de mão-de-obra, (C. CAVACO, 1981, p.3) como reflecte o êxodo rural dirigido para o exterior do país. De facto, a grande quebra operada no período intercensitário 60-70 (cerca de 500 000 activos), não pode ser imputada exclusivamente à mobilidade inter-sectorial mas deriva, sobretudo, da saída para o estrangeiro.

No período compreendido entre 1970 e 1981, marcado pelo regresso de numerosos residentes das ex-colónias e pelo retorno de muitos emigrantes, o valor total da população activa portuguesa sofreu um acréscimo considerável (+22.5%), enquanto a população activa agrícola diminuiu (-25.8%). O desequilíbrio verificado deverá relacionar-se com o aumento do emprego noutros sectores. Por outro lado, a conjuntura geral de retorno demográfico não foi, de todo, favorável à expansão do trabalho agrícola. Muitos dos que regressaram não optavam, deliberadamente, pela agricultura como sector laboral, preferindo outras ocupações, para além de que, à escassa procura, correspondia idêntica oferta.

Enfim, enfrentando vicissitudes várias, a economia e, neste caso específico, a agricultura portuguesa foi descrevendo um percurso, mais ou menos sinuoso, no sentido do desejado desenvolvimento. A redução de efectivos agrícolas, não acompanhada da correspondente reestruturação e modernização de equipamentos, constituiu um dos “handicaps” a ultrapassar. Num período de cerca de quarenta anos, operou-se, no país, uma descida bastante significativa da população afectada à agricultura. Esta deixou de deter mais de metade da população activa, para empregar menos de um quinto (18.2%), em 1981, proporção que desceu para pouco mais de dez por cento em 1991.

No distrito de Coimbra verificou-se, igualmente, uma descida acelerada dos efectivos agrícolas. Assim, Em 1950, mais de metade da população activa do distrito de Coimbra estava afectada ao sector primário (58.1%). Apenas os concelhos urbanos de Coimbra e da Figueira da Foz registavam valores inferiores à média distrital (28.8% e 55.3%, respectivamente) (Quadro 2.21).

Quadro 2.21 - Efectivos populacionais afectos ao sector primário (%)

Área Geográfica	Sector primário	
	HM	%
Coimbra (Distrito)	90079	58.1
Arganil	5973	70.9
Cantanhede	10100	72.5
Coimbra	10956	28.8
Condeixa-a-Nova	2999	68.3
Figueira da Foz	11945	55.3
Góis	2918	75.0
Lousã	2960	57.0
Mira	3316	74.8
Miranda do Corvo	3437	75.2
Montemor-o-Velho	6918	73.0
Oliv. do Hospital	5582	59.1
Pamp.da Serra	3383	82.9
Penacova	4230	65.4
Penela	2399	79.9
Soure	7492	75.0
Tábua	3706	66.5
Vila N.ª de Poiares	1610	67.3

Fonte: Recenseamento da População de 1950, INE

Dos restantes concelhos, salientam-se, pela sua elevada percentagem de activos primários, os de Pampilhosa da Serra (82.9%), Penela (79.9%), Miranda do Corvo (75.2%), Góis (75.0%), Soure (75.0%), Mira (74.8%) e Montemor-o-Velho (73.0%). Foram, contudo, diversos os factores que condicionaram tão elevados volumes de efectivos. Assim, apesar de, em todos estes municípios e por meados do século, a ligação à terra decorrer mais da carência de oportunidades de emprego noutros sectores de actividade, do que de uma verdadeira capacidade atractiva do sector primário, nos de Soure e Montemor-o-Velho, as favoráveis condições edafológicas (a fertilidade das aluviões do plaino do Mondego), climáticas e hídricas proporcionaram a prática de uma agricultura rica (se considerarmos o contexto regional) e constituíram factores de fixação de uma população que, aqui, tardou mais em sair (da actividade agrícola...). Mira, situada em plena faixa litoral, tradicionalmente voltada para o mar, é parte integrante da Gândara, onde a agricultura constitui o eixo à volta do qual gravitava (e ainda gravita...) uma laboriosa população.

No decénio 1950-60 registou-se uma descida significativa da população activa agrícola, menos 7 561 efectivos, enquanto a activa total sofreu uma quebra de apenas 2 262. Apesar disso, no início da década de sessenta era o sector primário que continuava a deter maiores efectivos demográficos, não só no distrito como na generalidade dos concelhos. A excepção cabe ao de Coimbra, onde somente 19.4% da população residente estava adstrita ao sector primário. Apenas o concelho de Tábua apresentou um ligeiríssimo aumento da população activa agrícola (+0.8%), enquanto todos os outros registaram decréscimos, relativamente ao censo anterior.

Segundo o Recenseamento de 1970, verificou-se, em termos de média distrital, uma grande quebra na população activa do sector primário (menos 26 579 efectivos o que corresponde a -12.3%), facto tanto mais significativo porquanto a população activa do distrito se viu reduzida em 15 642 indivíduos. Em todos os concelhos se operaram assinaláveis reduções, facto ao qual não é alheio o forte surto emigratório que, neste período, se fez sentir, o qual funcionou como um factor de aceleração da tendência decrescente que há muito se delinea. Na verdade, foram os mais carenciados (e de áreas mais desfavorecidas...) que mais fortemente participaram no processo emigratório, na ânsia de melhorarem o seu nível de vida e padrão económico. E, entre eles, estão os activos agrícolas, nomeadamente pequenos agricultores e assalariados, situação que se repercutiu na acentuada descida demográfica do sector primário.

Entre 1970 e 1981 desencadearam-se significativas transformações na distribuição da população activa por sectores de actividade, no distrito de Coimbra. O sector primário perdeu 13 970 indivíduos (-14.1%) enquanto o secundário registou um acréscimo de 19 712 e o terciário de 21 383 activos. Deste modo, em 1981, a população activa afecta ao sector primário correspondia a 25.2% do total da população recenseada como activa, valor que, apesar da quebra verificada, ainda se encontra bastante acima da média do Continente (19.2%).

Neste período, o concelho de Coimbra é cenário de uma das mais significativas descidas da população activa agrícola - menos 2 631 indivíduos (-54.9%) - passando a deter apenas 3.9% de activos agrícolas. Parece-nos também de sublinhar o facto de apenas os concelhos de Cantanhede e Mira terem registado uma subida, aliás bastante acentuada, dos efectivos agrícolas (mais 1797 e 1195 activos, respectivamente), facto que reflecte a importância que a agricultura tem mantido na Gândara (F. Cravidão, 1988, p. 192). Estes dois concelhos, bem como o de Pampilhosa da Serra, têm ainda, em 1981, mais de metade da sua população activa afecta à actividade agrícola; seguem-se-lhe os concelhos de Góis (45.7%), Penela (41.7%), Montemor-o-Velho (38.4%), Tábua (38.0%) e Soure (35.7%).

Dentre os concelhos que patenteiam menor valor relativo de população agrícola destaca-se, para além de Coimbra, o da Lousã, com apenas 10.4%. As causas destes baixos quantitativos poderão estar relacionadas, directa ou indirectamente, com a facilidade de acesso ao principal centro urbano regional. A boa ligação a Coimbra, por via férrea ou rodoviária, proporciona a aproximação, gerando oportunidades de emprego terciário ou secundário, as quais se somam às que decorrem do desenvolvimento do próprio concelho; Figueira da Foz, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares registam valores percentuais muito próximos da média distrital, respectivamente: 24.1, 24.3 e 25.7% de população activa no sector primário. No que se refere ao concelho da Figueira da Foz, há que ter em consideração o significado económico da actividade piscatória neste concelho e o peso demográfico dos que lhe estão afectos. Quanto aos concelhos de Miranda e Poiares, tradicionalmente voltados para a agricultura e a exploração florestal, os valores registados poderão ser considerados relativamente baixos e evidenciar já uma nova dinâmica, à qual não é alheia a renovação e ampliação da rede viária, facto que tem contribuído, decisivamente, para que se criem condições endógenas de desenvolvimento.

Os dados relativos ao censo de 1991 reforçam o sentido da mudança. O sector primário evidenciou, a nível distrital, uma forte quebra de efectivos, aproximando-se a sua média (13.9%) da do país (11.2%). Por concelhos, mantêm baixos valores Coimbra (2.4%) e Lousã (4.7%), situando-se no pólo oposto Mira (39.8%) e Cantanhede (35.7%).

No Distrito de Coimbra, como em qualquer área submetida a um processo de desenvolvimento económico, assiste-se ao declínio da população activa agrícola e paralelo aumento da não agrícola. Elevam-se, os quantitativos da população consumidora enquanto decrescem os da população produtora¹².

Assim, à medida que a industrialização e a terciarização avançam, declina a população activa agrícola e aumenta a não agrícola, em regra, a um ritmo mais acelerado do que aquela decresce. Dado que qualquer processo de desenvolvimento é sempre acompanhado, no seu início, de crescimento demográfico, verifica-se um decréscimo do valor relativo da população activa agrícola. Com a aceleração do processo, acentua-se a descida, agora em termos absolutos.

Ao momento em que a força de trabalho agrícola começa a declinar em valor absoluto, alguns autores dão a designação de "turning point" (momento de viragem, ponto de mudança). Quanto mais alta for a percentagem de população activa agrícola e maior o aumento demográfico, mais tardio será o "turning point" (D. Grigg, 1982, p. 110).

No caso português o ponto de mudança, isto é, o marco temporal a partir do qual se verificou a descida da população activa agrícola situa-se por meados do século. De facto, é a partir de 1950 que se assiste a uma diminuição, em termos absolutos, da população activa agrícola havendo, no entanto, que salvaguardar a especificidade da situação portuguesa. Com efeito, o decréscimo operado no nosso país ficou a dever-se mais a fenómenos de êxodo agrícola decorrentes dos movimentos de emigração em massa, do que a transferências intersectoriais da força de trabalho. A importância assumida pelos fluxos migratórios, especialmente nos anos sessenta, é o grande factor responsável pela

12...O crescimento da população activa não agrícola pressiona, de certo modo, o aumento da produtividade agrícola, podendo a relação ideal entre as duas variáveis ser traduzida pela fórmula: $Sg = \left(\frac{\dot{f}}{f}\right) \left(\frac{Nf}{Ng}\right)$ em que: Sg é igual à percentagem de crescimento da população activa não agrícola; $\left(\frac{\dot{f}}{f}\right)$ corresponde à percentagem anual de aumento da produtividade no sector agrícola; Nf é a percentagem da população activa agrícola; Ng representa o valor relativo da população não agrícola (D. GRIGG, 1982, p.107).

descida, assistindo-se, a partir de meados da década de setenta, a uma gradual ascensão dos sectores secundário e terciário.

Nos períodos posteriores, o decréscimo, em termos relativos e absolutos, da população activa agrícola acentuou-se, já não tanto em função do êxodo, mas do regresso dos que tendo saído da agricultura, na volta nela não ingressaram, indo antes preencher lugares de um sector terciário em crescimento acelerado, ou limitando-se a investir, frequentemente em bens imobiliários, o capital amealhado no exterior. Quando muito praticam, uma pequena agricultura de complemento o que, como é evidente, não é suficiente para os classificar como profissionais agrícolas.

Pelo exposto se infere que o ponto de mudança da estrutura da população activa em Portugal e no distrito de Coimbra (o qual, como tivemos oportunidade de referir, é aqui um pouco mais tardio: 1960), não coincide com um arranque nítido do processo de desenvolvimento económico nem corresponde a aumento da produtividade agrícola derivada da dinamização do sector. Este, apesar da quebra de volume dos seus efectivos demográficos, não foi suficientemente apoiado, reestruturado e modernizado, de forma a ultrapassar a crise conjuntural em que mergulhou.

1.3.2.2. A população na indústria e no comércio e serviços: estagnação e avanço, diferidos e localizados

1.3.2.2.1. Na indústria

Ao sector secundário estavam afectos, em 1950, no distrito de Coimbra, 18% do total de activos. Em cinco concelhos registaram-se valores acima da média: Coimbra (28.3%), Oliveira do Hospital (24.8%), Lousã (23.5%), Penacova (22%) e Figueira da Foz (18.6%) (Quadro 2.22).

Em 1960, verificou-se um aumento de 3.7% na média distrital passando, a população adstrita ao sector transformador a ser de 21.7%. A generalidade dos concelhos evidenciaram subidas, se bem que atenuadas, destacando-se, pela regressão, apenas os concelhos de: Penacova, cuja população activa secundária sofreu uma significativa redução de 7.5%, e Miranda do Corvo, que registou um pequeno decréscimo (-1%).

Entre 1960 e 1970, apesar do decréscimo generalizado da população activa, os efectivos demográficos afectos ao sector secundário tiveram, no distrito, um aumento de 590 indivíduos, o que se traduziu numa subida de 2.8 pontos percentuais.

Quadro 2.22 - Efectivos populacionais afectos ao sector secundário (%)

Área Geográfica	Sector secundário	
	HM	%
Coimbra (Distrito)	27966	18.0
Arganil	1254	14.9
Cantanhede	1512	10.9
Coimbra	10762	28.3
Condeixa-a-Nova	647	14.7
Figueira da Foz	4012	18.6
Góis	384	9.9
Lousã	1218	23.5
Mira	341	7.7
Miranda do Corvo	525	11.5
Montemor-o-Velho	840	8.9
Oliv. do Hospital	2341	24.8
Pamp.da Serra	286	7.0
Penacova	1420	22.0
Penela	271	9.0
Soure	869	8.7
Tábua	968	17.4
Vila N.ª de Poiares	316	13.2

Fonte: INE

Em 1970, no distrito de Coimbra, o sector transformador detinha 24.5% da população activa. Por concelhos destacaram-se, pelo crescimento sectorial e pelos limiares atingidos, Lousã (35.7%) e Miranda do Corvo (31.3%); quanto a Coimbra, apesar do valor registado (31.8%), sofreu um ligeiro decréscimo (-3%) o que, em contraponto, indicia uma dinâmica de desenvolvimento no sentido da terciarização.

Segundo o Recenseamento de 1981 os efectivos demográficos integrados no sector secundário correspondiam a cerca de um terço da população activa distrital (32.4%),

tendo sofrido um aumento em valor absoluto, de 19712 indivíduos. Destacam-se no contexto distrital os concelhos da Lousã (49.2%), Oliveira do Hospital (44.1%), Arganil (40.6%), Penacova (39.7%) e Figueira da Foz (38.2%).

De salientar que esta evolução, francamente positiva, nem sempre está relacionada com um verdadeiro processo de desenvolvimento industrial, fomentado pelas autarquias locais através da concessão de incentivos vários (preços vantajosos na aquisição de terrenos para instalação de unidades industriais, boa infraestruturização de parques industriais, etc.) ou accionados exclusivamente por entidades privadas. Na verdade, o crescimento verificado, na maior parte dos casos referenciados, tem muito a ver com a construção civil e obras públicas que, a partir de meados da década de setenta, evidenciaram notável dinamismo, nomeadamente nalguns concelhos do Pinhal Interior, registando-se um verdadeiro "boom" ao nível da edificação de imóveis residenciais e infraestruturas de equipamento colectivo. Este fenómeno é particularmente visível no concelho da Lousã, onde o afluxo de ex-emigrantes e "retornados", este bastante elevado no contexto distrital, o justifica.

É de destacar o facto de o concelho de Coimbra ocupar, em 1981, o sétimo lugar, em termos de população activa afectada ao sector secundário, dentre os concelhos do distrito, enquanto em 1970 estava em segundo lugar, precedido apenas pelo da Lousã. A actual tendência para a terciarização das sociedades urbanas, em detrimento da função secundária, está aqui bem patente; de facto, enquanto os concelhos vizinhos de Coimbra tentam incentivar e desenvolver o seu parque industrial aquele estagna, deixando-se ultrapassar por autarquias que, há cerca de um decénio, não eram mais do que reservatórios de mão-de-obra, parte dela afectada às actividades transformadoras sedeadas no centro urbano.

Em 1991 o sector secundário, manteve-se, em termos de média distrital, mais ou menos estável. A nível concelhio, de uma maneira geral, foram ligeiras as oscilações mas, no entanto, confirmativas das tendências anteriores. Assim, enquanto Coimbra registou uma pequena quebra, Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo evidenciaram um percurso inverso. De destacar a nítida subida do secundário nos concelhos, interiores e "desertificados", de Góis e Pampilhosa da Serra. Tal facto poderá constituir um indício de mudança no sentido da inversão da, já tão longa, tendência descendente.

1.3.2.2.2. No comércio e nos serviços

Por meados do século, o sector terciário detinha valores médios distritais da ordem dos 23.7% (Quadro 2.23), atingindo patamares mais altos nos concelhos urbanos de: Coimbra (42.8%), o que não surpreende, dadas as numerosas funções administrativas, culturais, educativas, de serviços de saúde e comerciais aqui sedeadas, e Figueira da Foz (25.8%), onde os serviços ligados à administração e ao turismo, bem como o comércio, assumem, já nesta altura, alguma relevância. No extremo oposto, Pampilhosa da Serra apresenta-se como o concelho com menos efectivos demográficos afectos ao sector terciário (9.9%), logo seguido de Penela (11.0%), Penacova (12.5%) e Miranda do Corvo (13.2%). As duas primeiras são circunscrições administrativas pobres, já algo repulsivas (como vimos...), onde o predomínio de uma população agrícola carenciada e com fracos recursos financeiros não propicia o aparecimento de actividades de comércio e serviços.

Quadro 2.23 - Efectivos populacionais afectos ao sector terciário (%)

Área Geográfica	Sector terciário	
	HM	%
Coimbra (Distrito)	36763	23,7
Arganil	1194	14,2
Cantanhede	2304	16,5
Coimbra	16272	42,8
Condeixa-a-Nova	739	16,8
Figueira da Foz	5581	25,8
Góis	588	15,1
Lousã	1004	19,3
Mira	777	17,5
Miranda do Corvo	601	13,2
Montemor-o-Velho	1677	17,7
Oliv. do Hospital	1516	16,0
Pamp.da Serra	405	9,9
Penacova	807	12,5
Penela	331	11,0
Soure	1610	16,1
Tábua	895	16,1
Vila N.ª de Poiares	462	19,3

Fonte: INE

Por outro lado, o afastamento, relativamente aos centros urbanos do litoral, e as precárias vias de comunicação, muito dificultam o acesso, inviabilizando a prática de movimentos pendulares para outros locais de trabalho. Pelo contrário, Penacova e Miranda do Corvo, embora também não muito favorecidos do ponto de vista das condições naturais e das infraestruturas de desenvolvimento, vêem a sua situação melhorada pela proximidade de Coimbra.

No decénio 1950-60, o sector terciário não evidenciou grandes oscilações, aumentando apenas 2% no distrito. No concelho de Coimbra subiu 3%, mantendo-se mais ou menos estável em Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital e Penacova. Decresceu ligeiramente em Miranda do Corvo (-1.1%), Penela (-1.1) e Tábua (-0.7%).

Entre 1960 e 1970, foi no concelho de Coimbra que mais se evidenciou o aumento da população terciária, a qual representava mais de metade do total de activos (56.1%), em 1970, altura em que a média distrital se deteve pelos 35.2%.

Esta dinâmica ascendente estendeu-se a outros concelhos, como: Poiares, com 42.9% de efectivos terciários e onde se operou uma subida de 21.1%; Miranda do Corvo, 30.8% de activos no sector de comércio e serviços e subida de 13.9%; Condeixa-a-Nova (28.2%), com um aumento de 11.8%. Manifestaram percurso descendente apenas os concelhos interiores de Arganil e Tábua, embora neste último a descida tenha sido muito pouco sensível.

Segundo o censo de 1981, o sector terciário empregava 69 863 indivíduos, o que corresponde a 42.4% da população activa do distrito. O notável aumento dos efectivos, relativamente a 1970 (mais 21 383), traduz, de forma inequívoca, o avanço da terciarização operado em todo o país.

A subida, embora bastante diferenciada, foi extensiva a quase todos os concelhos do distrito. A excepção coube ao concelho de Cantanhede, que registou um decréscimo de 5.7% na população activa terciária, e ao de Mira, com menos 6.5%.

Os maiores aumentos percentuais observaram-se no concelho de Coimbra o qual, em 1981, concentrava no terciário 64.4% dos activos com profissão, o que correspondia a 35 737 indivíduos (mais 13 512 do que em 1970). Com efeito, a terciarização do concelho, fenómeno já evidente em meados deste século, adquiriu um ritmo bastante acelerado no período compreendido entre 1970 e 81. A este facto não foi alheia a expansão de funções centrais: ao nível da administração pública (com a abertura de serviços regionais,

dependentes de vários ministérios, na sequência de uma dinâmica de descentralização administrativa, desencadeada nesta década), da saúde, da educação (com a criação, entre outras, de novas escolas do ensino superior público ou privado)¹³.

Também os concelhos de Miranda do Corvo, Penacova, Condeixa-a-Nova, Arganil e Soure registaram notáveis aumentos (+89.0, +54.4, +38.7, +37.2 e +24.3, pontos percentuais, respectivamente). Tal incremento, se por um lado pode decorrer dos "aumentos dos consumos colectivos e individuais, relacionados com a expansão das transferências do exterior (remessas de emigrantes) e do interior (pensões, subsídios)" (J. GASPAR, 1987, p. 64), está também relacionado com a proximidade de Coimbra. A cidade, apesar de, em regra, não fomentar o desenvolvimento de actividades terciárias (contribuindo, por vezes, até para as fazer "abortar"...), tende, contudo, a favorecer a expansão do emprego terciário, frequentemente aí exercido por migrantes pendulares diários, que mantêm a sua residência nos concelhos da periferia urbana e, obviamente, aí se recenseiam.

A expansão do emprego terciário, observada desde 1960, acentuou-se em 1991 (53.4% de efectivos, no distrito). A escalada foi particularmente notória no concelho da sede distrital (71.4%), não só decorrente do desenvolvimento dos serviços, mas também do comércio. Na verdade, para além de se assistir, durante a década de oitenta, à progressiva instalação de vários centros comerciais na cidade, perspectivou-se a abertura de "grandes superfícies" (efectivadas, no entanto, já no decénio de noventa). Nos restantes concelhos do distrito, a terciarização da população activa foi, de uma maneira geral, ainda mais acentuada do que no decénio anterior.

1.3.2.3. A estrutura sectorial visualizada no espaço

A Figura. 2.16 permite perceber a evolução geral da estrutura sectorial da população activa, desde 1950 até 2001, nos concelhos do distrito de Coimbra.

A redução da população afecta ao sector primário é sensível na totalidade do espaço considerado. Não foi, no entanto, muito pronunciada no decénio compreendido entre

¹³ Por outro lado, o alargamento do nível de escolaridade obrigatório levou à criação de novas unidades do ensino básico e secundário, não só na cidade como noutras localidades do concelho.

1950 e 1960, tendo-se mesmo, nalguns concelhos, registado ligeiros aumentos percentuais (Penacova, Miranda do Corvo, Penela e Condeixa-a-Nova).

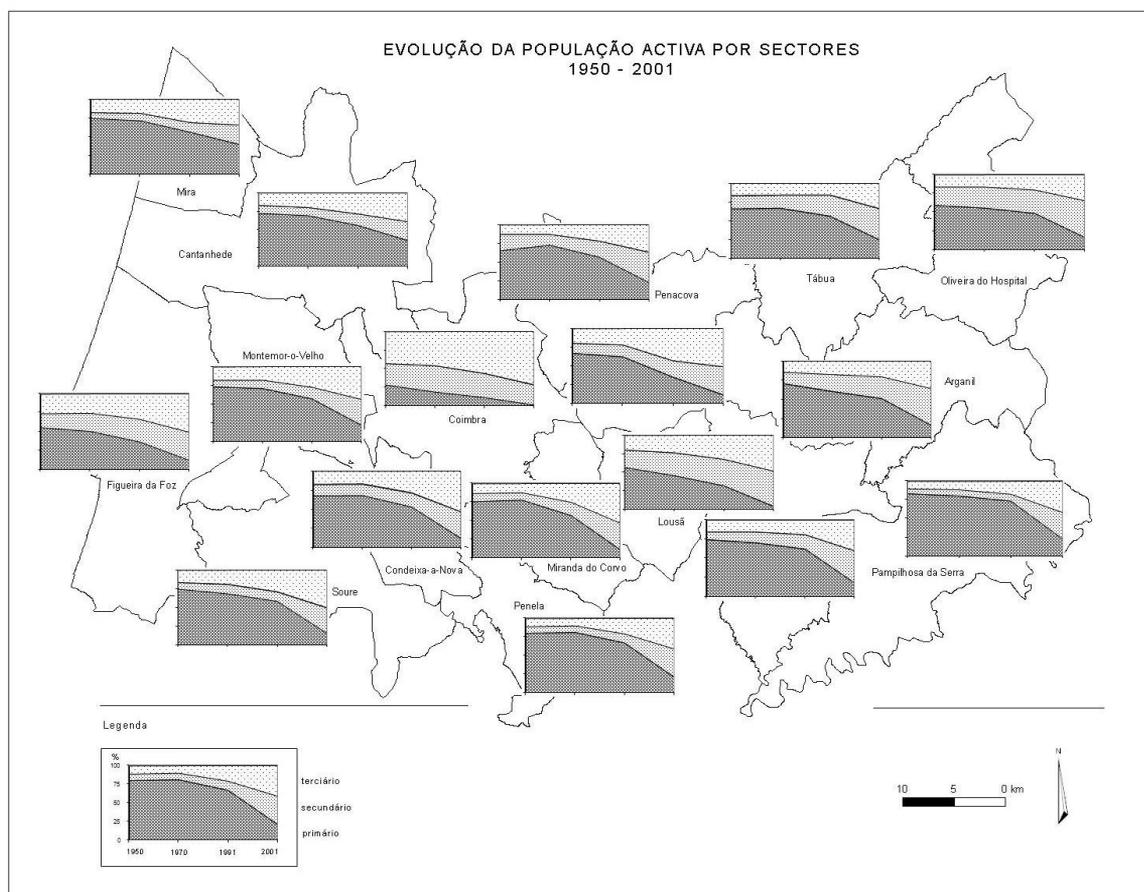


Figura 2.16 - Evolução da população activa por sectores (1950-2001).

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE

Em termos gerais, 1960 marca o ponto de mudança na estrutura da população activa do distrito. Com efeito, é a partir desta data que se opera nítida descida da população afecta ao sector primário e a concomitante subida dos outros sectores económicos.

Do contexto distrital, salientam-se os concelhos de Coimbra, Figueira da Foz e Lousã, cujas dinâmicas evolutivas se traduzem num acelerado decréscimo da população activa adstrita ao sector primário e no crescimento dos sectores secundário (especialmente no concelho da Lousã) e terciário (este particularmente em evidência no de Coimbra).

Os concelhos de Soure, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho patenteiam percursos evolutivos bastante semelhantes, cujos traços gerais se resumem ao decréscimo da população do sector primário, a partir de 1960, com nítida aceleração descendente depois de 1970, e correlativa subida do terciário.

A estrutura da população activa nos concelhos de Mira e Cantanhede exhibe um perfil mais sinuoso: tendência descendente do sector primário até 1970, evidenciando ligeira recuperação entre 70 e 81, e posterior retoma do ritmo de descida. Estes concelhos salientam-se, do contexto geral, pelo elevado peso da população activa agrícola em 1991, o que deixa transparecer uma situação conjuntural local muito específica (definida por factores ambientais, demográficos e económicos) que viabiliza a manutenção de uma agricultura rendível, especialmente vocacionada para a produção de primores hortícolas, e onde a vinha assume, ainda, especial relevância económica (Cantanhede). No que respeita aos outros sectores de actividade económica o movimento foi quase inverso, tendo a progressão sido mais nítida no sector terciário, mas só a partir de 1981.

Outro conjunto de concelhos, cujos perfis evidenciam percursos evolutivos semelhantes entre si, é constituído por Penela, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares e Penacova, que se caracterizam por: declínio, mais ou menos acelerado, da população activa agrícola, de 1960 até 1981 e perda de ritmo de descida (muito sensível em Penacova), até 1991; neste concelho e na última etapa evolutiva é significativo o volume da população afectada ao secundário, enquanto Miranda do Corvo e Poiares evidenciam já alguma terciarização.

Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital patenteiam uma regressão gradual do sector primário, mais nítida a partir de 1970, e quase paralela subida do secundário, ao qual, em 1991, estava afectada a maior “fatia” da população activa.

Os concelhos interiores de Pampilhosa da Serra e Góis apresentam, entre si, idêntica dinâmica, caracterizada por um forte peso do primário, até à década de 80; a partir daí, o percurso parece tender para um relativo equilíbrio entre os três sectores.

Foi possível delimitar, no espaço geográfico distrital, seis grupos de concelhos que se individualizam pelo perfil exibido, o qual, por sua vez, reflecte estruturas diversificadas e diferentes comportamentos evolutivos. De salientar que em quase todos os grupos existe contiguidade espacial entre os elementos que o constituem. Apenas naqueles em que o fenómeno urbano predomina (Coimbra, Figueira da Foz e Lousã), a separação espacial se concretiza. Tal poderá traduzir o (ainda grande...) peso das

variáveis geográficas (interior/litoral; planície/serra; campo/monte) nas diversas dinâmicas que se desencadeiam no espaço rural, enquanto no urbano aquelas são comandadas por factores de outra ordem (económicos, sociais e, mais raras vezes, culturais).

1.4. A feminização da população activa

Um dos fenómenos socio-económicos que maior relevância adquiriu, na segunda metade do século, em Portugal e, claro, também no distrito de Coimbra, foi a crescente integração da mulher na esfera profissional.

Estreitamente relacionado com a generalizada tendência contemporânea para a dissociação entre espaço doméstico (vida familiar) e espaço laboral (trabalho profissional) decorre, no entanto, de outros processos e dinâmicas que se desencadeiam no seio da sociedade portuguesa, actualmente em profunda transformação.

Um dos factores de maior repercussão na feminização da população activa foi, sem dúvida, a progressiva elevação do nível de escolaridade que, nos últimos decénios, se operou em ambos os sexos, embora de forma mais relevante no feminino. De facto, a recuperação da mulher verificou-se em todos os níveis de escolaridade, assumindo características de maior impacto no ensino superior¹⁴.

Mudanças ao nível do estatuto social das mulheres interferem também. De facto, a procura de condições de independência pessoal, passam pela realização profissional e correlativa autonomia financeira. A mulher adopta assim estratégias que viabilizem a sua integração nos novos parâmetros sociais. A sua inserção no mercado de trabalho correlaciona-se também com as mudanças operadas nas relações familiares, onde a mulher deixou de desempenhar um papel meramente passivo para participar activamente na elaboração dos planos familiares e no contributo financeiro para a sua concretização.

¹⁴ A proporcionalidade, por sexos, dos alunos inscritos na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1991-92, parece-nos ser suficientemente elucidativa. Assim, dos 16629 alunos matriculados, mais de metade (55.5%) eram mulheres. A maior percentagem registou-se nos cursos tradicionalmente femininos (Letras 77.5%; Farmácia 75.6%; Psicologia 79.9%), mas também naqueles que, há anos atrás, eram considerados um “bastião” masculino: Direito (55.3%) e Medicina (53.4%).

Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior, dados compilados por M.A. SARAIVA e L. MARTINS e publicados no *Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro*, nº 38/39, Coimbra, 1994.

Hoje as mudanças de valores e a crescente solicitação consumista, exige do agregado familiar uma capacidade financeira raramente compatível com a existência de um único vencimento. A mulher, mesmo que razões pessoais não a movessem, ver-se-ia-compelida a procurar uma ocupação profissional, por razões de sobrevivência, no caso de famílias mais carenciadas, ou simplesmente para “acompanhar novos padrões de referência, quanto a patamares de consumo e esforços de escolarização dos filhos, ou dotar-se de condições para eleger novos estilos de vida” (F. ALMEIDA *et al*, 1994, p.).

A este conjunto de factores sociais que desencadeiam o processo de feminização juntam-se os económicos, que o possibilitam. Dentre estes há que destacar a redistribuição sectorial das actividades (alteração da proporcionalidade entre os diversos sectores) e a sua reestruturação interna, que viabilizaram a progressiva entrada da mulher na esfera profissional.

No distrito de Coimbra, à semelhança do que acontece no país, a mulher tem vindo a assumir um papel cada vez mais interveniente nos sectores de actividade económica, acompanhando a redistribuição global dos mesmos e a sua reestruturação interna. Na verdade, a tendência decrescente, aliás normal e esperada, da ocupação profissional agrícola e, em sentido inverso, a progressão acelerada do emprego no sector de comércio e serviços, introduziram mudanças significativas na proporcionalidade da taxa de actividade, por sexos.

O Quadro 2.24 põe em evidência a subida acentuada da feminização da população activa no distrito de Coimbra. A tendência ascendente delineou-se a partir de 1960, altura em que se registou uma taxa de participação feminina da ordem dos 15%, isto é, em 100 activos, 15 eram mulheres, “rácio” que foi subindo a bom ritmo, até quase se igualar a proporcionalidade entre os sexos (47% de mulheres), em 1991.

Por concelhos, verifica-se que o momento de arranque coincidiu, na sua generalidade, com o início dos anos sessenta (Fig. 2.17)

Na primeira etapa (1960-70), o percurso evolutivo da taxa de feminização da população activa evidenciou, nos concelhos do litoral, um ritmo de subida moderado. No interior, por exemplo, em Góis e na Pampilhosa da Serra, o crescimento da percentagem de mulheres na população activa foi bastante mais acelerado, atingindo, em 1970, valores da ordem dos 35.8% e 28.7%. A este facto não é estranho o êxodo rural que afectou, numa primeira fase, essencialmente a população masculina.

Quadro 2.24 - Feminização da população activa.

Área Geográfica	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Coimbra (Distrito)	20.8	15.0	20.5	34.7	40.5	45.8
Arganil	22.7	9.1	19.0	17.9	37.9	42.0
Cantanhede	22.8	14.8	17.4	42.7	43.9	43.6
Coimbra	27.8	26.7	27.8	38.9	45.1	49.4
Condeixa-a-Nova	11.9	6.4	15.6	31.9	39.8	45.7
Figueira da Foz	22.6	14.9	18.3	33.4	38.4	45.0
Góis	21.7	11.1	28.7	40.2	32.0	43.6
Lousã	21.7	12.7	14.9	26.0	36.9	45.2
Mira	25.2	9.7	20.7	45.4	42.9	43.9
Miranda do Corvo	7.2	6.6	5.3	25.0	35.6	45.1
Montemor-o-Velho	13.6	7.4	14.6	31.3	33.5	43.2
Oliv. do Hospital	17.6	11.4	16.7	31.5	39.0	43.3
Pamp.da Serra	11.3	6.0	35.8	44.0	41.2	42.8
Penacova	19.2	8.8	18.5	20.2	32.7	40.5
Penela	8.1	5.1	12.5	19.0	31.5	42.0
Soure	16.8	7.4	12.0	27.6	32.3	42.1
Tábua	16.3	11.7	17.5	29.1	38.1	42.2
Vila N.ª de Poiares	14.0	11.0	28.0	20.0	34.8	43.4

Fonte: INE

Entre 1970 e 1981, em quase todos os concelhos se acelerou o ritmo de crescimento da feminização, com particular destaque para Mira e Cantanhede. Aqui a justificação deverá residir, no forte surto emigratório que afectou estes concelhos, nos primeiros anos do decénio de setenta, com a correspondente sobre-actividade feminina. Esta decorreu também do carácter eminentemente agrícola da região gandareza, já que, como é sabido, a mulher desempenhou sempre, na agricultura, um papel relevante.

Em 1991, o concelho de Coimbra registou o mais elevado índice de feminização da população activa (45.1%), facto sem dúvida relacionado com as oportunidades de emprego geradas (no sector de comércio e serviços) e com mudanças associadas a dinâmicas sociais diversas (evolução a nível de estatuto social da mulher, relações no agregado familiar...). Mira e Cantanhede, embora por razões diversas (agricultura e protagonismo feminino, nomeadamente em áreas de pequena exploração familiar), patenteiam, também, elevado grau de feminização da população activa.

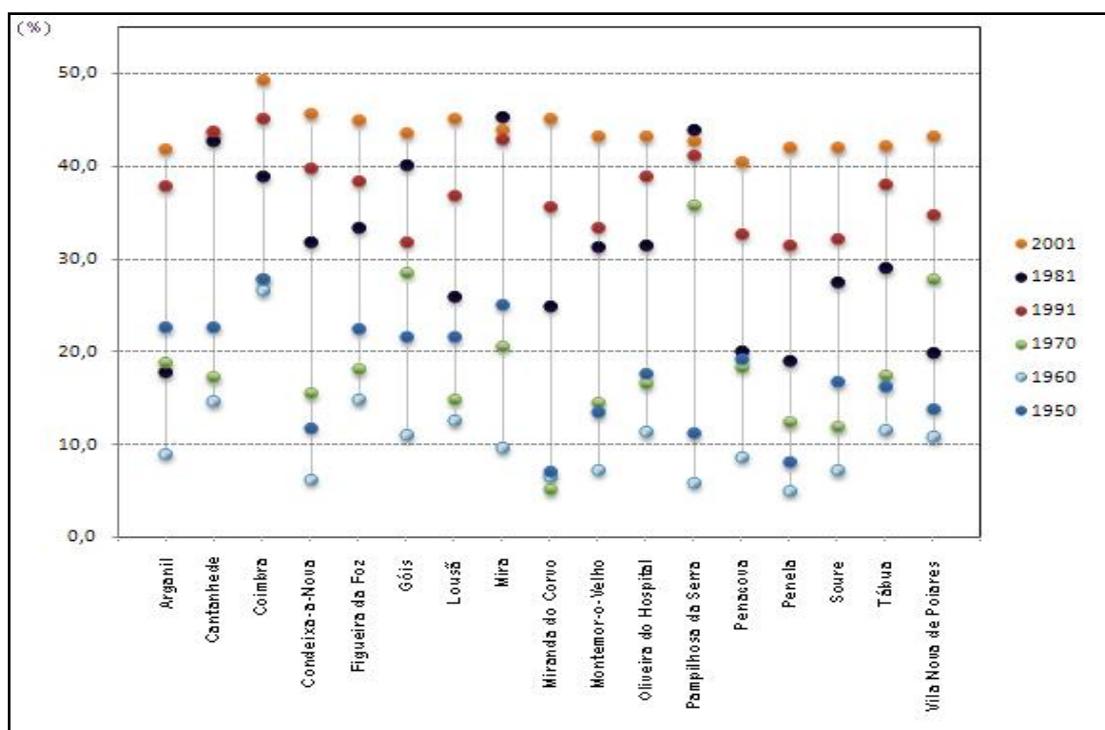


Figura 2.17. Perspectiva evolutiva da feminização da população activa

Fonte: Recenseamentos da População, INE

1.4.1. A feminização dos activos por sectores económicos

O Quadro 2.25 permite visualizar a feminização sectorial da população activa, no distrito de Coimbra e respectivos concelhos, numa perspectiva evolutiva.

Vejamos o percurso evolutivo da população activa afectada ao sector primário, nesta segunda metade do século. Entre 1950 e 1960, operou-se um decréscimo generalizado da taxa de feminização do sector primário, nos concelhos do distrito. A justificação para este acentuado decréscimo não pode buscar-se nas hipotéticas transformações operadas no sistema agrícola até aí praticado (aumento da mecanização e da inovação tecnológica) e na correspondente redução da mão-de-obra afectada ao sector, nomeadamente a feminina, mas deverão estar já relacionadas com saídas para o estrangeiro (ou para outras regiões do país), sem excluir as razões que poderão estar associadas à diversidade de critérios que presidiram aos sucessivos Recenseamentos, nomeadamente ao de 1960. Este é um marco temporal que assinala um ponto de viragem na tendência, antes decrescente, da taxa de feminização da população activa. Assim, à medida que o decréscimo da população activa

do sector primário se vai acentuando é notória a progressiva feminização da mesma, a qual atinge, no distrito e em 1991, a quase paridade (49%).

Quadro 2.25 - Feminização por sectores de actividade (%)

Área Geográfica	Sector primário						Sector secundário						Sector terciário					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Coimbra (Distrito)	14,3	5,0	16,0	47,8	49,0	44,3	16,6	14,0	17,9	19,8	26,3	26,9	40,1	36,1	27,4	38,3	47,1	53,5
Arganil	23,3	3,5	22,2	16,3	45,4	50,4	4,5	2,8	5,2	5,3	29,7	29,4	38,9	37,4	30,5	35,2	45,8	48,4
Cantanhede	19,3	9,4	18,5	60,3	59,9	55,3	13,0	8,5	12,2	10,1	16,0	21,7	44,6	37,2	18,1	33,0	47,6	53,0
Coimbra	11,1	4,1	8,1	33,0	47,8	43,2	24,0	21,0	26,5	28,9	30,4	27,3	41,7	40,6	32,8	44,2	50,5	55,1
Condeixa-a-Nova	5,9	1,3	12,4	46,4	42,5	34,5	10,2	3,7	8,9	18,3	33,0	30,0	37,3	30,0	25,9	31,2	43,8	51,1
Figueira da Foz	16,1	5,4	9,2	49,0	45,6	34,5	15,9	13,9	14,3	19,9	22,2	25,8	41,1	34,6	31,9	37,0	48,5	55,7
Góis	20,7	7,1	36,8	60,4	24,3	33,6	12,8	9,2	13,5	16,0	23,8	28,8	32,1	31,0	16,5	32,9	44,0	53,6
Lousã	19,7	2,4	5,6	31,8	36,3	35,9	12,8	15,6	20,7	19,7	31,0	27,5	37,9	29,1	17,9	32,3	42,9	53,0
Mira	23,3	6,1	25,0	64,0	61,1	50,4	12,3	9,7	9,0	11,8	20,8	26,6	39,0	23,9	17,7	26,4	38,6	50,1
Miranda do Corvo	3,9	4,2	2,4	27,8	27,2	29,9	4,0	4,5	3,8	10,6	20,5	24,1	29,0	23,7	12,8	35,5	47,7	54,7
Montemor-o-Velho	10,5	3,8	14,3	52,5	51,1	54,1	6,5	5,8	12,5	13,2	20,9	24,4	29,6	22,8	16,2	23,0	34,8	49,3
Oliv. do Hospital	16,1	7,3	15,9	38,5	47,4	29,7	5,0	2,7	10,8	24,6	34,0	35,9	42,7	41,0	27,9	34,9	42,2	51,3
Pamp.da Serra	9,6	3,1	41,0	60,3	42,1	53,9	1,4	6,2	8,6	4,9	10,7	11,1	32,3	26,4	29,1	33,9	66,3	57,0
Penacova	10,3	5,0	15,8	24,8	37,3	34,8	34,1	5,0	21,8	7,9	20,4	18,7	39,8	34,7	22,1	31,0	43,3	54,0
Penela	3,3	2,6	6,5	20,4	24,1	28,6	5,5	4,6	8,7	7,2	25,8	30,7	45,3	26,4	34,5	29,2	40,8	50,5
Soure	13,8	2,4	12,7	38,8	32,9	32,3	15,3	14,7	15,3	16,8	28,7	29,9	31,4	20,9	9,1	24,9	34,5	46,5
Tábua	12,2	5,9	21,0	39,8	48,3	36,1	2,3	4,0	6,9	13,9	29,3	32,0	48,3	45,9	23,6	36,2	41,4	50,0
Vila N.ª de Poiares	9,0	5,3	28,2	18,7	24,6	21,9	7,6	9,9	25,4	7,0	26,2	27,3	35,3	28,1	29,1	29,6	43,6	50,2

Fonte: INE

1.4.1.1. A "feminização" da população activa agrícola

Como e quando se definiu? - Segundo os dados referentes a 1950 mais de metade da população activa do distrito de Coimbra estava, em meados do século afecta à agricultura. Com efeito, dos 155 009 activos, 86 915 integravam o sector agrícola ou seja,

56.1%. Quanto à importância profissional da mulher na agricultura ela é, aqui, significativamente baixa (14.7% de activos agrícolas são do sexo feminino, contra 20.6% a nível nacional). O facto de a mulher ter, na generalidade do distrito e nesta época, um papel secundário na agricultura (o de auxiliar do homem) raramente assumindo a direcção da empresa agrícola, poderá ter contribuído para a subvalorização da sua participação na exploração, em prol das suas tarefas domésticas, o que se terá repercutido nos levantamentos a nível estatístico.

No decénio 1950-60 registou-se, como tivemos oportunidade de referir, uma descida da população activa global e concomitantemente da activa agrícola. Neste período, foi também bastante sensível a nível distrital, a descida da população activa agrícola feminina (à semelhança do que sucedeu na generalidade do país), facto que, para além de poder estar relacionado com uma hipotética expansão do mercado de trabalho não agrícola estará, sem dúvida altamente comprometido e condicionado pela alteração de critérios entre o Recenseamento de 1960 e os que o precederam.

Segundo o Recenseamento de 1970, e no que se refere à população activa agrícola feminina, verificou-se um aumento bastante considerável (19.6%), sendo o processo de "feminização" da agricultura ainda mais significativo do que o verificado em meados do século. Fenómeno por certo decorrente da necessária substituição de mão-de-obra masculina, retida por um serviço militar prolongado ou afastada pela emigração.

Em 1981, foi grande o aumento da população activa agrícola feminina, quer em valor relativo quer absoluto: aumento de 27.2%, correspondente a um acréscimo de 11 177 mulheres activas agrícolas, o que acentuou a tendência, desde sessenta delineada, para a "feminização" da agricultura.

Assim, a população activa agrícola feminina correspondia, até à década de setenta, a uma percentagem relativamente reduzida do total de activos agrícolas (em 1950 atingia os 14.7% e vinte anos depois 16.6%) enquanto em 1981 as mulheres representavam já 50.9% da população activa agrícola.

Esta ascensão é o reflexo de um real crescimento da intervenção feminina na exploração agrícola. Na verdade, o aumento da oferta de empregos nos sectores secundário e terciário, com níveis de remuneração bastante mais elevados do que os auferidos no sector agrícola, atraiu grande parte da população activa camponesa, de início a masculina mais jovem a qual abandonou total ou, com mais frequência, parcialmente a

agricultura. A mulher foi, assim, chamada a desempenhar muitas das tarefas até aí executadas pelo homem, embora este continuasse a figurar como chefe da exploração.

Por concelhos, a progressão é bastante díspar, sendo a Fig. 2.18 disso bem elucidativa. Comum a todos os municípios é a grande amplitude da variável em causa: partindo de valores bastante baixos em 1960 (todos inferiores a 10%), atinge valores superiores a sessenta por cento (Mira, Cantanhede, Góis e Pampilhosa da Serra) em 1981.

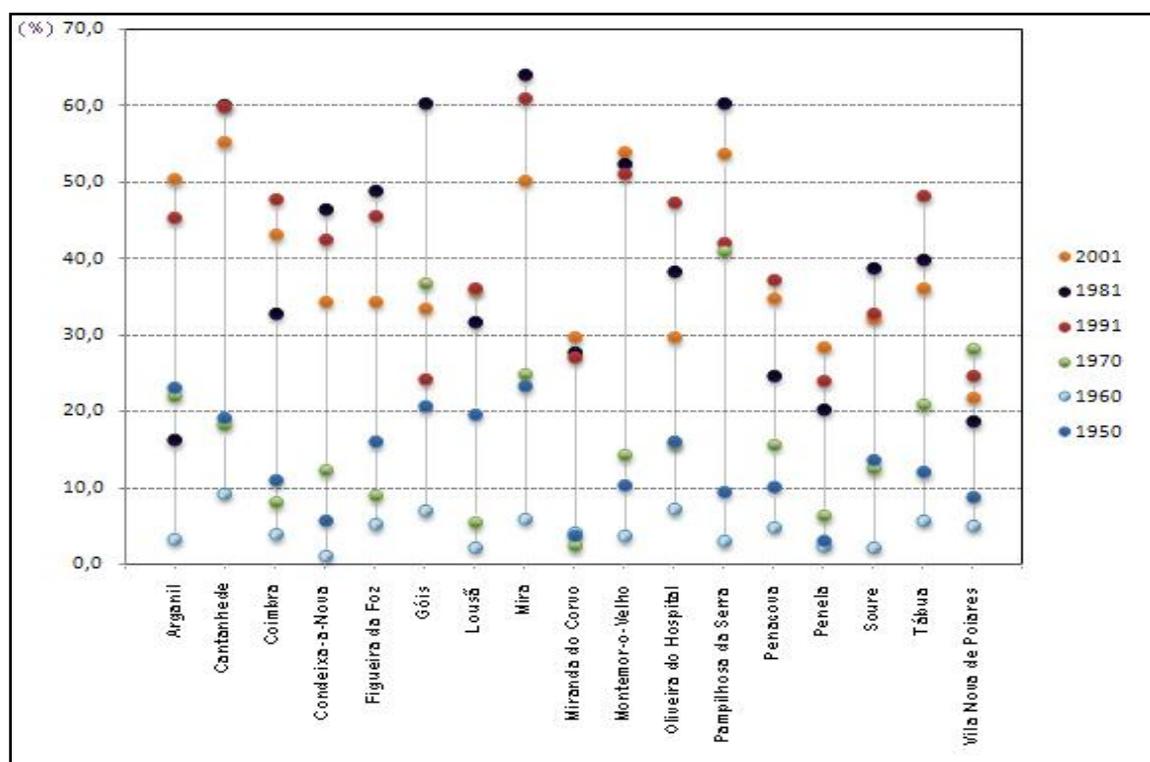


Figura 2.18 - Feminização do sector primário

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE

Dentre os concelhos com mais elevada taxa de feminização da população activa agrícola destacam-se três conjuntos: os primeiros mais interiores e repulsivos (Góis e Pampilhosa), com uma população agrícola residual e envelhecida, onde a feminização assume um carácter suplectivo e de substituição de uma mão-de-obra que partiu; em segundo, os do Baixo Mondego, com mais forte índice de urbanização e evidenciando claras dinâmicas de desenvolvimento (Coimbra, Figueira da Foz, Condeixa): aqui a elevada taxa de feminização fica a dever-se à prática de uma agricultura de complemento,

com meros objectivos de autoconsumo ou ainda com pretensa integração no mercado urbano ou regional. A mulher assume neste caso, um protagonismo sócio-económico de grande relevância, substituindo o homem na chefia da exploração familiar; e por último os gandareses, (Cantanhede e Mira) dotados de uma agricultura rica e suficientemente remuneradora, que detém ainda volumes relativamente altos de população activa, e onde o desempenho agrícola da mulher foi desde muito cedo profissionalizado.

De notar que são concelhos serranos, mas próximos de Coimbra (Miranda do Corvo, Poiães e Penela), que revelam menor índice de feminização do sector primário. Tal facto poderá estar relacionado com a importância aqui assumida pela silvicultura e exploração florestal, onde a mulher tem pouca participação.

1.4.1.2. A mulher na indústria e no sector do comércio e serviços

O sector secundário foi o que evidenciou menor grau de feminização, embora com um percurso evolutivo ascendente, a partir de 1960. Em 1991, no distrito de Coimbra, em cada 100 activos do sector secundário 26 eram mulheres, o que correspondeu a uma subida de 7,5%, relativamente a 1981.

Sabe-se que o nível de inserção da mulher nas estruturas profissionais secundárias, embora dependa muito do tipo de indústria (ramo de actividade, nível de desenvolvimento tecnológico e exigências de desempenho da mão-de-obra), está também estreitamente relacionado com a conjuntura económica que suporta o tecido industrial. Com efeito, numa situação conjuntural adversa aquele fragiliza-se, atravessando períodos de crise que impelem as empresas a adoptar estratégias de sobrevivência que passam, frequentemente, pelo recrutamento de mão-de-obra barata (“salário mínimo”, nomeadamente a não especializada), pouco reivindicativa e que aceite a inexistência de relações contratuais sólidas (os contratos laborais são, na maior parte dos casos, a prazo). Suportam este quadro pouco atraente, todos os desempregados, é certo..., mas em especial os jovens, sem experiência profissional, ou as mulheres, nomeadamente das áreas rurais, onde o estatuto de “domésticas” ou “ajuda familiar agrícola” as remeteu para uma situação de sub-emprego ou de reserva de mão-de-obra periodicamente mobilizável.

Quando as estruturas industriais são de recente implantação o cenário antes descrito tem ainda maior plausibilidade. Talvez resida nele a justificação para a maior incidência

da feminização secundária nos concelhos de Oliveira do Hospital (de 2.7% em 1960, passou para 34% em 1991) e Condeixa-a-Nova (subiu de 3.7% para 33%, no mesmo período) (Fig 2.19).

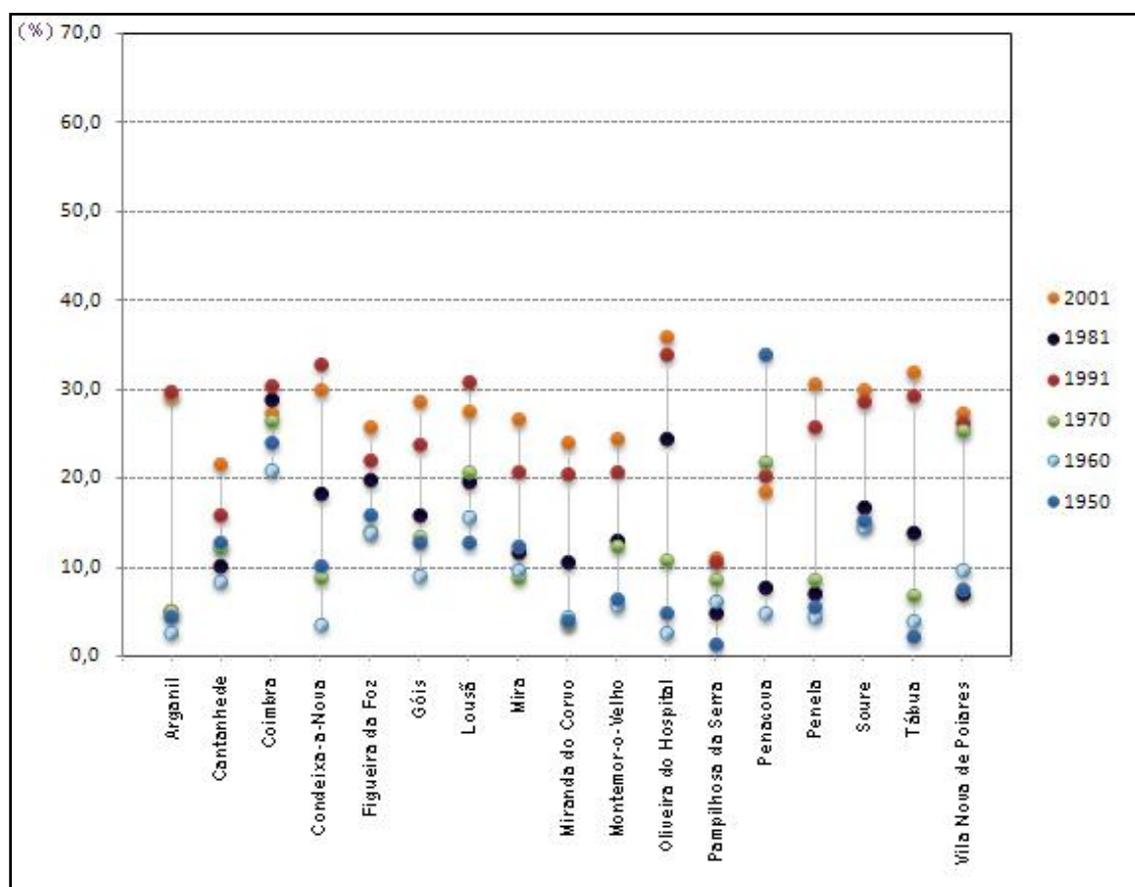


Figura 2.19 - Feminização do sector secundário

Fonte: INE

Por seu lado, Coimbra manteve um ritmo de crescimento do índice de feminização das actividades transformadoras mais regular (em 1950 já registava 24%, passando para 30.4% em 1991), o que estará, entre outros factores, também relacionado com a implantação muito mais antiga das empresas, e uma conseqüente maior consolidação do seu tecido industrial.

No que se refere ao sector terciário (fig.2.20), desde cedo se tornou relevante a forte integração da componente feminina, nomeadamente nos grupos profissionais que se circunscrevem ao comércio e serviços pessoais. Actualmente a proporção dos dois sexos aproxima-se da paridade, tendo-se registado, em 1991, 47.1% de mulheres empregadas no sector terciário e no distrito de Coimbra.

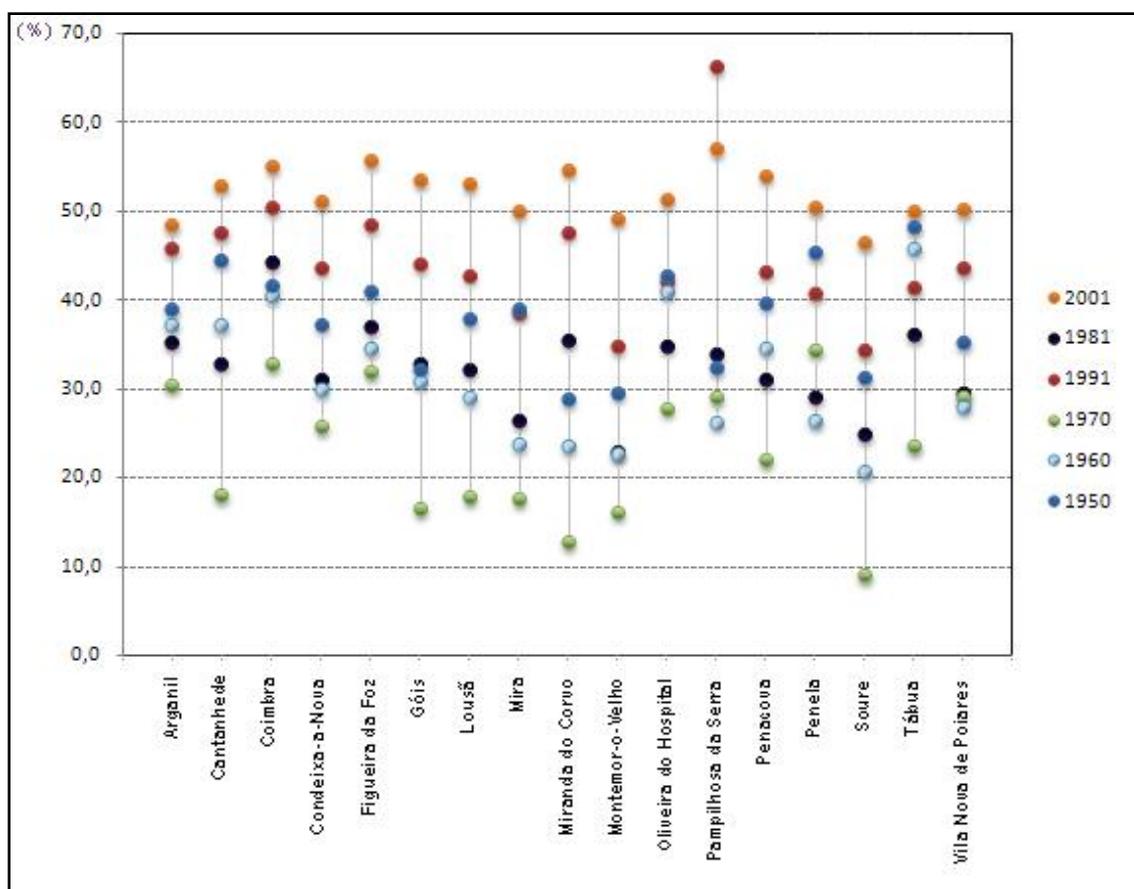


Figura 2.20 - Feminização do sector terciário.

Fonte: INE

Com a ampliação de serviços diversos (de educação, de saúde, etc.) e a criação de delegações regionais de serviços centrais, o ritmo de crescimento do terciário acelerou-se, sendo acompanhado de perto pelo da feminização. A consagração, em 1974, do direito que assiste à mulher de aceder a todas as profissões, mesmo aquelas que antes lhe estavam legalmente vedadas, como forças armadas e de segurança, magistratura, etc. (A. Barreto, 1996, p. 41) contribuiu também para ampliar o protagonismo feminino na esfera profissional terciária.

No distrito, destacam-se, pela forte proporção de mulheres no sector terciário, os concelhos de: Pampilhosa da Serra (66%) e Coimbra (50.5%) (Fig. 2.19). Os extremos a tocarem-se: ao primeiro caso estão subjacentes causas tão regressivas como a repulsão das áreas interiores e a respectiva saída de activos masculinos jovens. Mas, o percurso não é assim tão linear (saída de homens que serão substituídos, em termos activos, por mulheres...). Como se sabe, o grande êxodo operou-se no decénio de sessenta. Muitos dos que então partiram estão hoje a regressar, para “gozar”, no torrão natal, “os rendimentos” do seu trabalho noutras paragens (cidades do litoral, nomeadamente da área

metropolitana de Lisboa, ou no estrangeiro). Um regresso que, para se efectivar, exige mudança ao nível das estruturas de acolhimento (serviços de saúde, de lazer e ocupação de tempos livres, etc.), facto que, como é óbvio, se repercute na “terciarização” e concomitante “feminização” do emprego, já que, como referimos e é sabido, os dois fenómenos estão, actualmente, cada vez mais associados; no que concerne a Coimbra, as causas da crescente feminização do sector terciário são as que estão inerentes ao avanço do processo de urbanização e à mudança das estruturas sócio-económicas da sociedade portuguesa, já antes enunciadas.

Enfim, perante estes dois casos extremos, podemos concluir que a *urbanização* e a *ruralização*, processos antagónicos, têm como ponto crucial as dinâmicas da *terciarização* e *feminização*! De facto, o nível de participação da mulher no mercado de trabalho não decorre de limites ou fronteiras de desenvolvimento, nem se submete a padrões de espacialidade (litoral/interior, por exemplo). Qualquer que seja o contexto, a mobilização profissional da mulher processa-se, hoje, a um ritmo cada vez mais acelerado, nomeadamente no sector do comércio e serviços, como verificámos.

Em síntese, a análise que acabámos de efectuar permite-nos concluir que, no distrito de Coimbra se distinguem duas áreas com comportamentos diferenciados: o interior serrano, com fraquíssimo poder de retenção dos seus efectivos populacionais, onde cedo se estabeleceram intensas correntes migratórias que, basicamente, justificam a regressão demográfica aí operada. Deste contexto destacam-se, pela maior “interioridade”, os concelhos de Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Tábua, Penela e, embora com cariz mais mitigado, Vila Nova de Poiares. Registam elevados índices de envelhecimento, reduzidas ocupações do espaço (baixa densidade populacional), elevadas taxas de dependência de idosos e afectação da população activa ao sector primário acima da média distrital; o litoral, cujas unidades administrativas evidenciaram, na sua generalidade, evoluções ascendentes. Os concelhos de Coimbra, Figueira da Foz e Mira apresentaram uma dinâmica ascendente mais relevante, com nítido crescimento da população urbana, maior densidade populacional, estrutura etária menos envelhecida e maior capacidade atractiva, com particular destaque para Coimbra.

Apesar do contexto litoral apresentam indícios de alguma “interioridade” os concelhos de Soure, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho e Cantanhede, sensíveis no

processo migratório, nível de envelhecimento populacional e correlativo coeficiente de dependência. Condeixa-a-Nova evidenciou, no entanto, no último decénio, alguma recuperação, patente no crescimento da função industrial e respectiva afectação sectorial da população activa. O mesmo sucedeu nalguns concelhos do interior do distrito, nomeadamente Lousã, Miranda do Corvo e Oliveira do Hospital.

Assim, apesar da cómoda compartimentação litoral/interior, que preconiza uma aparente uniformidade de comportamentos dicotómicos, verificámos que existem progressões, irregulares no tempo, e díspares no espaço. Tal disparidade reflecte uma desigual capacidade de mobilizar potencialidades endógenas, nomeadamente recursos humanos, e de dinamizar o poder atractivo sobre novos residentes e/ou agentes económicos externos.

Actualmente assiste-se à emergência de novas áreas de expansão urbana, para o que contribui, é certo, uma cada vez mais rápida e fácil acessibilidade, associada à densificação e melhoria da rede viária, mas dependente, essencialmente, das políticas de desenvolvimento local adoptadas e do dinamismo dos seus líderes. Hoje a dicotomia assenta muito mais em fenómenos humanos do que condicionalismos locativos de ordem física, e pode traduzir-se pelo avanço do processo de urbanização *versus* ruralização profunda.

- PARTE III -

**O ESPAÇO PERIURBANO DE COIMBRA:
RETRATOS DA MUDANÇA**

O mal desta paisagem de Coimbra é que não tem arestas que o corpo e o espírito precisem de limar. Ambos deslizam por ela como enguias no lodo. E a longa história do convívio humano com a suavidade das suas formas é um equívoco dramático. Cuida cada mortal que caminha ainda no chão, e passeia já na bem-aventurança.

Miguel Torga

1. O espaço periurbano de Coimbra: retratos da mudança

Introdução

Antes de analisarmos o espaço periurbano de Coimbra convém recordarmos algumas das linhas mestras do pensamento científico, alicerce da nossa investigação. Sobre o conceito de periurbano, e os indicadores que o identificam – que iremos recordar de seguida – para podermos responder à questão última: que ruralidade e que urbanidade, nos espaços periurbanos?

Já há muito que alguns autores defendem o desaparecimento do espaço rural, é a linha do “tudo é urbano”, adoptada pelos que acreditam que o processo de urbanização é de tal forma poderoso que o contraste entre o urbano e o rural se anulou; esta perspectiva é, ainda hoje, aceite por muitos especialistas, sobretudo urbanólogos, nomeadamente da área da arquitectura. Esta tendência é refutada por KAYSER, com a sua tese sobre a reemergência ou renascimento do rural, do início da década de noventa do século vinte, refere a revalorização do rural, das suas paisagens, modos de vida e potencialidades. A destacar também, a linha que defende a morte das cidades: dispersas por urbanizações cada vez mais extensas e fluidas, recortadas por auto-estradas e vias rápidas, onde as pessoas viveriam ao ritmo do teletrabalho e da velocidade dos fluxos de informação.

Mas eis que ressurge a tese das áreas metropolitanas, de recorte nacional ou internacional, assumindo grande importância e dimensão global (BURGEL:1991, p.359).

Estamos perante um modelo de desenvolvimento territorial, que assenta numa ideia de cidade dispersa, feita do somatório de tecidos soltos, áreas de construção densificada, acessos viários e concentrações comerciais onde o fenómeno da “metropolização” se tornou numa realidade urbana inegável (ASCHER, 1996).

O alongamento das deslocações urbanas e os fenómenos das migrações pendulares quotidianas que o acompanham mostram que o crescimento das áreas metropolitanas se faz através da formação de bolsas habitacionais ou de emprego, periféricas aos centros urbanos. Hoje já pouco se assiste a um crescimento urbano contínuo e contíguo, mediante extensões concêntricas, mas assiste-se à integração no funcionamento quotidiano da cidade de elementos de natureza urbana cada vez mais afastados, que inclusivamente

surgem em territórios mais marginais, localizados fora das periferias urbanas (GRAÇA, M., 2006).

Se a extensão urbana, contínua e densificada, das cidades foi favorecida, em fases anteriores pelo desenvolvimento dos transportes colectivos, nomeadamente o ferroviário, gerando subúrbios mais ou menos extensos, como no eixo Coimbra-Taveiro ou Portela-Ceira, já a actual expansão das áreas periurbanas está ligada ao uso do automóvel e ao aparecimento de transportes colectivos rápidos, (daí a importância do Metro de superfície para a consolidação da integração dos concelhos do interior na área metropolitana de Coimbra).

Os espaços produzidos pelas dinâmicas contemporâneas, sejam eles denominados de áreas metropolitanas, de “região urbana”, ou de áreas periurbanas, são sobretudo espaços onde se desencadeiam fenómenos de rurbanização os quais contribuem para “a construção de um novo tecido urbano, simultaneamente, extenso e descontínuo, espacial e funcionalmente, resultado da adição de uma multiplicidade de “não-lugares” e elementos dispersos (AUGÉ, M., 1994). Estamos perante um modelo de extensão territorial cuja descontinuidade espacial nega a própria definição de cidade. De facto, uma cidade exige territórios contíguos e articulados, lugares com capacidade de gerarem centralidades integradoras e polivalentes, constituídos por tecidos sociais heterogêneos e funcionalmente diversificados. Assistimos, assim, à emergência de uma nova trama urbana, a urbanização sem cidade, encontrando-nos, desta forma, perante um novo modelo de desenvolvimento territorial, que nega os valores universalistas que se vinculam com a entidade-cidade, caracterizada pela densidade de relações sociais e pela mistura de pessoas e actividades e fomenta, alternativamente, a criação de uma ideia de cidade de produtos, composta de elementos e tecidos soltos e desestruturados (INDOVINA, F., 1990).

É inegável que, neste início de milénio, assistimos à afirmação da urbanidade em espaços não necessariamente urbanos. À cidade contínua e densa de ontem sucedem extensos territórios, urbanos pela funcionalidade mas mantendo ainda especificidades - morfológicas e paisagísticas – rurais, tais como: espaços verdes mais ou menos extensos, habitação unifamiliar, parcelas cultivadas; sublinha-se que a essas especificidades está associado algo bem importante, no que ao periurbano diz respeito, são as amenidades decorrentes da possibilidade de usufruição de potencialidades oferecidas pelas baixas densidades de pessoas, actividades e construções.

Encontramo-nos, então, perante uma nova fase do crescimento urbano, em que a cidade ultrapassa o seu quadro espacial e se encontra enfraquecida enquanto entidade

contínua e espacialmente coerente, embora readquira importância ao nível da urbanidade dos territórios.

Na nossa investigação, subscrevemos a linha de pesquisa que considera o continuum rural-urbano, atendendo às especificidades de cada um dos espaços, sem ignorar ou esquecer interferências, trocas e cumplicidades – económicas, sociais e culturais. Tal opção exigiu a consideração das diversidades rurais, da partilha das funcionalidades, da apreciação dos agentes que aí operam e dos processos em que se envolvem.

À medida que, progressivamente, se anulam fronteiras entre territórios, redefinem-se as paisagens: o que ontem tinha características tipicamente camponesas assume hoje funções urbanas, às vezes mantendo por algum tempo aspectos e formas. Há, contudo marcas que permanecem e, se não nos permitem considerar o *já urbano*, tão pouco admitem defender, holisticamente, o *ainda rural*. É assim que surge o intermédio espaço periurbano. Aqui se mantém, em grande parte, a morfologia identitária herdada do mundo camponês, à medida que se vão adoptando costumes e modos de vida considerados urbanos.

O processo de periurbanização desencadeia-se nos espaços rurais situados na imediata proximidade da cidade, os quais se vão renovando demograficamente pela fixação de população alógena, em geral inserida em fluxos migratórios alternantes; caracteriza-se sobretudo pelo crescimento de instalações residenciais, infra-estruturas e equipamentos, está associado a dinâmicas de desenvolvimento local, endógenas ou de iniciativa externa, relacionadas com o sector do comércio e serviços, daí que possamos afirmar que terciarização rural e periurbanização são indissociáveis.

Os campos periurbanos, onde se operou o processo antes delineado, têm como principais traços identitários: aumento demográfico, resultante de saldos migratórios positivos; heterogeneidade socioprofissional, uma vez que à sociedade local, já de si algo diversificada, se adiciona uma população variada, proveniente de locais distintos, com desiguais níveis de rendimento e inserida em estratos sociais também diversos; fortes mobilidades pendulares diárias, cobrindo por vezes distâncias consideráveis, já que nem todos os residentes periurbanos trabalham na cidade próxima.

Outras características essenciais estão patentes na paisagem. Em primeiro lugar há que considerar as áreas construídas, também aqui imperando a heterogeneidade. Se alguns sectores habitacionais periurbanos se identificam com casas de morfologia moderna, funcionalmente moradias unifamiliares, rodeadas de espaços ajardinados e outros de uso produtivo ou de lazer, outros há que comportam pequenos blocos

residenciais, de propriedade horizontal, ou ainda moradias geminadas em banda; tal diversidade morfológica das áreas construídas está sem dúvida relacionada com a qualidade da habitação e, necessariamente, com níveis de preços. Para além da morfologia da casa rural temos dar especial atenção aos espaços verdes, dominantes nas áreas periurbanas. São as matas e florestas, os jardins e os campos de cultivo. Se num período não muito longínquo em termos históricos, mas geracionalmente bastante afastado, sobretudo se considerarmos a rapidez e intensidade das mudanças entretanto ocorridas – e estamos a referir-nos a meados do século vinte –, poderíamos encontrar paisagens onde predominavam os terrenos agrícolas, minuciosamente cultivados, limpos e ordenados, como se de um mosaico verde se tratasse. Esta era a paisagem que caracterizava a cintura rural da cidade de Coimbra, da margem esquerda do Mondego, até há pouco mais de trinta anos. Aí encontrávamos alguma especialização agrícola inserida no âmbito da policultura típica das cinturas de abastecimento alimentar à cidade, a horticultura. De facto algumas áreas eram eminentemente fornecedoras de produtos frescos ao mercado urbano – S. Martinho do Bispo, Ribeira de Frades, Taveiro e Cernache, as três primeiras no sector ocidental da coroa periurbana e a quarta no sector sul - e dessa função há marcas que prevalecem. De ontem ficaram muitos traços, sobretudo de âmbito socioeconómico. Ficaram, pelo menos vincados na memória dos que na época do arranque para o urbano, viveram. Ficaram imagens de vida, sinais inequívocos da ruralidade: como o xaile negro e o lenço, assim como ficou a lembrança de usos e costumes sociais, hoje perfeitamente anacrónicos, como a quase proibição do uso de certas peças de vestuário, sobretudo feminino, – considerado “só para senhoras” e socialmente censurado a camponesas. A marca da diferença está também na própria organização da sociedade camponesa, como vimos na 1ª Parte deste trabalho. E depois vêm os “artefactos”, com usos e importância diversa. Da cidade a marca é o automóvel, como outros usos do motor de explosão; meios de transporte e instrumentos mecânicos trazem o sinal do urbano, enquanto no campo restam ainda outras energias motrizes, outros veículos e diversos instrumentos. Entretanto, progressivamente, as mudanças foram miscigenando as paisagens e os territórios. E o rural foi volvendo urbano.

2. Portugal entre o rural e o urbano

O estudo da evolução das territorialidades periurbanas e das mobilidades das populações, à escala das células administrativas que compõem o concelho – as freguesias –, leva-nos a tecer algumas considerações sobre o papel da cidade nas dinâmicas da periurbanização. De facto, os processos de mudança e o conceito de cidade têm evoluído a ritmo acelerado, sobretudo nos últimos decénios, contribuindo para desencadear profundas transformações nos espaços envolventes da cidade. Consideramos, assim, algo pertinente fazer algumas reflexões sobre as “metamorfoses” da cidade cujo conceito, em termos de concentração e dispersão, tem também sofrido interessantes modificações. Começaremos por considerar o fenómeno da urbanização a uma escala que permita o seu enquadramento num espaço mais amplo e global, dando primazia ao contexto nacional e europeu. De seguida consideraremos os processos de urbanização, através das suas conotações locativa e funcional, colocando especial ênfase nas diversas perspectivas de abordagem das dinâmicas do fenómeno periurbano. Quanto às metamorfoses da cidade, remetem-nos para a problemática da dispersão e da rurbanização que trataremos à escala local.

2.1. Os processos e as escalas da urbanização

O processo de urbanização das sociedades é um dos fenómenos mais marcantes da actualidade. Herdado do século passado, prossegue neste com grande vigor e significado. Implica mudanças na identidade e fisionomia dos territórios, na estruturação da vida colectiva e individual, na planificação e gestão dos espaços e na respectiva governabilidade.

Em primeiro lugar importa referir que o fenómeno da urbanização não é apenas um fenómeno quantitativo, identificado com o crescimento das cidades e a concentração das populações em territórios urbanos, mas é também, ou é sobretudo, um fenómeno associado a mudanças sócio-económicas e culturais das populações, de que se destacam as alterações dos comportamentos e modos de vida, individuais e colectivos, das formas de actividade, da valorização dos tempos livres e das realizações dos projectos individuais ou comunitários. Como refere Placide Rambaud (1974:11) a urbanização, para além de

significar concentração de povoamento, deve ser entendida como “a difusão de um sistema de atitudes e de condutas próprias da sociedade urbana”. Por isso as políticas territoriais e urbanas não se podem limitar às questões quantitativas do alojamento, do uso do solo e das infra-estruturas, mas devem também considerar a necessidade de implementação de mecanismos de integração económica, social e cultural dos indivíduos nas comunidades. É certo que tais meandros mutacionais diferem de país para país e, dentro destes, de região para região e até entre cidades - uma vez que também é diversa, e crescentemente complexa, a realidade que lhes está subjacente -, sendo difícil estabelecer padrões gerais de actuação e necessário adequar as medidas à realidade que as exige e desencadeia.

Quando pensamos em planeamento e gestão dos espaços não há receitas mágicas, já aplicadas e comprovadas noutros contextos. Não há modelos de provada eficácia, testados noutros lugares e rapidamente importáveis. De facto, quando se pretende equacionar o crescimento das periferias, reestruturar os espaços e adaptá-los às novas procuras e novos usos, “cada caso é um caso” sendo necessário recolher informação, juntar e relacionar todos os elementos, de modo a compreender, em profundidade, os mecanismos das mudanças. É preciso conhecer os actores, as suas exigências, necessidades e eventuais frustrações territoriais, quer estas sejam de índole residencial, de carência de infra-estruturas sociais e/ou económicas ou de simples ligações viárias e de transportes. Depois, conhecida a realidade territorial, é necessário mobilizar meios, estabelecer temporalidades exequíveis, não perdendo de vista o balanço custos/benefícios, mas também não esquecendo que, ao nível do planeamento territorial, a competitividade não passa só pela procura de mais valias financeiras mas, sobretudo, pelo maior valor acrescentado de ordem social, cultural ambiental, que se reflecte em mais valias sim, mas de qualidade de vida.

É certo que não cabe aos poderes instituídos decidir do tipo de preocupações dos residentes nem da escala das necessidades contudo, conhecidas estas, cabe-lhes definir a ordem e nível de prioridades, já que compete ao governantes, qualquer que seja o nível de actuação, decidir sobre o que é bom para os cidadãos e para a cidade. Sem requintes de execução mas tendo presente os saberes adquiridos sobre o que a cidade precisa.

A transição para o urbano é um fenómeno contemporâneo e global que se desenvolve a ritmos diferenciados consoante os países e as regiões. Consiste na passagem de um mundo maioritariamente rural para uma situação matricial urbana. A avaliação da sua progressão coloca, à escala mundial, a questão dos limiares quantitativos ou dos

indicadores da urbanização. Sabemos que os critérios de definição variam em função dos Estados, contudo, a questão essencial coloca-se ao nível da aferição de instrumentos estatísticos, de que se destacam os Recenseamentos, do maior ou menor grau de fiabilidade na recolha de dados e leitura dos fenómenos (MORICON- EBRARD, 2001), daí que não seja fácil estabelecer critérios gerais de avaliação, nem tão pouco estabelecer as posteriores analogias. Postos de sobreaviso perante tais percalços vamos, de seguida, avaliar alguns dos patamares da urbanização.

2.2. A Europa e Portugal: os valores da urbanização

Actualmente a taxa de urbanização mundial já ultrapassa os 50%. Ora uma das regiões mais urbanizadas do mundo é sem dúvida a União Europeia, apresentando valores superiores a 80% nos países mais desenvolvidos do Centro Europeu. As suas políticas urbanas e territoriais, tendem a centrar-se na competitividade das cidades, na qualidade de vida das populações, na qualificação urbana e ambiental. Mantendo como referência padrões de vidas sofisticados, possibilitados pelo nível económico em que vive, a UE procura acertar o passo pelos processos de globalização e dinâmicas de desenvolvimento mundial.

Neste quadro de uma Europa demograficamente estabilizada e já urbanizada, onde se insere Portugal? Em primeiro lugar há que referir que tem, no contexto da Europa urbanizada, uma das mais baixas taxas de urbanização, 58% (PNUD, 2008). Para além de que a estrutura urbana portuguesa, desequilibrada e bicéfala, é dominada por duas grandes áreas metropolitanas, centradas em Lisboa e Porto; o país caracteriza-se ainda pelo facto de cerca de metade da população urbana estar concentrada em apenas catorze cidades com mais de cinquenta mil habitantes, sendo que oito delas se situavam no escalão de mais de cem mil habitantes: Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Almada, Coimbra e Funchal. É nas outras pequenas cidades, num total de cento e vinte sete, que reside a outra metade da população urbana.

Segundo outra fonte, agora nacional – o INE – as 141 cidades portuguesas (à data de Dezembro de 2004) concentravam, aproximadamente, quatro milhões de indivíduos, ou seja, cerca de 39% da população recenseada no país em 2001. Contudo, estas cidades ocupavam apenas 2% do território nacional e registavam uma densidade populacional

média de 2 187 habitantes por quilómetro quadrado, quase vinte vezes superior à média nacional (ATLAS DAS CIDADES DE PORTUGAL – Volume II, 2004).

De relevar que a taxa de crescimento da população para a média das cidades entre 1991 e 2001, ou seja, 3,9%, ficou aquém do crescimento verificado para o conjunto do território nacional, 5,0%, o que indicia um fenómeno de despovoamento dos centros de algumas cidades, sobretudo as de maior dimensão, como é o caso de Lisboa e Porto.

Poderíamos, assim, ser levados a pensar que Portugal seria ainda um país fortemente rural, conseqüentemente, sujeito a migrações campo-cidade, prosseguindo um caminho de aproximação aos níveis de urbanização europeus. Tal hipótese parece, contudo, não corresponder à realidade. De facto, quando falamos em rural há que não esquecer a dupla face da mesma realidade – a espacial e a populacional; se a primeira mantém grande relevância quantitativa já a segunda está cada vez mais vazia e depauperada. É a conhecida situação dos amplos espaços... sem homens. Para comprovarmos este fenómeno temos que o rural de baixa densidade (densidade média de 13 habitantes por quilómetro quadrado) corresponde a seis décimos da superfície de Portugal Continental ou seja, 60%, envolvendo 96 concelhos, mas detém apenas 7% da população (BAPTISTA, 2006). Tal deve-se ao facto de, ao longo de décadas, – anos de 1960, 1970 e 1980 – se estabelecerem fortes correntes migratórias campo cidade. Esses intensos movimentos de êxodo rural provocaram uma nova distribuição da população no território nacional, a qual se traduziu pelo esvaziamento do interior do país e correlativa concentração na faixa litoral, entre Setúbal e Braga, com especial incidência nas regiões polarizadas por Lisboa e pelo Porto. A estas mobilidades acresce a relativa estabilização da população nacional nos últimos decénios, decorrente da quebra do crescimento natural, facto que se soma às conseqüências do êxodo para acentuar o esvaziamento dos espaços rurais de baixa densidade.

Entretanto, nas cidades de média dimensão, assistimos ao que poderemos classificar como uma “fase terminal” do actual ciclo de esvaziamento dos campos (SOARES, 2001). Verificam-se pequenos índices de crescimento demográfico obtidos, em geral à custa da extensão do perímetro urbano ou do abandono de pequenos aglomerados da sua área de influência.

Em resumo, em 2001, cerca de 40% da população portuguesa residia em cidades. No extremo oposto, isto é, no rural profundo de baixa densidade, apenas estava cerca de 7% dos residentes em território nacional. A simples consideração aritmética destes valores é suficiente para que nos apercebamos da importância dos espaços em transição ou, talvez

melhor, dos espaços em recomposição, qualquer que seja a designação que lhes atribuamos.

Os valores referenciados indiciam que Portugal passou, numa primeira etapa, por transformações urbano-centradas. Esta forma de urbanização, conotada com a interpretação quantitativa do processo de urbanização, decorre do êxodo rural e teve como resultante a concentração da população nas cidades, mas apenas em determinadas áreas do território. Também deixam perceber, por outro lado, a não estabilização do processo, o qual prossegue mais enfaticamente focalizado, por razões socio-económicas e culturais, em territórios híbridos, que tendem a adquirir urbanidade sem necessariamente perderem a identidade rural (CASTELLS, 2001) ou, porventura, virem a adquirir a plenitude urbana.

Em jeito de conclusão deste item, podemos afirmar que as actuais alterações demográficas já não correspondem às alterações estruturais de uma sociedade rural para urbana, mas a ajustamentos, de uma sociedade “pré-urbanizada”, a novos padrões de vida e de habitat. Assim, o processo de urbanização em Portugal já não é a concentração massiva nas cidades, típica do sentido inicial da urbanização do centro Europeu, mas assume cada vez mais a forma de dispersão periurbana e rurbarana. É a resultante dos efeitos de atracção da cidade que foram dando origem a “subúrbios-margem”, caracterizados por pacotes de habitação densificados, frequentemente sub-equipados e às vezes clandestinos, ou a “subúrbios-jardim” de génese legal, com extensas áreas de loteamentos para moradias e com infra-estruturação inicial ou posterior (SOARES, 2001). Outro modo de urbanização é o que corresponde a áreas construídas mais ou menos dispersas no espaço rural, distribuindo-se ao longo de vias de comunicação ou em locais mais afastados mas com perspectivas, paisagísticas ou outras, optimizadas. De destacar um modelo de crescimento actualmente, e entre nós, em expansão: traduz-se no crescimento de agregados imobiliários, distribuídos em auréola ou em espaços excêntricos, à volta de centros urbanos secundários, que funcionam como satélites relativamente a cidades médias, é o designado processo de **rurbanização**, (BAUER, G., ROUX, J.-M., 1976) que, no caso de Coimbra é já bem sensível à volta de Lousã, Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo.

Podemos então afirmar, sem grande margem de erro, que grande parte da população portuguesa vive hoje entre a densificação dos *subúrbios* e a dispersão do *rurbano*. Territorialidades que, pese as diferenças socio-morfológicas, têm algo em comum: a

referência simbólica da cidade, com interpretações diversas e dando origem a desiguais estruturas económicas.

2.3. A urbanização e as metamorfoses da cidade

A cidade clássica começou por ser considerada, morfológica e funcionalmente como um aglomerado de construções contínuas, com fronteiras bem definidas e de fácil traçado. Espaço densificado por pessoas e actividades, centro das decisões administrativas e espaço de localização das actividades terciárias mais raras, é pólo aglutinador de uma, mais, ou menos...,¹ vasta região. A este território densificado começou a opôr-se, sobretudo a partir dos últimos decénios do século vinte, a cidade *dispersa - la ville éparpillée* ou os espaços “rurbanos”, assim definidos por BAUER e ROUX (1976). Valorizou-se a urbanização difusa (CLOUT, 1976; GAMA, 1992), surgindo também as referências à cidade *difusa* (BOERI e LANZANI, 1992). A noção de *métapolis* (ASCHER, 1996), bem como a de cidade *emergente* (GENEVIEVE e CHALAS, 1997) começam também a ser crescentemente utilizadas, sobretudo por especialistas da área da arquitectura. Enfim, podemos afirmar estarmos perante uma realidade territorial urbana cujas denominações e adjectivações deixam adivinhar complexidade, polimorfismo e, sobretudo, uma crescente multifuncionalidade dos territórios.

Actualmente o paradigma da densificação tem vindo a sofrer alguns ataques que se agudizam desde o final do milénio. Sobretudo desencadeados pelos discursos da preservação, nomeadamente os que mais incidem sobre problemas ambientais, nomeadamente concentração dos gases com efeito de estufa, acidificação das precipitações, índices de azoto na atmosfera etc., estão estreitamente relacionados com as excessivas densidades de actividades e pessoas, sobretudo condicionados pela multiplicação de veículos. Assim, cedo começou a ser posta em causa a questão da excessiva intensificação e paralela aglomeração, preconizando-se o retorno à extensificação (CAIROL, D., 2005; de GROOT, R., 2006; OECD, 2001), às baixas densidades e correlativa redução dos fluxos de pessoas e produtos, bem como decréscimo

¹ A extensão da *região urbana* vai depender da importância, e correlativo poder de atracção e/ou de difusão, da cidade em questão. Quanto maior for a dimensão do centro urbano mais ampla será a sua área de influência e, concomitantemente, mais extenso o raio da região que domina.

da circulação de veículos de transporte. Sente-se hoje que esse percurso tem necessariamente de prosseguir, visualizando-se o retorno a modelos de preservação de meios, de contenção de custos e de racionalização do uso dos recursos. Valores que, aliás, nos lembram as linhas identitárias das sociedades camponesas, bem evidentes no sistema de economia agrícola antes praticado (MATEUS, 1998).

No que respeita ao cenário supra a cidade cresce em função do aumento da população, pela paralela multiplicação de actividades e densificação construtiva. Foi o processo que generalizadamente vigorou quase até finais do século vinte e que se traduziu na densificação dos espaços da cidade, configurados ao casco urbano antigo, espacialmente limitados a um raio de escassos quilómetros.

Quanto ao outro cenário – o da difusão urbana – remete para a extensão do espaço de mobilidade e concomitante agregação de mais população e maior anexação de actividades. Tal implica a redefinição dos limites físicos da cidade, isto é, exige a reclassificação dos limites urbanos e integração na cidade de áreas antes rurais, frequentemente parte de cinturas periurbanas, com estruturas mais ou menos complexas e diversificadas.

Exemplificando com o caso de Coimbra temos a sua extensão física, século vinte e continuando na actualidade, ao longo do eixo ENE de Santo António dos Olivais ou um pouco mais a Norte, para Eiras. São duas freguesias rurais que progressivamente foram anexadas pela cidade. A esse crescimento físico soma-se a alteração qualitativa das características territoriais que envolvem as coroas periféricas da cidade, também designadas por “franjas urbanas”². Vejamos então, no item seguinte, como cresceu Coimbra relativamente às suas envolvências rurais.

² A franja rural-urbana pode ser definida como: “... área de transição do uso do solo, com mudança das características sociais e demográficas, situando-se entre a área urbana de edificado contínuo e mais ou menos homogéneo e as áreas suburbanas do lugar central (centro urbano) e do seu “hinterland” rural - caracterizado pela quase completa ausência de edificações, ocupações e usos não agrícolas do solo -, com uma determinada orientação social rural e urbana; com uma notória falta de serviços urbanos; uma falta de planificação urbana; com limites que vão más além da delimitação político-administrativa do lugar central; com uma densidade de populacional em crescimento, mais elevada do que as áreas rurais, mas abaixo da cidade centro...” (PRYOR, 1968).

3. O crescimento de Coimbra: Da densificação urbana à extensão em *mancha de óleo*

Desde o século dezanove até aos nossos dias a expansão urbana de Coimbra tem-se vindo a desenvolver segundo processos diversos e a ritmos diferenciados. Assim, enquanto na segunda metade do século dezanove e primeira do século vinte se assistiu ao crescimento generalizado da população em todas as freguesias do concelho de Coimbra, já no que respeita ao período pós Segunda Guerra Mundial até ao final do século vinte se operou um nítido avanço da frente urbana, ao longo de eixos viários estruturantes. Tal significou o arranque da periurbanização e a sua progressiva expansão, da qual claramente beneficiam, em termos demográficos, algumas freguesias das áreas rurais envolventes do núcleo urbano, em detrimento das que integram o casco inicial da cidade.

3.1. O crescimento demográfico

A partir de finais do século dezanove operou-se um aumento demográfico significativo nas freguesias do núcleo urbano de Coimbra, embora com ritmos de crescimento bastante díspares. O aumento populacional comportou-se da seguinte forma: Santa Cruz cresceu, entre 1884 e 1960, 257.2%; Sé Nova 260%; enquanto Almedina subiu uns modestos 49,5% e S. Bartolomeu apenas 9.2%. Apesar de ser indiscutível a densificação no casco urbano nos cem anos que medeiam entre 1864 e 1960, a análise localizada do crescimento leva-nos a considerar a existência de algum desequilíbrio na distribuição da população citadina e, concomitantemente, na densificação das freguesias urbanas. Com efeito, nas freguesias centrais, os maiores aumentos operaram-se, como antes referimos, em Santa Cruz e Sé Nova o que, para além da densificação do tecido do núcleo urbano, deixa transparecer o processo de expansão da cidade para a área rural envolvente, nomeadamente no sentido nor-nordeste, com a abertura da Avenida Fernão de Magalhães (em 1923) e a consequente densificação da EN1 desde a Estação Velha até à Pedrulha. Acresce que, para além das freguesias urbanas centrais também as mais periféricas, como Santa Clara e Santo António dos Olivais, viram a sua população aumentar significativamente destacando-se no contexto demográfico urbano, a primeira com um crescimento de 317,1% enquanto a segunda aumentou 394,1%.

Se até finais do século dezanove a grande marca do crescimento urbano foi a densificação construtiva e demográfica, já a primeira metade do século vinte foi marcada pela expansão da cidade para os arrabaldes, quer consideremos os mais antigos, já nesta altura integrados na urbe, como Santa Clara e Santo António dos Olivais - os quais cresceram, respectivamente, três e quase quatro vezes mais - ou outros mais recentes, antes identificados como periferia do espaço urbano, embora com características eminentemente rurais, tal é o caso de Eiras, que viu a sua população quadruplicar em cerca de um século: entre 1864 e 1960 cresceu 411.3%; também as freguesias de S. Paulo de Frades e S. Martinho do Bispo sofreram aumentos populacionais consideráveis com, respectivamente, mais 184.1% e 165.7%. Interessante verificar que, destas freguesias, Eiras foi a única a ser apontada, em meados do século passado, como um espaço rural tomado pela expansão urbana, dela se referindo já em 1960, ter “uma população predominantemente urbana (...) devido à construção de novos bairros e à extensão até ao local de transportes públicos” (Silva, A. C., 1967).

Apesar da extensão da cidade para os arrabaldes, antes referida, é já na segunda metade do século vinte que se estabelecem as mais estreitas relações centrípetas com os arredores, contribuindo para o seu crescimento demográfico e para as respectivas mudanças funcionais, normalmente no sentido do urbano. De facto, sabemos como é importante a escala ou dimensão das cidades para uma primeira caracterização da urbanização; se no caso das grandes metrópoles, são os efeitos de atracção exercidos a grande distância, e as mobilidades daí decorrentes, que marcam o processo de crescimento demográfico, já nas cidades médias o crescimento resulta mais das mobilidades endógenas, relativamente à região urbana, do que de migrações a partir de áreas mais afastadas. Há que sublinhar que as mobilidades não são indiferentes aos percursos urbanos: sabemos que a dicotomia rural/urbano, pré-industrial, se deveu à precária possibilidade de deslocação diária do campo para a cidade e correlativo êxodo rural, sendo aquela destronada pelo paradigma da continuidade entre o urbano e o rural, desencadeada pela industrialização urbana, acelerada pela motorização individual e posteriormente generalizada pela difusão do automóvel, acabando esta, por sua vez, por ser posta em causa com o advento dos novos paradigmas globais, (BAUMAN, 1999; SANTOS, M., 2000) centrados nas mobilidades planetárias, na quase ubiquidade da informação, na paridade territorial e nas questões relativas à qualidade ambiental. No caso de Coimbra, como de muitas outras cidades de média dimensão, à densificação e extensão urbanas, de finais do século dezanove a meados do século vinte, estiveram subjacentes os

deslocamentos quotidianos dentro da cidade, limitados pelo nível de eficácia dos meios de comunicação urbanos, enquanto a expansão para os arrabaldes assenta sobretudo nas consequências de um êxodo rural próximo.

3.1.1. Os contornos da suburbanização

Há várias décadas que se assiste na imediata periferia da cidade ao avanço da frente urbana, através da expansão de “urbanizações” mais ou menos descontínuas. É um crescimento frequentemente desorganizado, feito por adição de “pacotes” imobiliários e de loteamentos casuísticos, com alguma frequência carentes de infra-estruturas de equipamentos e de serviços. E como refere Soares (2003), dessa amálgama de asfalto e cimento, surgem espaços feios e melancólicos, feitos para alojar mas, “onde tudo falta para habitar e viver; contudo, e para descanso dos burocratas, seguramente que se encontram dentro dos perímetros urbanos aprovados³. Daqui resultaram espaços altamente densificados onde a construção absorveu a quase totalidade da área disponível faltando, em regra, as infra-estruturas de embelezamento e lazer que sequer lembrem as amenidades perdidas. Em regra, espaços ajardinados e parques infantis, bem equipados e dimensionados, de forma a dar à criança e aos mais idosos um pouco do tempo e do sol de um campo que se foi, são praticamente inexistentes. Tudo isso falta, porque não é rentável. Como faltam serviços e comércio que se constituam como espaços de encontro e convívio entre uma população desenraizada e, com frequência, socialmente desagregada.

É por isso que o termo suburbanização há muito nos remete para a ideia de uma *urbanização de segunda*, isto é, para um arranjo do espaço onde os interesses e os negócios do imobiliário se sobrepõem à real preocupação da qualidade ambiental e da excelência urbana. Sobretudo ignora-se o espaço, enquanto suporte da realidade social e cultural, que se pretende cada vez mais integrada e integradora.

³ Porque a aplicação do DL 445/92, de um momento para o outro, limitou o loteamento às áreas incluídas em perímetros urbanos, sem criar simultaneamente novos instrumentos de gestão dos solos urbanos e sem tão pouco haver a preocupação de se avaliaram os efeitos da sua aplicação no ordenamento e na gestão do território (SOARES, 2001).

Em Coimbra quando pensamos em suburbanização, há duas realidades que se perfilam e a pretendem significar: integração progressiva das margens rurais na cidade e espaços que, apesar de inseridos no perímetro urbano, continuam socialmente marginais. Estas são, efectivamente, duas realidades bem diversas que reflectem as possíveis sequências, ou consequências, do processo de suburbanização. A primeira decorre naturalmente do crescimento demográfico e espacial da cidade contínua, corresponde à renovação funcional, extensão da armadura urbana, paridade e integração territorial. São muitos os exemplos desta progressiva anexação do rural pelo urbano, desde o espaço da Quinta das Flores, à Quinta da Maia ou Banhos Secos. Relativamente ao primeiro caso, onde ainda não há muitos anos era frequente depararmo-nos com o bucólico quadro de um extenso rebanho a ser apascentado em amplos espaços verdes, progressivamente invadidos pela terciarização, até completo desaparecimento da actividade agrícola. É uma área que não é, nem nunca foi, um espaço urbano, já que não cresceu à volta de um centro urbano secundário nem tão pouco manteve alguma da sua identidade camponesa, passou sim pelo suburbano, sendo hoje um dos espaços habitacionais com maior cotação residencial na cidade. Valorizado sobretudo a partir da instalação de estabelecimentos comerciais de grande dimensão, facto que pareceria pouco compatível com uma função residencial de qualidade, pelos maiores fluxos que gera e pelo bulício que notoriamente se instala mas que, ao invés, se constituíram como elemento fundamental na estruturação do espaço e nos respectivos modos de apropriação. Assim, o que era, no século dezanove, periferia urbana volvendo depois, por meados do século vinte, subúrbios da cidade é hoje uma área nela plenamente inserida, cumprindo elevados padrões globais de qualidade urbana.

Já no que se refere à segunda situação referida, isto é a da prevalência de algum carácter marginal suburbano, temos casos de relevância como a expansão residencial a norte da Ribeira de Coselhas, centrada na EN1, envolvendo as áreas do Ingote e Pedrulha (CARVALHO, 2003, pp.105). Marcada pela presença de diversas unidades industriais e armazéns, aí encontramos um espaço algo desorganizado, com moradias em banda e blocos de prédios sem qualquer ligação entre si, já que nada se procura relacionar com nada; cada iniciativa visa apenas a rentabilização do terreno, sem qualquer preocupação ou critério (idem). Estes são alguns exemplos de um conceito de suburbanização que faz jus à raiz etimológica da palavra.

Já na margem esquerda encontramos subúrbios já muito próximos do urbano, em qualidade construtiva e organização interna dos espaços residenciais, embora com défice

de infraestruturas, decorrente da falta de modernização da rede viária e das acessibilidades. Ainda não estando completamente integrados na cidade mas, tudo o deixa prever, à beira da rápida inserção, falamos de Cruz dos Morouços e Banhos Secos. A primeira objecto de forte surto construtivo e disparo da procura imobiliária residencial, sobretudo no último decénio; a segunda mais relacionada com a expansão periurbana de há cerca de vinte anos, mas a ser absorvida em pleno pela cidade. Os dois casos parecem prefigurar a anexação pelo urbano e cedo volverem espaços residenciais de excelência.

O espaço suburbano, quer configurando ainda a marginalização e a segregação espacial ou avançando já no sentido da qualificação urbana, é sempre um espaço em transição, em geral já administrativamente integrado no perímetro urbano. Sabemos que entre o centro da cidade e os subúrbios distam escassos quilómetros ou há, até, contiguidade, mas é um espaço ainda em mudança. Assim, e à medida que o processo de urbanização vai avançando, a cidade estende-se para o suburbano, em mancha de óleo, daí resultando o alargamento do espaço construído em continuidade. Deste processo resulta, então e ainda, a cidade densa, contínua e contígua.

3.1.2. Os campos periurbanos de Coimbra

Os espaços rurais na proximidade imediata da cidade são os mais precocemente afectados pelos movimentos ditos de periurbanização. Ora um dos traços identitários dessas dinâmicas desenvolvimentistas é o crescimento demográfico; propiciado por um saldo migratório positivo está sobretudo relacionado com a progressiva chegada de novos residentes. Podemos, assim, reafirmar que periurbanização é sinónimo de aumento populacional, reflectido nas crescentes densidades demográficas das áreas envolventes dos centros urbanos. Vejamos, sob esta perspectiva, o que se passa no espaço envolvente da cidade:

Em Coimbra as mudanças no sentido da periurbanização ocorreram na segunda metade do século vinte, sobretudo depois de 1960. Através da análise dos dados (Anexo II) pudemos distinguir três etapas sucessivas, com dinâmicas diferenciadas e onde interagem agentes também diversos, são elas: urbanização periférica, sob a forma de densificação das margens urbanas e desurbanização do casco urbano central, periurbanização dos campos envolventes e, finalmente, rurbanização - sob a forma de crescimento de áreas envolventes de centros urbanos secundários, *satélites* de Coimbra.

Quanto à primeira dinâmica (suburbanização), acompanhada do esvaziar do casco central (desurbanização), sucede o crescimento/desenvolvimento da *terceira coroa* (periurbanização) e a difusão urbana em mancha de óleo que dá posteriormente lugar ao o aparecimento e desenvolvimento da dispersão urbana sob a forma de *rurbanização*.

3.1.2.1. Da densificação à extensão em mancha de óleo

A distribuição da população vista através da densidade populacional, em finais do século dezanove, permite-nos pôr em destaque a densificação do núcleo urbano central cujas freguesias apresentam densidades superiores a 550 habitantes por quilómetro quadrado, aliás patamar largamente ultrapassado por algumas como S. Bartolomeu (14 363.63 hab/km²) Almedina (2 274.3 hab/km²) e Sé Nova (1 972.7 hab/km²). De muito longe seguem-nas freguesias da imediata envolvência rural como Santo António dos Olivais (190.6 hab/km²), S. Martinho do Bispo (189.4 hab/km²) e Santa Clara (140 hab/km²). As restantes freguesias rurais apresentam densidades que rondam os 100 habitantes por quilómetro quadrado, como Cernache (118.2 hab/km²) ou estão francamente abaixo deste patamar como Antanhol (48.9 hab/km²) e Assafarge (75.9 hab/km²) relevando-se o seu carácter rural.

A densificação urbana continua a operar-se em 1961, começando, por outro lado, a evidenciar-se o início da extensão urbana. De facto Almedina viu a sua densidade demográfica subir para 3 399.1 hab/km², enquanto S. Bartolomeu cresceu para 15 686.4 hab/km² e Sé Nova aumentou para 7 103 hab/km², enquanto Santa Cruz (2 101.8 hab/km²), com extenso pseudópode para norte da cidade, subiu bastante de patamar de densidade. Das freguesias periurbanas uma das que mais cresceu na primeira metade do século vinte foi Eiras que passou de menos de cem habitantes por quilómetro quadrado para 442.1; também S. Martinho do Bispo iniciou o seu período de crescimento ostentando, já em 1960, uma densidade populacional de 503.2 hab/km².

Em 1981 podemos constatar a transferência ou o derrame de população para as franjas urbanas mais próximas e um relativo decréscimo nas freguesias centrais. Como exemplo das freguesias anexas que mais cresceram temos Santo António dos Olivais e Santa Clara, começando a notar-se já a extensão “em mancha de óleo” para S. Martinho do Bispo (716.6 hab/km²) e Eiras (909.2 hab/km²); de notar que Almedina e S.

Bartolomeu confinadas ao núcleo central perderam população o mesmo sucedendo a Santa Cruz.

A representação espacial da densidade populacional em 2001 (Fig. 3.1) permite-nos observar em primeiro lugar a maior concentração da população nas freguesias urbanas da margem direita do concelho, fenómeno sobejamente conhecido e tratado cujas razões de natureza histórica, física e económica (MARTINS, 1946) não iremos aqui aprofundar.

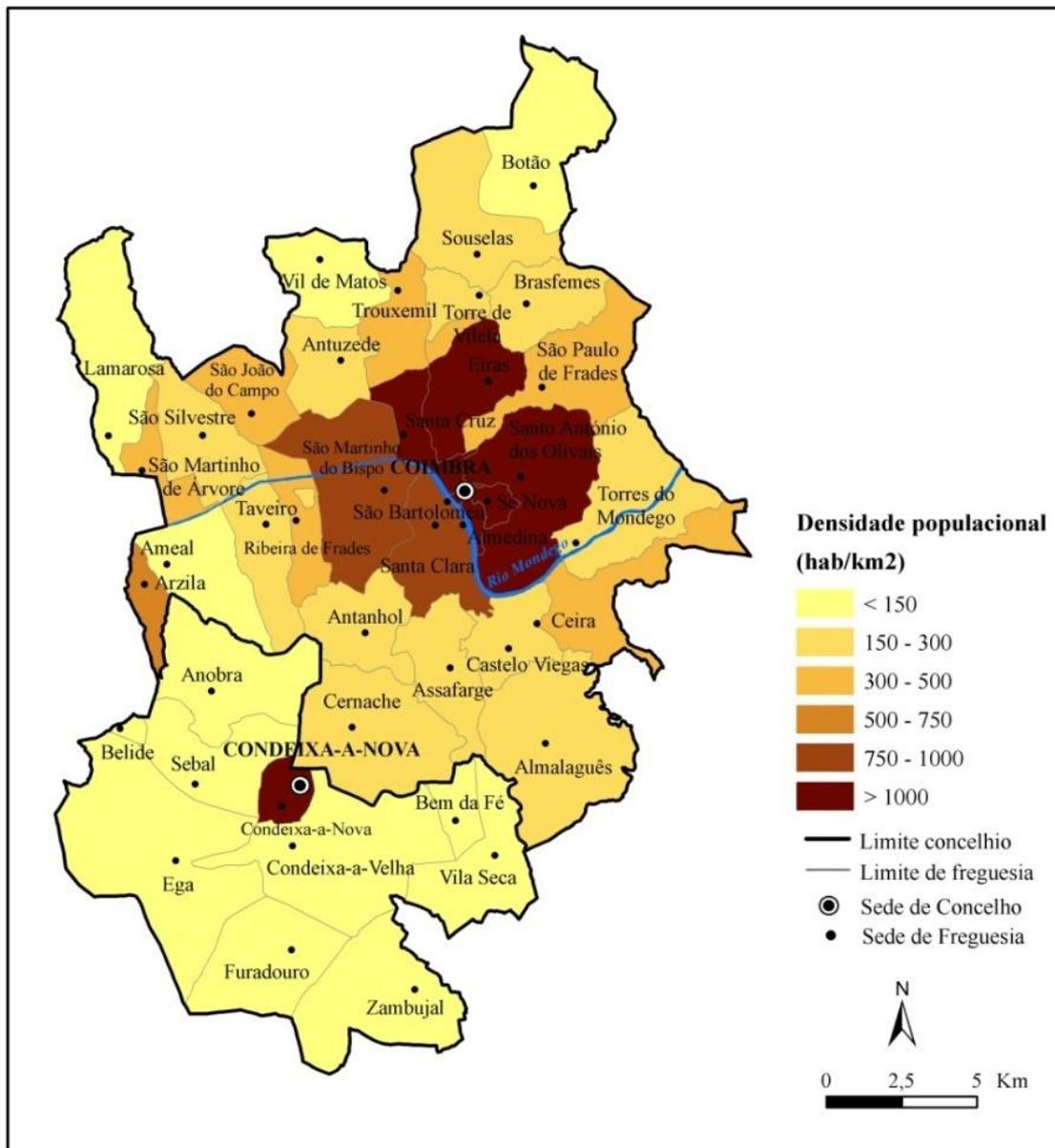


Figura 3.1 - A densidade populacional por freguesias em 2001, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova.

Fonte: Recenseamento Geral da População de 2001, INE

Em jeito conclusivo e através do gráfico da Fig. 3.2 podemos visualizar a evolução da densidade populacional desde a década de mil novecentos e oitenta até ao último recenseamento (2001), por freguesias. Destacamos em primeiro lugar o decréscimo populacional nas freguesias urbanas mais centrais, como S. Bartolomeu, Sé Nova e Santa Cruz, facto que vem corroborar o que antes afirmámos relativamente ao progressivo esvaziar do núcleo urbano primordial. Está, por outro lado, bem evidente o cenário correspondente à extensão urbana, em freguesias como Eiras, S. Martinho do Bispo e, de forma mais mitigada, Santa Clara. Quanto à periurbanização e respectivo crescimento espacial em “mancha de óleo”, assume relevância, embora menos evidente no gráfico pela necessária uniformização da separação angular, através do aumento da densidade demográfica, sobretudo no último período intercensitário, em S. Paulo de Frades, S. Silvestre, Trouxemil e S. Martinho de Árvore – freguesias da margem direita – bem como, na margem esquerda, Assafarge, Antanhol, Ribeira de Frades onde a densidade populacional subiu significativamente no período considerado; acresce que apesar de a representação gráfica não o reflectir o processo de periurbanização tem vindo a estender-se “em dedos de luva” no sentido Sul e tendo como eixo principal a EN1, na freguesia de Cernache. Também para Oeste, sobretudo após a abertura da via rápida de Taveiro e nesta freguesia, se tem assistido a um nítido avanço do processo de periurbanização.

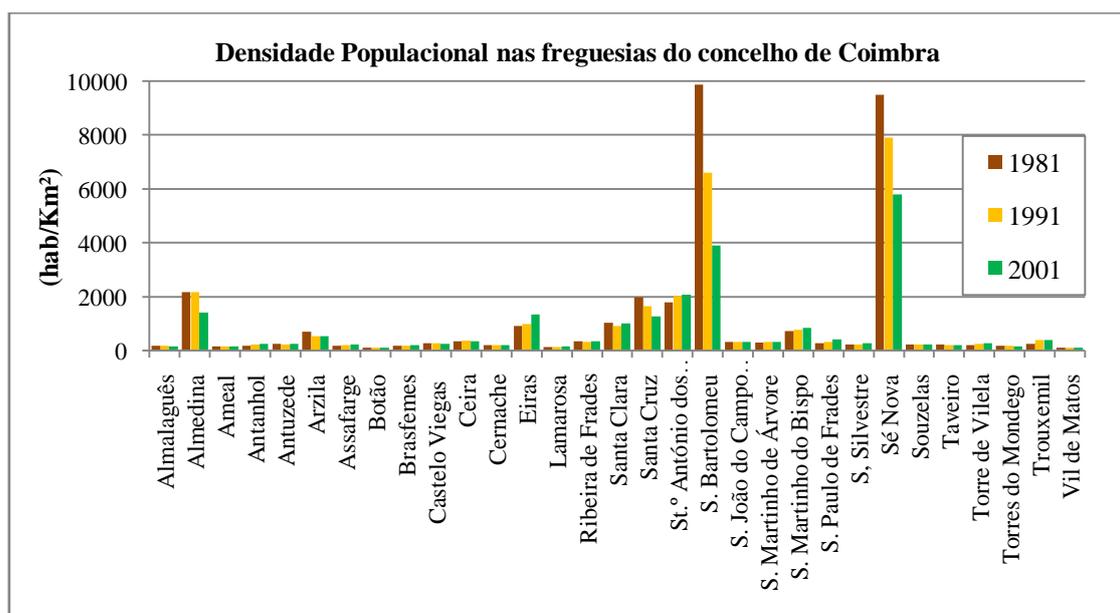


Figura 3.2 - Evolução da densidade populacional nas freguesias do Concelho de Coimbra

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE

3.1.3. A identidade do periurbano

Para melhor explicitarmos a sentido do fenómeno periurbano basta, de forma bem simples, atendermos à etimologia da palavra, *periurbanização*. Verificamos que é constituída pelo prefixo *peri* mais *urbanização* havendo, então, a considerar que estamos perante um processo de mudança do espaço rural que envolve, ou rodeia, a cidade. Aliás, segundo os dicionários, o *periurbano* designa o que está à volta da cidade (MACHADO,). Não é, contudo, consensual a sua delimitação. Se alguns autores consideram tratar-se apenas de áreas urbanas cuja construção é posterior à dos espaços centrais das cidades (LACOSTE, 2003), outros referem que o termo periurbano resulta do processo de periurbanização o qual, como etimologicamente se deduz, afecta o espaço “peri”, à volta de, que se situa para além de, neste caso para além do urbano, para além do centro da cidade e para além dos subúrbios. Corresponde às margens onde a frente urbana avança por espaços tradicionalmente rurais (LABORDE, 2005) onde as actividades agrícolas vão sendo progressivamente substituídas por outras funcionalidades correspondendo, no fundo, às franjas urbanas, internas e externas⁴.

É um conceito eminentemente locativo e *para* urbano – já que o sentido da mudança terá como modelo o centro da cidade – qualquer que seja o ângulo de observação considerado: morfologia e paisagem (espaços construídos com prédios esteticamente citadinos, maior densificação dos espaços); funcionalidade (regressão das actividades agrícolas e avanço de outros sectores de actividade económicos); sociedade (anonimato e individualismo, ausência de espírito comunitário); demografia (crescimento populacional, fluxos migratórios convergentes), sabendo que a mudança operada tenderá a aproximar territorialidades rurais e urbanas, mas sempre sob o comando destas.

⁴ A Franja urbana poderá ser subdivida em duas partes: 1) Franja interna: onde a ocupação rural está em avançado estado de transição para novos usos urbanos. Há avanço dos espaços construídos e terrenos em pousio social à espera das novas ondas de construção; 2) Franja externa: Aqui dominam os usos rurais mas, na paisagem, são já visíveis novos elementos urbanos. Contudo, muitas das manifestações são dificilmente perceptíveis na paisagem como a propriedade urbana da terra, comprada geralmente com objectivos especulativos e na expectativa de reconversão a usos urbanos. Igualmente, pode ocorrer que os proprietários-agricultores se antecipem ao futuro e decidam reduzir o nível de investimento na exploração (extensificação do sistema produtivo) (PRYOR, 1968; BRYANT et al., 1982).

Alguns autores, mais recentemente envolvidos nestas pesquisas, afirmam que o conceito de periurbano surgiu para designar uma *nova* morfologia espacial (idem, 2006). Ora, se considerarmos que as questões da periurbanização já são objecto de estudo desde meados do século passado, não poderemos aceitar estarmos perante *novas* territorialidades e novos paradigmas, mas temos efectivamente de reconhecer a grande actualidade e a premência de retomar questões que, pela sua importância económica e social, mobilizam cada vez mais especialistas. Estamos perante um espaço renovado, com fortes dinâmicas de crescimento, vinculadas a processos mutacionais, mantendo como modelo sempre o urbano local, hoje com alguma hibridização global.

Espaço miscigenado, resultante de combinações às vezes sincréticas, de elementos do sistema organizacional rural e um sistema de referência urbano, origina uma nova territorialidade ainda de cariz urbano. A não esquecer que o periurbano é um sistema mutacional “em movimento” (Fig.3.3), feito de interações e conflitualidades, cuja unidade e identidade resulta da conjugação dos interesses em jogo e dos equilíbrios conseguidos.

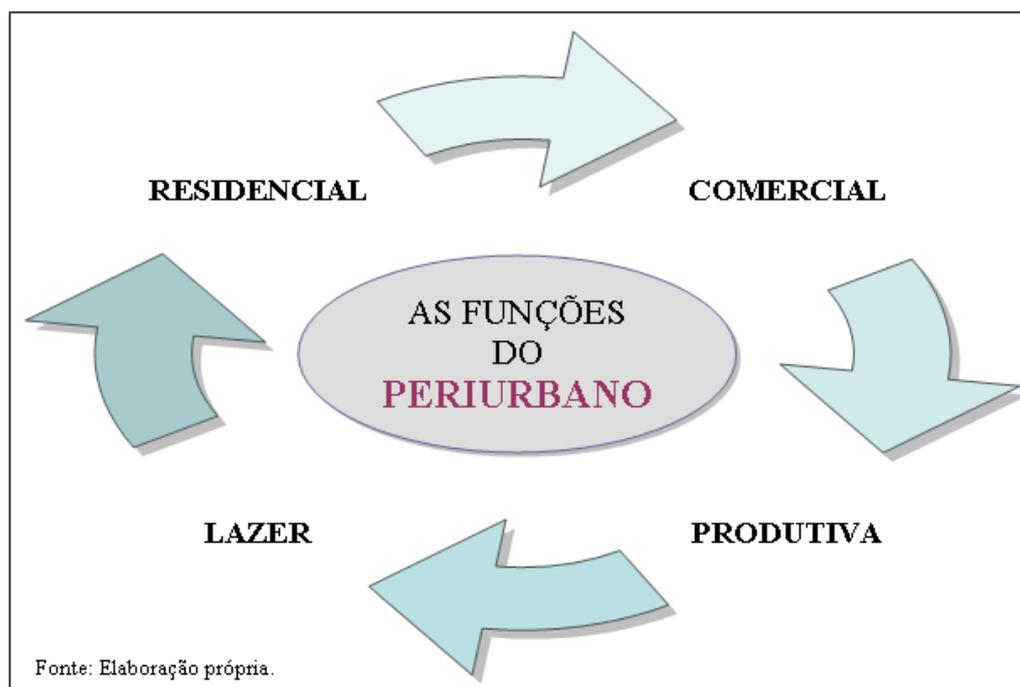


Figura 3.3 - O periurbano espaço de fortes mutações funcionais

Os objectivos de pesquisa concretizam-se na compreensão, à escala local, da forma como se gera, funciona e compõe o espaço periurbano, tendo sempre presente que estamos perante mecanismos de mutação com carácter transitório.

Se considerarmos a questão sob a perspectiva do modo como se gera e evolui o espaço periurbano teremos de atender aos agentes impulsionadores da mudança e, recuando no tempo, visualizar a passagem do campesinato ao capitalismo, enfatizando a prestação económico-social do operário-camponês (Mateus, 1998). Por outro lado, há que referir o desempenho directo de agentes exógenos dependentes da cidade, embora participantes de mobilidades inter-regionais. Aliás, sublinha-se a capacidade atractiva das áreas rurais envolventes da cidade, que muito cedo se manifestou (Mateus, 1985).

O funcionamento e evolução remetem para a interdependência com o urbano, renovando processos e dinâmicas, forjando novas territorialidades, desmontando morfologias e construindo novas paisagens. É assim que surgem novos e densos espaços residenciais enquanto mais além morrem aldeias e avançam bosques sobre ruínas.

No que à funcionalidade diz respeito (Fig.3.4) temos vindo a assistir a mudanças significativas. De facto as actividades de produção fundamentais típicas das envolvências rurais do urbano, de que se destacam as actividades agrícolas e transformadora tradicional, têm perdido significado, sobretudo pela fraca capacidade de competir num mercado cada vez mais global, a isto se acrescentando as transformações endógenas que dificultaram, até à inviabilização, o seu funcionamento. É assim que de quando em vez nos deparamos com testemunhos da anterior funcionalidade produtiva, desde os pousios sociais à arqueologia industrial. Em contrapartida o comércio tem mantido alguma vitalidade, desde o mais tradicional – sobretudo pela multifuncionalidade a que permanece fiel – ao moderno e renovador de proveniência exógena.

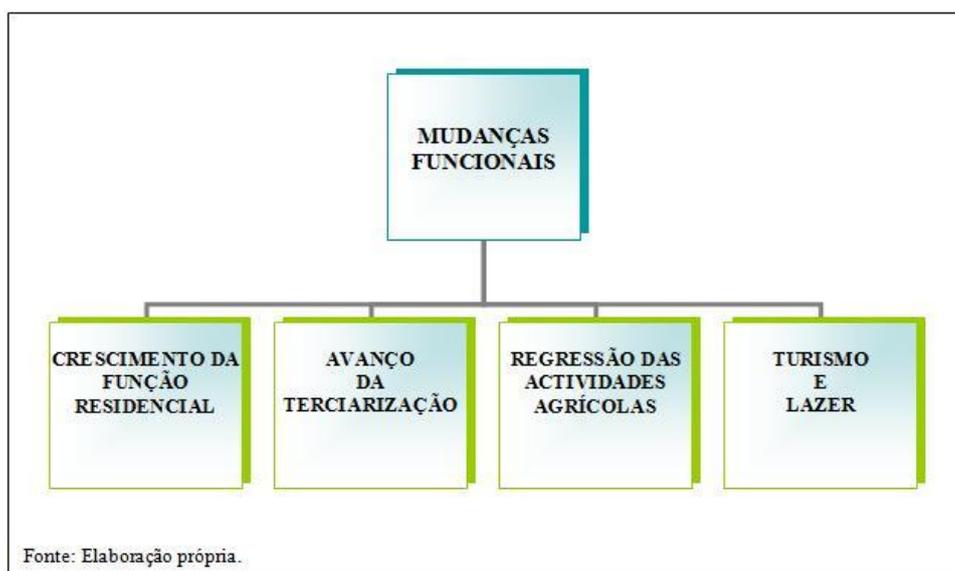


Figura 3.4 - Avanço da terciarização e regressão de actividades industriais e agrícolas

Para além das actividades de raízes camponesas e carácter local temos outras de cariz capitalista, de relativa e recente expressão, são elas as actividades vocacionadas para o turismo e lazer e a “vocação” residencial das coroas periurbanas. Destas a primeira referida- o lazer - tem adquirido crescente importância quando voltada para o serviço da população local ou, de forma mais ampla, para a satisfação da procura de visitantes⁵ de origem regional, nacional ou mesmo internacional. Neste tipo de fenómenos com carácter lúdico/cultural e influência nacional referenciam-se as ruínas de Conímbriga, (ALARCÃO, 1999) localizadas em Condeixa-a-Velha, em plena área rurbana coimbrã.

No que respeita à função residencial é crescente a sua relevância sendo hoje um dos elementos essenciais para a caracterização da periferia urbana. Desde finais do decénio de 1990-2000 que se tem vindo a afirmar a “vocação” residencial dos campos envolventes de Coimbra, com a progressiva transformação dos arrabaldes dormitório dos anos 1970 em territórios urbanos de carácter policêntrico, bastante procurados pela qualidade ambiental e oferta habitacional.

De um modo geral o crescimento das áreas periurbanas é bastante rápido, consequência de dinâmicas variadas onde interagem diversos actores, com interesses nem sempre convergentes. Este avanço rápido é nalguns casos anárquico, pela ausência de políticas gerais de ordenamento territorial que contemplem a expansão urbana marginal, que regulamentem a ocupação dos solos e previnam a especulação fundiária e imobiliária, desencadeadas por agentes diversos mas com interesses financeiros comuns. A promiscuidade funcional acontece com alguma frequência, pela sobreposição de actividades em temporalidades diversas ou pela contiguidade espacial num mesmo período temporal. Tal é o caso do espaço que medeia entre a antiga EN1 e a Variante de Cernache próximo da Casa Meada, quase no limite entre a freguesia de Antanhol e de Santa Clara; aí convivem lado a lado empresas diversas, industriais e do sector terciário, remanescentes agrícolas e espaços residenciais que, pela desorganização evidenciada, acabam por oferecer parca qualidade.

⁵ De acordo com dados do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), o Museu Monográfico de Conímbriga recebeu, entre Janeiro e Outubro de 2007, 110.355 visitantes, ocupando o segundo lugar no ranking dos museus nacionais (com um total de 1 073 121 visitantes), posicionou-se abaixo do Museu dos Coches líder, com 195 690 visitas.

Um dos pontos sensíveis à volta do termo periurbano é o da *continuidade* urbana ou da *contiguidade* entre o urbano e o rural o que, dito por outras palavras, poderá significar a anulação ou prevalência da distinção entre o *campo* e a *cidade*.

Para alguns autores o espaço periurbano é um espaço misto, ao mesmo tempo rural e urbano (DÉZERT, METTON et STEINBERG, 1991), perspectiva que, explicitada de forma tão simplista, não será a mais correcta uma vez que poderá remeter-nos para uma realidade diversa - o rurbano (BAUER e ROUX, 1976). Estamos, de facto, perante processos e territorialidades conceptualmente distintos, embora com alguma frequência confundidos.

Apesar da tentativa de escalpelizar conteúdos com vista à uniformização do conceito de periurbano, digamos que tal é praticamente impossível dada a diversidade de perspectivas de análise entre os autores que nele trabalham. Haverá, contudo, um tronco comum e que respeita às dinâmicas mutacionais que o animam: o periurbano é um conceito urbanocentrado, relativo e dependente (P. LABORDE (2005) daí que a periurbanização não possua existência própria, ela não existe senão em relação com um centro.

Depois da extensão em mancha de óleo de que resultou o alargamento dos espaços periurbanos em perfeita continuidade espacio-temporal no caso vertente – as freguesias envolvidas no processo são sobretudo as do concelho de Coimbra – entretanto surgiram, ou evidenciaram-se, outras dinâmicas agora contidas no conceito de rurbano.

A noção de rurbanização foi introduzida no mundo francófono em 1976, por G. Bauer et J.-M. Roux, para designar os fenómenos físicos e sociais de “l’extension disséminée des villes dans les espaces ruraux qui les entourent”. Mais de 30 anos depois, esta diluição do mundo urbano no campo não deixou de progredir, sobretudo nos países mais desenvolvidos, ao ponto de o famoso e bem distinto par, *cidade e campo*, se *entrelaçar* até ao incompreensível e imperceptível de um e de outro. Fala-se assim de cidade *difusa* ou, como disse A. Corboz, de *hyperville* (CORBOZ: 2000), mas mais exactamente alguns referem-se a uma *ubiquidade* completa da cidade no campo (S. BENDER e P. BÉBOUX: 2008).

O termo rurbanização deriva dos termos latinos «Rus», campo, e «Urbs», cidade. Depois da densificação urbana, dos efeitos de atracção emitidos pela cidade e correspondente êxodo rural assiste-se, na segunda metade do século vinte, a um movimento inverso que tira partido da crescente motorização individual que viabiliza mobilidades, agilizando os cidadãos que deixam a cidade para ir habitar nos campos “verdes e calmos”. Falamos pois do regresso, ou da vinda, de populações urbanas para as

periferias, em especial as que também estão próximas de um centro urbano secundário. Tal se explica em primeiro lugar pelo preço dos terrenos que desafia a concorrência urbana e por outro lado pela atracção pelos espaços tranquilos e saudáveis, embora bem longe do mítico do “idílio rural”. Rodear-se de cedros ou de muros cobertos de sebes, gozar da exclusividade das quatro paredes, poder praticar desportos ao ar livre no seu próprio terreno e, por outro, poder usufruir da proximidade do urbano face à pouca distância que dele separa. Tantas vantagens... Haverá inconvenientes?

Nos países mais evoluídos as consequências fizeram-se sentir no progressivo esvaziar residencial dos centros urbanos que, no entanto, não conseguem libertar-se dos veículos automóveis sempre na base dos movimentos pendulares que continuam, agora em sentido contrário, enquanto o campo vê as suas paisagens progressivamente invadidas por construções mais ou menos dispersas. Acresce que, sociologicamente, a mudança do urbano para o rural não é fácil. Frequentemente há o cansaço do silêncio, do vazio cultural, da calma excessiva e retorna-se para o bulício da cidade até se encontrar aquele paraíso que tenha efectivamente (ou transitoriamente...) o melhor dos dois mundos.

Propusemo-nos estudar a área envolvente de Coimbra, margem esquerda do Mondego, sector já há muito marcado pelas dinâmicas periurbanas e onde se tem vindo a afirmar um relativamente recente processo de rurbanização. Administrativamente a área envolve freguesias do concelho de Coimbra, aquelas onde se faz sentir a periurbanização, e freguesias do município de Condeixa – o centro urbano secundário “satélite” de Coimbra – pólo de um já avançado processo de rurbanização

O progresso da periurbanização e da rurbanização induz mudanças sociais, económicas e ambientais que podem ser equacionadas em vários âmbitos, entre os quais o do “ecossistema territorial”, que analisaremos de seguida.

3.2. Periurbanização e ecossistema territorial

O avanço das pesquisas científicas nas questões dos territórios periurbanos fez emergir o conceito de “ecossistema territorial”, entendido como o espaço composto por três conjuntos de elementos: do ambiente físico-biológico; do âmbito da construção e habitação; do ambiente antrópico, ou seja, população residente e dinâmicas sócio-económicas.

Da conjugação dos três conjuntos resulta a organização das sociedades e dos espaços, conferindo-lhe aptidões territoriais e novas funcionalidades (LARCENEUX, A.: 1996, pp. 137-156).

É nesse ecossistema territorial que teremos de equacionar as questões do periurbano, dando maior relevância aos ambientes de acção antrópica (construção e dinâmicas sociais) mas não ignorando a vertente do ambiente físico-biológico.

3.2.1.O contexto biofísico

As freguesias objecto de análise distribuem-se por um território que, apesar de relativamente reduzido, apresenta aspectos físicos por vezes bastante diversificados. Essa diversidade resulta, antes de mais, da frequente mudança de substrato rochoso, quase sempre correspondente à morfologia. Aliás, foi a própria estrutura geológica, por vezes bastante complexa, que ajudou a acentuar essas diferenciações. Finalmente, o trabalho sedimentar do rio Mondego e dos seus afluentes foi uma achega determinante na complementação do quadro onde assenta a vida das populações destas freguesias.

As diferenças, bem acentuadas, ressaltam a uma primeira, embora atenta, observação: Ceira, a freguesia do concelho de Coimbra mais do interior, está quase por inteiro na unidade morfo-estrutural do Maciço Marginal de Coimbra, o tramo mais ocidental do Maciço Hespérico, a esta latitude; todas as restantes assentam sobre a Orla Meso-cenozóica Ocidental. Só por isto já ressaltam diferenças.

Ao primeiro caso corresponde uma área que, em virtude de ter sofrido sucessivas surreições ao longo dos tempos geológicos recentes, para além da constituição litológica do seu substrato (composto por xistos précâmbrios), e do forte encaixe dos rios Mondego e Ceira, se apresenta particularmente acidentada. Os declives são fortes, os retalhos aplanados raros e, em regra, coincidentes com os cumes, que são alongados, estreitos e sinuosos, de tal modo que mal formam verdadeiras cumeadas. Em um ou outro patamar instalaram-se algumas povoações que praticam, no escasso terreno disponível e à custa da construção de socalcos, uma fraca agricultura de complemento a qual contrasta com a relevância económica da agricultura de “viveiros”. Em geral, os solos são pouco espessos, argilo-cascalhentos, ácidos, sendo normalmente *cambissolos húmicos*. A sua aptidão é florestal, que tem sido, aliás, continuada, pela dificuldade em lhe dar outro

qualquer uso. Não admira, portanto, que esta área esteja ocupada quase integralmente por matas de pinheiros que cada vez mais vão sendo substituídas por matas de eucaliptos. O acidentado do terreno, a fraca densidade de caminhos e a tendência para a mono-especificidade arbórea leva a que seja uma área com forte risco de incêndio florestal.

O rio Dueça, e o seu prolongamento pelo rio Ceira até ao Mondego, acompanha *grosso modo* o contacto entre o Maciço Marginal de Coimbra e a Orla Meso-Cenozóica Ocidental, aqui iniciada pela unidade geológica dos “Grés de Silves”. Esta unidade, formada por algumas sequências de conglomerados e arenitos, desenvolve-se segundo uma faixa que topograficamente se apresenta mais baixa do que as unidades encaixantes e constitui aquilo que foi denominado por “Depressão periférica” (O. RIBEIRO, 1970). Estende-se por grande parte da freguesia de Castelo Viegas e pela metade oriental da freguesia de Almalaguês.

A maior erodibilidade dos seus materiais em relação com os envolventes, assim como a densa rede de fracturas que a cortam, segundo as direcções preferenciais N-S, NW-SE, NNE-SSW e W-E (A. F. SOARES *et al.*, 1985), contribuíram para uma descida relativa dos seus cimos, do mesmo modo que para um encaixe rápido e profundo dos cursos de água afluentes esquerdos do Dueça, cujas cabeceiras se acham, em regra, nas colinas dolomíticas a ocidente.

A topografia acaba por ser, também, bastante acidentada, com vertentes íngremes e cumeadas pouco amplas, desenvolvidas em torno dos 200 m de altitude. Em alguns destes retalhos e junto aos fundos aluviais mais largos instalaram-se as aldeias e a sua parca agricultura. Os solos arenosos, um pouco mais evoluídos do que nos xistos, mas nem por isso mais ricos, têm aptidão fundamentalmente florestal e como tal têm sido usados com ocupação pelo pinheiro bravo e pelo eucalipto.

Contígua para ocidente e segundo uma faixa de 4 a 5 km de largura, desenvolve-se uma unidade morfo-estrutural cujo substrato é constituído por calcários dolomíticos e dolomias, e é denominada por “Colinas dolomíticas” (L. CUNHA, 1988). Nela estão contidas as freguesias de Assafarge, Bem da Fé, Vila Seca e parte das freguesias de Castelo Viegas, Almalaguês, Santa Clara, Cernache e Condeixa-a-Velha. Esta unidade, que está saliente relativamente às envolventes, inicia-se por uma costeira, mais ou menos recortada, alinhada no conjunto, dominante sobre os arenitos a oriente e bem marcada na topografia, de tal modo que a transição entre a depressão periférica e estas colinas se faz bruscamente. Nos seus pontos mais elevados estas colinas chegam a atingir a altitude de 300 metros, como por exemplo na freguesia de Vila Seca, com frequentes retalhos

aplanados. As colinas e os cabeços são arredondados, de vertentes suaves, sendo a topografia geral pouco acidentada.

Este tipo de material contribuiu para o aparecimento de solos tipo *rendzina*, nas vertentes mais acentuadas, e de *cambissolos cálcicos*, nas menos declivosas ou nos retalhos aplanados. Estes solos, em geral barrentos, têm permitido a produção vitícola e olivícola, desde que a topografia seja favorável. De facto, assim acontece em extensa mancha no extremo oriental da faixa e um pouco por todo o lado próximo das povoações. A restante área, mais declivosa, mais afastada das povoações e muitas vezes com mistura de sedimentos terrígenos, apresenta-se ocupada por pinhal.

A unidade morfo-estrutural que se segue a ocidente divide a área de estudo praticamente ao meio. Trata-se da "Depressão calco-margosa" (*idem, ibidem*) que se estende em tira, com a largura máxima de pouco mais de um quilómetro, desde um pouco a norte de Cernache até ao extremo sul da freguesia de Zambujal. A elevada brandura destes materiais permitiu a abertura da depressão e a construção duma topografia bastante suave. Os solos são barrentos, rendziniformes e têm sido usados na cultura da vinha e da oliveira, e quando o declive é suficientemente fraco também nas culturas cerealíferas. Nas vertentes um pouco mais inclinadas é frequente verem-se disseminados pinheiros mansos e ciprestes, compondo trechos paisagísticos de extrema harmonia e beleza.

Se a passagem das colinas dolomíticas para a depressão calco-margosa é feita sem ressaltos, já a passagem para as "Serras calcárias" (L. CUNHA, 1988) a ocidente é marcada por uma linha de costeiras, protagonizada pelos calcários margosos da base do Dogger. São estes calcários que dão corpo às elevações situadas logo a oriente de Condeixa-a-Nova e que, apesar de rondarem os 200 metros, recebem o nome de *serras* (Serras de S. Domingos, Avessada e Ponte).

Porém, é sobretudo a sul daquela vila, nas freguesias de Condeixa-a-Velha, Furadouro e Zambujal, que as serras calcárias alcançam a maior expressão e onde a altitude desta área de estudo é mais elevada (470 metros nas encostas da Serra do Rabaçal). O tipo de rocha, calcários, e sobretudo a tectónica são os factores que explicam a existência destas serras. Os calcários, principalmente do Dogger, muitas vezes bastante puros e dispostos em bancadas espessas, são retalhados por vários sistemas de falhas, com direcções preferenciais NE-SW, NNE-SSW e NW-SE, originadores do levantamento de compartimentos onde agora se situam as serras de Alcôncere, Cruto e Circo. Estas serras calcárias terminam abruptamente a ocidente também por acidentes de falha que põem muitas vezes os calcários a contactar com as formações terrígenas cretácicas.

As características dos calcários e a sua posição topográfica permitiram o desenvolvimento de todo um rol de formas cársicas (Foto 3.1) que dão sempre um cunho particular às regiões dominadas por esta rocha. As superfícies da rocha estão, em geral, recortadas por *lapiás*, preenchidos ou não por *terra rossa* ou por restos de depósitos cretácicos; os *vales secos* são a regra, assim como as *dolinas* que surgem um pouco por todo o lado, no fundo de vales ou nos cimos mais aplanados; espectaculares *canhões* talham profundamente os calcários com as suas paredes imponentes, onde por vezes se desenvolveram *buracas* (L. CUNHA, 1986); *algares* ligam a superfície com todo um sistema de grutas que, a maior ou menor profundidade, escoam as águas facilmente infiltradas, até às saídas marginais ao maciço, as *exurgências*, nascentes efectivas dos principais rios drenantes desta área.

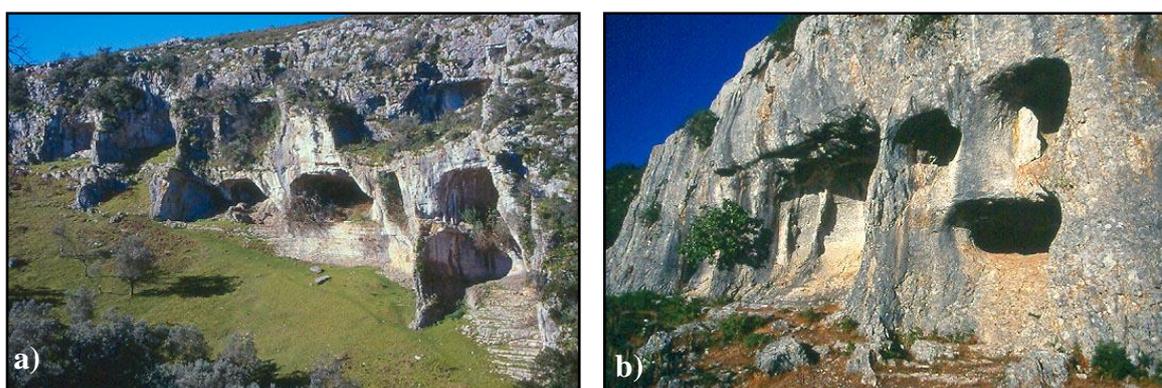


Foto 3.1 - Buracas do Casmilo (Sicó) (a) e pormenor da Buraca da Caveira (b).

Fonte: <http://www.ci.uc.pt/geomorf/>

Uma boa parte destas serras apresentam a rocha nua à superfície, ou então com uma magra e descontínua cobertura de solo entre os afloramentos rochosos que apenas permitem o desenvolvimento de uma vegetação herbácea ou subarbustiva, composta por espécies de origem mediterrânea, nem sempre objecto de pasto para o gado caprino ou ovino, uns dos poucos utentes deste espaço. No fundo de algumas das depressões maiores ou nos locais onde ainda restam depósitos terrígenos, os solos são mais espessos, em regra *cambissolos cálcicos*, muito pedregosos, no primeiro caso, ou *luvisolos* no segundo. Aí é praticada alguma agricultura, com destaque para o cultivo da oliveira. Nos locais de mais difícil acesso e onde os incêndios têm tido menos acção, ainda são visíveis

restos da cobertura vegetal original, composta, no essencial, por carvalhais onde o carvalho português (*Quercus faginea* Lam.) é a espécie dominante.

Geneticamente relacionados com as unidades calcárias a oriente estão os tufos calcários de Condeixa, dispostos segundo pelo menos dois patamares perfeitamente planos e que se distribuem em vários retalhos pelas freguesias de Condeixa-a-Velha e de Cernache. Pela sua posição topográfica e pela relativa permeabilidade da rocha, dão origem a solos profundos e ricos, com boa aptidão agrícola.

As restantes freguesias, situadas mais a ocidente, são morfologicamente bastante semelhantes, sendo dominadas por “colinas gresosas” (A. ALMEIDA *et al.*, 1990), com cimos amplos e aplanados resultantes dos entalhes fluviais posteriores ao desenvolvimento de plataformas marinhas plio-quadernárias. Com excepção do anticlinal de Dagorda, prolongamento oriental do sistema diapírico de Soure, com os seus afloramentos calcários do Lias e do Dogger, na freguesia da Ega, o substrato rochoso é composto por unidades areníticas e argilosas, por vezes um pouco grosseiras, que vão desde o Cretácico inferior até ao Terciário. Estão compartimentadas pelos vales das ribeiras de Antanhol, de Cernache e dos Mouros. Com a proximidade dos campos do Mondego as vertentes destas colinas são entrecortadas por patamares correspondentes a níveis de terraços fluviais, escalonados segundo dois níveis - o mais alto, o de Ameal-Santo Varão e o mais baixo, o de Tentúgal-Gabrielos. Sobre todos estes materiais se desenvolvem solos em regra evoluídos, *cambissolos dístricos*, ácidos, sempre que o homem não lhes fornece húmus; mas se sobre eles crescem matas de pinheiros, podem evoluir para solos podzolizados, ainda mais pobres. A sua aptidão é essencialmente florestal, apesar de serem por vezes intensamente ocupados pela agricultura, em especial nos terraços fluviais, com grande proliferação de olivais.

Com o assoreamento do fundo do vale do rio Mondego e dos seus afluentes, posterior à transgressão flandriana, criaram-se planícies aluviais que são uma das notas morfológicas mais identificadoras destas freguesias "borda d'água". Para além dos extensos campos do Mondego, outros mais estreitos se desenvolvem como digitações pelos seus afluentes ribeira de Cernache e rio dos Mouros. Com o abandono de terrenos dedicados ao cultivo do arroz e com um acréscimo de dificuldade de drenagem destas digitações, surgem com frequência paúis, dos quais se destaca o Paúl de Arzila, no *terminus* da Ribeira de Cernache. Salvo esta situação particular, as planícies constituídas por *aluviosolos* são áreas agrícolas por excelência, em especial para a horticultura e cerealicultura de regadio.

Hoje muitos dos espaços com aptidão agrícola, antes referenciados, estão incultos. Não por razões edafológicas mas, sobretudo, antrópicas; as transformações económicas operadas nas estruturas endógenas e as mudanças na conjuntura global levaram ao progressivo abandono da prática agrícola, multiplicando-se os designados “pousios sociais”.

As potencialidades produtivas, aqui postas em destaque, confrontadas com as novas procuras alimentares e renovados padrões dos consumos energéticos, parece indiciarem uma forte necessidade de reestruturação da actividade agrícola, nomeadamente nas franjas urbanas e no caso específico na área periurbana de Coimbra, coordenando as possibilidades de produção com as novas necessidades de consumo. Contudo esta é uma questão que merece reflexão aturada e análise profunda, num contexto temático específico (sistemas de economia agrícola), embora com carácter multidimensional - envolvendo o estudo dos impactos ao nível social, ambiental e de organização do espaço rural - e economicamente integrado “considerando políticas de desenvolvimento rural, aproveitamento racional dos recursos naturais, com preservação da sua capacidade regenerativa e estímulo às opções culturais mais compatíveis com as condições agro-climáticas e com as exigências qualitativas dos mercados” (Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, Lei 86/95 de 1 de Setembro).

3.3. Construção e Habitação

Como já referimos, a periurbanização é a progressiva transformação, no sentido do urbano, das áreas rurais envolventes da cidade. Ora, nestas periferias a descontinuidade dos espaços em construção é uma das marcas dos novos fenómenos de povoamento; frequentemente assumem a forma de *urbanizações*⁶ e resultam do loteamento de terrenos que antes tinham uso agrícola. (Foto 3.2)

⁶ O termo *urbanização* pode ser também entendido como espaço construído, com habitações contíguas ou com distribuição descontínua mais ou menos densa. É uma área residencial devidamente infraestruturada no que respeita à “armadura urbana”. Como em geral resulta do loteamento de um espaço que evidencia ainda carácter rural daí a designação de “urbanização”, já que esta é em termos comuns conotada com espaços construídos, em detrimento do rural identificado com espaços verdes com baixa densidade ocupacional.



Foto 3.2 – Ao longe a urbanização, envolvida pela floresta e por restos de olival.

O processo de periurbanização desenvolveu-se sobretudo a partir dos anos 1970, caracterizando-se pelo crescimento residencial resultado da vinda de jovens casais (ou menos jovens e mais adultos...), sobretudo da classe média. Foi nestes espaços periurbanos que se confirmaram, nos anos setenta-oitenta do século vinte, as *aldeias dormitório*, situadas na envolvência locativa e directa dependência laboral da cidade. A estes espaços está necessariamente associada a expansão imobiliária para melhor servir uma população em crescimento.

Assim, outro importante parâmetro a considerar no contexto do “ecossistema territorial” é o da habitação. Estreitamente relacionado com a componente populacional, nem sempre tem as mesmas dinâmicas, as mesmas temporalidades de crescimento ou os mesmos níveis de oferta/procura; aliás, os desfasamentos entre estas duas realidades - população e habitação - originaram alguns dos problemas mais prementes da territorialidade urbana contemporânea.

3.3.1. “Radiograma” da habitação

A investigação geográfica envolve sempre a abordagem pluri-escalar, necessária para melhor enquadramento dos fenómenos em análise, começamos então por analisar alguns

indicadores relativos ao parque imobiliário português, destacando as suas características essenciais:

A dinâmica do parque habitacional português caracteriza-se, neste início de milénio, fundamentalmente por: um elevado ritmo construtivo; uma percentagem crescente de ocupantes proprietários; uma fraca dinâmica do mercado do arrendamento; uma percentagem elevada de fogos vagos, dos quais um peso significativo se encontra em mau estado de conservação ou já degradados. Acresce ainda a referência ao elevado número de alojamentos classificados como de segunda residência, “sem que existam elementos de elucidação claros acerca do seu significado e impacto, quer nos modos de vida, quer na economia turística” (PLANO ESTRATÉGICO DA HABITAÇÃO: 2007).

3.3.1.1. Ritmo da construção ou a intensidade de crescimento do imobiliário

A dinâmica construtiva das áreas envolventes da cidade reflecte a forte expansão do mercado imobiliário em Portugal nas últimas décadas. De facto, o recenseamento à habitação de 2001 veio confirmar que o parque habitacional português manteve na década de 90 o ritmo de crescimento intenso que vinha registando desde 1970. Contudo, desde início deste século temos vindo a assistir a alguma desaceleração do ritmo construtivo, mas ainda com valores menos significativos que as quebras registadas noutros países, nomeadamente europeus (idem).

O aumento dos alojamentos ao longo das três últimas décadas foi sempre superior a 20%, ainda que as taxas de crescimento tenham diminuído de intensidade ao longo do período: 27% no decénio de setenta, 22% no decénio de oitenta e 21% no de noventa.

De salientar que o número de alojamentos praticamente duplicou, entre 1970 e 2001, e registou um ritmo de crescimento sempre superior ao do número de famílias, o que colocou Portugal com o segundo maior rácio de habitação por agregado familiar no seio da EU (íbidem).

A análise da dinâmica construtiva nas áreas periurbana e urbana, exige a consideração dos dados relativos aos dois concelhos que escolhemos para o nosso estudo de caso: Coimbra e Condeixa-a-Nova. O período em causa começa em 1981 até 2001, o ciclo de consolidação do periurbano e início da urbanização.

O gráfico da Figura 3.5 permite-nos corroborar o que já afirmámos, embora com outros indicadores: a actual expansão do suburbano, do periurbano e do urbano enquanto

as áreas centrais do espaço urbano – a cidade histórica – estão a regredir. A variação do número de edifícios é demonstrativa das novas dinâmicas; assim enquanto no concelho de Coimbra se registaram, em 1981, 29 782 edifícios, no de Condeixa o total foi de 4 534; em 2001 computaram-se nos dois concelhos, respectivamente 35 807 e 5 588 edifícios.

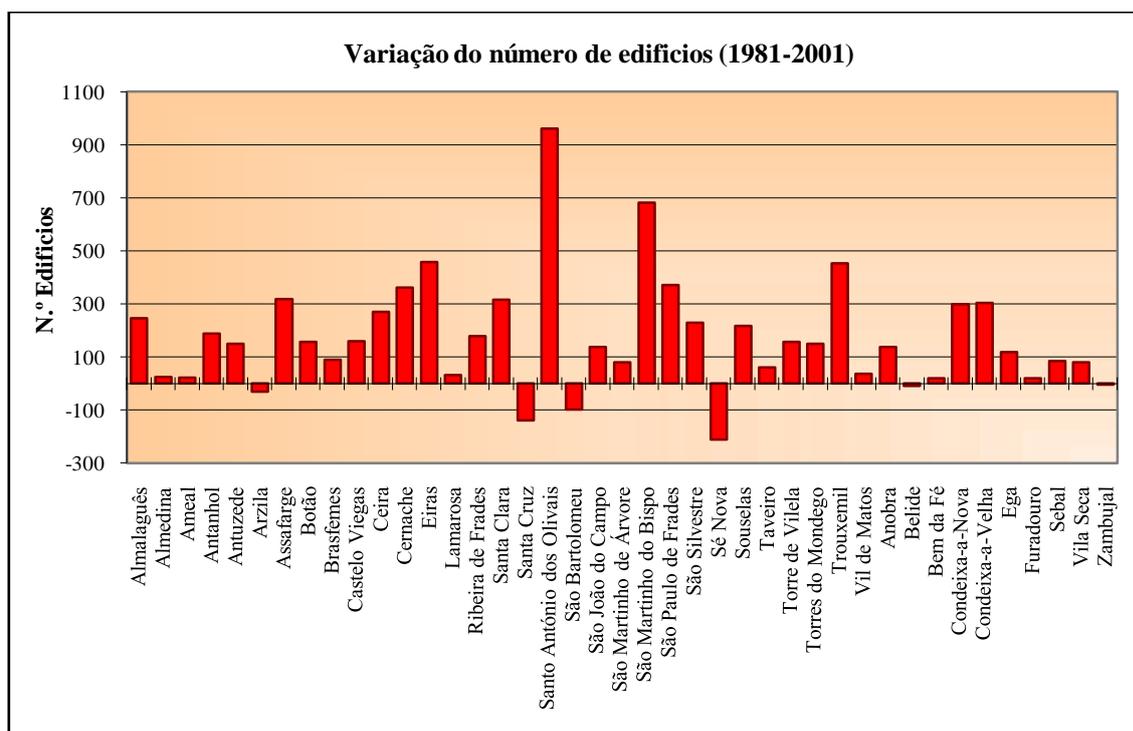


Figura 3.5 - Variação do número de edifícios, entre 1981 e 2001, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova, por freguesias.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 2001.

Os valores absolutos mascaram contudo os ritmos de construção, de facto enquanto em Coimbra a construção aumentou 20,23% já em Condeixa o valor relativo ascendeu a 23,24%; temos assim uma dinâmica construtiva com maior ritmo de crescimento num concelho até aqui considerado *rural* do que num concelho *urbano* o que poderá ser visto como contrariando a tese do “tudo é urbano”, pelo crescimento da construção nos espaços de mais baixa densidade ou, ao invés, como a passagem ao urbano e consequente regressão do rural. Parece-nos termos, antes de mais, de reconhecer as recentes dinâmicas mutacionais, no sentido da ascensão da nova cidade, onde os sinais do campo permanecem. As freguesias que tiveram maior crescimento construtivo foram, em

Coimbra, Santo António dos Olivais, S. Martinho do Bispo, Eiras, Trouxemil e São Paulo de Frades, pondo em destaque a extensão urbana para o espaço rural envolvente; já no que se refere a Condeixa destacam-se sobretudo as freguesias de Condeixa-a-Nova, facto que não surpreende dado ser a da sede de concelho, e a de Condeixa-a-Velha próxima do centro, bem servida de rede viária e dispendo de terrenos urbanizáveis a preços mais acessíveis do que na cidade. De relevar que no período em causa, para além das freguesias do centro histórico de Coimbra, a variação foi também negativa ou quase nula em algumas áreas mais afastadas, como Arzila e Lamarosa, no concelho de Coimbra, Belide, Zambujal, Furadouro e Bem da Fé, no Concelho de Condeixa. Estas são freguesias que, por razões várias, se situam para além do periurbano e, por outro lado, não reúnem condições de rurbanização

No gráfico da Figura 3.6 está representada a densidade construtiva, isto é, o número de edifícios por quilómetro quadrado, permitindo-nos avaliar a pressão do imobiliário por freguesias. Neste contexto informativo destacam-se indiscutivelmente as freguesias urbanas mais antigas como São Bartolomeu, Sé Nova, Almedina, logo seguidas por Santa Cruz, Santo António dos Olivais e Santa Clara. Tal facto decorre da densificação demográfica e concomitantemente construtiva que, no que respeita ao centro histórico, se processou ao longo de séculos. De salientar ainda que enquanto é nítida a descida, entre 1981 e 2001, em São Bartolomeu e Sé Nova, se notam ganhos de densidade sobretudo em Santo António dos Olivais, S. Martinho do Bispo, Eiras e, de forma bem expressiva no último recenseamento, Assafarge e Antanho, embora nestas os valores da densidade ainda sejam baixos, respectivamente 32.79 e 19.20 edifícios por quilómetro quadrado, o que deixa antever a capacidade de acolhimento ainda existente.

No que se refere ao Concelho de Condeixa é notório o crescimento da freguesia da sede concelhia (202.02; 244.96; 288.18 edf./km²), ganharam também densidade construtiva Condeixa-a-Velha (32.22; 38.34; 4.79 edf./km²) e Vila Seca (2.12; 31.44; 35.60 edf./km²), embora dentro de parâmetros bastante mais baixos.

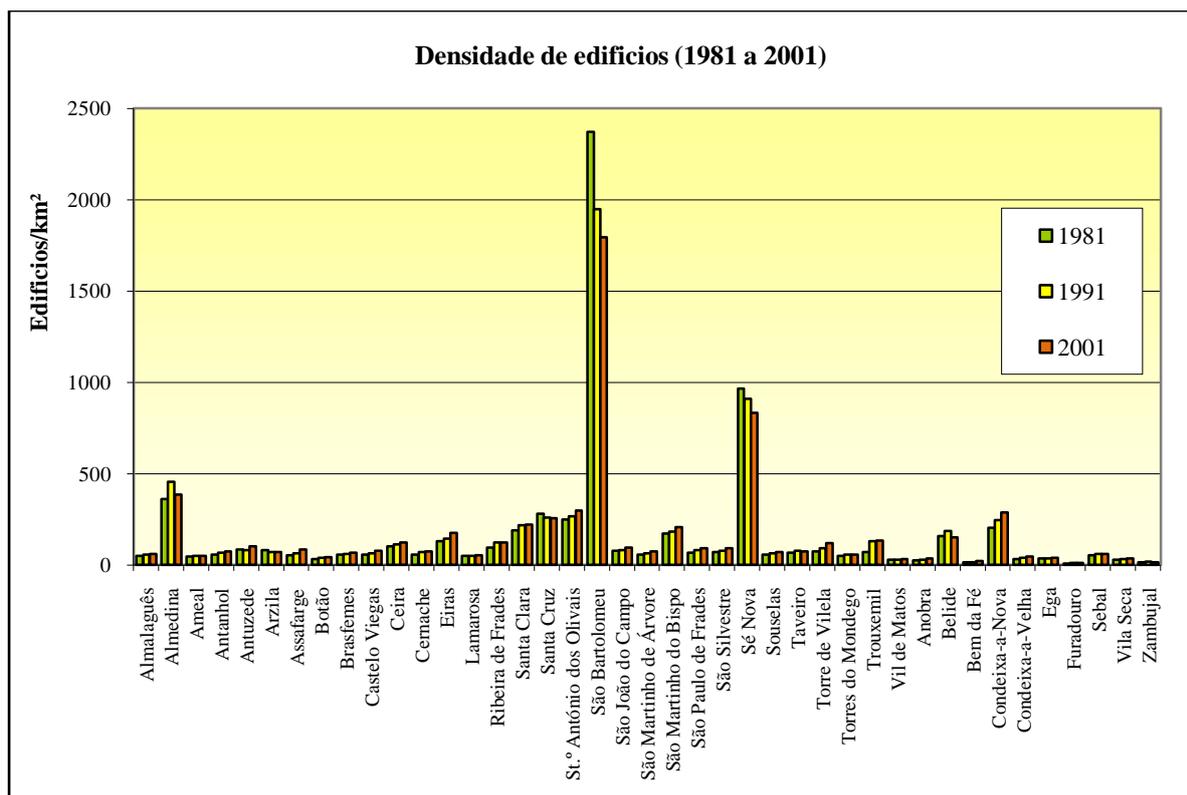


Figura 3.6 – Evolução da densidade de edifícios entre 1981 e 2001, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova, por freguesias.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001.

3.3.1.2. Os edifícios e os tipos de utilização

Através do gráfico da fig.3.7 podemos observar a dominância residencial no tipo de utilização dos edifícios. No total concelhio a proporção de edifícios exclusivamente residenciais ascende em Coimbra a 92.6% e em Condeixa a 95.2%. Este indicador permite distinguir, em oposição, o núcleo urbano central preponderantemente não residencial, no contexto concelhio. Assim temos freguesias como São Bartolomeu, Santa Cruz, Almedina e Sé Nova onde os valores são relativamente mais baixos, respectivamente 51.5, 72.2, 79.7 e 81.5% de edifícios com ocupação residencial. Ao invés são as freguesias mais rurais as que dispõem de maior valor relativo de edifícios exclusivamente residenciais, em Coimbra são, naturalmente, as que patenteiam maior grau de ruralidade como Vil de Matos e Lamarosa com, respectivamente, 98.6 e 97.3% dos edifícios com utilização exclusivamente residencial. No concelho de Condeixa temos as freguesias da serra calcária como Furadouro, Vila Seca, Bem da Fé e Zambujal que

detêm maior percentagem de edifícios de uso residencial, respectivamente 100, 98.9, 98.6 e 98 %. Nestas freguesias no extremo oposto situam-se os usos principalmente não residenciais, os menos representados os quais assumem valor mais significativo nas freguesias mais urbanizadas, onde a utilização para fins empresariais – do terciário ou do secundário – adquire maior relevo, estão nesta situação freguesias como Eiras, para além, claro, das do centro histórico.

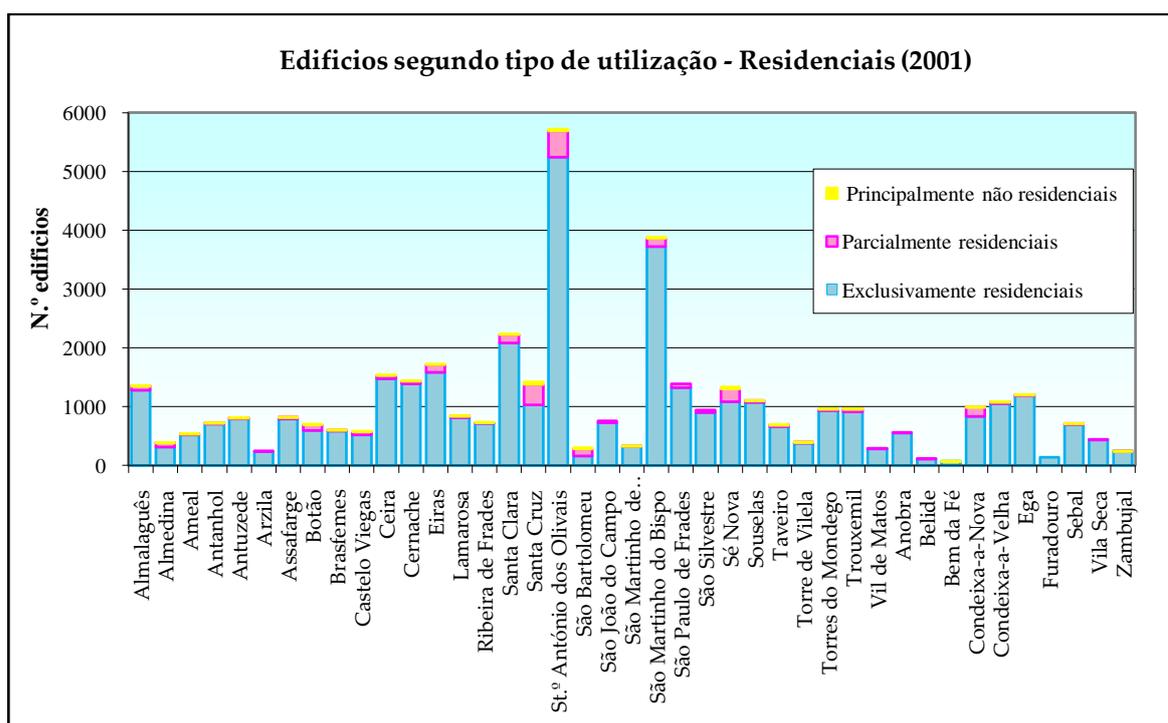


Figura 3.7 - Distribuição dos edifícios segundo o tipo de ocupação, em 2001, por freguesias, nos concelhos de Coimbra e Condeixa.

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001.

3.3.1.3. Formas de ocupação da habitação: primado da propriedade e problemas do arrendamento

À escala nacional o acesso à propriedade da habitação tornou-se tendência dominante. Os alojamentos ocupados pelo proprietário em 1981 representavam 57% dos alojamentos de residência habitual, enquanto em 2001 o valor ascendia a 76%. Inversamente, os alojamentos de residência habitual ocupados por arrendatários perderam peso (39% em 1981 face a 21% em 2001) (in Plano Estratégico da Habitação, 2008).

Os concelhos de Coimbra e Condeixa acompanham a moda nacional, isto é, constata-se a dominância dos alojamentos ocupados pelo proprietário e a tendência decrescente do arrendamento (Quadro 3.1). Tal foi o verificado em 1991 e 2001 no concelho de Coimbra em que o arrendamento passou de 30.5% para 23.6%. Relativamente a Condeixa a ligeira subida operada, no arrendamento, reflecte de alguma forma o avanço da mudança no sentido do urbano, tendência que parece ser confirmada na análise à escala da freguesia.

Quadro 3.1. Tipo de Ocupação da habitação

Concelhos	Ocupados pelo proprietário (%)		Arrendados ou subarrendados (%)	
	1991	2001	1991	2001
Coimbra	61,2	72,2	30,5	23,6
Condeixa-a-Nova	87,3	90,2	7	7,6

Fonte: INE

A ocupação da habitação pelo proprietário é francamente maioritária nas freguesias da envolvência rural ao contrário do que sucede no núcleo urbano, onde se regista a situação inversa (Fig.3.8). Se considerarmos a situação em 1991 e 2001 verificamos que houve um aumento do acesso à propriedade da casa e a diminuição – ou pelo menos a estabilização – do mercado de arrendamento nas freguesias da extensão urbana ou das franjas rurais envolventes. As razões que explicam tal dinâmica ocupacional estão sem dúvida relacionados com valores culturais, já que o grande ensejo dos portugueses é serem donos da própria casa o que, por sua vez, lhe faculta a melhoria do posicionamento social, aliás um traço comum na generalidade dos países europeus até aos finais do século vinte; outra razão tem a ver com o fácil acesso ao crédito, frequentemente bonificado acrescido da melhoria generalizada, na segunda metade do século vinte, da situação financeira das famílias; a tudo isto está subjacente, sobretudo nas áreas rurais, o baixo custo dos terrenos e a relativa profusão da oferta de imóveis construídos, nesta altura, em algumas freguesias periurbanas.

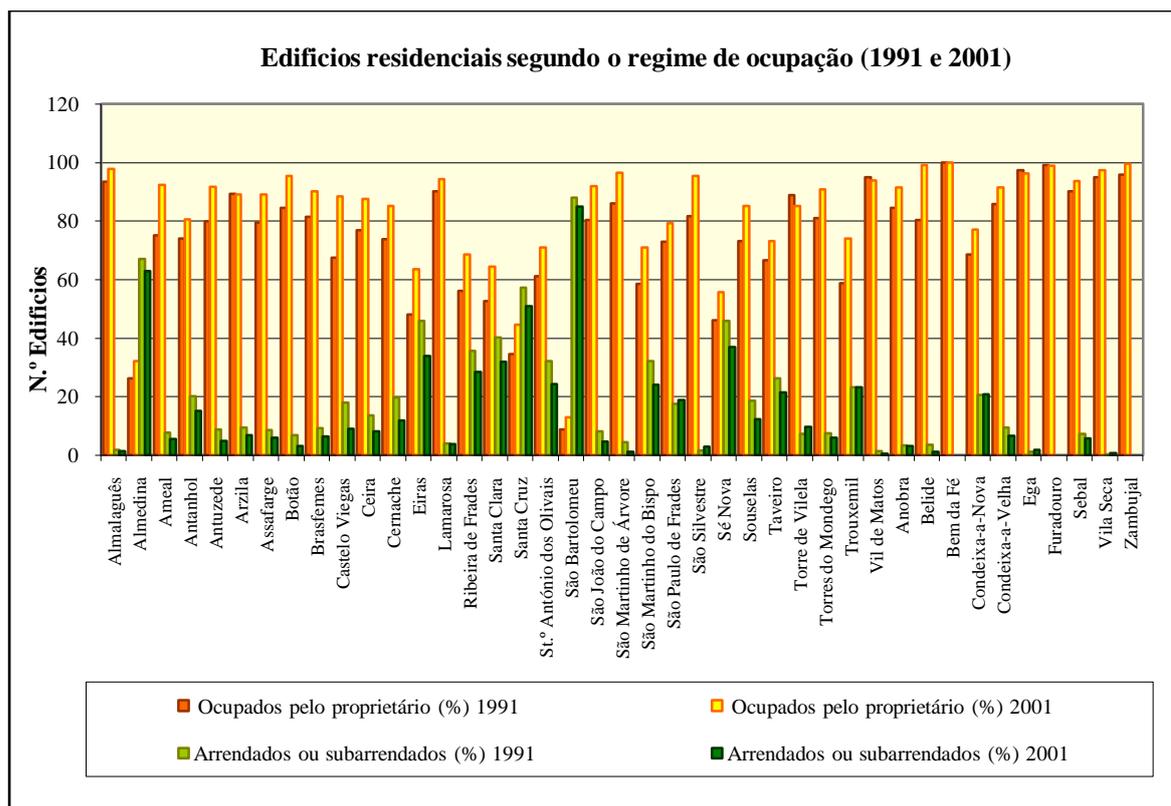


Figura 3.8 - Distribuição dos edifícios residenciais, segundo o regime de ocupação, em 1991 e 2001, por freguesias.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

A análise atenta do gráfico da Fig.3.8 permite-nos constatar em primeiro lugar a primazia da forma de ocupação pelo proprietário nas freguesias dos dois concelhos em estudo. Temos, depois de uma observação mais atenta, de sublinhar que se verificou uma subida da ocupação própria em quase todas as freguesias, a exceção no concelho de Coimbra remete-nos apenas para valores de estagnação verificados em Arzila, de 89.3% para 89% e, em Condeixa, temos ligeira regressão em freguesias como Ega, que passou de 97.4% para 96.3%, Furadouro, com 99% e 98.8%; acresce que a freguesia mais pequena do concelho de Condeixa, com características profundamente rurais, Bem da Fé, manteve, em 1991 e 2001, o pleno da ocupação própria.

Este item permite-nos concluir que são muitos os residentes com habitação própria, o que não significa que as casas sejam as mais adequadas às necessidades. A questão que se coloca é a de saber se a tendência de crescimento da propriedade da residência se tem mantido ou se eventualmente se retomará - uma vez que a dificuldade no acesso à habitação própria está a crescer - tal será confirmado, ou infirmado, à escala de freguesia, pelo próximo recenseamento. Tudo parece apontar, no entanto, para a estagnação do

mercado de compra de habitação, sendo uma das principais causas a suspensão do regime de bonificação dos juros e, mais recentemente, as próprias restrições ao crédito imobiliário. Tal veio prejudicar o acesso à habitação por parte de franjas da população mais desfavorecidas, dos mais jovens e das famílias obrigadas a mudar de residência por mudanças de emprego, levando-os a tentar o mercado de arrendamento.

Não podemos, contudo, esquecer que as condições de precariedade locativa ou de transitoriedade da permanência no periurbano arrasta situações que agravam ainda mais o frágil mercado do arrendamento. De facto, o incumprimento da legislação que prevê direitos e deveres das partes envolvidas tem repercussões nos dois lados da questão, isto é, acaba por fragilizar o mercado do arrendamento, quer o consideremos na perspectiva do senhorio quer do arrendatário. Relativamente ao primeiro, a falta de garantias aliada ao desconhecimento da pessoa que se propõe ocupar a sua casa transforma o arrendamento num jogo de acaso, que tanto pode correr bem como ser desastroso, sob o ponto de vista humano e financeiro. É que as mudanças territoriais e sociais do periurbano estão também aqui patentes. Se antes do avanço das novas procuras residenciais o mercado do arrendamento era dinamizado por agentes locais, conhecidos e reconhecidos, sendo quase despidendo o factor aleatório na execução dos contratos de arrendamento, já o mesmo se não passa quando as partes se desconhecem, quando quem vem procurar casa é perfeitamente desconhecido, desenraizado e frequentemente transitório. É assim que os riscos de o senhorio se ver confrontado com incumprimento de pagamento, casa abandonada sem que a chave tenha sido entregue, ou até mesmo situações de subaluguer ilícito e degradação do imóvel são elevados. Depois, quando o proprietário se vê na contingência de ter de recorrer aos trâmites do poder judicial para reaver rendas e/ou o imóvel, confronta-se com a ineficácia, a morosidade e inoperância da justiça.

Vista a questão na perspectiva do inquilino os inconvenientes são de outra ordem. Em primeiro lugar temos de considerar o elevado preço da qualidade e a frequente incapacidade financeira do interessado para lhe fazer face. De facto os imóveis novos e/ou em boas condições de habitabilidade acabam por ser escassos no mercado atingindo, também por isso, preços inoportáveis. Ao invés, os mais acessíveis não oferecem qualidade, condições de conforto e boa habitabilidade. Alguns estão mesmo bastante degradados e o senhorio recusa a execução de melhorias já que não é pouco comum o proprietário proceder a obras de conservação cuja despesa nem sequer é recuperada, quanto mais rentabilizada. Acresce que a população alvo do arrendamento, em regra, integra grupos carenciados ou com necessidades especiais, como idosos e desempregados,

agregados com pessoas incapacitadas e população com menores habilitações literárias, cabendo aos próprios inquilinos, em muitos casos, suportar os custos da reparação e das adaptações das casas, sobretudo as mais antigas. Se antes da actualização das rendas decorrente do novo regime de arrendamento urbano (NRAU) essa situação se compreendia e era até aceite, actualmente é inadmissível, já que onera grandemente o estatuto contratual de arrendatário.

Falámos das debilidades do arrendamento na perspectiva do senhorio e do arrendatário, são razões que se conjugam para considerarmos necessária a revisão das políticas públicas de acesso à habitação, as quais têm sido mais cuidadosas na legislação relativa à aquisição de casa própria através de compra do que na regulamentação e protecção do arrendamento.

O gráfico 3.9 ilustra o que referimos relativamente ao mercado do arrendamento, isto é, a sua debilidade até 2001 e as potencialidades existentes nas diversas freguesias no início do milénio. Os dados tratados referem-se aos edifícios devolutos na altura do recenseamento e respectiva finalidade. Temos na generalidade das freguesias a predomínio das perspectivas de arrendamento seguidas, embora de muito longe, pelo mercado imobiliário.

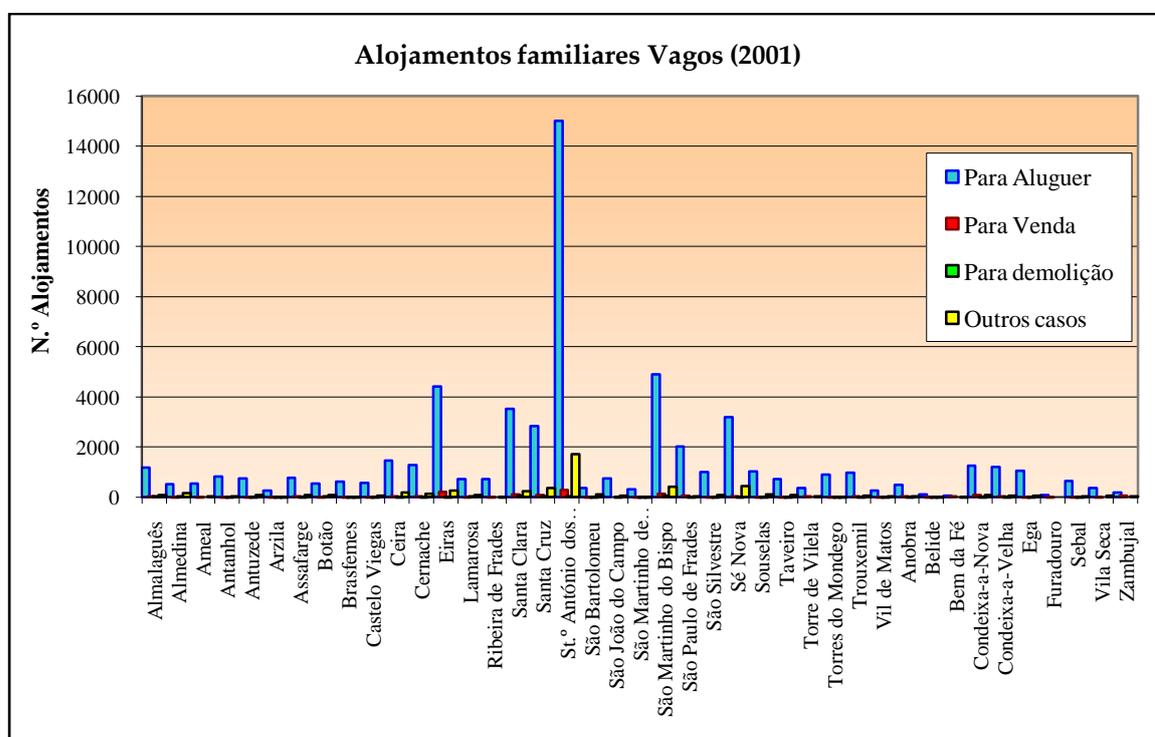


Figura 3.9 - Destino dos alojamentos familiares vagos, em 2001.

Fonte: Recenseamento Geral da População

Do contexto geral destaca-se a freguesia de Santo António dos Olivais que oferece o maior número de imóveis para arrendamento à escala concelhia. Tal deverá estar relacionado com a expansão urbana e respectivo crescimento imobiliário, mas também com a própria dimensão da freguesia, uma das maiores do concelho. De facto estamos a trabalhar com dados absolutos, aliás, os que, para este indicador, melhor evidenciam o contraste entre freguesias.

3.3.1.4. Idade ou época de construção dos edifícios

Da leitura do gráfico da figura 3.10 destaca-se de imediato o contexto de envelhecimento residencial das freguesias do centro histórico em Coimbra, sobretudo as de Almedina e São Bartolomeu, onde mais de metade dos edifícios são anteriores a 1946. Continuando a analisar o gráfico, verifica-se na generalidade das freguesias uma dominância dos edifícios construídos depois de 1970, as exceções são constituídas pelas restantes freguesias urbanas, devido à já anteriormente referida densificação demográfica e habitacional. Quanto às freguesias periurbanas, em quase todas se verificou uma expansão imobiliária, traduzida pela percentagem de edifícios construídos depois de 1970. Apenas Ceira e Ribeira de Frades, fugiram a esta regra, talvez pela relativa dificuldade de expansão. No primeiro caso devido sobretudo à morfologia e no segundo reforçado pela componente edafológica, dada a importância dos solos com boa aptidão agrícola, dificilmente transacionáveis para construção. No que se refere ao concelho de Condeixa verificamos que em cômputo geral a expansão residencial também é pós setenta, sublinhando-se que a percentagem de edifícios construídos depois de 1991 é maior em Condeixa do que em Coimbra, o que vem ao encontro do que defendemos sobre a extensão rurbana de Coimbra, sobretudo a partir de finais do século vinte.

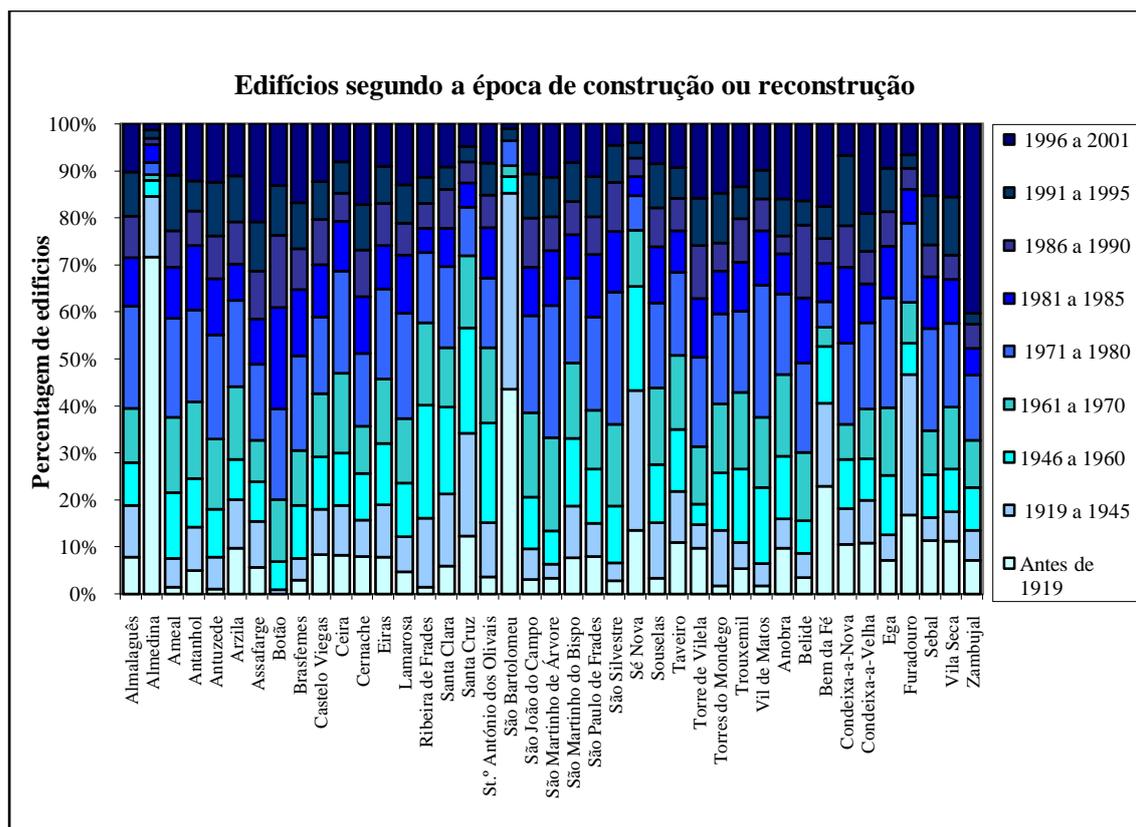


Figura 3.10 – Época de construção ou reconstrução dos edifícios, nos concelhos de Coimbra e Condeixa, por freguesias.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001.

O índice de envelhecimento dos edifícios⁷ (Anexo III) no concelho de Coimbra é, em 2001, de 105.4%, verificamos que está acima da média Continental que se situava nos 98.7%. Por freguesia concluímos que as freguesias com valores bastante mais elevados do que a média concelhia são as do primitivo núcleo urbano, com Almedina a atingir valores da ordem dos 2741.7% e São Bartolomeu a chegar aos 2363.6%, seguem-se Sé Nova com 593.8%, Santa Cruz, com 423.5% e Santa Clara com 152.2%. Na área periurbana os valores são em geral bem mais baixos, damos como exemplo Assafarge que ostenta valores da ordem dos 49.4%, o que mostra bem da recente dinâmica residencial. Quanto ao Concelho de Condeixa apresenta um índice de envelhecimento concelhio de 72.3%, mais baixo do que o de Coimbra, dado que a expansão urbanística foi aqui mais tardia. De sublinhar que é a freguesia mais afastada, mais isolada e com um carácter agro-pastoril mais vincado a que apresenta um índice de envelhecimento da construção também mais

⁷ O índice de envelhecimento de edifícios resulta do quociente do número de edifícios construídos até 1946 pelo número de edifícios construídos após 1991, multiplicando por 100.

acentuado, trata-se do Furadouro com um envelhecimento de edifícios da ordem dos 492.3%. É uma área que pode ser considerada como *rural profundo* num contexto local.

3.3.1.5. Degradação do espaço construído e classificação dos solos

Apesar desta aparente “juventude” dos edifícios nas freguesias envolventes da cidade atrevemo-nos a afirmar que há uma deficiente qualidade e degradação habitacional de muitos imóveis residenciais nas áreas periurbanas, bem como uma desadequação entre a localização do parque habitacional e os novos fluxos migratórios interregionais.

De facto as dinâmicas residenciais não são uniformes dentro da área administrativa das freguesias. Assim, enquanto alguns lugares se renovam e crescem, outros hão que envelhecem e definham, basta para tanto que a classificação dos solos seja diversa. Assim na freguesia de Cernache, localizada no extremo Sul do concelho de Coimbra, temos áreas bem contrastantes. Considerando a EN1 como charneira estende-se para ocidente uma fértil área agrícola, de solos espessos edafologicamente promitentes, com abundância de água e boas acessibilidades aos terrenos de cultura. Dispondo-se as parcelas fundiárias dos dois lados da estrada municipal, são espaço apetecível para aí construir, contudo, a última casa a ser aí edificada data de 1978, distando portanto 30 anos do momento actual. Poderemos pensar que tal se deve à ocupação agrícola dos terrenos e, conseqüentemente, à sua capacidade produtiva e potencial riqueza económica. Uma observação breve desmonta o cenário. De facto a maior parte dos terrenos estão incultos e abandonados, apenas porque não há agricultores. Os poucos que resistem fazem-no a tempo parcial sendo parques os terrenos que cultivam, próprios e perto da residência. Então se há boas acessibilidades, terrenos devolutos, frequentemente cobertos de silvas e canaviais, estranho será que a construção não avance estendendo as aldeias e assumindo-se a mudança no sentido do urbano... Contudo há trinta anos que não se constrói na Ribeira de Cernache.

Há casas envelhecidas em vias de demolição, porque os seus donos há muito faleceram e os respectivos herdeiros foram para outras paragens. Então, o património construído foi-se degradando e o que foram outrora casas senhoriais, ou simples residências de agricultores, são hoje edifícios em degradação, constituindo risco para os que perto circulam (Foto 3.3).



Foto 3.3 - Casa em ruínas, constituindo risco para a circulação de pessoas e veículos.

Alguns proprietários ainda tentaram o mercado de arrendamento; de início a procura era constituída por gente da terra mas, à medida que o tempo foi passando e como os locatários mais antigos também foram desaparecendo, o uso por aluguer foi passado a novos inquilinos, forasteiros na sua maior parte. É então que senhorios se vêm confrontados com problemas, já antes referidos, de incumprimento, incúria e abandono então a solução - que o não é - que lhes resta é fechar portas e cerrar janelas, deixando que o tempo transforme em ruínas o que foi lar de gerações sucessivas de famílias camponesas. Hoje são poucos os habitantes autóctones que aí permanecem e, entre estes, predominam os adultos avançados já na idade, as gerações mais novas saíram e não prometem voltar. Se a política de solos não for revista, equacionando funcionalidades atribuídas aos solos com a realidade económica actual, sem cedências a interesses imobiliários mas com realismo e visão prospectiva, se isso não suceder, a breve trecho, teremos muitos montes de entulho, silvas e canaviais, e a aldeia de antanho será o espaço abandonado de amanhã.

No outro lado do eixo viário, EN1, temos uma realidade bem diversa. Aí os terrenos são mais pobres suportavam explorações agrícolas com culturas de sequeiro. É “a Serra” do calcário, dos pinhais, dos “morouços” e das “cortelhas”, que foi das casas agrícolas e dos casebres abandonados. Em tempos idos a pouca água potável – apenas a pluvial, guardada em cisternas de pedra e tanques de cimento – era ciosamente guardada e

parcamente utilizada, rara sendo a casa que dispunha de canalização própria. A população concentrava-se em lugares, mais ou menos afastados entre si, como Loureiro, Csa Telhada, Telhadela, Pousada e Féteira.

Foi por meados do século passado, a “serra” começou a sentir que muitos dos seus saíam. Eram os mais novos que, por casamento ou profissão iam para outras localidades, relativamente próximas mas mais bem servidas de vias de comunicação. Partiam também para Coimbra onde iam engrossar a fileira dos pequenos prestadores de serviços ou o pequeno comércio. Saíam e as casas ficavam vazias, mais ou menos envelhecidas consoante a frequência das visitas ou a força das ligações telúricas dos que partiam. Nos decénios de sessenta e setenta o casario foi envelhecendo e os sinais de abandono, cada vez mais visíveis, prolongaram-se no tempo. Casas novas, reconstruções? Das primeiras nem sinal e as segundas eram esparsas. E esta situação prolongou-se anos a fio, sensivelmente até ao decénio de 1980. Mas foi sobretudo a partir de finais dos anos 1990, que as casas começaram a brotar da serra como os cogumelos em terras de areia (Foto 3.4). Constrói-se em vertentes pedregosas, no cimo de colinas de matagal, ou até em terrenos de vinha.



Foto 3.4 - Grandes moradias erguem-se hoje no espaço periurbano.

Se necessário, abrem-se caminhos entre courelas para passarem os grandes camiões de materiais, desde guindastes a máquinas de construção. Os especuladores imobiliários também apareceram, tentando a sua sorte, e dos loteamentos surgem as “urbanizações”.

As vinhas e os pinhais volveram espaços residenciais, aprazíveis e bonitos - a serra volveu “cidade”. O meio agreste, que deu isolamento e gerou repulsão, favoreceu agora o retorno e as novas procuras periurbanas. Sem o travão da RAN foi fácil passar de prédio rústico a urbano.

Tem sido esta, na actualidade, a área de expansão da freguesia: a que foi paisagem de vegetação escassa e rasteira, com casas pobres aglomeradas em pequenas aldeias, volveu espaço urbanizado com maior densidade de rede de caminhos, muitos imóveis residenciais de generosa dimensão e anexos de lazer – as casas velhas deixam de marcar os lugares e a paisagem é de renovação. Surgem espaços residenciais de qualidade que conseguem responder às exigências de uma procura urbana, ou mesmo local, mais exigente e com maior poder aquisitivo.

Assim, foram as áreas pobres – económica e demograficamente deprimidas no passado - as que sofreram uma verdadeira mutação no presente, porque puderam responder às solicitações actuais sem constrangimentos de ordem administrativa, ou seja, sem restrições impostas pelo PDM.

3.3.1.6. O imobiliário: da densidade urbanística do suburbano aos “pousios” do periurbano

Uma das problemáticas com maior acuidade e mais estreita repercussão na territorialidade periurbana é, sem dúvida, a do imobiliário. Directamente conotada com as mudanças do rural para o urbano e naturalmente ligada à regressão agrícola, ao avanço das novas procuras, à actuação de novos actores e à implementação de renovadas funcionalidades é causa e consequência de realidades sócio-espaciais com contornos bem diversificados. Assume importância diversa, conotada com novos desempenhos, consoante as dinâmicas em causa. Estas, por sua vez, directamente relacionadas com as características do espaço (factores endógenos), as distâncias ao centro urbano e as mobilidades dos principais actores/agentes.

Segundo esta perspectiva do imobiliário temos, de considerar as diferentes territorialidades nas margens rurais da cidade relacionando-as com dinâmicas específicas: os subúrbios e as dinâmicas de extensão urbana; o espaço periurbano e os processos mutacionais dos campos; o urbano e a dinamização de aglomerados urbanos secundários.

Segundo a perspectiva do continuum (KAYSER, 1990) e o paradigma das áreas de transição (BRYANT, RUSWURN Y MCLELLAN, 1982) temos a corresponder aos espaços anteriormente referidos, sucessivamente, *três coroas* (DEZERT, METTON, STEINBERG, 1991). Na *primeira coroa* temos a dominância de usos e funções urbanas, área densa de construções contínuas e em altura - é o espaço urbano e suburbano - domínio da propriedade horizontal da habitação. Na *segunda coroa* estamos perante um território em avançado processo de urbanização, mas que continua claramente multifuncional. Área de especulações imobiliárias e negócios fundiários onde os proprietários agrícolas são induzidos a transformar as suas terras em terrenos para construção, os terrenos são entrecortados de vias de comunicação, multiplicam-se os meios de transporte e congestionam-se infraestruturas - é o espaço periurbano. A *terceira coroa* é a área de confluência da pressão urbana com uma sociedade rural em pleno funcionamento; aqui encontramos actores urbanos e fenómenos rurais em plena convivialidade; elementos de origem urbana, como construções ou espaços ajardinados e/ou de lazer, misturam-se com outros sinais tipicamente camponeses, como casas unifamiliares com espaços de cultivo envolventes, ainda que estes sejam sinais do processo de desagregação, traduzem também a readquirida importância da agricultura, agora a tempo parcial - é o espaço rurano. Apesar da grande importância demográfica, já que detém cerca de 30% da população de Portugal continental⁸, o periurbano é um espaço que continua a ser *esquecido* por autarcas e planeadores.

Apesar de estarmos num país onde aumentam formas de povoamento concentrado e de urbanização difusa e descontínua, como aqui⁹ é confirmado: “nas décadas de 80 e 90, observou-se um reforço da rede de cidades médias e da rede complementar, correspondendo ao aumento da sua dimensão populacional e ao alargamento das suas áreas de influência. O processo de crescimento das pequenas e médias aglomerações foi acompanhado pela expansão dos perímetros urbanos (tecido urbano mais difuso e descontínuo) e pela dispersão geográfica de funções (nomeadamente a residencial nas coroas suburbanas e periurbanas)” (PNPOT, Relatório Final, 2006, p56), continua a ser

⁸ Considerando a repartição da população em Portugal continental, em 1991, temos: 26,8% está afectada a regiões essencialmente rurais, 29,6% insere-se em regiões relativamente rurais, enquanto 43,6% se inscreve em regiões essencialmente urbanas (Varela, 1998).

⁹ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Relatório Final, Dezembro 2006.

muito problemática a regulamentação dos solos periurbanos, não necessariamente integrados em perímetros urbanos (SOARES, 2002). De facto, apesar da grande importância que a periurbanização assume no território nacional, nunca se definiram políticas nem mecanismos de gestão específicas para as áreas peri-urbanas. É certo que a publicação da Lei de Bases do Ordenamento do Território, e na sequência o DL 380/99, veio dar um novo e melhor enquadramento aos instrumentos de gestão do território e criar mecanismos de gestão dos solos há muito reivindicados, mas os preconceitos sobre a ocupação do território e a divisão entre espaço urbano e espaço rural, não só se mantêm como ficaram reforçadas e o espaço rural no seu todo continua a ser um grande “poço sem fundo”, isto é, um espaço esquecido e ignorado onde tudo cabe e nada se planifica. Ao invés, é no perímetro urbano que incidem as medidas tendentes a resolver os principais problemas do ordenamento, sendo o centro da cidade grandemente privilegiado na gestão das obras municipais, públicas ou privadas.

Do supra referido infere-se a dificuldade política e administrativa de equacionar “urbano” e “rural”, de entender a cidade e o campo. Se antes se seguia o paradigma da oposição entre o rural e o urbano e se preconizava a dependência do campo relativamente à cidade, hoje pretende-se anular a diversidade e heterogeneidade, ignorando as diferenças e divergências concretas. É por isso que se autoriza cada vez mais a construção de imóveis multi-residenciais com escasso espaço envolvente, quase sempre destinado a estacionamento, e a diferença inerente aos espaços verdes de lazer desaparece. Entre muitas outras.

Após anos de graves alterações territoriais devidas à grande permissividade relativamente à ocupação dos solos e à especulação fundiária, saltou-se para o combate intransigente à construção dispersa e às expansões urbanas descontínuas nas periferias urbanas, quaisquer que elas sejam e signifiquem nos aspectos social, cultural, económico e ambiental. Fomenta-se a construção contínua, pelo menor custo financeiro de infraestruturas que assegurem a “armadura urbana”. O facto de se perder em qualidade, sobretudo pela impossibilidade de usufruir de espaços verdes envolventes que poderiam, inclusivé, ser ocupados com espaços de lazer, jardins, ou até multifuncionalidade agrícola com carácter económico, não demove os responsáveis de privilegiarem a concentração construtiva. Ignora-se mesmo que, ao fazê-lo, se “mata a galinha dos ovos de ouro”, isto é, se acelera a perda de identidade de um espaço que se distingue sobretudo por ainda “oferecer espaço”.

De facto, a tendência para a construção contínua ou em aglomerado – como é o caso de “casas em banda” (Foto 3.5a), quase sem espaço privado – anula uma das características mais atractivas e mais apontadas como “justificação” da procura periurbana por parte de novos residentes de proveniência citadina - a casa unifamiliar, independente e sem imposição de vizinhança, com a possibilidade de usufruir de jardim envolvente (Foto 3.5b).



Foto 3.5 - Construção contínua e dispersa: urbanização em banda (a) moradia unifamiliar (b)

Por outro lado, não podemos esquecer que a dispersão é uma herança da realidade camponesa, que precedeu o avanço do processo de urbanização, cujas raízes e sinais identitários permanecem, apesar das populações adquirirem hábitos, mentalidades e padrões de consumo urbanos, tanto nas periferias da cidade como em espaços rurais mais afastados, onde vivem populações cada vez menos dependentes da agricultura e com modos de vida e padrões de consumo urbanos. Espaços e populações que não podem ser ignorados pelo planeamento e pela gestão do território como vem sendo imposto pela legislação e pela normativa produzidas na última década (SOARES, 2004).

3.3.1.7. Os espaços construídos, a ocupação agrícola e o vazio político-legal do periurbano

O cartograma da figura 3.11 permite-nos estabelecer a relação entre área agrícola, área florestal e espaço construído. Em primeiro lugar constata-se a importância da mancha agrícola no espaço correspondente ao Baixo-Mondego, sobretudo no plaino aluvial do rio, a jusante da cidade de Coimbra. Espaço com óptimas potencialidades,

sustenta uma agricultura de mercado que já foi muito próspera. A riqueza dos solos de aluvião, as disponibilidades hídricas e correlativa facilidade de irrigação apontam no sentido da continuação da aposta na exploração agrícola; agora de uma forma mais sustentada, mais planeada e tecnicamente apoiada. É um espaço onde a riqueza edafológica poderá ser mobilizada para gerar mais produção, de modo a assegurar capacidade competitiva e mais-valias financeiras às empresas envolvidas na exploração. A construção está arredada destes espaços e assim deverá permanecer, já que os esforços deverão incidir na manutenção de um sistema produtivo viável.

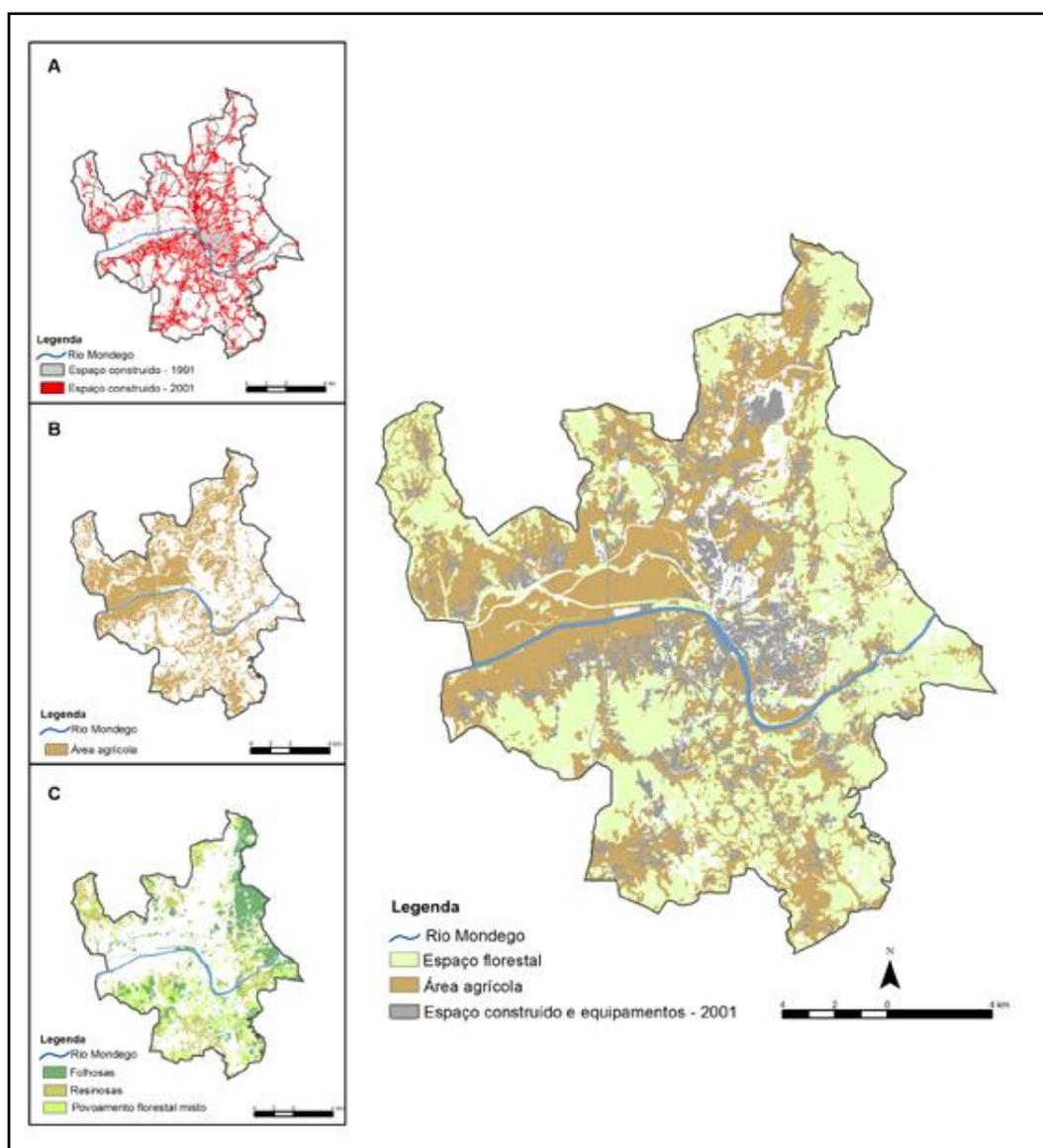


Figura 3.11 - Relação entre o espaço construído e o espaço com ocupação agrícola e florestal, no concelho de Coimbra.

Fonte: CORDEIRO, A. Rochette, (2004).

No concelho, a distribuição dos espaços agrícolas acompanha o traçado das linhas de água e áreas de captação das respectivas bacias de recepção, estas já suportam uma agricultura de sequeiro com afectação agrícola ou silvícola. É interessante verificar que, de um modo geral, se visualiza a inserção do espaço construído em contextos agrícolas, estendendo-se os pseudópodes da construção contínua ao longo de, mais ou menos extensas, manchas agrícolas. Tal deixa pressupor a importância da proximidade entre parcelas cultivadas e sede da exploração agrícola a qual, em regra, coincidia com a residência do agricultor. Não nos surpreende que as construções ladeassem caminhos de acesso aos “prados”, às “lameiras”, aos “vale de centeio” ou aos “favais”¹⁰, como não nos admira que os camponeses optassem por construir as suas casas em terrenos marginais, enquanto, ciosamente, mantinham em exploração as partes mais férteis do “finage”.

Hoje a realidade económica é bem diferente. Para o comprovarmos basta considerarmos a progressão da população portuguesa por sectores de actividade. Assim, em 1970 estava afectada ao sector primário 31.7% da população activa, enquanto em 2001 apenas 5% estavam inseridos nesse sector (LOFF, M., e MEIRELES, M.C., 2006). De notar que a população agrícola regrediu a níveis ainda mais baixos já que é uma parte, a maior é certo, do todo que é o sector primário. A consideração da distribuição da população activa por sectores de actividade nos concelhos de Coimbra e Condeixa permite afirmar a terciarização da população e a regressão das actividades primárias. Assim em 2001, em Coimbra e Condeixa, estava afectada ao sector primário 1 e 2.19 %, respectivamente, da população activa; inserida no secundário 21.36 e 28.1%; no terciário tínhamos 77.6%, em Coimbra e 69.8%, em Condeixa.

Considerando os valores por freguesia (Fig. 3.12 e Anexo IV) constatamos a (logicamente) maior terciarização nas freguesias do núcleo central de Coimbra com valores acima dos 80% em todas elas, destacamos Sé Nova com 90.5% e Almedina com 87.9%. Também através deste indicador se pode aferir do nível de urbanização das freguesias. Assim, com valores elevados e sequencialmente, Santo António dos Olivais (86.7%), Santa Clara (82.8%), Eiras (81.2%), S. Martinho do Bispo (76.7%); de destacar o facto de as freguesias onde o avanço da periurbanização é mais sensível registarem também valores já significativos, como é o caso de Assafarge, com 73.5% e S. Paulo de Frades, com 71.0%. Em Condeixa-a-Nova o impacto da terciarização faz-se sentir na

¹⁰ Designações que identificavam parcelas fundiárias, partes de explorações agrícolas, nomes que mais tarde entraram na toponímia local que hoje integram.

freguesia sede do Concelho (79.7%) e na contígua Condeixa-a-Velha; nas mais afastadas, como Furadouro (42.0%) os valores estão bastante abaixo da média concelhia.

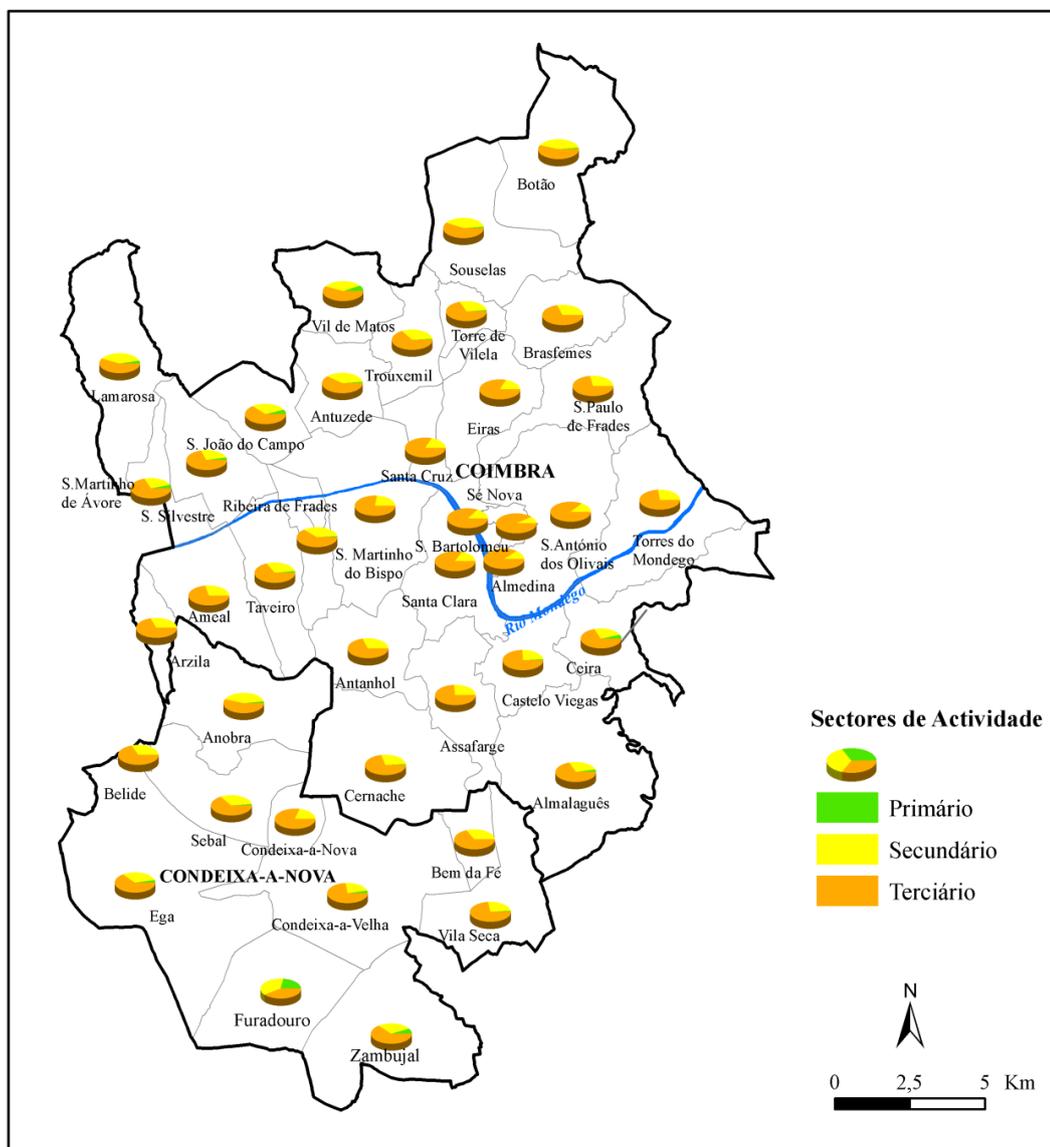


Figura 3.12 - A população activa por sectores de actividade. Distribuição por freguesias, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova.

Fonte: Recenseamento Geral da População de 2001, INE.

Se nos detivermos sobre o outro extremo da questão, o sector primário, verificamos que os valores estão acima da média concelhia nas freguesias de Vil de Matos (6.90%), S. João do Campo (5.35%), Ceira (4.38%), Almalaguês (3.29%), S. Silvestre (2.98%), Botão (1.97%); outras freguesias como Souselas, embora um pouco acima, estão muito próximas da média Concelhia. A leitura dos dados permite avaliar do peso da actividade

agrícola em áreas tradicionalmente camponesas, como nos dois primeiros casos referidos, ou noutras, como Ceira, em que a especificidade do sistema de cultura praticado (agricultura de viveiro, especializada em árvores para plantação) e a inserção num sistema de economia agrícola capitalista, conferem à prática agrícola um carácter mais competitivo.

No caso das freguesias do concelho de Condeixa-a-Nova verifica-se que algumas apresentam valores elevados, como Furadouro (21.74%), seguido de Zambujal (6.11%), Condeixa-a-Velha (3.13%) e Ega (2.74%), o que, sobretudo no caso das duas primeiras, acentua a sua especificidade rural, podendo ser classificada, à escala de caso a que estamos a trabalhar, como “rural profundo” relativamente a Coimbra. De referir, contudo, que as restantes freguesias (exceptuando a da sede concelhia) apesar de apresentarem valores baixos ou nulo, como no caso de Bem da Fé, tal não significa que a actividade agrícola não tenha significado, apenas não é praticada a tempo pleno, funcionando como actividade complementar e, conseqüentemente, não considerada neste contexto estatístico.

Verificámos que a actividade agrícola, em geral, tem um relativamente baixo nível de afectação da população activa. Considerando as áreas periféricas de Coimbra, tal é mais sensível nas freguesias onde o processo de urbanização está mais avançado. A questão que queremos levantar é a seguinte: A afectação agrícola da população é bastante menor do que era no passado, a actividade agrícola não evoluiu em termos de intensividade, mecanização e artificialização do meio, enfim a inovação técnica não progrediu de modo a compensar a menor utilização de mão-de-obra¹¹ tal teve necessariamente repercussões na economia e, claro, também na paisagem.

Na cintura periurbana é notório, por todo o lado, o avanço do designado “pousio social”. É um pousio que pode ter o significado de simples abandono, decorrente do afastamento, da actividade agrícola, do proprietário – o que em geral já aconteceu há bastante tempo – ou dos que, embora continuando a trabalhar a terra durante um período mais alargado, por arrendamento e em situação de operário-camponês, acabaram por se afastar do trabalho agrícola. E os campos ficam em pousio (Foto 3.6). Às vezes

¹¹ Apesar de não termos provado, por números, as afirmações que fazemos, por considerarmos extrapolar o contexto temático que privilegiámos, o conhecimento adquirido, em função do espaço vivido, parece-nos conceder permissão para tal atropelo. Valorizamos o método científico actual que, desde a “Nova Geografia” é nomotético e dedutivo, mas sem perder de vista a indução e o carácter idiográfico que lhe deu berço.

especulativo, quando a classificação dos solos permite a construção, mas na maioria dos casos apenas à espera de que alguém se lembre de juntar as *peças do puzzle* de modo a permitir a reconstituição da paisagem, de forma equilibrada e realista.



Foto 3.6 – Parcelas de terreno em pousio, à espera da oportunidade de construção. Ao longe uma tabuleta anuncia a perspectiva de negócio.

É pelas razões antes aduzidas que nos parece essencial fazer uma verdadeira reclassificação da RAN, assente em levantamentos de campo, com cruzamento de dados estatísticos, nomeadamente do domínio fundiário e económico, com outros de natureza social e geográfica. É certo que é um trabalho exigente, em tempo e meios, mas só a partir dele se poderá atribuir aos solos uma classificação exacta, compatibilizando os usos actuais com as necessidades futuras. Tal empreendimento poderá evitar desperdícios do património natural e prevenir potenciais especulações imobiliárias. O planeamento efectivo da territorialidade periurbana permitirá recuperar o equilíbrio de uma paisagem que resultou da intervenção do homem no meio natural, de modo racional e pragmático mas, pelos laços telúricos, foi recuperada e valorizada.

No planeamento poderão ser equacionadas as diversas possibilidades de ocupação dos espaços, nomeadamente a agrícola, cuja situação conjuntural permite traçar cenários

favoráveis, mas a comercial e industrial, bem como a residencial. Relativamente a esta considerar sob outra perspectiva que não a da concentração do povoamento por economia de meios. De facto a moradia isolada com espaços verdes envolventes, amplas áreas privadas, que podem ser destinadas a lazer ou não, constitui o sinal da diferença do habitat periurbano. É certo que tem um preço, contudo deve ser possível a opção.

É oportuno sublinhar que, considerando paradigmas de modernidade, a dispersão urbana é aceite em toda a Europa (SOARES, 2002). Integra os processos de urbanização, combina a baixa densidade com a moradia unifamiliar, apostando na multifuncionalidade dos espaços rurais e periurbanos: difusão no território de zonas industriais, áreas de equipamento e logística, comércio e serviços, lazer e turismo. A diferença, entre a generalidade dos países europeus e o nosso país, é que a dispersão urbana se fez de forma planeada às diversas escalas, com base em conceitos e critérios urbanísticos desenvolvidos pela administração pública (idem).

3.4. O periurbano revisitado: entre o suporte residencial e a terciarização.

Estudo de caso

3.4.1 Dinâmicas residenciais

Os espaços envolventes da cidade caracterizam-se por uma heterogeneidade funcional e morfológica que, no caso dos campos de Coimbra, se foi acentuando sobretudo a partir de meados dos anos setenta do século vinte. Áreas rurais com predominância agrícola, raras indústrias e algum comércio, onde a figura do operário camponês detinha grande significado social e económico, começam a ser invadidas por outros agentes e múltiplas actividades (transformadoras, de distribuição, de lazer, etc.) e assumem funções, crescentemente estruturadas, de suporte residencial.

O processo global de transformação funcional das áreas periurbanas não poderia deixar de estar directamente associado às mobilidades, sendo estas obviamente decorrentes de melhoria das acessibilidades e modernização dos transportes. O enunciado anterior preconiza a noção de função residencial, enquanto dissociação entre local de residência e local de trabalho, a qual tem registado uma progressiva evolução, naturalmente enquadrada pelas mudanças de paradigma sócio-espacial ao nível das

territorialidades quotidianas. Se numa primeira etapa, coincidente com o predomínio da actividade agrícola no espaço rural, se verificava sobreposição espacial da residência e da actividade produtiva, uma vez que havia coincidência locativa entre a sede da exploração e a casa de habitação, o mesmo acontecendo com as pequenas oficinas artesanais ou as *vendas* que, normalmente, se situavam no piso térreo da casa de habitação, também tínhamos como característica intrínseca desta fase a nítida dicotomia entre o rural e o urbano. Dado não haver separação espacial entre área de residência e de trabalho e, por consequência, ausência de dissociação locativa das actividades de produção e de consumo (R. BADOVIN, 1979, p.59), não poderemos considerar a existência da função residencial rural.

2.4.1.1. O periurbano – espaço de mobilidades acrescidas

À medida que o centro urbano foi emitindo sobre os campos os *efeitos de atracção*, uma parte significativa da população rural respondeu a essa solicitação abandonando a actividade agrícola e procurando emprego noutros sectores, nomeadamente o terciário, dominante nas sociedades urbanas. Uma vez que subsistia a necessidade de localização da residência na imediata proximidade da sede da actividade produtiva, o indivíduo que abandonava a actividade agrícola para exercer uma profissão localizada na cidade deixava também de poder continuar a residir no campo e tornava-se *citadino*, pelo simples facto de passar a residir no centro urbano. Assim, por meados do século passado, nas freguesias rurais do concelho de Coimbra, assistiu-se a algum êxodo agrícola acompanhado de êxodo rural.

As crescentes mobilidades decorrentes da melhoria das vias de comunicação e do desenvolvimento dos meios de transporte, nomeadamente os individuais, proporcionam efectiva dissociação entre local de residência e local de trabalho. Desta forma, e embora a actividade profissional possa localizar-se na cidade, o local de residência pôde manter-se rural.

Através dos dados contidos no Quadro 3.2 podemos verificar que embora a população residente seja maioritariamente natural da freguesia de residência e/ou de freguesias contíguas (F e FC) é também já bastante elevada a percentagem de naturais da cidade de Coimbra, sendo na freguesia de S. Martinho do Bispo que registámos maior valor percentual (27.4%), tal vem pôr mais uma vez em evidência o avanço da frente

urbana neste sector limítrofe da cidade. De registar também a representatividade de população oriunda de outros distritos, nomeadamente afastados, destacando-se também S. Martinho do Bispo, com 13.4% dos inquiridos naturais de distrito afastado. Acresce que em Antanho, Cernache e Condeixa-a-Velha registámos valor considerável de naturais de distrito afastado o que mostra alguma dinâmica residencial e de mobilidade populacional.

Quadro 3.2 – Naturalidade dos inquiridos, em valores percentuais.

Freguesias	Nº Inq.	Naturalidade dos inquiridos (%)							
		F	FC	C	Dx	D	Px	P	E
Antanho	195	48,7	16,4	11,8	3,1	4,1	2,6	9,2	4,1
Assafarge	87	57,5	19,5	5,7	1,1	6,9	4,6	3,4	1,1
Cernache	137	62,8	3,6	8,8	8,0	5,1	2,2	7,3	2,2
Condeixa-a-Velha	64	46,9	15,6	10,9	3,1	6,3	1,6	7,8	7,8
Ribeira de Frades	32	50,0	25,0	12,5	0,0	3,1	0,0	6,3	3,1
S. Martinho do Bispo	201	36,3	4,0	27,4	2,5	4,5	3,0	13,4	9,0
Taveiro	138	68,1	8,7	8,0	2,2	2,9	2,9	5,8	1,4

F - Da mesma freguesia; FC - De freguesia contígua; C - Da cidade de Coimbra; Dx - De concelho contíguo; D - De outro concelho do distrito; Px - De distrito contíguo; P - De distrito afastado; E - Estrangeiro.

Fonte: Inquérito Próprio

À medida que se acentuava a influência urbana afirmava-se a vocação residencial dos campos periféricos, aumentando o número de indivíduos que, apesar da localização urbana da sua actividade profissional, continuavam a residir no campo próximo.

Esta tendência para a separação entre local de residência e local de trabalho revelou-se de grande importância para a economia do espaço rural. Na verdade, enquanto se manteve necessária a proximidade entre actividades de produção e de consumo, o êxodo rural atingiu valores relativos altos, o que afectou negativamente a população rural. Foi o período da densificação da cidade, já referido em itens anteriores.

A *vocação* residencial das áreas periurbanas é um fenómeno recente e tem, fundamentalmente, duas causas. A primeira relaciona-se com o difícil alojamento na cidade, sobretudo em função do custo. Estão aqui representados os jovens casais citadinos, ainda com poucos recursos económicos, ou então agregados familiares oriundos

de outras regiões, com modestos rendimentos insuficientes para suportarem o custo da habitação na cidade. Fazem-no porque, em regra, não têm outra alternativa face às rendas urbanas, cujos montantes não são compatíveis com as suas disponibilidades. Ao invés, nas periferias urbanas vão aparecendo habitações devolutas, porventura deixadas por famílias que em épocas mais recuadas abandonaram o campo, ou simplesmente ficaram vagas por razões de transição geracional. Desta forma começou a afirmar-se a vocação residencial das áreas rurais periféricas da cidade, por meados do decénio de 1960-1970, sustentando o crescimento de *arrabaldes dormitório*.

As chegadas e as mudanças na periferia da cidade têm evoluído ao longo do tempo e variam consoante as áreas em causa. A análise geral dos dados contidos no Fig 3.13 e Anexo V permitem-nos afirmar que o período de arranque das dinâmicas residenciais coincide com as transformações sociais ocorridas no decénio de 1970. De facto, é no período 1971/80 que se começam a consolidar os processos mutacionais, os quais se virão a acentuar nos decénios seguintes. Assim, se considerarmos Antanho verificamos que 37.8% dos casos de mudança registados ocorreram no período compreendido entre 1981 e 1990, prolongando-se para os anos posteriores a 1991 (19.8%). Outra freguesia onde se verifica idêntico percurso é S. Martinho do Bispo; aqui os valores da mudança atingiram em 1981/90 os 32.0% e continuaram a progredir nos anos seguintes com 39.3%. Sublinhamos que esta dinâmica mutacional se generalizou a todas as áreas da amostra que integram o periurbano de Coimbra. Releva-se o comportamento verificado na área de Condeixa onde 40.4% das mudanças registadas ocorreram após 1991 o que reflecte o carácter rurbano do processo aqui desenrolado.

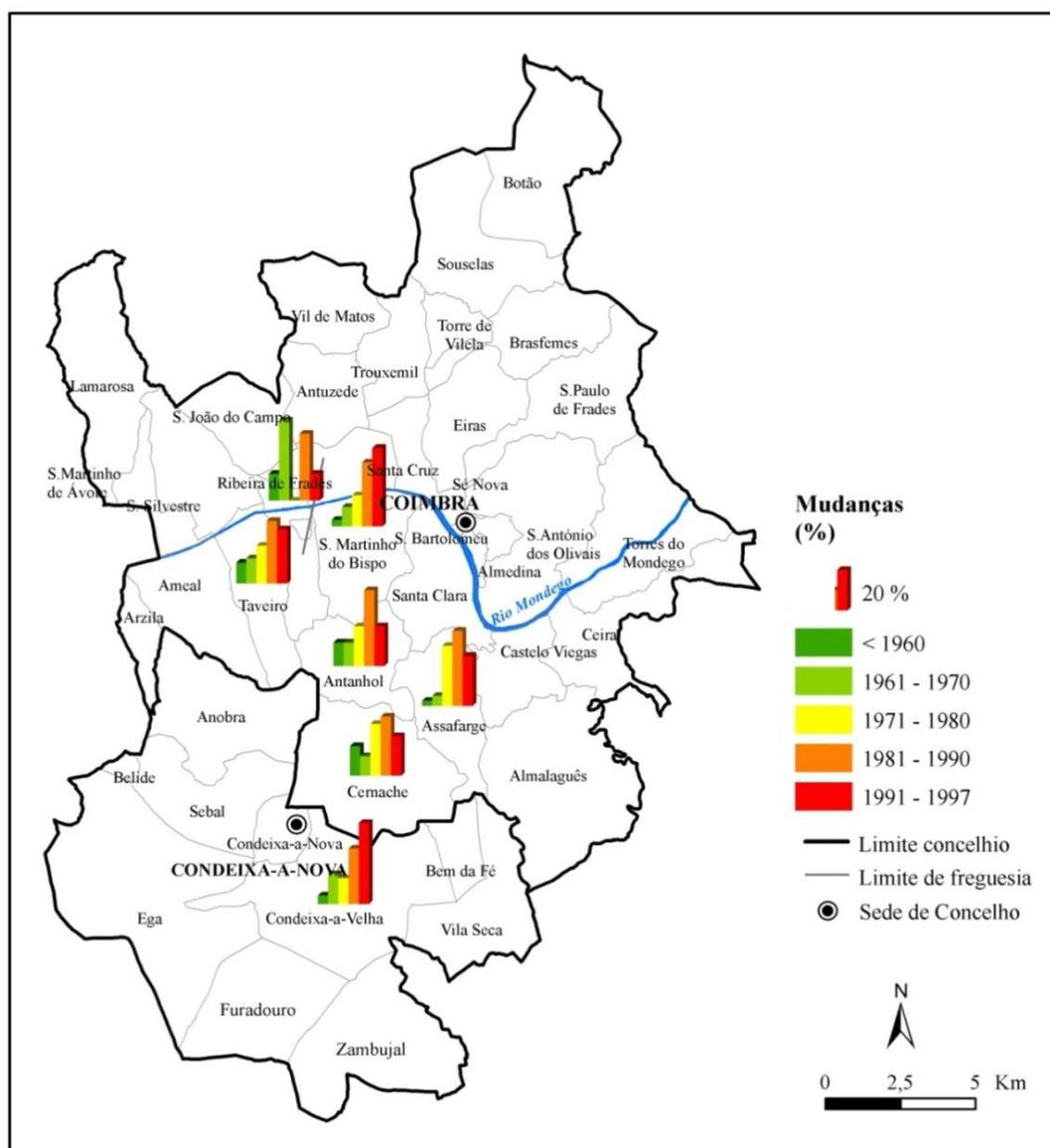


Figura 3.13 - Temporalidades de mudança no espaço envolvente da cidade de Coimbra
 Fonte: Inquérito Próprio

3.4.1.2. As razões que estão subjacentes à mudança residencial

Nesta área de afirmação residencial ao primeiro tipo de novos residentes, eventualmente *condenados* a viver na aldeia ou a dispersar-se pelo campo, juntou-se um outro que, de facto, escolheu viver no campo. Relativamente a estes, a causa da residência rural e da mudança está relacionada com a opção por um novo estilo de vida. Esta escolha pode ser feita por famílias de outras regiões rurais que, por motivos profissionais, vieram para a cidade de Coimbra, escolhendo continuar a residir no campo. Na base desta

escolha estão, sobretudo, causas de ordem social, tais como valorização de relações de proximidade, maior facilidade de integração no meio, bem como culturais, de que os inquiridos destacaram gosto pelo contacto com a natureza, a possibilidade de ocupação diferenciada dos tempos livres, etc., para além das de ordem económica, em geral as que despoletam a situação e se configuram na facilidade financeira de aquisição de casa própria.

Através do Figura 3.14. e Anexo VI poderemos visualizar a importância relativa das diversas causas de mudança referidas. Assim, temos como primeira causa apontada, na generalidade das áreas em análise, a facilidade de obtenção de casa estando aqui contidos factores como *preço dos terrenos*, quando se trata de casa própria construída pelo proprietário, aliás o preço dos terrenos para construção – bem mais baixo nas áreas rurais - vai funcionar como factor acelerador da expansão das cinturas residenciais; *preço dos imóveis*, resposta dada pelos inquiridos que compraram a casa já construída; ou *nível das rendas*, no caso de inquiridos que optaram pelo sistema de arrendamento. O facto de a causa “facilidade de aquisição de casa” atingir valores da ordem dos 50%, em Assafarge, cerca de 40% em Antanhol, S. Martinho do Bispo e Cernache e, nas restantes áreas, valores na ordem dos 30% indicia bem da importância do factor imobiliário na mudança de residência e da opção pelo periurbano e, obviamente, também na situação de rurbanização. Destacamos também, enquanto causa apontada a *qualidade de vida*, sobretudo apontada nas áreas de expansão residencial de procura citadina como acontece por exemplo em Condeixa-a-Velha onde esta causa é privilegiada por 21.6% dos inquiridos, registando sobretudo a possibilidade de usufruição de pequenos espaços verdes de lazer, na envolvência da moradia (referido, por exemplo, na urbanização da Quinta da Nogueira), sossego e ar puro, também referidos na generalidade das áreas da amostra, havendo ainda quem apontasse como factor de qualidade de vida o silêncio e a possibilidade de usufruir do contacto com a natureza. Entre as causas que remetem para uma mobilidade de residência local temos o *casamento* justificação de mudança que remete, frequentemente, para o início da vida activa, estando por isso associada à *profissão* enquanto causa de mobilidade residencial. Esta, contudo, suporta também situações de mudança interregional de casais que reiniciaram a sua vida profissional em Coimbra mas que optaram por residência rural.

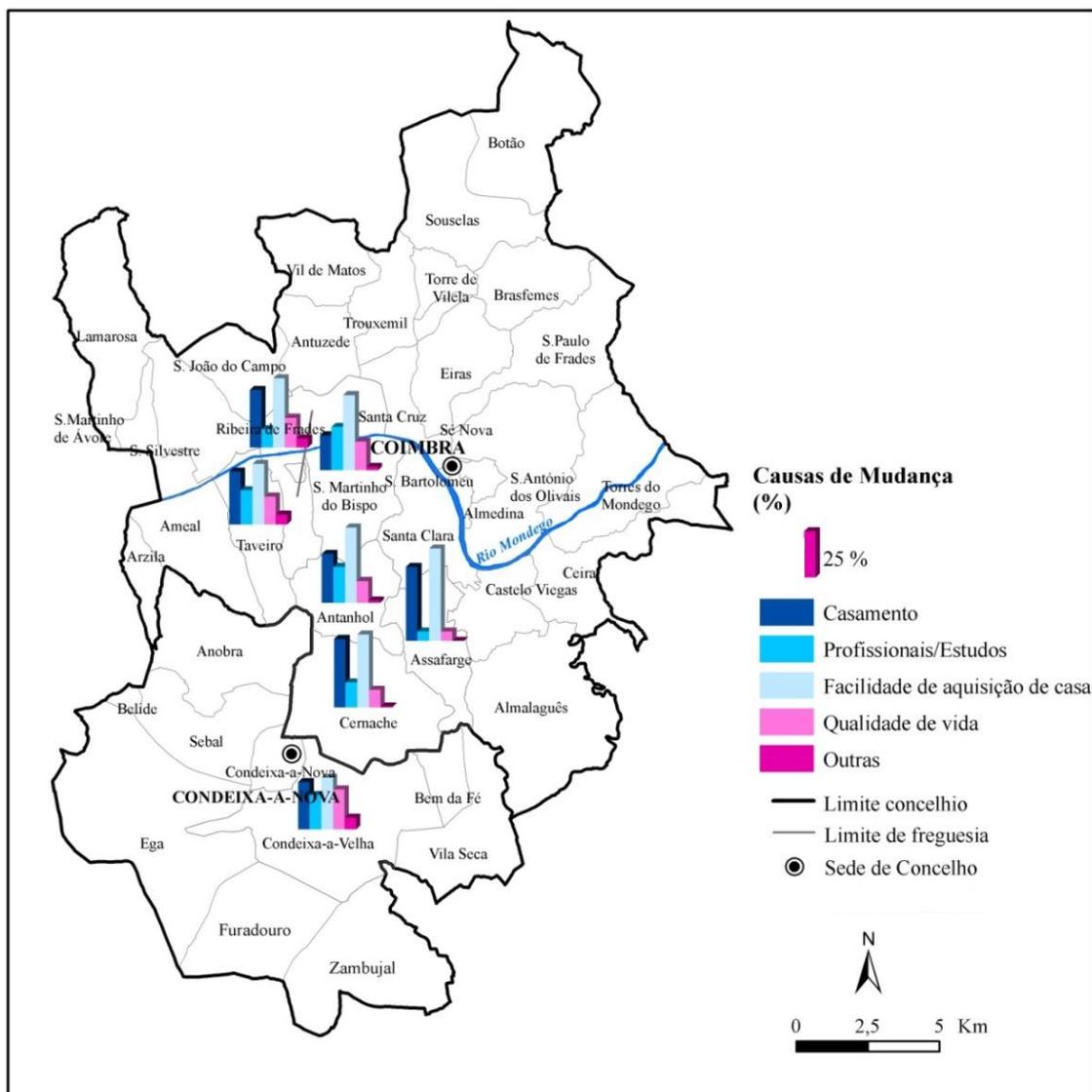


Figura 3.14 - Causas da mudança de residência e da opção pelo periurbano

Fonte: Inquérito Próprio

3.4.1.2.1. Os níveis de conforto doméstico como causa de mudança

Entre nós já vai aparecendo, com uma certa frequência, um terceiro tipo de novos residentes rurais - são cidadãos que deixam a casa na cidade e escolhem o campo como área de domicílio. Normalmente famílias de classe média/alta, com boa situação financeira que, embora não menosprezem as vantagens da vida urbana, recusam os inconvenientes, sobretudo relacionados com a falta de espaço privado para actividades de lazer – piscina, campo de jogos, jardim. Podem optar por alternativas diversas: comprar casas rurais antigas, adquirir imóveis recentemente construídos, desde que possuam os

requisitos que procuram. Estes neo-rurais optam frequentemente por mandar construir, a sua própria moradia, o que tem implicações directas no mercado fundiário tais como a subida dos preços dos terrenos, principalmente dos que estão melhor situados, relativamente às principais vias de comunicação. Juntam às vantagens que advêm de uma casa rural, rodeada de espaços verdes e sem os inconvenientes de vizinhança indesejada, as de uma construção recente, equipada com todos os requisitos necessários à fruição de condições de vida modernas e confortáveis. Estes novos residentes podem, e estão a fazê-lo cada vez mais, fugir às dores de cabeça da construção por administração directa e optar pela compra do imóvel já construído, desta forma sustentando um mercado imobiliário em expansão.

Acresce que podemos enunciar um quarto tipo de residentes do periurbano: são, ou podem ser, os filhos e netos de agricultores ou de operários-camponeses que, deliberadamente, elegem o espaço rural como local de residência, apesar de disporem de recursos financeiros que lhes permitiriam aceder às residências urbanas. Ficam nos campos, embora exercendo uma profissão urbana, e aí preferem continuar a viver. Também através deles a *vocação* residencial do espaço rural surge e desenvolve-se, pois, em função de determinados factores, dos quais o mais importante é, sem dúvida, a melhoria dos acessos viários os quais permitem *encurtar* distâncias entre domicílio e local de trabalho.

3.4.1.2.2. Acessibilidades e infra-estruturas: causas de mudança e consequências

A difusão dos espaços residenciais não se faz, contudo, de modo uniforme pelos campos envolventes do centro urbano. Com efeito, ela é mais forte ao longo dos eixos rodoviários e nas áreas mais próximas da cidade. Assim, à medida que nos vamos afastando do centro urbano o peso da função residencial vai diminuindo, se bem que, relativamente a Coimbra, ela se estenda actualmente num raio de mais de vinte quilómetros. Por outro lado, a tendência actual para a localização periférica de algumas actividades, nomeadamente comerciais e de serviços, faz com que seja por vezes mais fácil aceder-lhes a partir de uma residência implantada no espaço rural do que de uma situada no centro da cidade. Neste sentido, a localização de estabelecimentos comerciais é, em regra, factor dinamizador da expansão residencial, sobretudo quando aqueles se localizam numa área de crescimento urbano ou periurbano, esta no espaço rural

envolvente da cidade. Temos como exemplo do primeiro caso o Vale das Flores que cresceu exponencialmente depois da instalação do Centro Comercial do Continente e da grande superfície da Makro. Exemplos na periferia mais afastada também não faltam, assim, temos estabelecimentos comerciais como o Lidl e Intermarché a fomentar, ainda mais, o crescimento residencial urbano de Condeixa (Foto 3.7).



Foto 3.7. Nova urbanização vizinha de média superfície comercial no espaço urbano de Condeixa-a-Nova

A expansão da função residencial tem consequências importantes que merecem ser sublinhadas, tais como a inversão das tendências demográficas delineadas em função do êxodo rural e invertidas com a chegada de novos residentes, sobretudo citadinos, como sucedeu com o concelho de Condeixa-a-Nova e foi atestado através dos resultados do recenseamento de 2001; aumento do parque imobiliário e alguma recuperação do já existente, bem visível nas áreas de expansão da procura; maior heterogeneidade morfológica, funcional e social das regiões urbanas.

Existem alguns efeitos menos desejados que não podemos ignorar: podem gerar-se conflitos, decorrentes da colisão de interesses entre população autóctone e alógena; por outro lado, pode dar azo à ocupação imobiliária de solos férteis e consequente desaparecimento de hectares de terra rica, com óptimas potencialidades agrícolas, agora

definitivamente *semeada* de construções, que muitas vezes não são casas funcionais pensadas para o núcleo familiar reduzido do futuro mas fachadas de ostentação, a ver qual mais alto, mais custoso e mais berrante. A construção anárquica mascara as aldeias, despessoaliza-as, retirando-lhes aquele carácter familiar que as identificava. Mas, se por um lado se torna premente que os novos residentes respeitem a arquitectura regional, não podemos sobrevalorizar preocupações *fundamentalistas* arquitectónicas ou outras, que não devem sobrepor-se às necessidades de conforto e à nova funcionalidade da casa rural.

No que toca à reconstrução de casas antigas que foram sedes de explorações agrícolas ou de actividades artesanais, com dependências e anexos directamente relacionados com a prática da agricultura e apoiando a transformação de produtos agropecuários, há que ter (ou pedir ou exigir...) sensibilidade e bom senso, necessários para não destruir todos os traços do passado. Embora a perda de importância da funcionalidade produtiva as faça arregar apenas como espaço residencial de famílias cujos modo de vida e padrões de consumo são já urbanos, não podemos esquecer que testemunham um modo de vida tradicional, onde mergulham as raízes da sociedade contemporânea.

3.4.1.3. As razões do gosto, ou porque não gostam, de residir no campo

O Quadro 3.3. permite-nos reconstituir a opinião dos residentes no que concerne ao gosto pelos *campos*, os espaços rurais envolventes da cidade, de Coimbra. Destacam-se então dois grandes grupos: os que afirmaram *gostar* de aí viver, com maioria absoluta em todos os casos de estudo contemplados na amostra, com valores compreendidos entre 81.3%, em Ribeira de Frades, e 98.9%, em Assafarge, mantendo-se os restantes casos acima dos 90%; em sentido oposto temos valores relativos bastante mais baixos, isto é, foram poucos os que afirmaram *não gostar* de residir no campo, situando-se entre os 15.6% (Ribeira de Frades) e 1.1% (Assafarge). Se atendermos às razões que estão subjacentes às opiniões anteriores temos que desta vez se destacam os que dizem *não saber enunciar as razões* porque gostam de viver no campo o que, de certa forma, reflecte alguma incapacidade de racionalizar a questão, remetendo mais para a componente emocional.

Quadro 3.3 – Inserção na área dos novos residentes e alterações sugeridas para melhorar a qualidade de vida.

Freguesias	Inserção na área										
	G	QV	RV	H	O	NR	NG	I	FE	O	NR
Antanhol	90,8	21,0	3,1	11,3	1,5	53,8	6,2	4,1	0,5	0,5	1,0
Assafarge	98,9	0,0	1,1	64,4	0,0	33,3	1,1	0,0	0,0	0,0	1,1
Cernache	93,4	37,2	12,4	31,4	1,5	10,9	5,8	0,7	0,7	4,4	0,0
Condeixa-a-Velha	96,9	57,8	1,6	12,5	0,0	25,0	3,1	0,0	0,0	3,1	0,0
Ribeira de Frades	81,3	6,3	0,0	9,4	0,0	65,6	15,6	9,4	0,0	0,0	6,3
S. M. Bispo	92,5	52,7	9,5	16,9	3,5	10,0	7,0	0,0	0,0	0,0	7,0
Taveiro	92,8	15,2	13,0	37,0	0,7	26,8	7,2	0,7	0,0	0,0	6,5

G - N° de inquiridos que **gostam** da área; QV - Qualidade de vida; RV - Relação de vizinhança; H - Hábito; O - Outro; NR - Não responde; NG - N° de inq. que **não gostam** da área; I - Isolamento; FE - Falta de infraestruturas; O - Outro; NR - Não responde.

Fonte: Inquérito próprio

Quanto às razões para gostar de viver no campo, para além das que se relacionam com a *qualidade de vida*, e que são muito valorizadas em Condeixa-a-Velha (57.8%), S. Martinho do Bispo (52.7%) e Cernache (37.2%), o seu conteúdo já foi anteriormente analisado e vai desde a valorização dos espaços verdes, do sossego, do silêncio, até à qualidade da habitação. Quanto ao *hábito* foi a razão igualmente apontada pela população residente autóctone como pelos mais antigos alógenos, que dizem ter-se habituado a residir aqui, embora, de início, alguns dissessem ter sentido o peso da calma e do silêncio.

As *relações de vizinhança* são valorizadas em Cernache (12.4%) e Taveiro (13.0%), muito pouco valorizadas em Assafarge (1.1%), Condeixa-a-Velha (1.6%) e Antanhol (3.1%). A valorização das relações de vizinhança poderá estar relacionada com a preservação de alguns traços da sociabilidade aldeã, nomeadamente através da celebração de festividades, já que as freguesias em questão, para além de serem constituídas por sociedades “abertas e integradas” (CLOUT, H.D., 1976), são também espaços que valorizam a identidade camponesa. Nesta, a festa, religiosa ou não, sempre foi valorizada, constituindo um acontecimento social e cultural de relevo. Se ontem era sobretudo uma forma de afirmação da comunidade no contexto regional, hoje também facilita a

integração dos novos residentes e ajuda a consolidar as relações entre os lugares e os territórios. A “festa” é a encenação/representação da sociedade no seu espaço de vida, contribuindo para legitimar pertenças e definir territórios. Enquanto representação de uma sociedade no seio do seu território, a festa é um acto intencional e de afirmação de poder (CASTELS, M. 2001) e, à escala da família, oportunidade de encontro e reunião. Assim, na actualidade e num contexto de periurbanização, a sua realização deixa de ser valorizada numa perspectiva conservadora e tradicional mas adquire importância na medida em que fabrica um novo espaço público com forte carga simbólica (MEO, G. DI, 2001). Com inegável capacidade mobilizadora dos novos e velhos residentes a festa funciona como meio de integração social e cultural, desempenhando uma função sócio-espacial reguladora e poderosamente identitária.

Analisando agora a parte correspondente aos que declararam não gostar de residir no espaço periurbano temos que apontam como causa principal o *isolamento*. Tal diz sobretudo respeito aos mais jovens, sem mobilidade própria e dependentes dos pais para se deslocarem ao centro urbano ou mesmo a áreas relativamente próximas. De facto, a inexistência de uma rede de transportes públicos no periurbano dificulta a deslocação, entre localidades vizinhas, sobretudo a quem não disponha de motorização individual, repercutindo-se assim no acréscimo da mobilidade quotidiana dos « motorizados » nos agregados familiares. A outra causa apontada, *falta de equipamentos*, conjuga-se com a anterior para salientar a dependência dos « não motorizados», uma vez que acentua a dissociação entre local de residência e de aprovisionamento de bens diversificados, ou a frequência de actividades variadas, entre as quais as lúdicas.

3.4.1.3.1 Alterações sugeridas para melhorar a área

Relativamente às *alterações sugeridas para melhorar a área* as respostas remetem para as *infraestruturas* entre as quais se inserem as vias de comunicação, as redes de distribuição de energia e de água, a rede de esgotos, de distribuição de gás, etc. (Fig. 3.15 e Anexo VII) De facto, as primeiras encontram-se saturadas, já largamente ultrapassado o universo de utentes que deveriam servir, enquanto a referida em último lugar não chega às pequenas povoações, pela insuficiência de clientela.

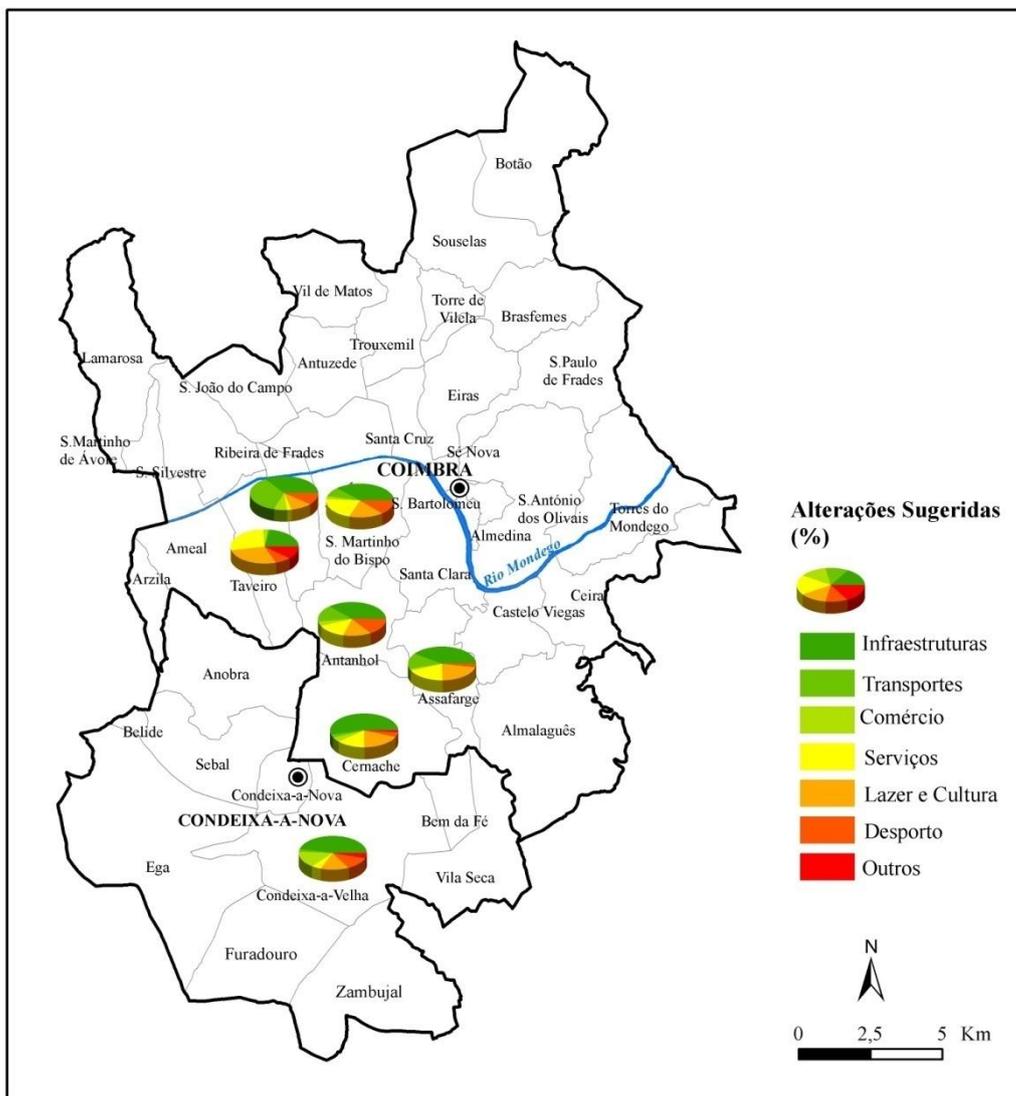


Figura 3.15 – Alterações sugeridas para melhorar a qualidade de vida

Fonte: Inquérito próprio

No que respeita às *vias de comunicação* é frequente assistir a situações de paralisação de trânsito, sobretudo dentro das localidades, onde à estreiteza das ruas acresce o estacionamento anárquico, pela ausência de controle e, sobretudo, devido à falta de garagens privadas, uma vez que as velhas casas da aldeia foram pensadas para quem andava a pé ou, quando muito, recorria à tracção animal... Já nas redes de distribuição de energia e de água os problemas fazem-se sentir sobretudo nas horas de maior consumo, quando param ou deixam de funcionar electrodomésticos, obrigando a retomas tardias ou à opção por consumos/utilizações fora dos períodos normais, com todos os inconvenientes que isso acarreta.

A melhoria ao nível dos *transportes* também é apontada como necessária, sobretudo quando tanto se fala em implementar medidas que minimizem os impactos ambientais. Uma boa rede de transportes, entre o periurbano e a cidade, evitaria o uso generalizado dos transportes individuais. Não podemos contudo esquecer que a dispersão construtiva dificulta não só a ligação ao centro urbano mas sobretudo a ligação, através de transportes públicos, das localidades periurbanas ou rurbanas entre si. Então, se o transporte individual se torna quase obrigatório, deveria limitar-se à efectiva ligação rural/urbano, evitando-se o uso do automóvel dentro da cidade, nomeadamente no centro histórico. Isso implicava uma boa articulação entre parques de estacionamento periférico, junto das principais entradas da cidade, e transportes urbanos. Tal foi concebido e concretizado em Coimbra através da Ecovia¹² cujo tempo de funcionamento não foi suficiente para criar hábitos de utilização, nem tão pouco rentabilizar, financeira e ambientalmente, os investimentos (Foto 3.8). Ao encerrar este serviço a Câmara de Coimbra perdeu a oportunidade de prosseguir com uma política de mobilidade e qualidade de vida, garantindo rápida e confortável ligação das entradas da cidade ao centro histórico, com repercussões na redução do tráfego urbano e na preservação ambiental. A Ecovia deixou de funcionar a 31 de Dezembro de 2006.



Foto 3.8 - ECOVIA – sistema integrado de estacionamento e circulação urbana

Fonte: www.anossacoimbra.blogspot.com/

¹² A Ecovia consistiu num sistema integrado de estacionamento e transporte urbano constituído por um serviço de estacionamento automóvel e transporte por mini autocarros que ligavam a periferia ao centro histórico. No custo do bilhete estava incluído o estacionamento do veículo automóvel e viagens, de ida e volta, em mini-bus, que estava previsto saírem cada cinco minutos. O sistema entrou em funcionamento em 1997 e foi extinto em 2006.

Outra das lacunas apontadas diz respeito ao *lazer e cultura*. Actividades pouco representadas no espaço rural, sobretudo a primeira, já que na sociedade tradicional camponesa se valorizava sobremaneira o trabalho, de sol a sol, havendo pouco tempo para pausas e diversões. Esta situação perdurou no tempo e chegou quase até finais do século passado; foi com a urbanização dos campos e as mudanças na sociabilidade aldeã que se assistiu à difusão de novas procuras e se sentiram as carências dos tempos de pausa e das actividades lúdicas. Àquelas tem-se vindo a responder, embora de forma lenta e gradual, na generalidade do espaço em análise. Sublinha-se que a resposta tem sido dada sobretudo à escala do Município em Condeixa-a-Nova, concelho solicitado pela rurbanização, cuja dinamização cultural camarária se tem concretizado, neste início do milénio, através da abertura de moderna biblioteca Municipal, de um complexo de Piscinas e de Salão de exposições, este resultante da adaptação de uma anterior “escola do ensino primário”. No concelho de Coimbra as iniciativas no periurbano têm-se desenvolvido mais à escala de freguesia, embora com apoio camarário, e incidem sobretudo na preservação do património arquitectónico e etnográfico. Casos há em que se conjugam as duas vertentes, como no Museu do Moinho, em Cernache (Foto 3.9).



Foto 3.9 – Antigo moinho reconstruído, hoje espaço museológico e biblioteca

Aqui foi recuperado um *assento de moinho* (MATEUS. M. L. R, 1990) que foi também *casa de habitação*, em tempos de concomitância espacial entre funcionalidade produtiva e residencial. Depois da recuperação do edifício este foi devidamente equipado com os meios técnicos, instrumentos e objectos tradicionais da actividade moageira.

Pretendeu a autarquia local (Junta de Freguesia) preservar um espaço que foi durante muito tempo indispensável no quotidiano da população local, acrescentando ao espaço museológico a mais valia cultural de uma pequena biblioteca e uma sala de exposições/conferências, aberta aos agentes locais que se proponham criar eventos de dinamização cultural. Apesar da recente inauguração (Setembro de 2008) o espaço já deu mostras de funcionar como elemento aglutinador dos habitantes da freguesia, espaço de convívio e de encontro, para onde são programadas tertúlias/conferências, que envolvem novos e velhos residentes na discussão de temas de cidadania, visando melhorar as relações de sociabilidade e, assim, a qualidade de vida no periurbano.

Os *serviços* também são apontados como sector a melhorar, sendo aqui referidos sobretudo os serviços de saúde, ao nível dos cuidados de saúde primários prestados nos postos médicos, também eles sobrelotados face à crescente densificação demográfica. O *desporto* é também referenciado embora seja, assim como o comércio, das carências menos valorizadas. De facto aquele foi um dos âmbitos onde foi mais visível o crescimento nos últimos decénios do século vinte, pelo menos em termos de infra-estruturas. Em quase todos os lugares houve dinâmicas sociais tendentes à construção do “seu salão” gimno-desportivo. Foi objectivo quase sempre atingido, frequentemente em edifícios sobredimensionados e, posteriormente, subaproveitado.

De entre as *outras* alterações sugeridas para melhorar a qualidade de vida no espaço rural envolvente da cidade de Coimbra a que nos mereceu mais atenção foi a da criação de meios humanos e técnicos para combater a criminalidade. É certo que este não é um problema do periurbano mas da sociedade em geral, contudo, a dispersão do povoamento, o isolamento de algumas residências e a falta de policiamento contribuem para acentuar as fragilidades acrescidas do periurbano (ROUGÉ, 2005). A proximidade de um posto da GNR (em Taveiro) constitui factor de inequívoca segurança para os residentes da margem esquerda do Mondego, sugerindo-se também a criação de outro em Santa Clara. Parece, contudo, que para além da inovação na territorialidade das forças de segurança, seria mais eficaz a

efectiva cobertura da área, através da criação de circuitos de policiamento que abrangessem também os espaços mais afastados dos lugares centrais das freguesias, satisfazendo aspirações legítimas de cidadãos cujo território é marcado pelos jogos de uma “ruralidade evanescente e uma urbanidade fluida” (JEAN e CALENGE, 1997) ainda à procura de um equilíbrio entre o que perde e o que vai adquirindo; passa pela reestruturação de meios, renovação de dinâmicas espaciais e modos de actuação de actores políticos e agentes locais da socio-espacialidade periurbana.

3.4.1.4. A ocupação de tempo livre

A observação dos modos de habitar na área periurbana de Coimbra mostra que existe uma certa especificidade inerente à espacialidade, função de: distância à cidade, tipo de habitação, densidade demográfica e povoamento, maior ou menor afastamento dos serviços e do local de trabalho.

Desta forma, o periurbano condiciona, ou proporciona, um modo de vida singular que os cidadãos, logo que abandonam o centro e adquirem uma casa individual na periferia, “compram”, como se de um “pacote periurbano” se tratasse (CAILLY:2008).

É certo que nem todos se adaptam ao modo de habitar periurbano, com as suas exigências em termos de mobilidades quotidianas e as mudanças no que toca a ocupação de tempos livres, como nem todos aderem à tranquilidade da vida campestre (esses são os que retornam ao centro que ainda os espera...) (foto 3.10), quanto aos que ficam, adoptam novos hábitos e diferentes formas de ocupação de tempos livres.

A análise do Quadro 3.4. remete-nos logo à primeira observação para uma realidade camponesa ou, pelo menos para uma territorialidade onde a prática da agricultura a tempo parcial é valorizada. De facto, apesar de os sistemas de economia agrícola camponês e capitalista terem sofrido uma forte regressão, os valores relativos a esta actividade, em termos de multifuncionalidade e no âmbito da ocupação de tempos livres, são, em cômputo geral e em todas as áreas da amostra, os mais elevados. Apesar do retrocesso referido, a *actividade agrícola* desempenha um importante papel, não apenas em termos de ocupação dos tempos livres como também no condicionamento e gestão do periurbano.



Foto 3.10 - Os sinais da desistência e do abandono, com o regresso à cidade.

Quadro 3.4 - A ocupação de tempos livres no espaço rural envolvente de Coimbra

Freguesia	Ocupação dos tempos livres					
	A	J	P	D	C	O
Antanhol	40,1	11,2	15,0	9,1	14,4	10,2
Assafarge	62,1	13,8	5,7	0,0	2,3	16,1
Cernache	39,0	12,5	10,3	6,6	27,2	4,4
Ribeira de Frades	58,1	6,5	9,7	6,5	9,7	9,7
S. Martinho do Bispo	16,2	9,1	30,5	16,8	18,8	8,6
Taveiro	27,5	16,0	20,6	5,3	19,1	11,5

A - Agricultura; J - Jardinagem; P - Passeio; D – Desporto; C - Casa; O – Outros.

Fonte: Inquérito Próprio.

O aumento dos tempos livres, a subida das preocupações ambientais, o crescente prazer do contacto com a natureza permitem traçar cenários ainda mais favoráveis à prática da agricultura de lazer. Então, como conciliar a procura fundiária crescente, para fins imobiliários, com a valorização, actual e perspectivada, da prática agrícola? A justificação, segundo o nosso modo de ver, já foi perspectivada anteriormente e a solução

terá de ser necessariamente de compromisso e deverá passar, como referimos, pelo levantamento de campo dos espaços agrícolas e respectivas estruturas fundiárias de enquadramento. Relacionando, depois, factores edafológicos, disponibilidades fundiárias e novas procuras económicas será possível delimitar, actualizando contornos – os efectivos e os desejáveis - a RAN. Acresce que seria também necessário proceder ao ordenamento holístico dos espaços periurbanos, equacionando potencialidades e prevenindo oportunidades. A definição de espacialidades, funções, parâmetros e índices de utilização dos solos, prevendo a diversificação dos espaços habitacionais, poderia servir para delimitar áreas destinadas a moradias com espaços verdes de envolvimento, e outras afecta a prédios multifamiliares de propriedade horizontal onde a prática agrícola estaria, à partida, excluída. Seria um trabalho moroso, difícil e provavelmente pouco consensual, mas valeria o esforço na medida em que viabilizaria o equilíbrio entre ordenamento, respeito pela prática agrícola e preservação do património paisagístico e ambiental. A classificação dos solos deverá, assim, considerar a valorização económica da prática agrícola, nomeadamente aproveitando a proximidade do mercado urbano (acolhimento dos clientes, venda directa) as funções ambientais (preservação e conservação) e recreativas (ocupação de tempos livres).

Continuando a analisar o quadro 3.4 temos de destacar como preferência na ocupação de tempos livres a *jardinagem*. Assinalamos a compatibilidade do jardim com o periurbano, num contexto de baixa densidade e de modelos arquitectónicos de moradia unifamiliar. De facto, o jardim ocupa um lugar essencial já que constitui um espaço de convívio, desde grelhadores a piscinas, há como um prolongamento da casa, só que a céu aberto. Pode, por outro lado, preservar a intimidade da família, quando as barreiras constituídas por sebes e muros impedem olhares indiscretos. Sublinhamos que a valorização da jardinagem como actividade lúdica não invalida a contratação periódica de profissionais do sector para executar alguns trabalhos mais específicos ou de maior exigência técnica; é por isso que registámos a existência de múltiplas empresas a operar nesta área, também elas sedeadas no periurbano. São, com frequência, criadas por profissionais de diversos sectores laborais que, tendo atingido o limite legal de idade activa, pretendem continuar a trabalhar, agora por conta própria, vêm na jardinagem a oportunidade para conciliar meios e atingir objectivos produtivos; constituem pequenas empresas que, normalmente, integram elevada percentagem de mão-de-obra feminina.

O *passeio* e o *desporto* são também apontados como formas de ocupação de tempos livres. Relativamente ao primeiro não tecemos qualquer consideração dado que não

remete especificamente para o periurbano, sendo uma actividade de lazer holística, actualmente em expansão. Quanto ao desporto queremos sublinhar a recente valorização de modalidades perfeitamente compatíveis com o periurbano, em termos de potencialidades territoriais e de universo de recrutamento de praticantes. Referimo-nos a desportos de natureza, desde os mais radicais, como pára-pente, espeleologia ou BTT, aos de carácter mais moderado e tradicional, desde a caça e pesca à equitação.

Outra forma de ocupação de tempos livres apontada é a de trabalhos de *conservação da casa*, pondo mais uma vez em evidência a relevância que assume a casa na vida quotidiana dos residentes e na territorialidade do periurbano. De entre as *outras* formas de ocupação de tempos livres temos a leitura, a televisão, e outras actividades culturais, algumas sedeadas na cidade (cinema, teatro, exposições, etc.) pelo que vêm pôr em destaque a partilha de espaços e a dupla pertença dos cidadãos, bem presente na forma de habitar e de estar no periurbano.

3.4.2. Diversidade social e pluralidade nos modos de habitar

O espaço periurbano pode parecer parco em diversidade quando pensamos nas formas de habitar e na composição social. Numa primeira observação poderemos ser levados a concluir estarmos perante uma sociedade constituída por uma população autóctone, herdeira dos velhos agricultores dos campos do Mondego, de pequenos empresários ou trabalhadores por conta de outrem, inseridos em sistema de mobilidade quotidiana e em termos laborais largamente dependentes da cidade de Coimbra. Ligados à actividade agrícola seriam os guardiães da paisagem camponesa que marcou o rural envolvente da cidade.

Uma observação mais atenta e holística permite descobrir que tal não corresponde à realidade e que à diversidade morfológica corresponde uma mudança social e uma diferença nos modos de habitar. Assim, os núcleos populacionais mais antigos, marcados pela época de construção dos imóveis residenciais e pelas envolvências rurais tradicionais, são habitados por uma população de origem local ainda com fortes laços à actividade agrícola, que ainda pratica, nos tempos livres da sua actividade principal. São artesãos, operários, pequenos empresários, trabalhadores do comércio, dos serviços ou da construção civil; raros são os quadros superiores e, os que eventualmente aí encontramos são de origem exógena. Os filhos da terra que atingiram níveis de formação superior, em

geral, saíram para Coimbra ou para outros distritos, nomeadamente Lisboa. Muitas das casas que outrora foram de famílias mais abastadas, residências principais ou secundárias¹³, estão fechadas e algumas em estado de degradação avançado. As famílias com frequência enredadas em questões de heranças e longe, dificilmente resolvem o património que, às vezes, ameaça mesmo ruir (conforme referimos). E é nestes casos que as lideranças locais são chamadas a intervir, com frequência sem êxito, já que é difícil localizar e responsabilizar quem há tanto tempo partiu.

Aos que ficaram vem juntar-se uma população vinda de fora. E como nestas áreas das férteis terras agrícolas os espaços para construção escasseiam, é nas aldeias centro que procuram habitação; ocupam casas antigas mais ou menos recuperadas. Como os níveis de conforto não são de excelência deixando, aliás, muito a desejar, são os agregados familiares mais modestos, de fracas posses que aqui vêm habitar. São pouco exigentes, em regra porque não podem esperar muito de casas compradas a preços bem abaixo da média urbana e periurbana. Se o tipo de ocupação é o arrendamento estamos perante condições ainda de maior precariedade, mais transitórias e irregulares do que as anteriormente focadas. Chegam em geral agregados familiares muito fragilizados, social e economicamente, frequentemente arrastam consigo problemas de desemprego, deficiência, crise conjugal, inadaptação, etc. E, porque vieram por absoluta necessidade, porque estão desenraizados e são desintegrados, estão apenas até à primeira oportunidade. Quando ela surge saem abandonando casa e deixando atrás de si ainda mais degradação. É esta população flutuante que é efectivamente vista como forasteira já que nunca chega a ter tempo de aqui adquirir cidadania. De facto são raros os que ficam um período suficiente para estabelecerem relações de vizinhança e para se integrarem na comunidade local, mas casos há em que tal acontece. São os que conseguem superar adversidades e gerar alguma empatia local então, com frequência, se inserem em grupos de carácter desportivo ou de qualquer outra iniciativa sócio-cultural e acabam por engrossar as fileiras sociais da comunidade periurbana tradicional.

Do outro lado, do espaço e da sociedade, temos uma outra realidade e outras formas de habitar. É na “Serra”, se considerarmos a dualidade serra/ribeiras, ou no “Monte”, caso

¹³ Pertencentes a famílias que já há alguns decénios deixaram de residir nas aldeias periurbanas. Contudo, durante muitos anos, mantiveram os laços telúricos e, periodicamente regressavam. Era sobretudo em tempo de férias, por dois meses no Verão, que as casas eram de novo animadas. Entretanto, à medida que as gerações foram sendo substituídas, as visitas foram falhando, ano a ano, até que as casas se fecharam de vez.

atentemos na oposição monte/campo, que a afectação dos solos à construção está mais favorecida. Sobre os solos mais ou menos pedregosos as potencialidades agrícolas são escassas e a construção sobe pelas vertentes. Foi em finais do século vinte, princípios de vinte e um, que começaram a erguer-se moradias nas encostas ou no meio dos pinhais. São belas casas, arquitectonicamente agradáveis e com elevado índice de conforto, com amplos espaços envolventes e anexos de lazer, desde piscinas a campos de jogos. Os que nelas habitam têm percursos de vida completamente diversos dos que anteriormente analisámos. Vêm em geral da cidade, sem que isso signifique que dela são naturais, pelo contrário. Lá trabalham, aí constituíram a sua rede social de inserção e residiram. Depois, por gosto, porque sentiram o apelo da terra, – já que, frequentemente, são de áreas rurais de outras regiões – e, sobretudo, porque “precisam” de mais espaço do que aquele que lhes estava reservado no apartamento urbano em que viviam, decidiram procurar habitação na área envolvente de Coimbra, no espaço rural, é certo, mas a dois passos do urbano. Aos espaços verdes juntam os sinais de mudança, à moradia unifamiliar de hoje, ou de ontem, o conforto e a qualidade de vida que na cidade não atingiam.

E quem são os que percorrem tais caminhos? São agregados familiares com receitas que lhes assegurem capacidade financeira. A necessária para fazer face a encargos mensais de centenas ou milhares de euros, e ainda assegurar a mobilidade acrescida que também vem no “pacote periurbano”. O seu itinerário residencial é sinuoso, raramente são agentes de uma única mudança. Casos há de naturais de concelhos afastados, como tivemos oportunidade de ver através do inquérito lançado, que vieram para Coimbra por razões de estudo, cá ficaram por profissão; residiram no centro urbano, em vários locais – desde o centro a áreas mais periféricas – até que as várias razões já apontadas, desde a imobiliária às da qualidade de vida, os levaram a procurar no periurbano a casa que, finalmente, seja “a sua casa”. E aqui se instalam numa mobilidade sem constrangimentos – chegam porque querem, da mesma forma como poderão partir.

E nestas áreas pontilhadas de moradias, com maior ou menor grau de concentração, quem reside? Em primeiro lugar é preciso dizer que mesmo nestas áreas mais delimitadas não há homogeneidade, mesmo no que toca à proveniência dos moradores. De facto, aqui encontramos, juntamente com ex-citadinos, quem venha de outros concelhos ou autóctones, de lugares vizinhos. Quanto à diversidade social também é notória; contudo, já aqui encontramos maior representatividade da classe média alta: quadros superiores, médicos, professores, empresários, advogados e outros profissionais liberais. De um modo geral adaptam-se ao campo, gostam de viver “neste campo” que é próximo da

cidade. A cidade onde continuam a trabalhar, onde completam aquela parte de si que precisa de cultura viva, de teatros, de cinemas, de exposições e de tertúlias. O custo? Nem tanto o financeiro, decorrente de uma mobilidade acrescida, é sobretudo o esforço para vencer a inércia, e não se deixar ficar no silêncio tranquilo da noite campestre.

3.4.3. Ciclo de vida e percepção do espaço periurbano

Os *percursos de vida* condicionam a percepção dos espaços, como também os *ciclos de vida*, ou seja, as diferenciações sócio-demográficas consoante a idade são igualmente importantes. Estas induzem clivagens dentro das próprias famílias, nomeadamente entre pais e filhos adolescentes, os que são mais críticos a uma localização residencial no periurbano (CAILLY et DODIER, 2007). Já as crianças encontram no periurbano aquele espaço de liberdade que tanto apreciam: podem correr pelos campos sem o controle apertado da cidade; podem crescer vendo a vida crescer, desde as plantas aos animais; podem ter, junto da sua casa, o espaço lúdico que faz dos jogos de criança memória feliz de adulto.

Na adolescência, com a entrada para o liceu, o periurbano torna-se subitamente pequeno e pesado, e os conflitos estalam. Sente-se a opressão do espaço na insustentabilidade do tempo – os amigos que se querem encontrar e as distâncias que não se conseguem vencer, os anos que tanto custam a passar quando se está dependente de um “papel/carta”, que depende da idade, para adquirir o direito à mobilidade sem dependências. É pesado o periurbano, e constrangedor, mesmo quando aos progenitores cabe também o papel de motorista... Os adolescentes reclamam para si cada vez mais urbano, protestando contra o isolamento. Este depende da localização da casa, mais (ou menos) bem servida de transportes, que possibilitem o acesso rápido à cidade ou a lugares específicos das suas actividades lúdicas ou desportivas. É por isso que “a compra de viatura representa para a população jovem, o ‘bilhete de entrada’ no modelo de vida hedonista e a permissão concedida aos adolescentes que se deslocam pela primeira vez à discoteca é também símbolo de uma libertação do mundo da família e ritual de entrada no mundo do prazer” (SANTOS, N., 2001: 215).

À medida que os anos vão passando e adquirem autonomia, os jovens começam a poder escolher entre viver e conviver no campo ou na cidade, para onde vão estudar e fazem amigos. Não raro escolhem ambos, o campo e a cidade, conseguindo integrar o

grupo de amigos da cidade sem sair do grupo que criaram no periurbano. Outros há que negam o campo e entregam-se à cidade – são os que não conseguem equilíbrio na dupla pertença, e escolhem - nem sempre o lugar certo -, mas sempre a mobilidade acrescida.

Quando às reclamações dos filhos se junta a dos pais, que se vêem na eminência de ter de prescindir das ofertas culturais, comerciais ou da mera qualidade do espaço público por não conseguirem vencer o espaço, a distância ou a inércia, então é o acordar do sonho, e o regresso à cidade. É o que tem acontecido, nestes tempos de crise, a alguns dos agregados familiares que escolheram Condeixa como área residencial: “é tudo demasiado parado”, afirmam, e “não vale a pena a distância” principalmente quando a nova residência é também em propriedade horizontal como a que tinham no centro urbano, porque “gaveta por gaveta mais vale perto”.

E, a crescer a tudo isto, a crise financeira que a todos afecta e torna ainda mais difícil de suportar o peso do rurbano. É a desistência e o retorno à cidade.

Contudo, nas áreas de moradia as mais valias da territorialidade rurbana são outras e vale a pena continuar. Sobretudo quando a idade da reforma se aproxima. Por essa altura as mobilidades quotidianas reduzem-se, quebrada que está a indissociabilidade económica à cidade, por via do trabalho. Naturalmente que continuam os compromissos com o urbano – pela cultura, pelos contributos da sociedade de consumo, pelos serviços que urgem numa idade mais madura – são contudo, mais espaçados, esporádicos. E à mobilidade reduzida junta-se o prazer do tempo livre que, no periurbano, pode ser usado de forma lúdica, talvez mais compensadora.

Em resumo, Coimbra expande-se para as áreas rurais envolventes e a função residencial consolida-se numa área que, pretendendo afirmar-se pela diferença, enfrenta problemas que não lhe permitem ir muito além de “arrabalde dormitório”. Nos plainos aluviais das ribeiras da bacia do Mondego, a par dos terrenos abandonados temos edifícios degradados, mercado de arrendamento bloqueado, enquanto nas áreas menos oneradas pela RAN e REN, as acessibilidades e os elevados preços da habitação de qualidade também não favorecem o desenvolvimento. Das respostas, ao inquérito que lançámos, inferimos da importância do triângulo Habitação, Equipamentos e Transportes. Na hora de escolher casa, os três factores são considerados e se um falha, os potenciais moradores desistem. Por isso, nenhum pode ser descurado e, se a Habitação depende muito da iniciativa privada e do mercado imobiliário, já o mesmo se não passa com os Equipamentos e Transportes, onde a intervenção autárquica é decisiva.

Porque a função residencial é indissociável da terciarização, pelos consumos acrescidos, pelas exigências da diversidade e da qualidade, trataremos de seguida o tema a ela referente.

De seguida anexamos alguns dados, que recolhemos através de inquérito directo e que consideramos ilustrarem bem o que acabamos de analisar. Reservamos a reflexão e análise.

A função residencial periurbana ou rurbana permite, em qualquer dos casos, usufruir das vantagens da vida urbana já que a rede viária está melhorada e a motorização individual faculta um fácil e rápido acesso à cidade.

4. A terciarização no espaço periurbano

4.1. O Comércio e os Serviços

A dicotomia cidade/campo assenta no pressuposto de que ao espaço rural, domínio de agricultores, se opõe o espaço urbano, animado por industriais, comerciantes e prestadores de serviços. De facto, o espaço rural tem sido tradicionalmente identificado com a actividade agrícola e definido como um espaço extenso, onde se dispersam pequenos aglomerados populacionais; funcionalmente pouco diversificado e dotado de acentuada autarcia económica e social, esta fortemente conotada com o sistema de economia agrícola camponês.

A caracterização do espaço rural, em oposição ao espaço urbano que assenta basicamente no uso do solo, na dimensão das aglomerações, na diversidade das funções e desigual intensidade das trocas, não corresponde senão a uma etapa do desenvolvimento económico. Caracterização apenas válida enquanto o poder de absorção da cidade se exerceu não só sobre os produtos provenientes do sector agrícola, mas também sobre os homens que abandonavam os campos e um modo de vida duro e pouco compensador. À medida que o processo de desenvolvimento global da economia se foi acelerando, manifestaram-se forças que compensaram a "atração urbana" por fenómenos de "difusão urbana" (BERGER, A., 1975; COMBES, Pierre-Philippe, MAYER, Thierry, THISSE, Jacques-François, 2006).

A existência de meios de transporte rápidos e acessíveis, conjugada com a elevação do nível de vida, podem levar à difusão da cidade no campo envolvente. Deste modo, ruralizam-se funções, até aqui reputadas de urbanas, o espaço rural deixa de ser dominado pela actividade agrícola e advém suporte residencial e área de localização preferencial de muitas indústrias e actividades de comércio e serviços.

O crescimento dos núcleos de povoamento rurais, a elevação do nível de vida, o aumento do poder de compra dos residentes (alógenos ou não...), bem como a sua crescente exigência em termos de qualidade de vida, são alguns dos factores que favorecem a implantação rural de actividades terciárias.

A tradicional auto-suficiência do camponês, evidenciada no sistema policultural que praticava, bem como na transformação doméstica a que procedia (vinificação, panificação, produção caseira de lacticínios e conservas) decorrente do carácter autárquico do sistema de economia agrícola em que estava inserido (concretizado na fraquíssima recorrência ao mercado de factores...) condicionava as parcas trocas monetárias que se efectuavam numa sociedade tipicamente camponesa (BADOUIN, R., 1971).

Assim, numa fase pré-capitalista, apenas eram adquiridos alguns bens pessoais de primeira necessidade (peças de vestuário, calçado, etc.) ou outros de menor procura (artigos de ourivesaria, por exemplo), alguns artefactos indispensáveis à exploração agrícola (instrumentos de trabalho ou alfaias) e ainda certos produtos alimentares que não eram produzidos na comunidade rural mas que já tinham entrado nos seus hábitos de consumo diário (açúcar, café, etc.).

Os camponeses, modestos no montante de compras efectuado - já que o seu pecúlio era reduzido, as necessidades mínimas e o espírito um pouco avaro - abasteciam-se na "venda" da aldeia, onde encontravam quase tudo o que precisavam para o seu dia a dia pouco exigente; acorriam também às feiras e mercados, que tinham assim um carácter supletivo em quase tudo o que respeitava à aquisição de ferramentas e instrumentos, produtos destinados aos trabalhos nos campos, construção civil, etc. (OLIVEIRA J. M. e MATOS, M., 1992).

Neste período as unidades comerciais localizadas nos campos eram em número bastante reduzido e pouco diversificadas, já que os rurais faziam largo apelo ao auto-provisionamento e, por outro lado, a dimensão das aglomerações não era suficiente para justificar uma maior ampliação do sector comercial.

No espaço rural começaram por se localizar as "vendas" e tabernas, espaços de consumo mas também de encontro e de convívio de mulheres e homens (respectivamente)

para quem o mundo se reduzia aos limites da freguesia ou, quando muito do concelho. No quotidiano da sociedade camponesa o taberneiro assumiu-se como um dos principais agentes mediadores locais, devido ao facto de se tratar do promotor da importante instituição e lugar de intermediação que é a “tasca”, desempenhando ainda outras práticas sociais e económicas, com forte papel mediador (BOURDIEU, P., 2002), e dinamizador, na comunidade rural.

Algumas alterações no modo de vida e nos hábitos de consumo das famílias camponesas, como por exemplo o do "pão mole" (pelo menos para o café da manhã...) e a progressiva melhoria da dieta alimentar, com a generalização do consumo de carne (em regra consumida em excesso "pelas festas" anuais e mais parcimoniosa e raramente aos domingos e dias santos) são responsáveis por uma primeira ampliação e diversificação do comércio tradicional.

Assim, cedo surgem as padarias e, com elas, a distribuição matinal e domiciliária de pão. Apesar de terem sido das primeiras unidades comerciais a instalar-se no espaço rural e da indiscutível importância do produto oferecido elas não se multiplicaram facilmente; a indissociabilidade entre produção e distribuição que as caracteriza e a prevalência do carácter essencialmente doméstico da panificação, (presente, semanalmente, em quase todos os agregados familiares camponeses), contribuíram para a fraca ocorrência de padarias, no Distrito de Coimbra, em finais do século passado (MENDES, J.M. Amado, 1984: 63).¹⁴

O processo de comercialização embora se possa fazer na sede da unidade produtora, assumiu desde início um carácter "sui generis" que ainda hoje se mantém na aldeia - a venda "de porta em porta". A distribuição começou por ser efectuada pelas "padeiras", camponesas contratadas a tempo parcial e que, desta forma, complementavam a prática da actividade agrícola. Transportavam à cabeça o cabaz do pão, percorrendo todos os becos e ruelas das aldeias; o volume vendido era, no início e em regra, reduzido já que na família se mantinha o hábito de semanalmente "coser a broa", alimento quase omnipresente na mesa de muitas gerações de camponeses.

À medida que o consumo vai aumentando o processo de distribuição sofreu alterações de género no que concerne ao agente distribuidor - que deixou de ser uma

¹⁴ Em 1890 apenas foram registadas, em todo o distrito de Coimbra, 125 padarias; destas 14 unidades localizavam-se no concelho de Coimbra (11,2%) e 8 no de Condeixa-a-Nova (6,4%). Fonte: Inquérito Industrial de 1890, vol. III, pp. 379-387, citado por J. Amado Mendes, ob. cit., p. 63).

mulher - e ao modo de deslocação utilizado – primeiro a pé, de bicicleta a pedal (onde se encaixava um cabaz duplo), depois de motorizada (com atrelado) e, finalmente, com melhores condições de acessibilidade, crescente agressividade concorrencial e concomitante ampliação do raio de comercialização, de carrinha (pequena, de início, mais potente, depois). Operou-se, pois, uma ampliação da actividade comercial - em termos de cobertura espacial e volume transaccionado – com mudança do agente distribuidor, quiçá justificada pelas desiguais dinâmicas mutacionais da mão-de-obra, facto que inviabilizou ou dificultou a adaptação da mulher às novas exigências do sistema de distribuição.

Quase paralela à das padarias, no tempo e no espaço, é a ocorrência de talhos, eles também relacionados com as mudanças operadas nos hábitos de consumo alimentar das populações rurais. Quando estas unidades comerciais se estabeleceram abriam apenas ao sábado, já que durante a semana a carne era "luxo" de que o camponês raramente podia usufruir; depois, por meados do século vinte, começaram a "aviar" à sexta-feira à noite os clientes mais apressados. Com o aumento da procura foi-se progressivamente ampliando o seu período de funcionamento que, nalguns casos, mesmo nos últimos decénios do século passado se limitava à segunda metade da semana. Também no referente à variedade de carnes comercializadas se registaram mudanças graduais: de início apenas a carne de porco - já de há muito integrada na dieta alimentar do camponês, mais como fonte de calorias do que de proteínas (lembramos o *naco* de toucinho na sopa de hortaliças e feijão), era vendida no talho; depois também a de carneiro, até então apenas consumida em "dias de festa"; e, mais tarde, no decénio de sessenta, a carne de vaca veio enriquecer a gama de produtos oferecidos nos talhos rurais. De preço mais elevado e consequentemente de procura mais reduzida apenas era vendida nalguns talhos, enquanto os restantes apenas comercializavam as carnes desde início oferecidas. Hoje a diversidade de produtos vendidos nos talhos rurais é considerável e quase iguala a dos da cidade - aí encontramos, de um modo geral, todas as variedades que anteriormente referimos, acrescidas até de espécies mais exóticas - sintoma evidente das mudanças operadas na sociedade e na economia globais.

No rural tradicional, as feiras e mercados podem ser consideradas concorrentes do comércio fixo. As feiras "nascidas da necessidade de escoar os produtos agro-pecuários e de abastecer as populações rurais de tudo o que elas não fabricavam, em épocas de comunicações difíceis e fraca intensidade de trocas" (GASPAR, J., 1970: 97) desempenharam, desde cedo, importante função económica e social. Aí se negociavam os produtos e se encontravam as pessoas, trocando notícias e informações. No período que

antecedeu a implantação rural do comércio fixo, era nas feiras que o camponês adquiria os bens de consumo de que carecia. Desde artigos para a casa (louças ou rústicas peças de mobiliário), objectos de uso pessoal (calçado, roupas ou fazendas), produtos alimentares (peixe fresco ou mais frequentemente salgado, artigos de mercearia, pão, bolos, etc.) até alfaias agrícolas e utensilagem diversa (das enxadas ao vasilhame e cestaria).

Mesmo depois da fixação no espaço rural das lojas e vendas, as feiras continuaram a marcar a sua posição enquanto local privilegiado de troca de produtos e contacto de pessoas. Para o comerciante as vantagens da venda ambulante relativamente ao comércio fixo eram significativas: mais freguesia do que aquela que poderia ter numa qualquer aldeia isolada, donde frequentemente é natural. À feira afluem gentes de uma vasta área geográfica o que, pese a concorrência, lhe proporciona auferir um lucro bastante superior ao que conseguiria se permanecesse asfixiado nos estreitos limites da comunidade aldeã. Relativamente ao camponês o abastecimento na feira tornou-se um hábito e quase uma necessidade, principalmente para os residentes em pequenos casais, onde não existem lojas. Aqueles "de preferência a aviarem-se na vila mais próxima, vão às feiras, mais variadas, onde se pode regatear, apreciar e é sempre possível vender alguma coisa"(GASPAR, J., 1970: 100). Em finais do século vinte, apesar de continuarem a atrair muitos comerciantes e potenciais compradores, as feiras já não eram o principal local de abastecimento do camponês; os tempos mudaram e a transformação também aqui se fez sentir.

À medida que se acelerou a difusão dos meios de transporte, de início os públicos e depois os privados, foram sendo definidas novas relações entre a cidade e o campo que a envolve. Relações mais frequentes, diárias em vez de hebdomadárias, que tinham na sua base não o êxodo rural mas o êxodo agrícola, geralmente parcial. O aumento dos contactos operou-se também ao nível das relações comerciais entre os dois meios. Assim, apesar do camponês continuar a vender nas feiras alguns dos excedentes da sua exploração agrícola, frequentava também, com mais assiduidade, o mercado urbano, acrescida que foi a sua capacidade de deslocação. Adquiria, nas lojas citadinas alguns bens de procura menos frequente. Assim, "era ver, nos dias de ida ao mercado, as gentes da aldeia trocando o dinheiro das hortaliças por saias e riscados ou, numa ocasião mais especial, por uns sapatos ou umas arrecadas" (NAMORA, F., 1975: 70).

Na aldeia as "vendas" continuavam a oferecer os bens de primeira necessidade para os quais a recorrência à cidade se não justificava, até porque na loja da terra o camponês podia comprar a crédito, pagando por vezes depois da venda das colheitas ou de alguma

cabeça de gado, na altura em que o desafogo era maior e a liquidez monetária suficiente para reequilibrar o orçamento familiar.

Com o desenvolvimento global da economia acentuou-se a melhoria dos meios de comunicação e dos transportes, em qualidade e quantidade, acelerando-se o processo simbiótico entre o espaço rural e o espaço urbano. As mentalidades, os costumes e o modo de vida dos camponeses foram progressivamente mudando. De início esta transformação foi mais ou menos lenta e gradual, mas quando a acção uniformizadora dos meios de comunicação social se fez sentir o processo acelerou-se, especialmente nas áreas rurais da periferia urbana, onde as transformações assumiram um carácter de verdadeira mutação sensível no tipo de economia agrícola praticada, no uso do solo, na funcionalidade dos espaços e, sobretudo, ao nível dos hábitos e costumes das populações. Assim, aquelas tornaram-se mais exigentes em termos de consumo registando-se uma significativa implantação rural de actividades comerciais (CAVACO, 1999), como resposta à procura crescente e cada vez mais diversificada de uma clientela em expansão.

4.1.2. "Invasão" residencial e expansão do comércio rural

O congestionamento cada vez maior do espaço urbano levou à "difusão" da cidade no espaço rural envolvente. Fenómeno visível através da procura crescente de residência por parte de cidadãos, normalmente casais jovens que não podem suportar as pesadas rendas urbanas, ou de uma população alógena, de fracos recursos económicos, proveniente de áreas mais ou menos afastadas. O espaço rural começa pois, a afirmar-se como suporte residencial, na sequência da carência relativa de habitação na cidade ou do elevado nível das suas rendas. A função residencial do espaço rural surge assim, no início, como uma "solução de recurso" (BADOUIN, R., 1971: 61). Mas, a este primeiro momento, seguem-se outros em que já não é a falta de alojamentos na cidade que determina a vinda para o espaço rural, mas sim uma opção deliberada por este tipo de residência.

Aliada à "invasão" residencial, normalmente na sua sequência, encontra-se a difusão rural de actividades comerciais e de serviços. De facto, assiste-se não só à implantação no espaço rural de um número crescente de unidades comerciais, cada vez mais diversificadas, como ainda à renovação de outras pré-existentes. O avanço da terciarização é assim justificado pela exigência da população residente, entretanto

acrescida, consequência da difusão de novos hábitos de vida e do aumento do poder de compra.

Nos últimos decénios do século vinte, instalaram-se nos campos periurbanos estabelecimentos comerciais bastante especializados que oferecem produtos que não poderão ser considerados de primeira necessidade, cuja procura é menos frequente. Por vezes têm na sua origem a prestação de serviços. São exemplos elucidativos as lojas fundadas por técnicos (electricistas, canalizadores, colocadores de estores, etc.) que não se acomodando à execução de meras operações de instalação, manutenção ou reparação, optam por vender também os materiais necessários á sua laboração. Não raro, os surtos de construção e renovação da habitação accionados pela vinda de novos residentes ou pelo regresso dos que em tempos abandonaram a aldeia (emigrantes, retornados das ex-colónias, etc.) aceleram os processos de terciarização do espaço rural não sendo difícil encontrar em velhas povoações em renovação, lojas especializadas para esse fim (ROXO MATEUS, M. L., 1991: 46). Por outro lado, a crescente carga simbólico-social atribuída à habitação, cujo recheio e equipamento fazem parte dos sinais identificadores do estatuto social das famílias, é importante elemento dinamizador da procura de "coisas para a casa" - desde os móveis aos electrodomésticos, passando pelas louças e outros artigos para o lar - e responsável pelo aparecimento, no espaço rural, de lojas especializadas nesses produtos.

Um outro tipo de actividades comerciais frequente no campo é o que se relaciona com a exploração agrícola, à qual fornecem factores de produção: produtos químicos (fertilizantes, fitossanitários, etc.). São na generalidade dos casos postos de venda sediados na própria residência do comerciante, o qual, em regra exerce a sua actividade a tempo parcial e como complemento da sua profissão principal, estamos perante situações de multifuncionalidade espaço-temporal que merecem ser consideradas e valorizadas já que se manifestam a montante e a jusante da exploração agrícola.

Enfim, tem-se vindo a assistir, nos últimos anos, acompanhando a progressão do nível de vida e o aumento do poder de compra da população residente, designadamente de alguns grupos que, como o dos jovens, constituem importante mercado para diversos tipos de produtos (SALGUEIRO, T. B., 1989: 156), à implantação nos campos de uma multiplicidade de actividades comerciais que se desenvolvem paralelamente às necessidades crescentes das famílias ou das explorações agrícolas e que reflectem a inserção nas sociedades rurais de padrões de consumo urbanos, à medida que se assiste a uma progressiva desintegração do sistema de economia agrícola camponês.

4.2. A disponibilidade de espaço, enquanto factor de localização rural de um comércio urbano

Directamente relacionado com os efeitos de "difusão" urbana está um outro tipo de implantação comercial, que corresponde à instalação no espaço rural de estabelecimentos, antes com uma localização preferencialmente urbana. Este tipo de implantação periférica responde a diversas necessidades. A primeira é a de dispôr de uma superfície mais ou menos extensa, para armazenagem, ou exposição dos produtos, a qual escasseia no centro urbano. Ora a existência de terrenos a preços acessíveis permite a construção das infraestruturas mais adaptadas às necessidades da empresa. Tal foi o que aconteceu no espaço envolvente da cidade de Coimbra onde, ao longo da Variante de Cernache foram aparecendo armazéns de artigos diversos, stands de automóveis, entrepostos de distribuição, etc. A localização ao longo de importante eixo viário está obviamente relacionada com a acessibilidade, factor locativo altamente condicionante porquanto se trata de um tipo de comércio onde os transportes rodoviários assumem papel preponderante, não só na fase de provimento da empresa como também na de distribuição dos produtos.

Assim, áreas rurais da periferia urbana, em especial as que se situam na imediata proximidade das principais vias de comunicação, oferecem óptimas condições, quer em termos de disponibilidade de espaço para construção quer de facilidade de acesso e estacionamento. Pelas razões aduzidas se justifica que na periferia de Coimbra, ao longo do IC2, se tivessem instalado vários estabelecimentos comerciais grossistas, de dimensão considerável, que têm uma clientela vasta, espacialmente diversificada (alguns abastecem toda a zona centro do país...). Estão nesta situação estabelecimentos grossistas de comércio alimentar, de produtos de higiene, farmacêuticos, de congelados, etc., alguns organizados em regime de cooperativa como a Corlusa e a Cofarbel. Também aqui encontramos outros estabelecimentos, nomeadamente de mobiliário e equipamento de jardim que, para além de precisarem e de aqui disporem de amplas superfícies para exposição dos seus artigos, beneficiam ainda das vantagens inerentes à grande intensidade de tráfego do importante eixo rodoviário, já que grande parte da sua potencial clientela é constituída pelos que nele circulam.

A implantação rural de actividades comerciais processa-se segundo duas dinâmicas distintas: a primeira traduz-se na abertura, em certas localidades rurais, de estabelecimentos de "tipo urbano" que respondem ao aumento e à diversificação da procura da população residente (alógena ou não); a segunda que resulta da mudança de localização (do centro urbano para o espaço rural periférico) de um comércio mais exigente em termos de disponibilidade de espaço e boa acessibilidade.

Ao primeiro caso estão subjacentes factores inerentes à própria sociedade rural (evolução demográfica, mudanças culturais e socioeconómicas, etc.), no segundo, a terciarização rural surge na sequência da saturação urbana, em pessoas e actividades, e assenta na conseqüente escassez de espaço no centro da cidade. De referir que nos primeiros anos do novo milénio instalaram-se no espaço periurbano estabelecimentos comerciais que, embora tirando partido da disponibilidade de espaço para instalações e estacionamento, tiveram em mira as mais valias decorrentes do aumento demográfico das franjas urbanas e de uma clientela com hábitos cada vez mais consumistas. Estão em causa superfícies comerciais como Intermarché e Lidl, no Concelho e freguesia de Condeixa-a-Nova, em função das quais se dinamizou a construção e se expandiram as áreas residenciais. De facto na sequência da implantação das superfícies comerciais foram desbravados terrenos à volta iniciando-se a construção de “urbanizações” segundo modelos construtivos diversos. Assim, enquanto no primeiro caso se privilegiou a disposição em superfície – conjunto de moradias geminadas ou não – mais próxima da estrutura da aldeia tradicional, já no segundo domina a construção em altura, com a venda de andares em sistema de propriedade horizontal, mais voltada para modelos morfológicos urbanos. Acresce que estas recentes implantações comerciais se repercutiram no aparelho distribuidor local, cuja clientela viu ampliada a oferta comercial e diversificadas as suas opções, do ponto de vista espacial e, sobretudo, no que respeita às formas de apresentação dos produtos e prestação do serviço comercial. Também no concelho de Coimbra e na freguesia de Taveiro se instalou uma área comercial de retalho, o Retail Park, cujas repercussões se fazem sentir mais ao nível das dinâmicas comerciais do concelho e da região urbana de Coimbra do que na freguesia de implantação.

Trataremos em seguida do *estudo de caso* referente às freguesias periurbanas do concelho de Coimbra, localizadas na margem esquerda do Mondego, bem como das freguesias do Concelho de Condeixa-a-Nova, à excepção, pela relevância do seu carácter urbano, da freguesia sede de concelho.

4.3. O comércio periurbano- estudo de caso

4.3.1. Breve referência às fontes de informação

Para procedermos ao levantamento do número de estabelecimentos existentes nas freguesias da área em estudo recorreremos aos arquivos da A.C.I.C. (Associação Comercial e Industrial de Coimbra)¹⁵, onde tivémos oportunidade de seleccionar os dados relativos aos associados cuja empresa se localiza na nossa área de investigação.

Como este organismo não engloba a totalidade do universo comercial (dado o carácter voluntário da inscrição), procurámos depois colmatar algumas das lacunas existentes através da consulta da Lista do Código Postal - Giro de Compras¹⁶, edição da ITT. Através desta fonte de informação conseguimos obter dados para as freguesias do concelho de Coimbra. Quanto ao de Condeixa-a-Nova, uma vez que não é abrangido por aquela publicação, utilizámos a Lista Telefónica Nacional - Região Centro.

Cientes de não possuir o levantamento total dos estabelecimentos existentes¹⁷ lançámos a investigação de campo. Aí tivemos oportunidade de testar a validade dos elementos recolhidos, de os corrigir se necessário (estabelecimentos que entretanto tinham fechado, mudanças de proprietário, etc.) e de fazer o levantamento "in loco" dos que não constavam da listagem previamente elaborada.

Foram inquiridos¹⁸, na generalidade das freguesias, a totalidade dos estabelecimentos que constavam na lista previamente elaborada e ainda os que foram levantados no local.

¹⁵ A ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra - "foi instituída por Alvará Régio de 12 de Dezembro de 1863. Integra cerca de 3500 empresas comerciais, industriais e de serviços, espalhadas por todo o distrito, com excepção do concelho da Figueira da Foz. (...) Conforme dispõem os Estatutos, são seus objectivos prioritários promover e contribuir para o harmónico desenvolvimento técnico, económico e social da Região, representar os Associados perante quaisquer entidades públicas e privadas e defender os seus legítimos interesses.", *Anuário da ACIC*, Coimbra, 1990, p.6.

¹⁶ A Lista do Código Postal/Giro de Compras, editada pela ITT - Portugal contém, além de indicações relativas à utilização do Código Postal informações sobre a oferta de bens e serviços, sua localização e ramo de actividade.

¹⁷ Nem sempre é fácil identificar um estabelecimento comercial através da Lista Telefónica, por quanto sabemos que nela figura apenas o nome do proprietário, à semelhança do que acontece com qualquer utente particular...

¹⁸ Em anexo apresentamos o formulário correspondente ao inquérito que lançámos.

Queremos deixar expresso que apesar de o inquérito ter sido lançado em finais do decénio de noventa (1998), as conclusões que dele retirámos e as tendências que delineámos foram sendo confirmadas pelos factos entretanto ocorridos. Acresce que, na recente revisão do trabalho, procurámos actualizar o texto, nomeadamente acrescentando alguns dados que considerámos pertinentes e elucidativos da situação, neste início do terceiro milénio.

4.3.2. O Modelo de Análise

Começaremos por caracterizar os estabelecimentos relativamente ao ramo de actividade onde se inserem. Apesar de seguirmos a CAE, decidimos agrupar as unidades de comércio e serviços em três grandes grupos: 1- *estabelecimentos comerciais do ramo alimentar*; 2- *estabelecimentos comerciais de produtos não alimentares*; 3- *serviços*.

São conjuntos demasiado amplos que, à partida, poderão surpreender pela heterogeneidade dos seus componentes. No interior de cada grupo existe, no entanto, um comportamento evolutivo que o individualiza e justifica. Vejamos, então, qual o critério que nos regeu ao optarmos por esta "arrumação" das actividades de comércio e serviços. Como já tivémos oportunidade de referir, o comércio tipicamente rural visava a satisfação da população residente, nomeadamente no que se refere a fornecimento de alimentos ou garantia de meios para a sua obtenção. Assim sendo, os estabelecimentos comerciais que encontrávamos (ou encontramos ainda nas áreas rurais profundas) podem, na generalidade dos casos, ser integrados no ramo alimentar, (apesar de também venderem bens ou produtos de outra natureza). Eram as "lojas" ou "vendas" - estabelecimentos polivalentes onde encontrávamos quase tudo o que era necessário à subsistência de uma família camponesa. Às "vendas" sucedem-se cronologicamente, mas em contiguidade espacial, as padarias e os talhos.

Mais tarde aquelas dão lugar às mercearias e tabernas, espaço de comércio e também de convívio. Já na segunda metade do século vinte, assistimos à difusão dos minimercados e cafés estabelecimentos que, embora desempenhando funções comerciais diversas - abastecimento de géneros alimentícios e bebidas para consumo imediato - ocupam frequentemente espaços contíguos geridos pelo mesmo proprietário. Esta contiguidade espacial aliada à complementaridade de funções (comércio e convívio social) levaram-nos a incluir os cafés e snacks no grupo do comércio alimentar,

considerando ainda a frequente indissociabilidade dos mesmos relativamente aos mini-mercados nas áreas rurais.

Enquanto o processo de urbanização e a concomitante transformação económica e funcional não se evidenciou continuaram a predominar nos campos os estabelecimentos comerciais do ramo alimentar. É conveniente sublinhar no entanto que, obviamente, nem todos os estabelecimentos comerciais do ramo alimentar poderão ser considerados símbolos representativos de uma sociedade tradicional. De facto, também neste ramo comercial se tem assistido a uma progressiva e acelerada diversificação, a qual visa satisfazer a procura de uma clientela cada vez mais exigente, não só em quantidade como em qualidade e "novidade". Alguns desses estabelecimentos poderão mesmo simbolizar a actual sociedade de consumo (*croissanteries*, gelatarias, etc.), os quais não têm ainda representatividade no espaço rural considerado.

Por outro lado, e ainda no âmbito do comércio alimentar, há que distinguir entre o comércio alimentar a retalho e o comércio alimentar por grosso, os quais têm repercussões bastante diversas na organização do espaço onde se inserem – o primeiro visa uma optimização locativa ao optar por uma inserção em área residencial, o segundo, bastante exigente em espaço e acessibilidade instala-se preferencialmente nas periferias das aglomerações bem servidas por importantes eixos rodoviários e na imediata proximidade destes.

Apesar da grande heterogeneidade que caracteriza o comércio do ramo alimentar optámos por manter esta subdivisão uma vez que nos parece ser a que melhor viabiliza a análise que pretendemos fazer da terciarização do espaço rural. De facto, a heterogeneidade deste ramo da actividade económica reflecte em si mesma o avanço da mutação do referido espaço.

No que se refere aos estabelecimentos de comércio não alimentar é evidente que tendem também a diversificar-se e multiplicar-se à medida que avança o processo de urbanização dos campos. Encontramos já, nas áreas rurais mais urbanizadas, estabelecimentos comerciais bastante especializados e de procura rara (ourivesarias, relojoarias, lojas de artigos de pesca, etc.) o que indicia o aumento e a diversificação da clientela.

A composição deste segundo grande grupo que estabelecemos (e que se poderá avaliar pelo número de estabelecimentos, diversidade e grau de especialização dos mesmos) reflecte o estágio evolutivo da actividade comercial e, conseqüentemente, o avanço da terciarização nas áreas onde se localiza.

Por outro lado, a junção de todos os estabelecimentos de comércio não alimentar num único grupo manifesta-se um método de análise especialmente útil para as áreas onde aquele tipo de comércio tem menor representatividade, tornando-se, conseqüentemente, difícil o seu estudo (em classes isoladas) sem entrarmos dentro do domínio da casuística.

Quanto aos serviços, apesar de os termos englobado num único grupo, convém referir a natureza exacta dos mesmos. Com efeito, enquanto no espaço rural tradicional predominam os "serviços de consumo", os quais englobam actividades que respondem à procura final dos consumidores (serviços de educação, saúde, religiosos, administração pública, correio, etc.), nas áreas rurais mais urbanizadas evidencia-se já uma evolução orientada para os "serviços de produção" ou seja actividades mais directamente voltadas para as empresas (banca, seguros, transportes e comunicações, serviços às empresas, etc.). Teremos em consideração este facto na análise a que procederemos.

4.3.3. -Tipificação dos estabelecimentos

De acordo com o levantamento que efectuámos existiam nas onze freguesias do Concelho de Coimbra situadas na margem esquerda do Mondego (excluindo a de Santa Clara) 347 estabelecimentos de comércio e serviços (exceptuámos os serviços públicos administrativos, de saúde, de educação, correios e telecomunicações, bem como os serviços religiosos); nas nove freguesias do Concelho de Condeixa-a-Nova (não considerámos a este nível da investigação a freguesia sede de concelho, Condeixa-a-Nova, dado o seu carácter de espaço eminentemente urbanizado) fizemos o levantamento de 97 estabelecimentos terciários.

A distribuição das unidades no espaço considerado é bastante heterogénea, sendo notória uma maior densidade nas freguesias limítrofes da cidade de Coimbra (Fig.3.16).

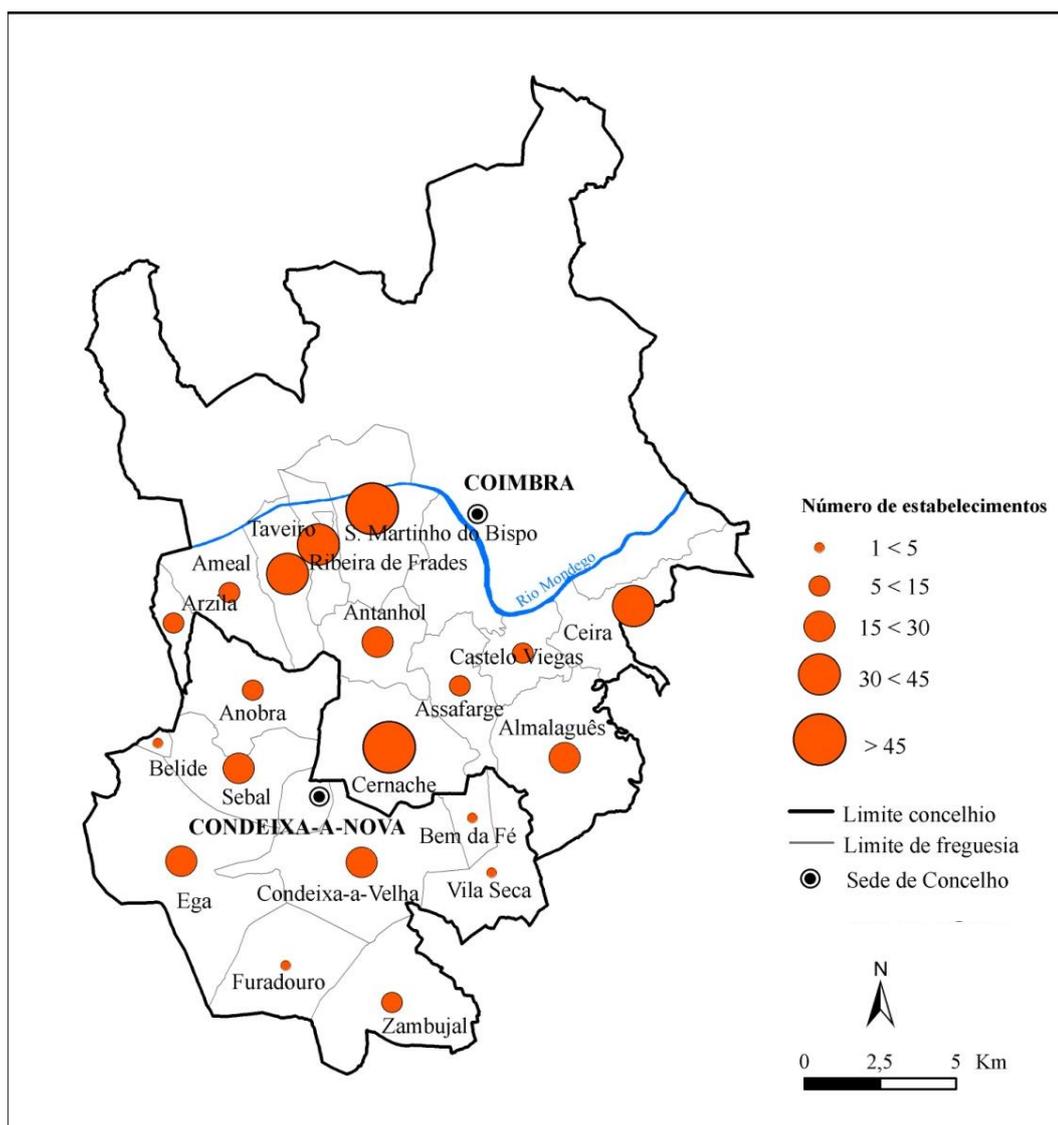


Fig. 3.16 – Distribuição espacial dos estabelecimentos, por freguesia

Fonte: Inquérito próprio

Em termos de número de habitantes por estabelecimento destacam-se as freguesias periurbanas de Cernache, Ribeira de Frades, Taveiro e Antanhol, as quais detêm os limares mínimos de potenciais clientes por unidade, respectivamente, 56.4, 59.08, 59.8 e 67.8 habitantes por estabelecimento (Quadro 3.5); também algumas freguesias do Concelho de Condeixa-a-Nova se registam valores relativamente baixos – Bem da Fé, 70.0 e Zambujal, 87.6 habitantes por estabelecimento valores quantitativos relativamente próximos mas que, no entanto, correspondem a realidades muito díspares.

No primeiro caso, a proximidade estabelecimento/utente deve-se essencialmente à recente localização de um tecido comercial mais denso e diversificado que procura responder à procura de uma população em crescimento; à segunda situação decorre em

áreas rurais "profundas" demograficamente repulsivas, dotadas de uma estrutura comercial incipiente e antiquada, com raros estabelecimentos não especializados.

Quadro 3.5 - Repartição da população residente (1991) por estabelecimento

Freguesia	População Residente (1991)	N.º de Estabelecimentos	N.º de habitantes por Estabelecimento
Almalaguês	3552	27	131,6
Ameal	1752	12	146,0
Antanhol	1831	27	67,8
Arzila	974	13	74,9
Assafarge	1714	16	107,1
Castelo de Viegas	1577	13	121,3
Ceira	4293	41	104,7
Cernache	3496	62	56,4
Ribeira de Frades	2068	35	59,1
S. Martinho do Bispo	12318	65	189,5
Taveiro	2152	36	59,8
Anobra	1285	10	128,5
Belide	301	3	100,3
Bem da Fé	140	2	70,0
Condeixa-a-Velha	2300	21	109,5
Ega	2870	29	99,0
Furadouro	324	1	324,0
Sebal	1844	20	92,2
Vila Seca	1125	4	281,3
Zambujal	613	7	87,6
Total	46529	444	104,8

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991; Inquérito directo

4.3.2.1. O Comércio por grosso

O comércio por grosso começa a implantar-se na periferia de Coimbra a partir de finais da década de setenta, tendo a maior parte das unidades inquiridas sido fundadas no decénio de oitenta.

A sua localização processa-se em função da proximidade urbana, conjugada com boas condições de acessibilidade e aproveitando a disponibilidade de espaço ainda existente nos campos.

Desta forma, não nos surpreende que uma das áreas preferenciais de difusão deste tipo de estabelecimentos comerciais seja a que se estende ao longo da EN nº1, eixo Coimbra-Sul (Variante de Cernache). De facto, 29,6% dos estabelecimentos inquiridos na freguesia de Antanhol são unidades redistribuidoras, das quais cerca de metade são do ramo alimentar (armazéns de carnes, congelados, mercearia e lacticínios); 25% são empresas de moda e vestuário (confecção, "jeans" e peles), dentre estas destacamos uma por protagonizar as relações cidade/campo em termos de localização dos estabelecimentos comerciais. Vocacionada para o mercado externo, possui em Antanhol os seus armazéns e, em centros comerciais de Coimbra, "boutiques" as quais detêm a exclusividade das marcas comercializadas.

Das restantes empresas uma é do ramo da construção civil - "Sotecnisol"- que comercializa materiais de isolamento (acústico, hidrófilo e térmico), prestando também serviços técnicos ao nível da instalação e manutenção dos mesmos; o seu raio de comercialização é vasto – os clientes distribuem-se pelos distritos de Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Guarda e ainda parte sul do distrito de Aveiro; é filial de uma empresa sediada em Camarate que, para além desta filial, possui mais duas – uma no Porto e outra em Olhão; nos critérios de escolha da localização desta empresa foram consideradas as vantagens inerentes ao carácter rural do espaço, mas também as que advêm da centralidade da posição geográfica no contexto nacional.

Na proximidade da EN nº1 (freguesias de Antanhol e Assafarge) foram inquiridas ainda duas empresas grossistas de produtos farmacêuticos, cuja área de influência se estende pelas regiões centro e norte do país, embora a quase contiguidade espacial do mercado de Coimbra tenha contribuído para a sua opção locativa.

No eixo Coimbra-Taveiro localizam-se, também, alguns estabelecimentos grossistas, mas essencialmente localizados na imediata periferia urbana (S. Martinho do Bispo). Nas restantes freguesias a representatividade do comércio por grosso é muito diminuta.

Encontrámos também comerciantes grossistas nas freguesias de Cernache e Sebal, mas com características completamente diversas das que enunciámos anteriormente, no que concerne á dimensão económica, escala de comercialização e estrutura empresarial. De facto, em qualquer dos casos, nem chega a existir um verdadeiro estabelecimento aberto - uma vez que os produtos são armazenados na sede da residência do vendedor -

grossista isolado, que comercializa produtos de gama bastante heterogénea, que vão desde artigos de papelaria a produtos de mercearia, drogaria e similares.

Estes "armazenistas ambulantes" exercem a sua actividade a uma escala quase local, abastecendo os pequenos estabelecimentos a retalho das aldeias das freguesias limítrofes. Apesar da sua fraca representatividade numérica desempenham importante função económica no espaço rural onde se inserem, enquanto fornecedores de pequenas mercearias e minimercados cujos proprietários, não dispendo de grande capacidade de mobilidade (a maior parte não possui transporte próprio e a idade é, em regra, já avançada) e dado o fraco volume transaccionado, se vêem praticamente impossibilitados de se abastecer nos grandes armazéns. Através destes agentes económicos os produtos são-lhes postos em casa, sem que os pequenos retalhistas tenham outras preocupações para além das que advêm da premência de saldar o débito contraído mas, até neste aspecto, a situação se manifesta vantajosa já que os prazos de pagamento não são tão limitados e rígidos como nas grandes empresas de revenda, algumas das quais já praticam o sistema de pronto pagamento ("cash and carry").

4.3.3.2. O pequeno comércio rural e a importância do sector alimentar

Pelas razões já antes aduzidas, são os estabelecimentos comerciais do ramo alimentar que ocorrem, com maior frequência, nos campos.

De facto, na generalidade das freguesias consideradas, a maioria dos estabelecimentos vendem produtos alimentares e/ou bebidas. Os valores relativos computados atestam esta realidade – oscilam entre 50%, na freguesia de Ceira, e 100% nas de Bem da Fé, Furadouro, Vila Seca e Zambujal (Quadro 3.6).

A análise global destes valores permite-nos sublinhar que o comércio alimentar, largamente dominante nas áreas rurais, tende a regredir, pelo menos em termos relativos, à medida que, nos campos, avança o processo de urbanização. Deste modo, não nos surpreende que sejam as freguesias do Concelho de Coimbra, nomeadamente Ceira, Cernache, Taveiro e Antanho, áreas onde se evidencia uma acelerada mutação social e funcional, as que detêm as mais baixas percentagens de estabelecimentos comerciais do ramo alimentar. Há, no entanto duas excepções à regra geral enunciada - a freguesia de Almalaguês, com apenas 51,9% de estabelecimentos do ramo alimentar, e a freguesia de S. Martinho do Bispo com 72,3% - na primeira, ainda tipicamente rural, com fraco índice

de urbanização, esperaríamos encontrar um valor relativo mais elevado, enquanto que na segunda, fortemente influenciada pelo centro urbano que administrativamente a anexou¹⁹, o sector alimentar deveria ser suplantado pelo não alimentar.

Quadro 3.6 - Importância relativa dos estabelecimentos de Comércio e Serviços

Freguesia	N.º Estab	Com. Alimentar		Com. Não Alim.		Serviços	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Almalaguês	27	14	51,9	9	33,3	4	14,8
Ameal	12	11	91,7	1	8,3	0	0,0
Antanhol	27	17	63,0	6	22,2	4	14,8
Arzila	13	9	69,2	2	15,4	2	15,4
Assafarge	16	11	68,8	3	18,8	2	12,5
Castelo de Viegas	13	9	69,2	3	23,1	1	7,7
Ceira	41	21	51,2	11	26,8	9	22,0
Cernache	62	36	58,1	14	22,6	12	19,4
Ribeira de Frades	35	23	65,7	4	11,4	8	22,9
S. Martinho do Bispo	65	47	72,3	15	23,1	3	4,6
Taveiro	36	22	61,1	9	25,0	5	13,9
Anobra	10	8	80,0	0	0,0	2	20,0
Belide	3	2	66,7	1	33,3	0	0,0
Bem da Fé	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0
Condeixa-a-Velha	21	16	76,2	2	9,5	3	14,3
Ega	29	24	82,8	3	10,3	2	6,9
Furadouro	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Sebal	20	14	70,0	1	5,0	5	25,0
Vila Seca	4	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Zambujal	7	7	100,0	0	0,0	0	0,0
Total	444	298	67,1	84	18,9	62	14,0

Fonte: Inquérito directo

¹⁹ A freguesia de S, Martinho do Bispo foi integrada no perímetro urbano de Coimbra em 19, apesar de manter características que indiciam a sua ruralidade, em muitos lugares da freguesia (morfologia da casa, hábitos e modo de vida das populações, etc.).

Quando à justificação para os valores encontrados, parece-nos que ela reside na ocupação funcional do espaço e na estrutura socio-profissional dos seus habitantes. De facto, Almalaguês é uma área essencialmente agrícola com fraca implantação de outras funções, nomeadamente da residencial, já que se encontra afastada das principais vias de comunicação sendo, portanto, a ligação a Coimbra onerada pelo factor distancia/tempo. Por outro lado, a tecelagem, enquanto actividade artesanal domiciliária, tem aí grande significado, ocupando parcialmente uma parte significativa da mão-de-obra feminina, a qual reparte o seu tempo activo entre a exploração agrícola, o trabalho doméstico e o tear. Na sequência desta actividade transformadora têm vindo a surgir pequenos estabelecimentos comerciais que se dedicam á venda, entre outras coisas, dos tapetes, das toalhas ou das colchas de tecedeira. Alguns aceitam encomendas que canalizam para as vizinhas, as quais executam os trabalhos posteriormente comercializados pelos primeiros, assumindo-se estes como intermediários. No cômputo geral do comércio da área esta terciarização adjacente à actividade artesanal faz baixar, em termos relativos o valor do ramo alimentar o qual, por seu lado, não tem registado grande evolução - apenas aqui encontrámos mercearias, padarias, talhos, minimercados e cafés.

No que respeita a S. Martinho do Bispo o elevado valor relativo do comércio alimentar parece contrariar a relação inversa que aventámos existir entre aquele e o avanço do processo de urbanização. Talvez seja, no entanto, a excepção que confirma a regra. Com efeito, o grande surto residencial operado, nos últimos anos, na freguesia tem-se repercutido positivamente no crescimento e diversificação dos estabelecimentos do ramo alimentar. Ao lado de tradicionais mercearias ou dos seus sucessores, os minimercados (que proliferam, não tanto em função do aumento do montante de compras efectuado por cada cliente mas talvez mais do número destes), surgem sofisticados cafés/restaurante, típicas churrascarias ou modernas cervejarias, que dispõem de uma clientela jovem e numerosa se bem que, em parte, flutuante - alunos das escolas Agrária e de Enfermagem, pessoal do Hospital dos Covões, etc., para além dos próprios residentes.

No cartograma da fig. 3.17 destaca-se o peso do comércio alimentar nas freguesias mais afastadas de Coimbra - Bem da Fé, Vila Seca, Zambujal, Furadouro, Ega e Ameal, esta do concelho de Coimbra e as restantes do concelho de Condeixa-a-Nova. A distribuição geográfica nele patenteada reforça a hipótese de às áreas rurais com maior índice de “agricolização” corresponder um comércio não especializado predominantemente alimentar.

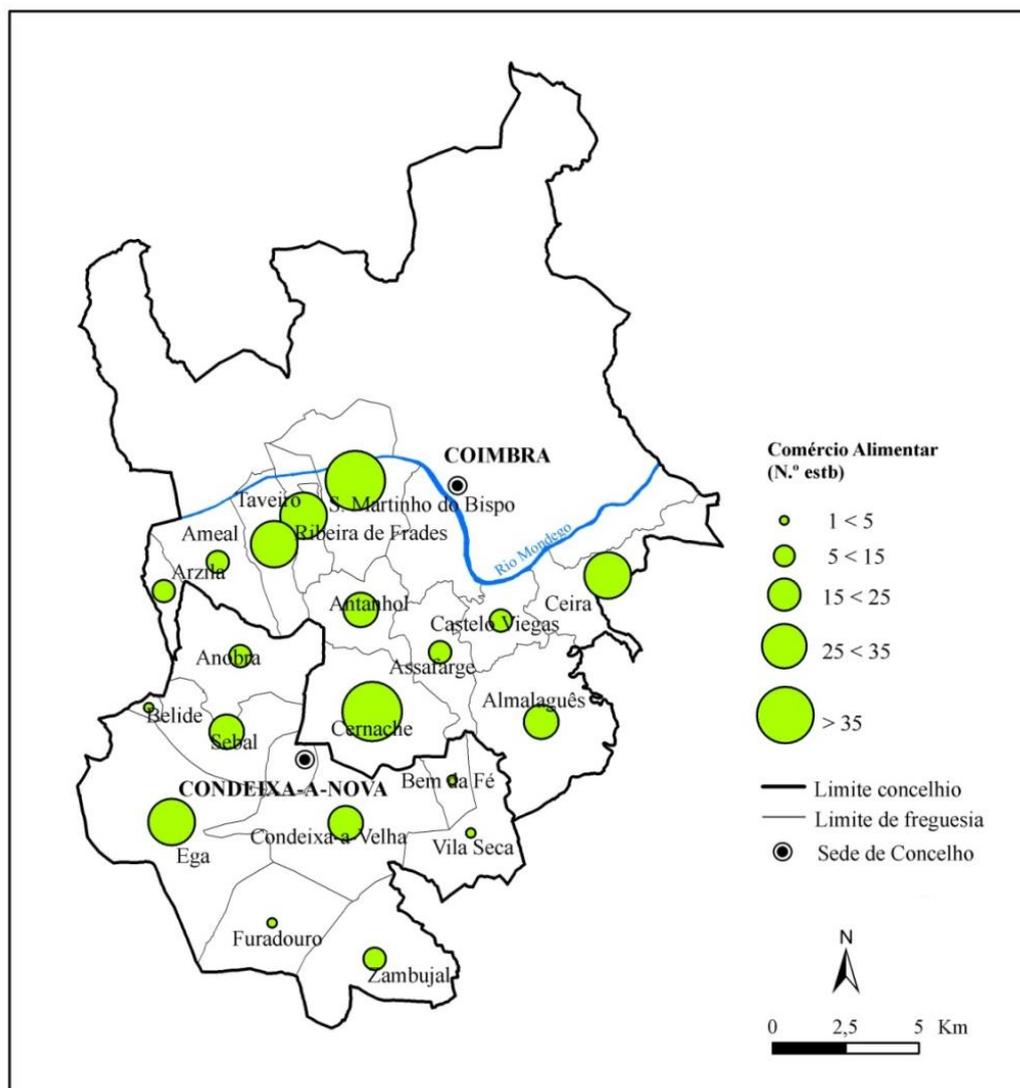


Figura 3.17 - O comércio alimentar, por freguesias

Fonte: Inquérito próprio

4.3.2.3. Que comércio alimentar?

Recorremos à C.A.E. para analisar com mais detalhe o nível de especialização dos estabelecimentos de venda a retalho de produtos alimentares.

Em todas as freguesias em estudo, as mercearias (6 201.4.0.) correspondem a uma parcela mais ou menos importante do comércio alimentar. A sua ocorrência (em termos relativos) é, no entanto, mais frequente nas áreas rurais menos desenvolvidas (tendo como padrão a sociedade urbana). Com efeito, elas representam cerca de 45% dos estabelecimentos do ramo alimentar em Arzila, enquanto em Cernache correspondem a 25%, em S. Martinho do Bispo a 17%, em Ceira a 14% e em Antanhol a apenas 6%.

É também comum a todas as freguesias a existência de "minimercados", pequenos estabelecimentos à dimensão da procura rural. Na sua origem estão, frequentemente, antigas mercearias que, deste modo, se adaptaram às exigências da actual sociedade de consumo, viabilizando o auto serviço a uma clientela que já não utiliza a loja como espaço de convívio social. É importante sublinhar que a freguesia, do Concelho de Coimbra, onde registámos maior percentagem de minimercados foi a de Ceira (correspondem a cerca de 52% dos estabelecimentos do ramo alimentar), logo seguida de S. Martinho do Bispo (45%) facto que, se por um lado, reflecte a necessária modernização e actualização de anteriores postos de venda, também representa uma resposta ao aumento da procura por parte de uma população em crescimento acelerado.

É, por outro lado, também notória uma certa tendência evolutiva no sentido da especialização do comércio alimentar, mais sensível nas áreas onde o processo de urbanização do espaço está mais avançado.

De facto, ao lado das tradicionais mercearias e tabernas surgem pastelarias, peixarias, frutarias ou modernos "snacks" – caso de Cernache, onde nos últimos anos abriram vários estabelecimentos de comércio alimentar especializado: - peixaria, diariamente aberta e com boa clientela, apesar de a freguesia continuar a ser abastecida em peixe fresco por peixeiros ambulantes; lugares de hortaliças e frutas, pequeno estabelecimento aberto e gerido por "negociantes de fruta" no mercado D. Pedro V, naturais e residentes na freguesia, conhecedoras das vantagens e vicissitudes da comercialização de produtos frescos, bastante perecíveis, não recearam a concorrência, apesar de já existirem outros lugares de venda e de os minimercados venderem também frutas e vegetais; pastelarias – estabelecimentos comerciais tipicamente urbanos, de procura menos frequente, dado o carácter de certo modo quase supérfluo dos produtos que vendem, pareceria, à partida, pouco votado ao sucesso no espaço rural, no entanto a "urbanização" dos hábitos das populações dos campos gerou uma profunda alteração qualitativa e quantitativa da sua dieta alimentar que passa, evidentemente por um aumento significativo do consumo de doces, os quais simbolizam um padrão consumista de sociedades desenvolvidas daí que o seu consumo seja comumente considerado como um indicador de ascensão económica e social.

As mudanças operadas no comércio alimentar para além de reflectirem os novos hábitos da população residente, alógena ou não, aos quais está associada uma procura cada vez mais diversificada, traduzem também a desagregação do sistema de economia agrícola camponês na sua componente mais marcante – a autosuficiência.

De salientar que nas freguesias de Bem da Fé, Vila Seca, Zambujal, Furadouro, Anobra, Ameal, Almalaguês e Arzila, onde o carácter rural prevalece, não encontramos qualquer estabelecimento (do ramo alimentar) especializado – subsistem as mercearias e começam a aparecer os minimercados, aos quais se associa, por vezes, o "café".

4.3.3.4. Comércio a retalho de produtos não alimentares

Apesar de tradicionalmente identificado com a cidade, o comércio de produtos não alimentares começa a assumir uma certa importância no espaço rural, nomeadamente na "região urbana". Assim, nas áreas consideradas, a sua frequência relativa oscila entre 33,3% (Almalaguês e Belide) e 0% (Anobra, Bem da Fé, Furadouro, Vila Seca e Zambujal) (Fig. 3.18) estes valores extremos, no que concerne ao limite mínimo, atestam uma realidade - o carácter rural/agrícola daquelas freguesias e o seu fraco dinamismo económico e social; quanto às que detêm o limiar máximo seria de esperar um forte índice mutacional, não só em termos económicos e funcionais como morfológicos, sociais etc. Contudo, não é isso que se observa. Relativamente a Almalaguês as razões justificativas parecem residir na terciarização da economia local aliada à actividade artesanal da tecelagem, como já anteriormente referimos. Quanto a Belide os valores relativos foram empolados pelo reduzido número de estabelecimentos existentes - apenas um total de *três*, correspondendo os 33,3% do ramo alimentar a *um* único estabelecimento.

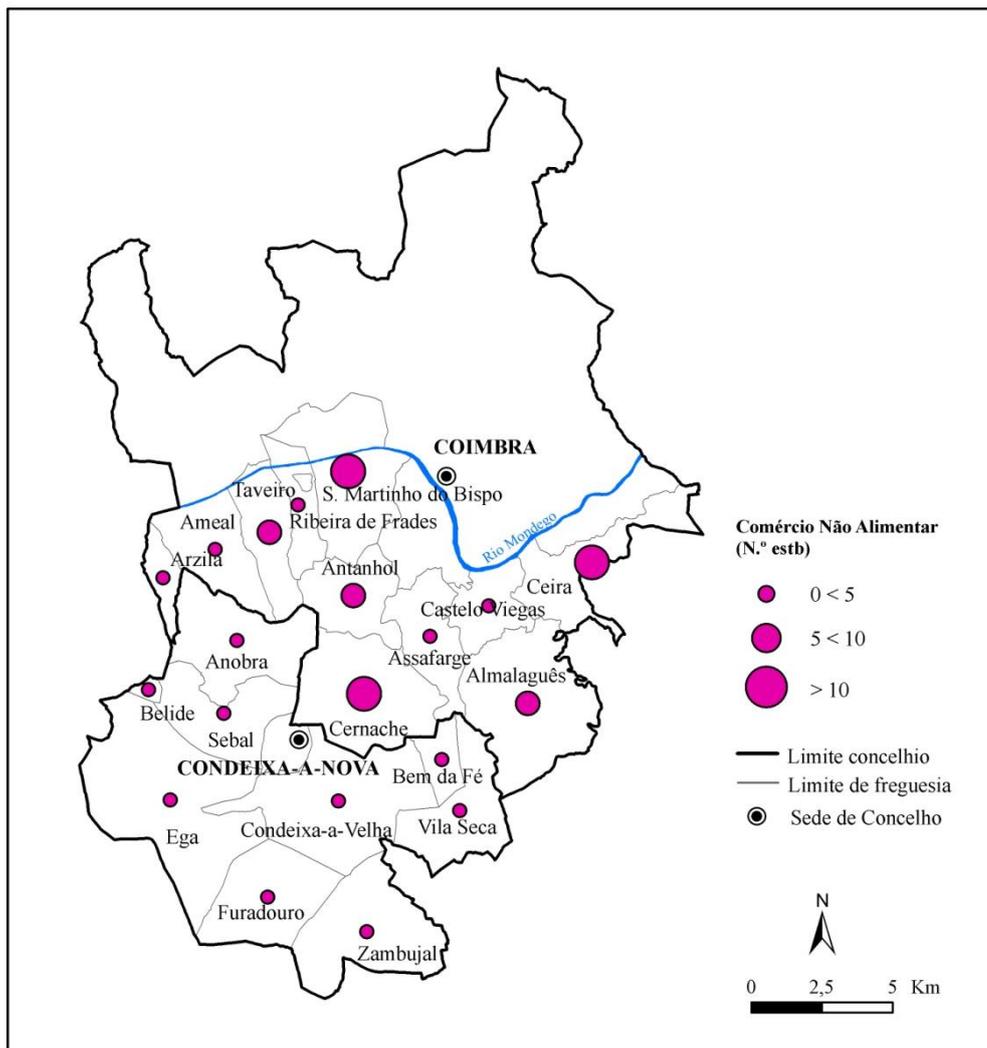


Figura 3.18 - O comércio não alimentar, sua importância por freguesias

A análise da Fig.3.18 permite-nos dividir a área de estudo em duas partes que coincidem, "grosso modo" com os limites concelhios. Com efeito, a generalidade das freguesias do concelho de Condeixa²⁰ apresentam fraca representatividade do comércio não alimentar. Quanto ao concelho de Coimbra, há que destacar três eixos: Coimbra Sul (EN nº1) adjacentes à qual se localizam as freguesias de Antanhol e Cernache com, respectivamente, 22,2 e 22,6% de estabelecimentos do tipo não alimentar; Coimbra – Taveiro onde ressaltam as freguesias de S. Martinho do Bispo, com 23,1%, e Taveiro, com 25,0%; e o eixo Coimbra – Lousã, em que se destaca a freguesia de Ceira, com 28,6% de estabelecimentos de comércio não alimentar.

²⁰ De exceptuar aqui a freguesia sede de Concelho, Condeixa-a-Nova, que pelas suas características urbanas não foi considerada nesta fase do nosso trabalho.

O comércio a retalho de materiais de construção e ferragens, móveis e equipamento doméstico (incluindo electrodomésticos, louças, vidros e artigos de "ménage") ocorre nas freguesias onde o surto residencial é mais evidente (S. Martinho do Bispo, Cernache e Ceira).

Por outro lado, a grande procura de artigos pessoais, numa sociedade onde o aspecto físico começa a assumir especial relevância, ocasiona a abertura de estabelecimentos de pronto-a-vestir, sapatos, retrosaria e artigos de criança, em várias freguesias da área em estudo – Cernache, S. Martinho do Bispo, Taveiro e ainda Almalaguês (sapataria), Arzila (vestuário), por outro lado salienta-se o facto de grande parte dos minimercados também venderem artigos de vestuário (desde meias a fatos de treino...) e tecidos.

Encontrámos também, embora com menos frequência, pequenos estabelecimentos de venda de artigos de procura ocasional ou até aqui considerados mesmo supérfluos nos meios rurais tradicionais, como floristas (em Taveiro e S. Martinho do Bispo), ou de artigos de luxo e conseqüentemente de procura reduzida como ourivesaria/relojoaria (registámos a sua ocorrência em Cernache embora tenhamos tido conhecimento da existência de ourives ambulantes em Ribeira de Frades).

O aumento da procura por parte de uma população jovem em idade escolar e o crescente interesse pela leitura de algumas publicações periódicas, dirigidas a camadas socio-culturais com uma certa representatividade no meio rural periurbano, condicionaram o aparecimento de papelarias, algumas delas equipadas com serviço de fotocópias, em várias freguesias (S. Martinho do Bispo, Cernache, Taveiro, Castelo Viegas e Ceira). A invasão da sociedade moderna por sofisticados meios de comunicação social justifica a localização rural de "clubes de vídeo" (Cernache e S. Martinho).

Há ainda que referir a ocorrência de estabelecimentos comerciais de venda de produtos para a exploração agrícola - adubos e produtos fitossanitários - e pecuária - rações e farinhas (Ameal, Taveiro, Ribeira de Frades, Ceira); tivémos conhecimento de postos de venda destes produtos noutras freguesias (Cernache, Antanhol, Zambujal, Sebal) mas sediados na própria residência do comerciante, não existindo, pois, estabelecimento comercial propriamente dito.

Em resumo nas freguesias em análise tem-se vindo a assistir, desde início da década de oitenta, a uma crescente especialização das actividades comerciais em geral e do comércio não alimentar em particular, o que evidencia, claramente, as mudanças operadas ao nível das mentalidades e dos hábitos consumistas de uma população rural sob influência urbana.

4.3.4. A recente implantação de novas actividades de serviços no espaço rural

Para além dos serviços que tradicionalmente encontramos nos campos (de educação, religiosos, de administração local, de correio, etc.) outros começam também a adquirir algum significado: os serviços de consumo, destinados a satisfazer a procura final do consumidor directo.

Na área estudada são as freguesias mais urbanizadas (S. Martinho do Bispo, Taveiro e Cernache) (Fig.3.19) que apresentam maior diversidade de serviços - desde os serviços de reparação (de automóveis, de aparelhagem eléctrica, etc.) até aos serviços pessoais (cabeleireiros, esteticistas, etc.).

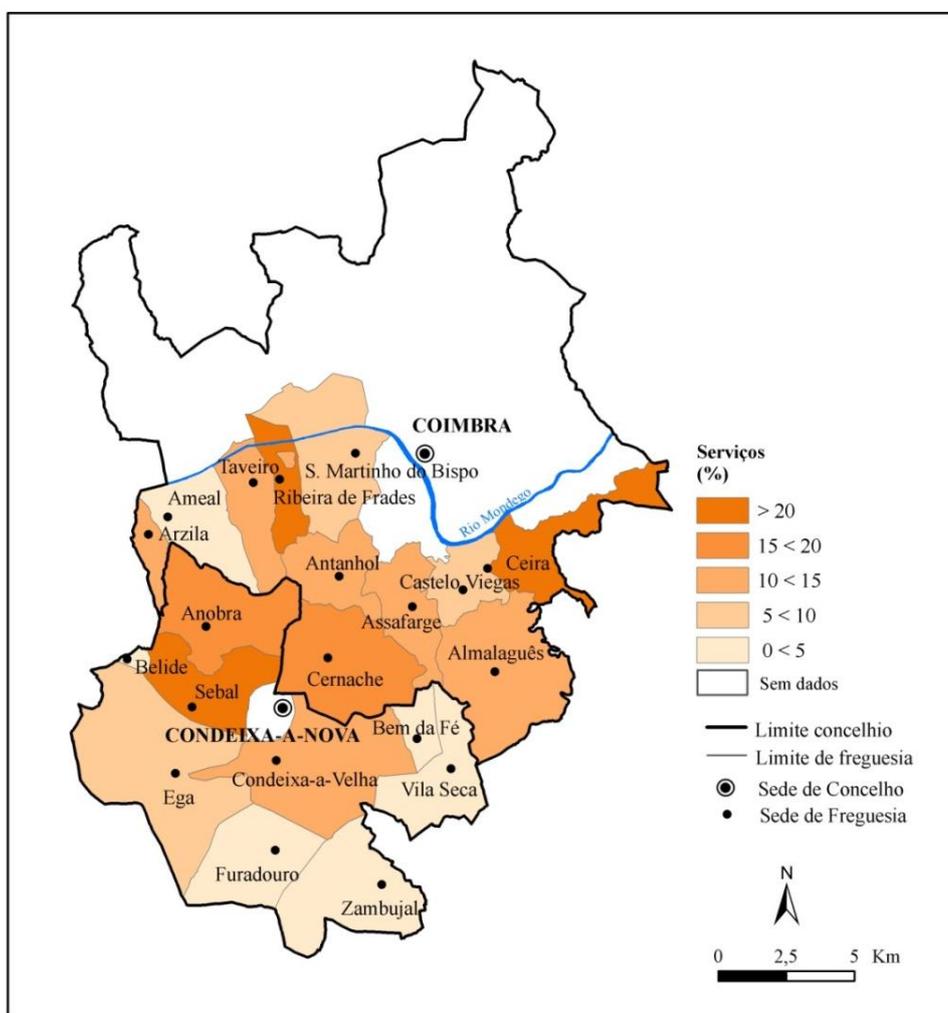


Figura 3.19 - Estabelecimentos de serviços de consumo, por freguesias

Fonte: Inquérito próprio

Outros serviços, nomeadamente de saúde já antes tinham optado por uma localização rural. Entre estes temos a distinguir dois tipos: os que visam satisfazer a população local e os que estão vocacionados para servir uma clientela mais vasta e geograficamente diversificada. Estes, apesar do seu impacto económico e social na área onde se instalam (a nível de oferta de emprego, por exemplo) têm uma área de influência que ultrapassa largamente o âmbito das comunidades locais (por ex. Hospital dos Covões, em S. Martinho do Bispo²¹).

Não ainda muito frequentes no espaço rural os "serviços de produção", essencialmente serviços de apoio às empresas (banca, seguros serviços de contabilidade e gestão, de informática, etc.) os quais, de um modo geral, continuam a manter uma localização urbana. A excepção verifica-se em S. Martinho, onde o avanço do processo de urbanização condiciona e justifica a instalação de alguns serviços de apoio à produção (se bem que também sirvam a população em geral), tais como agências bancárias e seguradoras.

4.3.5. Da terciarização incipiente de meados do século ao "boom" da década de oitenta

Na generalidade da área considerada são poucas as lojas cuja data de abertura é anterior a 1950 (Quadro 3.7). De facto apenas 59 dos actuais estabelecimentos, ou seja 13,3%, foram fundados na primeira metade do século vinte.

²¹ O Hospital dos Covões foi fundado no início do século vinte sendo o seu objectivo inicial proporcionar tratamento aos militares portugueses afectados pelos gases tóxicos durante a Primeira Guerra Mundial. A designação que lhe foi dada - Hospital Geral da Colónia Portuguesa do Brasil - ficou a dever-se ao facto de a sua construção ter sido custeada por fundos obtidos junto de portugueses ali radicados. Viria posteriormente a ser transformado numa unidade de assistência a tuberculosos - o Sanatório Masculino da Quinta dos Vales. Com o atenuar da doença e a criação da vacina anti tuberculose a sua existência como sanatório deixou de se justificar. Sendo finalmente criado em 1972 o Hospital dos Covões que é hoje uma das principais unidades do Centro Hospitalar de Coimbra. (Jornal de Coimbra, 21 de Abril de 1993).

Quadro 3.7 - Repartição dos estabelecimentos, segundo a data de abertura

Freguesias	N.º de Estab.	< 1950		1951 - 1960		1961 - 1970		1971 - 1980		> 1980		NR	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Almalaguês	27	4	14,8	1	3,7	3	11,1	3	11,1	16	59,3	0	0,0
Ameal	12	4	33,3	1	8,3	0	0,0	3	25,0	4	33,3	0	0,0
Antanho	27	5	18,5	1	3,7	1	3,7	4	14,8	16	59,3	0	0,0
Arzila	13	2	15,4	0	0,0	3	23,1	4	30,8	4	30,8	0	0,0
Assafarge	16	1	6,3	2	12,5	2	12,5	5	31,3	6	37,5	0	0,0
Castelo de Viegas	13	1	7,7	0	0,0	0	0,0	4	30,8	8	61,5	0	0,0
Ceira	41	2	4,9	0	0,0	4	9,8	12	29,3	23	56,1	0	0,0
Cernache	62	12	19,4	2	3,2	9	14,5	11	17,7	28	45,2	0	0,0
Ribeira de Frades	35	3	8,6	6	17,1	6	17,1	5	14,3	14	40,0	1	2,9
S. Martinho do Bispo	65	0	0,0	3	4,6	6	9,2	23	35,4	33	50,8	0	0,0
Taveiro	36	8	22,2	4	11,1	1	2,8	9	25,0	14	38,9	0	0,0
Anobra	10	2	20,0	2	20,0	0	0,0	1	10,0	5	50,0	0	0,0
Belide	3	2	66,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0
Bem da Fé	2	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0
Condeixa-a-Velha	21	3	14,3	3	14,3	2	9,5	4	19,0	9	42,9	0	0,0
Ega	29	4	13,8	2	6,9	5	17,2	4	13,8	14	48,3	0	0,0
Furadouro	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
Sebal	20	5	25,0	3	15,0	1	5,0	2	10,0	7	35,0	2	10,0
Vila Seca	4	0	0,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0	0	0,0
Zambujal	7	1	14,3	1	14,3	1	14,3	1	14,3	3	42,9	0	0,0
Total	444	59	13,3	33	7,4	45	10,1	96	21,6	208	46,8	3	0,7

N.R. – Não Responde.

Fonte: Inquérito Directo

Como seria de esperar, são as freguesias mais afastadas da cidade de Coimbra as que apresentam maiores valores percentuais de estabelecimentos mais antigos, destacando-se a este nível a freguesia de Belide com 66,7% (Fig.3.20); freguesia pequena (apenas com 301 habitantes em 1991) essencialmente agrícola, a sua população é servida apenas por uma mercearia, cuja data de abertura é anterior a 1950, um café, que é simultaneamente

pastelaria, e uma oficina de alfaias agrícolas, fundada na década de trinta por artesãos da aldeia peritos no trabalho do ferro. O primeiro e o terceiro casos referidos são testemunhos de uma típica sociedade camponesa e decorrem da sua intrínseca autarcia económica, quanto ao segundo evidencia já uma certa influência urbana nos hábitos consumistas, nomeadamente alimentares, da população rural, se bem que tenham sido factores externos que, de certa forma, contribuíram para a sua abertura neste local e numa data bem mais recente.

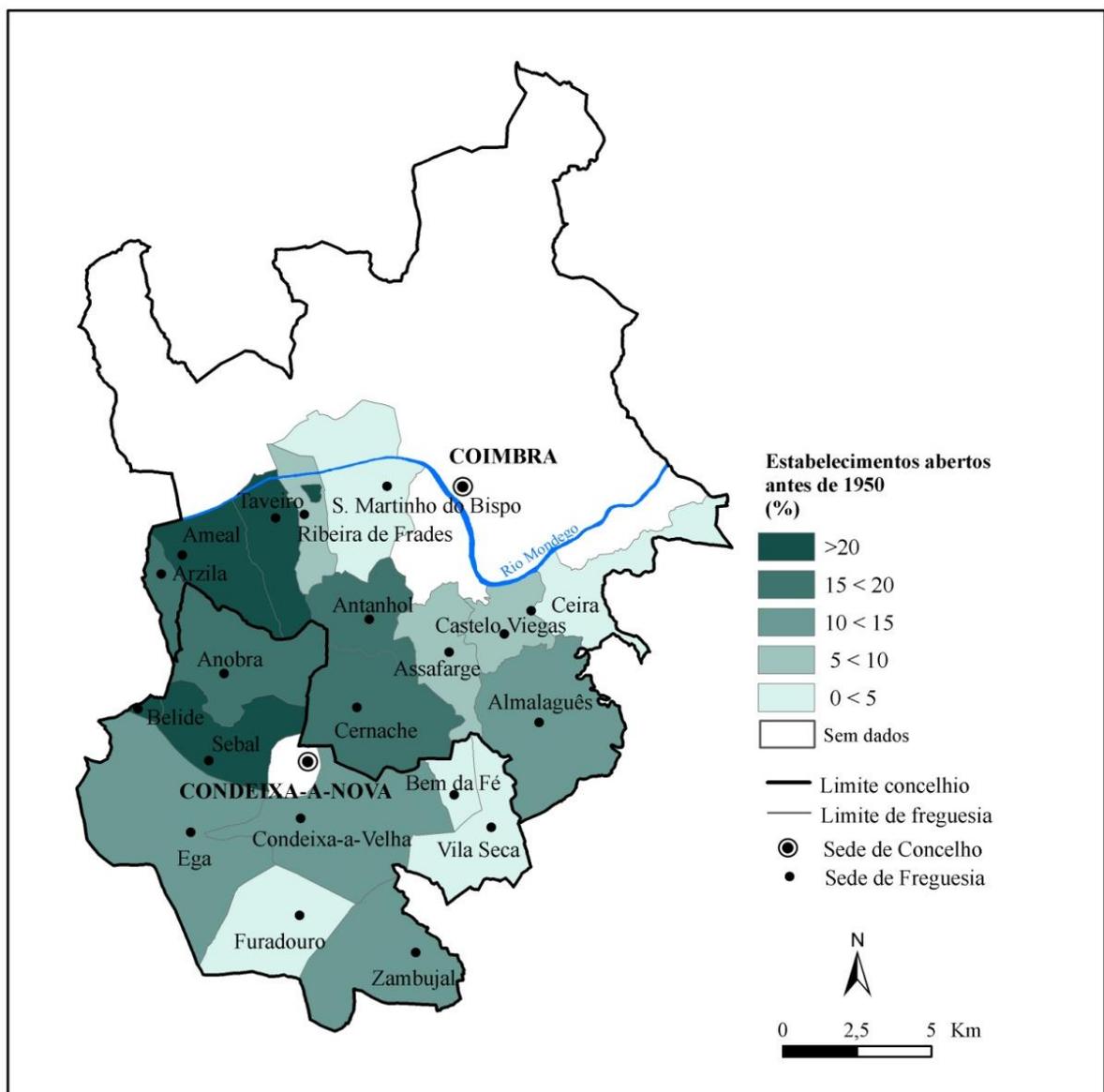


Figura 3.20 - Estabelecimentos abertos antes de 1950

Fonte. Inquérito directo

No Ameal, freguesia situada no extremo ocidental do concelho de Coimbra, cerca de um terço dos estabelecimentos abriram antes de 1950; são velhas mercearias e tabernas e ainda uma padaria a qual serve também a vizinha freguesia de Arzila. Também Sebal, Taveiro e Anobra dispõem de larga percentagem de "velhos" estabelecimentos comerciais, com efeito, 25, 22,2 e 20% respectivamente, do total das suas "lojas" foram abertas na primeira metade do século. São todas do ramo alimentar - mercearias e tabernas - à excepção de uma loja de ferragens, em Taveiro, esta "herdeira" de uma antiga oficina de ferreiro, transmutada à medida das necessidades e das exigências da população servida. Nas restantes freguesias os valores relativos correspondentes aos estabelecimentos abertos antes de 1950 são baixos chegando, nalgumas freguesias, a ser nulos como em Bem da Fé, Furadouro e Vila Seca.

Considerando as freguesias que apresentam menos de 20% de estabelecimentos cuja abertura é anterior a 1950 parece-nos podermos destacar duas situações distintas que reflectem diversos níveis de desenvolvimento e diversa capacidade de consumo da sociedade rural. A primeira situação circunscreve-se às áreas mais isoladas, repulsivas sob o ponto de vista demográfico, onde a escassez de habitantes tem vindo a reduzir drasticamente a procura e a concomitante pobreza de recursos impõe o autoconsumo, especialmente no âmbito dos produtos alimentares. A diminuição da clientela dificulta o funcionamento do sistema comercial incipiente que aqui se instalou daí decorrendo o encerramento de alguns estabelecimentos, sendo os mais antigos e pior apetrechados os primeiros a serem sacrificados - foi o que sucedeu em Bem da Fé, Furadouro e Vila Seca. Por vezes permanece aberta uma ou outra loja, que conseguiu suportar as crises inerentes à fraca procura, (ainda acrescida da agravante de as vendas serem normalmente a crédito) e as que advêm da crescente concorrência da vila, actualmente mais bem dimensionado e organizado. Esta capacidade de sobrevivência não é inerente ao sistema comercial, antes decorre das relações que o comerciante mantém com outros sectores de actividade, nomeadamente o agrícola.

Detectámos esta situação na freguesia do Zambujal, onde permaneceu aberta uma "venda" fundada nos recuados anos trinta; é pertença de gente abastada da aldeia - "grandes proprietários" neste contexto de microfúndio - a loja foi aberta para ocupar activamente uma segunda geração de agricultores que, deste modo, se libertava um pouco das duras fainas agrícolas. Manteve-se aberta apesar de pouco rentável uma vez que os seus proventos eram apenas um complemento dos rendimentos da família.

A segunda situação abrange as freguesias mais próximas do centro urbano onde o processo de urbanização está mais avançado o que se repercute na estrutura do sistema comercial. Aqui a percentagem de lojas mais antigas é baixa, não em função do seu progressivo encerramento, como sucedia no primeiro modelo que esboçámos, mas sim porque muitas outras surgiram posteriormente para responder à procura crescente de uma população em mudança.

Continuando a analisar os dados contidos no Quadro 3.7 verificamos que as décadas de cinquenta e sessenta não foram muito propícias à abertura de novos estabelecimentos comerciais, facto que não nos surpreende dada a conjuntura socio-económica global - surto emigratório, guerra colonial, prática de uma política de contenção económica, etc. aliada à fraca expansão urbana para as áreas rurais envolventes, no período considerado.

Assim, na generalidade das freguesias em análise as décadas de cinquenta, sessenta e início da de setenta, do século vinte, não registaram grande desenvolvimento do sector de comércio e serviços. Nalgumas, entre 1951 e 1960 não surgiu qualquer novo estabelecimento, como é o caso de Arzila, Belide, Castelo Viegas, Ceira e Furadouro; o mesmo sucedeu, no decénio de sessenta, em Ameal, Anobra, Belide, Bem da Fé, Castelo Viegas e Furadouro; nas restantes freguesias foram poucos os estabelecimentos cuja abertura se processou nos referidos decénios. Ribeira de Frades foi a freguesia onde se registou o maior número de estabelecimentos abertos neste período - seis - o que corresponde a 17% do total de estabelecimentos aqui inquiridos.

Também o decénio 1961-70 não foi muito pródigo no que se refere a novos estabelecimentos comerciais, tendo sido na freguesia de Cernache que se computou maior número de aberturas - nove - ou seja 14,5 % do total das unidades comerciais ali existentes; seguiu-se Ribeira de Frades com seis novos estabelecimentos (17,1%).

Foi a partir de meados da década de setenta que operou uma crescente implantação do sector de comércio e serviços nas freguesias consideradas, nomeadamente nas da cintura periurbana, como é o caso de S. Martinho do Bispo. Aqui, no decénio de setenta (1971-80), estabeleceram-se vinte e três novas unidades comerciais ou seja 35,4% das inquiridas em 1991. Também Ceira viu crescer de forma significativa a sua rede comercial com a abertura de doze estabelecimentos, que correspondem a 31% dos inquiridos. Em Cernache surgiram neste período onze casas comerciais, seguindo-se Taveiro com nove, Assafarge e Ribeira de Frades com cinco, Antanol, Arzila, Condeixa-a-Velha e Ega com quatro, Almalaguês e Ameal com três, Sebal com duas, Anobra, Vila

Seca e Zambujal com uma e, finalmente, em Belide, Bem da Fé e Furadouro não se registou, neste período, qualquer abertura de estabelecimento.

O decénio de oitenta ficou marcado pela notável expansão do sector terciário. De facto, foi neste período que se operou significativo alargamento das estruturas comerciais e de serviços na área em estudo, com particular realce para as freguesias situadas na imediata proximidade de Coimbra. Assim, entre 1981 e 1991 surgiram trinta e três novos estabelecimentos comerciais em S. Martinho do Bispo ou seja mais de metade (50,8%) dos que compunham o levantamento de 1991, em Cernache abriram vinte e oito (45,2%), em Ceira vinte e três (54,8%) enquanto em Antanhol e Almalaguês surgiram dezasseis

(Fig. 3.21).

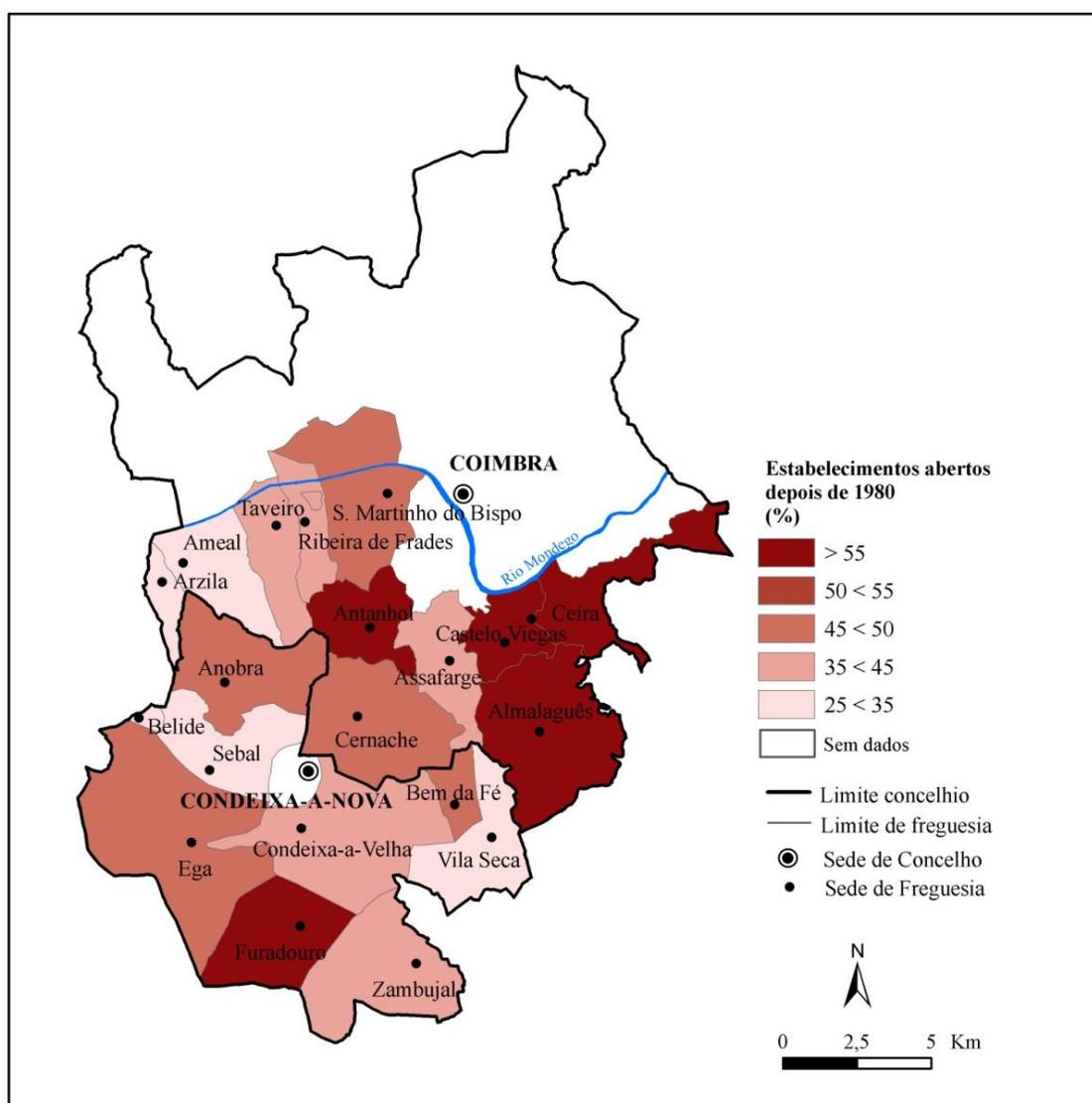


Figura 3.21 - Estabelecimentos abertos depois de 1980

Fonte: Inquérito directo

Como atestam os dados computados assistimos, nos anos oitenta, a uma mudança evidente do comércio rural, como resposta às exigências que derivam da redistribuição espacial, em consonância com a crescente motorização e melhoria do nível de vida. O sistema comercial do mundo rural embora mantendo características que o individualizam do que vigora no espaço urbano, tem vindo progressivamente a reorganizar-se no sentido de uma melhor adaptação à nova realidade económica e social dos campos.

As transformações operadas são visíveis a vários níveis, a nível da distribuição espacial e morfológica.

A distribuição ao longo dos eixos viários mais importantes, estende a rede comercial para além dos limites das povoações aos quais estava, até aqui, confinada. A dependência de uma clientela motorizada, alógena, de passagem ou mesmo urbana, condicionou a difusão da função comercial ao longo da EN 17 (Coimbra - Ceira) e da EN1 (Variante de Cernache) - são estações de serviço e restaurantes, armazéns ou grandes espaços comerciais de venda de móveis, equipamentos de jardim, artesanato, etc. Se, por um lado, a nova distribuição espacial tem na sua base a procura de um *optimum* de contacto, relativamente a uma clientela flutuante que utiliza como meio de transporte privilegiado o automóvel, por outro ela está directamente relacionada com a difusão urbana, traduzida na procura de áreas mais acessíveis, a clientes e fornecedores, e maiores superfícies, para armazenagem, exposição e estacionamento automóvel.

Para além da dispersão comercial ao longo das vias rodoviárias, a reorganização do sistema comercial dos campos passa também pela actual densificação nos aglomerados populacionais que, naturalmente decorre do aumento da população residente e, conseqüentemente, da clientela local.

Os estabelecimentos comerciais optaram *ab initio* por uma localização central, ou seja no núcleo mais antigo das aldeias ocupando, na generalidade dos casos, uma parte da casa de habitação do comerciante - parte ou a totalidade do rés-do-chão, sem grandes alterações morfológicas - apenas o balcão, umas prateleiras e pouco mais.

Esta simbiose entre residência e local de trabalho irá proporcionar condições para a ocupação permanente do comerciante, o qual poderá alternar o trabalho na loja com a lide da casa (como veremos, a mulher desempenha no comércio rural um papel importante além de actividades domésticas o que, de certo modo, compensa os problemas que advêm da fraca clientela. Também relacionada com este facto está a "desespecialização" ou seja a multifuncionalidade das células base do comércio rural. De facto, elas compensam pela variedade dos artigos expostos a debilidade da procura de cada um mas, apesar da

diversidade, a escala da oferta é reduzida e a opção da qualidade nem sempre é otimizada, o que irá condicionar a clientela, tendo ainda em consideração o facto de que a posição marginal do comércio rural se reflecte nos preços praticados os quais são consideravelmente mais elevados. De facto, o comerciante rural tem de viver de uma clientela reduzida, para além de que se abastece em condições que não lhe permitem vender os produtos a preços competitivos. Assim, na loja da aldeia apenas se abastecem os que têm de recorrer ao crédito (a *caderneta*, ainda continua a ser utilizada...) ou os esquecidos e apressados que ali fazem pequenas compras rápidas.

Mas apesar de serem restos de tempos passados e dos *handicaps* apontados, muitas dessas velhas lojas de aldeia prevalecem. Algumas procederam a algumas adaptações morfológicas que visam a sua integração no moderno sistema comercial - adopção do auto-serviço - acelerando desta forma o atendimento da freguesia (em regra mais apressada do que há décadas atrás). Contudo, esta alteração vai de alguma forma colidir com a que foi uma das principais funções do espaço comercial camponês - a de convívio social. Na verdade, a *venda* funcionava como local de encontro da população aldeã (principalmente feminina); era aí que se procedia à tão importante "troca de novidades", as quais constituíam forte elo de ligação entre os aldeãos (ou não fosse a comunidade camponesa uma sociedade de inter-conhecimento). Reconhecendo a vantagem, ou a quase premência, de manter essa função (embora actualizando-a) muitos dos minimercados rurais montaram contiguamente pequenos cafés onde "o povo" se encontra para tomar a *bica* (hábito urbano em rápida difusão) e dar "dois dedos de conversa" depois de um dia de trabalho, frequentemente urbano e desumanizado.

A função social do pequeno comércio rural não se resume, no entanto, ao âmbito da comunicação. De facto, em quase todas as aldeias há uma loja que congrega em si uma diversidade considerável de serviços - correio, depósito de gás, cobrança de recibos de energia eléctrica e água, venda de bilhetes de transportes rodoviários de passageiros e até serviços bancários. Com efeito, é ao comerciante que recorrem quando precisam de levantar um cheque, um vale de correio, etc. São em geral os reformados que utilizam com mais frequência estes serviços "bancários" já que necessitam de levantar mensalmente as suas pensões de reforma sendo, por outro lado, os que sentem maior dificuldade de deslocação à cidade.

Esta multifuncionalidade conferiu ao merceeiro da aldeia um estatuto social privilegiado, o que de certo modo minimiza os problemas económicos inerentes à fraca clientela.

O papel social da pequena venda é ainda ampliado pelo costume instituído da recorrência ao crédito. De facto os clientes com mais dificuldades económicas e sem capacidade de comprar a pronto usam o velho sistema de apontamento dos débitos numa "caderneta" pessoal que os acompanha sempre que se deslocam à mercearia. Saldam as contas ao fim do mês, quando recebem o salário ou o crédito é concedido mesmo por períodos bem mais alargados, consoante as disponibilidades do agregado familiar. Este sistema de endividamento crónico há muito estabelecido coloca o consumidor numa situação de dependência relativamente ao comerciante o que obviamente se repercute na sua passividade perante os possíveis "abusos" no que concerne a preços praticados, qualidade dos produtos, condições de atendimento, etc.. Com efeito, o camponês menos abastado continua a abastecer-se na venda da sua aldeia mesmo pagando mais e, por vezes, de pior qualidade, já que não tem liquidez monetária que lhe permita adquirir os produtos na feira, nas lojas da vila ou da cidade, onde terá de pagar a pronto

Num período em que nos campos predominava a actividade agrícola com toda a sua dureza, insegurança, precariedade económica e carácter aleatório dos rendimentos o simples exercício da actividade comercial afigurava-se já aos olhos da sociedade camponesa como um privilégio, a que só os mais abastados tinham acesso; de facto, oferecia uma ocupação permanente ao longo do ano, um trabalho leve e relativamente rentável, se a isso juntarmos a ascensão social do comerciante sobre a "freguesia", em função das circunstâncias anteriormente referidas, compreenderemos as razões pelas quais as velhas lojas rurais polivalentes chegaram até aos nossos dias, passando de geração em geração, tentando adaptar-se a uma realidade bem diversa daquela em que surgiram.

As mudanças socioprofissionais operadas no espaço rural vieram alterar bastante o equilíbrio de forças que aí vigorava; a melhoria do nível de vida do camponês e consequente aumento do seu poder de compra, conferiram-lhe maior capacidade de movimentação, ampliando a sua mobilidade espacial enquanto consumidor. Hoje ele já recorre com frequência aos grandes espaços comerciais de Coimbra (ou até de outras cidades mais distantes) onde encontra produtos diversificados e a preços competitivos. Na loja da sua aldeia, apenas compra os produtos mais perecíveis, os "esquecimentos", as "pressas" e pouco mais. No entanto ele procura manter os elos de ligação ao comerciante local, já que poderá, em épocas de menor desafogo económico, ter de voltar a recorrer aos seus préstimos.

A adaptação da antiga loja polivalente, na sua tentativa de sobrevivência económica, para além de passar pela adopção do auto serviço, inclui também mudanças ao nível dos produtos oferecidos. Deste modo, para além dos artigos de mercearia e alguns factores de produção agrícola, oferecem também em maior quantidade fruta e produtos hortícolas, normalmente fornecidos por intermediários, embora também comercializem, em pequena escala, alguns de proveniência local.

Esta tendência para o incremento da venda de "verduras", nas aldeias limítrofes da cidade, evidencia as mudanças socioprofissionais ali operadas em função de uma população alógena, em regra não agricultora, e da progressiva "urbanização" de uma parte significativa da população autóctone, normalmente as camadas mais jovens que optam por uma profissão citadina e uma ocupação de tempos livres que não contempla a prática agrícola.

4.4. Firma, transmissão de propriedade e mudança de ramo

Um dos indicadores da dimensão económica da unidade comercial é o tipo de firma. De facto, dela decorre o montante do investimento efectuado; a uma firma individual corresponde, em geral, um pequeno investimento e, conseqüentemente, uma unidade económica de dimensão reduzida; enquanto uma sociedade por quotas já indicia estarmos perante um estabelecimento de maior dimensão física e económica.

Na generalidade do espaço considerado predominam as unidades comerciais de natureza individual (Quadro 3.8). O que não nos surpreende pois o espaço rural é o reino da pequena empresa individual (R. BRUNET, 1965:258).

Também relativamente a este indicador se evidenciam as mutações inerentes à proximidade urbana. Com efeito, as sociedades por quotas apresentam maiores índices de ocorrência nas freguesias de Antanho e S. Martinho do Bispo, tendo-se registado ainda a existência de uma Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada e três Cooperativas - aquela situada junto da variante de Cernache onde se situa também uma das cooperativas (de produtos farmacêuticos).

Quanto à dinâmica comercial, no que concerne a transferências de propriedade ou de gerência (Quadro 3.9), podemos inferir, dos dados computados, que não é muito significativa. De facto, não houve muitas alterações e quando as houve foi, em regra, por motivos de herança - os estabelecimentos foram transmitidos à geração seguinte, que

manteve o negócio - alguns comerciantes são já da terceira geração o que, de certo modo, prova a relativa eficácia daquela actividade, já que é susceptível de manter famílias extensas, se bem que, de início, com o apoio da actividade agrícola.

Quadro 3.8 - Repartição das empresas segundo a natureza jurídica

Freguesia	Nº de Estab.	Individual		Soc. quotas		SARL		Outras	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	24	88,9	3	11,1	0	0,0	0	0,0
Ameal	12	11	91,7	1	8,3	0	0,0	0	0,0
Antanhol	27	14	51,9	10	37,0	1	3,7	1	3,7
Arzila	13	13	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Assafarge	16	13	81,3	3	18,8	0	0,0	0	0,0
Castelo de Viegas	13	11	84,6	2	15,4	0	0,0	0	0,0
Ceira	41	36	87,8	5	12,2	0	0,0	0	0,0
Cernache	62	55	88,7	6	9,7	0	0,0	1	1,6
Ribeira de Frades	35	34	97,1	1	2,9	0	0,0	0	0,0
S. Martinho do Bispo	65	53	81,5	12	18,5	0	0,0	0	0,0
Taveiro	36	30	83,3	5	13,9	0	0,0	1	2,8
Anobra	10	10	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Belide	3	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Bem da Fé	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Condeixa.-a-Velha	21	19	90,5	2	9,5	0	0,0	0	0,0
Ega	29	28	96,6	1	3,4	0	0,0	0	0,0
Furadouro	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sebal	20	20	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Vila Seca	4	4	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Zambujal	7	7	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	444	388	87,4	51	11,5	1	0,2	3	0,7

SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Fonte: Inquérito directo

A análise do Quadro 3.9 revela-nos a existência de um certo dinamismo no que concerne à mudança de proprietário. Com efeito, na generalidade das freguesias é relativamente elevado o número de estabelecimentos que foram objecto de transferência de propriedade - salienta-se o facto de apenas não termos registado ocorrência deste fenómeno em Bem da Fé e Furadouro, freguesias pequenas, pobres e relativamente isoladas, do Concelho de Condeixa.

Quadro 3.9 - Distribuição relativa das empresas segundo a mudança de proprietário

Freguesia	Nº de Estab.	SIM		NÃO		NR	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	10	37,0	17	63,0	0	0,0
Ameal	12	5	41,7	7	58,3	0	0,0
Antanhol	27	8	29,6	19	70,4	0	0,0
Arzila	13	4	30,8	9	69,2	0	0,0
Assafarge	16	3	18,8	13	81,3	0	0,0
Castelo de Viegas	13	5	38,5	8	61,5	0	0,0
Ceira	41	16	39,0	25	61,0	0	0,0
Cernache	62	22	35,5	39	62,9	1	1,6
Ribeira de Frades	35	14	40,0	20	57,1	1	2,9
S. Martinho do Bispo	65	37	56,9	28	43,1	0	0,0
Taveiro	36	19	52,8	15	41,7	1	2,8
Anobra	10	3	30,0	7	70,0	0	0,0
Belide	3	3	100,0	0	0,0	0	0,0
Bem da Fé	2	0	0,0	2	100,0	0	0,0
Condeixa-a-Velha	21	6	28,6	15	71,4	0	0,0
Ega	29	10	34,5	19	65,5	0	0,0
Furadouro	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0
Sebal	20	3	15,0	17	85,0	0	0,0
Vila Seca	4	2	50,0	2	50,0	0	0,0
Zambujal	7	2	28,6	5	71,4	0	0,0
Total	444	172	38,7	268	60,4	3	0,7

N.R. – Não Responde

Fonte: Inquérito directo

A transferência de propriedade das unidades comerciais sedeadas no espaço rural está normalmente relacionada com a "passagem de testemunho" para a geração seguinte, mas... esta nem sempre se concretiza. Quando os jovens não encontram nas localidades de origem condições que lhes proporcionem oportunidades de progredir, de "subir na vida", procuram-nas fora, em regra nos centros urbanos próximos ou mais afastados. Os mais privilegiados fazem na cidade a sua preparação académica, na sequência da qual iniciam a sua vida activa. São os mais favorecidos economicamente, os filhos de pais mais abastados que têm possibilidades de suportar o custo de um curso médio ou superior. Ora neste grupo poderemos inserir os comerciantes rurais que, ombreando com os agricultores mais prósperos, integravam a classe dos "ricos" da aldeia.

Este mecanismo de ascensão social tem posteriores repercussões na perspectiva evolutiva do sistema comercial, na medida em que alguns dos proprietários deixam de ter

sucessores directos quando os seus filhos, com uma formação técnica superior (alguns deles médicos, engenheiros, etc.) saem definitivamente do torrão natal e da actividade exercida pelos seus pais. Sem incentivos para a sua renovação funcional e morfológica, as velhas lojas acompanham os donos na sua decadência etária; prevalecem enquanto aqueles mantiverem a sua capacidade de trabalho e de gestão, mas vão fenecendo à medida que deixam de corresponder às exigências da prática consumista que, também nos campos, progressivamente se instala.

Este processo de retracção comercial é mais frequente nas áreas mais isoladas e repulsivas. Nos arredores da cidade, embora encontremos também alguns casos, a sua importância relativa é minimizada pela progressiva e natural expansão da terciarização, operada nessas áreas. A proximidade urbana, proporcionando relações cidade -campo estreitas e frequentes (movimentos pendulares diários), contribui para a renovação demográfica, através da fixação de novos residentes e da retenção da população autóctone, nomeadamente dos mais jovens. A economia binária campo/cidade, preconizada pela mobilidade espacial e profissional, instala-se e, na medida em que não se centraliza apenas num dos contextos mas contempla ambos, possibilita que, quando necessário, os mais novos retomem naturalmente o lugar dos pais - sem hiatos, sem sobressaltos - num processo normal de substituição de gerações. Por outro lado, nas áreas periurbanas a transferência de propriedade dos estabelecimentos comerciais através de trespasse ocorre com alguma frequência, facto que contribui para o acentuar das assimetrias no que concerne à variável "mudança de proprietário". Não nos surpreende, pois, que em S. Martinho do Bispo 56,9% dos estabelecimentos inquiridos tenham sido objecto de mudança de proprietário, em Taveiro 52,8%, o que contrasta, de forma evidente, com a situação registada em Bem da Fé e Furadouro, que supra referimos.

No que respeita à mudança de ramo do estabelecimento comercial, os dados recolhidos permitem-nos afirmar que ela não ocorre em quinze das vinte freguesias por nós estudadas, o que poderá reflectir algum conservadorismo e assaz falta de dinamismo comercial.

As freguesias com maior percentagem de estabelecimentos mutantes são as de S. Martinho do Bispo (15,4%), Cernache (9,7%), Ceira (7,1), seguindo-se Ribeira de Frades (2,9%) e Taveiro (2,8%) (Quadro 3.10).

Quadro 3.10 - Distribuição dos estabelecimentos segundo a mudança de ramo

Freguesia	Nº de Estab.	SIM		NÃO		NR	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	0	0,0	27	100,0	0	0,0
Ameal	12	0	0,0	12	100,0	0	0,0
Antanhol	27	0	0,0	27	100,0	0	0,0
Arzila	13	0	0,0	13	100,0	0	0,0
Assafarge	16	0	0,0	16	100,0	0	0,0
Cast. Viegas	13	0	0,0	13	100,0	0	0,0
Ceira	41	3	7,3	38	92,7	0	0,0
Cernache	62	6	9,7	56	90,3	0	0,0
Ribeira de Frades	35	1	2,9	33	94,3	1	2,9
S. Martinho do Bispo	65	10	15,4	55	84,6	0	0,0
Taveiro	36	1	2,8	35	97,2	0	0,0
Anobra	10	0	0,0	10	100,0	0	0,0
Belide	3	0	0,0	3	100,0	0	0,0
Bem da Fé	2	0	0,0	2	100,0	0	0,0
Condeixa-a-Velha	21	0	0,0	21	100,0	0	0,0
Ega	29	0	0,0	29	100,0	0	0,0
Furadouro	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0
Sebal	20	0	0,0	20	100,0	0	0,0
Vila Seca	4	0	0,0	4	100,0	0	0,0
Zambujal	7	0	0,0	7	100,0	0	0,0
Total	444	21	4,7	422	95,0	1	0,2

NR – Não responde

Fonte: Inquérito directo

Em geral as mudanças de ramo acompanham a evolução do sistema comercial nas suas interdependências com o desenvolvimento do sistema capitalista. Nos últimos decénios nas comunidades rurais da periferia urbana e em função das mudanças operadas na estrutura da população residente, as solicitações da sociedade de consumo são já sensíveis, acentuadas pelos mecanismos da publicidade e das modas, veiculadas pelos "mass media". Assim, as empresas comerciais que querem participar da dinâmica geral sentem a premência de se adaptar às exigências de uma clientela cada vez mais numerosa e cada vez mais ávida de novidades. Vejamos, um exemplo elucidativo em Cernache, onde um estabelecimento rural tradicional fundado em princípio do século vinte (taberna) volveu "café" na década de sessenta, "clube de vídeo" em finais da de oitenta, para,

depois de alguns anos de funcionamento, encerrar. Entretanto o prédio ficou devoluto e entrou em quase ruína. Foi reconstruído no início do século vinte e um e hoje é um dos “elefantes brancos” do largo da praça, à espera de ser concluído.

Em alguns casos as mudanças ficam a dever-se a um certo fracasso de experiências precedentes, quando as perspectivas de um negócio rentável se goram perante a falta de receptividade de uma clientela ainda autosuficiente ou, a certos níveis, já bastante dependente do comércio urbano. Reside neste "desencontro" a causa do fracasso de alguns restaurantes, quando vocacionados apenas para servir uma clientela local; ou de lojas demasiado especializadas, cujo baixo montante de vendas não permite oferecer os produtos a preços que possam competir com os que são praticados no comércio urbano o qual pode usufruir das vantagens das economias de escala.

Este "ciclo vicioso": *vende pouco/pratica* preços elevados para manter um nível mínimo de lucro²²; *não vende/tem* de baixar os preços; condena as unidades comerciais, quando estas se antecipam a uma conjuntura económica e de mercado favorável, ao fracasso. De qualquer forma, poderemos afirmar, sem grande margem de erro, que as mudanças de ramo comercial reflectem quase sempre a procura de uma resposta às solicitações de mercado e a busca do equilíbrio económico, num sistema comercial em fase de instalação/desenvolvimento e, neste momento (2009) também em crise.

4.5. Causas de localização

Há que distinguir duas categorias de factores condicionantes da localização de estabelecimentos de comércio rural:

Factores internos, inerentes ao meio rural tradicional, contribuem para o aparecimento e reforço dos nós comerciais tradicionais das aldeias e que podem resumir-se em razões de tradição, família, residência, herança, ocupação de mão-de-obra feminina e aproveitamento do espaço disponível; e os factores externos, isto é, os que decorrem da difusão urbana, tais como: possibilidade de otimizar a localização na proximidade de eixos rodoviários de fácil acessibilidade e boa ligação à cidade, aumentando assim a capacidade de manobra de clientes e fornecedores, usufruindo de um tráfego intenso,

²² De facto existe um mínimo de clientela abaixo do qual certos tipos de estabelecimentos não podem subsistir. (J. BEAUJEU-GARNIER, 19, p.236)

donde decorre um acréscimo nas probabilidades de procura, e de dispôr de terreno a mais baixo custo (o que amplia as hipóteses da sua utilização em benefício dos consumidores - armazenagem "in loco", espaços para estacionamento, etc.).

Os factores locativos "internos", em regra, condicionam o aparecimento de um comércio voltado para uma clientela local (residentes); os segundos estão subjacentes á difusão de um comércio urbano, exigente em espaço, facilidade de manobra e boa acessibilidade, vocacionados para uma clientela alógena, motorizada e, frequentemente de passagem. No Quadro 3.11 podemos avaliar da importância relativa de cada um destes grupos de factores, relativamente às opções locativas nas várias freguesias consideradas.

Quadro 3.11 - Causas de localização dos estabelecimentos

Freguesia	Nº de Estab.	a		b		c	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	9	33,3	10	37,0	8	29,6
Ameal	12	11	91,7	1	8,3	0	0,0
Antanhol	27	1	3,7	7	25,9	19	70,4
Arzila	13	11	84,6	2	15,4	0	0,0
Assafarge	16	9	56,3	2	12,5	5	31,3
Castelo de Viegas	13	1	7,7	7	53,8	5	38,5
Ceira	41	16	39,0	5	12,2	20	48,8
Cernache	62	8	12,9	23	37,1	31	50,0
Ribeira de Frades	35	20	57,1	4	11,4	11	31,4
S. Martinho do Bispo	65	26	40,0	5	7,7	34	52,3
Taveiro	36	21	58,3	3	8,3	12	33,3
Anobra	10	5	50,0	5	50,0	0	0,0
Belide	3	0	0,0	2	66,7	1	33,3
Bem da Fé	2	0	0,0	2	100,0	0	0,0
Condeixa.-a-Velha	21	1	4,8	16	76,2	4	19,0
Ega	29	12	41,4	12	41,4	5	17,2
Furadouro	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0
Sebal	20	6	30,0	13	65,0	1	5,0
Vila Seca	4	0	0,0	4	100,0	0	0,0
Zambujal	7	0	0,0	7	100,0	0	0,0
Total	444	157	35,4	131	29,5	156	35,1

a-Residência; b – Residência e disponibilidade de espaço; c – outras razões.

Fonte: Inquérito directo

4.6. Tipificação dos proprietários dos estabelecimentos

A figura do comerciante tem assumido, ao longo do tempo e no espaço, características muito próprias que permitem a sua tipificação.

Nos campos o exercício da actividade comercial implica o desempenho de papéis e de funções diversas das que se desenvolvem no espaço urbano, o que contribui para individualizar e definir a figura do camponês comerciante, quase em oposição à do comerciante urbano. Vejamos algumas das suas características:

4.6.1. A idade

No que concerne à estrutura etária dos comerciantes e para proceder à sua análise, considerámos cinco classes etárias: menor ou igual a 30 anos; de 31 a 40 anos; de 41 a 50 anos; de 51 a 60 anos e mais de 60 anos (Quadro 3.12).

Verifica-se que na generalidade da área é reduzida a percentagem de comerciantes com idade inferior a 30 anos. As freguesias que apresentam valores mais elevados são: Taveiro (25%), Sebal (20%), S. Martinho do Bispo (15,4%) e Cernache (14,5%); nas restantes os valores relativos são bastante baixos, sendo mesmo nulos em Ameal, Anobra, Arzila, Belide, Bem da Fé, Castelo Viegas, Condeixa-a-Velha, Furadouro, Vila Seca e Zambujal.

O carácter relativamente mais jovem da estrutura demográfica da população afecta ao sector terciário, nas quatro freguesias acima referenciadas parece-nos decorrer do dinamismo e da renovação daquele. De facto, são os estabelecimentos comerciais mais recentes, actualizados e especializados, os que têm como gerentes indivíduos mais jovens e por isso mais sensibilizados para ramos do comércio não tradicionais ou menos comuns no espaço rural (caso dos clubes de vídeo, pronto-a-vestir, florista, etc.). Por outro lado, alguns serviços pessoais (cabeleireiros, esteticista, etc.) ou de reparação (oficinas de automóveis, de reparação de electrodomésticos, etc.) são também frequentemente executados por indivíduos pertencentes a uma classe etária mais baixa (frequentemente a segunda geração de operários camponeses), que começaram como aprendizes no centro urbano e optaram depois por se estabelecer por conta própria, no seu local de residência e

área de naturalidade, aproveitando as condições favoráveis de procura decorrentes das transformações demográficas e culturais aí operadas.

Quadro 3.12 - Média etária dos proprietários dos estabelecimentos

Freguesia	Nº de Estab.	≤ 30 anos		31-40 anos		41-50 anos		51-60 anos		> 60 anos		NR	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	3	11,1	6	22,2	9	33,3	4	14,8	5	18,5	0	0,0
Ameal	12	0	0,0	1	8,3	6	50,0	2	16,7	3	25,0	0	0,0
Antanhol	27	2	7,4	10	37,0	7	25,9	2	7,4	4	14,8	2	7,4
Arzila	13	0	0,0	5	38,5	3	23,1	3	23,1	2	15,4	0	0,0
Assafarge	16	1	6,3	3	18,8	6	37,5	4	25,0	1	6,3	1	6,3
Castelo de Viegas	13	0	0,0	4	30,8	5	38,5	3	23,1	1	7,7	0	0,0
Ceira	41	2	4,9	10	24,4	16	39,0	7	17,1	4	9,8	2	4,9
Cernache	62	9	14,5	15	24,2	12	19,4	17	27,4	8	12,9	1	1,6
Ribeira de Frades	35	4	11,4	7	20,0	6	17,1	10	28,6	7	20,0	1	2,9
S. Martinho do Bispo	65	10	15,4	18	27,7	17	26,2	11	16,9	9	13,8	0	0,0
Taveiro	36	9	25,0	7	19,4	8	22,2	4	11,1	7	19,4	1	2,8
Anobra	10	0	0,0	3	30,0	4	40,0	1	10,0	2	20,0	0	0,0
Belide	3	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	2	66,7	0	0,0
Bem da Fé	2	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0
Condeixa.-a-Velha	21	0	0,0	4	19,0	7	33,3	5	23,8	5	23,8	0	0,0
Ega	29	1	3,4	1	3,4	17	58,6	7	24,1	3	10,3	0	0,0
Furadouro	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Sebal	20	4	20,0	2	10,0	9	45,0	1	5,0	4	20,0	0	0,0
Vila Seca	4	0	0,0	1	25,0	0	0,0	1	25,0	2	50,0	0	0,0
Zambujal	7	0	0,0	0	0,0	4	57,1	1	14,3	2	28,6	0	0,0
Total	444	45	10,1	98	22,1	137	30,9	84	18,9	72	16,2	8	1,8

NR – Não responde

Fonte: Inquérito directo

No mapa da Fig.3.22 pode observar-se que é nas freguesias limítrofes da cidade que a estrutura etária dos comerciantes se apresenta mais rejuvenescida.

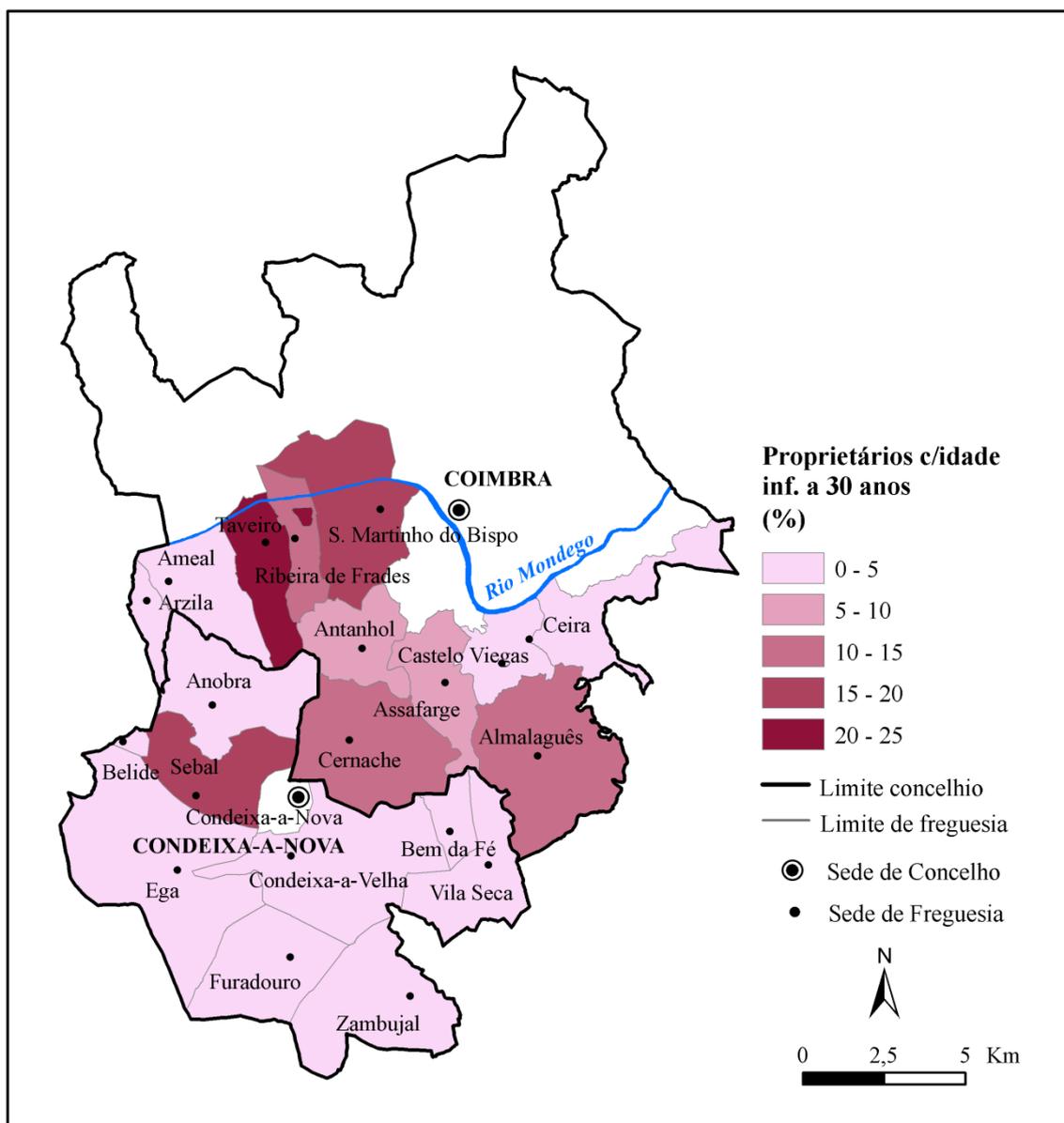


Figura 3.22 - Distribuição dos estabelecimentos cujo proprietário tem idade inferior a trinta anos

Fonte: Inquérito directo

São jovens que saem de um mercado altamente selectivo, saturado (o urbano) onde não teriam quaisquer hipóteses de se estabelecer por conta própria, já que não dispunham de capacidade de investimento para a aquisição de instalações, para além de que não teriam quaisquer possibilidades de competir com um comércio credenciado, bem dimensionado e com uma clientela assegurada. No espaço rural, as condições inerentes a uma sociedade de interconhecimento potenciam a sua inserção no sistema comercial local. De facto, o grau de abertura às novas necessidades consumistas geradas no seio da

sociedade urbana é já sensível, se bem que ainda incipiente, e a implantação local de um agente económico conhecido e de fácil acessibilidade favorece a dinamização económica do sector, incentivando a recorrência a novos serviços e a aquisição de mais produtos.

Há assim uma relação simbiótica entre o indivíduo e a conjuntura onde se insere. Aquele é incentivado e estimulado pela situação conjuntural a qual, por sua vez, é fortemente dinamizada pela sua integração.

A avaliação do envelhecimento dos comerciantes poderá ser efectuada a partir dos dados contidos no Quadro 3.12, coluna 6, ou seja a que corresponde aos proprietários com mais de sessenta anos: - são as freguesias de Belide (66,7 %), Bem da Fé (50%), Vila Sêca (50%), Zambujal (28,6%), Ameal (25%) e Condeixa-a-Velha (23,8%), as que detêm maior percentagem de comerciantes com mais de 60 anos.

Estes estão, em regra, integrados em unidades comerciais tradicionais (mercearias e tabernas). Muitos deles pertencem ainda à primeira geração de comerciantes. São conservadores, sem capacidade de mudança e estão acomodados aos fracos rendimentos e à clientela reduzida. Recusam investir, apesar de alguns terem o seu "pé-de-meia" bancário, possuem aquele espírito avaro do camponês típico, avesso a qualquer inovação. Frequentemente ignoram o auto-serviço, mantendo-se no seu posto de sempre, atrás do balcão tradicional. Não dispõem sequer de máquina registadora e a contabilidade é elementar, quase incipiente, centralizada na "caderneta", na qual vão registando os débitos e créditos dos fregueses.

No mapa da Fig.3.23 pode observar-se que são as áreas mais afastadas de Coimbra, de comércio mais tradicional, as que evidenciam maior percentagem de proprietários idosos.

São áreas onde não é muito sensível a concorrência urbana. De facto, as pessoas não se deslocam á cidade com grande frequência, portanto não é lá que se abastecem em bens de primeira necessidade. Talvez esse facto justificasse encontrarmos nessas áreas afastadas um sistema comercial mais dinâmico e, conseqüentemente rejuvenescido. Tal não se verifica, contudo - dispõem de um comércio tradicional, incipientemente adaptado às exigências da vida actual, dirigido maioritariamente por indivíduos de mais de cinquenta anos.

Estamos assim perante um ciclo vicioso - o sistema comercial arcaico e anquilosado repele os mais jovens (ou menos velhos) e os mais idosos, nele instalados não têm capacidade de iniciativa para o dinamizar. A pouca clientela existente é assim levada a procurar fora (na vila, em feiras e mercados) os produtos com que vai sendo familiarizada

através dos vários circuitos de informação (nomeadamente publicitários, canalizados frequentemente pelos "mass media") que, diariamente, a seduzem e cativam.

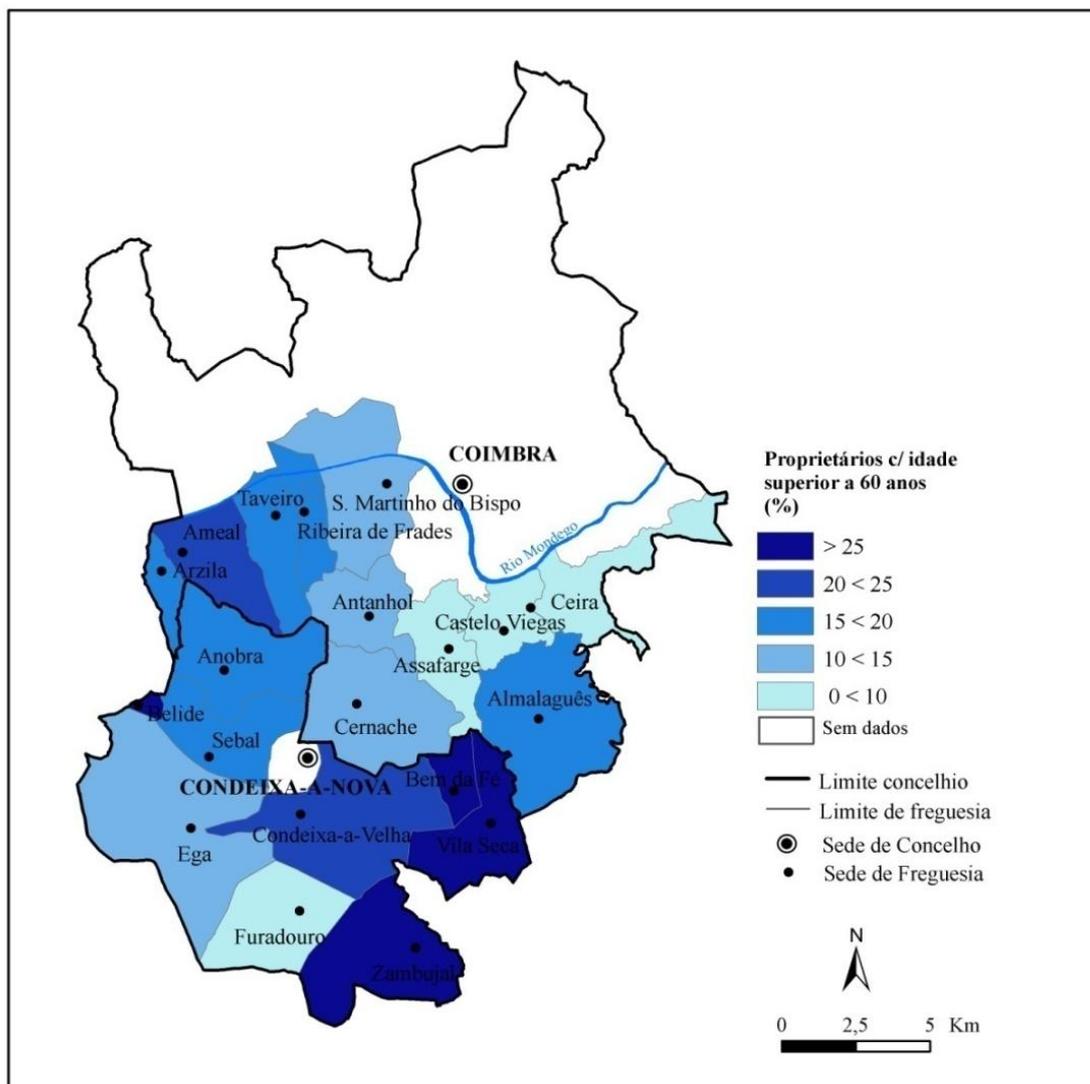


Figura 3.23 - Distribuição relativa dos estabelecimentos cujos proprietários têm mais de sessenta anos

Fonte: Inquérito directo

Por vezes são os comerciantes ambulantes que colmatam as carências do comércio local, deslocando-se periodicamente às aldeias, onde já têm os seus clientes habituais.

4.6.2. A Naturalidade

O cômputo geral dos dados relativos à naturalidade dos proprietários dos estabelecimentos comerciais permite-nos distinguir situações bastante diferenciadas. De facto, enquanto nalgumas freguesias todos os comerciantes são dela naturais, casos de: Bem da Fé, Furadouro, Vila Seca e Zambujal; noutras apenas cerca de um quarto é da freguesia: S. Martinho do Bispo (21,5%), Antanhol (29,6%) (Quadro 3.13 e Fig.3.24).

Quadro 3.13 - Naturalidade do proprietário do estabelecimento

Freguesia	N.º de Estab.	Mesma Freg.		Outra Freg.	
		Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	20	74,1	7	25,9
Ameal	12	11	91,7	1	8,3
Antanhol	27	8	29,6	19	70,4
Arzila	13	9	69,2	4	30,8
Assafarge	16	12	75,0	4	25,0
Castelo de Viegas	13	6	46,2	7	53,8
Ceira	41	22	53,7	19	46,3
Cernache	62	38	61,3	24	38,7
Ribeira de Frades	35	17	48,6	18	51,4
S. Martinho do Bispo	65	14	21,5	51	78,5
Taveiro	36	20	55,6	16	44,4
Anobra	10	8	80,0	2	20,0
Belide	3	2	66,7	1	33,3
Bem da Fé	2	2	100,0	0	0,0
Condeixa.-a-Velha	21	14	66,7	7	33,3
Ega	29	23	79,3	6	20,7
Furadouro	1	1	100,0	0	0,0
Sebal	20	18	90,0	2	10,0
Vila Seca	4	4	100,0	0	0,0
Zambujal	7	7	100,0	0	0,0
Total	444	256	57,7	188	42,3

Fonte: Inquérito directo

A análise do actual perfil dos proprietários dos estabelecimentos comerciais no que concerne à sua naturalidade revela-nos, de certo modo, algumas das características mais relevantes da evolução demográfica na periferia urbana das últimas décadas. Decorrentes do poder atractivo da cidade de Coimbra mas também da sua incapacidade para absorver

no seu seio os fluxos migratórios que gera e da consequente canalização dos mesmos para as áreas rurais imediatamente envolventes, estão na base da tendência evolutiva que se delinea.

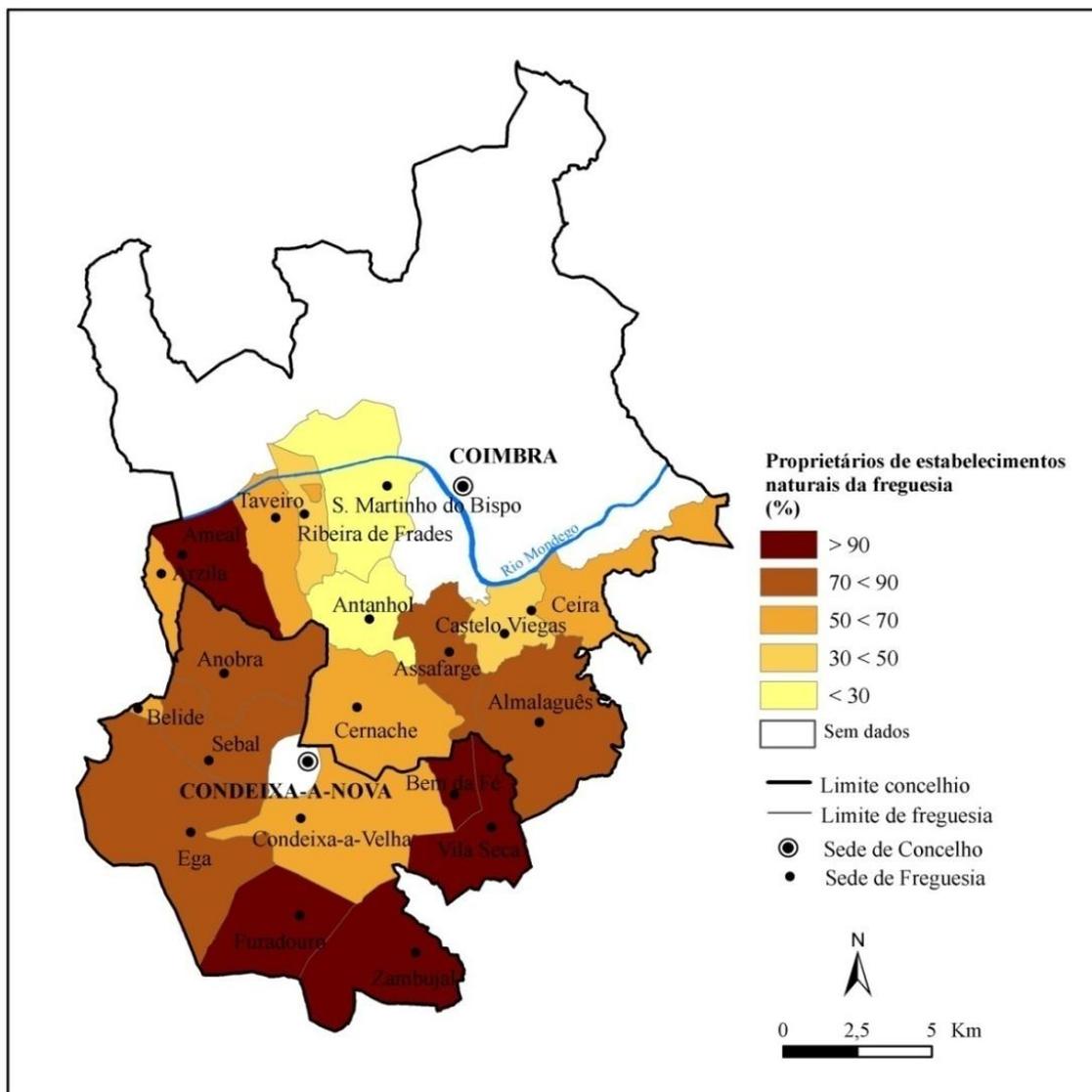


Figura 3.24 - Percentagem de estabelecimentos cujos proprietários são naturais da freguesia

Fonte: Inquérito directo

A importância crescente dos proprietários alógenos nos arrabaldes da cidade traduz as mutações demográficas e funcionais aí operadas. Com efeito, enquanto a população autóctone, já de há muito atraída pela cidade, tende a abandonar o trabalho nos campos, o que se traduz, entre outros aspectos pela fuga de mão-de-obra do sector agrícola para

outros sectores de actividade, assiste-se também à implantação, primeiro residencial e depois profissional, de uma população alógena oriunda de áreas mais ou menos afastadas, que elegeu Coimbra e a sua região para aí iniciar ou reconverter a sua vida activa.

A composição do universo dos proprietários comerciais relativamente à sua naturalidade revela-nos as origens dos fluxos migratórios que se dirigem para Coimbra. Vejamos o que se passa nas freguesias onde a percentagem de proprietários alógenos é mais elevada:

Em S. Martinho do Bispo, o valor relativo dos comerciantes naturais de outras freguesias e de outros concelhos atinge os 78,5%. Destes, 31,1% são naturais de outras freguesias do Concelho (Torre de Vilela, Ribeira de Frades, Santo António dos Olivais, Santa Clara, Castelo Viegas e Santa Cruz); 24,4% são oriundos de concelhos próximos (Miranda do Corvo, Poiares, Penacova, Condeixa-a-Nova, Soure, Pombal, Mealhada e Cantanhede); os restantes 44,5% são naturais de concelhos afastados (Moncorvo, Vila do Conde, Celorico de Basto, Alandroal, Mafra, Viseu, Castelo Branco, etc.).

Há que destacar a corrente migratória proveniente da Beira Interior (Trancoso, Almeida, Celorico da Beira, Resende, Sátão, Viseu, Castelo Branco, Guarda e Mortágua) pelos quantitativos que mobiliza. De facto, 18,5% da totalidade dos comerciantes inquiridos são de concelhos do interior, o que vem demonstrar que a corrente migratória para o litoral se mantém, continuando Coimbra a ser um dos pólos atractivos.

A dificuldade de implantação no centro urbano desloca essa população migrante para as áreas rurais envolventes, onde a dinâmica mutacional, em termos de funcionalidade, proporciona condições que viabilizam o estabelecimento de novas unidades comerciais que, por sua vez, vão propiciar aos seus proprietários um modo de vida autónomo e suficientemente remunerado.

4.6.3. Local de residência

De um modo geral, quase todos os comerciantes residem no mesmo local onde possuem o estabelecimento. De facto, e ao contrário do que sucede no espaço urbano, local de residência e local de trabalho não estão dissociados; na área periurbana ainda é frequente residência e estabelecimento ocuparem o mesmo edifício.

Da análise do quadro 3.14 e Fig. 3.25 podemos inferir que nas freguesias de Anobra, Belide, Bem da Fé, Furadouro, Vila Seca e Zambujal, todos os comerciantes residem no

lugar onde possuem o estabelecimento (100%), segue-se Ega (96,6%), Sebal (95,0%), Almalaguês (92,6%), Ameal (91,7%), Condeixa-a-Velha (90,5%), Castelo Viegas (84,6%), S. Martinho do Bispo (84,6%), Cernache (83,9%) e Assafarge (81,3%) nas restantes freguesias os valores situam-se abaixo dos 80%, descendo até aos 51,9% em Antanhol.

Quadro 3.14 - Local de residência do proprietário do estabelecimento

Freguesia	Nº de Estab.	Mesmo Lugar		Mesma Freg.		Outra Freg.	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	16	59,3	25	92,6	2	7,4
Ameal	12	5	41,7	11	91,7	1	8,3
Antanhol	27	10	37,0	14	51,9	13	48,1
Arzila	13	13	100,0	13	100,0	0	0,0
Assafarge	16	13	81,3	13	81,3	3	18,8
Castelo de Viegas	13	10	76,9	11	84,6	2	15,4
Ceira	41	20	48,8	33	80,5	9	22,0
Cernache	62	42	67,7	52	83,9	10	16,1
Ribeira de Frades	35	30	85,7	30	85,7	5	14,3
S. Martinho do Bispo	65	21	32,3	55	84,6	10	15,4
Taveiro	36	25	69,4	25	69,4	11	30,6
Anobra	10	10	100,0	10	100,0	0	0,0
Belide	3	3	100,0	3	100,0	0	0,0
Bem da Fé	2	2	100,0	2	100,0	0	0,0
Condeixa.-a-Velha	21	19	90,5	19	90,5	2	9,5
Ega	29	28	96,6	29	100,0	0	0,0
Furadouro	1	1	100,0	1	100,0	0	0,0
Sebal	20	19	95,0	20	100,0	0	0,0
Vila Seca	4	4	100,0	4	100,0	0	0,0
Zambujal	7	7	100,0	7	100,0	0	0,0
Total	444	298	67,1	377	84,9	68	15,3

Fonte: Inquérito directo

Assim, nesta última freguesia 48,1% dos comerciantes residem afastados do local de trabalho; vem depois Taveiro (30,6%), Ceira (21,4%), Assafarge (18,8%), Cernache (16,1%) e S. Martinho do Bispo (15,4%). No que se refere a Antanhol a justificação parece-nos residir no tipo de estabelecimentos que dominam o sistema comercial da área - em geral grossistas, que tiveram na base da sua opção pela implantação rural fenómenos

de difusão urbana, daí que os seus proprietários continuem a residir em Coimbra ou mesmo noutros centros urbanos. No que concerne a Taveiro a situação já é diferente, de facto os proprietários que residem noutra freguesia vivem em regra, em freguesias rurais limítrofes ou pouco afastadas (Ribeira de Frades, Arzila, Anobra e Assafarge), tendo declarado residência urbana apenas três dos comerciantes inquiridos.

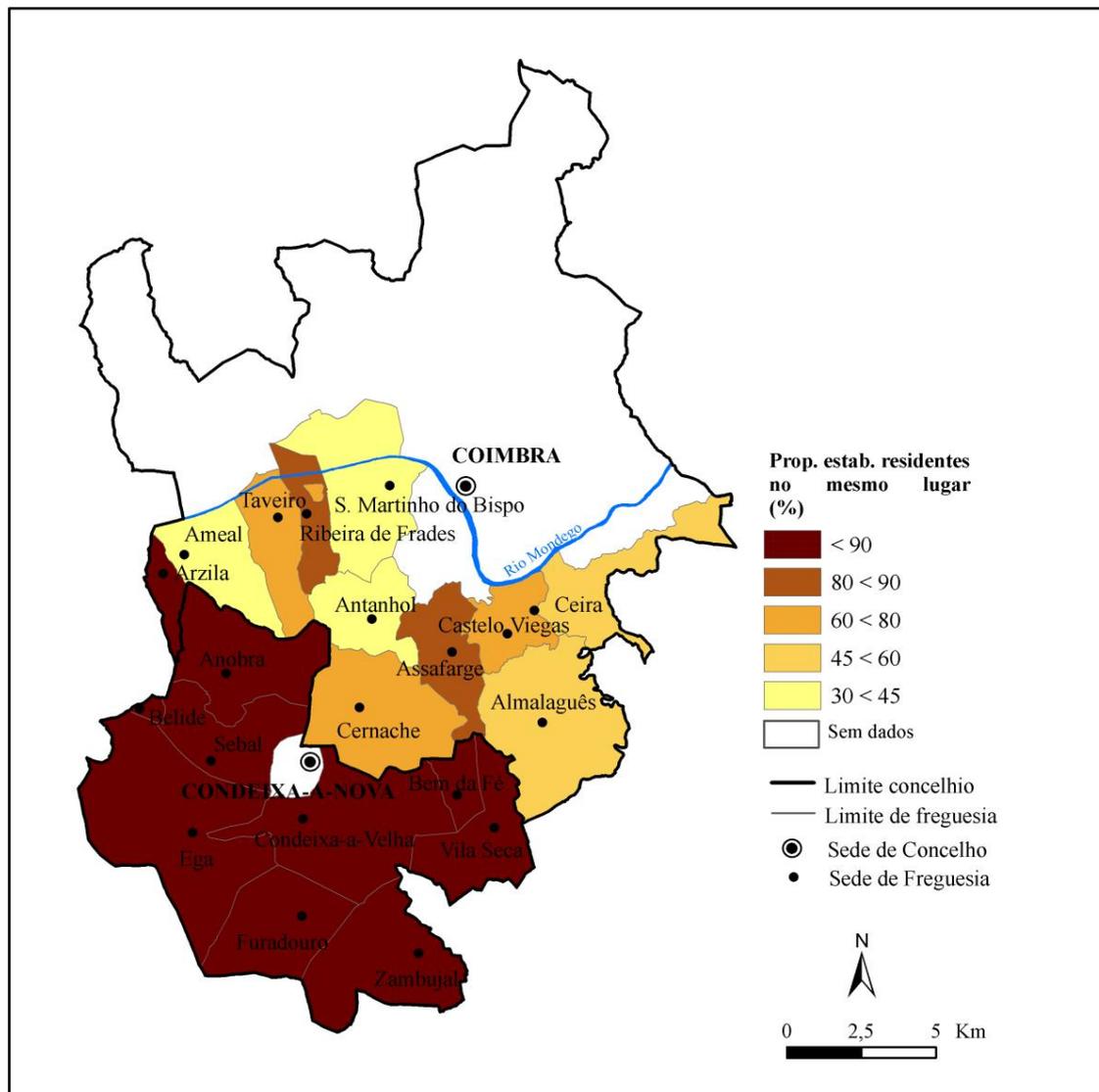


Figura 3.25 - Percentagem de proprietários que residem no mesmo local onde possuem o estabelecimento

Fonte: Inquérito directo

4.6.4. A feminização do comércio rural

Da totalidade dos estabelecimentos inquiridos apenas um quarto são dirigidos exclusivamente por homens, que neles trabalham a tempo inteiro. Em cerca de metade (221 ou seja 49.7%) está apenas a mulher e em 17,1% (76) estão os dois elementos do casal, nos restantes 8.1% (36) trabalham outros indivíduos, em geral estranhos ao casal, nos restantes 8.1% (36) trabalham outros indivíduos, em geral estranhos ao agregado familiar e em regime de assalariado (Quadro 3.15 e Fig. 3.26).

Quadro 3.15 - Membro da família que trabalha no estabelecimento

Freguesia	Nº de Estab.	Homem		Mulher		Casal		Outra Sit.	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	7	25,9	16	59,3	4	14,8	0	0,0
Ameal	12	0	0,0	11	91,7	1	8,3	0	0,0
Antanhol	27	5	18,5	6	22,2	3	11,1	13	48,1
Arzila	13	3	23,1	7	53,8	3	23,1	0	0,0
Assafarge	16	5	31,3	7	43,8	2	12,5	2	12,5
Castelo de Viegas	13	2	15,4	8	61,5	2	15,4	1	7,7
Ceira	41	14	34,1	15	36,6	10	24,4	2	4,9
Cernache	62	18	29,0	38	61,3	2	3,2	4	6,5
Ribeira de Frades	35	5	14,3	18	51,4	11	31,4	1	2,9
S. Martinho do Bispo	65	17	26,2	27	41,5	17	26,2	4	6,2
Taveiro	36	10	27,8	18	50,0	6	16,7	2	5,6
Anobra	10	2	20,0	6	60,0	1	10,0	1	10,0
Belide	3	1	33,3	1	33,3	0	0,0	1	33,3
Bem da Fé	2	0	0,0	2	100,0	0	0,0	0	0,0
Condeixa.-a-Velha	21	6	28,6	10	47,6	3	14,3	2	9,5
Ega	29	5	17,2	17	58,6	6	20,7	1	3,4
Furadouro	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sebal	20	8	40,0	7	35,0	4	20,0	1	5,0
Vila Seca	4	1	25,0	3	75,0	0	0,0	0	0,0
Zambujal	7	1	14,3	4	57,1	1	14,3	1	14,3
Total	444	111	25,0	221	49,8	76	17,1	36	8,1

Fonte: Inquérito directo

Esta leitura geral (permite-nos desde já tirar uma primeira ilação: estamos perante empresas familiares onde as funções directiva e executiva se centralizam nos elementos

do agregado familiar. A elevada percentagem de estabelecimentos onde apenas se encontra a mulher patenteia uma nítida feminização da actividade comercial nos campos. De facto esta surge, frequentemente, como forma de ocupação de uma mão-de-obra disponível e abundante, pouco qualificada e de baixo nível de escolaridade, tradicionalmente vocacionada para as tarefas domésticas.

Não podemos esquecer que a "loja" ocupa, em regra, uma dependência da habitação o que permite à mulher complementar as ocupações domésticas com uma actividade económica minimamente retributiva. Por outro lado, ela pode ainda continuar a trabalhar na terra, gerir a exploração agrícola, a qual inclui frequentemente criação de gado, e trabalhar no estabelecimento, dada a proximidade dos meios de produção implicados. Nas pequenas aldeias onde a "freguesia" é pouca e a afluência à loja em geral se concentra nas horas livres das fainas agrícolas, é comum encontrarmos estabelecimentos fechados durante a maior parte do dia, apenas abrindo ao fim da tarde, ou então quando são para isso especialmente solicitados – facto que atesta o carácter complementar da actividade comercial na estrutura económica da célula familiar camponesa.

É nas áreas rurais "profundas" onde se evidencia uma mais intensa feminização do comércio. Assim na freguesia de Bem da Fé em todos as lojas existentes está apenas a mulher. Aqui encontrámos um caso que exemplifica com bastante evidência, cremos, as causas dessa feminização: é um estabelecimento recente – é um minimercado aberto em 1990 – gerido por uma mulher ainda jovem (35 anos); foi fundado por decisão do casal que, apesar das reduzidas expectativas relativamente à potencial clientela, viu na actividade comercial a oportunidade de complementar as ocupações domésticas da mulher. Esta, permanecendo em casa, pode contribuir para o orçamento familiar e, de certa forma, afastar-se um pouco da dureza da actividade agrícola, praticada a tempo pleno pelos seus progenitores – últimos representantes de uma geração de agricultores camponeses. Os mais jovens, embora continuem a ajudar os pais nas fainas agrícolas, procuraram um modo de vida que os liberte da dependência da terra e, bem assim, da incerteza económica. O homem procurou na cidade um emprego no sector terciário (motorista) e a mulher dada a maior dificuldade de usufruir de oportunidades de emprego e já que não se quer sujeitar a vender a domicílio a sua força de trabalho (tão procurada na cidade para a execução das tarefas domésticas...), decidiu apostar na actividade comercial – será um pequeno comércio numa pequena aldeia, daí que o lucro auferido não será, com certeza, elevado mas, como o investimento inicial também não onerará significativamente o orçamento familiar – nem sequer em termos de instalações uma vez que a loja ocupa

uma dependência da habitação – a tentativa não implica grandes riscos e poderá, eventualmente, ser frutuosa...

O caso que acabámos de analisar reflecte algumas das causas da "feminização" da actividade comercial no espaço rural, das quais sem dúvida a mais importante é a que decorre da iniciativa individual como forma de fazer face ao subaproveitamento e desvalorização profissional da mulher. Através desta actividade ela assume a sua participação activa na sociedade em geral e no agregado familiar em especial, sendo-lhe finalmente reconhecida a importância económica do seu trabalho, sem que para isso tenha de abandonar as tarefas domésticas, o apoio aos filhos e, eventualmente, a pequena exploração agrícola.

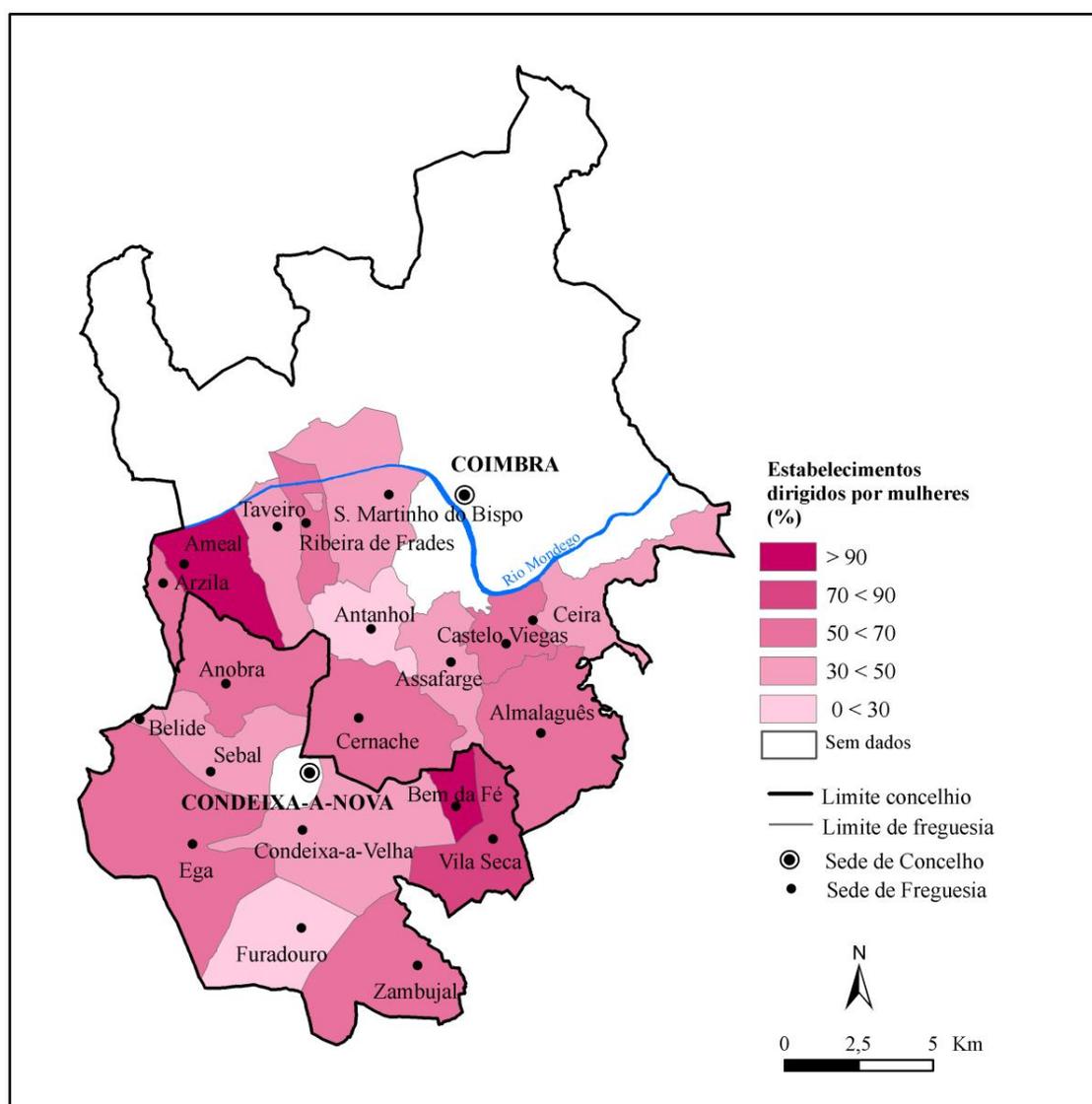


Figura 3.26 - Percentagem de estabelecimentos geridos pela mulher

Fonte: Inquérito directo

O índice de feminização da actividade comercial é mais elevado no espaço rural profundo que, na nossa área de trabalho, é protagonizado pelas freguesias limítrofes do concelho de Condeixa. Os valores computados para o Furadouro parecer-nos-iam contrariar esta tendência, já que aí a totalidade dos estabelecimentos é dirigida por homens mas... nesta pequena freguesia da Serra Calcária, pobre e repulsiva apenas existia, na altura em que lançámos o inquérito, um estabelecimento, simultaneamente venda e taberna, dirigida por um homem, sem qualquer participação da mulher, a razão reside, contudo e apenas, no facto daquele ser celibatário...

À medida que nos aproximamos do centro urbano evidencia-se a partilha de responsabilidades, na gestão comercial, entre os dois elementos do casal. Assim, em Ribeira de Frades 31,4% dos estabelecimentos são geridos pelo casal, o mesmo sucedendo em 26,2% dos estabelecimentos inquiridos em S. Martinho do Bispo e em 23,8% de Ceira.

As diferenças entre a orgânica de funcionamento do sistema comercial rural e urbano são também sensíveis a nível da contratação de pessoal assalariado que, sob a supervisão do proprietário desempenhará as funções executivas na empresa. É a afirmação da economia capitalista e da empresa patronal, em detrimento da pequena empresa familiar típica das sociedades camponesas e ainda com grande representatividade no espaço rural periurbano. De facto, na generalidade das freguesias consideradas a importância relativa das empresas patronais é reduzida, no entanto na freguesia de Antanhol elas correspondem a 48,1% do total inquirido. Como já tivemos oportunidade de referir, naquela área estão implantadas muitas empresas comerciais que derivaram de fenómenos de difusão urbana, nomeadamente ao longo da EN1. São empresas com uma dimensão física e económica já considerável, com características eminentemente urbanas. Uma das mais significativas reporta-se à contratação de empregados e conseqüente separação entre funções executivas e directivas; estas, no entanto, nem sempre estão centralizadas na figura do proprietário, até porque algumas delas têm o estatuto jurídico de sociedades anónimas ou sociedades cooperativas.

Dos factos constatados podemos pois inferir que, no que respeita aos elementos que trabalham no estabelecimento comercial se mantém o carácter rural, identificado pela exploração familiar, mesmo nas áreas onde, noutros sectores, já se faz sentir o avanço do processo de urbanização. Tal é o caso de Cernache, onde apenas 6,5% dos estabelecimentos empregam elementos estranhos à família; de Ceira, 7,1%; de S.Martinho do Bispo (6,2%); de Taveiro (5,6%). Embora estes valores evidenciem já uma

certa evolução relativamente a outras áreas onde a ocorrência é nula (Almalaguês, Ameal, Arzila, Bem da Fé, Furadouro e Vila Seca) eles são ainda pouco relevantes deixando antever a prevalência das empresas familiares e, bem assim, o peso da ruralidade, no que concerne à estrutura de funcionamento da empresa comercial.

4.6.5. A Agricultura a Tempo Parcial complemento da actividade comercial

A actividade comercial no espaço rural desde sempre esteve estreitamente associada à actividade agrícola. De facto, na sua génese está com frequência a fuga à dureza do trabalho nos campos e a procura de um modo de vida economicamente mais compensador. São em geral os proprietários um pouco mais abastados ou os que também estão ou estiveram, ligados a outra actividade, nomeadamente transformadora (moleiros, por exemplo), os que dispõem de alguma capacidade financeira que viabilize o investimento no sector comercial. Mas, apesar da nova actividade mantêm a ligação à terra e as suas explorações agrícolas às quais continuam a dedicar parte considerável do seu tempo activo.

É de salientar o facto de serem os comerciantes autóctones os que mais se dedicam à agricultura, enquanto os neorurais ou os migrantes interregionais raramente a praticam. Tal facto não nos surpreende dados os laços telúrico-afectivos típicos do camponês e a transmissão hereditária da terra, que o compelem a nela trabalhar, ao invés do que sucede com o comerciante alógeno que está, sob o ponto de vista fundiário totalmente liberto.

Da consulta do Quadro 3.16 podemos constatar que na generalidade das freguesias do concelho de Condeixa-a-Nova a relação entre actividade terciária e prática agrícola é estreita. De facto, em seis freguesias todos os proprietários dos estabelecimentos inquiridos se assumem como agricultores (Belide, Bem da Fé, Furadouro, Sebal, Vila Seca e Zambujal), nas restantes a percentagem de agricultores a tempo parcial continua a ser elevada (Anobra, 90%; Condeixa-a-Velha, 85,7%; Ega, 93,1%). É de salientar que os valores da prática da ATP baixam consideravelmente nas freguesias do concelho de Coimbra, sendo as mais afastadas da cidade as que mais evidenciam a ligação entre as actividades agrícola e comercial.

Quadro 3.16 - Prática da agricultura a tempo parcial pelo proprietário do estabelecimento

Freguesia	Nº de Estab.	SIM		NÃO		NR	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	27	20	74,1	7	25,9	0	0,0
Ameal	12	9	75,0	3	25,0	0	0,0
Antanhol	27	7	25,9	20	74,1	0	0,0
Arzila	13	7	53,8	6	46,2	0	0,0
Assafarge	16	11	68,8	4	25,0	1	6,3
Castelo de Viegas	13	8	61,5	5	38,5	0	0,0
Ceira	41	29	70,7	11	26,8	1	2,4
Cernache	62	36	58,1	25	40,3	1	1,6
Rib. Frades	35	15	42,9	20	57,1	0	0,0
S. Martinho do Bispo	65	13	20,0	52	80,0	0	0,0
Taveiro	36	15	41,7	21	58,3	0	0,0
Anobra	10	9	90,0	1	10,0	0	0,0
Belide	3	3	100,0	0	0,0	0	0,0
Bem da Fé	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0
Condeixa.-a-Velha	21	18	85,7	3	14,3	0	0,0
Ega	29	27	93,1	2	6,9	0	0,0
Furadouro	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Sebal	20	20	100,0	0	0,0	0	0,0
Vila Seca	4	4	100,0	0	0,0	0	0,0
Zambujal	7	7	100,0	0	0,0	0	0,0
Total	444	261	58,8	180	40,5	3	0,7

NR – Não Responde

Fonte: Inquérito directo

Assim, em Ameal 75% dos comerciantes são também agricultores; em Almalaguês, 74,1%; em Assafarge, 68,8%; em Castelo Viegas, 61,5%. Nas freguesias que mantêm maior ligação a Coimbra a relação agricultura/comércio e serviços vai-se atenuando, como o atestam os valores encontrados para Antanhol (25,9%) e S. Martinho do Bispo (20%).

Através do cartograma da figura 3.27 podemos observar que são as freguesias do Concelho de Condeixa-a-Nova a registar maior índice de prática de agricultura, entre os proprietários dos estabelecimentos de comércio. Tal vem corroborar o que já sobejamente sublinhámos: existe um forte carácter de integração do comércio rural e da actividade agrícola, repercutindo-se na prática da agricultura a tempo parcial.

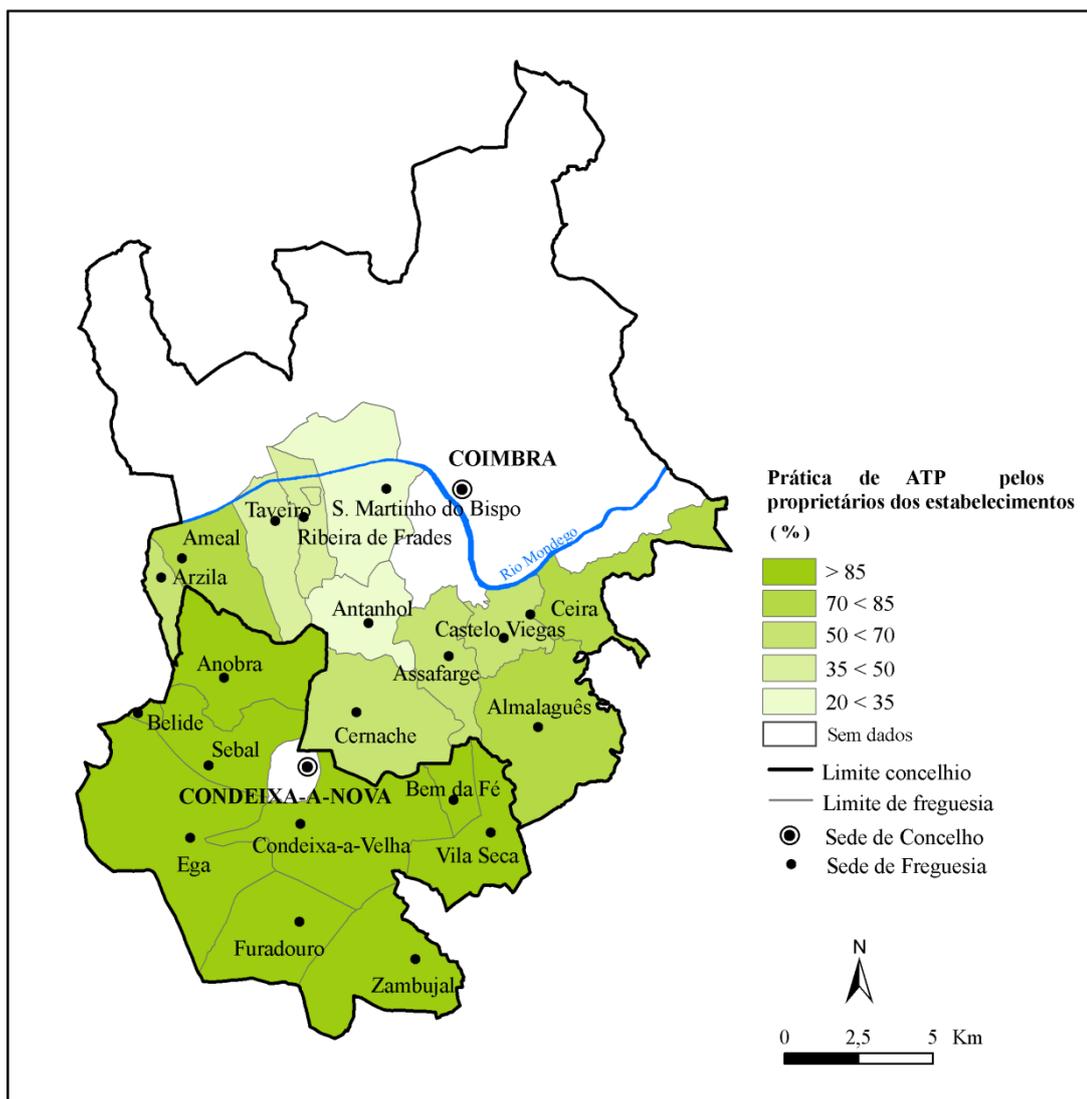


Figura 3.27 - Distribuição dos estabelecimentos cujo proprietário exerce a actividade agrícola

Fonte: Inquérito directo

4.7. Os serviços: sua importância no âmbito do desenvolvimento rural

Um dos factores que melhor vincaram a dependência do campo relativamente à cidade foi a carência de equipamento terciário, nomeadamente ao nível da diversidade e qualidade dos serviços oferecidos. Esta constatação é válida tanto para os serviços voltados para o consumidor directo (cuja disponibilidade tem fortes repercussões sobre a qualidade e quantidade de recursos humanos atraídos por uma região), (ALVES, T., 2001,

a e b), como para os serviços às empresas (os quais têm forte impacto sobre a vitalidade e o nível da actividade industrial de uma região) (C.C.E., 1988:51).

A ligação entre actividades terciárias e mundo rural decorre não somente de uma problemática sectorial (procura de actividades alternativas ou complementares à agricultura), mas resulta sobretudo da dinâmica de conjunto das actividades de uma determinada área. Segundo a Comissão das Comunidades Europeias a estratégia para o desenvolvimento dos serviços no espaço rural deverá articular-se de acordo com os problemas inerentes à área considerada, podendo ser definidos três objectivos principais: a manutenção dos serviços existentes (transportes, educação, serviços administrativos, culturais, de saúde, etc.), os quais asseguram uma certa qualidade de vida, essencial para manter ou atrair a população na, ou para a, área rural considerada; a implantação de novas actividades terciárias ao nível das empresas ou dos particulares, tirando partido de recursos naturais favoráveis (clima, morfologia, vegetação, etc.) ou humanos (património arquitectónico, fenómenos culturais, etc.), elementos particularmente importantes para o desenvolvimento do turismo rural;

Promover o desenvolvimento dos serviços às empresas, quer estas sejam agrícolas, industriais ou terciárias (serviços técnicos, de formação, financeiros, etc.) os quais se vão tornando cada vez mais necessários à medida que se intensifica a complexidade tecnológica e financeira das empresas estabelecidas no espaço rural (idem, p.52).

Durante muito tempo foram poucas as actividades de serviços implantadas no espaço rural. Apenas aí encontrávamos as mais elementares, nomeadamente no âmbito da Educação, Saúde e Administração Pública (escolas do ensino básico, raros serviços médico-sociais, alguns serviços administrativos, tais como Juntas de Freguesia e Casas do Povo, e frequentes serviços religiosos). Quanto aos serviços pessoais podemos dizer que eram quase inexistentes assumindo, os que aí se encontravam, um certo carácter de polivalência (caso do barbeiro e do ferrador, cujas actividades ultrapassavam, frequentemente, as competências inerentes à sua profissão).

Actualmente, os serviços tendem a difundir-se nos campos, minimizando-se, assim, a distância, em termos funcionais, entre espaço rural e espaço urbano. No âmbito dos serviços de educação, por exemplo, além da manutenção das tradicionais escolas do ensino básico, regista-se um crescimento significativo do número de estabelecimentos de ensino infantil no espaço rural o que, de certo modo, indicia a expansão do emprego feminino. Por outro lado, o congestionamento das escolas urbanas levou à criação, nos finais do decénio de oitenta do século passado, de estabelecimentos do ensino secundário

na periferia da cidade funcionando como escolas "tampão" que pretendiam travar a crescente afluência às escolas da cidade, funcionavam segundo este modelo escolas em Taveiro, Cernache e Pedrulha. A redução do número de alunos alterou os objectivos que tendem a centrar-se na actual valorização dos serviços de proximidade.

Também os serviços de saúde têm representatividade no espaço rural. De facto, muitas das sedes de freguesia dispõem de Postos médicos, dependentes do Centro de Saúde que serve a margem esquerda do Concelho – Santa Clara. Sublinha-se que as mudanças operadas na composição socioprofissional dos residentes faz com que em muitas freguesias se tenham instalado profissionais médicos, colocados nos estabelecimentos hospitalares da sede de concelho, que não recusam servir as populações da área da sua residência.

É de destacar o facto de já há largas décadas o espaço rural periférico da cidade de Coimbra ter sido escolhido para aí instalar unidades hospitalares de alguma dimensão - o Hospital dos Covões, em S. Martinho do Bispo, e o Hospital de Sobral Cid, em Ceira - são exemplos pioneiros. Actualmente, também os Centros de Terceira Idade tendem a procurar os campos (por exemplo, Casa de Repouso de Cernache, aberta em 1987, de Assafarge, fundada em 1991, e muitas outras). Mas, enquanto para estes os factores condicionantes da localização são de facto inerentes ao espaço rural (espaços verdes, sossego, disponibilidade de espaço, maior liberdade de movimento, etc.), para os hospitais resultaram da própria natureza dos serviços prestados - que exigiam isolamento e afastamento social (o primeiro destinou-se de início, ao tratamento de doenças infecto-contagiosas, nomeadamente pulmonares, e o segundo a doenças do foro psiquiátrico) – inter-relacionadas com as condições oferecidas pelo espaço periurbano.

Actualmente a implantação rural das actividades de serviços tem vindo a crescer na generalidade das áreas periurbanas. Para além dos já referidos também os serviços de "consumo"²³ pessoais (cabeleireiros, esteticistas, fisioterapeutas, ginásios, etc.), onde se reflectem significativamente as mudanças operadas ao nível das condições económicas e socioculturais das comunidades rurais e a concomitante "urbanização" dos seus hábitos e do seu modo de vida, surgem e se desenvolvem nas freguesias limítrofes da cidade.

²³ Por serviços de consumo entendem-se as actividades de serviços que correspondem à procura final dos consumidores: educação, saúde, administração pública, etc. (Michel Quévit, *le Paris de l'industrialisation Rurale* ERESA, Paris, p. 51

Quanto à instalação de serviços de "produção"²⁴ que acompanha o avanço do processo de urbanização e, principalmente, a difusão empresarial, assumem significado mais relevante nas áreas imediatamente envolventes do núcleo urbano, como S. Martinho do Bispo, onde encontramos alguns serviços técnicos de apoio às empresas, para além de serviços financeiros, mas começam a generalizar-se a todas as freguesias periurbanas.

4.8. Terciarização e inovação: o iParque

Foi dado, em 2006, o primeiro passo para a implementação, em freguesias periurbanas da margem esquerda do Mondego, de um projecto inovador que visa “acelerar o processo de desenvolvimento tecnológico da indústria, criar empregos, ocupação e rendimento, competir com produtos nos mercados nacional e internacional e transformar Coimbra num pólo nacional exportador de tecnologia”. É o Parque tecnológico de Coimbra, designado por “Coimbra Inovação Parque”.

4.8.1. Objectivos do iParque

São objectivos do "Coimbra iParque", “promover a implantação, ampliação, modernização e realocização de empresas industriais de base científica e tecnológica na cidade”.

O estudo de impacto ambiental do projecto Coimbra Inovação Parque foi aprovado pelo secretário de Estado do Ambiente em 2007, iniciando-se ainda nesse ano a primeira fase do projecto. Esta consiste na construção de acessos e expropriação de terrenos tendo para isso sido conferida uma dotação camarária de cerca de quatro milhões de Euros. Prevê-se que o iParque venha a ocupar uma área de mais de 100 hectares de terreno, no espaço periurbano de Coimbra, situado nas freguesias de Antanho e de S. Martinho do Bispo. Visa-se assim “promover a inovação em ciência, tecnologia e saúde sendo objectivo do Coimbra iParque assumir-se como um centro de desenvolvimento científico,

²⁴ Os serviços de produção englobam as actividades que servem directamente as empresas: a banca, os seguros, os serviços às empresas, transporte, (tele)comunicações e serviços de informática.

tecnológico e empresarial, em que a inovação ocupa um lugar privilegiado e que, assim, pretende mudar radicalmente a face da actividade económica na região (Foto 3.11).



Foto 3.11 - A posição do Parque Tecnológico, vista aérea.

Fonte: <http://www2.coimbraiparque.pt/pt/base.swf>

A solução urbanística do projecto prevê, para além da zona industrial destinada a indústrias de elevado potencial tecnológico, uma zona destinada a habitação, a área residencial, com mais de 350 fogos em prédios e vivendas, será complementar das actividades empresariais previstas²⁵. Será uma área residencial situada a noroeste da via principal, a sul de Espírito Santo das Touregas, lugar que irá beneficiar com este empreendimento já que está prevista a implantação de comércio de apoio, bem como alguns equipamentos que beneficiarão a comunidade tradicional. Faz também parte do

²⁵ Dos cerca de 100 hectares correspondentes a toda a área incluída no plano, cerca de 680 mil metros quadrados serão destinados a edificação, deixando-se cerca de 310 mil metros quadrados para espaço público.

projecto uma zona verde a norte, que compreenderá áreas desportivas, respectivas instalações e equipamento de apoio.

O Coimbra, Inovação Parque destina-se a instalação de empresas que cumpram três requisitos fundamentais: nascerem ou terem ligação a Coimbra; incorporarem alta tecnologia e consequente investimento em I&D; inserirem-se em cinco áreas consideradas estratégicas, e nas quais pretende que se constituam grupos (*clusters*) de empresas que sejam suporte para o desenvolvimento de uma cultura de Investigação e Desenvolvimento – de registar que o projecto foi pensado para a instalação de 40 empresas - em consórcio com instituições universitárias, politécnicas e centros de investigação da Região Centro, são elas: Ciências e Tecnologias Biológicas, da Vida e da Saúde, Multimédia e Ciências e Tecnologias da Informação, Telecomunicações Robótica e Automação Inteligente e Projectos Transversais.

Em Fevereiro de 2008 foram apresentadas em sessão pública na Câmara de Coimbra as cinco primeiras empresas do Coimbra iParque: a Wit-Software²⁶, que se dedica à criação de software para a Internet Móvel e Telecomunicações; a Media Primer²⁷, especializada no desenvolvimento de produtos e serviços nas áreas de software, Web, multimédia, design e comunicação; a Cnotinfor²⁸, empresa de inovação focada na área da aprendizagem enriquecida pela tecnologia; a BetterSoft²⁹, especializada em soluções para

²⁶ A Wit-Software – empresa criada em 2001 como spin-off da Universidade de Coimbra que se dedica à elaboração de software para a Internet Móvel e Telecomunicações – foi a primeira a assinar o protocolo com o Coimbra iParque. A empresa “tem escritórios em Coimbra e em San Jose, Califórnia, mesmo no coração de Silicon Valley”, “clientes na Europa, Estados Unidos e no Médio Oriente” e “trabalha para uma das maiores empresas de telecomunicações do mundo, a Vodafone”.

²⁷ A MediaPrimer, responsável pelo desenvolvimento da identidade visual do Coimbra iParque, foi a segunda empresa a assinar o protocolo para a instalação no parque. José Carlos Teixeira, o CEO deste outro spin-off da UC especializado no desenvolvimento de produtos e serviços nas áreas de Software, Web & Multimédia e Design & Comunicação, afirmou que “a MediaPrimer tem capacidade para desenvolver soluções integradas e globais”.

²⁸ A Cnotinfor, uma empresa de inovação focada na área da Aprendizagem Enriquecida pela Tecnologia, cujo mote é “tecnologia para todos”, está presente nos mercados de vários países além de Portugal – nomeadamente no Brasil, Reino Unido, Moçambique, Espanha e Índia – com vários projectos de Investigação e Desenvolvimento destinados à área pedagógica, lançou recentemente duas marcas, a “Imagina, Cria e Constrói” (software educativo) e a “Escola e-fixe” (solução integrada para o ensino).

²⁹ A BetterSoft, é uma empresa que se dedica exclusivamente ao desenvolvimento de aplicações informáticas e sistemas de informação. Actualmente, a empresa tem escritórios em Portugal e no Brasil e

distribuição e logística, mobilidade e colaboração organizacional; e o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro³⁰, especializado em prestar apoio técnico e científico às indústrias da construção e da habitação. A RCSoft - Desenvolvimento de Software, Lda e a FÓRUM - Sistemas de Informação, Lda. são as duas novas empresas associadas do Coimbra iParque. Os protocolos foram assinados recentemente, mas ambas têm já grandes projectos para as suas futuras instalações em Antanho “que significarão, para estas duas empresas de Coimbra, uma aposta na expansão”³¹ (Coimbra iParque, 2008).

O processo de internacionalização também já se iniciou com a assinatura de um protocolo, em Janeiro de 2009, de colaboração entre o Coimbra iParque, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro e o Governo Autónomo da Galiza. O projecto, conta ainda com a participação da Universidade de Coimbra e da Câmara Municipal da cidade, e tem por objectivo o desenvolvimento de parcerias duradouras no que diz respeito à criação de parques de ciência e tecnologia. O futuro acordo tem ainda por finalidade estabelecer relações entre a Universidade e a indústria, através da criação de uma rede Galiza – Centro de Portugal. Este protocolo trará vantagens para o iParque, no sentido em que este organismo ganha um parceiro internacional com quem pode, como referiu o seu director, «trocar experiências e elaborar projectos futuros».

Considerando o projecto em termos de intervenção paisagística é de salientar que, nas áreas envolventes do iParque se prevê a manutenção do uso florestal devendo até, se necessário proceder-se a repovoamento de espécies. A utilização da área deverá ser, portanto, diversificada prevendo-se também a criação de um percurso pedonal paralelo à alameda de acesso e fazendo a ligação aos parques de estacionamento planeados. Os

parceiros comerciais em Portugal, Angola, Moçambique, Espanha e Brasil. É especializada em soluções para Distribuição e Logística, Mobilidade e Colaboração Organizacional. Possui três linhas distintas de produtos, todas da responsabilidade da equipa de desenvolvimento de software da empresa: ERP para Distribuição & Logística, Portais Empresariais e Soluções de mobilidade para PDAs e telemóveis.

27 O CTCV é uma instituição de utilidade pública, sem fins lucrativos, criada para dar apoio técnico e científico às indústrias nacionais da fileira da construção e do “habitat”, com o objectivo de promover o desenvolvimento e a qualidade dos produtos e dos respectivos processos industriais. Acreditado e certificado por numerosas entidades e laboratórios nacionais e internacionais, o CTCV tem competências para, entre muitos outros exemplos, fazer auditorias no âmbito da Qualidade, Ambiente e Energia ou para fazer ensaios para a marcação CE. A futura extensão do CTCV permitirá “criar novas áreas” de ensaio e demonstração de produtos da construção e da habitação.

³¹ Os dados referentes às notas anteriores foram retirados de :

http://www.cienciapt.info/pt/index.php?option=com_content&task=view&id=39406&Itemid=237

espaços de circulação, viários ou pedonais, serão arborizados, o que para além do impacto paisagístico poderá contribuir para a amenização e regularização das condições de temperatura e humidade. Acresce que se deu primazia a espécies autóctones estando as exóticas e ornamentais apenas previstas para os espaços residenciais.

O plano de intervenção paisagística compreende uma “zona verde principal”, que se considera fundamental para a sustentabilidade ecológica deste parque tecnológico. Estão previstas – ao longo do vale dos Covões, percorrido e modelado pela ribeira do mesmo nome – bacias de retenção, que permitirão um mais eficaz controlo do caudal de cheias. Nesta mancha verde de consideráveis dimensões está planeado, embora grandemente submetido à topografia, um campo de golfe de apenas 8 buracos e de reduzido tamanho, cujos percursos de jogos serão condicionados pela dimensão do campo. Igualmente de dimensões menores do que o normal será o campo de treinos, que se deverá desenvolver ao longo do vale cuja construção cumprirá também objectivos de bacia de retenção.

Parece-nos interessante e de valorizar esta perspectiva integrada das funcionalidades a cumprir pelo espaço em construção. Neste local sobrepõem-se as funções produtiva, esta altamente tecnológica e inovadora, a de recreio ou lazer – com o traçado dos percursos pedonais e/ou ciclovias, com a implantação dos campo de golfe e de treinos – e de sustentabilidade ecológica – ao serem planeadas ao longo do vale da Ribeira dos Covões bacias de retenção para controle do caudal de cheias e ao continuar a funcionar como mancha verde de consideráveis dimensões, agora mais cuidada e protegida de possíveis incêndios que eventualmente deflagrem.

4.8.2. A exequibilidade e os estudos de sustentação

A questão das mais-valias para o periurbano de Coimbra e para a própria cidade coloca-se ao nível da plena concretização do projecto, já que quanto aos ganhos perspectivados serão largamente compensadores das dificuldades. De facto, o responsável Municipal pelo empreendimento estimou em cinco mil os novos postos de trabalho a criar pelo empreendimento, não só a nível de pessoal técnico como de outros serviços de apoio, de limpeza, administrativos, de restauração, etc. A concretizarem-se tais objectivos, será uma “lança em África” no marasmo empresarial de Coimbra. Pode ser que uma nova era se avizinha lançando Coimbra na senda do progresso que merece e as suas populações desejam. Contudo, estas têm estado algo arredadas destas iniciativas inovadoras e ainda

não foram sensibilizadas para o envolvimento cívico no projecto. Por enquanto apenas dizem que vêem “arruamentos e candeeiros” contudo, desejam instalações, movimento, dinamismo e concretização do espírito empreendedor que esteve na base do projecto.

Porquê esta aposta na infra-estruturação de áreas para as novas tecnologias? As empresas “inteligentes” e inovadoras estão a crescer, e muitas funcionam em instalações arrendadas que estão a chegar ao seu limite de espaço; por outro lado, segundo os responsáveis envolvidos, existem dezenas de empregos em aberto, o que, num contexto de desemprego de jovens licenciados é uma mais-valia inquestionável. Neste âmbito,” o Coimbra iParque é um investimento estratégico que tem de ser levado até ao fim, para que estas empresas se mantenham por Coimbra e que outras venham”.

Segundo um CEO das empresas que mais cedo aderiram, “este projecto veio pôr em evidência que “há vários parceiros interessantes em Coimbra”, mas “têm andado todos de costas voltadas”, espera-se que o iParque seja a oportunidade ansiada para criar sinergias. Aliás, o presidente da Câmara de Coimbra, fez questão de dizer aquando da apresentação das primeiras cinco empresas parceiras, em Fevereiro de 2008, que “pode faltar dinheiro para tudo, mas nunca para o iParque”, esta iniciativa não vai ser deixada para trás” sublinhou. Que assim seja - dizem os munícipes cansados de esperar - para que, de uma vez por todas, o tecido económico da região evolua, no sentido da inovação e do desenvolvimento durável, tirando partido do capital humano e das potencialidades do território.

Queremos relevar que não entendemos que este espaço tenha sido inicialmente pensado para receber empresas “de Coimbra”: De facto, num tempo de abertura e de perspectivas holística voltarmos à raiz da autarcia é regredir. Hoje, e cada vez mais, anulam-se fronteiras entre territórios; porque não aceitar logo à partida empresas de outras regiões ou até países? É certo que a sua implantação no iParque deverá estar devidamente regulamentada, estabelecendo-se parâmetros claros e inequívocos de inserção, mas da abertura só poderá resultar valor acrescentado ao projecto. Parece-nos, pelos dados que entretanto fomos colhendo, que os limites não são regionais e o objectivo é atrair empresas de outras áreas para a cidade, ainda que até agora se tenha assistido, sobretudo, a deslocalizações dentro do concelho.

Esperamos, ainda, que tenham sido feitos cálculos científicos que sustentem o empreendimento, nomeadamente no que toca à função residencial (Foto 3.12). Quanto à perspectiva de criar «cinco mil novos postos de trabalho» e para que “as pessoas que ali trabalhem possam vir a viver naquela zona, a preços controlados» foram projectadas

todas as infra-estruturas (argumentação da autarquia justificando, deste modo, os investimentos), embora nos surpreenda que dada a proximidade da cidade de Coimbra os actores em cena, sobretudo os empresários, pretendam instalar-se no local, queremos acreditar que será essa a escolha, sobretudo em termos prospectivos.



Foto 3.12 - Do empreendimento iParque há já quem tente tirar mais-valias imobiliárias

Fonte: <http://www.olx.pt/q/iparque/c-367>

No que respeita às freguesias directamente envolvidas – Antanhol e S. Martinho do Bispo – as expectativas são elevadas, esperando-se que o parque crie dinâmicas novas que potenciem o afluxo de pessoas e bens àquelas franjas urbanas e que, por sua vez proporcionem oportunidades de desenvolvimento às suas comunidades. Chamados a observar o processo de implementação no terreno, os presidentes de junta, puderam ver a criação dos acessos e arruamentos dentro do parque e aproveitaram o ensejo para fazer votos de que venham também a ser melhorados nas suas freguesias acessos hoje deficitários, nomeadamente ao Hospital dos Covões. Colocaram também questões pertinentes nesta primeira fase do projecto tais como, as que se relacionam com a segurança de uma zona de obras e as responsabilidades de limpeza e manutenção dos espaços públicos no final das obras.

Resta acrescentar que o projecto é brilhante no papel e que a realidade do tecido empresarial coimbrão, tão cinzenta e lúgubre, precisava deste investimento. Para que crie riqueza é preciso fazer e construir, com pragmatismo e exequibilidade, visando o bem comum. É demasiado capital³² – capital de risco empresarial e capital público – que está em causa para que a iniciativa saia gorada.

4.9. A terciarização no início do milénio

A terciarização dos espaços rurais envolventes de Coimbra pode ser equacionada segundo duas perspectivas: a sustentada por fenómenos de natureza endógena e a que decorre da extensão urbana. Quanto à primeira, constituída a partir das potencialidades e necessidades locais, define um quadro tradicional e mantém morfologia e estrutura aldeã. Se bem que já modernizada e adaptada às novas mentalidades e aos novos hábitos de consumo, mantém-se fiel às antigas funcionalidades, onde prevalecem os estabelecimentos de comércio alimentar, ainda que modernizados, já que as “vendas” há muito deram lugar aos minimercados e a especialização assumiu progressiva valorização. Acresce que a prestação de serviços continua intrinsecamente associada a este comércio tradicional, nomeadamente os creditícios. Para além destes, funcionam os serviços necessários ao normal funcionamento da sociedade desde os religiosos aos de educação; de destacar que os serviços pessoais sofreram, nos últimos anos, significativo crescimento indiciando a mudança de hábitos e de mentalidades no sentido do urbano.

No que respeita à terciarização de extensão urbana temos uma maior diversificação e desigual impacto sócio-cultural da mesma. Assim, relativamente ao comércio a chegada de um comércio, de origem estrangeira (Lidl e Intermarché) - cuja política distribuidora privilegia os espaços suburbanos e periurbanos - teve repercussões nos hábitos de consumo da população, nomeadamente no que se prende com hábitos alimentares, que se

³² O investimento global da primeira fase do projecto é de cerca de 21 milhões de euros. O capital social da Coimbra inovação Parque ascende actualmente a 939 mil euros, tendo o projecto apresentado também uma candidatura ao Programa Operacional do Centro, Eixo III – Medida 11 – Economia - Linha de Acção “Dinamização dos Sistemas Tecnológico, da Formação e da Qualidade”, que foi validada para a 1ª fase do investimento planeado, estando prevista a atribuição de um incentivo de cerca de 2,1 milhões de euros. Na construção de acessos e redes de água e luz num terreno de 30 hectares, para receber empresas de alto valor tecnológico, a câmara municipal vai gastar, investir, 2,5 milhões de euros.

vão urbanizando ou mesmo internacionalizando. Bens essenciais de origem agrícola, frequentemente de produção local (hortícolas, fruta, ovos), foram sendo progressivamente substituídos por produtos de outras proveniências, transformados e artificializados. Exemplos como este não faltam nas áreas periurbanas, onde a abertura ao urbano, e através dele a outras economias e culturas, vai substituindo hábitos, valores e modos de vida.

Nos serviços, salientamos os de saúde e de apoio à terceira idade, são simultaneamente induzidos por necessidades locais e factores exógenos, temos assim o crescimento dos centros de apoio social a idosos que se têm multiplicado pela conjugação de dois tipos de factores: de natureza estrutural e conjuntural; relativamente aos primeiros temos os que derivam da densificação periurbana, do aumento da esperança de vida e correlativo envelhecimento da população; quanto ao segundo grupo temos os que decorrem da feminização da população activa e da incapacidade de resposta das famílias às necessidades dos mais idosos. Embora diversos, de qualquer um deles resulta a maior procura de serviços de apoio aos mais idosos – no primeiro caso a procura incide sobre os serviços de apoio domiciliário ou os centros de dia, sendo sobretudo a população residente que a eles recorre; no segundo caso estão em causa os lares e casas de repouso, vocacionados para servir sobretudo população exógena. Nestas circunstâncias os serviços instalam-se mais em função das possibilidades oferecidas pelo meio de acolhimento, surgem como serviços de extensão urbana, tirando partido da disponibilidade de espaço, da quietude, do silêncio, da apazibilidade e da tranquilidade locais; os utentes são em geral cidadãos ou população de localidades mais ou menos afastadas, sendo a procura local reduzida.

Assiste-se, actualmente, a um processo de renovação do tecido económico de Coimbra, envolvendo parceiros diversos, nomeadamente do mundo empresarial e da Universidade, desenvolvendo, em conjunto, estratégias de afirmação, promoção e mobilização de recursos diversos procurando atrair e fixar bens, capital humano, recursos financeiros e investimento, considerando que só desta forma os territórios serão competitivos num “mercado global” (FERNANDES, R. GAMA, R., 2006). Está em curso a reorganização dos tecidos produtivos, nomeadamente no que concerne aos espaços periurbanos. Aqui, a uma terciarização tradicional associa-se, ou há a justaposição, de actividades inovadoras, tecnologicamente evoluídas que contribuirão para, num contexto dominado por estratégias de marketing, apostar na nova era da informação, conhecimento e

comunicação, (CASTELLS, M. 2000; 2002) medidas essenciais para o desenvolvimento, competitividade e imagem da cidade e das territorialidades envolventes.

- CONCLUSÃO -

Conclusão

Os espaços rurais envolventes da cidade de Coimbra estão em mudança. Propusemo-nos analisar, na nossa dissertação, os processos mutacionais que os despertam. Chegou o momento de respondermos às perguntas iniciais – Como se transforma o espaço rural envolvente de Coimbra? Que dinâmicas o animam? Que novas territorialidades se perspectivam?

O primeiro processo mutacional que equacionámos, baseado na análise de indicadores demográficos referentes à evolução da população residente, remete para o modelo do “ciclo de vida das cidades” (HALL, 1984), (FIELDING, 1989), (DOMINGUES, 1994). Este inicia-se com a etapa da *urbanização* – crescimento ou densificação do centro urbano – no caso de Coimbra atinge valores crescentes até 1960, nas freguesias do núcleo urbano (Almedina, Santa Cruz, São Bartolomeu, Sé Nova). Segue-se a *Suburbanização*, com a “extensão em mancha de óleo” (BAUER e ROUX, 1976) que se concretiza na subida da densidade demográfica, entre 1960 e 1991, nas freguesias, antes rurais, imediatamente envolventes do núcleo urbano (Santa Clara, Santo António dos Olivais, Eiras e S. Martinho do Bispo). Temos depois a *desurbanização*, que se caracteriza pela perda de população nas freguesias centrais e crescimento nas freguesias rurais próximas – periurbanas- de que se destacam Antanhol, Assafarge, S. Paulo de Frades, S. Silvestre; esta dinâmica está directamente relacionada com os efeitos de difusão urbanos, em termos demográficos e de emprego, e a correlativa perda no centro urbano. Por fim temos a *reurbanização*, etapa que em Coimbra ainda não é muito representativa, que se caracteriza por uma recuperação do centro mediante recuperação dos espaços centrais e a implementação de processos de requalificação urbana. Veremos se os próximos censos já trazem os sinais da inversão tendencial, do centrífugo para o centrípeto. Tal mudança não nos parece, contudo, muito plausível, já que contraria as dinâmicas que ultimamente se têm vindo a afirmar.

No que à *periurbanização* diz respeito ficaram provadas as dinâmicas de crescimento demográfico, de expansão residencial e de mutação económica e social. Tal fica a dever-se às mobilidades acrescidas, pela melhoria das acessibilidades, de que a ponte Europa – oficialmente Rainha Santa – é exemplo, enquanto traço de união entre as duas margens, encurtando as distâncias das periferias da margem esquerda às áreas mais centrais da

cidade. Contudo, o grande salto em termos de acessibilidades deverá ser dado com a conclusão da rede estruturante para a margem esquerda, centrada na variante ao IC2; só com a sua execução é que se podem resolver – plenamente ou o mais possível – os problemas de circulação e ordenar os espaços, sobretudo no que respeita às freguesias de Santa Clara, S. Martinho do Bispo, Ribeira de Frades e Taveiro.

A actual desorganização dentro das freguesias periurbanas, é uma realidade incontornável. Ao trânsito caótico – dificuldades de estacionamento, estrangulamentos viários, inadequação das vias ao actual fluxo de veículos e à dimensão dos mesmos, nomeadamente quando se trata de transportes rodoviários de passageiros –, acresce a falta de ordenamento da habitação, pela idade de construção quer pela ausência de planeamento à escala da freguesia periurbana. Esta desorganização viária e urbanística, pelas más condições de trânsito e dificuldades de circulação, repercute-se na qualidade dos espaços e nos níveis de conforto dos residentes. De facto não é agradável o cruzamento com um autocarro de passageiros numa estrada onde mal passa um ligeiro e um motociclo, e isto acontece sobretudo nas “horas de ponta”, quando o tempo urge pela entrada no emprego. Da mesma forma quando o trânsito está emperrado pelo estacionamento indevido no “largo da praça” ou na rua principal do lugar, às vezes sede da freguesia. Tal desadequação das infraestruturas às crescentes procuras residenciais acontece em muitas freguesias limítrofes da cidade, de que são exemplo Cernache, no extremo Sul do concelho de Coimbra, Ribeira de Frades ou Taveiro, na parte ocidental do concelho; relativamente a estas, um ex-vereador da Câmara de Coimbra, referia “Vi uma falta de qualidade em vários domínios. Em Taveiro, na rua principal (Rua dos Combatentes), o estacionamento não tem ordem. Em Ribeira de Frades, há um estrangulamento do trânsito. Há falta de ordenamento na construção e não há sinalética adequada. “Não é o terceiro mundo, mas não há nada comparável na cidade», afirmou, pedindo um «esforço planeado para aquela zona». De facto, trânsito e acessibilidades são condições de desenvolvimento das áreas periurbanas, hoje procuradas por novos residentes bastante exigentes em termos de qualidade de vida., como tivemos oportunidade de demonstrar, na terceira parte do nosso trabalho.

Ao quadro pouco favorável que atrás descrevemos sobrepõem-se as vantagens de viver no campo, sobejamente apontadas no inquérito que realizámos, sobretudo no que se refere à disponibilidade de espaço. Também referido foi o mais baixo preço dos terrenos, ao qual acresce o custo da construção ou da habitação, quer consideremos a propriedade ou o arrendamento. A possibilidade de dispor de espaços privados de lazer – jardim,

campo de jogos ou piscina – atrai uma população abastada, em fim de vida activa, pelas maiores disponibilidades de tempo livre e valorização da tranquilidade e do sossego. Já as relações de vizinhança não são muito valorizadas pela população alógena, o que não surpreende se considerarmos que muitos dos que procuram o periurbano escolhem também o isolamento e a quietude.

No que à terciarização diz respeito temos um quadro definido pelas mutações no comércio e inovação nos serviços. À regressão de um comércio tradicional corresponde a crescente implantação de estabelecimentos de maiores dimensões, económicas e espaciais; exigentes em superfície útil e de manobra, estão vocacionados para tirar partido das economias de escala, no que se refere à clientela, volume de vendas e preços praticados. De proveniência urbana e inseridos numa economia global, optam pela instalação nas franjas periurbanas, visando a redução dos custos (preço dos terrenos) e a optimização dos benefícios (volume crescente da clientela). Quanto aos serviços, tendem, actualmente, a difundir-se pelos campos envolventes da cidade, minimizando-se, assim, a distância, em termos funcionais, entre espaço rural e espaço urbano. No âmbito dos serviços de educação, por exemplo, além da manutenção das tradicionais escolas do ensino básico, regista-se um crescimento significativo do número de estabelecimentos de ensino infantil no espaço rural o que, de certo modo, indicia a expansão do emprego feminino. Também os serviços de saúde têm crescente representatividade no espaço rural. De facto, quase todas as sedes de freguesia dispõem de Postos Médicos, para além de que muitas têm como residentes profissionais que trabalham nos estabelecimentos hospitalares da sede de concelho e que, não recusam servir as populações da sua área de residência.

Sublinhamos que, no que corresponde aos serviços à produção, está em vias de concretização um processo de renovação do tecido económico no espaço periurbano da Margem Esquerda do Mondego. O projecto envolve parceiros diversos, nomeadamente do mundo das novas tecnologias e da Universidade, que em conjunto, desenvolvem estratégias de afirmação, promoção e mobilização de recursos endógenos procurando atrair e fixar bens, capital humano, recursos financeiros e investimento, tendo bem presente que só desta forma os territórios serão competitivos num “mercado global” (FERNANDES, R. GAMA, R., 2006). Está em curso a reorganização dos tecidos económicos (GUERREIRO, J. P., 2006), nomeadamente no que concerne aos espaços rurais da periferia da cidade. Aqui, a uma terciarização tradicional justapõem-se, actividades inovadoras, tecnologicamente evoluídas que contribuirão para, num contexto dominado por estratégias

de marketing, apostar na nova era da informação, conhecimento e comunicação, (CASTELLS, M., 2000; 2002) medidas essenciais para o desenvolvimento, competitividade e imagem da cidade e das territorialidades envolventes.

É inegável que, neste início de milénio, assistimos à afirmação da urbanidade em espaços não necessariamente urbanos. À cidade contínua e densa de ontem sucedem extensos territórios, urbanos pela funcionalidade mas mantendo ainda especificidades – morfológicas e paisagísticas – rurais, tais como: espaços verdes mais ou menos extensos, habitação unifamiliar, parcelas cultivadas; sublinha-se que a essas especificidades está associado algo bem importante, no que ao periurbano diz respeito, são as amenidades decorrentes da possibilidade de usufruição de potencialidades oferecidas pelas baixas densidades de pessoas, actividades e construções.

Encontramo-nos, então, perante uma nova fase do crescimento urbano, em que a cidade ultrapassa o seu quadro espacial e se encontra fragmentada e descontínua, espacialmente menos coesa, readquire importância ao nível da urbanidade dos territórios. Podemos afirmar estarmos perante uma realidade territorial urbana cujas denominações e adjectivações (cidade dispersa, cidade difusa, cidade emergente) deixam adivinhar complexidade, polimorfismo e, sobretudo, uma crescente multifuncionalidade dos territórios.

Na nossa investigação, subscrevemos a linha de pesquisa que considera o continuum rural-urbano, atendendo às especificidades de cada um dos espaços, sem ignorar ou esquecer interferências, trocas e cumplicidades – económicas, sociais e culturais. Tal opção exigiu a consideração das diversidades rurais, da partilha das funcionalidades, da apreciação dos agentes que aí operam e dos processos em que se envolvem.

À medida que, progressivamente, se anulam fronteiras entre territórios, redefinem-se as paisagens: o que ontem tinha características tipicamente camponesas assume hoje funções urbanas, às vezes mantendo por algum tempo aspectos e formas. Há, contudo marcas que permanecem e, se não nos permitem considerar o *já urbano*, tão pouco admitem defender, holisticamente, o *ainda rural*. É assim que surge o intermédio espaço periurbano. Aqui se mantém, em grande parte, a morfologia identitária herdada do mundo camponês, à medida que se vão adoptando costumes e modos de vida considerados urbanos.

Actualmente distinguem-se à volta de Coimbra três dinâmicas territoriais (Fig. 4.1), sendo a Suburbanização a que se desenvolve no espaço mais próximo do centro urbano;

aí dominam as áreas construídas com algum grau de degradação urbanística e imbuídas de alguma segregação social, sendo a distância ao centro mais sociológica do que física.

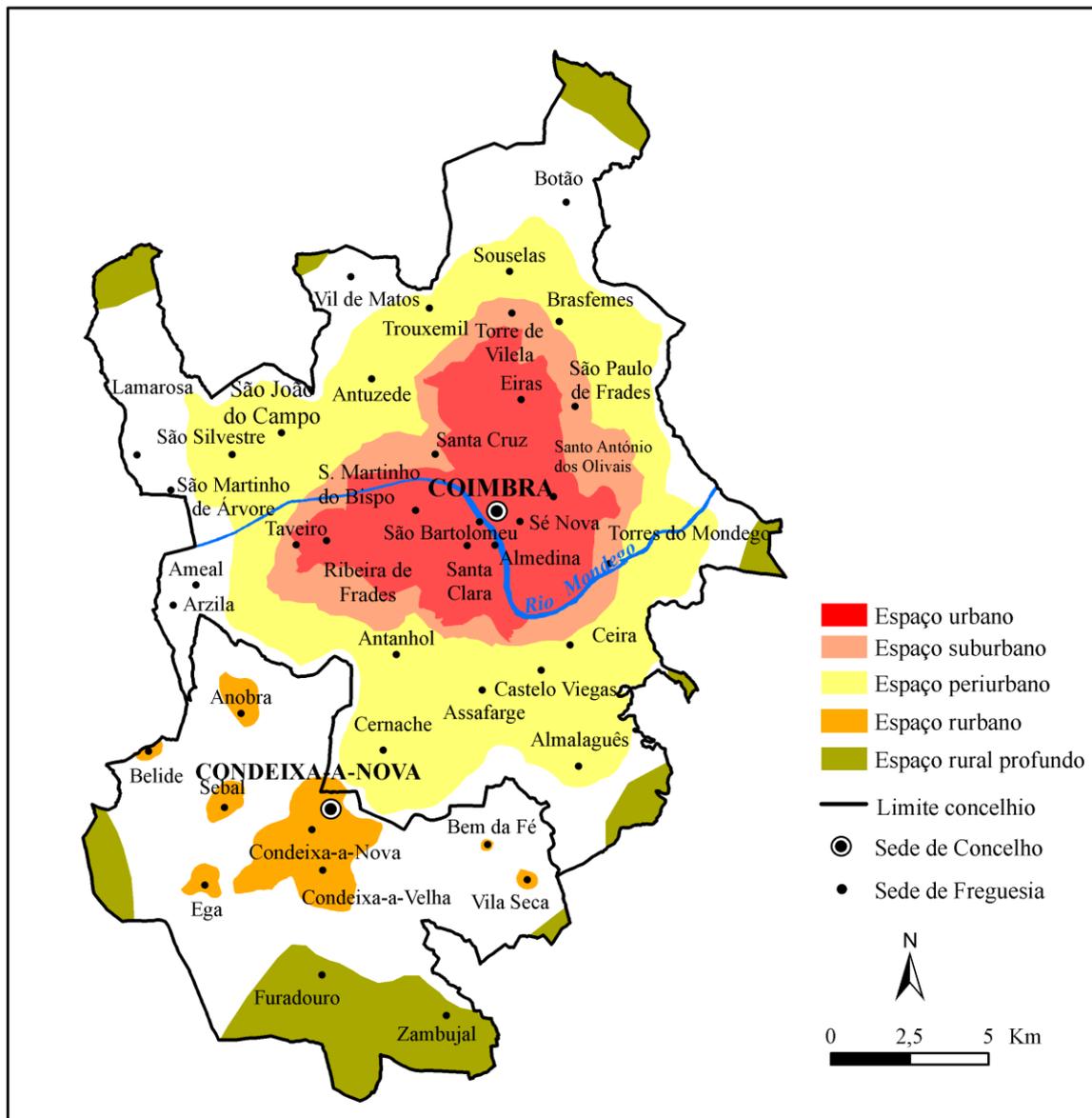


Figura 4.1. Os tipos de espaço, em função das dinâmicas mutacionais, na *região urbana* de Coimbra.

A Periurbanização ocorre num espaço morfologicamente heterogéneo, com claros processos de mutação social e económica. Aí encontramos um sensível crescimento da função residencial, a par de outras de carácter eminentemente económico, como a

terciarização e alguma dispersão industrial. Apesar desse avanço de funções e actividades, até há alguns anos conotadas com o urbano, permanecem testemunhos da realidade camponesa, nas parcelas ainda cultivadas ou até nas que ficam em pousio, essas efectivo indicador da mudança. Quanto à Rurbanização, é uma dinâmica de crescimento directamente conotada com o urbano, embora decorra da valorização da especificidade rural. Nos espaços rurbanos encontramos campos agrícolas lado a lado com espaços urbanizados, estes com forte densificação nas restritas áreas construídas. Estamos perante territorialidades onde crescem os modelos habitacionais de arquitectura urbana, intercalados com espaços agrícolas e naturais. Esta dinâmica mutacional está estreitamente dependente do êxodo citadino e grosso modo sucede aos “concelhos dormitório”, assim caracterizados por meados do século passado. Contudo, o carácter rurbano assenta na especificidade e não na similitude com o urbano; a atracção faz-se sentir porque, e enquanto, são visíveis os sinais da diferença.

A dinâmica da rurbanização envolve o concelho de Condeixa-a-Nova, já que por definição ela implica o desenvolvimento de centros populacionais secundários, antes pouco atractivos, através da fixação de população residente na cidade que procedeu ao designado êxodo citadino. Com o crescimento demográfico iniciou-se, ou acelerou-se, um processo de desenvolvimento assente sobretudo na terciarização, assente no princípio da proximidade. Sequencialmente, com o crescimento e modernização da vila de Condeixa, esta passou a ser um pólo de atracção para residência fixa. De facto foi sobretudo na freguesia sede de concelho que as dinâmicas mutacionais mais se acentuaram e as urbanizações se multiplicaram. São exemplos, a Quinta de São Tomé (junto ao mercado municipal), Quinta do Barroso (próximo do Lidl), Aldeamento da Barreira (por detrás do Intermarché), e a Urbanização Nova Conímbriga. O espaço rurbano em Condeixa é muito característico, pois apresenta «mercado a preços baixos», correspondendo sobretudo aos usados, além do mercado de apartamentos novos, de muito boa qualidade, já que se situam em urbanizações com localizações excelentes, com uma construção de luxo, com áreas generosas e muito bons acabamentos. No que diz respeito aos prédios rústicos para reabilitação, Condeixa também é um bom mercado, mas a procura é ainda pontual por parte de particulares, sendo que os construtores não estão muito sensibilizados para a reabilitação e venda de imóveis. Por outro lado, também em Condeixa, o mercado do arrendamento está a crescer, o que indicia, de certa forma, mudança de paradigma. Embora se notem já alguns regressos à cidade o avanço da rurbanização parece-nos

irreversível, dando resposta às solicitações de uma procura crescente e diversificada – em termos sociais, económicos e espaciais.

Há que referir que, relativamente próximo dos espaços referenciados, outros permanecem eminentemente rurais. São aqueles que poderemos designar, à escala da região urbana, de “arrière pays”, campos profundos ou, traduzindo à letra, os campos “de trás”. São os mais isolados, pelo défice das acessibilidades, de mais baixas densidades demográficas e maior valorização da actividade agrícola. No caso em estudo estendem-se pelas faldas da serra calcária, são as freguesias mais acidentadas e inóspitas do concelho de Condeixa, Zambujal e Furadouro. Estas, pela sua especificidade rural, começam a ser procuradas como local de residências secundárias, nomeadamente por residentes na cidade de Coimbra.

Os processos antes enunciados corroboram, factualmente, a ideia de que à cidade bem delimitada, compacta e homogénea, isolada do espaço rural, são hoje contrapostas conceitos como os de “cidade difusa”, “cidade emergente”, de certa forma coincidentes com a de “campo urbanizado” que, pelas suas características específicas pode ser classificado de Periurbano ou, mais plausivelmente, de Rurbano. O primeiro define-se sobretudo pela localização, é dotado de maior heterogeneidade e caracteriza-se pela sua multifuncionalidade. Aos espaços agrícolas e naturais, ainda dominantes, seguem-se espaços construídos – áreas residenciais lado a lado com complexos comerciais ou oficinas. É um espaço em desequilíbrio mas que tende a melhorar, em termos de infra-estruturas e acessibilidades, de modo a responder às novas procuras – residenciais ou outras. No espaço periurbano, para além das económicas, são também evidentes as mudanças sociais, contudo, assiste-se a alguma letargia ou inércia no que se refere a iniciativas de índole sociocultural, mesmo em freguesias onde os novos residentes atingem cotas já elevadas. Poderemos dizer que existe algum défice de relacionamento entre novos e velhos residentes, o que dificulta o exercício da cidadania e a prática da urbanidade. Se relativamente aos primeiros existe alguma dificuldade de integração, até pelas razões já aduzidas, no que toca aos residentes endógenos enfermam de uma certa desconfiança, mesmo em sociedades abertas ao exterior e receptivas a novos residentes.

A cidade espraia-se pelos campos. São aqui espaços residenciais – as urbanizações – que florescem na proximidade das novas unidades comerciais; mais além os parques de carros usados, lado a lado com exposições/venda de produtos, mais ou menos artesanais, que intercalam com artigos para jardim. Opondo-se a estas novas funcionalidades os velhos espaços agrícolas, ainda cultivados ou em pousio, restos de um passado que alguns

teimam em considerar susceptível de ser reactivado, ignorando os sinais dos tempos que exigem o reordenamento dos espaços. Estamos perante um espaço fraccionado, com algumas características já urbanas mas mantendo os sinais identificadores do rural.

Se a administração ou o poder autárquico continuar a agir de forma reactiva, actuando pela proibição, em vez de planificar e reordenar as periferias urbanas adaptando-as às recentes procuras e novas funcionalidades deixaremos de ter um espaço equilibrado, paisagística económica e socialmente, para dar lugar a territórios incaracterísticos – alguns vazios outros excessivamente densificados – pela ausência de reflexão urbanística, geográfica e económica. É preciso que se vá ao encontro dos novos usos, prevendo os abusos e a falta de critérios funcionais e morfológicos.

O desafio do desenvolvimento urbano durável implica a regulamentação dos consumos de espaço para fins imobiliários e a planificação dos espaços residenciais prevendo a sua valorização, tanto agrícola como ambiental. A implementação de novos conceitos de ordenamento dos espaços periurbanos, deveria contemplar opções de lazer, compatibilizando-os com a preservação da paisagem e valorização da prática agrícola. De facto, quando num contexto global de crise estrutural da agricultura se assiste ao desperdício de potencialidades, nomeadamente no espaço periurbano, será altura de adoptar medidas que favoreçam uma melhor inserção territorial e económica da agricultura. Será, para isso, necessário intervir em dois domínios prioritários: o fundiário, base estrutural da agricultura, e o das novas funcionalidades rurais, ou seja o da multifuncionalidade dos espaços.

Estamos perante a emergência de novas territorialidades nos espaços rurais envolventes da cidade de Coimbra. Estes evoluem a ritmos diferenciados consoante os agentes que os dinamizam, os objectivos que prosseguem e o jogo das forças em confronto.

Se os espaços mais afastados, os campos profundos à escala local – tais como as freguesias das Serras calcárias no Concelho de Condeixa –, continuam quase adormecidos, envolvidos por um silêncio verde ainda quase selvagem, tal não acontece nos campos periurbanos. Aí o silêncio é entrecortado por ruídos de motor e buzinas de automóvel, tornando-os cada vez mais cinzentos. E a terra cheira a cimento.

São campos que fervilham de gente e de actividades, nomeadamente imobiliárias, fundamentais numa área onde a elevada procura residencial, já há mais de uma década que fez disparar a construção. Desde então, em algumas áreas não abrangidas pela RAN ou pela REN, as casas para habitação surgem do solo como se de cogumelos gigantes se

tratasse, abafando as poucas parcelas ainda, ou já..., dependendo da perspectiva, cultivadas.

À comunidade local chegou também a febre das mais-valias imobiliárias. As transformações rápidas, induzidas por um sector económico que parecia inabalável, ocorrem um pouco por toda a parte. E, da progressão dos espaços residenciais, resultaram conflitos e desequilíbrios: desde a saturação das infra-estruturas que sustentam a armadura urbana, aos congestionamentos das vias de comunicação que atravessam algumas povoações limítrofes. A estes acrescem os conflitos sociais, ainda que sob a forma de pequenos atritos de vizinhança. Resultam da colisão de objectivos e da mobilização dos meios necessários para os atingir: são os pequenos agricultores que reagem ao corte do veio de água subterrâneo, pela abertura da fossa séptica daquele novo residente alógeno que escolheu um sítio bem agradável e isolado, fora da aglomeração aldeã, para construir a sua moradia.

Cabe às lideranças locais um papel activo e interventor na resolução destes pequenos - grandes problemas; contudo, aquelas nem sempre conseguem responder, de forma eficaz e rápida, a tais desafios. Faltam-lhes meios logísticos e financeiros, para além do reduzido poder autárquico, dependente e, com frequência, pouco apoiado.

É na organização dos espaços suburbanos e, conseqüentemente, nas paisagens que os desequilíbrios são mais visíveis. Assumem nomes diversos como “desorganização urbanística” ou “amalgama funcional” e resultam sobretudo, da ausência de reflexão sobre as questões da qualidade ambiental e da planificação do território. É a este nível que o papel do geógrafo adquire relevância científica, avaliada numa perspectiva bem pragmática.

Escolhemos a temática residencial para sustentar o estudo da mudança nos campos de Coimbra, um espaço periurbano onde a funcionalidade rural tende a ser substituída pela realidade urbana, em expansão. Estudámos, através de inquérito directo lançado à população residente, parâmetros diversos, pretendendo obter informação que viabilize uma reflexão sustentada sobre as questões da expansão das áreas residenciais nos campos periurbanos. Equacionámos mobilidades entre local de naturalidade e de residência; considerámos razões de mudança e, entre múltiplos indicadores, analisámos também possíveis causas de inadaptação residencial.

Também o sector terciário foi objecto de pesquisa, mais uma vez utilizando como técnica de recolha de informação o inquérito directo, lançado agora aos estabelecimentos de comércio e serviços. Os indicadores trabalhados, para além de permitirem avaliar o

nível de terciarização dos espaços rurais, permitem ainda estabelecer alguma hierarquia no que concerne aos processos de transformação para o urbano.

Nos campos de Coimbra é sensível o avanço da frente urbana. Fica o anseio, sustentado na informação recolhida, de que à perda de ruralidade corresponda, de forma majorada, a aquisição de urbanidade.

- BIBLIOGRAFIA -

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, A. Campar de, SOARES, A. Ferreira, CUNHA, Lúcio e MARQUES, J. F. (1990). “Proémio ao estudo do Baixo Mondego”. *Biblos*, Coimbra, vol. LXVI, pp. 17-47, 2 fig.
- ALMEIDA, João Ferreira de et al. (1994), “Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos”, in *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.307-330.
- ALVES, T. (2001 a.), Os serviços nas áreas rurais: novos modos de vida ou novas formas de ruralidade?, *1º Congresso de Estudos Rurais - sociedade, conhecimento e políticas*, Vila Real.
- ALVES, T. (2001 b.), *Serviços e áreas rurais: dinâmicas de transformação do território na Região Centro de Portugal*, VIII Encontro APDR, Vila Real.
- ALVES, T. (2001 c.), Multifuncionalidade e desenvolvimento nas áreas rurais em Portugal, *IV Colóquio Hispano-Português de Estudios Rurales: La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Ibérica*, Santiago de Compostela.
- ALVES, Teresa (1999), Serviços e desenvolvimento que oportunidades para as áreas rurais?, in *Emprego e Desenvolvimento Regional*, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, p. 1101-1110.
- ARROTEIA, J. Carvalho (1985), *Figueira da Foz – a Cidade e o Mar*, C.C.R.C., Coimbra.
- ASCHER, François (1996), *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*. Celta, Oeiras
- AUGÉ, Marc, (1994) *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Trad. Lúcia Mucznik, Bertrand Editora, Lisboa.
- BADOUIN, R. (1982) *Sócio-economia do ordenamento rural*, Rés editora, Porto. F. Léorne, trad. port., de *Économie et aménagement de l’espace rural*, L’économiste, Paris, 1976.
- BAILLY, A. et BÉGUIN, (1982) *Introduction à la Géographie Humaine*, Ed. Masson, Paris.
- BAILLY, A., (2006) *Développement Territorial Durable en Milieu Exurbain et Rurbain*, in *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares*

- de Turismo e Lazer* (Homenagem à Prof. Carminda Cavaco), Lisboa, CEG, Universidade de Lisboa.
- BAPTISTA, F. Oliveira, (2006), O Rural depois da Agricultura in *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (Homenagem à Prof. Carminda Cavaco), Lisboa, CEG, Universidade de Lisboa.
- BARRETO, A. (Org.) (1996) *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- BARROS, Henrique de, (1975) Os grandes sistemas de organização da economia agrícola. Sá da Costa. Lisboa.
- BAUER, G., ROUX, J.-M. (1976) *La rurbanisation ou la ville éparpillée*, Paris, Éditions du Seuil, 192 p.
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1980) *Geografia Urbana* - trad. Raquel Soeiro de Brito, de Géographie Urbaine, Colin, Paris, 1979 – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- BENDER, Stephanie et BÉBOUX , Philippe (2008), Constat d'une ubiquité ville-paysage, in *Société et culture – Urbanisme*, Outubro 2008.
- BERGER, A., (1975) *La nouvelle économie de l'espace rural*, ed. Cujas, Paris.
- BERGER, M., (1989) Vers de nouveaux types de rapports villes-campagnes. La production des espaces périurbains en France et dans les pays d'économie développée, *Strates*, n° 4, pp. 89-106.
- BERGER, M., (2004), *Les périurbains de Paris: de la ville dense à la métropole éclatée?* Paris, CNRS Éditions, 317 p.
- BERTRAND, V., (2007), Le Saintois: territoire d'avenir? Comment la rurbanisation remodele les paysages et reorganise l'espace rural, *Annales de l Est*, vol 57; Part 2, pages 231-252, Presses Universitaires de Nancy.
- BONNAMOUR, J., (1973) *Géographie Rural - Méthodes et Perspectives*, Masson, Paris.
- BONNAMOUR, J., (1993) *Géographie Rural - Position et Méthode*, Masson, Paris.
- BORDREUIL, J.-S., (2000) La ville desserrée, in Paquot T., Lussault M., Body-Gendrot S., *La ville et l'urbain, l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp.169-182.
- BOUDEWEEL-LEFEBVRE, Marie-Anne (1969) *La Mutation de la Campagne Française - Étude comparative de la transformation de quatre pays agricoles*, Ed. Ophrys, Paris.
- BOURDIEU, P. (2002), *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*, Zouk. São Paulo.

- BUTTNER, Anne (1974), *Values in Geographie*, Washington, DC, Association of American Geographers, Resource Paper nº 24
- BUTTNER, Anne, (2001) *Sustainable Landscapes and Lifeways*, Edição de Cork University Press, Londres.
- CAILLY, L. , DODIER, R. (2007), La diversité des modes d’habiter des espaces périurbains dans les villes intermédiaires : différenciations sociales, démographiques et de genre, Norois, *Dossier : vivre les espaces périurbains*, nº205 2007, Presses Universitaires de Rennes.
- CAILLY, Laurent, (2008) "Existe-t-il un mode d’habiter spécifiquement périurbain ? ", *EspacesTemps.net*, Textuel, 13.05.2008
<http://espacestemp.net/document5093.html>
- CAIROL, D. (Coord.), (2005) Multifunctionality of Agriculture and Rural Areas: from trade negotiations to contributing to sustainable development, New Challenges for Research, *Summary of main results of the European project Multagri*, Sixth Framework Research Programme.
- CALDAS, E. de Castro (1978) *A Agricultura Portuguesa no limiar da Reforma Agrária*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Lisboa.
- CAMARERO, L. Alfonso, (1993) *Del éxodo rural y del éxodo urbano. Ocaso y renacimiento de los asentamientos rurales en España*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, Madrid.
- CARRILHO, M. J. (1991), “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português” in *Estudos Demográficos*, nº30, pp. 11-29.
- CARRILHO, M. J. (1993), “O Processo de Envelhecimento em Portugal: que perspectivas?”, in *Estudos Demográficos*, nº31, pp. 75-98.
- CARRILHO, M. J. e PEIXOTO, J. (1993) “Evolução Demográfica em Portugal entre 1981 e 1992”, in *Estudos Demográficos*, nº31, pp. 7-19.
- CARVALHO, Jorge (2003) *Ordenar a Cidade*, ed. Quarteto, Coimbra, 566 pp.
- CARVALHO, P. e FERNANDES, J. L.(2001) Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere), in CAETANO, Lucília. (coordenação): *Território, Inovação e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 241-271
- CASTELLS, M., (1974) *La cuestion urbana*, Ed. Selecciones Gráficas, Madrid.

- CASTELLS, M. (2000) La Ciudad de la nueva economía. *La Factoría*, 12, Junio-Septiembre. Madrid. (www.lafactoriaweb.com)
- CASTELLS, M., (2001) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. II, O poder da identidade, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 530 pp.
- CASTELLS, M. (2002) *A Sociedade em Rede*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CASTRO, F. Velez de, (2006) A linguagem da Mobilidade em territórios periféricos. Perspectivas geográficas no conto “O Largo” de Manuel da Fonseca, *Cadernos de Geografia*, nº 24-25, 2005-06, IEG e CEG, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- CAVACO, C. (1999), Comércio retalhista em espaço rural. Principais tendências, in *Finisterra*, XXXIV, 67-68, pp 121-129.
- CAVACO, C., 1999 in *Desafio ou utopia ou FINIST: CEE*.
- CAVACO, Carminda (1981), *A Mulher na Agricultura Portuguesa*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa (Policopiado).
- CAVACO, Carminda (1984) A pequena horticultura doméstica de não agricultores das periferias urbanas: o caso de Lisboa, *Economia* Vol.VIII, nº2, Maio 1984, pp. 395-423.
- CAVACO, Carminda (1990), “Os Campos da Raia Central na perspectiva do desenvolvimento rural”, in *Finisterra* vol. XXV, nº49, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- CAVACO, C (1993) O Mundo Rural em Portugal *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*. MPAT/MA, Lisboa, pp. 91-109.
- CAVACO, Carminda e RAMOS, A. Sampaio (1994), *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, ed. *Programa de Artes e Ofícios Tradicionais*, Direção Geral do desenvolvimento Regional, Lisboa, 259 pp.
- CAVACO, C., (1999) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, (Coord.), Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CHALAS, Y., (2004), La réinvention de l’urbain en périphérie, *Séminaire Les services publics face aux transformations de l’urbain*, Toulouse Le Mirail, pp. 3-9.
- CHARRIER, J.B., (1970) *Citadins et Ruraux*, Col. Que sais-Je?, PUF, Paris.
- CHARVET, J-P. e SIVIGNON, M., (2002) *Géographie Humaine – Questions et enjeux du monde contemporain*, Armand Colin, Paris.

- CHISHOLM, M., (1971) “Johann H. Von Thunen”, *Rural Settlement and Land Use*. London: Hutchinson University Library, pp. 21-35.
- CHOAY, Françoise (1965) *L’urbanisme, utopies et réalités*, Editions du Seuil, Paris.
- CHOAY, Françoise (2000) *A Alegoria do Património*, trad. Teresa Castro, Ed. 70, Lisboa.
- CLOUT, Hugh D., (1976) *Geografia Rural*, Oikos-tau, Barcelona.
- COMBES, Pierre-Philippe, MAYER, Thierry, THISSE, Jacques-François, (2006), *Économie Géographique: l’ intégration des regions et des nations*, Economica, Paris
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, (1988) « L’avenir du monde rural ». Communication de la Commission du Parlement européen, *Bulletin des Communautés européennes*, suplemento 4/88, 71 pp. (Jornal oficial).
- CONFAGRI, (2002) Contaminação das águas e solos – aplicação da Directiva dos Nitratos, em linha: http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/Solo/Documentos/dados/nitrato_saplicacaodirectiva.htm
- CORBOZ, André, (2000) La Suisse comme hyperville, *Le visiteur- revue d’aménagement urbain* , nº 6, Setembro 2000.- pp. 112-129.
- CORDEIRO, A.M. Rochette, (2004), Uma nova perspectiva de ordenamento do território para o concelho de Coimbra: uma abordagem segundo a “filosofia” dos corredores verdes, in *Cadernos de Geografia* nº 21-23 – 2002-04, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Coimbra.
- CRAVIDÃO, F. Delgado (1988), *A População e o Povoamento da Gândara*, Coimbra.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1989) Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na serra da Lousã – Casal Novo e Talasnal, In *Colecção de Estudos* nº10 da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CUNHA, L. (1986) - “As buracas das Serras Calcárias de Condeixa-Sicó”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 5, pp. 139-150.
- CUNHA, L. (1988). *As serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere – estudo de Geomorfologia*. Diss. Doutoramento, Coimbra, 329 p.
- CUNHA, L.; SOARES, A. F.; TAVARES, A. & MARQUES, J. F. (1999). “O “julgamento” geomorfológico de Coimbra. O testemunho dos depósitos quaternários”. *Actas 1º Col. Geografia Coimbra*, 1996. *Cadernos Geografia*, Coimbra, nº esp., pp. 15-26

- D'ENTREMONT, A., (1997) *Geografia Económica*, ed. Cátedra, Madrid.
- DACHARY-BERNARD, J. (2004), *Approche multi-attributs pour une évaluation économique du paysage*, Thèse pour le Doctorat ès Sciences Economiques, présentée à l'Université Montesquieu - Bordéus IV, 296 pp.
- DÉZERT, B., Metton A., Steinberg J., 1991, *La périurbanisation en France*, Paris, SEDES, 226 p.
- DIRY, Jean-Paul, (1999) *Les espaces ruraux*, SEDES, Paris.
- DOMINGUES, Álvaro, (1994) (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série*, Vol. X/XI, Porto.
- DOMINGUES, Álvaro, (2003), *Conferência sobre paisagens urbanas*, Universidade do Minho.
- DONADIEU, P. e FLEURY, A., (2003) La construction contemporaine de la ville-campagne en Europe, *Revue de géographie alpine*, T.91 n°4, décembre 2003, pp. 19-29.
- DONADIEU, Pierre (1998) – *Campagnes Urbaines*, École Nationale Supérieur du Paysage, Versailles.
- DONZELOT, J., (2001), *La nouvelle question urbaine*, Paris, PUCA, 299 pp.
- DORRIER-APPRILL, E. (dir.), (2001), *Vocabulaire de la ville: notions et références*, Paris, Éditions du Temps, 191 p. – (collection Questions de Géographie).
- DROUIN, J.C., (1999) *Tous économistes : Guide d'introduction à l'économie*, PUF, Paris, 296pp. em linha, <http://pagesperso-orange.fr/d.pinson.urb/repgen/ArtCNAF-05.pdf>
- ESTEBE, P., (2004), Quel avenir pour les périphéries urbaines? *Esprit*, n° 303, Paris, Éditions du Seuil, pp. 82-95.
- EUROPEU, Direito Comunitário (2002). Desenvolvido pela Comunidade Européia, 1999-2002. Apresenta texto sobre o tema: *Avaliação do desenvolvimento rural na Comunidade Européia*. Disponível em: <<http://www.europa.eu.int>> .
- EVANGELISTA, João (1971), *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, INE, Lisboa.
- FARCY, H. de, (1980) *L'espace rural, Que sais-je?*, P.U.F., Paris.

- FERNANDES, R. e GAMA, R. (2006), As cidades e territórios do conhecimento na óptica do desenvolvimento e do marketing territorial, in *As cidades do marketing territorial*, Coimbra, APDR.
- FERRÃO, J. e DOMINGUES, A. (1994), Portugal: as condições territoriais de um processo de terciarização vulnerável, in *Finisterra: Revista portuguesa de geografia*, Vol. 29, Nº 57, pgs. 5-42.
- FERRÃO, João (1996), “A Demografia Portuguesa” in *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Org. A. Barreto, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- FERRÃO, João (2002), Portugal, três geografias em recombinação Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais, *Lusotopie* 2002/2, p.151-158.
- FIELDING, A. J., (1994), Contra-urbanização: ameaça ou bênção?, in PINDER, D., (Org.), *Europa Ocidental - Desafios e mudanças*, Celta editora, Oeiras. Trad. Port. Raul S. Machado, *Western Europe – Challenge and Change*, The Institute of British Geographers, 1990.
- FIRMINO, A., (2006), A Agricultura Biológica no Algarve: um abraço entre gerações, in *Desenvolvimento e Território: Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, Homenagem À Prof. Doutora Carminda Cavaco, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- FONSECA, Maria Lucinda (1988), “População e Território. Do País à Área Metropolitana”, in Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº14, Lisboa.
- FRÉMONT, A., (1976) *La Région, espace vécu*, Flammarion, Paris.
- FRÉMONT, A., (2005), *Aimez-vous la Géographie?*, Flammarion, Paris.
- FREYRE, Gilberto (1987) *Rurbanização – o Que é*, Ed. Massapé, Recife.
- FRIEDLAND, W. H. et alli.(1991) *Towards a new political economy of agriculture*, Westview, Oxford, 375 pp.
- FRIEDLAND, William (2002) “Agriculture and rurality: beginning the ‘final separation’?” *Rural Sociology* 67(3), 2002, pp. 350-371.
- GAMA, António (1992). Urbanização difusa e territorialidade local, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 34, p. 161-172
- GAMA, Rui; FERNANDES, Ricardo (2006), O Digital como Veículo para o Inteligente: tópicos para uma abordagem territorial, in *Conhecimento, Inovação e Tecnologia*, Coimbra
- GARREAU, Joel, (1991) *Edge City – Life of New Frontiers*, Anchor Books, Doubleday, Nova Iorque.

- GASPAR, J. et al. (1998) - *Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades*. Relatório de projecto apresentado à DGOTDU, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa (policopiado).
- GASPAR, Jorge (1987), *Ocupação e Organização do Espaço: Retrospectiva e Tendências*, col. “Portugal: os Próximos 20 Anos”, I vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GASPAR, Jorge (1993) *As regiões portuguesas*, DGDR, Lisboa.
- GASPAR, Jorge (1993), “Reordenamento urbano em Portugal” in *Actas do Seminário Internacional Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança*, CCRC, Coimbra.
- GEORGE, P. (1970) *Les Méthodes de la Géographie*, P.U.F., Paris.
- GERBAUX F., MULLER P., (1984) La pluriactivité agricole dans les nouvelles stratégies paysannes , p. 203-209 in, *La pluriactivité dans les familles agricoles*, ARF, Paris.
- GHORRA, C., (1989), Le péri-urbain: une nouvelle forme d’urbanité en France et aux États-Unis, *Acta Géographica*, n° 80, pp. 13-25.
- GHORRA, Gobin C., (1999), Refonder la ville: le débat nord-américain, *Esprit*, n° 258, Paris, Éditions du Seuil, pp. 115-127.
- GIDDENS, Anthony, HUTTON, Will, (ed.) (2000) - *On the Edge – Living with Global Capitalism*, Jonathan Cape, London.
- GRAÇA, M., (2006) *Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados*, em linha: <http://www.ecultura.pt/Anexos/%C2%ABEspa%C3%A7osPublicos&Privados%C2%BB%20.pdf>
- GREGOR, H. (1970) *Geografia de la Agricultura*, ed. Vicens-Vives, Barcelona.
- GRIGG, David (1982), *The Dynamics of Agricultural Change*, Hutchinson, London
- GROOT, R. de, (2006) Functional-analysis and valuation as a tool to access land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes, *Landscape and Urban*
- GUERREIRO, João P., (2006) As Economias Regionais e a disseminação do Conhecimento, in *Desenvolvimento e Território, Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Homenagem à Prof. Doutora Carminda Cavaco, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

- HALL, Peter (1990) *Cities of Tomorrow*, Blackwel Publishers, Oxford & Cambridge, USA.
- HALL, Peter (1990) *The disappearing City?*, University of California at Berkeley, Working Paper 506.
- HALL, Peter (1998) *Cities in civilization*, Weidenfeld & Nicolson, Londres.
- HALL, Peter, (1984) *The World Cities*, Widenfeld & Nicolson, Londres, 3^a ed.
- HAUMONT,A., et all, (1966), *L'habitat pavillonnaire*, Paris, Institut de sociologie urbaine, 150 p.
- HERVIEU, Bertrand, VIARD, Jean (2001), *Au Bonheur des Campagnes*, ed. De l'Aube, Paris.
- HERVOUET, V., (1997), *Entre urbanité et ruralité: Clisson, un « bourg-hybride »*, Nantes, université, IGARUN-CESTAN, 138 p. – mémoire de maîtrise de géographie.
- HERVOUET, V., (1998), *L'approche de la périurbanisation à travers l'habitat et la mobilité résidentielle*, Nantes, université, IGARUN-CESTAN, 118 p. – mémoire de DEA de géographie.
- HESPANHA, Pedro (1994) *Com os pés na terra. Práticas fundiárias da população rural portuguesa*, Ed. Afrontamento, Porto.
- ILBERY, B. W. 1994. O Desafio do Abandono das Terras. In D. Pinder, ed. *Europa Ocidental – Desafios e Mudanças*, pp. 275-294. Oeiras, Celta Editora.
- INDOVINA, Francesco, (1990), *Città Diffusa*, Veneza.
- INRA, (1998) *Contours et Caractères: Les campagnes et leurs villes*, publicação dirigida por Paul Champsaur, INSEE, Paris.
- JAILLET, M.-C., (1982), *Les pavillonneurs: la production de la maison individuelle dans la région toulousaine*, Paris, Éditions du CNRS, 513 pp. – (collection Sciences Sociales).
- JEAN, Y., CALENGE, C., (1997), *Espaces périurbains: au-delà de la ville et de la campagne?* in *Annales de Géographie*, Julho-Agosto 1997, Paris.
- JORNAL DA COMISSÃO EUROPEIA – Conclusões do Conselho de 17 de Dezembro de 2003 -Jornal Oficial nº C 034 de 07/02/2004 p. 0003 – 0004.
- JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, (2004). Directiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004.
- KAYSER, Bernard (1990), *La Renaissance Rurale: Sociologie des campagnes du monde occidental*, Armand Colin, Paris.

- LA BLACHE, Vidal de, (1954), *Princípios de Geografia Humana*, Trad. prefácio e notas de A. Fernandes Martins, Cosmos, Lisboa.
- LABASSE, Jean, (1971), *L'organisation de l'espace: éléments de géographie volontaire*, Hermann, Paris.
- LARCENEUX, A.(1996) “Les nouveaux chantiers de la théorie économique spatiale, in Bernard Pecqueur (ed.) *Dynamiques territoriales et mutations économiques*, pp. 137-156, L’Harmattan, Paris.
- LARCHER, Gérard, (1999) *Ville et campagne ensemble* in *Actes du colloque sur les espaces périurbains*, Sénat, Paris, 97pp.
- LEBEAU, R., (1969) *Les grands types de structures agraires dans le monde*, Masson, Paris, 1969.
- LEDO, A. Precedes, (1996) *Ciudad y Desarrollo Urbano*, editorial Sintesis, Madrid.
- LEFEVRE, H., (1978) *De lo rural a lo urbano*. História/ciência/sociedade. Série universitária n.º 79, Edições Península, 4.ª ed, Barcelona.
- LEFÈVRE, L., (2005) *Migrations et dynamiques spatiales : une application aux espaces à dominante rurale*, Thèse de doctorat : Sciences économiques - Université des Sciences et Technologies Lille 1, MEDEE. Mécanismes Economiques et Dynamiques des Espaces Européens, Lille, 265 pp.
- LEFORT, I., (1997) *Crises et Mutations des Espaces Ruraux dans les Pays Anciennement Industrialisés*, ed. Economica, Paris.
- LOPES, A S. (1995), *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- LYNCH, K., (2005) *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa.
- LOFF, M., e MEIRELES, M. C., (Coord.) (2006) *Portugal 30 anos de Democracia (1974-2004)*, Editora UP, Porto.
- MADORÉ, F., (2002), *L'évolution de l'urbanisation dans l'Ouest français (Bretagne et Pays de la Loire) au cours de la seconde moitié du XXe siècle*, *Cahiers Nantais*, n° 58, pp. 143-157.
- MARQUES, Teresa Sá, (1999) *Um território em mudança: Padrões territoriais, tipologia urbana e dinâmicas*, in *Inforgeo*, 14, Edições Colibri, Lisboa.
- MARSHALL, N.; WOOD, P. (1995), *Services and Space*. John Wiley & Sons Inc., New York.
- MARTINS, Alfredo Fernandes, (1940) *O Esforço do Homem na Bacia do Mondego, Ensaio Geográfico*”, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,

- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (1984), A Horta de Cernache – Um espaço rural periurbano, in *Cadernos de Geografia*, nº3, pp 21-95, I.E.G., Coimbra.
- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (1985), Dinâmica profissional e mobilidade espacial da população na periferia de Coimbra, in *Biblos*, vol. LXI , F.L.U.C., Coimbra, 1985.
- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (1986), “A Mulher na Agricultura da Região de Coimbra: breve análise da participação feminina na actividade agrícola”, separata de *Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra
- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (1991), Terciarização dos Espaços Rurais – Breve estudo comparativo na área periurbana de Coimbra, *Actas das II Jornadas de Geografia Humana - Terciarização e desenvolvimento*, *Cadernos de Geografia*, nº 10, I.E.G. Coimbra.
- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (1992) Os moinhos da Ribeira de Cernache – retrocesso de uma indústria artesanal e degradação do património, in *Baixo-Mondego – Região e Património*, Coimbra.
- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (1998) O Mundo Rural – Referências Camponesas num Espaço que se Urbaniza, in *Cadernos de Geografia*, nº17 – Homenagem ao Doutor J.M.Pereira de Oliveira, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.
- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (2002), Desenvolvimento rural, produtividade e ambiente – uma abordagem a várias escalas, in *Território, Globalização e trajetórias de desenvolvimento* Coordenação de L. Caetano, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MCLUHAN, Herbert Marshall (1977) *A Galáxia de Gutenberg*, Companhia Editora Nacional, São Paulo Trad. port. de *The Gutenberg Galaxy. The Making of Typographic Man*, 1962
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1978), *Portugal: Breve Esboço de Geografia Humana*, ed. Prelo, Lisboa.
- MENDES, J. M. Amado (1984), *Coimbra: História económica e social dos séculos XV a XX* , Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- MENDRAS, H. (1970) *La fin des paysans*, Libraire Armand Colin, Paris. 307 p.
- MENDRAS, H. (1978) *Sociedades camponesas*, Zahar, Rio de Janeiro.
- MEO, G. DI, (1998), *Géographie Sociale et Territoire*, Ed. Nathan, Paris.
- MEO, G. DI, (2001) le sens géographique des fêtes, *Annales de Géographie*, Nov-Dez de 2001.

- MEYER, Regina Maria Prosperi (2006) *O urbanismo: entre a cidade e o território*, Cienc. Cult., São Paulo, v. 58, n. 1, Mar. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000100016&lng=en&nrm=iso
- MOREIRA, Claudete, (2008) O Baixo Mondego: delimitação de um território regional, apresentado em *La Geografía ante los nuevos retos ambientales*, XI Colóquio Ibérico de Geografía, Alcalá de Henares.
- MORENO, Luís (1998) Desenvolvimento e Geografia: uma sinopse sobre o compromisso social em função dos valores in *Cadernos de Geografia*, nº17, Número de Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Coimbra.
- MORENO, Luís (2002) *Desenvolvimento local em meio rural. Caminhos e caminhantes*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
- MORIN, Edgar e KERN, A. B., (2001) *Terra Pátria*, ed. Piaget, Lisboa, trad. Port. A. Pereira da Silva, orig. franc. Terre-Patrie, éditions du Seuil, Paris.
- MOTA, I. e al., (2005) *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável: 2005/2015*, Pandora, Lisboa.
- NAZARETH, J. M. (1985), “A Demografia Portuguesa do Século XX: principais linhas de evolução e transformação”, in *Análise Social*, vol.XXI (87-88-89), pp.963-980.
- NAZARETH, J. M. (1988), Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX, col. “*Portugal: os Próximos 20 Anos*”, III vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- NAZARETH, J. M. (1993), “A Demografia Portuguesa no Contexto da Europa Comunitária no Início dos Anos Noventa”, in *Estudos Demográficos*, nº31, pp. 21-28.
- NOIN, Daniel (1979), *Géographie de la Population*, Masson, Paris.
- NOIN, Daniel, WOODS, Robert (Coord.) (1993), *The Changing Population of Europa*, ed Wiley Blackwell, 256 pp.
- OCDE, (1988) *Formulation de la politique rurale ; nouvelles tendances*, OCDE, Paris, 197 p.
- OCDE, (2001) *Multifunctionality, Towards an Analytical Framework*. Organization for Economic Cooperation and Development, Paris.
- OLIVEIRA, J.M. Pereira de (1977), O ambiente Humano e o mundo rural, in *Problemas do ambiente agrário*, Coimbra.

- PEIXOTO, J. (1993), “A Emigração Portuguesa a Partir de 1980: Factos Estatísticos e Modalidades de Evolução” in *Estudos Demográficos*, nº31, pp. 35-74.
- PINSON D., Thomann S., (2002), *La maison en ses territoires: de la villa à la ville diffuse*, Paris, Budapest, Turin, L’Harmattan, 191 p.
- PINSON, D., THOMANN, S., LUXEMBOURG, N., (2005) *La ville si près et si loin: du rêve pavillonnaire à la réalité*.
- PIRES, Artur da Rosa (1987) *Part time farming and rural development: a regional perspective of Portugal*, Cardiff, ed. do autor, 485 pp. (tese dout. pelo ICT da Univ. Gales). *Planning*, 75:175-186.
- PORTAS, N., DOMINGUES, A., CABRAL, J., (2007), *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- POULLE, François; GORGEU, Yves, (1997) *Essai sur l’urbanité rurale – Cinq territoires ruraux, leurs serments et leurs modes de gouvernement*, Ed. Syros, Paris.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, ed. Gradiva, Lisboa, 4ª edição.
- RAMBAUD, Placid (1974), *Société rurale et urbanisation*, Seuil, Paris, 2ª edição.
- REBELO, Fernando (1975), O afluxo diário de trabalhadores a Coimbra e os transportes rodoviários de passageiros, in *Biblos – Revista da Faculdade de Letras*, LI, pp. 649-662, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- REBELO, Fernando e DIAS, P. (1984) *Arte e Paisagem na Região de Turismo do Centro*, Ed. Da R. Turismo do Centro, Coimbra.
- REIS, José (1992) *Os espaços da indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Edições Afrontamento, Porto.
- REMY, J. (1993) Le rural et l’urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes/campagne, *Espaces et Sociétés*, n. 72, p. 31-47 L’Harmattan, Paris.
- RÉMY, J., VOYÉ, L. (1994) *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Afrontamento, Porto.
- RÉMY, Jean (2000) *La ville. Phénomène économique*, ed. Economica, Paris, 2ª ed.
- RIBEIRO, O., (1970) “Genèse et diversité des montagnes portugaises”, *Colloquium Geographicum*, Bona, **12**, pp. 214-224.
- RONCAYOLO, M. (1993) *La ville et ses territoires*, Ed. Gallimard, Paris.
- ROSTOW, W. W., (1978) *Etapas do desenvolvimento económico*, Zaar, Rio de Janeiro, 6ª edição.

- ROUGÉ, Lionel, (2005) “ Les nouvelles frontières du périurbain: accession à la propriété en maison individuelle et pratiques résidentielles des ménages toulousains “, in Arlaud S., Jean Y., Royoux D., *Rural-Urbain, Nouveaux liens, nouvelles frontières*, coll. Espace et territoire, Presses Universitaires de Rennes.
- ROUSSEAU, Max (2008) « La ville comme machine à mobilité. », *Métropoles*, 3, Varia, [Em linha].
- SALGUEIRO, T. Barata (1994), Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana, in *Finisterra: Revista portuguesa de geografia*, Vol. 29, Nº 57.
- SANTOS, Norberto Pinto dos, (2001), *A Sociedade de Consumo e os Espaços Vividos pelas Famílias – a dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*, Edições Colibri e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, Lisboa.
- SASSEN, S. (2001) *The Global City: New York, London, Tokyo*. Routledge, Nova Iorque.
- SCHAEFER, F.K., (1953) Exceptionalism in Geography: A Methodological Examination, *A.A.A.G.*, vol. 43, pp. 226-245.
- SCHNEIDER, S. e NAVARRO, Z. (2000) Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (orgs) *O Novo rural brasileiro*, Embrapa Meio Ambiente, São Paulo, 4 Volumes.
- SCHREUER, François (2008), La rurbanisation détruit ville et campagne, em linha, <http://www.lalibre.be/debats/opinions/article/430356/la-rurbanisation-detruit-ville-et-campagne.html>
- SEBASTIÁN, Jaume Binimelis (2000) Sociedad post-industrial y dialéctica campo-ciudad. aportación al debate a modo de estado de la cuestión, *Lurralde*, nº23, pp 93-113.
- SOARES, A. F.; CUNHA, L. & MARQUES, J. F. (1997). “Les tufs calcaires dans la région du Baixo Mondego (Portugal) – Les tufs de Condeixa. Présentation générale”, *Études Géographie Physique, Travaux 1997*, Aix-en-Provence, Supl. nº XXVI, pp. 55-58.
- SOARES, A. F.; MARQUES, J. F. & ROCHA, R. B. (1985). “Contribuição para o conhecimento geológico de Coimbra”. *Memórias Notícias*, Publ. Mus. Lab. Min. Geol. Univ. Coimbra, vol. 100, pp. 41-71, 5 fig., 2 quadros, 1 mapa.

- SOARES, A. F., MARQUES, J. F. e SEQUEIRA, A. J. D. (2007) *Carta geológica de Portugal na escala de 1:50000. Notícia explicativa da folha 19-D, Coimbra-Lousã*, INETI, Lisboa, 71 p.
- SOARES, Luís Bruno (2002) Portugal 2001, A realidade incontornável da dispersão, In *Sociedade e Território*, n.º 33, Fevereiro de 2002, pp.123-129.
- SPER (1995) *O desenvolvimento local é possível?*, FORUM, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- TEULON, F., (1998) *La nouvelle économie mondiale*, Presses Universitaires de France, PUF, 6ª edição, Paris.
- TORRÉ, A., e FILIPPI, M. (2005), *Proximités et changements socio-économiques dans les mondes ruraux*, Institut national de la recherche agronomique (France) Edição de Editions Quae, 337 pp
- TRANDA, M., WEBER, et al. (2008), *Campagne-ville: le pas de deux: enjeux et opportunités des recompositions territoriales*, Edição de PPUR, Paris.
- TROCHERIE, Francis, (2003) Ville et agriculture: dialogue ou monologues, in *Les données de l'environnement*, n° 81, Centre de ressources sur le maintien des espaces ouverts, Paris.
- VEIGA, José Eli (2004) Nem tudo é Urbano, *Ciência e Cultura*, vol.56 no.2 São Paulo.
- WAIBEL, Leo (1933): Was verstehen wir unter Landschaftskunde? *Gotha Geographischen Anzeiger*, n.34.
- WARNIER, Jean-Pierre (2000), *A mundialização da cultura*. Bauru, S. Paulo.
- WEBER, Max, (1999) *Economia e Sociedade*, trad. Port. de *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*, UNB, Brasília, Vol.2.
- WHATMORE, S., (1993) Agriculture Geography, in *Progress in Human Geography*, Vol. 17, nº1, pp 84-91.

- ANEXOS -

Anexo I - Estrutura etária da população residente, em 1981 e 2001

Área Geográfica	GRUPOS ETÁRIOS																				
	0-14			15-29			30-44			45-59			60-64			65-74			> 75		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Coimbra (Distrito)	23.1	17.9	14.1	22.0	22.2	21.0	17.5	19.5	20.9	18.1	17.8	18.6	5.0	6.0	5.9	9.1	9.8	11.1	5.1	6.8	8.5
Arganil	20.6	17.6	13.8	19.6	18.2	17.6	14.3	15.5	19.4	19.0	17.5	16.3	6.5	7.1	6.8	13.2	13.8	13.9	6.9	10.3	12.2
Cantanhede	24.5	18.6	14.0	22.3	21.5	21.0	17.3	18.4	19.6	17.8	18.9	18.9	5.0	6.4	6.5	8.6	9.7	11.7	4.5	6.5	8.2
Coimbra	23.6	17.9	13.8	24.0	24.4	22.5	19.8	21.9	21.9	17.5	17.6	19.8	4.1	5.3	5.4	7.0	7.8	9.7	4.0	5.2	6.8
Condeixa-a-Nova	20.3	16.1	14.7	19.5	20.7	20.2	17.8	18.9	23.2	19.3	18.4	17.6	5.6	6.2	5.5	10.9	11.0	10.0	6.7	8.7	8.8
Figueira da Foz	23.1	17.9	13.6	22.3	21.9	20.6	18.3	20.4	21.2	18.7	18.1	19.2	4.9	6.2	6.0	8.5	9.5	11.3	4.3	5.9	8.2
Góis	19.3	15.6	11.9	16.9	15.9	16.8	12.9	14.4	16.8	19.9	16.2	15.7	7.2	8.9	6.7	15.4	17.0	16.3	8.4	12.0	15.7
Lousã	23.6	18.2	15.7	21.1	22.3	22.2	16.8	18.9	22.5	17.1	17.6	17.2	5.3	5.6	5.2	10.3	10.0	9.3	5.8	7.4	7.7
Mira	25.2	19.8	14.9	23.1	22.5	21.0	17.7	19.2	19.8	16.3	17.9	19.1	5.0	5.3	6.4	8.0	9.3	10.8	4.7	6.2	8.1
Miranda do Corvo	22.8	18.6	16.1	21.2	22.0	21.0	17.0	18.5	22.0	17.8	18.0	17.1	5.2	5.5	5.7	10.1	10.0	9.8	5.9	7.3	8.3
Montemor-o-Velho	22.3	18.1	13.9	21.4	21.8	20.1	17.1	18.4	21.2	18.7	18.2	18.0	5.1	6.4	6.0	9.7	10.1	12.1	5.7	7.0	8.9
Oliv. do Hospital	24.1	19.0	16.0	21.9	21.8	19.5	15.0	17.7	20.5	17.4	16.8	16.8	5.3	5.8	6.0	10.2	10.6	11.5	6.0	8.3	9.7
Pamp.da Serra	20.3	15.1	9.8	18.5	15.7	14.9	12.1	13.1	14.4	20.2	18.2	16.1	6.9	8.8	8.2	13.4	16.1	19.1	8.7	13.0	17.5
Penacova	25.2	19.0	13.8	22.2	22.1	21.5	16.3	18.4	20.2	17.2	17.3	18.4	5.3	5.6	5.9	9.1	10.3	11.2	4.8	7.2	9.1
Penela	19.5	15.4	14.0	18.1	19.1	19.1	15.5	15.1	17.0	19.6	18.9	15.3	6.6	6.6	7.4	12.0	14.5	13.6	8.6	10.3	13.6
Soure	20.7	16.0	12.0	19.9	20.1	19.9	16.2	17.8	18.2	20.7	18.6	18.7	5.6	7.5	6.2	10.4	11.7	13.8	6.6	8.3	11.2
Tábua	23.4	19.3	15.6	18.8	20.1	19.6	14.4	16.0	18.8	17.8	16.3	16.5	6.6	6.1	5.6	12.1	13.0	12.3	6.9	9.1	11.7
Vila N.ª de Poiares	24.1	19.3	17.0	21.3	22.0	21.4	14.2	17.9	21.8	17.3	16.1	16.0	5.7	6.1	5.4	11.4	10.6	9.9	6.0	8.1	8.5

Fonte: INE

ANEXO II – Variação da população nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova, desde 1864 a 2001, por freguesia.

Concelho Freguesia	Variação da População (%)						
	1864-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1864-1991	1960-1991	1991-2001
Coimbra	161,6	7,7	25,4	1,4	258,2	37,0	1,9
Almalaguês	44,2	3,8	9,7	7,7	76,8	22,6	-10,4
Almedina	49,5	-5,0	-33,3	0,7	-4,6	-36,2	-35,7
Ameal	97,7	2,2	2,5	-5,8	95,0	-1,3	4,0
Antanhol	156,7	3,3	33,5	17,1	314,6	61,5	15,0
Antuzede	169,3	6,2	29,5	-9,7	234,7	24,3	12,2
Arzila	112,0	6,3	38,2	-26,3	129,5	8,3	3,0
Assafarge	47,8	28,2	16,5	8,6	139,7	62,2	21,9
Botão	43,7	4,2	10,9	-5,6	56,8	9,1	3,6
Brasfemes	52,0	10,4	18,1	-4,7	89,0	24,3	9,8
Castelo Viegas	213,2	-3,0	19,3	0,0	262,3	15,7	-5,1
Ceira	66,1	-26,1	64,3	5,5	113,0	28,3	-6,4
Cernache	31,2	4,8	10,0	4,7	58,4	20,7	5,8
Eiras	411,3	18,1	74,1	6,5	1019,9	119,0	38,0
Lamarosa	86,2	-5,5	2,6	-4,8	72,0	-7,7	14,1
Ribeira de Frades	186,7	9,2	12,2	-7,0	226,7	14,0	7,6
Santa Clara	317,1	33,3	30,2	-10,4	548,8	55,6	8,6
Santa Cruz	257,2	-24,0	23,7	-17,2	178,4	-22,1	-23,2
Santo António dos Olivais	394,1	35,8	39,7	12,8	957,1	113,9	2,5
S. Bartolomeu	9,2	-28,6	-11,9	-33,2	-54,1	-58,0	-41,0
S. João do Campo	107,8	6,4	20,7	4,0	177,5	33,5	1,2
S. Martinho de Árvore	96,4	4,7	22,1	8,5	172,6	38,8	0,8
S. Martinho do Bispo	165,7	11,4	27,9	7,3	306,0	52,8	9,2
S. Paulo de Frades	184,1	25,4	25,8	22,3	447,6	92,8	24,2
S, Silvestre	83,2	6,0	20,8	6,0	148,6	35,7	14,9
Sé Nova	260,0	9,7	22,1	-16,9	300,6	11,3	-26,6
Souzelas	122,1	7,0	29,9	1,7	213,7	41,2	0,3
Taveiro	90,6	5,8	20,3	-10,8	116,4	13,6	8,1
Torre de Vilela	-	17,4	29,1	21,1	-	83,6	7,8
Torres do Mondego	-	2,0	12,5	-9,3	-	4,0	-4,1
Trouxemil	150,9	4,6	-18,4	58,4	239,3	35,2	2,7
Vil de Matos	59,8	-14,9	14,4	1,0	57,0	-1,7	6,2
Condeixa - a - Nova	35,5	-6,0	3,4	-1,3	30,0	-4,0	17,9
Anobra	75,5	-10,1	12,2	-5,0	68,0	-4,3	12,3
Belide	45,5	-6,5	8,0	0,3	47,4	1,3	-10,3
Bem da Fé	-22,7	-18,4	-14,6	-15,7	-54,6	-41,3	-0,8
Condeixa-a-Nova	65,2	-0,1	26,9	11,8	134,4	41,9	45,3
Condeixa-a-Velha	47,0	-5,6	6,9	4,8	55,4	5,7	39,3
Ega	58,4	-7,1	-1,9	-6,8	34,6	-15,0	8,1
Furadouro	0,2	-19,4	-12,4	-17,5	-41,7	-41,8	-18,3
Sebal	22,1	-6,2	1,4	0,5	16,7	-4,4	-2,2
Vila Seca	5,3	0,1	-13,1	-10,1	-17,7	-21,8	-3,3
Zambujal	-9,6	-8,4	-16,7	-20,9	-45,4	-39,7	-11,4

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE

Anexo III - Índice de envelhecimento dos edifícios, por freguesia, nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova, em 2001

Área Geográfica	Índice de envelhecimento dos edifícios* (%)
	2001
Coimbra	105,4
Almalaguês	95,9
Coimbra (Almedina)	2741,7
Ameal	33,6
Antanhol	76,9
Antuzede	33
Arzila	96,1
Assafarge	49,4
Botão	3,6
Brasfemes	28,6
Castelo Viegas	88,2
Ceira	127,8
Cernache	58,4
Eiras	112,3
Lamarosa	57,9
Ribeira de Frades	95,2
Santa Clara	152,2
Santa Cruz	423,5
Santo António dos Olivais	99,9
São Bartolomeu	2363,6
São João do Campo	48
São Martinho de Árvore	31,8
São Martinho do Bispo	112,7
São Paulo de Frades	76,3
São Silvestre	52,5
Sé Nova	593,8
Souselas	84,8
Taveiro	138,5
Torre de Vilela	57,3
Torres do Mondego	53,5
Trouxemil	54,1
Vil de Matos	40,4
Condeixa-a-Nova	72,3
Anobra	67,2
Belide	40
Bem da Fé	166,7
Condeixa-a-Nova	83,4
Condeixa-a-Velha	73,5
Ega	67,1
Furadouro	492,3
Sebal	63
Vila Seca	62,9
Zambujal	31,8
Contínente	98,7

*Fórmula: (edifícios construídos até 1945) / (edifícios construídos após 1991)*100

Fonte: INE. Portugal em números 2004

ANEXO IV – População empregada segundo os sectores de actividade económica, em 2001

Área Geográfica	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Coimbra	695	1,00	14868	21,36	54035	77,6	69598
Condeixa-a-Nova	145	2,19	1859	28,1	4622	69,8	6626
Almalaguês	47	3,29	412	28,9	969	67,9	1428
Almedina	3	0,56	62	11,5	472	87,9	537
Ameal	5	0,73	197	28,9	480	70,4	682
Antanhol	5	0,42	360	30,6	813	69,0	1178
Antuzede	16	1,56	404	39,4	606	59,1	1026
Arzila	2	0,60	105	31,3	228	68,1	335
Assafarge	5	0,45	288	26,1	812	73,5	1105
Botão	15	1,97	330	43,3	418	54,8	763
Brasfemes	7	0,79	271	30,6	607	68,6	885
Castelo Viegas	10	1,30	189	24,5	573	74,2	772
Ceira	86	4,38	550	28,0	1328	67,6	1964
Cernache	19	1,09	495	28,4	1226	70,5	1740
Eiras	17	0,28	1109	18,5	4870	81,2	5996
Lamarosa	29	3,37	350	40,7	482	56,0	861
Ribeira de Frades	12	1,22	368	37,4	604	61,4	984
Santa Clara	11	0,24	771	17,0	3754	82,8	4536
Santa Cruz	14	0,47	539	18,0	2441	81,5	2994
Santo António dos Olivais	76	0,39	2502	12,9	16776	86,7	19354
São Bartolomeu	2	0,62	46	14,2	275	85,1	323
São João do Campo	56	5,35	344	32,9	646	61,8	1046
São Martinho de Árvore	19	4,10	128	27,6	316	68,3	463
São Martinho do Bispo	49	0,74	1490	22,5	5074	76,7	6613
São Paulo de Frades	24	0,83	816	28,1	2060	71,0	2900
São Silvestre	45	2,98	428	28,4	1036	68,7	1509
Sé Nova	22	0,58	337	8,9	3423	90,5	3782
Souselas	25	1,74	595	41,4	817	56,9	1437
Taveiro	18	1,87	308	32,0	637	66,1	963
Torre de Vilela	8	1,36	182	31,0	397	67,6	587
Torres do Mondego	11	0,94	311	26,5	853	72,6	1175
Trouxemil	15	1,12	463	34,5	863	64,4	1341
Vil de Matos	22	6,90	118	37,0	179	56,1	319
Anobra	12	2,17	240	43,3	302	54,5	554
Belide	1	0,94	34	32,1	71	67,0	106
Bem da Fé	0	0,00	15	33,3	30	66,7	45
Condeixa-a-Nova	8	0,44	358	19,8	1439	79,7	1805
Condeixa-a-Velha	51	3,13	384	23,5	1196	73,3	1631
Ega	31	2,74	394	34,8	707	62,5	1132
Furadouro	15	21,74	25	36,2	29	42,0	69
Sebal	14	1,81	268	34,6	492	63,6	774
Vila Seca	5	1,32	99	26,1	275	72,6	379
Zambujal	8	6,11	42	32,1	81	61,8	131

Fonte: INE

ANEXO V – Temporalidades de mudança no espaço envolvente da cidade de Coimbra

Freguesias	Ano de mudança (valores em %)				
	≤ 1960	1961/70	1971/80	1981/90	1991/97
Antanhol	11,7	11,7	19,8	37,8	19,8
Assafarge	2,5	5,0	30,0	37,5	25,0
Cernache	14,8	9,9	25,9	29,6	19,8
Condeixa-a-Velha	4,3	14,9	12,8	27,7	40,4
Ribeira de Frades	13,3	40,0	0,0	33,3	13,3
S. Martinho do Bispo	3,3	9,8	15,6	32,0	39,3
Taveiro	10,4	12,5	18,8	31,3	27,1

Fonte: Inquérito Próprio

ANEXO VI – Causas da mudança de residência e da opção pelo periurbano.

Freguesias	Nº Mud.	Causas de mudança (valores em %)				
		C	PE	F	Q	O
Antanhol	113	26,5	19,5	40,7	11,8	1,3
Assafarge	40	40,0	5,0	50,0	5,0	0,0
Cernache	81	37,0	13,5	39,5	9,5	0,5
Condeixa-a-Velha	43	25,6	18,6	27,9	21,6	6,3
Rib ^a de Frades	16	31,3	10,0	37,5	16,2	5,0
S. M. Bispo	128	18,8	23,4	40,6	15,5	1,7
Taveiro	49	28,6	18,4	32,7	15,0	5,3

C - Casamento; **PE** - Profissionais e Estudo; **F** - Facilidade de aquisição de casa; **Q** - Qualidade de vida; **O** - Outras

Fonte: Inquérito Próprio.

ANEXO VII – Alterações sugeridas para melhorar a qualidade de vida

Freguesias	Alterações sugeridas para melhorar a área						
	I	T	C	S	LK	D	O
Antanhol	39,9	12,8	3,2	14,7	17,9	13,3	0,9
Assafarge	54,1	14,8	1,6	26,2	27,9	3,3	0,0
Cernache	59,5	2,5	4,4	18,4	22,8	3,8	1,3
Condeixa-a-Velha	37,7	1,4	10,1	4,3	14,5	8,7	2,9
Ribeira de Frades	37,1	31,4	8,6	2,9	11,4	8,6	0,0
S. Martinho do Bispo	39,5	7,5	2,0	19,0	21,0	11,0	0,0
Taveiro	23,1	1,1	3,3	28,6	31,9	8,8	9,9

I - Infraestruturas ; **T**- Transportes; **C** - Comércio; **S** – Serviços; **LK** - Lazer e Cultura; **D** - Desporto; **O** - Outros.

Fonte: Inquérito Próprio.

ANEXOS VIII - Inquérito à função residencial

Data:.....

Caracterização do Inquirido:

Sexo: Masculino Feminino

Idade:

Naturalidade:.....

Profissão:.....

Dinâmica Residencial:

Sempre residiu neste local? SIM NÃO

Se NÃO, onde morava antes?.....

Porque Mudou?.....

Em que ano?.....

Condições Residenciais:

Posse jurídica da casa:

Propriedade Arrendamento Cedência

Modelo Habitacional:

Moradia Andar Outra

A propriedade e o modo de a adquirir:

Construção Própria Compra de Casa Nova

Compra de Casa usada Herança

Inserção na Área:

Gosta de viver onde reside? SIM NÃO

Porquê?

Que alterações sugere para melhorar a área?.....

Modo de ocupação de tempos livres:

Agricultura Jardinagem Conservação da Casa Desporto Viagens

Outro.....

ANEXOS IX - Inquérito ao comércio

Data.....

Localização do estabelecimento comercial.....

Tipificação do estabelecimento:

Comércio p/ grosso

Comércio a retalho

Data de abertura do estabelecimento.....

Ramo de especialização comercial:.....

Natureza jurídica da empresa:

Em nome individual

Sociedade por quotas

Sociedade anónima

Outra

Mudança de proprietário: Sim Não NR

Causas da Mudança.....

.....

Causas de localização.....

.....

Caracterização do proprietário:

Idade

Sexo: Masculino Feminino

Naturalidade:.....

Local de Residência.....

Pratica Agricultura? Sim Não Porquê?.....

.....